

EMPRÉSTIMO PARA REDUZIR A DÍVIDA DO RIO GRANDE

(Atuação Parlamentar 2008)



Senador Pedro Simon



SENADO FEDERAL

SENADOR PEDRO SIMON

**EMPRÉSTIMO PARA REDUZIR
A DÍVIDA DO RIO GRANDE
(Atuação Parlamentar – 2008)**

BRASÍLIA – 2009

Ilustração da Capa: Refeição de Camponeses, Louis Le Nain, Museu do Louvre.

Simon, Pedro.

Empréstimo para reduzir a dívida do Rio Grande: atuação parlamentar, 2008 / Pedro Simon. – Brasília: Senado Federal, 2009.
702p.

1. Simon, Pedro, atuação parlamentar. 2. Política e governo, Brasil.
3. Discurso parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

Sumário

	Pág.
Apresentação	9
Pronunciamentos	23
CPI dos Cartões Corporativos	25
Uma nova sistemática de trabalho para o Senado	35
Governo dá cargos para neutralizar CPI dos Cartões Corporativos	44
A morte de Chico Pinto	51
Renúncia de Fidel Castro	55
Antecipação do julgamento de candidatos processados na Justiça	64
Em defesa do consultor legislativo Marcos Santi	71
A criação da TV Pública por medida provisória	76
O Brasil precisa proteger a Amazônia	85
Panorama geral da diáspora do povo gaúcho	96

O declínio da atividade legislativa	116
Um programa mínimo de dignidade para o Congresso Nacional ...	122
Eclosão do escândalo do dossiê dos gastos de FHC	126
Comentários acerca da pouca credibilidade do Poder Legislativo ..	129
Apelo ao Senado pela manutenção das CPI.....	144
A necessidade de o eleitor conhecer os candidatos a cargos públicos	147
Crise dos cartões corporativos mostra a mesquinhez da política brasileira	153
É preciso fiscalizar as Organizações Não Governamentais	164
O Resgate dos Valores Perdidos	173
Homenagem a Humberto Lucena nos dez anos de sua morte ..	186
O papel histórico da Associação Brasileira de Imprensa	188
Contra a concessão de florestas públicas	196
A perda de referências e o avanço da barbárie nas cidades	207
Falecimento do Deputado Ricardo Izar	218
Análise dos pontos obscuros na venda da Vale	220
Falecimento do ex-Senador Artur da Távola	231
Apelo ao Governo pelo fim da concessão de florestas públicas ..	234
A sociedade se movimenta contra os candidatos de ficha suja	242
O silêncio do Congresso diante das medidas provisórias	246

Falecimento do Senador Jefferson Péres	252
Em defesa da floresta amazônica	262
Os 200 anos da imprensa brasileira	265
Homenagem à memória de Artur da Távola	272
A falência da Varig e o banqueiro dos pobres	279
A inscrição dos candidatos com ficha suja	282
Homenagem à memória do ex-Senador Jefferson Péres	290
A sociedade se mobiliza contra os candidatos de ficha suja	296
A urgente necessidade de moralizar as eleições	301
Obtenção de autorização do Governo para empréstimo de US\$1 bilhão para o Rio Grande do Sul	306
A verdade sobre a eleição de Tancredo	344
Em defesa do Presidente do Banrisul	350
Políticas de paz para o Brasil	353
A polêmica sobre a dupla libertação do banqueiro Daniel Dantas	359
Crítica à criação da Quarta Frota Norte-Americana	363
Debate sobre o abuso de poder	366
Inviolabilidade dos escritórios de advocacia	375
Comentários sobre viagem à Europa	378
Homenagem a Josué de Castro	383

A conquista dos cerrados pelos gaúchos	390
Os grampos telefônicos e a impunidade	414
São Francisco, o homem do segundo milênio	416
Despedida de Dom Pedro Casaldáliga	430
O franciscanismo latino-americano	435
Vitória do PMDB nas eleições municipais	447
Ataque à janela aberta para parlamentares infieis	453
Realização de eleições primárias no Brasil	460
Comentários sobre a eleição de Barack Obama	463
Aprovação do reajuste para os aposentados do INSS	467
Valorização da pessoa com deficiência	471
A formação do governo Barack Obama	474
Dúvidas sobre a morte de Jango	482
Homenagem à Rede Sarah de Hospitais	487
A participação dos gaúchos no desenvolvimento de Mato Grosso	489
60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	514
A ocupação da Amazônia pelos gaúchos	528
25 anos de atividade do DIAP	550
Novos tempos na América Latina	554

Proposições Legislativas	559
Exigência de reputação ilibada para candidatos à eleição	561
Aposentadoria compulsória aos 75 anos para ministros do STF	566
Inelegibilidade dos condenados por improbidade administrativa	568
Estabelece diretrizes gerais da política urbana	571
Impenhorabilidade de máquinas agrícolas	576
Inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial ..	580
Pareceres	583
Extingue a figura processual do curador de menor de 21 anos .	585
Institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social	588
Inclusão de trecho da RS-630 no Plano Nacional de Viação	592
Adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário aos trabalhadores	595
Prolongamento do seguro-desemprego em até doze meses	599
Regulamentação da Justiça de Paz	602
Criação do Centro de Tecnologia da Carne	622
Organização da Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências	625
Indicação do Embaixador do Brasil junto à Geórgia e Uzbequistão	629

Inscrição do nome de Getúlio Vargas no <i>Livro dos Heróis da Pátria</i>	633
Criação do Conselho Nacional de Imigração	636
Restrição dos sigilos bancário e fiscal	642
Comunicações telefônicas de investigados	651
Salário Educativo Familiar no Mercosul	653
Constituição da União Postal das Américas	657
Acordo entre Mercosul e Estados Árabes do Golfo	661
Indicação do Ministro Gilson Dipp ao Conselho Nacional de Justiça	666
Gestores que descumprirem deveres de natureza educacional	671
Criação da Escola Técnica Federal de Piratini	675
Denominação de “Ponte Luís Carlos Prestes” no rio Gravataí	678
Voto de Louvor a Dom Pedro Casaldáliga	682
Criação do Polo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste	685
Rodovia entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá	689
Recurso contra decisão que se tem por não fundamentada	691
Instituição de normas para licitações e contratos da administração pública	694
Segunda ponte sobre o rio Jaguarão	698

Apresentação

Se há um fato que deve ser ressaltado na atuação parlamentar do Senador Pedro Simon, em 2008, esse foi o longo pronunciamento que ele fez, no dia 20 de junho, enquanto aguardava que o Tesouro Nacional enviasse ao Senado Federal um projeto de autorização de empréstimo para que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pudesse contrair um empréstimo de US\$1,1 bilhão, junto ao Banco Mundial, destinado à recomposição de sua dívida.

O Senador lembrou que o assunto havia começado ainda na administração de Germano Rigotto, quando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pleiteou junto ao Tesouro Nacional autorização para contratar um empréstimo do Banco Mundial a fim de reduzir seus gastos com a quitação de dívidas antigas, contraídas a um custo mais elevado.

Voltando aos primórdios da questão, Simon ressaltou que, por ocasião da federalização das dívidas dos estados, em 1998, o Rio Grande do Sul comprometeu 18% de sua receita para o pagamento dos seus débitos para com a União.

O pleito do Governo gaúcho, entregue por Rigotto ao Tesouro Nacional, ficou esquecido por muito tempo nos escaninhos daquela repartição. O Senador, que nunca deixou de pressionar o Governo para que liberasse a operação, conseguiu, finalmente, em junho de 2008, obter o compromisso verbal do diretor do Tesouro Nacional no sentido de que uma autorização seria enviada, no dia 20 de junho, ao Senado Federal, órgão ao qual cabe a liberação de operações financeiras internacionais contraídas por estados e municípios.

Assim, no dia 20, uma sexta-feira, quando geralmente a sessão acaba em pouco tempo, porque o *quorum* é sempre baixo, o Senador chegou ao plenário antes das 9h20, quando foi aberta a sessão. Sucederam-se na tribuna três senadores, sendo que Pedro Simon começou sua fala às 10h36, quando passou a cobrar cumprimento do compromisso assumido pelo Governo Federal. Até o final da sessão, o Senador gaúcho subiria quatro vezes à tribuna.

Desconfiança

Percebe-se, já no início do pronunciamento, que Pedro Simon não confiava plenamente na promessa, mesmo tendo sido ela assegurada por dois importantes integrantes do Governo, ambos gaúchos. Depois de dar as informações básicas sobre o empréstimo, o Senador adverte que está decidido a ficar discursando o tempo que fosse necessário para aguardar o documento oficial.

Solidário com o pleito gaúcho, o Senador piauiense Heráclito Fortes, que tinha viagem marcada para aquela manhã, decidiu permanecer em plenário, a fim de garantir *quorum* à sessão, que seria presidida, naquele dia, pelos Senadores Adelmir Santana, do Distrito Federal, Geovani Borges, do Amapá, e Gim Argello, do Distrito Federal.

Como se nota ao ler a transcrição dos pronunciamentos, aos poucos, na medida em que passava o tempo e o documento do Tesouro Nacional não aparecia, os senadores em plenário percebem que o melhor será manter aberta a sessão. Temiam que, caso ela fosse suspensa, o Governo não enviasse o documento, a fim de inviabilizar sua análise, na terça-feira da semana seguinte, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A partir daí, Heráclito Fortes e Pedro Simon se revezaram na tribuna até que, pouco antes das 16 horas, finalmente, chegou a autorização para o empréstimo gaúcho trazida por um funcionário do Palácio do Planalto. No total, a sessão durou seis horas e 38 minutos.

A vitória do Senador Pedro Simon, que forçou o Governo a cumprir a promessa feita, ganhou as páginas da mídia nacional porque

se transformou num fato sem antecedentes na bicentenária história da Casa.

Garantia de Quorum

Numa reportagem intitulada “E não é que Simon conseguiu”, publicada em seu *blog*, Rosane Oliveira, conceituada colunista de *Zero Hora*, comenta a estratégia adotada pelo Senador em plenário e fala dos seus desdobramentos na terça-feira seguinte, dia 25 de junho:

“Recapitulando, o Senado está em recesso branco por conta das festas juninas que levam hordas de parlamentares nordestinos para suas bases eleitorais. Por conta desse recesso, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante (PT – SP), cancelou a reunião prevista para hoje. Simon não se deu por vencido. Foi atrás dos colegas, conseguiu reunir o número suficiente para garantir o *quorum* e a comissão aprovou o empréstimo. Não é o fim da linha – o projeto ainda tem de ser aprovado pelo plenário -, mas o avanço obtido nesses últimos quatro dias será fundamental para garantir a aprovação definitiva antes do recesso de julho – e das férias que se seguirão em nome da campanha eleitoral.”

Vigília

A repórter Cida Fontes, ao noticiar a histórica sessão no jornal *O Estado de S. Paulo*, escreveu: “Valeu a pena a vigília de seis horas que os Senadores Pedro Simon (PMDB – RS) e Heráclito Fortes (DEM – PI) comandaram ontem no plenário do Senado, como forma de pressionar o Governo a liberar o empréstimo de US\$1,1 bilhão para o Rio Grande do Sul. Às 15h45 um funcionário do Palácio do Planalto chegou ao Senado com a mensagem, assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a autorização para o empréstimo junto ao Banco Mundial. O dinheiro servirá para o pagamento de dívidas”

Burocracia

Numa reportagem, intitulada “Simon recorre a vigília para obter financiamento”, Adriano Ceolin, da *Folha de S.Paulo*, noticiou assim o acontecimento: “Um dia após o anúncio do ‘recesso branco’ do Congresso, o Senado foi palco ontem de uma vigília comandada por Pedro Simon (PMDB – RS) para que fosse lida uma mensagem para autorizar o Governo do Rio Grande do Sul, em crise, a tomar emprestado US\$1,1 bilhão do Bird. Com ajuda dos Senadores Gim Argello (PTB – DF) e Heráclito Fortes (DEM – PI), Simon conseguiu prolongar a sessão, que às sextas raramente passa das 13h, até que a mensagem fosse lida às 15h45: ‘É um momento muito importante para todo o Brasil. A burocracia foi vencida’, disse o Senador”.

Colunistas

Dois dos mais destacados colunistas da mídia gaúcha elogiaram a estratégia adotada pelo Senador. Paulo Sant’Ana escreveu: “Simon discursou das 10h às 16h, sem almoçar, numa vigília heroica pelos interesses do Rio Grande”.

Já o mais destacado comentarista esportivo do Estado, Ruy Carlos Ostermann, registrou: “O Rio Grande deve mais essa ao seu senador”.

Economia de 600 Milhões de Reais

Em termos concretos, o empréstimo do Banco Mundial foi utilizado para reestruturação da dívida extralimite, que é aquela formada por contratos ou obrigações que não foram objeto da renegociação da dívida feita com a União em 1998.

Essa dívida extralimite do Estado totaliza R\$3,2 bilhões, enquanto a dívida consolidada soma aproximadamente R\$37 bilhões. Em 2007, o Estado desembolsou R\$1,8 bilhão com o serviço de sua dívida.

Com o financiamento do Banco Mundial, o Estado quitou ou abateu contratos cujos encargos são maiores que os oferecidos pelo Banco Mundial, o que resulta em evidente vantagem financeira imediata para o Estado.

A melhora ocorre não somente em virtude da suavização dos fluxos de pagamento e do alongamento dos prazos da dívida esta-

dual, mas também do ganho financeiro relativo à redução de seu valor presente.

Com a operação, o Estado poderá reduzir em aproximadamente R\$600 milhões pelos próximos 30 anos. Os recursos do empréstimo serão aplicados no resgate da dívida do Estado junto ao mercado (dívida mobiliária), na quitação de dívidas junto à Fundação Banrisul de Seguridade e ao Banco do Brasil (Fundef) e no abatimento de dívida junto à União (Proes-extralimite).

A liberação da primeira parcela do empréstimo, no valor de US\$650 milhões, ocorreu em agosto de 2008; a segunda, no valor de US\$450 milhões, se dará no primeiro semestre de 2010.

O custo da operação é equivalente à taxa Libor mensal (atualmente 2,46% ao ano), mais taxa total de *spread* de no máximo 0,13% e correção cambial em dólares. As dívidas que serão substituídas são ou atreladas à taxa Selic ou possuem taxa de 6% ao ano mais correção pelo IGP-DI (acumulado nos últimos 12 meses em 14,8%).

Com a reestruturação da dívida, o comprometimento da Receita Líquida Real com o pagamento da dívida extralimite cairá de 5,1% para 3,1% já em 2008, e cairá de 3,3% para 2,6% no período 2008-2012, convergindo para uma trajetória de 1,2% no período 2010-2038.

A primeira operação efetivada de reestruturação de dívida de um estado brasileiro após o acordo de 1998 foi o maior empréstimo da história do Bird a um único programa para um ente subnacional, bem como sua maior operação na América Latina.

O Tempo Necessário

No início de seu discurso, Pedro Simon informa que está disposto a permanecer em plenário pelo tempo necessário para garantir o empréstimo porque o Governo, "invocando as mais diferentes desculpas", se recusava a dar o seu de acordo com o pedido gaúcho.

E explicou: "Estou falando, Senhor Presidente, porque o Diretor do Tesouro garantiu que esse empréstimo chega à Casa hoje e precisa ser lido na sessão de hoje para que a Comissão de Economia o vote na semana que vem. Se ele não chegar hoje, não sei o que pode

acontecer. Nós estamos acreditando, apesar de todas as evidências contrárias, que o Governo vai fazer isso”

Em Favor do Estado

Depois de discorrer sobre a tradição de seriedade dos políticos gaúchos que, ao longo da história, sempre passaram por cima de suas divergências ideológicas para lutar em favor do Estado, Pedro Simon lembrou que mesmo na época mais brutal do regime autoritário jamais se negou a “votar a favor do Rio Grande em todas as teses que eram importantes para o nosso Estado”

Mesquinharia

A seguir, ataca o Governo Federal, que acusa de retardar por mesquinhas o pleito sul-rio-grandense: “O Governo Federal, de uma maneira triste, pequena, muito pequena, ridiculariza o Senado, ridiculariza o Rio Grande do Sul, ridiculariza a nossa inteligência, debocha de todos nós. Se querem dar autorização deem; se não querem dar, não deem. Mas não debochem”

Sem Fotografia

Depois de discorrer sobre fatos de sua vida política, o Senador gaúcho recorda que, em sua administração, não permitiu que fosse distribuída a sua fotografia oficial de governador. “Mandei colocar um quadro com um mapa do Rio Grande do Sul. O mapa do Rio Grande do Sul tem a configuração de um coração. Então, em todas as repartições públicas, determinei a obrigatoriedade desse mapa com os dizeres: ‘Leve o Rio Grande no peito’. E acrescentou: “Não existe no Rio Grande do Sul uma só placa colocada no meu governo. Não inaugurei nenhuma obra”

Dívidas da União

O parlamentar gaúcho destacou ainda que a mesma União, que retardava a licença para o empréstimo, tinha muitas dívidas para com o Rio Grande do Sul. Como a relativas às estradas construídas com dinheiro do Estado e depois federalizadas, sem que um só

centavo fosse pago. Como o investimento estadual de US\$1 bilhão na formação da Aços Finos Piratini, que o Governo privatizou e nada pagou ao Rio Grande. Como o dinheiro gasto com a infraestrutura do polo petroquímico que o Governo Federal privatizou, e também não ressarciu ao Estado.

A todo momento, o Senador interrompia seu pronunciamento e indagava: “Não veio nada ainda, do Tesouro, Senhor Presidente?”

Não Honrou a Assinatura

Depois de comentar conversas recentes que tivera com membros do Governo sobre o empréstimo, Pedro Simon diz o seguinte: “O atual Diretor do Tesouro, o Dr. Arno Augustin, foi secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Como secretário, mandou um ofício ao Diretor do Tesouro pedindo que o Rio Grande do Sul tivesse direito de receber de volta o que tinha usado na construção de estradas federais. Quis o destino que ele, Diretor do Tesouro, tivesse que opinar sobre o ofício que ele mandou como secretário da Fazenda, e não decidiu a favor. Não honrou sua assinatura. E agora está lá: Diretor do Tesouro, ex-Secretário da Fazenda, gaúcho, que vai todo o fim de semana ao Rio Grande do Sul. Vem na segunda-feira e volta na sexta-feira. E que fez a gente passar por esse papel ridículo”.

E acrescenta num outro trecho de sua fala: “Eu dizia, numa reunião no meu gabinete, há três dias, que o Líder do Governo, Deputado do PT do Rio Grande do Sul, falava sobre esse empréstimo, mas eu não acreditava. Não vi convicção na sua maneira de falar como as coisas aconteceriam”.

Cinismo

Numa conversa com o Presidente, ao saber que o documento não viria mais às 12h30 e sim às 13 horas, o Senador desabafa: “Ocorreu que esse fax que Vossa Excelência leu esgotou a minha paciência. Eu o achei tão cínico! Vossa Excelência leu com tranquilidade porque não está a par da situação. Agora, ele é tão cínico, tão irreal! É tão debochado que... Eu acho que o Senado não merecia isso”.

Agradecimentos

Mais adiante, o Senador falou de seu carinho e admiração pelos funcionários da Taquigrafia do Senado Federal. “Reconheço que eu sou o que dá mais trabalho para a Taquigrafia do Senado Federal, porque eu falo depressa”. A seguir disse que se sentia culpado pela carga extra de trabalho naquele dia “porque, às sextas-feiras, o normal é que a sessão termine às 10h ou 10h30min. Já são quase duas horas e estamos aqui”.

Churrasco

Há vários momentos de descontração na fala de Simon. Como quando o Senador gaúcho e o Senador Heráclito Fortes comentam o fato de ainda não terem almoçado àquela hora tardia. Disse Pedro Simon:

“Vossa Excelência diz que eu fique tranquilo e me despreocupe de alimentação. A minha preocupação era Vossa Excelência, que é mais rechonchudo, está mais acostumado a bons pratos.”

Ao que responde o Senador piauiense: “Vossa Excelência no futuro nos recompensará com aquele inigualável churrasco no sábado”.

Perseguição

Mais para o final de seu discurso, para mostrar que seu modo de fazer política, ao contrário do modo como age o Governo Federal, não contemplava a perseguição aos adversários, lembrou que, como governador, emprestou recursos do Estado para dois Prefeitos de Porto Alegre, Alceu Collares e Olívio Dutra, nenhum deles do PMDB.

“Pensei que, para a Prefeitura de Porto Alegre, seria muito importante que o Collares terminasse bem e que o Olívio começasse bem. É uma maneira de ser. Eu governo assim. Por isso, quando vejo, agora, uma questão que nem essa, custa-me acreditar que as picuinhas sejam colocadas em primeiro lugar. Eu não acredito!”

E seu pronunciamento daquele dia acabou com as seguintes palavras:

“Durante muitos anos os gaúchos estiveram na Presidência da República, mas não se tem notícia de um gaúcho na Presidência da República que tenha feito um favor especial ao Rio Grande do Sul.”

“O conceito de pátria, o conceito de credibilidade e de nação é tão grande que os gaúchos olham primeiro o Brasil, para depois olharem o Rio Grande.”

“Chegou o documento, presidente?”

“Então, encerro aqui com a consciência do dever cumprido. Muito obrigado.”

Política

Pedro Simon assumiu por 66 vezes a tribuna do Senado Federal ao longo do ano legislativo de 2008. Em sua ampla maioria esses discursos abordaram os muitos e graves problemas políticos do período, entre os quais se destacam o impasse no funcionamento das CPI dos Cartões Corporativos e das Organização Não Governamentais; a grande celeuma criada em torno das duas prisões, imediatamente seguidas de libertações, do banqueiro Daniel Dantas; e o intenso debate sobre a inscrição de candidatos com processos na Justiça para a disputa das eleições municipais.

Esses graves problemas levaram o Senador gaúcho a fazer uma série de duras análises críticas sobre as atividades de Senado e Câmara, segundo ele, Casas destituídas de sua função legisladora pela obrigação de votar quase que exclusivamente medidas provisórias. Alguns títulos desses pronunciamentos dão uma boa ideia do que exigia o Senador de seus pares: uma nova sistemática de trabalho para o Senado; o declínio da atividade legislativa; um programa mínimo de dignidade para o Congresso Nacional.

No caso das CPI, o Senador denunciou sistematicamente a tática do Governo de, sempre, tentar envolver a gestão anterior de Fernando Henrique em qualquer problema. Quando eclodiu a in-

formação de que Governo estava gastando muito com os cartões corporativos, surgiu a informação de que a Casa Civil estava preparando um dossiê com os gastos da administração FHC nos mesmos cartões que havia criado.

O mesmo problema ocorreu na CPI que surgiu para analisar as denúncias de que o Governo havia despejado recursos impressionantes em Organizações Não Governamentais ligadas ao Partido dos Trabalhadores ou a entidades subsidiárias do PT.

Vários e contundentes foram os discursos do Senador a respeito da possibilidade de inscrição às eleições municipais de candidatos processados na Justiça. O Senador sugeriu que a Justiça antecipasse os julgamentos dos acusados, de forma a impedir que pessoas injustamente processadas fossem penalizadas, bem como para tirar do pleito os que tivessem praticados crimes graves.

Em relação ao PMDB, o grande vencedor das eleições municipais de 2008, o Senador voltou a cobrar uma postura correspondente à grandeza do partido, que nas últimas eleições presidenciais tem se limitado a exercer papel secundário, sempre com a suspeita de que o fisiologismo é o que impede a legenda de ter candidato próprio.

No que se refere ao panorama internacional, o Senador foi o primeiro a denunciar abertamente a recriação da Quarta Frota dos Estados Unidos, que terá como zona de atuação a América do Sul. O Senador lamentou o surgimento dessa nova esquadra justamente numa época em que o Brasil descobre petróleo na camada do pré-sal e em que o Presidente da Venezuela aumenta seus ataques verbais aos Estados Unidos.

Mostrando-se entusiasmado com a eleição de Barack Obama ao governo dos Estados Unidos, Pedro Simon – num pronunciamento de ampla repercussão – lançou um desafio aos partidos políticos brasileiros: a implantação de um sistema de prévias eleitorais semelhante ao norte-americano, de modo que os cidadãos possam conhecer em profundidade as ideias daqueles que pretendem governá-los.

Incisivos foram os discursos nos quais o Senador abordou a controvertida lei de concessão de florestas promovida pelo Gover-

no, advertindo que ela pode funcionar como um passo para a desintegração territorial do Brasil, país cuja grandeza natural exacerba a ambição de nações importantes.

No que se refere especificamente ao Rio Grande do Sul, o Senador fez uma série de quatro longos pronunciamentos nos quais exaltou o papel dos agricultores sul-rio-grandenses que, forçados a deixar a terra natal, transformaram o Brasil num dos maiores – se não o maior – celeiros do mundo.

No primeiro desses discursos, Pedro Simon traçou um panorama geral do que chamou de “diáspora do povo gaúcho”, que começou no início do século XX e que levou centenas de milhares de sul-rio-grandenses ao mais remotos rincões do País. O Senador lembrou que o êxodo massivo – que retiraria em poucas épocas mais de dois milhões de pessoas do Estado – teve origem no fracionamento sucessivo nas colônias pioneiras estabelecidas com imigrantes vindos da Itália ou da Alemanha.

Num outro pronunciamento, o Senador descreveu a transformação dos cerrados – um dos mais importantes biomas da Nação, desprezado até os anos 60 – no principal polo nacional de produção de carne e grãos. O desenvolvimento explosivo do Estado de Mato Grosso, onde vivem cerca de 100 mil gaúchos, ocupou um único pronunciamento. A seguir, Pedro Simon narrou o avanço dos sul-rio-grandenses pelas florestas do Norte, destacando que a ligação dos gaúchos com aquelas plagas começou ainda no século XIX, quando o são-gabrielense Plácido de Castro anexou o Acre – disputado com a Bolívia – ao Império do Brasil.

Proposições Legislativas

O ano de 2008 foi marcado, nas comissões e em plenário, pelo intenso debate sobre a questão da ética e do decoro dos agentes públicos, em especial os que detêm mandato eletivo. O noticiário, marcado por sucessivas denúncias de fisiologismo e de corrupção, forçou o Congresso Nacional a tratar com decisão sobre os requisitos morais que devem ser exigidos dos políticos.

Para tanto, foi criado no Senado um grupo de trabalho que reuniu todas as propostas que tratavam da qualificação do parlamen-

tar. Este amplo trabalho, que ainda tramita, analisou proposições que vão desde a exigência de uma ficha e currículo completamente limpos para candidatar-se, passando pela divulgação da relação dos candidatos com ficha suja até a denegação total da participação em pleito para quem é réu na Justiça.

Elegibilidade

Esse trabalho contou com a participação direta e decisiva do Senador Pedro Simon, que é autor de várias propostas objetivas neste sentido. Entre as suas iniciativas, em 2008, podemos destacar a proposta de emenda à Constituição que inclui a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade; e o projeto de lei do Senado que determina a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Deve-se ressaltar ainda o projeto que determina a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática de crimes, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Ecologia

Merece destaque entre as várias iniciativas de Pedro Simon o projeto que altera a lei que institui o Estatuto das Cidades, no sentido de que o mesmo contemple e priorize ações e diretrizes adequadamente ecológicas, tais como captação, economia, reciclagem e reutilização de água, trata do lixo e resíduos, educação ambiental, recuperação e preservação urbana de modo a minimizar impactos em nossos ecossistemas. Enfim, a ideia é ampliar o conceito de sítio urbano como um nicho isolado de um conjunto maior – ecosfera –, e levar à ação e ao entendimento de que são sistemas integrados e interdependentes.

Como relator, o Senador analisou, em profundidade, assuntos com grande amplitude temática, que vão desde mudanças na Constituição e em códigos até normatizações mais singelas e nem por isso desimportantes. Dado o grande número de estudos, destacaremos aqui apenas alguns.

Indenização

Importante é o projeto de lei do Senado que impede que autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização. Também significativo é o projeto de lei do Senado que extingue a figura processual do curador de menor de 21 anos, o projeto de lei da Câmara que determina que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

De grande importância é o projeto de lei do Senado que dispõe sobre adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores, o que prolonga o seguro-desemprego, em até doze meses, para grupos específicos de segurados.

Sigilo

O Senador ainda elaborou pareceres sobre propostas de emenda à Constituição que tratam de restrição de sigilos bancário e fiscal; da obtenção de informações relativas às comunicações telefônicas e aos dados fiscais na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar.

De grande impacto é o projeto de lei do Senado que prevê a responsabilização de gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

Rio Grande e Mercosul

Neste levantamento da atuação parlamentar do Senador gaúcho em 2008 é necessário alinhar aqui seus pareceres, em especial aqueles que dizem respeito ao Rio Grande do Sul e ao Mercosul.

Pedro Simon apresentou pareceres sobre o projeto de lei que dispõe sobre a criação do Polo de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul; o projeto de lei do Senado que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul, e sobre o projeto de lei do Senado que autoriza a criação do Centro de Especialização em Tecnologia da Carne – CETC, no Município de São Gabriel.

Merece destaque o projeto de decreto legislativo que aprovou o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Como final desse sucinto resumo, creio que é importante destacar sua atuação no expediente político que se faz no cotidiano do Senado Federal mediante requerimentos.

Imprensa

Pedro Simon pediu a realização de Sessão Especial do Senado Federal para marcar os 200 anos da imprensa brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa, bem como para homenagear o Senador Jefferson Péres, falecido em 2008.

O Senador gaúcho pediu a realização de Audiência Pública, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater a compra de terras, principalmente na região amazônica, por pessoas físicas, jurídicas e organizações internacionais. E foi autor de convite para que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, fosse à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debater sobre a atual crise financeira mundial e suas prováveis consequências.

Jorge Schelb e Lourenço Cazarré

PRONUNCIAMENTOS

CPI dos Cartões Corporativos

(O Senador, em pronunciamento realizado no dia 14 de fevereiro, comenta a criação da CPI dos Cartões Corporativos, antecipa que ela vai acabar porque PT e PSDB não querem investigar o assunto a sério, critica o uso dos cartões e apresenta vários exemplos de austeridade do Governo Itamar Franco)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, é importante examinarmos a CPI dos Cartões Corporativos. É uma pena que ela tenha de ser criada. Deveríamos começar o ano discutindo a reforma tributária, como previsto no final do ano passado.

A carta do Presidente Lula a esta Casa dizia que seria prorrogada por um ano a tributação sobre o cheque e que, neste ano, faríamos a reforma tributária, porque não daria mais para esperar. Mas, é uma pena, o ano começou com uma CPI.

Não creio que alguém goste dessa CPI, mas, com toda sinceridade, o debate deve começar. Foi correta a decisão de se fazer uma CPI mista. Seria uma pena se acontecesse este ano o que aconteceu no ano passado, quando tivemos duas CPI, uma da Câmara e outra do Senado. Aquilo que se propalou, de que haveria um acordo entre o Governo e a Oposição, de que os atos do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique e da família deles não seriam tocados, não é aceitável.

Se tinham a intenção ou não, o que importa é que hoje há clareza. Não se quer deixar de lado nem o Presidente, nem o atual, nem o anterior, nem a família de um, nem a família de outro.

Esse assunto nem deveria ter sido abordado. Também acho que uma CPI não pode começar querendo colocar uma pessoa do Governo Lula ou uma pessoa do Governo Fernando Henrique no jogo, é claro que não. Queremos analisar o que está acontecendo, se há equívocos, se há erros. Não se quer atingir a figura do Presidente ou a figura do ex-Presidente, mas também, de saída, dizer que não pode.

A presidência está de um lado, e relator, do outro. O Regimento diz que quem tem a maioria leva. O primeiro partido leva presidência ou relatoria; o segundo partido, presidência ou relatoria. Nesta Casa, o primeiro partido é o PMDB; na Câmara, o primeiro partido é o PMDB, e o segundo partido é o PT. O presidente desta Casa é um senador do PMDB; e o relator daquela Casa, um deputado do PT. Pode ser? Pode. Está correto com o Regimento? Está correto. É o melhor? Não é o melhor; o melhor, o racional, é o presidente ser de um grupo, e o relator, de outro.

Isenção do PMDB

Senhor Presidente, falo com muita tranquilidade que o PMDB nada tem a ver com isso. Embora seja o maior partido aqui e o maior partido na Câmara, acho que não estamos envolvidos nessa questão, acho que não podemos brigar pela presidência ou por coisa que o valha. Acho que o PMDB seria o melhor partido. Na minha opinião, poderia ser o PMDB ou o antigo PFL. O ideal seria que nem o PSDB nem o PT estivessem na presidência ou na relatoria, porque, afinal, são os dois que estão mais envolvidos.

Está parecendo que o PT está brigando para tirar fora o Lula e que o PSDB está brigando para tirar fora o Fernando Henrique. A imprensa, lamentavelmente, está divulgando que os dois vão empatar, que nenhum dos dois quer, que o jogo é de mentirinha, que a *pizza* já está pronta.

Não passa pela cabeça dos membros do PMDB, nem pela minha cabeça que para essa Comissão sejam indicadas pessoas que

não tivessem gabarito, respeitabilidade e credibilidade para agir com isenção. O objetivo não seria colocar alguém para defender ou para atacar esse ou aquele. Seria muito importante se o objetivo da CPI não fosse apenas colocar alguém contra a parede, com o título de traidor, de vigarista, mas que o objetivo fosse encontrar o melhor elemento, a melhor maneira, a melhor forma.

De repente, o PT disse: "O cartão corporativo começou no Governo Fernando Henrique; o Serra também tem. Então, acho que, a esta altura, temos é de parar".

Não consigo entender qual é a vantagem de se ter cartão corporativo. Não consigo entender isso. Não sei o que levou Fernando Henrique a criar o cartão corporativo. Estou conversando com a Consultoria Legislativa do Senado para me aprofundar nessa matéria, com seriedade, para saber a razão desse cartão.

Se Lula diz que a maneira mais transparente é essa, quero um argumento técnico para responder. Não consigo entender a existência de 11 mil cartões! Foram feitas investigações sobre as biografias dessas 11 mil pessoas? Foi verificado quem o recebeu?

Anos atrás, enviei um pedido de informação, que vou ler nesta tribuna sobre esses cartões corporativos. Vieram três páginas de resposta, mas fiquei no vazio. Ainda não tinham aparecido as denúncias. Eu me preocupei antes de as denúncias aparecerem.

Essa questão é muito delicada, porque é mais grave do que imaginamos. É como governar; temos de ter firmeza nos pés.

Gosto do Serra. Há gente que não gosta dele até no PSDB. Aliás, acho que tem mais gente que não o aprecia no PSDB. Se o Serra saiu do Governo Federal para assumir o Governo do Estado e se lá implantou o cartão, ele deve ter alguma razão para isso. Acho, por exemplo, que a CPI deve convidar o Serra para dar explicação, para ver se ele pode nos dar um argumento forte, o motivo pelo qual o criou.

Não aceito. O ideal é não haver cartão corporativo.

Quero dizer à Ministra Chefe da Casa Civil: foi muito infeliz essa decisão. O Ministro não pode mais usar cartão, mas o assessor dele pode. Isso é tirar o sofá da sala. Quer dizer que o Ministro não pode mais usar o cartão, porque o Ministro, ao usá-lo, aparece na

manchete. Mas, se o assessor usou, ninguém sabe quem é o sacador. Essa foi uma decisão, na minha opinião, grotesca de alguém que quer abafar, não resolver. Agora, o Ministro não pode usá-lo, mas pode haver dez pessoas no gabinete que podem usá-lo. Não é por aí.

Austeridade No Governo Itamar Franco

No Governo Itamar, quando fui o líder de Governo, em um dos seus primeiros atos, a nosso pedido, Itamar criou uma comissão especial para investigar corrupção na administração pública federal, composta de homens de fora do Governo. A comissão era diretamente ligada ao Presidente da República, e todos os membros do Governo eram obrigados a responder por todos os atos que fariam perante a comissão.

Este foi o livro branco que o Itamar deixou para o Fernando Henrique quando saiu: apresentada a denúncia, o Governo investigava, e os componentes, todos pessoas notáveis de fora do Governo, tomavam a decisão.

Quando Itamar chegou ao Palácio encontrou uma academia de ginástica, moderna, espetacular. O Presidente Fernando Collor era um atleta. O que o Presidente Itamar fez? Foi ver de onde é que aquilo vinha e chegou à conclusão de que o dinheiro não tinha sido público, de que Collor tinha comprado com seu dinheiro. Itamar doou o equipamento ao Hospital Sarah Kubitschek.

A CPI dos Anões do Orçamento chamou, para ser ouvido, o Chefe da Casa Civil de Itamar. O Presidente decidiu que, como ministro, ele não depor. Então, o Ministro, espontaneamente, renunciou e veio depor, na Casa, como cidadão. Dois meses depois, não só ele não é indiciado, como há até um voto de louvor pela atuação dele. Ele volta para o Ministério.

O nosso ilustre e extraordinário Senador por Minas Gerais, Eliseu Resende, quando ministro da Fazenda, estava tendo uma atuação excepcional. A *Veja* publicou uma reportagem horrível contra ele. Nós o convidamos para vir ao plenário. Ele deu um *show*, que até o Líder da Oposição reconheceu, foi uma unanimidade. Era um absurdo: disseram que ele tinha ido para Nova Iorque, que uma empreiteira tinha

pago a conta dele no hotel. E ele explicou tudo. Na semana seguinte, a *Veja* veio com uma reportagem pior do que anterior.

O Presidente Itamar me chama. Eu disse: “Olha, Presidente, acho que é ridículo isso que a *Veja* está fazendo. O Eliseu Resende saiu-se excepcionalmente bem”. Chega o Ministro Eliseu Resende, falando: “Vou para casa. Sr. Presidente, o senhor me convidou, está implantando o Plano Real, para eu ajudar o Governo. Eu estou prejudicando. Há um mês, só se fala em mim, o Ministro da Fazenda”. E foi para casa, depois de ter dado um *show* nesta Casa, nesta tribuna em que estou. E foi para casa. Isso é maneira de governar.

Fala-se em filho, em parente, em mãe, em esposa. O Itamar é uma pessoa cujo pai morreu cedo. Sua mãe era uma mulher humilde e teve dificuldades. O filho mais velho se formou médico, e foi o filho mais velho, formado médico, que pagou a universidade para o Itamar se formar em Engenharia. Quando Itamar é o Presidente da República, um sobrinho mora com ele. É filho do médico. Itamar fala comigo: “Simon, quero que tu nomeies meu sobrinho no teu gabinete de liderança, porque tenho essa obrigação, preciso ajudá-lo”.

Repondo: “Ô Itamar, não posso ajudá-lo. Como não pode? Não tenho gabinete de liderança. Como não tem gabinete de liderança? Não, só tenho o meu gabinete. Eu não criei o gabinete de liderança”.

Acontece que quem é líder tem direito a dois gabinetes: o dele e o da liderança, com funcionários dobrados. O da liderança, eu não o criei, só fiquei com o meu. O rapazinho morreu, morando com o Itamar, e este pagando as contas dele. Não o nomeou no Governo, em nenhum cargo do Governo, em nenhuma empreiteira, em lugar nenhum. É a forma correta de fazer governo.

Mea-Culpa

No segundo turno, fui ao gabinete do Lula e o apoiei. Mais adiante, foi cassado Collor. Tenho dito: faço um mea-culpa. Eu, que fui o líder da coordenação da cassação do Collor, hoje, sou obrigado a reconhecer que o que encontramos para cassar Collor é questão de juizado de pequenas causas, se comparado com o que veio depois.

Isenção de Itamar Franco

Nós o cassamos pelo carro que o PC Farias comprou com cheque falso, de pessoa falsa, e que botou no nome dele, e pelas compras da casa da Dinda. A grande verdade é que ele foi eleito e consagrado, e o Senado, o Congresso o afastou. Quem presidiu a sessão de cassação foi o Presidente do Supremo, Sidnei Sanches, que decidiu pela cassação.

O Itamar Franco não tomou conhecimento do processo. Não foi como com o Dr. Getúlio Vargas, que o Café Filho estava agindo para prenderem-no e demitirem-no do Governo; não foi como com o Presidente João Goulart, quando o Presidente do Senado, de maneira imoral e indecente, declarou que Jango estava em lugar incerto e não sabido.

Comuniquei ao Presidente do Supremo: "Vamos fazer o Itamar Franco assumir hoje, sexta-feira". O Itamar disse: "Não, na sexta-feira, não vou assumir, só na terça-feira". O Senador Darcy Ribeiro disse o seguinte: "Mas esse cara é doido". Quando o Jango não estava no gabinete, berrei: "Mas nos deem três horas, que trazemos o Presidente aqui". E não nos deram três horas. Agora, ele quer deixar para terça-feira.

Quando assumimos, foi feita uma reunião de todos os presidentes de partido e todos os líderes de bancada com o Itamar. Primeiro, reconhecemos que a legitimidade de Itamar Franco na Presidência da República era do Congresso Nacional e dos partidos políticos, não do povo. O povo votou no Collor. Os partidos políticos e o Congresso decidiram sobre o mandato de Collor. Os partidos políticos e o Congresso deram posse para o Itamar. Dissemos: "Então, neste momento, pensamos: o Governo é de todos os partidos". E ficou estabelecido um verdadeiro Pacto de Moncloa. Qualquer presidente de partido, a qualquer momento, poderia convocar uma reunião para decidir qualquer crise. E o Presidente da República ficaria com autoridade de, a qualquer momento, convocar todos para discutir uma crise.

Não houve segunda reunião. Mas por que não houve segunda reunião? Porque não houve, no Governo Itamar, nenhuma crise.

O Plano Real foi coerente, positivo e não foi feito por meio de medida provisória. Foi feito por meio de projeto de lei, que veio a esta Casa. Mais de cem emendas foram votadas pelo Congresso. O Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento vieram mais de 50 vezes a este plenário para debater, para discutir, para alterar.

Relação com o Congresso

Estava previsto na Constituição de 1988 que, dentro de cinco anos, o Congresso seria convocado, com poderes constituintes, para fazer a revisão da Constituição. Foi então convocado o Congresso para fazer a reforma da Constituição. Apareceu aí a emenda da reeleição. Itamar reúne o Governo. Reeleição ou não reeleição? O Itamar disse assim: "Quando membro da Constituinte, votei contra a reeleição. E, se votei contra a reeleição lá, tenho de ser contra a reeleição agora".

Nunca me esqueci das palavras de Fernando Henrique: "Mas é claro que somos contra".

Eu, em nome do Governo, me manifestei contra a emenda da reeleição. E ela não foi aprovada, porque faltaram nove votos. Os governadores eram a favor, os prefeitos eram a favor, todo mundo era a favor.

Elege-se Fernando Henrique e aparece uma emenda da reeleição, uma emenda em que os votos foram conseguidos um a um. E dizem que se pagou muito caro para alguns deputados aprovarem a reeleição.

Acusações Recíprocas

Estou dizendo isso, porque acho muito feio. Os líderes do PT agora usam o argumento, para justificar o que estão fazendo hoje, de que o Governo do Fernando Henrique também fez: "Vamos ver o negócio do cartão do Lula, sim, mas queremos ver também o do Fernando Henrique".

Esse é um argumento sem graça. O PT tinha de argumentar em torno de sua bandeira, do seu ideal, da sua biografia, da sua história.

Fui convidado para ser ministro do Lula, não aceitei e me arrependi. À noite, o meu pessoal dizia: "Mas o que tu fizeste? O Brasil vai mudar. Chegou a hora do Brasil, e tu não aceitas!". Eu achava que o Brasil ia ser salvo. Eu achava isso. Com Lula, um homem sério e correto, com aquele pessoal do PT, com aquele ideal, com aquela garra, achei que ia ser uma maravilha!

Ficou provado que é bonito falar isso na Oposição, mas, no Governo, muda tudo. Dá um cartão corporativo no bolso, dá o cargo de diretor da Caixa Econômica para um, dá o cargo de Presidente do Banco do Brasil para outro...

Maior Equívoco de Lula

Se me perguntam qual foi o maior equívoco do Governo Lula, eu digo: foi quando o Waldomiro apareceu na televisão recebendo dinheiro e o botando no bolso. Foi uma cena fantástica que a televisão repetiu mil vezes! Eu fui à tribuna e pedi que Lula o demitisse imediatamente. Lula não o demitiu. Lula não o demitiu e deixou clara qual seria a linha do seu Governo. A seguir, veio uma trapalhada depois da outra. O que é mais grave: como Lula não demitiu Waldomiro, nós pedimos a constituição de uma CPI. E o Presidente Sarney, a pedido dele – por isso que quando houve a eleição aqui, Lula disse que o Presidente Sarney foi o amigo das horas difíceis, e que eu sou uma pessoa inconfiável, porque eu exigia a CPI! –, botou na gaveta, não deixou criar.

Havendo número suficiente para ser apresentada a CPI, o Presidente do Senado manda os líderes partidários indicarem os integrantes. Mas e o PT e o PMDB não indicaram os nomes. E a CPI ficou na gaveta. Precisamos entrar no Supremo, que mandou criar a CPI. Esse foi o desgaste inicial do Governo do PT.

O PSDB está fazendo uma oposição bem mais moderada que o PT. O PSDB já foi governo por oito anos. Mas o PSDB tem de entender que coisas graves aconteceram no Governo anterior. Os senhores querem que eu diga qual foi a mais grave de todas? Privatizar a Vale do Rio Doce por US\$3,5 bilhões.

Hoje vale US\$100 bilhões. Não estou pedindo para voltar para o Estado, não tem condições de ela voltar a ser estatizada. Mas que

tem de se ver para onde foi o dinheiro. Coisas sérias aconteceram. E é isso que tira certa credibilidade do PSDB. Hoje ele vem e grita querendo saber para onde foi o dinheiro do cartão corporativo do Lula. Hoje o Líder do PSDB foi muito bem ao dizer: "Eu quero apurar as contas do Lula e as contas do Fernando Henrique". Aí eu concordo.

Tem coisas que são ridículas. Por exemplo, está certo que o Lula diga que as contas da sua família são sigilosas, que são uma questão de segurança. Sim. Mas as contas da filha dele, lá em Florianópolis, cá entre nós: sete seguranças, três carros, é meio grosseiro. O Itamar me telefonou para dizer isso; ele foi presidente da República, tem duas filhas, e nunca nenhuma das duas filhas teve um segurança. Andaram livres pelo Brasil e pelo exterior, nunca tiveram um segurança.

E olha que o Lula foi eleito numa consagração de votos. O Itamar assumiu, com o Congresso derrubando um presidente eleito por uma montanha de votos, e o Vice-Presidente assumiu. No entanto, não teve essa preocupação.

Não sou de me meter na vida de ninguém, muito menos na vida dos familiares do Presidente, mas também não sou de dizer que mexer no Presidente é crime contra a segurança.

Como é que agora nós vamos dizer que a figura do Presidente da República é uma figura intocável? Não, não é. O Presidente da República deve ter muito mais cuidado.

O Ministro da Justiça, Tarso Genro, quando assumiu a Presidência do PT disse: "Vamos refundar o PT". Logo depois, ele caiu fora. Na hora da eleição, o Presidente da República, que ele deve ter ouvido para falar assim, retirou o respaldo, porque a maioria do partido não topou. É uma linha.

Saída com Dignidade

Senhor Presidente, este ano não tem uma saída. Ou essa CPI funciona e todos nós, Governo e Oposição, teremos capacidade de levar isso com a seriedade necessária, não com ódio, não com paixão, ou não teremos autoridade para seguir na busca do bem comum. Podemos transformar o limão em uma limonada. Podemos sair com dignidade dessa CPI.

Medidas provisórias estão trancando a pauta. Vamos voltar ao que era antes, quando não trancava a pauta. O ideal, Sr. Presidente, é a medida provisória não trancar a pauta, mas, passado o prazo dela, ela cai, e não pode ser reapresentada outras vezes.

O que o Presidente do Senado disse é verdade: "Vamos continuar a ser uma casa de despejo de um Governo arbitrário, apesar de democrático?"

Reforma política. Vamos ter coragem de fazer? Este Senado já teve. Votamos muita matéria que está na gaveta da Câmara. Num debate, eu disse: "Votamos propostas muito importantes, muito justas e necessárias que estão na gaveta da Câmara." Um deputado me respondeu: "É, Senador, vocês votaram porque sabiam que nós não iríamos votar. Se fosse para valer, vocês não votavam." Aí eu fiquei numa interrogação. Será que é verdade ou não?

Precisamos votar a reforma tributária. O ex-Governador do Rio Grande do Sul, o companheiro Germano Rigotto, que está na Comissão do Presidente Lula coordenando a reforma tributária, diz que agora, em breve, o Lula trará ao Congresso a reforma tributária. É bom. Mas não vamos esquecer que o Fernando Henrique já trouxe e, na hora de votar, não deixou votar, e que o Lula já trouxe e, na hora de votar, não deixou votar.

Fazer uma reforma tributária, fazer uma reforma política, racionalizar as medidas provisórias e ter dignidade na condução da CPI são coisas muito importantes nesta hora que estamos vivendo.

Obrigado pela tolerância e pela gentileza, Senhor Presidente.

Uma Nova Sistemática de Trabalho para o Senado

(O Senador sugere, em pronunciamento feito no dia 15 de fevereiro, que o Senado adote uma nova estratégia de trabalho para buscar soluções para os grandes assuntos nacionais, de modo a não ficar limitada às CPI; e pronuncia-se sobre um desses grandes temas: a transposição das águas do rio São Francisco)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Senador Cristovam fez recentemente um impressionante pronunciamento. Naquela ocasião, disse Sua Excelência, perdoe-me, com muita malícia: “Não, não dá para dizer que o senador não trabalha, porque o senador trabalha. Não dá para dizer que o deputado federal não trabalha, porque o deputado federal trabalha. Quando ele não está no plenário, quando não está nas comissões, ele trabalha ainda mais no seu estado, ouvindo seus eleitores, conhecendo os problemas no local onde eles acontecem”.

Aí, conclui o Senador: “Agora, o Senado não está trabalhando. Os senadores podem estar trabalhando, agora, mas o Senado não está. Os deputados podem estar trabalhando, mas a Câmara não está”. Isso é uma grande verdade.

E disse mais Sua Excelência: “Os senadores fazem importantes pronunciamentos aqui. Como um que foi feito com relação à maldade que o País faz com seus aposentados, o que gera um número impressionante das ações em juízo. O que vamos fazer? O que vamos

dizer aos aposentados: que somos incompetentes ou que somos insensíveis? Penso que somos incompetentes e insensíveis”

O pronunciamento foi ótimo, mas não acontecerá nada. E é isso que diz o Senador Cristovam e que acontece nesta Casa. A gente faz um pronunciamento muito importante e depois o assunto morre. Não há a responsabilidade de nós todos estarmos presentes no conjunto das decisões e buscarmos alguma solução.

Vossa Excelência se pronuncia, mas sabe, como eu, que nem o seu pronunciamento nem o meu sairão em jornal algum. Temos certeza de que nenhum ministro vai tomar conhecimento. Se ler, não vai fazer nada. As coisas ficarão iguais.

Tem razão o Senador Cristovam. Muitas vezes, há assuntos e questões importantes que temos de analisar mais amplamente. Esse assunto, do reajuste dos aposentados, é um deles. Por que não fazemos um debate sério para encontrar uma solução?

A verdade é uma só. A Previdência está falida, mas não é pelo que paga aos aposentados. A Previdência está mal é pela corrupção, pela imoralidade, pelo mau gasto, porque o dinheiro que é dela o Governo desvia e aplica das maneiras mais absurdas.

Eu, que estou com 78 anos, ouvi falar muito tempo que a tese de que o aposentado podia ganhar menos é porque ele não teria gastos. Os filhos casaram, ele está sozinho, então diminuíram os gastos dele. Hoje verifico que o velho gasta principalmente em saúde, em medicação para se manter vivo.

Veraneio na minha casa de praia, lá em Rainha do Mar, há 35 anos. Estou acostumado a ficar sentado na frente e conversar com as pessoas que vêm até mim. É impressionante o número de aposentados que dizem: “Não é possível, Senador, eu contribuí sobre dez salários, mas ganho muito menos”.

Não pode esta Casa continuar tendo pronunciamentos muito competentes que caem no esquecimento. A gente faz um pronunciamento o mais importante, alguns até com boa repercussão de opinião pública. E a gente considera o assunto encerrado, e não se fala mais, não se vai adiante.

Vamos lá, Senador Cristovam! Vamos lá, querido Presidente! Vamos botar vinte pessoas aqui na sexta-feira e na segunda-feira

e vamos fazer um debate com profundidade, escolhendo um tema de cada vez. Vamos esmiuçar esse tema. E vamos ver uma forma de botar no papel e, se for o caso, convocar uma autoridade governamental ou alguém da sociedade brasileira para levarmos isso adiante. Que bom seria se nós, de repente, debatêssemos uma matéria e tirássemos algumas conclusões.

Um assunto importante é a CPI dos Cartões Corporativos. Vamos fixar um horário nobre, à tarde, para as suas reuniões? É possível fazer isso, basta haver entendimento. Aliás, deve ser feito isso, e pode até se tornar dispositivo regimental. Do contrário, só uma matéria vai tomar conta.

Se não fizermos o que o Senador Cristovam está propondo, o que acontecerá? A partir de segunda-feira, inicia-se a CPI, e isso vai incendiar. E aí temos um ponto interessante: no Brasil só o que acontece de ruim é noticiado.

Acho que nós podemos fazer muitas coisas. Uma delas é criar uma pauta positiva.

Agora, nessa CPI, eu não quero ver derramar o sangue do Lula nem o sangue do Fernando Henrique; eu não quero ver ataques aos familiares do Lula nem aos familiares do Fernando Henrique. Foi bom porque o PSDB veio com muita gana em cima do PT, mas o PT deu a resposta, e agora nós podemos ficar na serenidade. Vamos descobrir como é que devemos mudar.

Estou pedindo à assessoria do Senado, que é eficiente, excepcional, para fazer um estudo sobre o que há de positivo e o que há de negativo no cartão corporativo, que vejo com antipatia.

Agora temos de analisar com frieza, com muita calma. Há exagero do Lula? Sim, há. Mas temos de perguntar por que Fernando Henrique criou. Vamos ver se deu certo ou errado. Precisamos conhecer a causa inicial, saber por que ele foi criado.

Ontem, conseguimos as assinaturas, houve um grande entendimento. Todos os partidos assinaram e foram protocolar na Mesa as assinaturas que faltavam e a CPI está instalada. Acho que a presidência e a relatoria devem ser uma do Governo e outra da Oposição.

CPI das Empreiteiras

O PSDB não tem muito para cobrar. No Governo Fernando Henrique não saiu a CPI das Empreiteiras. Quando Itamar era o presidente, fizemos a CPI dos Anões do Orçamento, onde tudo foi levantado. Aliás, o entendimento para compor a CPI das Empreiteiras foi tão bom, o Paulo Bisol, Senador pelo Rio Grande do Sul, não ia entrar e o Amin, Senador por Santa Catarina, abriu uma vaga para ele, que entrou indicado pelo PP, e aí saiu a comissão.

A CPI foi até uma casa bonita que era a sede de uma empreiteira da Bahia, que era a que tinha o nome mais divulgado. Lá, pegaram os livros de contabilidade, pegaram tudo.

Nunca me esqueço que estávamos na casa do Bisol e estava lá o jornalista Lula, que era repórter da *Veja*. Eu não o conhecia, estava imaginando que ele fosse o secretário do Bisol. E ele, sentado ali conosco, conversou sobre as coisas mais secretas. No fim da semana, a *Veja* publicou dez páginas sobre a matéria. Mas houve grandes exageros. Ele pegou uma folha que mostrava para quem a empreiteira mandava agendas de Natal e publicou como se as pessoas recebessem dinheiro.

O que aconteceu? O Congresso enlouqueceu, com razão, e não deu mais nenhuma prorrogação para a CPI. Vocês vão terminar neste prazo, não tem mais prorrogação. Dei a ideia de, nesse prazo, ficar só nos parlamentares, e assumimos o compromisso de, terminada a CPI, indicar uma das empreiteiras, para analisar esse material que seria endereçado a ele.

Terminou o Governo do Itamar, que concordou, logo no início de seu Governo, com a CPI dos Anões do Orçamento. Mas o Fernando Henrique não deixou criar a CPI dos Empreiteiros, não deixou, como não deixou criar a CPI para investigar os escândalos na aprovação da reeleição, onde apareceu, inclusive, o nome, a quantia e o ministério que havia participado daquele acontecimento.

Falta Autoridade Também ao PT

Então, o PSDB não tem muita autoridade. Mas o PT também não. Para o PT é até mais grave, porque o Lula era o símbolo do que mais esperávamos. Nunca se depositou tanta esperança como se deposi-

tou na eleição do Lula. Eu fui um dos que acreditaram. Eu, governador de Estado, votei no Lula contra o Collor, todo o meu Governo subiu ao palanque do Lula, e ele teve uma vitória espetacular no Rio Grande do Sul. E votei no Lula agora contra o Serra, na sua primeira eleição. Eu achava que seu Governo ia ser uma coisa fantástica. Não foi.

Não sei se o Fernando Henrique ainda me considera um grande amigo, mas minha vida com ele vem lá do início, de quando ele veio do exílio, como professor universitário. Foi lá em Porto Alegre que ele fez suas primeiras palestras no Brasil.

Ao Lula, meu grande amigo do passado, quero dizer que está ficando muito feio, muito feio esse debate para dizer quem é pior. Eu nunca havia visto isso na minha vida. O Lula e a equipe do PT dizem: "Eu fiz, mas eles também fizeram". Mas não foi para isso que o Lula foi eleito. Não foi essa a bandeira que foi levantada na rua da vitória do Lula e da expectativa do Lula. Se era para fazer o que o Fernando Henrique fez, ganhasse o Serra ou o ex-Governador de São Paulo. O Lula não foi eleito para fazer o que o Fernando Henrique fez, mas para fazer o que ninguém tinha feito e o que se esperava que ele fizesse.

Vejo muita coisa positiva no Governo do Lula. O Programa Bolsa Família é espetacular; a presença do Lula em nível internacional é espetacular. O Brasil está bem no cenário mundial. Porque a economia mudou? Sim. Porque somos melhores? Sim. Mas porque temos um Presidente que leva a isso.

O Lula tem a seu favor uma biografia espetacular: foi operário, não tem o ginásio, não tem um dedo na mão por causa de acidente de trabalho, foi um migrante que veio da miséria, vitorioso, chegou a São Paulo, foi lançado naquela barbaridade de uma cidade violenta. Fez um partido, o Partido dos Trabalhadores, e elegeu-se presidente da República. Ele fala muito bem. Mas que coisa aconteceu com o Lula? Por que deixou de lado a questão da ética, da seriedade, da dignidade e da honradez? Ele nem mantém as aparências.

Mas eu poderia falar do Presidente do Banco Central. O Procurador-Geral da República denunciou o Presidente do Banco Central por corrupção, por formação de quadrilha. O Supremo Tribunal aceitou. A ação não existe mais. Foi arquivada porque o Procurador-Geral

da República pediu ao Supremo que abrisse as contas do Presidente do Banco Central, e o Supremo não as abriu. Então, prescreveu.

O Procurador disse com todas as letras: "Concordo com o arquivamento, porque o Supremo não atendeu o nosso pedido de olhar as contas dele, onde nós verificaríamos os fatos que, temos certeza, são verdadeiros. Mas como não abriu, não tenho o que fazer. Concordo com o arquivamento".

Imagine a figura mais importante, o ponto nevrálgico de todo um sistema, que é o Presidente do Banco Central. O Lula deu a ele o título de ministro! No mundo inteiro só há um país em que o Presidente do Banco Central é ministro. Virou ministro-presidente do Banco Central para garanti-lo, porque, como ministro, ele só pode ser julgado perante o Supremo e, como presidente do Banco Central, ele iria ter várias causas.

Há um excesso de ministérios. Recebi três cartas, e as achei muito interessantes, no mesmo sentido. Foram três: uma do Rio e duas de São Paulo. Vão mandar para o *Guinness*, livro dos records, o fato de o Brasil ter 38 ministérios. Querem saber se há no mundo um país que tenha mais ministros do que o Brasil. Eles acham que é um recorde e que deve estar registrado: no mês de fevereiro de 2008, o Brasil tinha 38 ministérios.

A economia vai bem. É verdade que a gente nunca imaginava que o Governo do Lula, no fundo, estaria, não digo à direita, mas junto com Fernando Henrique, no centro, até um pouquinho mais para a direita do que Fernando Henrique. Muita gente se assustava com o Governo Lula.

O Collor ganhou a eleição porque disse que, se o Lula ganhasse, iria confiscar o dinheiro, e o povo se assustou. Ganhou o Collor e fez exatamente aquilo que disse que Lula ia fazer. As pessoas tinham medo de como Lula iria tratar o capital estrangeiro. Trata até bem demais, em minha opinião.

O Fernando Henrique fez coisas boas. O Plano Real não é dele, como ele está dizendo; é do Itamar. Mas, justiça seja feita, ele o consolidou, ele levou adiante o programa.

Nunca me esqueço de que, quando se lançou o real, um dólar valia R\$0,89. Durante algum tempo, o real foi mais forte do que o dólar. Tantos anos depois, hoje US\$1 custa R\$1,7.

Parlamentares Competentes

Quanto à CPI, em primeiro lugar, repito: devem ser o presidente e o relator um do Governo e outro da Oposição. Faço um apelo aos senadores e aos deputados: escolham gente que aja com competência e impessoalidade.

Foi dito aqui que tivemos comissões em que se escolheu membro pensando que ele seria chapa branca, e o resultado foi bem diferente. Mas, no caso do apagão aéreo, criaram uma comissão na Câmara e outra no Senado. A daqui, para não fazer nada; a de lá, também não deu em nada.

Que essa comissão seja escolhida e que os líderes tenham a capacidade de escolher pessoas responsáveis. Falando nisso, já digo que não pretendo cargo. Em primeiro lugar, não vão me indicar. Desde que o PMDB assumiu essa linha, sou pessoa descartável nas comissões.

Em segundo lugar, que se faça o que o Senador Cristovam Buarque propôs. Vamos fazer uma reunião e decidir. Na segunda e na terça-feira, é a CPI; e, nos outros dias, o generalizado. Ou, então, das 18h às 20h é a CPI, e das 14h às 18h é o assunto generalizado. Isso não está no Regimento, mas é só um entendimento. Se os líderes e o Presidente concordarem, está resolvido.

Acho que isso é muito importante, para não vivermos aqui um início de ano dramático. Não podemos dizer que não se fale em CPI, porque vai atrapalhar. Não. Temos de fazer a CPI, aconteça o que acontecer. Mas podemos fazer com que a CPI não atrapalhe.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, achei magnífica a sessão de ontem. Estamos todos indecisos sobre a transposição do rio São Francisco, e ontem foi o dia mais importante dessa questão em toda a sua história. Ontem, quando ouvi a fala do Ministro Gedel Vieira Lima e, depois, a do Deputado Ciro Gomes, fiquei impressionado. Parece que é um absurdo ser contra a transposição.

No entanto, quando falaram o bispo e os que são contra, eu também fiquei impressionado. Então, propus que realizássemos outra reunião, em que a equipe da Comissão apresentasse perguntas que seriam respondidas por escrito.

Falando agora sobre a transposição do rio São Francisco, quero me referir ao que foi comentado nesta Casa sobre a transposição do rio Colorado para a Califórnia. A Califórnia era um imenso deserto quando as águas do rio Colorado foram transpostas para lá. Hoje a Califórnia é o maior centro de produção primária dos Estados Unidos.

Perguntei ao Ciro Gomes sobre a possibilidade de o rio Tocantins ser lançado no rio São Francisco. Ele disse que tecnicamente é viável. É um assunto que quero levar adiante e quero mais detalhes.

Se isso acontecesse, se houvesse possibilidade de o Tocantins ser lançado no São Francisco, aí sim, haveria muita água para o Nordeste. Estranho que este assunto não esteja sendo discutido. O Deputado Ciro Gomes disse ontem que era viável e que isso, inclusive, estava previsto para o ano 2030.

À medida que aumentasse a busca de água e a necessidade, essa transposição do Tocantins para o São Francisco seria realizada. Mas há uma questiúncula muito pequena, inclusive dentro do próprio Estado, na Bahia, onde uns são a favor, outros, contra, por questões passionais e não por questões técnicas.

Fiquei impressionado com Ciro Gomes, porque ele citou números muito objetivos, ele é competente, mas quero ouvir a resposta ao que ele falou do outro lado.

Quando eu fui ministro da Agricultura, analisei essa questão e verifiquei uma coisa naquela época: a irrigação artificial no Nordeste era a mais cara do mundo, igual à de Israel e da Alemanha, mas era tecnicamente perfeita.

Vi a irrigação na Índia, em Bombaim. Duas vezes, de madrugada, eu fui assistir. Estavam na beira de um rio de Bombaim pessoas dormindo ao relento. Aí vinha um jato d'água, um carro, acordando todo o pessoal. Era uma multidão que ia se banhar ali. E outras ficavam. Vinha outro jato d'água e ficava. Vinha um carro com uma pá, pegava os corpos dos que morreram e botava na pá. Morreram de fome. Eu vi.

A Índia fez um plano fantástico de irrigação. Eu vi que a irrigação da Índia era feita por gente pobre. Era feita com canais singelos, com barricas e uma mão de obra simples. Havia muita gente para fazer o trabalho. Então, já começava contratando mão de obra das pessoas dali mesmo.

No Brasil, a boa técnica permite a produção de frutas no que era um deserto. E deve-se acrescentar o fato de elas brotarem duas vezes por ano. A venda para Europa é espetacular, mas beneficia gente que tem dinheiro.

Eu fiz uma proposta ao Governo Sarney, quando eu era ministro. Ele tinha proposto irrigar um milhão de hectares. Eu disse: "Vamos fazer 500 mil como está sendo feito e em 500 mil vamos adotar o modelo da Índia". Não saiu do papel, mas é uma coisa que deveria ser discutida.

O Deputado Ciro Gomes disse algo que me chamou a atenção: "Ele, agora, está cobrando a água das grandes empresas, que não pagavam. No tempo que fui ministro da Agricultura, eu gritei contra isso. O Governo fazia tudo, e as empresas não entravam com um centavo".

Precisamos de um projeto de irrigação para a Metade Sul do Rio Grande do Sul porque está virando um novo Nordeste.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Governo dá Cargos para Neutralizar a CPI dos Cartões Corporativos

(Em 18 de fevereiro, o Senador comenta notícias dando conta de que o Governo está oferecendo cargos à direção do PMDB para neutralizar as investigações da CPI dos Cartões Corporativos, fala da necessidade de uma reforma política profunda e lamenta o baixo índice de credibilidade do Congresso Nacional)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é assustador o noticiário sobre as comissões parlamentares de inquérito, de modo muito especial em torno desta que está em debate para ser instalada aqui, no Congresso Nacional, a dos chamados cartões corporativos.

Um repórter, pouco antes de eu vir à tribuna, mostrava-me o último resultado da pesquisa Sensus, encomendada pelos empresários do setor de transportes. Na investigação anterior, o Congresso estava em último lugar, no rol das entidades pesquisadas, sobre a sua respeitabilidade na opinião pública, com 1,1%. Nesta última, o Congresso continua em último lugar, mas com 0,5%. Baixou 55%, de 1,1% para 0,5%. Essa é a credibilidade, hoje, do Congresso Nacional.

E o Presidente da República aumentou para um índice de aprovação que há muito tempo o Brasil não tinha: 65% é a credibilidade do Presidente, segundo essa mesma pesquisa. Por que o Congresso Nacional tem uma credibilidade tão pequena? E o que leva o Pre-

sidente Lula, no auge de todo este debate sobre os cartões corporativos, que envolvem a figura do Presidente, a ir lá para cima na credibilidade popular?

Segundo os jornais, em troca de paz na CPI dos Cartões Corporativos, Lula se reúne hoje com os seus ministros, para acelerar o rateio de postos no setor elétrico, o que pode aumentar o nível da fidelidade dos partidos. Isso deixa mal o meu partido, o PMDB. Segundo a matéria, o PMDB está fazendo exigências e as suas lideranças estão cobrando esses cargos para garantir a fidelidade na comissão parlamentar de inquérito.

A imprensa insiste muito com a figura do Senador José Sarney. Primeiro, diz e insiste que foi ele quem escolheu o Ministro de Minas e Energia; agora insiste que há um duelo entre ele e a Chefe da Casa Civil pela Presidência da Eletrobrás, da Eletronorte e por outros cargos que envolvem Petrobras e Eletrobrás.

Reforma Política

É importante uma entrevista que a *Folha* publica do Presidente José Sarney. Diz o ex-Presidente que o Governo Lula falha ao não se esforçar para fazer a reforma política.

Está aqui um assunto com o qual eu concordo inteiramente com o Presidente José Sarney. Falha-se, e falha-se muito.

A Sarney pergunta o jornalista: “E por que você não a fez, na Constituinte, quando você foi Governo?” Ele disse que não teve condições. Eu digo que é verdade. Diz ele que, no seu Governo, era fraco politicamente e que quem mandava politicamente era Ulysses Guimarães, então presidente do MDB. Foi o que disse Sarney, na reportagem, com o que eu concordo. A figura de força no Governo Sarney era Ulysses. E o Sarney não teve condições para fazer a reforma política. Não teve, porque entrou um debate infeliz.

Aqui, eu quero fazer justiça ao Sarney. A imprensa toda, até hoje, fala que ele lutou para ganhar mais um ano de governo. Mentira! O seu mandato era de seis anos; queriam baixar para quatro, e ele pediu cinco. Então, queriam baixar dois, e ele queria baixar um.

Eu era governador do Rio Grande do Sul quando vim a esta Casa, na Constituinte, dizer que, para mim, o Sarney podia ficar seis anos, desde que o parlamentarismo fosse adotado.

Diz o Sarney aqui, repetindo o que eu disse, que o regime brasileiro é híbrido, porque é presidencialista, mas tem as medidas provisórias, que são do parlamentarismo. Repito: o Congresso Constituinte devia ter, na Comissão de Redação Final, tirado as medidas provisórias, quando caiu o parlamentarismo.

O Presidente Sarney tem razão: Governo Lula falha ao não se esforçar para fazer reforma política. Vamos deixar claro que Sarney não está dizendo que o Presidente tem de fazer reforma política. Ele disse que nós temos de fazer a reforma política, todos nós. Mas ele acha que depende muito da Presidência da República para fazê-lo. Ele não pode fazer porque não tinha força quando foi presidente, mas o Lula tem.

Cargos no Governo

Mas, o que é importante, nesta entrevista à *Folha*, é que o Sarney disse que não deu palpite nenhum, que não deu nome para cargos no Governo Lula. Ele é muito amigo da Chefe da Casa Civil. Elogios corretos, ele faz a ela, mas diz que não indicou o nome de ninguém!

Diz o jornal *O Globo*: "Governo volta a ficar refém da base aliada". Investigação frustra a expectativa de um ano livre da agenda parlamentar e com todo o foco voltado para as eleições. Governo é refém da base aliada, porque Sarney e os líderes do PMDB exigem cargos.

Aqui, o jornal está dizendo que ele quer cargo; e, aqui, o nosso amigo Sarney está dizendo que não fez indicação.

Senhor Presidente, não se pode dizer que o Sarney está brigando com a Ministra da Casa Civil e exigindo cargos. Não está. Ele está dizendo aqui com todas as letras que não está. Estão, vamos parar com isso. Que rateio é esse?

Mas os cargos têm de ser decididos hoje. E a essa altura parece que o Presidente Lula está se reunindo com a cúpula político-partidária para decidir esses cargos.

Uma coisa eu posso dizer, falando por mim e por alguns companheiros: nós, senadores, não nos reunimos, nunca fomos convocados para escolher ninguém para ministro de Minas e Energia, nem para a Petrobras nem para a Eletrobrás. A imprensa publica que os senadores do PMDB estão exigindo. Eu não fui. Ninguém me chamou.

Em segundo lugar, o Presidente Sarney está dizendo, com todas as letras, que não tem reivindicação. Então, vamos retirar da manchete essa realidade apresentada como real de que os cargos e a ação da CPI vão depender do Presidente da Eletrobrás, do Presidente da Eletronorte, e de outros cargos no Governo.

Fico impressionado, porque a imprensa toda disse que, para a Eletronorte, tem de ser um nome indicado pelo Deputado e ex-Presidente desta Casa, que renunciou numa situação muito delicada, Jader Barbalho. Eu estranho o prestígio e esta credibilidade tão grande do Senador Jader Barbalho que, inclusive, está respondendo por inquérito no Supremo.

E o que me deixa mais impressionado, ainda, é que a imprensa também publica que o nome que ele está indicando está respondendo por três processos. Aí, o Presidente Lula tinha de tomar uma atitude: dar um prazo, até hoje, segunda-feira, para que o indicado mostre se tem ou não tem problema na sua folha corrida.

O que me impressiona é que uma comissão parlamentar de inquérito de tamanha importância, como é a dos Cartões Corporativos, é tratada dessa maneira.

Por que o PT Manteve os Cartões?

Quando vejo o Presidente Lula e o Ministro do Planejamento, ontem, na TV Bandeirantes, dizer: "Nós agora vamos averiguar com relação aos cartões. O Congresso que nos diga o que está errado e como corrigir. E, se é correto, se fosse o Presidente Lula que tivesse criado os cartões? Se estivéssemos no primeiro ano de governo? Deu errado, então vamos dizer o que deu errado para ele corrigir".

Primeiro, foi Fernando Henrique quem criou os cartões. E por que o Lula, que foi um crítico duro, sério, responsável, que foi às minúcias do Governo Fernando Henrique, não tocou nos cartões?

Agora, vem dizer que há mil coisas erradas. Pode ser que tenha havido, mas por que não tocou nisso na época?

O Governo Lula, no segundo ano do segundo mandato, no sexto ano de mandato, também não tocou nisso. Mas, quando o Congresso cria a CPI dos Cartões, vem o Ministro e diz: "Não, se disser que há alguma coisa errada, que o Congresso mostre que está errado e como se deve corrigir".

Nós é que vamos mostrar ao Governo como deve se corrigir seis anos depois? Mas que governo é esse? Que incompetência é essa? Essas coisas são ditas com tal vulgaridade que não consigo compreender.

A grande verdade é que temos de reconhecer que, dentro desse contexto, a CPI deve ser criada e bem criada. O que há de mal e de errado é a forma como isso está acontecendo.

Repito o que venho dizendo: não pode ser um desafio entre PSDB e PT para ver quem errou mais e onde errou mais. Não, não é esse o jogo. É o jogo do que aconteceu e como resolver.

Primeiro, com toda a sinceridade, neste momento, a presidência deve caber a um bloco e a relatoria a outro: um do Governo e outro da Oposição.

Em segundo lugar, com toda a sinceridade, PT e PSDB não deveriam ficar nem com a presidência nem com a relatoria. E nós, do PMDB, também não. Nós fomos Governo com o PSDB e somos Governo com o PT. Demos, durante oito anos, garantias para que o Fernando Henrique fosse Governo. Se o PMDB tivesse ido para a oposição, teria sido completamente diferente o Governo Fernando Henrique. E agora, com o Lula, imaginem os senhores se o PMDB também fosse oposição. O que seria do Governo do Lula? Então, o PMDB não está em jogo.

Líder de Dois Governos

Sabem um belo nome para presidente da comissão, ou melhor, para relator? O Senador Romero Jucá. O Jucá é uma pessoa que deveria ser o relator dessa comissão. Foi líder do Fernando Henrique e é líder do Lula. Quem é melhor do que ele? Quem tem mais competência do que o Senador Jucá? Foi líder dos dois Governos; conhece

por dentro o que houve no Governo Fernando Henrique e o que há no Governo do Lula.

Eu nunca esqueço um aparte do Líder do PSDB, quando o Jucá estava fazendo uma análise muito séria e profunda: V. Ex^a está indo muito bem. Da maneira como V. Ex^a está indo, V. Ex^a voltará a ser o nosso líder no Governo do PSDB daqui a três anos.

Agora, escolha, há nomes. Vou só citar um nome aqui. O líder do PSB aqui no Senado, o Senador Renato Casagrande, é da base do Governo, mas é um nome que tem unanimidade e está numa posição de credibilidade absoluta. Estou citando um nome, mas poderia citar vários que poderiam ser escolhidos.

Leões de Chácara

Agora, a imprensa publica os nomes do PT. Devem ser nomes daqueles que não serão candidatos a prefeito, que não têm nenhuma pretensão em curto prazo, para não se preocupar com a imprensa e fazer o papel apenas de garantir o Governo.

Os nomes do PMDB que estão sendo anunciados têm de ser os novos leões de chácara. Então, o PMDB e o PT vão fazer na comissão o papel de leões de chácara. Vão lá para atuar a favor do Governo, a favor do Lula, do Lulinha, a favor do PT e contra o PSDB. E no PSDB, pela informação que tenho, e no PFL é a mesma coisa, irão para defender até o fim do mundo o Governo do Fernando Henrique e bater no PT.

Mas como se pode imaginar a imprensa batendo em nós, quando o Congresso baixa a credibilidade de 1,1% para 0,5% e o Lula aumentando lá para cima? E a imprensa toda noticia que há uma pizzaria da troca de cargos no Governo por postos na CPI: Lula se reúne hoje com Ministro para escolher novo Presidente da Eletrobrás e acelerar o rateio de postos no setor elétrico, o que pode aumentar o nível de fidelidade da base na Comissão dos Cartões. Isso ridiculariza o Congresso; isso humilha a classe política; isso é algo feito pelo PT, pelo Lula.

Olha, volto a dizer, eu abraço o Presidente Collor. Numa CPI que tirou o mandato dele, que cassou o seu mandato e suspendeu os seus direitos políticos por dez anos, eu coordenei essa Comissão.

Não vi um ato, não vi absolutamente nada do Collor parecido com o que está acontecendo hoje. Nada!

Mas ainda é tempo, Sr. Presidente. Quero elogiar o comportamento do Presidente Garibaldi. Aliás, a imprensa está colocando assim. Ele também acha que o presidente deve ser de um grupo e o relator de outro.

Ele também acha que se deve buscar a verdade. Não concordo, Senhor Presidente, que temos de entrar na alma de Lula. Estou lá preocupado com a família do Lula ou com a do Fernando Henrique? Também acho que não devemos entrar nesses detalhes e nessas questões. Vamos fazer um acordo, já de início, de deixar Lula e a família de lado, o Fernando Henrique e a família de lado? Aliás, justiça seja feita ao Fernando Henrique. Ele mandou uma carta, que a imprensa publicou, deixando claro: "Investiguem a mim e à minha família, pois eu não tenho nada a esconder". A carta está em todos os jornais.

Então, acho que se deve fazer uma CPI séria, responsável, para resolver essa questão dos cartões. Aqui no Senado precisamos nos organizar para ter tempo para a CPI e um tempo para as tarefas normais. Eu votaria a reforma política e o pacote econômico como prioridades praticamente absolutas.

Obrigado.

A Morte de Chico Pinto

(Em 21 de fevereiro, o Senador lamenta a morte do ex-Deputado baiano Chico Pinto e destaca o papel que ele exerceu na luta pela redemocratização)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, essa é uma data triste porque perdemos a figura extraordinária de Chico Pinto, nome que marcou época neste País e neste Congresso Nacional.

A política brasileira perdeu, na terça-feira, um dos seus maiores nomes. Morreu o advogado, jornalista, deputado federal por quatro mandatos e constituinte, Francisco Pinto, conhecido na nossa história, nos corredores do Congresso Nacional e no coração do povo baiano e brasileiro como Chico Pinto. Um nome, uma lenda. Uma estatura política à altura de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Mário Covas. Se fosse possível defini-lo numa única palavra, talvez escolhesse dignidade. Ou, quem sabe, seriedade. Talvez correção, pureza, brilhantismo, coerência. Ou, ainda, todas elas reunidas numa característica que marcou a vida de Chico Pinto: a autenticidade. Era isso: Chico Pinto era um autêntico. Vem daí a marca que ele deixou no nosso velho e querido MDB, nos tempos mais duros do regime militar: foi um dos mentores mais importantes do chamado Grupo Autêntico do partido.

Era o início dos anos 70 e, com ele, o MDB passou a viver um novo momento. Foi quando se iniciou o grande debate que fundamentou as mais memoráveis campanhas pela restauração da democracia brasileira. Foi ali que surgiram as ideias que resultaram, por exemplo, nas campanhas das Diretas Já, da luta pela anistia, pelo fim

da tortura, pela Assembleia Nacional Constituinte, entre tantas outras, que o velho MDB e o povo brasileiro levaram às ruas, e Chico Pinto estava em todas elas.

Além da presença, Chico Pinto exerceu uma liderança marcante em todos esses movimentos que marcaram a nossa história.

Ele era um articulador dos mais competentes. Sem jamais abandonar os seus ideais por um País democrático e soberano, demonstrou-se um dos melhores articuladores daquele momento em que se ouvia apenas a voz da repressão. Preso exatamente por defender esses ideais, nas ruas e na tribuna da Câmara, percebeu que o seu pensamento tinha ressonância entre um grupo significativo dos próprios militares brasileiros. Assim, sem transigir com qualquer conveniência pessoal, soube, como ninguém, dialogar com todos, inclusive com militares que se insurgiram contra aquela triste realidade. Foi daí que surgiram as anticandidaturas. A primeira foi com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Com eles, percorremos o País disseminando a democracia no Brasil inteiro. Depois, ainda quando presidentes da República eram somente militares ungidos, foi lançada a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, tendo a seu lado o bravo Paulo Brossard de Sousa Pinto.

Jamais Transigiu

Em todos esses movimentos pela democracia, o contraponto da voz, da luta, era Chico Pinto. Não transigiu nem mesmo quando da prisão lhe acenaram com a ideia de um possível perdão. Para ele, perdoar o que, se ali estava exatamente por defender o que mais acreditava: em um País mais justo e democrático? Em carta dirigida, então, ao Presidente Ernesto Geisel, recusou, antecipadamente, o indulto de Natal que lhe seria oferecido: “Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento, o de um perdão que não solicitei”.

Foi vasta a experiência política de Chico Pinto. Tudo começou na década de 50, eleito vereador na sua querida Feira de Santana. Não tardou em se eleger prefeito. Já naquele tempo, colocou em prática a sua aptidão pela democracia na gestão dos recursos públicos. Foi pioneiro, fala-se tanto nisto, meu amigo Jarbas, no chamado

orçamento participativo. Pois foi ele, lá na sua Feira de Santana, o primeiro que pôs em prática, que discutiu, que debateu e que defendeu a tese do chamado orçamento participativo.

Também vem desse tempo a perseguição política que lhe seria implacável: foi sacado da Prefeitura pelo regime militar já no seu início, em 1964. No livro de posse de seu sucessor consta o nome de comandantes que houveram cercado a Prefeitura e que provocaram a sua deposição. Lá ele ficou cercado e lá foi deposto, tendo sido apeado da Prefeitura.

Respondeu a inúmeros processos, a inúmeros inquéritos militares. Já deputado federal pelo MDB, em 1974, foi processado, a pedido do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, por ter protestado, na tribuna da Câmara dos Deputados, com a escandalosa presença e com as honras prestadas a Augusto Pinochet, contra as torturas de todos os tipos de violência que se praticavam no Chile, igualmente sob o regime de exceção. Por esse motivo, foi condenado a seis meses de prisão, em triste decisão do Supremo Tribunal Federal, além de perder o mandato por decisão, triste decisão, da Mesa da Câmara dos Deputados.

Voltou ao Congresso Nacional em 1978, sendo reeleito em 1982 e em 1986, até que se desiludiu da realidade brasileira e deixou a vida pública.

Que discursos faria hoje Chico Pinto, desta mesma tribuna do Congresso Nacional, neste momento sensível do Parlamento brasileiro, que atinge, talvez, os mínimos limites da indignidade?

Na impossibilidade de ouvirmos, a partir de agora, os seus ensinamentos, fique o seu exemplo. Que fique também o seu pensamento. Registramos os seus discursos na Câmara dos Deputados, para que a História brasileira lhe renda o devido tributo.

Senhor Presidente, peço a inserção nos Anais do Senado Federal da sua última entrevista, dada ao portal Terra, histórica e memorável. Peço, neste momento, que ela faça parte dos Anais desta Casa, pela coragem de sempre, pela luta de sempre, pela importância de sempre.

Sr. Presidente, perdoe-me por recordar, mas eu me lembro da Executiva do nosso velho MDB: Dr. Ulysses, Presidente; eu, Primeiro Vice-Presidente; Teotônio, Vice-Presidente; Chico Pinto, Secretário-

Geral; Tancredo e Covas. Eu me lembro do papel, meu amigo Jarbas, meu amigo Heráclito, que essa Executiva fez.

Éramos nós e a ditadura; éramos nós e a violência; éramos nós e o arbítrio.

Lembro-me da reunião em que a bancada do MDB decidiu que votaríamos contra o projeto de reforma da Constituição para reformar o Judiciário, porque ela não era justa, não era correta, não era real. Lembro-me do Dr. Tancredo dizendo: “Nós não vamos votar isso”.

Fazia um apelo para que não votássemos porque diziam que os militares estavam atentos. Votamos, votamos contra. Aí fecharam o Congresso Nacional e fizeram o que quiseram. Mas não havia nem entendimento, nem acordo, nem o que se vê agora, Sr. Presidente. Vejo o Chico Pinto, vejo o papel que representamos naquele momento, vejo que temos liberdade absoluta hoje, que temos autonomia, que temos independência para fazer o que quisermos, mas vejo também esta quinta-feira absolutamente vazia.

Eu pediria a V. Ex^ª, Sr. Presidente, que falasse com o Presidente da Câmara para que ele publicasse, este ano, como fazemos aqui e fazem lá, que a Câmara publicasse um livro com a vida e a obra de Chico Pinto. A ele o meu carinho, a ele o nosso afeto.

As coisas passam, mudam, e nós não podemos nem fazer que a sociedade brasileira de hoje sinta o que foi Chico Pinto na hora em que ele viveu. Mas tenho certeza de que ele foi um patriota, um homem que honrou a sua história, que honrou este País.

Para mim, Sr. Presidente, é com emoção que digo, foi um grande amigo e professor que tive ao longo da minha vida pública.

Muito obrigado.

Renúncia de Fidel Castro

(O Senador, em pronunciamento no dia 22 de fevereiro, comenta a renúncia de Fidel Castro, lamenta o boicote econômico dos Estados Unidos à ilha, examina os avanços e retrocesso da Revolução Cubana e diz que o Brasil pode ajudar aquele país)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui no Senado, às vezes, debatemos longamente matérias importantes; às vezes, há um silêncio em torno de situações que são manchetes no mundo inteiro.

Eu não poderia deixar de tecer alguns comentários sobre um assunto que está pautando a mídia internacional nesta semana: trata-se da carta-renúncia do Presidente Fidel Castro depois de 49 anos e vários dias no poder.

Cuba é um pequeno país, uma ilha situada na América Central, com pouco mais de 110 mil km², algo como vinte vezes o tamanho geográfico do Distrito Federal, um pouco maior que o Estado de Pernambuco, menos de metade do Estado do Rio Grande do Sul; uma população de 11 milhões de pessoas, pouco maior que os gaúchos e igual à da cidade de São Paulo.

Mas por que um acontecimento político, num país tão pequeno, pouco mais de um centésimo da nossa área geográfica do Brasil e de 6% da nossa população, desperta tamanha atenção em todos os países do planeta? Talvez a renúncia do Presidente de um dos menores países esteja hoje inclusive empanando a atenção da mídia, e até é o ponto principal.

Nós sabemos que a eleição americana, nas suas primárias, está em um apogeu de debate, numa fantástica ascensão de Barack Obama, tido antes como um concorrente apenas para participar como vice da ex-Primeira-Dama.

Ainda ontem, no debate, no Texas, entre a ex-Primeira-Dama e Obama, a expectativa de todos os americanos, eu diria de todo mundo que acompanhou o debate, foi sobre o que eles falariam da renúncia de Fidel Castro. É porque, fora do País, a história cubana, com Fidel Castro e Che Guevara à frente dos revolucionários, se construiu com muito mais do que fatos, muito mais do que fatos concretos. Na verdade, ela teve o condão de construir sonhos. Ela espelhou a luta libertária de dezenas de povos e países em um tempo em que vicejavam regimes de exceção, principalmente ao sul da mesma América. A figura de Che Guevara foi muito mais do que um retrato no peito, muito mais do que fotos nas paredes do mundo, a figura de Che Guevara simbolizou, contraditoriamente ao que se publica hoje, a ilha de Fidel Castro, desejos de liberdade.

Sem Perder a Ternura

A bandeira de Cuba, um país de onde se noticia o poder pela força, também tremula contraditoriamente nos movimentos pela paz, até porque a mensagem "Há que se endurecer", vem acompanhada de "sem perder a ternura jamais". Eu vi essa frase pelo mundo afora. Há que se endurecer, mais embaixo da figura de Che Guevara, sem perder a ternura jamais.

Cuba, portanto, é notícia, mais do que pelo que é, mais do que aquilo que Cuba é. A notícia é maior do que isso porque ela representou, política e ideologicamente, o que nós todos sonhamos no passado.

Eu não quero entrar neste contraditório de que Cuba é um paraíso, que não é, ou de que Cuba é o terror para outros, que também não é. Não é essa a discussão que eu acho deva ser travada. Há emoção em ambos os lados: dos que defendem o regime cubano, que eu acho difícil, que eu não defenderia; e o dos que lhe atribuem características diabólicas, com o que eu também não concordo.

Parece até não haver um meio-termo nessa violenta contradição. Mas, apesar das minhas críticas à falta de liberdade em Cuba, onde não há a liberdade que gostaríamos que existisse, há muito o que preservar dos progressos sociais evidentes naquele pequeno país e que temos de reconhecer.

São outros os tempos neste mundo globalizado, muito diferente da época da revolução cubana, o mundo dividido entre Rússia e Estados Unidos, entre capitalismo e comunismo. Isso não existe mais hoje.

O comunismo desapareceu e o capitalismo está vivendo uma crise que nós conhecemos. Vivemos em um mundo de mercado internacionalizado, como o atual. Não se concebe ainda a manutenção do boicote ao povo cubano, orquestrado pelos Estados Unidos. E lá se vão 40 anos.

Que interesses estariam por trás desse boicote? É evidente que não será o mercado cubano, afinal, pouco mais de 10 milhões de habitantes, nada mais do que uma pequena margem, nada mais do que uma pequena parte da demanda reprimida em qualquer outro país, como o Brasil. Um milhão de cubanos que se pode dizer que estão no mercado internacional, que podem comprar, consumir. Hoje, repito, pouco mais de 10% de cubanos possuem algum possível e eventual potencial efetivo de demanda. Pouco mais de um milhão de consumidores, quando muito. Também aí, mais uma vez, Cuba entra no cenário econômico e político pelo que representa muito mais do que pelo que ela é de fato. Isso não significa que a realidade não seja um fato.

Diz o noticiário que dezenas de presos políticos permanecem em celas cubanas. Diz também que foram encarcerados exatamente pelos seus ideais de liberdade. Claro que não posso aceitar, eu que bem conheci como funcionam os cárceres políticos nos nossos anos de exceção. Eu com Teotonio Vilela e outros, na luta pelo fim da tortura, percorremos este Brasil inteiro até libertarmos todos os presos políticos. E me lembro, lá no Ceará, quando soltamos o último deles. Eu não consigo conceber a ideia da existência, ainda hoje, de presos políticos, principalmente porque defendem o livre direito de escolha. Que se prendam os que cometeram delito, mas que se livrem os que defendem exatamente a liberdade!

Fuzilamento e Bombas

Ainda há pouco tempo, soubemos do fuzilamento de cubanos. Fui um dos que protestaram contra esse absurdo. Tomou-me de assalto a indignação, mas tal e qual o que Cuba representa, é a mesma indignação quando vejo milhares de pessoas inocentes mortas pelas bombas, pelos mísseis, lançados exatamente por aqueles que se arvoram os donos da liberdade.

E, no Iraque, o que está acontecendo? E, em vários países do mundo, o que está acontecendo?

Eu estou entre aqueles que querem ver, a partir da renúncia de Fidel, uma Cuba caminhando cada vez pela plenitude democrática, mas quero também vê-la independente. Por isso, temos de reconhecer que terá de haver mudanças urgentes dentro e de fora para dentro na realidade cubana. Dentro, propiciando aos cubanos a liberdade de escolha sobre os seus destinos o mais breve possível. De dentro para fora, eliminando imediatamente o boicote econômico que perdura há mais de 40 anos.

Como falar em liberdade interna se não se permite a força para que essa liberdade se exerça na sua plenitude? Eu continuo confiante em Cuba, que ela prosseguirá na hipótese de abertura política que tanto se cobra por meio da imprensa, como modelo de atuação nos segmentos dos mais importantes da vida humana.

A pequena ilha deve continuar sendo espelho para todos os demais países, no campo da saúde, por exemplo. Repito: ao lado da abertura política, há de se reconhecer o que significa Cuba em vários setores sociais. A saúde é um espelho. Quem não se lembra das sequelas do desastre de Chernobyl, pois as feridas do vazamento nuclear foram cicatrizadas pela ciência médica cubana.

Quantos são os males epidêmicos que encontraram em Cuba a vacina salvadora? Quantos são os médicos cubanos que se espalham por periferias do mundo capitalista, socorrendo quem está fora dos limites do mundo globalizado? Bom será, portanto, se a liberdade, ainda que tardia, raiar em Cuba. Mas que essa mesma liberdade seja alcançada com a manutenção dos ganhos sociais que o país, a duras penas, conseguiu nessas mesmas quase cinco décadas de persistência.

Desejo, como tantos, uma Cuba livre, mas não quero que a ilha de Fidel Castro se transforme numa realidade de muitos outros países onde hoje, embora se diga que se respire a liberdade, milhões de crianças continuam morrendo de fome e de doenças plenamente curáveis. A dor da fome é a mesma em Cuba, no Brasil, na Namíbia e até em setores dos Estados Unidos.

Frei Betto escreveu no final de um artigo, anteontem, do *Correio Braziliense*. Ele se lembra de que, neste ano ainda, esteve em Cuba e, na saída do aeroporto, viu dois cartazes enormes. Um, dizendo: "A cada ano, 80 mil crianças morrem vítimas de doenças evitáveis. Nenhuma delas é cubana". Outro cartaz: "Esta noite 200 milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma delas é cubana".

Importante essa análise feita por Frei Betto a olho nu, há pouco mais de dois meses, quando estive em Cuba.

Boicote e Falta de Liberdade

Eu estou certo de que a manutenção da falta de liberdade política em Cuba tem correlação com o boicote econômico que lhe impuseram. Um pecado que se tenta remir. Passo exatamente a dizer: que deem o primeiro passo, exatamente aqueles que mais pregam a necessidade da instalação da plena liberdade.

Virá certamente a liberdade, se nós pudermos ver terminar a triste e absurda atitude dos americanos, há mais de quarenta anos, de boicotar a ilha. Boicotaram, lá atrás, quando armas russas, infelizmente, quiseram se instalar em Cuba. A invasão da baía dos Porcos, único traço negro da biografia de Kennedy, na verdade, tem causas e tem efeitos.

Antes de se esperar que algo aconteça após o afastamento de Fidel Castro, que se levante o bloqueio econômico e o bloqueio político que ainda se mantêm sobre o país. Enquanto isso não acontecer, não haverá moral suficiente para se cobrarem ações concretas internamente. Eu não tenho dúvida.

Saiu Fidel Castro. Levanta-se o bloqueio econômico e o mundo inteiro estará cobrando absoluta liberdade interna em Cuba.

Portanto, no desejo de que haja liberdades políticas absolutas, não me dirijo unicamente ao novo mandatário que será escolhido e,

parece-me, será o irmão de Fidel Castro que, aliás, em todas as manchetes dos últimos tempos, tem falado ao exterior, principalmente aos americanos, dando a entender claramente que quer uma mudança, mas dizendo que deseja uma reaproximação com os americanos e o término, no futuro, do boicote. Dirijo-me principalmente ao governo dos Estados Unidos. O boicote econômico tem de acabar de imediato. Não faltará ao presidente americano apoio para esse gesto. Mesmo entre os cubanos residentes nos Estados Unidos, há forte apoio para que se restabeleça o diálogo com Cuba.

Um fato sem precedentes no Congresso americano: depois que Fidel renunciou, em questão de horas, 104 congressistas americanos, democratas e republicanos, enviaram correspondência à Secretária de Estado, Sr^a Condoleezza Rice, pedindo revisão completa da política americana em relação a Cuba.

Reparem esta repercussão: O congressista, a imprensa e a sociedade americana entenderam que tem de se aproveitar e jogar nessa aposta.

E não vamos aqui discutir. Não, primeiro, o novo presidente tem de fazer isso para, depois, fazermos aquilo. Vamos fazer um gesto. Vamos determinar a abertura gradual, o término do boicote. E o mundo inteiro estará a cobrar a caminhada para plenitude democrática em Cuba.

Política Punitiva

A imprensa americana corre no mesmo sentido. Por exemplo, *Washington Post*, um dos jornais de maior repercussão nos Estados Unidos, afirma que a política punitiva americana para Cuba fracassou. Que foram inúteis os esforços do governo americano para derubar Fidel Castro. Na mesma matéria, a articulista cita o Brasil como exemplo dos países que, ao contrário dos Estados Unidos, optaram por manter relações construtivas com Cuba e que poderiam até se beneficiar com isso.

E acrescento: a política americana com Cuba não só fracassou como contribuiu para que se mantivesse por mais tempo o regime de Fidel Castro. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Penso assim. Se não houvesse agressão americana, se houvesse diálogo, se Cuba

continuasse pertencendo à Organização dos Estados Americanos, se eles se reunissem e debatessem, Cuba não teria ido para a Rússia, para a União Soviética, afirmando que era a única opção que tinham para sobreviver. Dar-se-iam condições. Se os Estados Unidos não tivessem fechado o mercado com Cuba, primeiro, com o açúcar, de quem era seu grande comprador. E de repente, não tendo mais o que fazer e a Rússia chegando e dando mesada para que sobrevivessem, enfim, se não tivesse acontecido isso, acho muito difícil que Cuba tivesse tido Fidel Castro por 50 anos. Porque isso ficou e inspirou outros povos favoráveis a transformações sociais e criou uma antipatia ao americano, o que não precisava.

O Brasil poderá desempenhar um papel importante neste momento de transição cubana. Nessas confusões de Presidente da Venezuela, da Bolívia, para onde é que vai, para onde é que não vai, em que, diga-se de passagem, o Presidente Lula tem mantido uma posição de respeito e compreensão, de entendimento e de diálogo. Mantém o entendimento com o seu amigo Bush, como ele diz, mas mantém o entendimento com o Presidente da Venezuela, da Bolívia, da Argentina. Estão se reunindo, se não me engano hoje, a Presidente da Argentina com o Presidente brasileiro e o da Bolívia. E a Presidente da Argentina abertamente fazendo um apelo à compreensão do Lula. Espero eu que se encontrem e se acertem. O Brasil, repito, poderá desempenhar papel importante neste momento de transição cubana.

Contribuição Brasileira

Talvez até como uma reparação histórica. Foi o nosso País um dos principais mentores à época da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Nós também não tínhamos democracia. O nosso regime era muito triste.

Agora o Brasil tem todas as condições de contribuir nesse processo de distensão das relações cubano-americanas. Essa ideia é também bastante difundida na imprensa norte-americana. Para os articulistas dos principais jornais daquele país, o Brasil tem condições de ocupar o espaço hoje cobiçado por Hugo Chávez, da Venezuela, não com o mesmo objetivo, mas com a competência,

com a capacidade, com aquilo que quer o Brasil, a total integração americana.

Há também diversos segmentos da realidade cubana que estão exigindo cooperação. A infraestrutura cubana está sucateada: as estradas são precárias, não há rede ferroviária, os portos estão no limite da capacidade, o serviço de telefonia é de má qualidade.

Em alguns campos, já há conversações entre os dois governos. Já está havendo conversações entre Cuba e o Brasil, reforçadas no encontro recente entre o Presidente Lula e Raúl Castro.

No campo do petróleo, já há até entendimentos. Os maiores especialistas de relações internacionais dão conta de que essa cooperação entre Brasil e Cuba não se restringe a aspectos econômicos, mas principalmente a aspectos políticos. Segundo eles, o Brasil pode contribuir com Cuba para avançar nos aspectos políticos, nos aspectos econômicos, mantendo os ganhos no campo social. Isto que é importante: Cuba avançar no aspecto político, mas manter os ganhos no campo social.

Muito se falou, durante muito tempo, sobre um tal de sonho americano. A história recente parece indicar que quem sonhou acordou. Muitos atribuem também à história cubana nos últimos 50 anos um pesadelo, mas foi igualmente em outros moldes um sonho. Quem sabe tenhamos todos acordado. E agora, tenham de enfrentar uma nova realidade que se impõe, corrigindo os erros em ambas as partes.

Não se cultiva a liberdade entre os cubanos retirando-lhes a liberdade. Repito, não se cultiva a liberdade entre os cubanos retirando-lhes a liberdade. Não se pode apagar os sonhos, nem o americano nem o cubano, mas é preciso acordar para uma nova realidade.

Clóvis Rossi, na *Folha de S.Paulo*, conta uma história presenciada em Genebra, na comemoração, em 1997, dos 50 anos do GATT, hoje Organização Mundial do Comércio. Cenário mais do que perfeito para os líderes dos países maiores, comerciantes do mercado internacional. Não para uma pequena ilha, boicotada nas suas necessidades mais fundamentais. Os discursos dos grandes líderes das maiores economias do mundo seguiam sonolentos, sem nada a dizer e nada prometer, até que foi anunciada a chegada de Fidel

Castro. Um grande alvoroço, seguido de um silêncio sepulcral. Fidel Castro foi aplaudido por todos, sem que nenhum alimentasse qualquer simpatia pelo regime cubano. Fidel Castro abriu seu discurso citando Calderón de la Barca: "La vida es sueño, y los sueños, sueños son. A vida é um sonho, e os sonhos, sonhos são".

Há uma corrente de pensamento que defende a ideia de que nada mudará em Cuba com a saída de Fidel Castro. Há um pensamento contrário de que a saída de Fidel Castro, a sua renúncia, acarretará uma radical e eminente transformação.

Acho que, por coerência de quem defende a liberdade, essa decisão deve caber ao povo cubano, democraticamente. Não por imposição de quem quer que seja, de uma ditadura, por meio de um boicote. Se parcela expressiva do Congresso norte-americano, de diferentes partidos, já se posicionou contrária ao boicote a Cuba, não há razão para que fiquemos inertes neste momento histórico para o povo cubano. No mínimo, temos de nos posicionar contrários ao embargo que se mantém há tanto tempo contra aquele país.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Antecipação do Julgamento de Candidatos Processados na Justiça

(Em pronunciamento em 29 de fevereiro, o Senador tece comentários sobre o processo eleitoral brasileiro, e sugere que os processos contra candidatos em eleições sejam julgados antecipadamente pela Justiça)

Senhor Presidente, ontem, ao ser entrevistado pelo jornalista Heródoto Barbeiro, da rádio CBN, falei sobre como deve ser feita a questão dos candidatos à próxima eleição. Dizem alguns que todos podem ser candidatos desde que não tenham condenação passada em julgado.

Aliás, li sobre um erro muito grave do Lula. Quando cobraram dele que demitisse alguns membros de seu Governo porque estavam sendo processados e já haviam sido condenados em instâncias, ele disse: “Mas a sentença não passou em julgado; logo, não podemos dizer que a pessoa é ré condenada”.

O Lula não faz diferença entre o penal e o político. Alguém que está sendo processado por assassinato, por roubo, por falcatura está sendo processado. É condenado em primeira instância, recorre para o Tribunal Regional; é condenado, recorre no Tribunal Federal. Enquanto não for condenado com sentença irrecorrível, não é réu. O nome dele não é lançado como réu. Isso é verdade.

Politicamente, é diferente. O Lula não pode demitir um ministro que está sendo processado. O Lula deve demitir um membro de seu

Governo se ele já está em primeira ou em segunda instância condenado porque, aqui, o que interessa é a idoneidade moral, o conceito que tem essa pessoa.

É o caso do Presidente do Banco Central. Ele foi denunciado, foi. O Procurador-Geral da República o denunciou perante o Supremo. O Supremo aceitou a denúncia e processou o Presidente do Banco Central. Para mim, ele deveria ter sido afastado, mas não o foi. Agora o Governo diz que o Procurador-Geral pediu o arquivamento. Por que foi arquivado? Porque o Procurador-Geral da República pediu para abrir as contas, o Supremo negou a abertura de contas e o processo passou e não tinha mais o que fazer.

Processo Eleitoral

Hoje, sobre a entrevista que dei ao Heródoto Barbeiro, a Senhora Lucia Hippolito, comentarista da CBN, fez uma análise muito profunda. Diz ela que o Brasil está dando mais um passo para ser o País com o processo eleitoral mais moderno do mundo inteiro.

Faço uma ressalva ao que disse a Senhora Lúcia Hippolito. Na primeira eleição feita com a urna eletrônica caía também na urna o voto na cédula. Havia o voto na cédula permitindo que, em caso de dúvida, pudesse ser apurado o resultado. Lamentavelmente, encerraram esse procedimento. E a minha interrogação é esta: o processo é perfeito, qual a garantia de que lá pelas tantas não apareça algo? Aconteceu aqui no painel do Senado.

Então, eu acho que o processo é perfeito, mas poderia haver ou em todas ou em um número respeitável, porque, se houvesse dúvidas, poderia ser feita a fiscalização por meio das cédulas. Mas, agora, o processo está avançando. No título vai ter a fotografia e a impressão digital do eleitor.

A primeira experiência será nas próximas eleições numa série de municípios. O que vai acontecer? Vai desaparecer o eleitorado fantasma. Acaba a notícia de que em alguns municípios tem mais eleitor do que população; que alguém está votando no lugar daquele que morreu.

Mas aí diz a comentarista Lúcia Hippolito hoje, na CBN: "Com relação ao voto, tudo bem, mas e com relação ao candidato? Qual é

a segurança? Qual é a perspectiva? Como o eleitor vai votar? O que ele sabe da figura do candidato?"

Ela analisou um projeto que está sendo discutido e será votado, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto é muito singelo: a Justiça Eleitoral terá um espaço destinado a ela para esclarecer o eleitor.

Esclarecerá a Justiça sobre os candidatos, falando se um deles está respondendo a processo, se os processos transitaram em julgado, se ele já foi condenado em primeira instância?

A Senhora Lúcia deixou claro: "Só pode ser considerado culpado o réu condenado em última instância, quando não houver mais recurso. É preceito que está na Constituição. Outra coisa é o candidato ter conceito ilibado, idoneidade, respeitabilidade".

Para ser funcionário público tem de ter reputação ilibada; para assumir qualquer cargo, tem de ter biografia respeitável. No entanto, para ser senador ou para ser deputado, não precisa, basta não ter contra si condenação transitada em julgado. Ora, não pode ser assim.

Eu defendo uma tese em projetos que estão tramitando. Um deles é aquele que a ilustre Sr^a Lúcia mencionou hoje. Outro propõe que se coloque na Constituição que, além de não ter condenação transitada em julgado, para ser candidato, é preciso ter biografia inimputável, tem de ter idoneidade moral.

E mais, eu inverteria o processo. O que está acontecendo hoje? Nós temos alguns nomes conhecidos, que estão sendo processados há quarenta anos por um crime, dois crimes, dez crimes. Mas eles têm bons advogados, estão sempre recorrendo. Um deles responde a processos instaurados quando era prefeito de São Paulo, quando foi novamente prefeito, depois governador, quando foi novamente prefeito. Uns prescreveram, outros não, mas não há nenhuma condenação.

Julgamento Antecipado

A Justiça é lenta? É. A Justiça é falha? É. No Brasil só vai para a cadeia ladrão de galinha? É. O Brasil é o país da impunidade. Se estou sendo processado, sei o que fazer: vou empurrando com a barriga, recorro, passa o prazo e não acontece nada.

Agora, se eu botar na lei que o tribunal tem obrigação de julgar os processos dos candidatos antes da convenção que vai escolhê-los, muda tudo. O candidato quererá ser julgado logo. Em vez de acontecer como acontece agora – todos os réus correm para não deixar seu processo ser julgado, para ganhar tempo –, o cidadão brigará para ser julgado.

A minha lei propõe que, se o meu processo está na fila para ser julgado, na gaveta do procurador, do promotor ou do tribunal, e sou candidato, o meu passará a ser o primeiro processo a ser julgado. Torna-se obrigatório que ele seja julgado até a convenção.

Se for absolvido, sou candidato; se for condenado, não posso ser candidato.

Eu acho que, se nós invertermos o processo, tudo mudará. Não pode é continuar acontecendo o que está acontecendo hoje. O cidadão pode ser senador ou deputado, mas não pode ser síndico de edifício. Para ser nomeado juiz ou promotor, ou até funcionário público, é preciso ter folha corrida. Para ser político, não há essa exigência. Isso tem de terminar.

É por isso que a credibilidade do Senado e da Câmara – que na penúltima pesquisa era de 1,1% – baixou agora para 0,5%.

Há má vontade em relação à classe política, mas generalizar não é justo. Conheço muitos homens públicos – falo principalmente do meu Rio Grande do Sul –, de todos os partidos, até os da época da ditadura militar, que, com relação ao trato da coisa pública, em sua imensa maioria, merecem respeito.

Nosso povo não quer ver isso, o povo nivela por baixo e, nivelando por baixo, temos um dos piores índices de credibilidade já registrados.

Incompetência

É verdade que somos um pouco incompetentes. Este mês que perdemos para discutir a questão da CPI dos Cartões Corporativos foi doloroso. O povo já deve ter esquecido os fatos que dizem respeito à criação dessa CPI. Veio o escândalo do Orçamento; a seguir a informação de que o Brasil pagou sua dívida externa e agora é credor; em seguida veio o Presidente entregar a reforma

tributária na Câmara dos Deputados. E nós ainda nem pensamos na instalação da CPI.

É por isso que ninguém leva a sério manchetes. Noticiou-se ontem o que disse o Presidente Lula: “Se eu pudesse, eu fazia a reforma tributária por medida provisória”. Ora, isso é a coisa mais fantástica. Nem a ditadura fez isso, nem o General Geisel, nem o Médici, nem o Costa e Silva fez uma afirmativa tão infeliz como essa do Lula, que arrematou: “Mas, como eu não posso, eu vou ter que mandar para o Congresso”.

Esse é o apreço que o Presidente tem por esta Casa. Esse é o apreço que o Presidente da República tem pela democracia. Essa é a realidade que nós estamos vivendo. Enquanto isso, estão discutindo uma reforma relativa às medidas provisórias.

Presidente Garibaldi, essa emenda que estabelece que a medida provisória tranca a pauta, que eu achei absurda, foi uma tentativa de evitar o exagero de medidas provisórias. Acreditava-se que, trancando a pauta, o Governo entenderia que não poderia exagerar. O Governo não deu bola para nós. Aumentou o número de medidas provisórias. O Governo, a rigor, não precisa mais do Congresso. Vota-se tudo por medida provisória!

O que querem fazer agora? Não tranca mais a pauta, mas se pode reeditar 10, 20, 30 vezes como estava acontecendo. Se não tranca mais a pauta, e o Governo pode reeditar, será a humilhação do Congresso Nacional. Fez-se um levantamento de quantas medidas foram votadas; quantos foram os projetos de iniciativa do Congresso e quantos foram por medida provisória. Esqueceu-se de fazer o levantamento de quantos projetos votados pelo Congresso foram vetados pelo Presidente! Foram 600 ou 700, que estão aí na gaveta. Além de termos um limite insignificante de votar e de aprovar projetos, o Presidente os veta.

O Sr. Heráclito Fortes – Senador Simon, diz Vossa Excelência que o Presidente Lula quer usar o decreto. Os jornais dizem que é até mais grave. A gente sabe que ele não diferencia bem decreto de medida provisória. O Brasil deve muito aos aloprados, aos sanguessugas, porque se não fosse esse mar de corrupção em que esse partido

se meteu, já teríamos o decreto, já teríamos o sistema unicameral, já teríamos o terceiro mandato, porque esse pessoal, Senador, tem a vocação de ditador.

O SR. PEDRO SIMON – Ninguém senta ali, com poderes absolutos, sem que termine fazendo bobagens.

O Sr. Heráclito Fortes – Na verdade, o Lula é apenas uma peça nesse processo. A mais importante, porque é a blindada, é a que tem popularidade, é a que tem voto. O problema são os que o cercam. São os que cercam o Presidente Lula; são os que fazem com que ele defenda o indefensável, de justificar o injustificável.

O SR. PEDRO SIMON – Fazer a reforma tributária por decreto? Eu pensei que fosse por medida provisória, e já achei um absurdo! Por decreto é voltar à ditadura! Quer dizer, por medida provisória é até pior do que por decreto.

O Sr. Geraldo Mesquita (PMDB – AC) – Caro Senador Simon, o Governo não precisa sequer que o Congresso aprecie e vote o próprio Orçamento, lei mais importante que nos traz a este Congresso Nacional.

Pergunto a V. Ex^a o seguinte: quando não precisamos mais de alguma coisa, o que fazemos com essa coisa, Senador Simon? Ela vai para o lixo. Às vezes, sinto no ar que se trama, de fato, contra o Congresso.

O SR. PEDRO SIMON – Se V. Ex^a me perguntar onde está a origem de tudo o que acontece no Brasil, dos escândalos, das irregularidades, vou responder: está na impunidade.

Não pense ninguém que está me assistindo que no Brasil os deputados são mais ladrões do que os dos Estados Unidos, os da Alemanha, os da Itália. Não pense que se rouba mais no Brasil do que nos Estados Unidos. Não pense que os escândalos e a corrupção que há no Brasil não existam na Europa, na França, na Itália, no Japão. Existem! Qual é a diferença? É que lá eles vão para a cadeia.

Mais de três primeiros-ministros japoneses se suicidaram de vergonha de irem para a cadeia. Na Itália, com a Operação Mãos Limpas, foram presos mais de 100 parlamentares. O Presidente da Fiat foi para a cadeia! No Brasil, ninguém vai. A Justiça brasileira não mandou um homem importante para a cadeia.

Viva a Justiça, porque o Procurador-Geral da República aceitou a denúncia contra 40! Aceitou a denúncia contra 40! Mas se algum deles vai ser condenado, eu não sei. Vai levar tanto tempo o processo, vai levar tanto tempo que não sei o que vai acontecer.

Qual é o único órgão no Brasil que apura fatos de corrupção? É o Congresso Nacional, que cassou o Collor, que cassou dez parlamentares da CPI dos Anões do Orçamento, condenou, na CPI do Sistema Financeiro, três governadores, mais de dez parlamentares, dois diretores e o presidente do Banco Central. Denunciou, quer dizer, condenou.

Obrigado, Senhor Presidente.

Em Defesa do Consultor Legislativo Marcos Santi

(O Senador faz a defesa – em pronunciamento no dia 10 de março – do consultor legislativo Marcos Santi, que denunciou pressões da Presidência do Senado, em 2007, sobre funcionários que atuavam na Mesa)

Senhor Presidente, eu vou falar de um funcionário desta Casa. Eu sou das pessoas que menos me envolvo na questão interna da Casa. Tenho aqui muitos amigos. São 25 anos que estou aqui, nunca tive nenhuma interferência, nunca exerci nenhum cargo de mando ou de direção, nunca pedi. Não tem ninguém, nesta Casa, que tenha entrado como funcionário permanente pela minha mão.

Mas estou aqui para falar de um assunto, que acho que se nós não equacionarmos normalmente, vai ficar um lado negativo desta Casa. Nós temos um funcionário, Marcos Santi. Esse funcionário fez a sua parte achando que deveria cumprir a sua obrigação, e apresentou um fato sobre o debate que tivemos com relação à renúncia do último Presidente do Senado Federal.

E me chama a atenção o fato de sua punição, que não entendo. E vejo alguns exemplos que acompanhei: a Fernanda Karina Somaggio, secretária de Marcos Valério, que perdeu o emprego e denunciou que estava sendo perseguida; o Francisco Eriberto Freire França perdeu o emprego, porque não lhe deram amparo, nem nós nem ninguém; Francenildo Santos Costa, caseiro que denunciou o então Ministro Palocci, não consegue mais nenhum emprego, em

lugar nenhum, aqui em Brasília, conforme notícia publicada no *Correio Braziliense*.

Pessoas anônimas, simples, singelas, para não ganhar nada, tiveram a coragem de olhar para o bem e dizer aquilo que achavam que estava certo. E estão pagando, e pagando muito caro. Aquele motorista que teve a coragem, na CPI do *Impeachment*, de falar, de dizer o que pensava, quando todo mundo silenciava; aquela secretária que teve coragem de contar os fatos, dizendo o que havia; o Marcos Santi, que contou o que ele passou nesses instantes.

Estou aqui com o *Correio Braziliense*. Trata-se de Marcos Santi, membro desta Casa: Marcos Santi pediu exoneração por presenciar pressões que o então Presidente do Senado exercia sobre funcionários e órgãos técnicos da Casa. Ele declarou o que toda população brasileira já sabia e que foi objeto de inúmeros discursos nessa tribuna: que o Presidente estava interferindo nos trabalhos referentes à denúncia que ele estava respondendo. O que é informado por Marcos Santi nunca foi devidamente apurado. A denúncia foi levantada, mas o processo contra o servidor foi prontamente instaurado.

Com relação ao Presidente do Senado, que renunciou, espontaneamente, o Plenário o absolveu, e o assunto foi encerrado. Mas o processo contra o funcionário foi prontamente instaurado. Ele recebeu, no final, uma condenação de advertência formal, e ela foi colocada na sua ficha funcional. Ele não é mais réu primário. Daqui para diante, qualquer fato fora da linha, ele é demitido.

O que me causa estranheza é a razão alegada da punição: não haver o funcionário formalizado a acusação contra o Senador Presidente. Repito: Ele foi condenado porque não formalizou por escrito a acusação contra o Senador. Ora, quem não sabe que o servidor depôs para o Corregedor, Romeu Tuma, e para os dois Relatores do Conselho de Ética? Mas quem não soube que esse funcionário público depôs perante o Senador Romeu Tuma, Corregedor, e perante os dois Senadores, Marisa Serrano e Renato Casagrande, Relatores do Conselho de Ética?

Ficha Funcional Limpa

Quem é Marcos Santi? Marcos Santi Foi secretário-geral da Juventude do MDB de Porto Alegre, de 1976 a 1979. Lá se vão 30 anos. Entrou no Senado como datilógrafo, em 1985, abrindo mão de ser servidor do Banco do Brasil. No Senado, trabalhou comigo, com o meu suplente, Senador Alcides, e com o Senador José Paulo Bisol. Em 1988, foi o único servidor do Legislativo aprovado no primeiro concurso da Escola Nacional de Administração Pública. Ele foi o único aprovado, funcionário público. Em 1989, foi promovido para Analista Legislativo do Senado, em concurso interno, como segundo colocado.

Aí vieram as CPI famosas deste Senado. O funcionário Marcos Santi foi colaborador de um número enorme de senadores neste trabalho de CPI, como assessor, como orientador, aprofundando seu conhecimento dessa matéria. Os senadores chegavam ali, e ele os orientava. Sempre agiu com responsabilidade e espírito público. Foi sempre um dos funcionários mais dedicados nas investigações.

Todo esse histórico do seu funcionamento profissional rendeu a Marcos Santi o convite para ser um dos secretários adjuntos da Mesa, na gestão do nosso conhecido Dr. Raimundo Carreiro. Repito: foi dessa função que o funcionário pediu exoneração, por não concordar com as pressões exercidas sobre ele na questão da apuração dos delitos ou não do ex-Presidente. Ele poderia omitir-se. Aliás, seria normal omitir-se. E talvez fosse até ser indicado para outros postos mais importantes no futuro. Mas, entre a promoção e o dever, ele ficou com sua consciência, a mesma que conheci ao longo desses quase 25 anos.

Intimidação

O que isso pode significar para o servidor, para a Casa como um todo? Essa condenação, para o servidor do Senado, significa que qualquer irregularidade sabida ou presenciada deve merecer o silêncio sob pena de punição. Repare a gravidade desse fato. Todo funcionário público do Senado e da Câmara está olhando, viu a situação, a sua punição. Ah, mas é uma punição singela incluir o nome dele! É uma punição de comunicação. Todo funcionário da Casa

parece que está recebendo uma orientação. Fique calado. Não fale. Não abra a boca. Não diga nada sobre qualquer coisa de errado que está no Senado.

Você estando quieto, não acontece nada; você falando, pode ter a punição. Essa é a orientação que se está querendo dar, nesta hora, nesta Casa. Um péssimo exemplo! Um péssimo exemplo do Senado para seus servidores e para todos os cidadãos brasileiros que não se omitem, quando tomam conhecimento da prática de qualquer tipo de crime.

Temos visto uma coisa fantástica: como a gente simples, como a gente humilde se apresenta, para ajudar, para colaborar, para buscar a verdade, para apontar os culpados. Nem sempre é gente importante, nem sempre é almofadinha – esses se acomodam.

Esta Casa é constituída de funcionários honrados. Somos passagem, eles fazem a vida desta Casa. Eu conheço inúmeros funcionários da Casa, a começar pelos do meu gabinete, que estiveram comigo nestes anos todos. Eles passaram por concursos, são efetivados e não têm absolutamente nada a ver comigo – podem estar comigo hoje e, amanhã, com outro. Mas a dedicação, o carinho, o afeto, a preocupação em ver que as coisas sejam feitas corretamente são uma rotina nesta Casa.

Isso faz da punição de Marcos Santi uma orientação triste e dolorosa aos responsáveis funcionários desta Casa: omitam-se; calemboca, quando tomarem conhecimento de qualquer fato grave, de qualquer omissão, de qualquer crime até que se pratique nos bastidores.

E isso contribui para a péssima legitimidade do nosso Parlamento. Não investiga, não pune quem deve. E pior, pune, somente quando alguém cumpre com os seus deveres legais. Não é à toa que o Congresso, que já tinha 1,1% de aprovação pública, agora tem 0,5%.

No caso do funcionário Marcos Santi, se for mantida a sua punição, há que se fazer o mesmo com os parlamentares que também denunciaram a intromissão indevida do Senador no seu processo. Aqueles que falaram, debateram, vieram a esta tribuna, votaram também devem ser punidos. Por que não?

Peço daqui a V. Ex^a, Sr. Presidente Garibaldi – não sei a fórmula, V. Ex^a saberá logo –, que extinga a pena imposta ao servidor Marcos Santi. Arquive imediatamente esse processo. É passado, já aconteceu. Eram quatro denúncias, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as aceitou. Veio a esta Casa. E esta Casa, por maioria, inocentou o Presidente. Está encerrado o caso.

É melhor assim, do que dizer que, de todos aqueles debates, todas aquelas manchetes, capas de revista, longas horas de televisão, de tudo aquilo, houve uma conclusão: a ficha do Sr. Marcos Santi está borrada, manchada, pelo crime de dizer aquilo que achava que estava havendo e aquilo que achava que estava certo.

É muito melhor, Sr. Presidente. É o apelo que faço ao ilustre Presidente Garibaldi, que não tem nada a ver com esses fatos. Não foi ele quem os praticou, mas ele pode resolver.

Olhe aqui, Sr. Presidente, esta manchete de jornal: Senado pune servidor que denunciou Renan.

Veja, este é outro artigo a que me referi aqui: caseiro cobra promessa da Oposição.

O que ele cobra? É o caseiro que denunciou que o Ministro da Fazenda ia numa determinada mansão do Lago Sul com a turma de Ribeirão Preto. Ele confirmou a presença do Ministro Palocci, foi demitido e não consegue um emprego hoje em Brasília. Está quase dado ao vício do álcool.

É isso, ele denunciou. Fez-se um levantamento; um Conselho de Ética fez um debate enorme, por meses. Como quase tudo nesta Casa, não se fala mais no assunto. Mas ele pagou.

Senhor Presidente Garibaldi, meu querido e bravo Senador Mão Santa, que, neste momento, está na Presidência, dou a V. Ex^a o meu pronunciamento e peço o favor de que faça chegar às mãos do Presidente Garibaldi.

Muito obrigado.

A Criação da TV Pública por Medida Provisória

(O Senador lamentou, em pronunciamento feito no dia 13 de março, que a TV Pública brasileira tenha sido criada por votação de medida provisória, o que impediu o amplo debate do tema; apresentou suas várias propostas para melhorar o funcionamento dessa TV; e discorreu longamente sobre a importância estratégica da TV recém-criada)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, numa trágica reunião, o Senado aprovou a criação da TV Pública, por maioria, prevista em medida provisória.

Acredito que grande parte da sociedade brasileira deve ser amplamente favorável a uma TV Pública nacional. Penso, em primeiro lugar, que ela viria suprir a grande lacuna que existe hoje, que é a falta de uma programação cultural digna desse nome.

Eu penso também que a existência de uma televisão pública de boa qualidade pode contribuir na consolidação da nossa vida democrática. Digo mais: ela pode também funcionar como protagonista no processo, ainda em andamento, de formação da nossa identidade. Da mesma forma, a TV Pública deve fomentar a produção regional e a produção independente de reportagens, filmes, musicais e documentários e o resgate da preservação e do fortalecimento da cultura local.

Presidi uma comissão especial que tratou do problema da televisão, da comunicação no Brasil. Durante meses, autoridades, intelectuais e a sociedade brasileira vieram a este Senado debater a

questão. O livro está publicado, amplamente distribuído por todo o Brasil. Lá defendíamos uma TV que atingisse todo o território brasileiro.

No entanto, o que julgo mais importante é a concentração de suas atividades no campo da cultura, no campo da educação. A televisão pública deve cuidar da cultura, das artes, da ciência, da promoção da cidadania, da história, da moral, da ética e da dignidade. Seu objetivo primordial deve ser a educação do povo brasileiro.

Penso também que essa televisão pública deve ser autônoma. Ela não pode ser submetida a diretrizes eventuais de um governo ou dos governantes da hora e de um momento. Deve perseguir objetivos permanentes da Nação e não de partido político. É importante ainda que os rumos desse importante instrumento de formação e de informação sejam decididos democraticamente, com a participação direta da sociedade civil.

Faltou o Debate Amplo

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quando a medida provisória ainda estava em tramitação, fiz um apelo dramático para que o Governo enviasse a matéria por projeto de lei. Qual é o fundamento de se criar uma tevê pública por medida provisória, que entra imediatamente em execução e que tem que ser aprovada imediatamente?

O Governo devia e podia reunir a sociedade para debater o assunto. Depois mandaria um projeto a esta Casa, que faria um seminário visando termos um órgão de agregação, uma verdadeira universidade popular entrando em todos os lares do Brasil.

Era isso que se esperava.

Lamentei muito que um tema dessa natureza tenha sido tratado por medida provisória. Por mais importante que seja o assunto, nada justificava a celeridade temerária da implantação dessa tevê por medida provisória. Não havia como reconhecer a legitimidade dos pressupostos de urgência, dos pressupostos de relevância para a edição de uma medida provisória.

Inicialmente eu sugeri à Câmara, por meio de emenda, a supressão do artigo que dispensava a licitação pública em certas si-

tuações, bem como para a própria contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

As situações de exceção administrativa, no nosso entendimento, são uma afronta aos princípios constitucionais do regime de administração previsto no art. 37 da nossa Constituição; e nisso não podemos ceder, de forma alguma.

Programação Educativa

Sobre a segunda emenda que apresentei, necessito me entender um pouco. Apresentei sugestões mais radicais na parte referente à programação. Propus que a EBC dedique pelo menos cinco horas semanais à transmissão de uma programação especificamente concebida para educação moral, cultural, ética e social da mocidade brasileira.

Como penso que a educação da criança deve ser o objetivo principal de uma televisão pública, propus que essa programação destinada aos jovens e às crianças deva ser regularmente apresentada em horários acessíveis, e não nas horas da madrugada, como fazem as atuais televisões.

Sugeri, ainda, que se dê especial atenção às crianças de idade inferior a oito anos, na elaboração e veiculação da programação.

É importante mencionar que, em 1999, apresentei o Projeto de Lei nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão e televisão.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 223, estabelece que exploração de rádio e TV se dá por cessão de direitos, pelo Poder Público, às emissoras. Portanto, eu acho que nada é mais coerente do que o fato de que a contraprestação da concessão retorne na forma de programas educativos e culturais à sociedade. No caso de uma TV pública, essa contraprestação é ainda mais evidente.

A televisão é, indubitavelmente, um importante elemento de educação ou de deseducação de nossas crianças e mocidade. Inúmeras pesquisas demonstram a eficácia dos programas de televisão concebidos com o fim de ensinar às crianças habilidades específicas.

No mundo todo, pesquisadores vêm constatando que os jovens que assistem a programas de bom nível demonstram maior e melhor persistência no desempenho de suas tarefas, brincam de modo mais imaginativo e desenvolvem habilidades relativas às letras e números. Também mostram uma maior habilidade em contas de aritmética, maior conhecimento nas cores e formas, além de um vocabulário muito mais amplo e mais completo.

Embora todas as pessoas se beneficiem com a televisão educativa, foi verificado que esses benefícios eram particularmente significativos para as crianças provenientes de famílias de baixa renda.

Exposição das Crianças à TV

Por outro lado, considerando o tempo de exposição das crianças à televisão, é de enorme responsabilidade social a programação levada ao ar de conteúdo real nos horários considerados infantis.

Estudos recentes realizados no Brasil mostram que as crianças assistem, em média, a mais de três horas de televisão por dia.

Em nosso País, como a TV a cabo atinge uma parcela pequena da população, a televisão convencional deveria ser uma fonte importante de bons programas para crianças e para todos os membros das famílias principalmente de baixa renda. Mas, infelizmente, isso não acontece.

É importante considerar, ainda, que a televisão chega à mocidade e às crianças muito cedo e por mais horas diárias que qualquer outra influência educativa, com exceção, e cada vez menos, da família.

Muitas crianças assistem televisão antes de serem expostas a qualquer tipo de educação. Quase 70% das creches mantêm a televisão ligada várias horas por dia. À época em que iniciam o primeiro ano primário, a maioria das crianças já terá passado o equivalente a três anos escolares em frente ao aparelho de televisão.

Tratei também, em uma das minhas emendas, como as demais, não acatada, da fiscalização da futura EBC quanto às suas ações, funções e atribuições pelo Conselho de Comunicação Social, pelo Tribunal de Contas da União – e pela Corte de Contas a que a EBC estiver jurisdicionada, quando em contrato regionalizado.

Minha emenda, nesse caso específico, visava tornar claro que a empresa criada para gerar a TV Pública prestará conta aos órgãos de controle criados para este fim.

Propus, numa outra emenda, que deveria caber ao Poder Executivo, após processo de consulta pública implementada pela EBC, formular as regras para a renovação da composição do Conselho Consultivo.

Eu objetivava, com essa emenda, delegar para a lei, e não ao estatuto da EBC, a estipulação das regras para a renovação das 15 vagas dos representantes da sociedade civil. É muito importante esta questão.

A minha ideia é que não poderíamos abrir mão da pluralidade e da escolha democrática da maior parte do Conselho Curador, que, em última análise, será um dos primeiros mecanismos de controle da TV Pública.

Concursos e Contratações

Propus, também, em emenda que considero da maior relevância, que a contratação do pessoal permanente da TV Pública fosse feita por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com normas específicas editadas pelo Conselho de Administração da empresa. Sugeri, também, que a TV Pública, ao suceder a Radiobrás, absorvesse, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

Do mesmo modo que apresentei emenda visando estabelecer, na medida provisória, o mecanismo legal para contratação de bens e serviços, submetendo-a à Lei de Licitações, cobrei, também, a realização de concursos públicos para a formação de quadros da nova empresa. Isto inclusive poderá ser, a qualquer momento, cobrado pelo Ministério Público.

Outra emenda de minha autoria, senadores, teve o objetivo de dar maior transparência ao manejo do dinheiro público. Pela medida provisória, a TV Pública terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens.

Acho que essa empresa pública não deveria ser tratada como uma entidade excepcional em relação às regras da administração pública.

Eu estranho que, na iminência de modernizarmos as licitações por meio do pregão eletrônico, se dê à empresa pública mecanismo legal próprio para efetuar suas compras e seus serviços.

Por fim, a lei aprovada determina que a TV Pública poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados.

De novo, posicionei-me, veementemente, contra essa excepcionalidade. Mais uma vez se busca, nesse artigo, um estado de exceção para um novo órgão público. Ainda uma vez não aceitei solução à revelia do diploma legal, que, aliás, já prevê situações inusitadas e, nessas situações, o uso de instrumentos próprios e condicionais.

Assim, por não acatar tal dispositivo, por considerá-lo, no mínimo, superveniente e desnecessário, propus sua supressão. Proposta igualmente não acatada.

Estratégia Nacional

Senhoras e Senhores Parlamentares, penso que a criação da televisão pública brasileira é de importância estratégica para a Nação. Mereceria, portanto, uma reflexão muito mais aprofundada.

Teríamos, necessariamente, de aperfeiçoar a proposta que foi aprovada. Lamento que, mais uma vez, um assunto da maior importância tenha tramitado nesta Casa na forma de medida provisória. A medida provisória subverteu a atividade legislativa no País. Só quem legisla hoje é o Executivo.

Enfim, temos agora uma TV pública. Pena que uma ideia de tanta importância para este País de tantos e tamanhos contrastes não tenha sido discutida, com a merecida profundidade, pelos legítimos representantes da sociedade brasileira. Fosse um projeto de lei ordinária, teríamos agregado conteúdo e legitimidade.

Feliz a ideia, oportuna a criação, mas lamento a forma. Longe de mim me envolver na briga entre pressa e perfeição. São inimigas

que não se dobram a um simples discurso. Espero, então, que a prática tenha o dom de conciliar, de agregar valores perdidos pela falta do necessário debate.

A TV Pública deve multiplicar boas ideias, como a de sua própria criação. Deve se contrapor aos efeitos multiplicadores da barbárie, tão difundida nestes tempos de banalização da vida. Barbárie que não se sabe se nasce no noticiário e cresce na ficção, ou se nasce na ficção e avança no noticiário.

Bons Sentimentos e Audiência

Aguinaldo Silva, autor da atual novela sintomaticamente chamada *Duas Caras*, disse, em artigo recente, sobre um determinado programa de televisão, que gostaria de ver aquela gente envolvida com algum tipo de bom sentimento, cumprindo algum tipo de missão que tivesse a ver com o bem da coletividade. Mas compreendo que o programa nem pense nisso, pois todos nós que trabalhamos com televisão sabemos: bons sentimentos não dão audiência.

Quem sabe a TV Pública, embora não tenha sido discutida a contento neste plenário, possa ter o condão de provocar o necessário debate sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil. E quem sabe mais: que os bons sentimentos passem a ter boa audiência.

Senhor Presidente, eu estava preparado. Há longos anos nesta Casa, debati essa matéria. Há uma série de projetos de lei que apresentei visando coordenar a ação da nossa televisão. Um deles, por exemplo, determinava que, no horário nobre, das 20 horas às 22 horas, todas as televisões do Brasil deveriam dedicar uma hora à causa da sociedade brasileira. Seria um programa livre que fariam como bem entendessem, mas deveria ser um debate ou uma aula de educação, uma formação fundamental à sociedade brasileira. Porém, criou-se assim. Que triste sessão, Sr. Presidente! Que triste sessão!

Senhor Presidente, não dá para entender o que aconteceu. Antes de sair, eu falei com vários, vários integrantes da Mesa, da liderança, que me disseram que nós votaríamos duas medidas provisórias naquela noite e que a medida da TV Pública ficaria para o dia seguinte. Fiquei tranquilo.

Eu entendo a jogada política. O Líder do Governo apressou uma votação que ia levar muito tempo e entrou com essa medida provisória.

A direção da TV Pública falou com vários senadores, com várias lideranças e com o ilustre Relator, que é o Senador Casagrande. E fizeram o seguinte: tomaram nota das medidas, e o Presidente da República mandaria em forma de medida provisória. E nós não tínhamos o direito de emendar, porque, se emendássemos, voltava para a Câmara dos Deputados.

Isso não é sério! Isso não tem lógica!

E nós ficamos sem o direito de emendar medida provisória, porque o Relator não aceitaria nenhuma, para não voltar para a Câmara dos Deputados.

Olha que papel fica para o Senado, o que nos resta no Senado!

Num país de uma extensão continental, nós não temos condições de lançar um programa de cultura, um programa de alfabetização, um programa de conscientização, a não ser pela televisão pública. Não vai ser a televisão particular que vai cuidar disso.

Precisamos de uma televisão com aulas de civismo, de política, de literatura, de história, uma grande televisão que faria a consciência da sociedade brasileira, em vez de a novela das oito ser a orientadora.

E o Sr. Lula faz esse absurdo. Reúne a gente dele, escolhe as pessoas – aliás, não tenho nada contra –, uma melhor do que a outra, mas há um mal: é o carimbo. Foi o Lula quem escolheu, foi ele quem impôs, ninguém deu palpite, ninguém deu sugestão. E é uma TV pública por medida provisória.

Eu duvido que isso tenha acontecido em qualquer lugar do mundo. Essa que era para ser a grande realização do Governo Lula, uma TV pública, foi a grande bobagem do Governo Lula, a medida provisória. E votar como foi votada aqui, um golpe. O Líder do Governo, às onze horas da noite, corre, deixa passar correndo uma medida provisória que era para ser longamente debatida, entrega os pontos e coloca essa que eu estava certo que não seria naquela noite, seria na noite seguinte.

O Sr. Arthur Virgílio – Senador Pedro Simon, V. Ex^a faz um discurso irreprochável, irretocável. Entendi que não há, da parte de V. Ex^a, nada contra uma TV pública e nem de minha parte. Até citei aqui, em discurso que fiz sob aquele calor todo, como modelo, a TV pública francesa. O meio é que foi equivocado. A medida provisória não propicia o debate que o tema mereceria.

O SR. PEDRO SIMON – Manobra é tradicional; tirar a urgência para cair a medida e vir a seguinte, isso é natural. Agora, votar a TV Pública às 11h30 da noite sem debate, sem discussão?

Eu encerro, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O Brasil Precisa Proteger a Amazônia

(Em pronunciamento no dia 14 de março, o Senador fala na necessidade de preservação da Amazônia, fala sobre São Francisco como sendo um predecessor dos ecologistas, critica o excesso de medidas provisórias, fala da aprovação da TV Pública e destaca a importância da formação moral dos jovens)

Senador Mão Santa, tenho obrigação de salientar um fato: eu recebi um livro escrito pela mãe de V. Ex^a, Ministra da Ordem Terceira de São Francisco, lá no Piauí. Francisco de Assis foi considerado o homem do segundo milênio. O mundo inteiro, várias congregações disseram que do ano mil até o ano dois mil a pessoa mais importante que nasceu foi São Francisco de Assis. Criou a Ordem dos Franciscanos, dos Capuchinhos, a Ordem das Clarissas junto com Santa Clara.

Mas criou ainda uma outra ordem. Era tão crescente o número de pessoas que queriam entrar para a Ordem de São Francisco que ele criou a chamada Ordem Terceira, hoje Ordem Secular. São pessoas casadas, advogados, engenheiros, operários, trabalhadores, médicos, que ficam na sua profissão, mas se reúnem em torno dos princípios da Ordem Terceira de São Francisco.

Essas ordens têm um chefe que elegem de dois em dois anos, e a essa pessoa nós damos o nome de Ministro da Ordem. Sua mãe foi uma dessas pessoas.

Eu vou ler, em homenagem à sua mãe, que V. Ex^a cita tanto, uma das peças mais lindas da poesia de São Francisco de Assis, *Cântico ao Irmão Sol*, que V. Ex^a cita tanto. Vou citá-la na íntegra:

Altíssimo, onipotente, bom Senhor,
Só a Ti o louvor e a glória.
E a honra de toda bênção.
Só a Ti, Altíssimo Senhor, se devem;
E humano não há que seja digno
De mencionar teu nome.
Louvado sejas, meu Senhor,
No conjunto de Tuas criaturas,
Com o senhor Irmão Sol principalmente
Que por ele nos vem o dia
E com sua luz nos alumia.
E tão belo que é,
Tão radioso e de tanto esplendor:
Que traz de Ti, Altíssimo, um sinal.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pela Irmã Lua e as Irmãs Estrelas,
Que no céu Tu criastes
Resplendentes e valiosas e lindas.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pelo Irmão Vento,
O ar e a nuvem
E o tempo sereno, e todo o tempo,
Pelo que dás de alento às criaturas.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pela Irmã Água,
Que é tão útil e humilde,
E preciosa e casta.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pelo Irmão Fogo,
Com o qual as noites alumias.
Como é belo, jucundo,
E vigoroso e forte.

Louvado sejas, meu Senhor,
Pela Irmã nossa a Terra Mãe,
Que nos sustenta e governa,
E gera tão diversos frutos,
E matizadas flores e verduras.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pelos que por Teu amor perdoam,
E enfermidades e aflições suportam.
Bem-aventurados os que sofrem em paz,
Pois coroados por ti serão, Altíssimo.
Louvado sejas, meu Senhor,
Por nossa Irmã a Morte corporal,
Da qual humano algum pode fugir.
Ai daqueles que morrem em pecado mortal!
Felizes os que a morte encontra
Conformes à Tua altíssima vontade,
A esses não fará mal a segunda morte!
Louvai e bendizei ao meu Senhor,
E dai-lhe graças,
E servi a Ele com grande humildade.

Essa é uma das peças mais lindas que conheço. Ela mostra que, na verdade, somos rodeados pela natureza e que, com essa natureza que nos cerca, temos compromisso.

Vivemos momentos delicados. A irmã água, tão casta e tão pura, está rareando.

Defesa da Amazônia

Se nós não dermos atenção a ela, sério será o futuro. O Brasil tem as maiores reservas de água doce do mundo. Isso faz deste um país muito importante. O Brasil tem as maiores reservas de terras agricultáveis no mundo. O Brasil pode ser celeiro do mundo, pois tem uma reserva fantástica na Amazônia – à qual, infelizmente, nós brasileiros não temos dado muita importância.

Rechaçamos a presença de estrangeiros querendo nos orientar sobre a Amazônia, principalmente querendo cercar a Amazônia de

bases para enfrentar amanhã, talvez, uma revolta de ianomâmis ou coisa parecida e criar uma nação-satélite americana independente. Como os americanos fizeram na zona do Panamá.

Temos a obrigação de olhar para a Amazônia. Temos a obrigação de reconhecer o trabalho magnífico da Ministra Marina. Desta tribuna, critiquei duramente o Governo e talvez não tenha sido feliz com a Ministra Marina, que é uma mulher fantástica.

O Lula fala pela imprensa que tem medo de demiti-la, porque pode transformá-la em vítima e que espera que ela possa ser indicada para o Prêmio Nobel da Paz pela defesa que faz da natureza. Pode ser, e ela merece. Eu vi na imprensa o debate e a guerra que ela trava internamente no Governo. E eu fui para cima da Ministra, não entendendo que, às vezes, ela tem de capitular para não cair, para que tudo o que ela faz não desapareça.

Foi o que aconteceu lá na floresta amazônica, quando o Governo Lula permitiu leiloar a floresta amazônica, permitiu que empresas nacionais e depois multinacionais estrangeiras pudessem se adonar de não sei quantos milhões de hectares pelo prazo de trinta anos, renováveis por mais trinta anos, e podendo fazer acordo e convênio com outras empresas internacionais, podendo dar essa terra como garantia de empréstimo.

Nós retiramos esse artigo. Determinamos que, para validar essas terras, o assunto tinha de passar pelo Senado. E o Presidente Lula vetou. Parece mentira! Quem julgaria que o Presidente Lula vetaria esse artigo?

As maiores reservas minerais do mundo, Deus deu de graça ao Brasil. Estão aí. E o Brasil criou, em boa hora, a empresa Vale do Rio Doce. A Vale descobriu muitas jazidas de minério.

Naquela época, o Brasil não tinha dinheiro para explorá-las, não tinha transporte rodoviário nem ferroviário, nada. Descobriam, colocavam uma laje e, com isso, procuravam assegurar aquela jazida. Isso aconteceu centenas de vezes pela Amazônia afora.

E o Senhor Fernando Henrique privatizou a Vale. Foi um dos escândalos mais dolorosos que testemunhamos.

Até hoje, essa é uma questão a ser discutida.

Imoral e Indecente

O Brasil vive uma hora complicada. V. Ex^a disse que tive sorte de não estar aqui na reunião em que se votou a medida provisória que criou a Televisão Pública. Eu a estava assistindo, preparando-me para vir. Eu tinha um longo estudo que fizemos aqui quando eu fui presidente de uma comissão que estudou o problema da televisão brasileira. Ouvimos artistas, intelectuais, homens de rádio, de televisão, de jornal, empresas particulares, empresas públicas, como a TVE, a TV Cultura de São Paulo, e debatemos essa questão da televisão brasileira sob a perspectiva de termos uma emissora estatal.

Nunca me passou pela cabeça que o Presidente da República a criaria por medida provisória. A medida provisória é um escândalo, é uma imoralidade, é uma indecência. Olha, o que o Lula e o PT bateram no Sarney, no Collor, no Itamar, no Fernando Henrique, por causa das medidas provisórias! O que lutamos, juntos, para extinguir as medidas provisórias! Foram projetos e projetos. Entramos no Supremo Tribunal Federal com várias ações, pedindo a extinção da medida provisória. E a razão era muito singela.

O que é medida provisória? Medida provisória é uma perspectiva que o Presidente da República tem. Hoje, ele baixa uma medida provisória, como baixou: está proibida a venda de bebidas alcoólicas nas estradas federais. Publica no *Diário Oficial* amanhã e está em vigor, e aí manda para cá e temos quarenta e cinco dias para decidir.

De vez em quando o Governo, escandalosamente, legisla por medida provisória até gastos públicos. E começa a gastar no dia seguinte. Quando vamos votar a medida provisória, 45 dias depois, não há mais o que gastar, não tem mais como recuperar. Ela esgotou-se.

Isso foi criado na Assembleia Nacional Constituinte, quando o Parlamento pretendia criar o parlamentarismo.

No Brasil, a comissão – que se dizia de sistematização – que elaborou o projeto para a Constituição adotou o modelo parlamentarista e, surpreendentemente, quando ninguém esperava, no plenário, caiu o parlamentarismo.

Derrubado o parlamentarismo, deveria ter caído a medida provisória na redação final, mas ela não foi derrubada.

Hoje, o Governo só legisla por medida provisória.

A Constituição diz que tem de ser urgentíssima a sua aplicação. Aprovar uma televisão pública, que há trinta anos se discute, por medida provisória? Qual é a urgência?

Se este Parlamento tivesse um mínimo de personalidade, de competência e de autoridade, dizia não, devolvia as medidas provisórias.

A Importância de uma Televisão Pública

Qual é a urgência dessa votação escandalosa? A urgência é que o Presidente quer ter a TV Pública amanhã. A urgência é que ele quer nomear. São milhares de cargos de jornalistas de televisão e de rádio que ele vai nomear, sem concurso, sem absolutamente nada. E ele precisa disso na montagem que ele está fazendo no esquema de véspera de eleição.

Olha, foi realmente triste aquela votação. Havia um acordo. Na noite de terça-feira, duas medidas provisórias seriam votadas e, na quarta-feira, seria a vez da medida provisória da televisão pública.

Eu me preparei para isso, vim, votei a primeira medida, vi entrar a longa discussão da segunda medida. Saí do plenário quando vi, sem mais nem menos, um artifício: o Líder do Governo entra com a medida para tirar a segunda medida, esvaziar, desaparecer, e votar a medida provisória que estava prevista para o dia seguinte. Estratégia? Sim, mas muito feia, porque não era um projeto.

Votar uma medida provisória sem Oposição no plenário, impedir que senadores como o Mão Santa pudessem falar pelo menos? Qual é o destino dessa TV Pública, criada com alguns senadores em plenário, sem voto nominal? E eu, olhando pela televisão, vi um plenário absolutamente vazio. Aprovaram a TV do Lula, não a TV do Brasil. O Lula ganhou uma televisão: TV Lula, mas a TV Brasil...

É importante o Brasil ter uma televisão nossa 24 horas por dia no ar, para a conscientização do nosso povo, na caminhada real para a politização da sociedade brasileira.

Nessa TV, os intelectuais, os professores, os teólogos, a gente simples, os trabalhadores, todos podem debater, é o caminho que ela deveria seguir, em vez de seguir o rumo da novela das oito. Novela essa que, cada vez, está sendo mais dolorosamente agressiva quanto à falta de

ética, à falta de dignidade, à falta de compostura. Onde o casamento já era! Onde a dignidade da mulher já era! Como disse no jornal um dos autores de telenovela, a figura da mulher pura, a heroína é uma figura muito chata, por isso ela não consegue ser ouvida. As pessoas que a assistem dão nota baixa para ela. O que vale é a mulher sensual que quer roubar o marido da outra. Estão vendendo como regra.

É verdade que falar mal, dizer desaforo e bater boca, isso parece que chama audiência. Isso é uma coisa meio inata, está na essência da pessoa. Mas não podemos transformar isso numa orientação. Não podemos fazer disso a regra, onde o Jornal Nacional é um código penal: roubo, falcaturia, assassinatos, corrupção.

Vamos moralizar, vamos educar, vamos dar cultura, ensinar noções de educação e saúde pela televisão.

Como é que se vai levar educação, alfabetização, cultura, personalidade, amor, civismo para o pessoal do interior da Amazônia, que, quando tem de votar ou fazer compras, precisa pegar um barco e andar horas, às vezes o dia inteiro, para chegar a um primeiro lugarejo ali e ser atendido? Só com a televisão. Assim como a Globo hoje está no ar em todo o Brasil, a TV Pública deve chegar ao Brasil inteiro.

O Lula fez algo que a ditadura não fez: criou a TV por medida provisória, e nomeou todos os diretores e conselheiros. Para nomear um dirigente das várias entidades, inclusive as agências nacionais, tem que passar pelo Senado.

Eu, se estivesse aqui, votaria a favor, com todas as ressalvas. O primeiro projeto que eu ia apresentar era para transformar a medida provisória num projeto de lei com a responsabilidade de o Senado, dentro de 40 dias, discutir e votar a matéria. Mas, se não fosse aprovado, eu votava. Eu não quero ser contra, dizer que eu fui o que não quis que se criasse a TV Brasil.

O mais doloroso é ler no jornal que o Lula estava vibrando. O Lula achou que foi um ato bonito do Senador Jucá, que se consagrou. E está na imprensa o Lula felicitando-o: "Tem de ser assim, na marra. Agora neste ano eleitoral temos de ir para cima".

A TV Pública foi aprovada, mas o Lula, daqui há cinco, dez anos vai ser culpado! No futuro, haveremos de fazer as mudanças necessárias, aquelas que atendam ao seu dever.

Necessidade de maior debate dos assuntos importantes

Eu estou muito preocupado com o andamento dos trabalhos no Congresso e no Senado Federal. Em primeiro lugar, tenho muitas restrições quanto ao acordo de líderes, porque eles variam muito, de acordo com o ânimo, com a intenção, com a vontade das pessoas.

Eu me lembro de um projeto absurdo que entrou nesta Casa há dias. A Câmara votou em doze horas; o Senado votou em doze horas. Era uma fortuna para a Embraer, que estava vivendo uma crise e necessitava de aporte de dinheiro. Ninguém sabia o que estava votando. Não houve um discurso. Votou-se por acordo de líderes.

Um problema profundo, que até hoje está sendo discutido, diz respeito ao fim dos hospitais psiquiátricos. É um assunto complexo, delicado, difícil. Sabe como é que esse projeto foi votado na Câmara, Senador? No último dia. Como ia encerrar o prazo, fizeram um acordo de líderes. Era um projeto que estava na gaveta, que nunca tinha sido discutido porque era complexo.

Aqui no Senado, o ambiente está ficando complicado. O atual Regimento foi feito quando tínhamos dois partidos: Arena e MDB. Agora, só aqui no Senado há dez partidos. A comunicação urgente de líder é muito importante e muito necessária, mas, assim como está se extrapolando com medida provisória, está se extrapolando com comunicação de líder. Falam quatro, cinco líderes, um atrás do outro. Houve um dia aqui que um senador protestou, pois era o segundo inscrito e não havia falado até as oito horas da noite, por causa das lideranças e das questões de ordem.

Nós votamos um projeto de lei da maior importância que determinou que, apresentada e aceita pela Mesa a denúncia contra um senador membro da Mesa, líder de bancada ou presidente de comissão, ele é afastado. Isso votamos por unanimidade. Junto com isso, porém, nós votamos o que ninguém sabia: havia um item que dizia que o senador que assumisse não poderia ser investigado aqui pelo que fez antes de assumir o mandato.

Tenho um projeto de resolução, debatido longamente, para que a gente se reúna de segunda a sexta-feira, e até aos sábados e domingos. Dizem que a gente não trabalha. No domingo, o cidadão vai estar vendo seu futebol, não sei o quê, mas, quando ligar a televisão, vai ver os senadores trabalhando. Trabalha-se até esgotar a pauta. Se nós, em dez dias, votarmos tudo, nos outros vinte, querendo, cada um pode ir para o seu estado. Isso daria continuidade. A coisa mais dolorosa é estarmos, numa quarta-feira, numa comissão, debatendo um assunto, que vai se aprofundando, mas, de repente, morre o assunto. Na outra quarta-feira, começa tudo de novo.

Acho que seria por aí, Senhor Presidente.

Ah, PT, PT! Como lutamos contra medida provisória, nos dois anos do Collor, nos dois anos do Itamar, nos dois anos do Sarney, quando ela foi criada, e nos oito anos de Fernando Henrique! Que belo partido era o PT! Ingressamos com ações no Supremo, votamos várias e várias sugestões para derrubar, para atenuar as medidas provisórias. No entanto, hoje, o PT não admite mudar medida provisória.

Ontem, quantas medidas provisórias entraram em pauta, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Meia dúzia.

Já está no número 406.

O SR. PEDRO SIMON – Eu quero dizer que considero isto um escândalo.

Se não me engano, o Fernando Henrique, no seu primeiro ano de Governo, apresentou uma medida provisória que já foi renovada pela 64ª vez. Ela era sempre renovada e não era votada.

Se não nos valorizarmos, como a sociedade vai nos valorizar?

O Presidente Lula está ficando muito autoritário. Ele está vivendo um momento de imensa popularidade, mas não precisava humilhar o Congresso. Só eu trabalho, disse ele. Ninguém quer mais trabalhar. Este Congresso também tem de trabalhar!

O maior inimigo deste Congresso parado é o Presidente Lula, com suas medidas provisórias.

Temos de analisar com profundidade o pronunciamento que o Presidente Garibaldi Alves fez aqui, quando ele disse que não aceita mais pressão do Presidente da República e que não aceita pressões internas do Congresso. Vamos tentar encontrar um entendimento que dê um véu de esperança ao Congresso para retomar sua dignidade.

No Brasil, a gente não sabe o que fazer, até que ponto o Congresso pode avançar. Lá, nos Estados Unidos, o Governador do grande Estado de Nova York, diante da publicação do relacionamento dele com algumas prostitutas de alto luxo, renunciou antes de o Partido Republicano pedir a criação da comissão do seu *impeachment*.

Aqui no Brasil dizem que tocar na vida do Presidente, na vida do governador é coisa pessoal, mesmo quando se analisa se o dinheiro público foi utilizado.

Por isso, lá nos Estados Unidos, a democracia e a liberdade funcionam de modo diferente daqui. Lá se pune. Aquele é um país onde se respeitam as regras.

Agora, no Brasil, meu Deus, só ladrão de galinha vai para a cadeia e com quem é importante não acontece nada. Agora, estamos empolgados porque o Procurador-Geral fez a denúncia dos 40 mensaleiros, o relator do Supremo aceitou a denúncia e está ouvindo os acusados. Mas até hoje ninguém foi condenado. Não sei quantos anos vai levar esse processo para ir adiante. Não sei se não vai terminar com a prescrição e não sei quantos serão condenados.

Esse é o mal deste Brasil. E nós colaboramos, na medida em que deixamos as coisas acontecerem e não temos coragem de fazer nada.

O MDB, o partido heróico da resistência, hoje é o partido que balança. É o Fernando Henrique o Presidente? É. Estamos com o Fernando Henrique, em troca de meia dúzia de ministérios. É o Lula o Presidente? É. Estamos com o Lula, em troca de meia dúzia de ministérios.

Cá entre nós, que governinho fez o Fernando Henrique! Só a privatização da Vale... Só a reeleição comprada a preço de ouro... Só o fato de ele ter arquivado a Comissão de Defesa da Dignidade, cria-

da pelo Itamar e revogada por ele... Só o fato de não ter deixado criar a CPI para apuração dos escândalos dos empreiteiros...

Aí veio o PT. Pelo amor de Deus! O que é o PT hoje? A rigor, é pior do que o PSDB. Pois a gente esperava mil vezes mais do PT do que do PSDB. O PT tinha a experiência dos oito anos de erro do PSDB para não repetir.

Formação Moral

Para acabar com isso, temos de nos preocupar com a formação moral dos nossos jovens.

Na nossa família, tomávamos café da manhã juntos, almoçávamos juntos e jantávamos juntos. Sentavam à mesa todos da família. Quem dava orientação era o meu pai. Íamos para a escola onde recebíamos tudo o que havia de conhecimento. Não tínhamos televisão, e cada um tinha a sua Igreja, que nos dava uma orientação.

Então, aquilo nos plasmou. Eu, por exemplo, comecei no Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Caxias, onde eu entrei com sete anos. Lembro-me do meu pai, que era um libanês, que nunca conseguiu falar direito o português, mas tinha princípios.

Na minha época de criança não tinha qualquer tipo de caneta que não fosse a caneta de pena; molhava a pena, no tinteiro, escrevia e secava com o mata-borrão. De repente, um primo me trouxe de São Paulo uma caneta esferográfica. No meu colégio eu fui a primeira pessoa a chegar com aquele modelo. Um colega meu, filho de pai rico, pediu essa minha caneta e me deu um aparelho que valia mil vezes mais. Quando eu cheguei em casa, o meu pai me fez entregar o aparelho de volta e pegar a caneta. Ele disse: "Meu filho, você roubou. Eu disse: "Mas, pai, foi ele que quis trocar". Ele disse: "Foi ele que quis, mas não está certo. Você sabe que o que ele trocou contigo vale muito mais do que aquilo que você deu".

Essa foi uma lição que eu aprendi para o resto da vida.

Agradeço, Senhor Presidente.

Panorama Geral da Diáspora do Povo Gaúcho

(Em pronunciamento no dia 17 de março, o Senador fez um histórico da migração dos agricultores gaúchos, a partir do começo do século XX, para todos os quadrantes do País)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho hoje a esta tribuna para falar de um acontecimento épico: a diáspora do povo gaúcho, que já dura mais de um século. Estou-me referindo à movimentação de proporções bíblicas do povo sul-rio-grandense pelas novas fronteiras agrícolas de todo o nosso Brasil.

Posso dizer sem medo – sem nenhum medo de errar – que, em todos os lugares deste imenso País em que novas terras foram incorporadas à produção agrícola, lá estavam os gaúchos.

Além do hábito cotidiano do chimarrão e do churrasco, levaram na bagagem a ética do trabalho duro que herdaram de seus ancestrais. Para todos os lugares para onde migraram, nossos colonos carregaram consigo suas danças, sua cultura, sua música, sua poesia.

Milhares de Centros de Tradição Gaúcha, os tradicionais CTG, espalham-se hoje do Oiapoque ao Chuí. Em todas as novas terras que ocuparam os gaúchos fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, de forte coesão comunitária. Trabalho sempre se ampara no núcleo familiar e, na sequência, as famílias já instaladas vão ajudando as outras famílias que vêm depois.

Estima-se que mais de um milhão e 200 mil gaúchos, afora seus descendentes, vivem hoje fora do Rio Grande do Sul. Esse número

supera em muito o do êxodo da gente dos grandes estados do Nordeste, tradicionalmente considerados os principais polos de migração interna.

Pode-se dizer que um de cada nove gaúchos mora fora da terra que o viu nascer.

Se eu uso aqui esta palavra forte – diáspora! –, é porque a movimentação dos gaúchos guarda alguma coisa de dispersão dos judeus, que, mesmo espalhados pela Terra, ao longo dos séculos, mantiveram seus rituais e sua crença.

Aliás, é importante ressaltar que os gaúchos não se espalharam apenas pelo território brasileiro. Lá estão eles no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, levando sua cultura de trabalho, sua tecnologia de produção e sua cultura.

Na origem, os Problemas Econômicos

Hoje a palavra diáspora serve para indicar a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No caso do Rio Grande do Sul, o problema que afastou a nossa gente foi sempre de natureza econômica.

De início, o fator determinante foi o fracionamento das pequenas propriedades. Sem terras suficientes para produzir, muitos partiam em busca de uma situação melhor para si e para seus familiares. Já em anos mais recentes, juntou-se a este problema a mecanização da agricultura.

Ora, como preferem sempre continuar a trabalhar como agricultores, os gaúchos partiram então para comprar terras mais baratas em outros estados. Nos anos 70 e 80, agricultores gaúchos vendiam poucas dezenas de hectares e compravam grandes extensões no Centro e no Norte do País.

Antes de entrar propriamente nessa saga moderna, eu gostaria de chamar a atenção dos senadores para um aspecto relevante da economia brasileira que nunca foi examinado com a profundidade que merecia.

A verdade é que os grandes superávits brasileiros das últimas décadas, obtidos em grande parte com a exportação de nossos produtos agrícolas, pecuários ou de agroindústria, foram

gerados principalmente por esses migrantes gaúchos espalhados pelo Brasil inteiro, afora os que continuam trabalhando no Rio Grande do Sul, claro.

Ocorre que todos os principais estados exportadores de produtos agropecuários no Brasil receberam, em um ou outro momento, grandes levas de imigrantes gaúchos ou de descendentes de gaúchos nascidos em outros estados. Por exemplo, foram os gaúchos que levaram o progresso e o desenvolvimento ao oeste do Paraná e de Santa Catarina, e os filhos desses gaúchos nascidos já no Paraná ou em Santa Catarina foram para Mato Grosso ou para a Amazônia.

Superávit Agrícola

O setor agrícola brasileiro fechou o ano de 2007 com um superávit recorde de cerca de US\$50 bilhões. Exportamos US\$58,4 bilhões de produtos agrícolas contra importações de US\$8,7 bilhões. Exportamos, repito, US\$58,4 bilhões de produtos agrícolas e importamos US\$8,7 bilhões de produtos agrícolas. Como o saldo da nossa balança comercial foi de R\$40 bilhões, pode-se dizer que, sem o agronegócio, não teríamos saldo positivo. Pelo contrário, teríamos um saldo negativo de R\$10 bilhões.

O impressionante recorde do setor agrícola do ano passado basta para provar o que digo: gaúchos ou seus descendentes estão na origem das sucessivas safras recordes de grão, de aumento das exportações de carne, de sucessivos aumentos de vendas ao exterior da nossa agroindústria ao longo dos últimos dez anos. Isso é o que precisa ser registrado.

O que estou afirmando sobre a importância dos migrantes gaúchos pode ser testemunhado por inúmeros senadores aqui presentes. Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá são hoje os grandes centros da agroindústria e da produção agropecuária. Ora, esses são justamente os estados que mais receberam agricultores sul-rio-grandenses ou seus descendentes, já nascidos em outras unidades da Federação.

No último caso, está Rondônia, estado que recebeu um grande número de gaúchos, mas cujo maior fluxo de migração veio do

Paraná. No entanto, esses paranaenses, em grande parte, são os descendentes dos gaúchos que foram para o Paraná. Eles chegaram ao oeste e ao sudoeste do Paraná a partir de 1940, e seus filhos e netos é que foram para Rondônia, principalmente nos anos 70.

A Chegada dos Imigrantes Europeus

Senhoras e Senhores Senadores, o Rio Grande do Sul recebeu, no século XIX, dois grandes fluxos migratórios vindos de uma Europa então empobrecida e com muita gente passando fome. Como a região do pampa, de terras planas, já estava ocupada desde o século XVIII, os imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, foram trazidos para domar as florestas e as serras que ficavam no norte do Rio Grande do Sul.

Os germânicos começaram a chegar a partir de 1824, e os italianos desembarcaram meio século depois, em 1875. A pequena propriedade, em que se mescla a produção de alimentos e de animais para consumo próprio – vendendo-se apenas os excedentes – será a marca comum da colonização levada adiante por duas etnias.

Por terem chegado antes, os alemães receberam terras às margens dos rios. Isso explica a rápida ascensão econômica de muitos imigrantes dessa nacionalidade, em especial os que passaram a vender o que era produzido na colônia aos comerciantes de Porto Alegre.

Já aos italianos foram destinadas as serras íngremes, então tomadas pelas florestas. Ali foram obrigados a enfrentar uma natureza que desconheciam, de matas cerradas, com clima muito diferente daquele com o qual estavam acostumados. Em muitos lugares, tiveram de se proteger do assalto dos índios que reagem ao avanço dos brancos.

Sem o apoio das autoridades que os haviam atraído ao Brasil e vivendo num país cuja língua não dominavam, esses imigrantes acabaram desenvolvendo um forte senso de vida comunitária. Em torno de uma igreja, luterana ou católica, alemães e italianos construíram suas escolas e hospitais. Dotados de forte sentido de união, criaram associações de mútuo socorro: santas casas, escolas e clubes.

Tem origem nos primórdios da nossa colonização no Rio Grande do Sul a adesão entusiasmada que os gaúchos sempre demonstraram pelo cooperativismo, ainda hoje um traço diferenciador das nossas comunidades espalhadas pelo Brasil.

O instituto da cooperação será, repito, um dos traços mais marcantes da diáspora gaúcha.

No início do século XX, as terras do norte e do nordeste do Rio Grande do Sul já estavam integralmente ocupadas. Naquela época, 12% da população do Rio Grande do Sul era formada por estrangeiros. Os integrantes da primeira geração nascida na nova terra começavam a chegar à idade adulta. Os imigrantes chegados em meados do século anterior estão velhos. Morrem. Isso cria um problema: como fazer a sucessão?

As famílias de então eram numerosas, porque os pais precisavam de muitos braços para o duro trabalho no campo. Sem falar, é claro, das doenças que dizimavam um grande número de recém-nascidos. Era comum que, de uma dezena de filhos, apenas cinco ou seis chegassem à idade adulta.

Em média, uma propriedade de colonização tinha 25 hectares. Ora, a sua divisão entre vários filhos inviabilizaria a sustentação econômica de qualquer um deles.

Tradicionalmente entre os europeus, a propriedade era herdada pelo primogênito. Assim, os demais filhos tinham de buscar novos horizontes. É isso que vai desencadear o êxodo dos agricultores gaúchos.

O Início da Saga por Santa Catarina

A primeira etapa dessa saga foi a ocupação dos então intocados campos do oeste de Santa Catarina. Na virada do século, a economia daquela região catarinense estava calcada na erva-mate e na extração de madeira. Entre 1912 e 1916, ocorre na região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina um conflito sangrento, conhecido como Guerra do Contestado, que tem características semelhantes à Guerra de Canudos, mas fez um número bem maior de vítimas: 20 mil.

Terminada a Guerra do Contestado, tem início a migração gaúcha. A maior cidade do oeste catarinense, Chapecó, hoje com 160 mil habitantes, foi fundada por um sul-rio-grandenses em 1917. Todos os maiores municípios daquela região – Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste – nasceram de modo semelhante. Também foi fortíssima a influência de migrantes gaúchos na formação de cidades do meio oeste, outra região rica de Santa Catarina.

Quando os gaúchos chegaram, grande parte das florestas catarinenses tinha sido derrubada por madeireiras de capital estrangeiro, que exploravam as terras às margens da ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul.

Naquele Estado, repete-se a colonização de pequenas propriedades. Isso vai garantir ao Estado de Santa Catarina o título que ostenta hoje de unidade da Federação que tem a melhor divisão de renda do País. E os estados brasileiros que têm a melhor divisão da renda são justamente aqueles em que prevalece o minifúndio.

A Chegada ao Paraná

Vamos agora dar um salto no tempo que nos levará aos anos 40 e ao Paraná. Sobre a colonização pelos gaúchos do oeste do Paraná, o repórter Luiz Sugimoto, do *Jornal da Unicamp*, escreveu em março de 2006:

“Está fazendo 60 anos que 21 gaúchos partiram para uma extenuante viagem até o extremo oeste do Paraná, só alcançando o destino graças a trilhas abertas pela tropa do Marechal Rondon em perseguição à Coluna Prestes. Eram desbravadores em região inóspita, que iniciaram a demarcação das terras ricas em madeira e de solo roxo, com o propósito de vendê-las a agricultores gaúchos. A notícia correu rápido em Porto Alegre e na Serra Gaúcha, entre famílias sem chance de inserção nas áreas rurais ou urbanas no Estado...”

E prossegue o repórter do *Jornal da Unicamp*:

“Em 1940, havia 7.645 habitantes em todo o extremo oeste do Paraná. A população saltou para 16.421 em 1950 e para 135.697 em 1960. Pesquisa realizada por um grupo de geógrafos, em 1958, apontou que esse fluxo foi basicamente de gaúchos – vindos do norte e nordeste do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina – que naquele ano representavam 69% do total de imigrantes.”

O oeste do Paraná foi conquistado na Guerra do Paraguai, mas, em função de dívidas assumidas na época, foi em parte explorado por uma empresa madeireira inglesa que, em meados da década de 40, devolve a terra ao Governo brasileiro.

E conclui o jornalista da Unicamp:

“Foi quando os desbravadores gaúchos, que já vinham exercendo atividade de colonização no oeste de Santa Catarina, souberam que as glebas seriam disponibilizadas a bom preço e se cotizaram para criar, em Porto Alegre, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, empresa privada de colonização. A intensa campanha de vendas, principalmente junto a descendentes alemães e italianos na Serra Gaúcha, estimulou grandes [imensos] fluxos de migrantes para o oeste paranaense.”

A produção de milho, soja, algodão e trigo avançou rapidamente, arrastando consigo a criação de suínos e de aves. As cidades de Cascavel e Toledo, principalmente, cresceram num ritmo intenso. No entanto, já no final da década de 70, muitos dos descendentes dos que haviam chegado ao oeste do Paraná tiveram que migrar para as novas fronteiras agrícolas em busca de melhores oportunidades. Mato Grosso do Sul e Rondônia serão os principais destinos dessa nova geração.

Rumo ao Oeste

Embora se considere que foi na década de 50 que começou a imigração dos gaúchos e seus descendentes para o hoje Mato Gros-

so do Sul, a história registra que os primeiros sul-rio-grandenses a desembarcarem naquela região teriam chegado pouco depois da Revolução Federalista, no final do século XIX.

Esses gaúchos pioneiros dirigiram-se para lá, com suas carroças e cargueiros, por terem sido informados sobre as semelhanças entre os campos do sul e os da nova terra, também apropriados à criação de gado.

Essa imigração inicial concentrou-se na região dos atuais Municípios de Ponta Porã, Bela Vista e Amambaí. Ali, onde originariamente só se explorava erva-mate, os gaúchos passaram a desenvolver a pecuária extensiva.

Na década de 70, uma nova leva de migrantes gaúchos estabeleceu-se em Mato Grosso do Sul, seguindo padrões de colonização diferentes da primeira. Em vez da pecuária, o que atraía o sul-rio-grandense era a possibilidade de cultivo mecanizado da soja na região centro-sul do Estado. Como as terras ainda eram baratas, os colonos vendiam suas terras no Rio Grande do Sul e podiam comprar extensões maiores em Mato Grosso do Sul.

A segunda maior cidade do Estado, Dourados, já nos anos 60, sofreu um acelerado aumento populacional graças à migração, que tinha os gaúchos como maioria. Mas havia também muitos catarinenses e paranaenses, por sua vez, descendentes de gaúchos. Os sul-rio-grandenses introduziram uma cultura agrícola que consistia especialmente no tratamento adequado do solo. Fizeram explodir a área plantada.

No caso do Mato Grosso do Sul, penso que deve-se dar especial atenção à cidade de São Gabriel do Oeste. Aquele Município que hoje conta com 25 mil habitantes foi fundado no final dos anos 70 por gaúchos. O churrasco e o chimarrão são hábitos locais. Sua base econômica está na produção agrícola, sendo a soja o principal produto, seguido por milho e sorgo. Só para se ter uma ideia do progresso desse Município, basta dizer que ele é o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho de Mato Grosso do Sul. Mas é também o maior produtor de sorgo do Brasil! Além disso, é o maior produtor de suínos e de avestruzes do Estado!

Vou falar um pouco da migração gaúcha para o Mato Grosso. Destacarei apenas a presença gaúcha em uns poucos municípios que, julgo, são emblemáticos dos motivos que levaram nossos agricultores àquele Estado, nos anos 70.

O Município de Canarana, hoje com 30 mil habitantes, surgiu no início dos anos 70, quando se instalaram por lá os primeiros agricultores recrutados no Município gaúcho de Tenente Portela, pela Cooperativa Colonizadora 31 de Março, fundada e dirigida pelo pastor Norberto Schwantes e pelo economista José Roberto Schwantes.

A cooperativa colonizadora não visava lucro, já que o objetivo de seus criadores era assentar famílias gaúchas luteranas em território mato-grossense. A iniciativa tinha o apoio do Governo Federal e do então Governo do Rio Grande do Sul – sobre esse assunto falei oportunamente –, que desejavam tanto atrair empresários rurais para a região quanto diminuir as tensões nos conflitos de terras que começavam a explodir no Rio Grande do Sul.

A cidade de Sorriso também nasceu em decorrência de incentivos do Governo Militar para colonização e ocupação da chamada Amazônia Legal no final da década de 70 do século passado. Apesar de a colonização ter muitos paranaenses e catarinenses, atraídos pela Colonizadora Feliz, também são numerosos os gaúchos, principalmente os da região de Passo Fundo.

Elevada à condição de município em 1986, Sorriso tem hoje 55 mil habitantes. A explosão demográfica decorreu em função da pavimentação da BR-163, que barateou o escoamento da produção. Atualmente, é considerado o maior produtor de soja do País. Também se destaca pela produção de algodão e milho. É o município que, individualmente, mais produz grãos no Brasil: 3% da produção nacional e 17% da produção estadual.

Caso semelhante é o da cidade de Primavera do Leste, que, emancipada, em 1987, tem quase 30 mil habitantes e é uma das maiores arrecadações de ICMS do Estado. Típica cidade de imigração gaúcha, lá se produz até mesmo vinho, embora o clima seja muito quente quando em comparação com o da Serra Gaúcha.

Cito o exemplo ainda de Lucas do Rio Verde. Hoje, com 30 mil habitantes, é município modelo, que ocupa um lugar de destaque

no *ranking* dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em nosso País. O interessante é que, até final dos anos 90, a cidade – cuja população é predominante sulista – não era servida nem por rede de energia elétrica.

Quero registrar que o Mato Grosso é o estado que mais tem CTGS, depois dos três estados da região Sul. Funcionam lá 39 centros de tradições gaúchas.

As Fases da Migração

Os estudiosos de demografia consideram que são três as fases de migração brasileira com o objetivo de ocupação de fronteiras agrícolas.

A primeira, que vai dos anos 30 até a década de 60, corresponde à ocupação, pelos gaúchos, do oeste de Santa Catarina, norte e oeste do Paraná e sudeste de Mato Grosso. Também nessa mesma época ocorre o avanço da produção agrícola no oeste de São Paulo.

A segunda grande onda migratória se espalha por Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão, sendo que a construção de Brasília – ao mesmo tempo em que se abriam estradas para o centro do País – foi o fator essencial dessa movimentação.

A terceira e última fase é a da ocupação da Amazônia, desencadeada a partir dos anos 70, por iniciativa do Governo militar, cuja ideia central era a ocupação por agricultores brasileiros daquele imenso espaço vazio.

A colonização de Rondônia se enquadra nessa terceira etapa. Os maiores contingentes dos que para lá se dirigiram, nos anos 70, saíram do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os paranaenses e catarinenses, em muitos casos, eram descendentes de gaúchos que foram para aqueles estados em décadas anteriores. Os gaúchos se encontram espalhados pelas cidades de Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, Ariquemes e Porto Velho.

Além dos produtores agrícolas, em Rondônia existe uma grande número de sul-rio-grandenses que trabalham com mineração de ouro e de outros metais e também com a exploração de madeira.

No Estado do Amazonas, também são numerosos os gaúchos. Escrevendo na revista *Veja*, em 1996, o jornalista João Flávio Cami-

noto conta a saga de uma cidade, Apuí, no sul daquele Estado, que foi criada por imigrantes do Rio Grande do Sul:

“Em 1975, Arlindo e Zulmira Marmentini, ele catariense filho de gaúchos, ela, gaúcha de Caxias do Sul, faziam uma viagem pela Transamazônica num *trailer* e se impressionaram com a topografia e o tamanho colossal das árvores da região. Ainda vamos morar neste lugar, disse Arlindo. Não deu outra: o casal largou uma vida confortável em Curitiba, onde tinha uma empresa de transportes, e mudou-se para a floresta...”

Em 1996, a cidade já chegava a 20 mil habitantes e era considerada o principal celeiro do Estado do Amazonas.

E acrescenta o jornalista: “Todas as crianças estão na escola. A mortalidade infantil é insignificante. Uma centena de imigrantes do Sul desembarca todo mês em busca de terra, distribuída de graça pelo Governo”.

O repórter da *Veja* menciona ainda outra cidade do Amazonas:

“O preço do hectare nas cercanias de Humaitá, a principal cidade do sul do Estado do Amazonas, triplicou nos últimos meses. A valorização coincidiu com a chegada de uma nova leva de gaúchos. É sempre assim: um gaúcho chama outro e, em pouco tempo, forma-se uma cidade.”

Em Direção ao Norte

A partir dos anos 80, começam também a se estabelecer na Bahia, no Maranhão, em Roraima, no Piauí e no Tocantins.

No caso da Bahia, é de se destacar o extraordinário surto de desenvolvimento registrado nas duas últimas décadas, na área que tem Barreiras como cidade principal. Aquela região é responsável por 60% da produção de grãos do Estado, e sua renda *per capita* é uma das maiores do interior do Nordeste.

As demais cidades da região – Desidério, Formoso do Rio Preto, Baianópolis, Correntina e Riachão das Neves – são grandes produto-

ras de soja. Mas o maior destaque fica mesmo para a cidade de Luís Eduardo Magalhães, a mais gaúcha delas, cujo crescimento explosivo em pouco tempo chega a causar espanto.

Em 2004, a população da cidade de Luís Eduardo Magalhães não passava de 20 mil habitantes. Atualmente, são cerca de 50 mil habitantes, grande parte deles migrantes do sul. A presença esmagadora de gaúchos tem forte influência tanto na maneira de se comportar e falar como na maneira de se alimentar.

Apesar de criada há menos dez anos, a cidade de Luís Eduardo Magalhães possui a décima economia do Estado da Bahia. Seu parque industrial conta com inúmeras grandes empresas, muitas delas multinacionais. Sua agricultura é pujante, diversificada e de grande produtividade, possuindo grandes áreas irrigadas. Sua pecuária é de alta qualidade, tanto na área genética como na tecnológica.

Passo agora, Senhor Presidente, a falar dos estados da região que antigamente se chamava Meio-Norte: Maranhão e Piauí.

No Maranhão, os gaúchos se concentram no sul, principalmente na cidade de Balsas, cuja população anda em torno de 70 mil habitantes. Com crescimento de 20% ao ano, aquele Município tem forte influência dos imigrantes do Rio Grande do Sul.

Fiquei muito impressionado com a frase de um dos gaúchos precursores nessa região, Eliton Toniazó. Ao ser entrevistado pela revista *Veja*, ele disse que, em 1983, quando chegou a Balsas, “um hectare de terra valia uma carteira de cigarro”.

A produção ali se dá em lavouras mecanizadas, que usam a tecnologia desenvolvida para a exploração dos cerrados, transformados em imensos e ricos campos de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão. A pecuária também tem uma participação importante na economia do Município, bem como a piscicultura.

A partir de 1992, a região de Balsas começou a produzir soja para o mercado externo, transportando-a através do Corredor Norte de Exportação. Em dez anos, a produção de grãos cresceu mais de 1.700%. Repito: mais de 1.700%.

Passo agora ao Piauí, do meu querido irmão Senador Mão Santa.

Na *Folha de S.Paulo*, em maio de 2005, depois de mencionar a grave seca que se abateu naquele ano sobre o Rio Grande do Sul, o jornalista Mauro Zafalon escreveu:

“Os gaúchos do sul estão com produtividade de 560 quilos de soja por hectare. Os gaúchos do Piauí conseguem 3.200 quilos. Os sinais da pujança desses gaúchos no Nordeste na produção de grãos começam a ficar evidentes nas estradas que levam às novas fronteiras de produção: dezenas de caminhões transportam para as novas fronteiras as colheitadeiras que estão sendo pouco utilizadas no sul.”

O jornalista fala então de Uruçuí, uma pequena cidade que tem forte presença de agricultores gaúchos e que vem registrando crescimento anual de 20% na sua produção agrícola:

“Há poucos anos, a soja não era cultivada no Município. Atualmente, são 90 mil hectares. O Piauí, que há cinco anos plantava apenas 62 mil hectares com grãos, deve atingir 240 mil hectares neste ano. O Estado tem 4 milhões de hectares à disposição. A produtividade é boa na região porque os agricultores aprenderam as primeiras lições no Sul, aprimoraram-se no Centro-Oeste e já chegaram formados e experientes ao Piauí.”

Depois de entrevistar vários agricultores gaúchos, o jornalista da *Folha* conta a história de José Antônio Görden, conhecido como Zezão, pioneiro no plantio de soja, que foi chamado de “louco” quando decidiu ir para o Piauí. Hoje, ele já cultiva 10,3 mil hectares no Piauí e 2,1 mil no Maranhão.

Já Anacleto Barrichelo, da cidade de Nova Santa Rosa (cidade piauiense que repete o nome de uma cidade gaúcha), que chega a colher até 75 sacas de soja por hectare em algumas áreas de sua fazenda, diz que só tem uma coisa a lamentar: “Pena que não vim para cá dez anos antes”.

Senhor Presidente, antes de concluir, eu queria citar ainda, de forma breve, o caso do Paraguai. Centenas de milhares de brasileiros

moram e trabalham naquele país. Certos estudos apontam que eles seriam cerca de 500 mil. Acontece que muitos desses brasiguaios são gaúchos e, como se dá em todo lugar, há um grande número deles que são empreendedores agrícolas.

Na maioria, esses gaúchos chegaram àquele país em meados dos anos 80, quando o custo das terras paraguaias era muito baixo. Hoje, muitos deles estão perfeitamente adaptados ao novo país, mas mantêm vínculos fortes com o Rio Grande do Sul. Os CTG estão presentes por lá também. A maior parte da produção agrícola do Paraguai vem das terras dos brasiguaios.

Bandeirantes do Século XX

Voltarei ainda a esta tribuna, porque pretendo fazer uma série de pronunciamentos tratando da diáspora do povo gaúcho. O tema merece exame aprofundado. A epopeia do povo gaúcho tem de ser contada em detalhes. Ela precisa ser analisada com profundidade. Tratarei, depois, da migração de sul-rio-grandenses para outros estados que hoje não examinei, como Minas Gerais, Goiás e Roraima.

O que eu pretendo, com esses pronunciamentos, é mostrar para todos os brasileiros, do campo e da cidade, a importância da saga desses novos bandeirantes. Os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Se os paulistas estenderam as nossas fronteiras procurando por ouro e prata, nós asseguramos a posse para o Brasil de vastas extensões devolutas.

Sim, foram os gaúchos que alargaram as fronteiras agrícolas deste País. E ainda hoje, com seu trabalho e seu suor, eles continuam a ser desbravadores de novas terras neste início de século.

O Brasil muito deve aos migrantes gaúchos. Foram eles que asseguraram os seguidos superávits da nossa balança. O trabalho hercúleo desenvolvido por esta gente que deixou para trás tudo o que tinha para sair em busca de um sonho de progresso deve ser reconhecido por todos os brasileiros. Os agricultores gaúchos espalhados por este imenso País merecem respeito.

É com muita alegria que dou agora um aparte ao meu querido irmão Senador Mão Santa.

O Sr. *Mão Santa* (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu estava ouvindo V. Ex^a atentamente. Então, veio à minha mente a Antiguidade, quando um filósofo disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”. E é isso o Rio Grande do Sul. Na política, todo o Brasil reconhece Bento Gonçalves, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas. Aliás, acabei de ler o diário do Presidente Getúlio Vargas. O diário que ele fez de 1930 até 1942. Ô homem trabalhador! Luiz Inácio, pelo amor de Deus, nunca mais diga que fez o Brasil. Olhe Getúlio Vargas! Eu li os registros de 1930 a 1942. Estou com os dois volumes cheios de rabiscos, anotados. Quando Luiz Inácio disser “fui o único que fiz”, eu trago os dois volumes. Agora, isto é o que eu queria dizer: Pedro, eu tenho que agradecer ao Rio Grande do Sul. Vossa Excelência conhece o Piauí. Pedro Simon, quando me candidataram a governador, era para ser boi de piranha, para eleger uns deputados federais. Porque eu sou de Parnaíba, no litoral. Formei-me no Ceará, e no Rio. Um dia, vou lhe contar, a minha vida com Adalgisa. Aí disseram: “Não conhece o Piauí, não conhece Picos?”. Eu disse: “Eu não conheço mesmo”. Eu não era *hippie* para andar por aí, mas vou conhecer os problemas. Sabe por que eu ganhei? Porque lá estava impregnado de homens do Sul, de gaúchos, trabalhando. E eles pegaram a minha candidatura. Mas quero dizer o seguinte: Então, como gratidão e admiração a V. Ex^a, eu os recepcionava. Num dia só, chegaram trezentas famílias gaúchas, das cooperativas Cotrirosa e Bom Jesus. Trezentas famílias! Lá, havia um gaúcho, Gabriel – para mim, foi igual àquele anjo Gabriel –, que era gerente da Bünge, antiga Ceval, que fui buscar e, hoje, está implantada lá. Pedro Simon, os gaúchos transformaram o Piauí, nós mudamos, eles nos educaram. Então, na nossa região sul, onde há o cerrado, hoje é uma mistura feliz, a produção cresceu. Senador Pedro Simon, nós mudamos, os gaúchos nos educaram. Onde há cerrado, hoje é a mistura feliz, e essa produção cresceu. Quero, pessoalmente, uma vez ter o prazer de levá-lo ao sul do meu Estado para V. Ex^a ver a contribuição do homem e da mulher gaúcha na formação de educação do povo piauiense e na produção local. Assino embaixo a grandeza, a saga, o exemplo. Deus me permitiu, quando fui médico residente, ter dois grandes amigos. Um deles era Jaime Pietá, que tem um irmão que

é prefeito de Guarulhos, e o outro era Léo Gomes, de Dom Pedrito. Desde então aprendi a admirar a inteligência, a decência do homem gaúcho. Escolhi V. Ex^a como meu líder no PMDB, e líder político.

O SR. PEDRO SIMON – Fico muito agradecido a V. Ex^a

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o depoimento do Senador Mão Santa, falando da presença dos gaúchos no Piauí, vários senadores poderão falar depois sobre o que se deu em seus estados.

Queria dar um aparte aos meus amigos, principalmente para o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz aqui um testemunho formidável a respeito do valor dos gaúchos no desenvolvimento do seu próprio Estado, mas levando o seu conhecimento a todos os lugares do Brasil, inclusive até o Estado do Senador Mão Santa, o Piauí. V. Ex^a destacou o valor extraordinário dos rio-grandenses-do-sul em promover atividade na agricultura, nas formas cooperativas de produção em tantas instituições.

O Sr. Senador Pedro Simon – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, eu gostaria de abordar, rapidamente, ainda outros aspectos.

Em primeiro lugar quero falar da força da cultura gaúcha. É muito difícil encontrar um outro grupo social de brasileiros que se assemelhe aos gaúchos no exílio. Quando se mudam do Estado, eles levam tudo: o linguajar, as vestimentas, a alimentação, as bebidas, as danças e as músicas. Isso não se dá com as pessoas de outros estados. Essas chegam e logo se adaptam ao ritmo local.

Estejam onde estiverem, os nossos irmãos do sul dizem que continuam a se sentir gaúchos. Mesmo os que moram ali há anos, décadas, se declaram de alma gaúcha. Eles amam o seu novo estado, amam a terra que os recebeu, nunca querem voltar ao sul. Mas continuam amando profundamente o Rio Grande do Sul. Seus filhos se sentem gaúchos, embora tenham nascido na Amazônia ou no Nordeste.

Os gaúchos amam sua nova terra porque, no final da contas, são agricultores. Vivem dos frutos da terra. A terra muito lhes dá. Mas também eles dão muito a ela. Não há trabalho mais árduo do que o do homem do campo. A jornada vai do nascer ao pôr do sol. E o produtor depende dos elementos, do sol da chuva.

Os gaúchos amam suas novas terras porque têm sangue de desbravadores. Eles sabem que têm uma missão grandiosa: garantir a posse da terra para os brasileiros. Eles sabem que têm uma missão grandiosa: produzir alimentos para o mundo todo.

Estejam onde estiverem, os migrantes gaúchos guardam com o maior desvelo os costumes do sul. Estejam onde estiverem, os nossos conterrâneos acompanham pelas tevês a cabo ou pelo rádio os jogos do campeonato gaúcho de futebol. E quando acontece um Gre-Nal lá estão eles, reunidos num CTG ou numa churrascaria, acompanhando lance a lance as disputas entre os dois maiores times do Rio Grande do Sul.

Com o mesmo interesse os gaúchos exilados acompanham os programas de rádio que tocam músicas nativistas. E o mais curioso é que existem programas de cultura gaúcha com grande audiência em inúmeras cidades de outros estados, como Santa Catarina, Mato Grosso e Paraná.

E mesmo nos mais distantes rincões, onde estejam reunidas algumas famílias gaúchas, sempre tem por perto um armazém que venda erva-mate, vinho de garrafão, salame e queijo. Como escreveu o jornalista João Fábio Caminoto, na *Veja*: "É como se levassem o Rio Grande do Sul nas costas".

O engraçado é que filhos de gaúchos, crianças e jovens nascidos em outros estados, até mesmo aqueles que nunca viajaram ao Rio Grande do Sul, dizem que se sentem inteiramente gaúchos. E é por isso que eles cultivam as tradições gaúchas com uma dedicação que supera a de muitos que vivem no sul. Sim, porque o gaúcho que mora no Rio Grande se sente em casa. Já o que emigrou sente saudade, uma profunda saudade que não vai jamais superar. Como disse o jornalista Carlos Wagner, os gaúchos "formam quase uma etnia dentro do País".

O Amor à Terra

A Rede Brasil Sul, RBS, apresentou em 2004 uma excepcional produção televisiva. Trata-se de uma série especial de reportagens intitulada *A Conquista do Oeste*. Viajando mais de 30 mil quilômetros pelo Brasil e pelo Paraguai, a equipe de produção entrevistou centenas de gaúchos que vivem em outros estados.

Os depoimentos de todos os entrevistados sempre coincidem nisso: os gaúchos amam o Rio Grande, mas amam também a terra que os recebeu de braços abertos. Pelo que percebi, nenhum quer retornar.

Outra constatação diz respeito aos CTG. Em qualquer região na qual se instalam, os sul-rio-grandenses criam logo um centro de tradições gaúchas. Passam a dançar e a cantar as músicas do sul e logo recebem a adesão de pessoas da comunidade local. É interessante ver, no trabalho da RBS, amazonenses e nordestinos dançando as nossas músicas e mesmo tocando instrumentos tão típicos nossos quanto a sanfona.

Certa vez fui a Mato Grosso do Sul, convidado pelo Senador Ramez Tebet. Viajamos para o interior daquele estado. Na cidade em que chegamos, por coincidência, estava sendo realizado o Congresso Estadual dos CTG de Mato Grosso do Sul. Fiquei impressionado com a pujança daquele movimento. Percebi logo que eles tinham orgulho de levar adiante a cultura e a história do Rio Grande do Sul.

Lembro também de outro episódio corrido aqui na Capital da República. Certa vez fui à casa do doutor Eduardo Ferrão, um dos mais destacados advogados gaúchos em Brasília, para a comemoração do 20 de setembro. No pátio, havia sido construído um galpão crioulo. Peões fardados empunhavam lanças. Havia prendas. Quando começou a tocar o hino do Rio Grande, nos emocionamos. Vi muita gente chorando.

Repito: em qualquer lugar do Brasil, os gaúchos se dedicam à agricultura, amam sua nova terra e seu novo estado. Mas continuam guardando total dedicação aos usos e costumes, aos hábitos arraigados, do sul. Fiquei impressionado ao ver no Cerrado e no Nordeste gaúchos tomando chimarrão e comendo churrasco, de bombachas, no meio da seca e do calor.

Uma Solução que foi Desprezada

O segundo aspecto que eu gostaria de comentar se refere à falta de competência dos sucessivos governadores do Rio Grande do Sul – e eu me incluo entre eles –, que não conseguiram estancar esse sangramento populacional. Eu sempre defendi que deveríamos levar os nossos colonos sem terra também para a Metade Sul do Estado. Como todos sabem, aquela região do pampa, que durante mais de um século foi a mais rica do nosso Estado, vive hoje em graves dificuldades. O problema é que a nossa zona de fronteira, com suas terras planas, sempre foi, desde os primórdios, destinada à pecuária. Acontece, porém, que a pecuária é das atividades que menos gera empregos porque bastam poucos homens para cuidar de grandes rebanhos. Além disso, atualmente, a pecuária nem gera as altas rendas do passado, que gerava em décadas anteriores.

Se nos anos 60 ou 70, nós, políticos do Rio Grande, tivéssemos conseguido levar para a Metade Sul os nossos agricultores que estavam sendo expulsos das áreas antigas de colonização, hoje a situação do Estado seria bem outra. Creio que a região do pampa, que é mais extensa da Metade Sul, estaria numa outra situação, bem melhor, se tivesse recebido a nossa gente expulsa da sua terra. Mas acontece que o latifúndio se manteve.

Hoje, a Metade Norte do Estado reúne a esmagadora maioria da população, dos empregos e da geração de riqueza. Na velha Metade Sul, onde nasceu o Rio Grande, que por muito tempo foi a mais rica e importante do nosso Estado, vive agora a minoria da nossa população. Em situação difícil. Temos municípios na Metade Sul e também na região noroeste que têm indicadores sociais parecidos com os das cidades mais pobres do Nordeste.

Dou mais alguns dados sobre a situação daquela área do Rio Grande do Sul. Em 1890, a Metade Sul concentrava mais da metade da população gaúcha; pouco mais de meio século depois, contava somente com cerca de 25% do total. Segundo relatório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1939, a região era responsável por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Atualmente, esta participação caiu para apenas 16%, índice preocupante, considerando-se que a região representa 56% do território gaúcho.

Aliás, quando se debateu no Senado a questão da reforma agrária, apresentei emenda sugerindo a inclusão da Metade Sul do Rio Grande do Sul e a mesorregião do noroeste do Rio Grande do Sul como áreas preferenciais para ingressar em programas de financiamento ao setor produtivo através das instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.

Quanto à mesorregião noroeste, outrora próspera, deve-se destacar que ela tinha sua economia baseada no minifúndio. No entanto, nos últimos quarenta anos, sofreu o impacto negativo da monocultura da soja e da intensa mecanização das lavouras.

Hoje, aquela mesorregião mantém uma atividade agropecuária de sobrevivência, baseada na produção de suínos e aves, mas não consegue garantir renda e empregos suficientes para manter seus jovens no campo. Ora, a falta de perspectivas provocou um forte movimento de migração em direção aos centros maiores, principalmente a região das fábricas exportadoras de calçado do Vale dos Sinos.

Os imigrantes gaúchos que fizeram muito pelo progresso de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso também poderiam ter trabalhado pelo nosso próprio Estado, na Metade Sul. O pampa, quem sabe, poderia ser hoje, de novo, sinônimo de riqueza e pujança.

Eu era deputado estadual quando, durante o regime militar, se formaram cooperativas para levar essa gente de ônibus ou de avião para a Amazônia. Eu dizia: "Por que nossa gente não é levada também para aqueles milhares de latifúndios? Por que não são levados para trabalhar em terras de fazendas que poderiam produzir muito mais riqueza?"

Naquela época, reconheço, não se tinha a alta tecnologia que se tem hoje para a agricultura. Acho que, hoje, é possível para uma família viabilizar-se economicamente numa propriedade de apenas 25 hectares. Mas eu ainda tenho esperança. Talvez ainda chegue o dia em que as áreas mais pobres do nosso Estado, como a Metade Sul e a região noroeste, possam receber ver essa gente do próprio Rio Grande levar também para lá o crescimento que levaram para os mais remotos rincões do Brasil.

Muito obrigado.

O Declínio da Atividade Legislativa

(Em pronunciamento de 19 de março, o Senador traça um painel da perda das prerrogativas do Poder Legislativo e da ameaça, iminente, da extinção das CPI)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as manchetes dos jornais de hoje chamam a atenção para o fato de que Sua Excelência o Presidente da República disse que é absolutamente impossível o Governo governar sem medidas provisórias. Outra manchete, interpretando a palavra do Presidente, diz que o Presidente é o mesmo, mas as circunstâncias são diferentes.

Lembro a luta dramática que se tem travado neste País em torno dessa matéria. Tudo começou com a ditadura. O regime militar criou o decreto-lei. A origem de toda essa crise veio dali, do decreto-lei. O que era o decreto-lei? O Governo publicava a matéria e a mandava para esta Casa, que tinha 30 dias para dizer sim ou não. Se não dissesse não, a matéria era considerada aprovada.

Foi com esse procedimento que nasceu o vazio do Congresso Nacional. A Arena, na hora da votação dos decretos-leis, mandava a bancada ir embora, porque, indo embora, não havendo presença, a matéria era aprovada. Aí, nas quintas-feiras, os deputados e senadores começaram a ir para suas bases, porque a orientação do Governo, a orientação das lideranças era essa: "Não acusem presença!". E isso aconteceu.

Na Constituinte, claro, caiu o decreto-lei. Apareceu a medida provisória. Aqui votou-se a medida provisória e não se explicou

como ela funcionaria no regime parlamentarista, que estava sendo adotado. Havia uma Comissão de Sistematização, na Constituinte, que começou a tomar algumas atitudes que dividiam a opinião do Congresso Nacional.

Como o lado mais progressista, que era comandado pelo Mário Covas, tinha mais força na Comissão de Sistematização, os conservadores criaram o chamado Centrão, chefiado por Roberto Cardoso Alves. E se, no início, as medidas da Comissão de Sistematização eram praticamente aprovadas no plenário, o Centrão inverteu os papéis. Decidiu-se que as determinações da Comissão de Sistematização teriam de ser aprovadas por metade mais um do plenário.

Isso mudou tudo. A partir daí que não se acertou mais; e criou-se essa Constituição que sofreu muitas mudanças. Cada vez que se chegava a um buraco negro, o Dr. Ulysses, Presidente, tinha uma saída: acrescenta-se um parágrafo: "Esta medida entrará em vigor na forma de lei complementar".

Uma Constituição Confusa

É por isso que nossa Constituição está cheia de leis complementares que até hoje não foram criadas. Por isso, nossa Constituição é uma grande confusão.

Foi esse tal Centrão que derrubou o parlamentarismo no plenário. O impacto foi tão grande da queda do parlamentarismo que ninguém se lembrou das medidas provisórias.

Eu era governador do Rio Grande do Sul. Sou parlamentar há 50 anos, mas quis Deus que, no momento em que ocorreu a Constituinte, eu fosse governador, e não parlamentar. Nem aqui nem no Rio Grande do Sul. Na época da Constituinte eu era governador e vinha às reuniões que o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara, fazia para debater.

Numa delas, chamei a atenção de todos sobre o assunto. Cairá a medida provisória? Não, disseram, o Centrão não vai deixar cair a medida provisória porque o Sarney gostou muito dela. Na Redação Final, a comissão responsável tinha o poder de dizer que, como caíra o parlamentarismo, deveria cair a medida provisória. Mas não aconteceu isso.

A medida provisória é muito útil para um governante. Com ela, o Presidente da República não precisa refletir. Ele reúne a gente dele

e, decidindo, manda um texto à Imprensa Oficial. Sai no *Diário Oficial* e, no dia seguinte, é lei.

É claro que o Lula, hoje, como o Fernando Henrique, ontem, acha que o Congresso é um empecilho, um obstáculo. A democracia é algo que impede o bom exercício do poder.

Se você pegar os jornais de hoje, verá que Lula está dizendo isto: “O Congresso atrapalha a democracia, é um estorvo. Hoje, pela rapidez com que as coisas acontecem, o ideal é a medida provisória”.

À noite, sentam-se, ouvindo o Jornal Nacional, o Lula e o Ministro da Fazenda. Ouvindo uma notícia, dizem: Acho que devemos fazer isso. Que boa ideia! A primeira coisa que fazem é parar o *Diário Oficial*. Volta e meia, o *Diário Oficial* sai uma hora ou duas horas mais tarde, porque parou para esperar uma medida provisória.

Então, temos de perguntar: Será que, então, a democracia é um estorvo? Será que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – são um estorvo? Será que o Presidente da República tem, realmente, esse poder? Será a melhor saída?

De 1945 até 1964, o que acontecia no Congresso Nacional? Os projetos de lei entravam e ficavam na gaveta. Foi assim com as chamadas reformas de base. Falava-se que o João Goulart queria as reformas de base, como reforma agrária e reforma da remessa de lucro para o estrangeiro. Pois essas reformas ficavam na gaveta do presidente da Câmara, ou de um presidente de Comissão, ou de um relator, e nunca eram votadas.

Aí, veio a ditadura, e inventou o decreto-lei.

O que me dói é que, durante oito anos, o Fernando Henrique usou e abusou das medidas provisórias, como o Sarney usou e abusou, como Itamar usou e abusou, como o Collor usou e abusou, como eu, se estivesse lá, provavelmente, usaria e abusaria.

Limitação ou Devolução?

Quero fazer justiça ao Presidente da Câmara dos Deputados. A imprensa está publicando que o Presidente da Câmara dos Deputados tem discutido com o Governo para encontrar uma solução.

E o Líder do Governo na Câmara dos Deputados tem dito que acha que a situação é institucional, acha errado que a liderança não deixe votar porque cria uma crise, reconhece que as medidas provisórias também criam uma crise e que deveríamos sentar a uma mesa para discutir.

Falou-se que o Presidente da Câmara poderia limitar o número de medidas provisórias. O Presidente da República não concordou. Falou-se que talvez determinássemos o conteúdo das medidas provisórias.

Vou falar com toda sinceridade: eu não poderia, jamais, ser presidente do Senado. Se sou presidente do Senado, eu devolveria a medida provisória que criou a TV Brasil. Como vai-se criar uma televisão por medida provisória?

Os presidentes da Câmara e do Senado poderiam fazer exatamente isso: devolver as medidas provisórias que não são medidas provisórias. O Governo está legislando por medida provisória. Portanto, devemos definir na Constituição exatamente o que é medida provisória. E, daí para diante, fica decidido que o Presidente da Casa devolve o que não é medida provisória.

Poderia existir uma comissão só para avaliar medidas provisória? Sim. Sem a urgência necessária, seria devolvida. Isso já seria uma saída.

A Implosão das CPI

Estamos vivendo uma situação das mais difíceis no que se refere às comissões parlamentares de inquérito. Eu diria que estamos em véspera de ver implodir o instituto da CPI.

Estou preocupado com o Senador Marco Maciel, porque, na Comissão de Justiça, hoje, S. Ex^a me nomeou para duas comissões: a primeira comissão para receber o Presidente do Supremo Tribunal, que vi que já estava à Mesa, e eu fui lá com ele; a segunda, para fazer a apuração. Eu tenho medo de que o Líder do PMDB termine censurando S. Ex^a: como é que ele está indicando o Pedro Simon para a comissão? Ele me vetou. Eu não posso ir a comissão nenhuma.

Mas nós estávamos discutindo que a CPI está em véspera de implodir. Assisto na televisão. Como o meu partido não me indica,

não tenho ido lá. Cá entre nós, é um martírio. Para que vou sofrer, roer as unhas, se não posso fazer nada? Então, assisto-a pela TV.

Senador Alvaro Dias, eu tenho visto a sua briga, pela televisão. Agora, está em véspera de terminar! Olha, estou aqui há 25 anos. Lá atrás, a gente entendia que era preciso manter uma situação de amizade ou de partido. O membro da CPI era uma espécie de juiz, estava ali para julgar. Então, ele era imparcial. A CPI do *impeachment* começou com meia dúzia de parlamentares a favor e cinquenta contra. Terminou com cinquenta contra e três a favor. Várias vezes isso aconteceu. Por quê? Porque na hora da votação, o cidadão votava de acordo com a consciência.

Mas o que é que está acontecendo agora? Uns são contra, outros são a favor do Governo. Uns dizem: não se pode falar no passado. Outros dizem: não se pode falar no presente. Aonde é que nós vamos chegar?

Eu estou com pena da Presidente da Comissão dos Cartões Corporativos: uma mulher excepcional, de grande gabarito, mas ela está tonta. Eu estou com pena do Presidente da Comissão das ONG. Negam a ele o que é absolutamente óbvio e não se faz nada! O tempo está passando, e nós estamos caindo no ridículo.

Vamos terminar extinguindo as comissões parlamentares de inquérito. Passei a minha vida ouvindo na televisão: as comissões de inquérito terminam em *pizza*! Não é verdade! As comissões de inquérito terminam em *pizza* para o cidadão que, quando vê o debate na TV Senado, pensa que todo mundo vai para a cadeia. Só que ele não sabe que uma comissão de inquérito – da Câmara ou do Senado, ou mista – denuncia e manda para o procurador.

O Parlamento não pode botar ninguém um dia sequer na cadeia. Pode cassar o mandato de Presidente da República. Pode cassar o mandato de senadores e de deputados. Agora, o resto, manda para a Justiça, e a Justiça decide.

O Conselho de Ética era um valor importante que a gente tinha na mão. Mas nós estamos matando o Conselho de Ética. Vi no jornal o seguinte: Nós vamos botar na Comissão de Ética quem não é candidato a prefeito porque, aí, ele não precisa dar bola para as críticas da imprensa. Não vejo os líderes indicarem parlamentares

que têm mais tradição, os que mais debatem, os que mais lutam. Estamos assistindo ao enterro das comissões de ética e de inquérito. O Congresso vai perder, talvez, a maior força que tem, que é a fiscalização real e concreta.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite um aparte?

Quero transmitir a V. Ex^a que o considero como uma voz, no presente momento, que pode colaborar para que o nosso Senado venha a funcionar com maior grau de civilidade e racionalidade.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a gentileza de V. Ex^a

Concluo, Senhor Presidente, dizendo exatamente isto: PT e PSDB tinham condições de se sentar à mesa; tinham condições de se sentar à mesa; tinham condições de chamar o Lula e alguém do Fernando Henrique e lembrar os oito anos do Fernando Henrique e os seis do Lula, e, assim, chegar a uma média de pensamento, até porque ninguém sabe qual vai ser o Governo daqui a três anos. Se o fizéssemos, isso seria bom para a democracia e para este Congresso. Nós estamos chegando hoje a um limite. O Presidente da Câmara vai falar com o Presidente da República, para tentar encontrar uma solução. Parece que a resposta vai ser esta: vai ficar tudo como querem, tudo como estava.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Um Programa Mínimo de Dignidade para o Congresso Nacional

(Em pronunciamento no dia 25 de março, o Senador lamenta que o Congresso Nacional não esteja procurando caminhos para sair da crise de credibilidade em que se encontra submerso)

Senhor Presidente, meus amigos senadores, o Congresso Nacional vive uma das horas mais tristes da sua história. Que situação esdrúxula é essa que estamos vivendo? Para onde vamos? O que queremos?

O Congresso Nacional viveu horas difíceis. Foi cercado por tropas do Exército que não deixavam nem o parlamentar entrar aqui, como o foi na Emenda Dante de Oliveira, que ia ser aprovada e não foi porque os militares cercaram o prédio e faltaram nove votos. E um grande número de parlamentares foi proibido de entrar.

Atravessamos uma ditadura militar com cinco generais ditadores e saímos com dignidade. Cassaram, prenderam, mataram, fecharam o Congresso, mas éramos padrão de dignidade. Quando saíamos à rua, o povo aceitava. Quando alguns queriam a revolução, as armas, os tanques, a guerrilha, a luta armada, a sociedade e o velho MDB, não. Nós lutamos democraticamente, pelo voto. Vamos levantar o Brasil e mudar essa realidade, dizíamos.

O Dr. Brizola, lá do Uruguai, dizia que nós íamos resistir até o último cachê. Os movimentos que queriam a violência, a radicalização, que sequestraram diplomatas só conseguiram atrasar o tempo

da derrubada. Nós acertamos. Anistia, Assembleia Nacional Constituinte, Diretas Já, fim da tortura, liberdade de imprensa, fomos conseguindo isso passo a passo.

Por que agora, que nós estamos na plenitude democrática, por que agora que temos um líder operário, um líder trabalhador está lá na Presidência da República, isso ocorre? Por que agora vivemos no chão?

Há dois meses, as pesquisas diziam que o prestígio do Congresso Nacional era 1,1; depois dos problemas da Presidência do Senado baixou para 0,5! Essa é a credibilidade do Congresso Nacional. É uma coisa estranha porque os escândalos estão do lado de lá. Podem ter reflexo aqui, mas estão lá. O povo está respondendo que o Lula é ótimo. Para que corrupção? O Lula é ótimo, mas o que está acontecendo aí não atinge o Lula. Por que atinge esta Casa? Porque esta Casa perdeu a sua verticalidade, perdeu o seu rumo, perdeu as suas bandeiras e sua história.

Nada mais triste do que a imprensa diz hoje. Os que estiveram oito anos no Governo e fizeram muita coisa positiva hoje são oposição. Pegaram o discurso do PT e, hoje, são oposição. E quem diria que o nosso amigo Lula e o PT, que era o partido da democracia, da dignidade, da seriedade e da honradez... *A Veja* publica que o Governo está fazendo um dossiê de tudo o que o Fernando Henrique teria gastado com os cartões corporativos.

Onde nós estamos? Que país é este em que um governo faz um dossiê de um ex-presidente para guardar na gaveta e dizer: está aqui. Se nós fizemos, vocês fizeram também.

Agiu bem o Líder do PSDB. Acho que a fala do Líder do PSDB nesta Casa foi absolutamente correta: propôs que abrissemos a conta de Fernando Henrique, da mulher de Fernando Henrique, do Lula e da mulher do Lula. Se é para ser assim, vamos fazer isso, disse o Líder do PSDB. E ele está certo. Aliás, ele disse mais: "Como ele foi Chefe da Casa Civil, disse que abriria a dele também para que investigassem o período em que ele esteve lá." Mas o que é isso? Então, nós estamos aí, fazendo um espetáculo de circo.

Funcionam agora a CPI das ONG e a CPI dos Cartões Corporativos. Se há uma coisa importante que o Congresso manteve ao longo

da história foram as CPI, que propiciaram algumas das cenas mais bonitas da vida política brasileira.

Este é o País em que o perigo é roubar galinha, porque dá cadeia, como ocorreu lá no Pará para a menina de 14 anos, que foi parar numa cela com 20 homens. Quando o roubo é grande, não acontece nada!

Legislação Ridícula

A culpa é de uma legislação ridícula, de um processo penal ridículo. Vemos políticos importantes que há quarenta anos sofrem processo em cima de processo por falcatuas, mas nenhum chega a uma conclusão, porque as pessoas recorrem o tempo todo à Justiça.

Mas, antigamente, a CPI apurava. Existia um ambiente na CPI que se destacava pela dignidade. O senador que sentasse numa CPI era como se fora um juiz. Claro que ele tinha suas ideias políticas, mas ele decidia com dignidade. Várias vezes as nossas CPI decidiram quase que por unanimidade.

Hoje, nessas duas comissões, o que a imprensa diz é que há um acerto: não se apura o Governo passado, não se apura o atual Governo e empurra-se com a barriga para passar o prazo e terminar a comissão.

O Congresso está matando as comissões parlamentares de inquérito por inanição. Nós não legislamos. Se os senhores pegarem a Ordem do Dia de hoje, verão que há cinco medidas provisórias trancando a pauta. O Judiciário vota em nosso lugar, como aconteceu na questão da perda de mandato para quem troca de partido, e o Presidente da República faz o que quer.

O Legislativo é deficiente. Quem vai assumir o nosso lugar? Quem vai ocupar esse espaço vazio? Pelo que o Governo dá a entender, a democracia é um atraso, atrapalha. É como o Lula disse outro dia: "Tem o dinheiro, o plano está aí, a gente quer fazer, mas o Ministério do Meio Ambiente não deixa, e o Congresso emperra. Imaginem que tem uma lei que diz que não se pode fazer nada em ano de eleição. Então, durante dois anos, o Presidente não vai fazer nada?"

Quem falar contra aqui vai ser apontado como inimigo do desenvolvimento e inimigo do progresso. É difícil agir assim, principal-

mente quando não nos reunimos em torno de um programa mínimo de dignidade para o Congresso Nacional.

O Governo está dizendo hoje que não abre mão de uma vírgula das medidas provisórias. Temos de ter coragem de tomar uma decisão, Senhor Presidente. Vamos cumprir a Constituição. Vamos ter coragem de dizer que 70% das medidas provisórias não cumprem a lei porque não têm a urgência requerida, porque não estão conforme os ditames da necessidade e da imprescindibilidade.

Vamos debater lá nas comissões em que estão sendo tomadas as decisões importantes. Em vez de promovermos a desmoralização, vamos fazer o mínimo.

As ONG brasileiras, hoje, estão desmoralizando uma instituição que existe no mundo inteiro. As organizações não-governamentais, no Brasil e no mundo inteiro, exercem um grande papel, mas agora a corrupção chegou lá. Algumas ONG se acumpliciam com políticos, com homens ligados ao Governo, para fazer corrupção. Vamos cortar isso pela raiz!

Quanto aos cartões corporativos, vamos, pelo menos, botar no papel o seguinte: daqui por diante vamos chegar a um entendimento, mas não vamos deixar passar sem fazer nada.

No período mais difícil da ditadura, por várias vezes nós nos reunimos, Oposição e Governo. O Congresso Nacional esteve cercado, e as nossas cabeças estiveram à disposição: podíamos ser cassados, presos, torturados. Mesmo assim, muitas vezes este Congresso fez entendimentos dramáticos, espetaculares e dignos, porque o Brasil estava em primeiro lugar.

Peço aos atuais líderes que coloquem o Brasil em primeiro lugar, Senhor Presidente! Que façamos um grande acordo para resgatar a dignidade deste País.

Eclosão do Escândalo do Dossiê dos Gastos de FHC

(Em pronunciamento no dia 28 de março, o Senador pede a inclusão nos Anais do Senado de reportagem da Folha que determinou a eclosão do escândalo da preparação, pela Casa Civil, de um dossiê de gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso com cartões corporativos)

Senhor Presidente, li agora, no *blog* do Ricardo Noblat, que é um brilhante jornalista, uma crítica que ele fez a mim – e ela é correta: O Senador Pedro Simon falou uma hora e meia e não falou sobre o assunto mais importante, que é a manchete do jornal *Folha de S.Paulo*. E ela, realmente, é muito séria:

Diz a reportagem:

“Braço direito de Dilma fez dossiê contra família FHC.

Ordem para reunir dados sigilosos partiu da secretária-executiva da Casa Civil.

Erenice Guerra nega ter se reunido com secretários do ministério para discutir “levantamento de dados de suprimimento de fundos.”

De Leonardo Souza, Marta Salomon e Andreza Matais:

Partiu da secretária-executiva da Casa Civil, braço direito da Ministra Dilma Rousseff, a ordem para a organização de um dossiê com todas as despesas realizadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sua mulher Ruth e ministros da gestão tucana a partir de 1998. O banco de

dados montado a pedido de Erenice Alves Guerra é paralelo ao Suprim, o sistema oficial de controle de despesas com suprimentos de fundos do Governo.

O Governo nega tratar-se de um dossiê. A interlocutora Erenice se responsabiliza pela decisão de organizar processos de despesas de FHC, isentando a chefe de ter tomado a decisão. Ela é conhecida como “faz-tudo” de Dilma, sendo a funcionária mais próxima da Ministra que Luiz Inácio Lula da Silva vê como presidienciável para 2010.

Quando o trabalho começou a ser feito, corriam as negociações no Congresso para investigar gastos com cartões corporativos do Presidente Lula. Por pressão de governistas, as investigações recuariam no período do governo tucano. O banco de dados avançara sobre parte do material guardado no arquivo morto, num dos prédios anexos do Planalto.

Um dos relatórios produzidos na Casa Civil, a que a *Folha* teve acesso, mostra que os dados foram organizados de forma diversa do SUPRIM (Sistema de Controle de Suprimento de Fundos), que tem os registros dos gastos do período Lula.

Com 13 páginas, o documento registra detalhes, fora da ordem cronológica, de diversos gastos, com ênfase nos feitos pela ex-Primeira-Dama Ruth e naqueles que envolvem bebidas e itens como lixas de unha.

Na primeira semana após o carnaval, segundo a *Folha* apurou, Erenice marcou reunião no Planalto com membros da Secretaria de Administração, da Secretaria de Controle Interno da Presidência e de outras áreas da Casa Civil.

Solicitou que fossem cedidos funcionários de cada área para que se criasse uma força-tarefa encarregada de desarquivar documentos referentes aos gastos do Governo anterior a partir da rubrica suprimento de fundos, que inclui cartões corporativos e contas “tipo B” (despesa justificada por nota depois de o servidor receber uma determinada verba).

A *Folha* apurou que Erenice justificou a empreitada aos subordinados alegando ser preciso fazer o levantamento para atender a

eventuais demandas da CPI dos Cartões e destacou sua chefe-de-gabinete, Maria de La Soledad Castrillo, para coordenar os trabalhos.

Por meio de sua assessoria, Erenice negou que tivesse tido reunião com os secretários de Controle Interno e da Secretaria de Administração e Diretoria de Logística, “para discutir qualquer tipo de assunto referente a levantamento de dados de suprimento de fundos”.

Mas confirmou que a Casa Civil está alimentando banco de dados com informações do suprimento de fundos entre 1998 e 2002 e admitiu que a gestão da base de dados é da Secretaria de Administração e o trabalho envolve áreas de Tecnologia da Informação, Orçamento e Finanças e Logística.

A seleção e a organização de despesas do Governo FHC durou um mês e meio, até os primeiros lançamentos das despesas no Suprim – que seria o destino das informações. Com a publicação da última edição da revista *Veja*, em que trechos do relatório com 13 páginas a que a *Folha* teve acesso ontem foram divulgados, os dados passaram a ser digitados diretamente no Suprim.

Por isso a Casa Civil afirma que as informações “vazadas” à imprensa seriam fragmentos de relatórios de gastos ainda em fase de digitação.

Senhor Presidente, peço a transcrição nos *Anais* do Senado Federal desta matéria que é muito grave e muito importante.

Com relação ao jornalista Ricardo Noblat, mais uma vez eu peço desculpas. Fiz um pronunciamento, preparado com muita profundidade, e não li a *Folha* e não li a sua página. Agora eu a li e gostaria que esta matéria fosse adenda a meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Comentários Acerca da Pouca Credibilidade do Poder Legislativo

(Em pronunciamento no dia 28 de março, o Senador examina minuciosamente o afastamento do Congresso Nacional do sentimento da sociedade brasileira, registra a perda de suas funções essenciais e insiste na necessidade de os parlamentares buscarem uma saída para o impasse)

Senhor Presidente, houve um tempo em que o verdadeiro homem público, aquele que dedicava a sua própria vida pela causa do seu povo se conhecia pela lapela. Um pequeno *boton* o identificava como alguém que abraçou a política como sacerdócio, a serviço da maioria, principalmente da maioria desvalida, a mais miserável, aquela para a qual ainda pouco resta além de um fiapo de vida. Um sacerdócio que é caminho, verdade e vida. O melhor caminho, a mais pura verdade, e a vida na sua mais plena dignidade.

Foi um tempo em que, entre muitos políticos e muitos sacerdotes, a diferença era quase sumamente na lapela e na batina. Mesmo assim, ainda que diferentes na estampa, o *boton* do político e o crucifixo do pastor identificavam causas comuns. Hoje, o *boton* se distanciou do crucifixo. É que o crucifixo manteve-se no mesmo caminho, na mesma verdade, na mesma vida. O *boton* tomou outros rumos, construiu as suas próprias verdades – e já não se fundamenta – como antes, na plenitude da vida.

O *boton* dos políticos, Presidente, deixou de ser motivo de ostentação, muitas vezes de respeito. Li, em diversas oportunidades, sobre caso de parlamentares esconderem essa identificação nos lugares de maior movimentação do povo. Sim. É vergonha esconderem o distintivo que o identifica. De vergonha.

Triste ironia: o representante do povo esconder-se do povo. Tornar-se povo para não ser reconhecido como legítimo representante desse mesmo povo. Um na multidão, para que a multidão não o veja como um. Um na multidão, para que a multidão não o veja como um representante do povo.

Afinal, um o quê? Qual a impressão que tem a população brasileira sobre os seus representantes políticos nos dias atuais? Será que a população brasileira ainda nos vê hoje à sua imagem e semelhança, na medida em que somos os seus legítimos representantes?

É evidente que não. É que chegamos a uma situação, infelizmente, em que parte significativa da população escolhe seus representantes no Parlamento por mera obrigação legal, e não por convicção ideológica e firme. Votam e esquecem, quase que de imediato, em quem votaram. Votam e vêm tomar posse não aqueles escolhidos pela maioria, mas os que se beneficiaram dos subterfúgios das coligações e das alianças. Pior ainda: votam e vêm eleitos não aqueles melhores credenciados para a sua representação, mas aqueles produtos do *marketing* político. Percebem que quem ganha a eleição, na verdade, é o marqueteiro, que vende o candidato como se ele fosse um produto qualquer, como um sabonete, um sabão em pó ou uma pasta de dente, quem sabe, na concepção do eleitor, produtos que lhe são de melhor utilidade do que o político eleito.

É esse o quadro que se pode pintar da política brasileira hoje. Infelizmente e erroneamente, de forma generalizada, já que se observa que as pesquisas de opinião nos colocam no rodapé da legitimidade e da confiabilidade.

Na penúltima pesquisa de opinião, a credibilidade do Congresso brasileiro era 1%; na última, era 0,5%.

Eu fico imaginando, Presidente, o sentimento de um engenheiro civil que vê a sua obra ruir. De um médico, como V. Ex^a, que vê seu

paciente morrer. De um ator do teatro que vê sua plateia completamente vazia. Pois esse é, ou deveria ser também, o sentimento do político que vê sua atuação rejeitada pelos eleitores. Pois o político, mais do que ninguém, deveria sentir-se como o engenheiro que vê sua obra fluir, o médico que vê seu paciente respirar a vida, o ator que vê sua plateia lotada, aplaudindo-o de pé.

Pois a plateia política anda vazia nos nossos dias, principalmente a do palco do Congresso Nacional. No público, em cada 100 cadeiras, 99 estão vazias. Apenas um em cada cem brasileiros nos aplaude. É esta a avaliação do Congresso Nacional: 1%, ou menos que isso, de aprovação! A obra ruiu, o paciente morreu, o ator sente vergonha de abrir as cortinas. O político esconde o *boton*, não por falta de público; pior ainda: por medo dele.

Legitimidade e Confiabilidade

Que culpa coletiva temos nós dessa falta de legitimidade e de confiabilidade do Congresso Nacional? Ou – quem sabe? – dos políticos de uma forma geral?

Para responder a essa pergunta, basta que se faça um corte na situação atual do Congresso Nacional, em particular do nosso Senado, tal e qual se congelássemos a cena para analisá-la. Ou talvez, melhor ainda para análise, as últimas cenas da nossa história política parlamentar.

Por quanto tempo a nossa pauta nesta Casa ficou sobrestada, paralisada por medida provisória? Por quanto tempo, desse tempo, ficamos hipnotizados, enquanto questões de interesse dos eleitores brasileiros foram impedidas de serem discutidas, votadas e colocadas em prática, em nome de relevâncias e de urgências duvidosas? Por quanto tempo, desse tempo, abdicamos do direito de legislar em nome de quem não foi eleito para fazer essas leis? Que não foi escolhido para se autoinvestigar?

As medidas provisórias, Sr. Presidente, usurpam, há muito tempo, o nosso direito, o nosso dever de legislar. Feriu de morte o debate político. A obrigatoriedade da relevância e da urgência foi substituída pela escandalosa superveniência, sim, dos interesses mais tristes da realidade brasileira.

A população vê um Congresso acororado, sob ordens, legalizando, sem legitimar, propostas de gabinete, geradas por mentes pretensamente iluminadas, sob a invocação de um aval político que não lhes foi dado, porque quem de direito abre mão, numa espécie de timidez política suspeita, porque alimentada pela oferta de cargos, pela liberação de emendas e – quem sabe? – por outras razões menos confessáveis.

A população, Presidente, não vê mais, há muito tempo, pela janela da TV Senado, seus representantes no Senado Federal discutindo e votando as propostas legislativas do seu interesse. Ao mesmo tempo, ela vê, pela janela de suas casas ou de todas as outras TV, a bala perdida, a fila dolorida e a lágrima desiludida. Vê a criança arrastada pela rua, ante o desespero impotente da mãe. Vê o pai debruçado sobre o corpo inerte do filho, entre os olhares pasmos da população. Vê doenças sociais que voltam, quando se pensava que elas tivessem ido para sempre; voltam ante o descaso, que não foi, nem voltou: ficou. Vê a dengue e a sensação dupla de impotência: a causada pelo torpor da doença e a produzida pela inércia da política.

A população é alvejada também por sucessivos escândalos praticados por seus representantes políticos, práticas condenáveis que lhe soam tal e qual uma verdadeira traição à confiança depositada nas urnas. Quantas foram essas falcatruas nesses últimos tempos? Que se pare a fita apenas nos últimos três ou quatro meses, perdão, nos últimos três ou quatro anos! Sanguessugas, ambulâncias, mensalão. Isso sem contar o efeito contaminador de outros desvios, em outros poderes, em operações cujo nome quase minaram a criatividade dos agentes da Polícia Federal, por serem tantos e tantos diariamente se repetindo.

Isso sem contar que, por meses a fio, o Congresso Nacional, como se a tal cena parecesse congelada, permaneceu paralisado no assunto único da situação do seu próprio Presidente. Por fim, e para nos piorar, a ética ficou escondida numa votação secreta. Uma, não; duas! Que poderiam ser três ou quatro! Motivos não faltaram para outras tantas! Para a população, uma novela tétrica e repetitiva, que começou como romance, desenvolveu-se como comédia e terminou como tragédia. E que, na verdade, estava longe de uma ficção,

por se tratar, de fato, de um documentário da vida privada, com fortes, e perversas, repercussões na vida pública.

Valores e Atitudes

A população percebe uma completa inversão de valores e de atitudes. Em outros tempos, via nas comissões parlamentares de inquérito uma oportunidade histórica de purgação de pecados na Administração Pública. Agora, ela assiste, na Comissão Parlamentar de Inquérito, à remissão desses mesmos pecados, sem confissão, nem purgatório. As CPI se tornaram, na pior das situações, um cartório emissor de atestados de idoneidade, porque pior do que não investigar é certificar a inocência sem investigação, como se fossem crimes perfeitos.

A população vê que as CPI não são instaladas para investigar, mas para escamotear, sim, possíveis crimes, *a priori*. É uma pena, porque, naqueles mesmos outros tempos, foi durante as comissões parlamentares de inquérito que o Congresso viveu os seus momentos mais nobres, mesmo na época da ditadura, na época em que a liberdade não existia. Foram tempos em que as investigações não se iluminavam pelos holofotes, mas pela luz mesma dos fatos; isto é, não havia necessidade de holofotes para que fatos fossem expostos à luz pela verdade. Tais fatos fluíam da vontade política dos parlamentares investigadores de buscar a verdade.

Hoje, como no caso das medidas provisórias, que nos usurpam o direito de legislar, as ordens na CPI emanam de fora para dentro, o que se pode e o que não se pode investigar, o tamanho do tapete e a quantidade da sujeira que se deve esconder sob ele. Estão aí as CPI de hoje, que patinam na falta de vontade política de investigar, se atolam nas orientações de fora para dentro, para que não se chegue a resultados que fujam do empate, de preferência sem gols.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) Senador Simon, o discurso de um parlamentar de sua envergadura no Congresso Nacional equivale a uma decisão do Supremo Tribunal. Isso é repetido todas as vezes em que uma decisão do Supremo Tribunal chama

muita atenção. Nesse caso, nós dizemos sempre: Decisão do Supremo não se discute; se cumpre.

O SR. PEDRO SIMON – Eu agradeço muito a manifestação do nosso querido Senador Geraldo Mesquita.

Digo que se estabeleceu na CPI, assim como em qualquer outra atividade legislativa, uma espécie de clássico político, algo parecido com um Gre-Nal, um Fla-Flu, ou qualquer outra disputa que envolva apenas dois lados: a favor e contra o Governo. Não importa se a questão em discussão é favorável, ou não, à população. Pior, nas investigações, tudo indica que os resultados passaram a ser definidos antes da campanha inicial, como se todos os clássicos tivessem que terminar empatados, em sonolentos zero a zero.

Na falta de um debate mais aprofundado das principais questões nacionais, a população também vê uma espécie de balbúrdia regimental na condução dos trabalhos do Congresso Nacional, sem que se atribuam maiores culpas a seus dirigentes maiores: questões de ordem que nada têm de ordem, monopólio da palavra, comunicações inadiáveis que são perfeitamente adiáveis, sessões que beiram o pugilato, gritos que não se sabem se são mais ou menos perniciosos que os sussurros, temas irrelevantes que são tratados como questões de alto interesse nacional, e assim por diante.

Toda essa situação, observada em tempo real pela população, tende a criar uma espécie de caldo de cultura contra a atuação do Congresso Nacional. Se essa situação permanecer, de nada adiantará um dia a nossa volta aos trilhos da normalidade regimental, porque a população já terá colocado em nossas lapelas outra marca, como que a identificar peças de descarte. Fortalecerá, então, uma discussão já incipiente em algumas rodas de conversa: O Congresso é unicamente oneroso, desnecessário, como se não fosse, o que é, o pilar mais importante da democracia.

O que me traz a esta tribuna são manifestações que tenho recebido do Brasil inteiro demonstrando pesar, mágoa e revolta. São manifestações que eu não recebia na época da ditadura. São manifestações contra o Congresso Nacional, contra o Senado Federal. E isso me angustia.

Para o Senado Federal, há uma agravante nessa discussão em torno da política brasileira: que é discussão sobre um Congresso unicameral. Dizem alguns que o Senado só atrapalha. Ainda mais quando os últimos acontecimentos que envolveram o Presidente desta Casa arrastaram, com veemência, esta Instituição ao que a população convencionou chamar de triste realidade.

O Presidente da República defende as medidas provisórias, dizendo que elas são absolutamente necessárias, que ele não pode viver sem elas, que ninguém pode viver sem elas; e, quando elas vão para a Câmara, depois para o Senado, e têm que voltar para a Câmara, isso atrapalha a medida provisória. Muita gente diz: "Então, por que não fecha o Senado? O Senado não resolve nada!"

Essa situação de fuga do equilíbrio já foi teorizada por alguém, que a chamou de causação circular cumulativa. Numa tradução simples, é como se houvesse uma queda em um precipício. Não há volta, e sabe-se que, lá embaixo, o baque resulta na pior das sequelas. Há um risco, portanto, para a própria democracia: o Parlamento permanecer, por muito mais tempo, fora das graças da população. Haverá, aí, um precipício político.

Harmonia e Independência

É preciso, portanto, retomar o equilíbrio que se configura na harmonia, mas, também e principalmente, na independência entre os poderes. Enquanto houver esse vácuo na atividade legislativa, é evidente que outras instâncias de poder e de pressão ocuparão o espaço que a política deixou vazio.

As medidas provisórias são o exemplo mais que perfeito dessa ocupação de espaço vazio. É o Executivo legislando no lugar do Legislativo. Da mesma forma, o País assistiu a outras intromissões nos debates de questões de atribuição do Congresso, como no caso da fidelidade partidária. Transferiu-se para o Judiciário atribuição do Congresso Nacional. E a explicação para a sociedade foi a seguinte: fidelidade partidária, desde a Constituição de 1988; já que o Congresso não quis se definir, o Judiciário se definiu. E nós tivemos de calar a boca.

Esse é o pior dos mundos para o Congresso Nacional, porque o tal caldo de cultura transfere para o Congresso todas as culpas. De todos os poderes, principalmente do Executivo. Pela inércia e pela má conduta.

É o custo pelo fato de o Congresso Nacional se constituir na Casa mais democrática para o trabalho da imprensa. Aqui, quase sempre, não há nem mesmo necessidade de agendamentos. A relação entre parlamentares e jornalistas é mais direta. Acontece que a concorrência entre os parlamentares é muito mais acirrada que entre os integrantes dos outros poderes, principalmente quando são comuns as bases parlamentares. Daí, muitas vezes, o incentivo à denúncia, mesmo que com pouco fundamento, ou denúncia vazia. Não importa, qualquer informação a mais se soma ao conjunto, já bastante deteriorado na visão da opinião pública.

É por isso que a imprensa tem também um papel importante no necessário resgate do Congresso Nacional, na construção da nossa democracia. É preciso fugir da armadilha da audiência, da cultura de que somente dá ibope o desvio de conduta, e nunca a boa notícia. Volto às posições de dois dos maiores dramaturgos da televisão brasileira: Silvio de Abreu e Aguinaldo Silva. São observações bastante parecidas. Sintetizo-as na palavra do segundo, autor da atual novela *Duas Caras*: nós que trabalhamos em televisão sabemos: bons sentimentos não dão audiência. Essa é a regra da televisão brasileira. Boas notícias, bons sentimentos, boas notícias, ser sério não dá audiência. Eu não acredito. Acho que a boa notícia também tem multiplicadores positivos. Mas a imprensa vai repercutir a boa notícia obviamente quando elas tomarem o trilho da frequência.

Contra as Investigações

O Congresso, no dito popular, está dando pano para manga para a propagação, apenas, da má informação. Pouco legisla, nada fiscaliza. Pior: no caso do papel constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, tem feito exatamente o contrário. Tem se colocado, invariavelmente, contra qualquer investigação sob possíveis desvios de conduta de integrantes daquele Poder.

É evidente que a melhor solução é trabalhar, imediatamente, naquelas questões que nos dilapidam a legitimidade do poder popular. Não podemos continuar no rodapé da confiança do povo. Não podemos continuar no rodapé da confiança popular. Para isso, não é necessário que se crie qualquer outro instrumento legal. Basta que se cumpram devidamente os que já existem.

Portanto, o primeiro passo é o respeito aos devidos papéis constitucionais. Se há uma constatação de que as medidas provisórias, as que estão sobrestando os nossos trabalhos, não se fundamentam nos princípios da relevância e urgência, é necessário que elas sejam, imediatamente, devolvidas ao Poder Executivo.

As medidas provisórias estão aí pela covardia do Congresso Nacional, que não tem coragem de dizer: isto não é medida provisória, não é relevante, não é urgente! Devolva-se.

Caso se devolva a primeira, se devolva a segunda, se devolva a terceira, o Presidente da República vai chamar os líderes e os presidentes da Casa para discutir uma nova fórmula.

A minha tese é uma só: vem uma medida provisória, que, se aprovada, é aprovada; se rejeitada, é rejeitada. Não há hipótese de ela ser repetida.

Trancar a pauta foi uma atitude do Governo para nos obrigar a votar a medida provisória. Agora, querem tirar o trancamento da pauta. É a mesma história do sofá na sala: se pegou no flagrante, tira o sofá. Retirar o trancamento da pauta é para que elas continuem existindo, na maioria das vezes, e sigam adiante. Acho isso um escândalo.

Uma medida provisória determinou que o Presidente do Banco Central passasse a ser ministro de Estado, aliás, caso único no mundo.

Que sejam resgatados os instrumentos legais que caíram em descrédito pelo mau uso, como é o caso da CPI. Vale lembrar que o Congresso de outrora obteve o seu maior reconhecimento quando as comissões parlamentares de inquérito realmente cumpriram o seu papel. Foi o caso do *impeachment*, dos Anões do Orçamento e tantos outros.

A população, muitas vezes, entende mal a CPI e diz que ela não prende ninguém. Ora, nós só podemos investigar. Se for deputado ou senador, nós podemos cassar. Agora, se for um ministro, se for um

empresário, nós denunciemos e dizemos: ele é culpado! E mandamos para o procurador-geral da República. E ele toma as decisões. Manda para o Supremo e abre inquérito.

Isso era o que nós fazíamos. Hoje, não. Hoje, o que se quer é arquivar aqui no Congresso toda e qualquer CPI, por falta de provas.

As CPI têm de ser iluminadas pela luz dos fatos, e não dos holofotes, sob os quais se buscam apenas alguns segundos de celebridade.

As comissões de investigação não podem continuar, sob pena de ainda maior descrédito, se é que isso é possível, a se constituir em instrumento de não investigação, de distribuição indevida de atestados de idoneidade e, conseqüentemente, de cumplicidade nos atos que caracterizam desvio de conduta na Administração Pública. Esse procedimento pode ser a verdadeira pá de cal na credibilidade do Parlamento. A imprensa mostra o fato, com todos os seus contornos. Ele é real. O Parlamento nega a sua existência ao vivo, pela TV Senado. Assim, não há credibilidade que se sustente!

Agenda mais Transparente

É preciso que o Senado Federal estabeleça um ritual de procedimentos regimentais e de agenda mais transparente e pró-ativa. Depois de votar os vetos presidenciais e as medidas provisórias realmente relevantes e urgentes, que ainda abarrotam as nossas gavetas, há que se estabelecer agendas com pautas de votação por períodos determinados.

Na semana, no mês, no tempo que permita o acompanhamento da imprensa e, conseqüentemente, da população. Se essa pauta não for cumprida, que se discuta e que se divulguem as razões. Assim, a população que nos elegeu para representá-la terá condições de avaliar o Parlamento pelo nosso trabalho, pelo produto que ele gera, e não pela falta dele.

A Consultoria Legislativa do Senado, que reúne cérebros dos mais iluminados deste País, deve-se antecipar no aprofundamento de temas que certamente constarão da pauta das discussões deste Plenário. Deve municiar os senadores sobre todas as correntes de pensamento a respeito desses mesmos temas e as experiências comparadas de outros países.

Esse procedimento, também pró-ativo, deverá contribuir, em muito, com o nível dos debates deste novo Plenário. Os grandes temas, as grandes teses nacionais têm necessariamente de voltar à pauta das nossas discussões. Enquanto isso não acontecer, o debate permanecerá envolvendo, não raras vezes, questões menores, de interesse eminentemente local e de grupos específicos.

O Senado, pela importância do seu papel constitucional, não pode se constituir em uma Câmara de Vereadores de luxo, com o maior respeito às câmaras municipais. Esse não é o nosso papel. Não cabem aqui manifestações meramente panfletárias. Até mesmo no conteúdo do debate, o Senado exige certo nível de liturgia.

Temo, Presidente, a permanência da instituição pilar da democracia no rodapé da credibilidade da população. Temo, sobretudo, a desilusão política de um povo, principalmente as gerações que hão de vir. Não foi para que se chegasse a esta situação de descrédito nas instituições democráticas do nosso País que se lutou tanto, que tantos perderam a vida, exatamente para resgatar o Estado de direito. Na luta pela anistia. Na campanha pelas Diretas Já. No *impeachment*, por vias constitucionais, de um presidente da República. Na ocupação das ruas pelos caras-pintadas, olhos iluminados e iluminantes, holofotes, aí sim, legítimos, a nos mostrar os melhores caminhos.

Continuo temendo o desestímulo crescente da população em respeitar as leis, quando ela deixa de acreditar nas suas próprias instituições democráticas, o que gera o enfraquecimento das regras oficiais. É esse o cenário fértil para o chamado Estado paralelo, longe da legalidade, responsável direto pelas nossas mazelas nos dias atuais: o narcotráfico, a milícia, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação, a corrupção. É que, alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

Essa desilusão política campeia, e nós não podemos permanecer inertes a todos os sinais, por enquanto amarelos, que nos são transmitidos diretamente pelas ruas do Brasil inteiro, dando conta de que é preciso mudar, de que é necessária uma atitude.

O Parlamento não pode, também, ser o receptáculo de todos os enganos e desenganos, das ilusões perdidas e das desilusões descobertas, que também campeiam em outros poderes. Basta que o Par-

lamento cumpra o seu dever. Que chame para si as responsabilidades constitucionais que lhe são próprias. E as ponha em prática. Não podemos permanecer sob tutelas, nem mesmo se os pseudotutores se arvorarem da propaganda dos melhores propósitos e das melhores intenções. Cada passo em falso do Parlamento pode significar um perigo de queda para a democracia. Para o vazio do precipício político.

Pois não, Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Eminentíssimo Senador gaúcho Pedro Simon, Vossa Excelência faz, na manhã de hoje, um pronunciamento trazido da vontade, do anseio da própria sociedade brasileira, que está a cobrar das nossas Casas Legislativas um posicionamento. E ninguém melhor do que V. Ex^ª, pela sua história de vida, pelo seu passado de lutas, por ter vivido momentos históricos da nossa Pátria, para fazer tão importante manifestação e que, certamente, é o anseio da sociedade brasileira.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, Senador Neuto de Conto. Vossa Excelência tem um passado brilhante, de luta e de garra, representando nosso partido nas horas mais difíceis, aqui em Brasília e em Santa Catarina.

Eu apenas acrescento que há momentos na vida em que a gente tem de tomar algumas posições que sejam definitivamente marcantes.

O espetáculo da última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, com relação aos cartões corporativos, foi realmente muito triste. Um grupo quer, porque quer, culpar o Governo e um grupo quer, porque quer, defender o Governo.

Mas eu vi muitas vezes membro do Governo votarem para apurar, para condenar, contra o Governo, porque a consciência mandava. E vi muitas vezes homens da Oposição absolverem porque a consciência mandava.

Têm razão os companheiros Neuto de Conto e Geraldo Mesquita ao dizerem que nós não devemos nos dominar pelo pessimismo. Mas, aos 78 anos, 55 anos de vida pública e 25 anos nesta Casa, vejo que as coisas hoje estão piores do que foram no passado.

Em um país que não tinha vida político-partidária, o MDB fez a sua parte: na hora de restabelecer a democracia, na hora de convocar a Constituinte, na hora das Diretas Já, na hora da anistia, na hora de terminar com a cultura da censura à imprensa, lá estava o MDB à frente do povo brasileiro. Lamentavelmente, quando chegamos ao Poder, as coisas não deram certo, terminamos. Defendemos cargos no Governo do Fernando Henrique Cardoso e estamos defendendo cargos agora no Governo do Lula. É uma pena.

Aí, veio o PSDB criado por homens extraordinários como Covas, Richa e Montoro. Seria o grande partido da socialdemocracia. Nunca um partido chegou tão rapidamente ao governo. Chegaram lá em oito anos. Fizeram um governo de centro-direita.

Mas a grande expectativa era o Lula. Sim, o Lula e o PT! Chegaram lá, mas lamentavelmente a angústia do povo brasileiro continua. Às vezes penso: que bom se o Lula resolvesse de repente recuperar a sua bandeira da dignidade; se olhasse para pessoas como Frei Betto, para as bandeiras do velho PT...

O maior perigo que nós temos na humanidade é o aplauso generalizado. E o Lula hoje está sendo endeusado. Aliás, não vamos nos esquecer, hoje estão aí os percentuais de credibilidade do Lula, muito altos, como os percentuais do Médici no milagre brasileiro eram muito altos. O Lula ainda não chegou lá. O Lula ainda não chegou em 80%. E o Médici ultrapassou 80%.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Oitenta e quatro por cento, o Garrastazu Médici.

O SR. PEDRO SIMON – Era a época do milagre brasileiro. E, no entanto, depois foi se ver, foi a obra de mais austeridade, de mais terror, de mais morte, de mais violência, de mais ditadura contra a imprensa que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Até V. Ex^a esconde que ele é gaúcho, não é?

O SR. PEDRO SIMON – É. Ele é gaúcho, mas aprendeu isso aqui lá no Rio de Janeiro e não no Rio Grande do Sul.

O Lula hoje é mais competente, mas ele está tendo uma certa vaidade. O deboche que ele faz com a classe política, o deboche que ele faz com esta Casa, a ironia que ele faz... A última foi lá em Pernambuco. Olhou a plateia, e lá estava o ex-Deputado Severino Cavalcanti, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, afastado da Câmara dos Deputados, e ele disse: "Olha lá, Deputado Cavalcanti, a Oposição elegeu V. Ex^a para presidente da Câmara dos Deputados, pensando que o senhor iria fazer oposição ao meu Governo. Como V. Ex^a não fez oposição ao meu Governo, injustamente, V. Ex^a foi cassado".

Veja como as coisas são impressionantes. Veja o vazio das coisas e como a cada momento as coisas se justificam.

Hoje Amigos, ontem Adversários

Realmente o Lula tem hoje como grandes amigos e grandes aliados pessoas que o PT tinha como grandes adversários no dia de ontem. A ética, a dignidade, a seriedade, a honorabilidade eram bandeiras do PT. E eu tinha deles uma inveja cristã, eu admirava aquela gente. E lá no Rio Grande do Sul, lá no início, os filiados eram pessoas que iam para a rua mal vestidos, em troca de nada. Hoje não. Hoje são todos funcionários com FG.

No tempo do Ibsen, Presidente da Câmara dos Deputados, ele teve muita dificuldade para conseguir um vôo direto às terças-feiras para ir e às quintas-feiras para ir e voltar de Brasília a Porto Alegre, para os deputados não precisarem parar duas horas no Paraná, uma vez por semana. Hoje, são três vôos diários diretos entre Brasília e Porto Alegre.

Assim como deputado e senador vão e vêm semanalmente, é impressionante o número de funcionários públicos que vieram de lá e estão nos mais variados cargos aqui e que fazem a semana igual à dos deputados e senadores, de terça a quinta ou sexta-feira. Param aqui em hotéis, em apartamentos e voltam toda semana. É essa gente agora que realmente está fazendo a campanha. Uma campanha muito diferente, uma campanha com muito dinheiro.

Como dizia o Frei Betto o porquê ter saído do cargo de assessor direto do Presidente da República: vi que eu não adiantava nada.

Fico na expectativa de que o nosso partido volte a ter ideias e princípios. Como lutávamos, quando não tínhamos chance alguma de chegar à Presidência da República!

Encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo que, hoje, a luta é mais difícil do que ontem, porque, ontem, tínhamos um adversário: a ditadura. Tínhamos um objetivo: liberdade e democracia. Hoje, não sabemos exatamente qual é o nosso adversário. Mas temos como adversário o torpor, a falta de fé, a falta de confiança e de credibilidade nas nossas instituições. E o objetivo é exatamente a retomada da honradez.

Obrigado pela tolerância, Senhor Presidente.

Apelo ao Senado pela Manutenção das CPI

(Em pronunciamento no dia 3 de abril, o Senador lamenta que as manobras do PT e do PSDB estejam inviabilizando as comissões parlamentares de inquérito e pede aos líderes que encontrem uma saída para restabelecer a importância desse importante instrumento legislativo)

Senhor Presidente, vivemos uma época em que o Brasil está tranquilo. A economia está normal, a liberdade está assegurada, os partidos estão funcionando. Vivemos épocas muito mais difíceis, mais dramáticas.

Depois da ditadura, Fernando Henrique Cardoso, com Marco Maciel, governou este País durante oito anos. Foram oito anos de tranquilidade, de serenidade. Não se falava em golpe militar nem em rebelião. Eu mesmo falei várias vezes contra FHC, mas foi um período de normalidade.

Foi o período em que o PT brilhou. Eu tinha uma inveja do PT.

Meu partido, o MDB, do Rio Grande do Sul, que era o MDB da liberdade, das Diretas Já, caiu por terra. Esquecemos as nossas bandeiras! É muito triste a nossa posição!

Eu não entrei no PSDB, embora o Covas e o Governador Montoro tivessem ido lá no Rio Grande do Sul, fazer um apelo para que eu entrasse. Mas eu tinha uma inveja cristã do Covas, do Serra, do Fernando Henrique, do Richa e do Scalco, pessoas que foram espetaculares.

Mas o Governo do PSDB não foi bem o que se esperava. A socialdemocracia, que era uma grande bandeira, fracassou. Fracassou em vários países. No Governo FHC eclodiram as crises da Coreia, da Rússia, do México e da Argentina.

Já o PT era uma oposição espetacular, firme, brilhante.

Aí o Lula foi para o governo. Nós imaginávamos que o Lula ia fazer aquilo que pregou em cinco campanhas eleitorais. O PSDB e a imprensa diziam que o Lula ia fazer uma reforma agrária radical. Não fez. Está namorando com todo o mundo.

Disseram que faria uma reforma financeira com moratória. Não aconteceu. Não há ninguém mais amigo dos banqueiros do que o Governo do Lula.

Enfim, aquilo que a gente imaginava que fosse ocorrer e temia que acontecesse não aconteceu.

E, na questão da ética, da seriedade, em que o Lula e o PT prometiam muito, não estão fazendo nada.

Repetição dos mesmos Erros

Temos um lado dizendo que o PSDB errou, e que o PT está repetindo os erros que os tucanos cometeram.

Por outro lado, o PSDB ataca os erros do PT, que são sérios, e o PT diz que o PSDB não tem autoridade, porque ele já fez as mesmas coisas.

O PT foi uma oposição radical, dura, enérgica, mas nunca falou em cartão corporativo. Nunca, nessa tribuna, o PT, nos oito anos de Governo Fernando Henrique, falou em cartão corporativo. Por que não falou? Podia ter falado.

Lula assumiu como Presidente da República. Passados quatro anos, houve reeleição. Nunca falou em cartão corporativo. Agora, de repente aparece. E o PT não quer esclarecer as coisas.

Quando falo, vejo nos líderes do PSDB e do Democratas a vontade de acertar. Mas eles têm de sentar à mesa e encontrar uma fórmula de resolver a questão.

Nós estamos vivendo um momento muito ruim. A CPI dos cartões e a CPI das ONG...

Eu aconselharia uma solução para a CPI das ONG: o PSDB indica cinco ONG que têm negócio com o PT, e o PT indica cinco ONG que acha que têm ligação com o PSDB. E vamos apurar. Seria uma forma de se apurarem os dois lados. Mas não podemos ficar sem fazer nada.

Agora, aqui nos cartões corporativos, o conceito do Congresso está caindo. O comentário é um só: A CPI não vai apurar nada. Vão gritar e discutir, mas não vai acontecer nada. E nós estaremos sepultando, em caráter definitivo, as comissões parlamentares de inquérito.

Hoje é o PT, durante oito anos foi o PSDB, e ninguém sabe quem vai ser daqui a três anos. Se continuar assim, é provável que o ganhador não saia nem do PT nem do PSDB.

Faço um apelo dramático no sentido de que se encontre um entendimento.

Muito obrigado.

A Necessidade de o Eleitor Conhecer os Candidatos a Cargos Públicos

(Em pronunciamento em 3 de abril, o Senador analisa o avanço do sistema eletrônico de votação no Brasil, mas lamenta que o eleitor ainda não tenha condições de conhecer a vida pregressa dos que postulam cargos públicos)

Senhor Presidente, os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o País reuniram-se de 27 a 28 do mês passado, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para discussão e deliberação sobre várias questões relativas aos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o Brasil, com relação às eleições em vários níveis.

Entre os itens da pauta constam, com a devida ênfase, orientações a serem repassadas a todos os juízes eleitorais no tocante à apreciação dos pedidos de registro de candidatura, considerada a vida pregressa dos candidatos.

De certa forma, os juízes, os tribunais, estão antecipando-se ao Congresso e dizem que deve ser analisada a vida pregressa dos candidatos.

A discussão dessa matéria foi precedida de informações aos Srs. Presidentes dos Tribunais Regionais do Brasil sobre o projeto que tramita nesta Casa e que determina a inelegibilidade de candidatos que respondam a processos judiciais.

Incluo, nessa discussão, igualmente, um outro projeto, também importante, que mereceu parecer favorável do Senador Jefferson

Péres, que está na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que dispõe sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, de informações sobre os candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar.

Na Carta de Natal, redigida e assinada ao final do evento, participantes recomendam, aos juízes eleitorais, rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, levando em conta, também, o caráter normativo dos princípios constitucionais.

Ao escolherem o seu candidato, todos os brasileiros exercem um ato de cidadania, um exercício mais que representativo de um ambiente democrático.

Os tribunais eleitorais de todo o País têm dado, principalmente nos últimos anos, um exemplo a todo o mundo de como se deve perseguir a verdadeira legitimidade nas eleições. Uma batalha sem trégua contra qualquer tipo de fraude na livre e legítima escolha dos candidatos.

Hoje, as nossas urnas eletrônicas são exemplo e referência para as eleições de vários países, da maior potência à de menor potência em nível mundial.

Agora, por exemplo, já teremos, nas próximas eleições municipais, a experiência de que o eleitor será reconhecido pela sua impressão digital e de uma foto recente, estampada através de meios eletrônicos. Até aqui, houve uma grande preocupação, devida e justificada, com a identificação do eleitor.

Os chamados votos-fantasmas, com todas as suas variações, mais ou menos criativas, foram atacados um a um, tendo como ferramenta principal a tecnologia moderna, para que as eleições, do Presidente da República ao vereador, sejam legítimas e realmente representativas.

Ainda não atingimos o ideal, mas não há dúvida da diferença entre as eleições de hoje e as de cédulas de votação em papel de outros tempos, das fraudes nas apurações das eleições pelo interior do Brasil.

É verdade que, muitas vezes, a fraude também se municia da modernidade, mas a competência dos nossos tribunais eleitorais

tem sido um aval da mais alta confiabilidade, da mais pura legitimidade da lisura das eleições.

Identificação do Eleitor

Falta ainda o outro lado. O avanço na identificação e no conhecimento de quem é o eleitor tem de ser acompanhado, no mesmo passo, de idênticas preocupações com quem é o candidato. Quem é ele? Se ele se esconde sob qualquer manto que não seja o da verdade, se este mesmo manto carrega manchas de desabono, principalmente enquanto vigorar uma legislação que permite aos eleitos o deplorável fato da perpétua imunidade.

Não há que colocar melhores luzes sobre o eleitor e manter o candidato na penumbra. Ambos devem ser iluminados pela verdade. Uma verdade conhecida e transparente. Ambos, eleitor e candidato, fazem parte desse processo.

O Congresso, imagino eu que igualmente outras instâncias legislativas, nunca teve número tão significado de integrantes respondendo a processos de todos os tipos e gravidade. O eleitor sabia disto? Se soubesse, teria depositado a mesma confiança no candidato, na sua atitude solitária na cabine de eleição?

Eleito, o candidato tem condições legítimas para representar o eleitor, mesmo sabendo-se depois que ele praticou atos lesivos à população, incluindo o seu próprio eleitorado?

Foi nesse caso que apresentei os vários projetos de lei. Confesso que se trata daquela orientação legal e específica, que deveria ser dispensável, mas para todos os efeitos é necessária. A representação política tem de ser necessariamente transparente e moldada pela mais completa honradez.

O funcionário público, mesmo aquele que provou capacidade intelectual e de trabalho em provas e títulos, tem de se submeter ao crivo da lisura na sua folha corrida.

Ficha Limpa

O candidato a um cargo político tem de se subordinar ao mesmo tratamento. Ou, cá entre nós, muito mais! Os seus atos, depois de

eleito, terão impacto direto sobre populações inteiras, do pequeno ao grande município, do pequeno à metrópole.

Volto a repetir: há grande engano quando se colocam numa mesma perspectiva o processo penal e o processo político. É evidente que, enquanto não houver condenação, com sentença irrecorrível, ninguém é réu. Mas na política é diferente. O político tem de ter, necessariamente, uma história de vida ilibada. Ao ser eleito, ele não é um; ele é todos. Ele representa a comunidade que nele depositou um dos seus sentimentos mais sublimes: a confiança. Esta parece ser a palavra-chave: confiança. Como depositá-la em alguém que a feriu, muitas e muitas vezes?

Não é à-toa, torno a repetir, a nossa falta de legitimidade. Mais uma vez, a palavra-chave: a nossa confiança. A população não confia em quem ela depositou um dos sentimentos que lhe é mais caro: a própria confiança.

O Diretor Executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, em artigo ao *Correio Braziliense* de hoje, diz:

“Essa má reputação (dos partidos políticos e das instituições parlamentares) é mercedíssima. Há, no Brasil, uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em negociações e adesões inexplicáveis e assim por diante.

Uma proporção alarmante de parlamentares e de políticos brasileiros respondendo a processos criminais na Justiça ou que foram punidos por tribunais de Contas. Segundo Abramo, mais de um terço dos parlamentares se incluem nessa condição nada recomendável.”

A questão é: com uma folha corrida, que mais parece prontuário policial, pode alguém representar a população? Decidir sobre os seus destinos? Deliberar sobre recursos públicos?

Valorização dos Parlamentares

Eu tenho certeza de que aprovado o projeto, sem mudanças que possam escamotear seus objetivos, e com o evidente acatamento dos tribunais à Carta de Natal, estaremos dando um impulso dos mais im-

portantes na valorização dos Parlamentos em todos os níveis e, como consequência, da própria Administração Pública no Brasil.

Outras medidas deverão ser adotadas para que se restabeleça a confiança na representação política. A fidelidade partidária. O financiamento público de campanhas. O fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar. A prioridade, no Poder Judiciário, para os processos que envolvam agentes políticos para terminar com a impunidade.

Melhor seria que a Administração Pública merecesse a aprovação da totalidade da população. Já que alguém já disse que a unanimidade é burra, contento-me em contribuir com o meu projeto para que a representação política seja, pelo menos, mais transparente. Que o eleitor conheça devidamente o seu candidato e, depois, que tenha elementos suficientes para cobrá-lo em sua conduta.

Esse é, para mim, o melhor controle sobre os recursos e o patrimônio público, depositados em confiança pela população no ato do voto aos seus representantes políticos. Outros mecanismos de investigação e de controle de risco serão apenas subsidiários.

A primeira triagem saneadora dos candidatos tem de ser feita pelos partidos políticos, e tenho um projeto nesse sentido. É a eles que pertence o mandato. A fidelidade partidária tem de ser cultuada na sua essência e na sua totalidade. Então, qualquer grave fato na conduta de um propenso candidato deve levar o partido político a fazer a sua seleção, vendo se ele deve ou não ser candidato daquele partido.

Mas a decisão final é do eleitor. E, para que ele tenha condições de exercer o seu direito constitucional de eleger, tem também a necessidade de conhecer a história de quem se apresenta para ser eleito, de quem se submete a sua confiança, de quem lhe pede o seu voto, um voto de confiança. Para confiar, o eleitor tem de conhecer.

É esse o propósito do meu projeto: dar transparência ao eleitor para que ele tenha todas as condições de decidir sobre a sua melhor representação política.

Nesse sentido, o Congresso Nacional e o Tribunal Eleitoral estarão cumprindo o seu verdadeiro papel. O Parlamento gerando leis que bloqueiem os descaminhos. Os tribunais fazendo cumpri-las.

Portanto, a Carta de Natal dos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais andam de mãos juntas com a vontade que temos.

Espero que seja para construir, aí sim, os melhores caminhos.

São vários projetos, Sr. Presidente:

- financiamento público de campanha, já aprovado no Senado;
- proibição de registro de candidatos com processos criminais;
- divulgação pela Justiça Eleitoral dos nomes dos candidatos que respondem a processos;
- propaganda na tevê ao vivo, com debates entre candidatos;
- redução do período de campanha para 45 dias.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela gentil tolerância de Vossa Excelência.

Crise dos Cartões Corporativos Mostra Mesquinhez da Política Brasileira

(Em pronunciamento do dia 7 de abril, o Senador denuncia as manobras do Governo para torpedear a CPI dos Cartões Corporativos, analisa a estratégia de lançamento, pelo Presidente Lula, da candidatura da Ministra Dilma Roussef, e lembra que a assistência do Bolsa Família deve ir além da simples distribuição de dinheiro)

Senhor Presidente, houve um tempo no Brasil em que se adotou uma frase que ficou muito célebre: Época de muda, passarinho não canta. Era a época das cassações de mandato, quando de uma a uma as cabeças dos parlamentares iam rolando pelo que eles diziam.

Eu me lembro da cassação do Márcio Moreira Alves, porque, da tribuna, fez um discurso em forma de poesia, dizendo aos jovens que eles não deveriam comparecer ao desfile da semana da pátria, porque era o desfile das forças militares que estavam ocupando o Brasil, que era um regime de ditadura, de violência. Ele exagerou ao aconselhar as jovens a não namorarem cadetes e as esposas a não andarem com seus maridos militares.

Aí, gerou-se um tumulto. Os integrantes do chamado Grupo Autêntico do velho MDB decidiram ir, um a um, à tribuna, porque o Governo tinha dito que quem fosse à tribuna e falasse sobre a cassação também seria cassado. O primeiro foi um deputado brilhante,

evangélico, cujo pai – pastor – era íntimo amigo do General Geisel, então Presidente da República. Ele foi à tribuna e falou, certo de que não seria cassado, e foi cassado.

Passarinho não Canta

Aí, o MDB se reuniu e viveu uma madrugada dramática. Tancredo e eu tentamos fazer uma ligação para, de um lado, não dizer que não se ia para a tribuna, porque era um absurdo impedir a Oposição de ir para a tribuna e, do outro lado, o consenso, o entendimento, para não cassarem parlamentar por causa de um discurso. Aí surgiu esta frase: Época de muda, passarinho não canta. Faz tempo que isso aconteceu.

Nós estamos vivendo hoje num tempo em que não há o perigo nem de cassação, nem de prisão, nem de tortura. Mas que hora estranha, essa em que nós estamos vivendo! Que tumulto de fatos e de acontecimentos!

Vejamos as manchetes de hoje... O problema da Chefe da Casa Civil, com o dossiê dos gastos com cartões no Governo FHC, está num crescendo que não se sabe onde vai terminar. Eu sou admirador da Chefe da Casa Civil. Desde que ela entrou tenho dito que ela mudou o cenário do Governo Lula. Quando a gente falava em mensalão, quando a gente falava nos escândalos que ocorreram no primeiro mandato, tudo estava na Casa Civil. Com o Chefe da Casa Civil, ali se reuniam as pessoas para discutir os escândalos que aconteceram, tanto que, na CPI, denunciou-se o Chefe da Casa Civil e, na decisão do Procurador-Geral da República enviada ao Supremo – aceita pelo Supremo para iniciar o processo –, o Chefe da Casa Civil aparece como coordenador, como responsável por tudo que aconteceu.

Isso mudou. Com a atual Chefe da Casa Civil não se tem conhecimento de nenhuma bandalheira, de nenhuma irregularidade, de nenhum escândalo na Casa Civil. Por outro lado, o Governo passou a agir. Os planos passaram a aparecer. O Presidente Lula não saía do exterior: viagens e mais viagens. E o Presidente Lula não podia andar no interior do Brasil. Aonde ele ia recebia vaias.

Presidente vaiado

Ele ficou muito tempo sem ir ao Rio Grande do Sul com medo da população. Ele ficou muito tempo sem ir ao Rio e, quando foi, embora responsável pelas condições materiais para a realização dos Jogos Pan-Americanos, levou uma vaia histórica. No Maracanã lotado, impediram que ele falasse numa vaia permanente. Eu estava lá e sofri. Sinceramente, que angústia a gente ver ali a figura do Presidente querendo falar e o povo, num crescendo, num crescendo, impedindo que isso acontecesse!

Hoje mudou. Hoje o Lula, num exagero, está em campanha permanente. Está em lua de mel com o povo. Abriu a campanha para prefeito, para Presidente da República, para tudo. Está revelando o Sr. Lula uma tenacidade, uma capacidade de malícia política, de jogo de cintura na maneira debochada de conduzir as coisas, que parece que o resto, tudo, está servindo de manobra para ele.

Quando eu vi pessoa da seriedade, da responsabilidade do Vice-Presidente da República, José Alencar, por quem eu tenho a maior estima e o maior carinho, dizer que o Presidente Lula deve continuar, porque o povo quer que ele continue e, se o povo quer que ele continue, a democracia é fazer a vontade do povo, pensei: Ele não falou nem em emenda constitucional, nem em terceiro mandato, nem em coisa nenhuma. Mas foi uma espécie de recado para as portas se abrirem para esse debate.

Ovo de Colombo

O Lula lançou um plano de Governo. Nós estávamos conversando outro dia, alguns senadores que foram ministros, governadores de estado, dizendo que isso que o Lula está fazendo, o PAC, é uma espécie de ovo de Colombo. Esse PAC não existe, é apenas uma sigla que inventaram.

Por exemplo, na favela do Alemão. O Governo já tem um programa de construção de casa popular. Ele vai fazer mil, mil e duzentas casas populares. Vai fazer, no Alemão, uma grande escola de turno integral, tipo Ciep. Vai fazer um grande hospital, um ginásio que serve para basquete, para música, para baile, para recepção, missa etc. Vai calçar ruas no Alemão. E, para combinar, vai fazer um tele-

férico. Perguntamo-nos: Por que nunca se fez uma coisa dessas, várias obras num mesmo bairro? Porque as outras cidades reclamariam. Então, o ovo de Colombo dele é dizer que está içando um plano de crescimento que vai desenvolver várias regiões. Todo mundo aceita.

Lançamento de Projetos

O Lula não está inaugurando obra nenhuma. Ele está lançando projetos. Ele gostou disso e está andando pelo Brasil afora. Isso é resultado da capacidade da Chefe da Casa Civil. Com isso, ele está feliz da vida, porque agora pode andar pelo interior do Brasil e ser abençoado por todos. No meio disso, surgem os cartões corporativos.

É importante salientar que o grande drama que estamos vivendo neste Congresso é a dobradinha PT/PSDB. O Sr. Fernando Henrique ficou oito anos no Governo, e o PT ficou oito anos na Oposição. O PT, na Oposição, sensacional. Aí o PT foi para o Governo; o PSDB, para a Oposição. O PT, no Governo, é um governo igual ao do PSDB. Nem o PSDB foi a direita da socialdemocracia, nem o PT está sendo um partido de esquerda; é um partido de direita ou de centro-direita. Os dois são iguais. Nada é mais igual ao Governo do Fernando Henrique do que o Governo do Lula. Nada mais igual ao Governo do Lula do que o Governo do Fernando Henrique.

Sempre a mesma coisa

O Líder do Governo é até muito competente. O mesmo Líder do Fernando Henrique é o Líder do Lula. A pessoa mais tranquila nesta Casa e neste País é o Líder do Governo. Parece que estou vendo ele negociar com o pessoal do PSDB. Ele diz: "Ora, pare com isso! Isso é igual àquilo que nós fazíamos". E quando chega para o PT é a mesma coisa.

O PT não foi eleito para fazer o que o PSDB fez. Se fosse para fazer o que o PSDB fez, o povo teria votado no PSDB. Teria votado no Serra e não no Lula.

O argumento do PT é este: "Vocês já fizeram". E o PSDB responde: "Vocês, quando nós fazíamos, diziam que era um absurdo. Mas agora vale".

Agora, em termos de cartões corporativos, saiu um escândalo com manchetes violentas. O Governo atual responde que começou com Fernando Henrique. E aí o que acontece? Vem o PSDB e fala: "Por que vocês não denunciaram? Por que o PT, que não deixou passar uma vírgula, que foi radical e duro no combate ao PSDB, não denunciou os cartões corporativos?"

O PSDB implantou e o PT não falou nada. Mas quando o PSDB denunciou, eles disseram: "Nós fizemos o que vocês também fizeram". E essa é a realidade que estamos vivendo hoje.

Agora, qual será a saída?

Fala-se agora em montagem de dossiê, levantamento de contas ou banco de dados sobre gastos do Governo anterior. Para o Governo é banco de dados; para a Oposição é um dossiê. É um dossiê ou é um banco de dados? Segundo, quem fez o banco de dados? Quem deu para a imprensa o dossiê? O Governo diz: "Temos de apurar quem deu para a imprensa o dossiê". O PSDB diz que o crime está em quem mandou fazer o banco de dados. E, nesse jogo de palavras, a sociedade fica sem saber o que é: se dossiê ou banco de dados.

Por que o atual Governo mandou fazer um banco de dados no Governo do Fernando Henrique? Por que, de repente, o Governo vai ao arquivo morto, pega as contas do Fernando Henrique, da esposa dele e de alguns ministros e faz o levantamento? Por que o Governo fez isso no mês de fevereiro quando explodiu o escândalo dos cartões corporativos, quando a Oposição pretendia criar uma CPI que veria as contas do Governo Lula?

O que o Governo faz? O levantamento das contas do Presidente Fernando Henrique e da esposa dele. Isso é o que o Governo faz.

A imprensa afirmou que o Governo estava se antecipando. Partiriam para cima do Governo do Fernando Henrique, dizendo: "Vocês também já fizeram. Insistiram nisso até para não se criar a CPI. Se falarem do Lula, vamos falar do Fernando Henrique".

Mas se criou a CPI. Para não fazer nada, é verdade. A imprensa vem comentando que não vai dar em nada, porque PSDB e PT, de um lado e de outro, não querem botar nem o Lula nem o Fernando Henrique na mesa.

Desde o início, eu sempre disse que a CPI não devia ser feita para se ver conta de presidente ou de ex-presidente. O que temos de fazer é investigar a instituição cartão corporativo, o que este teria de bom, no sentido de ser mais ágil, mais rápido e até mais correto.

Vamos ver o que é melhor, para aonde queremos caminhar. Mas não foi o caminho que se trilhou.

Agora, é a figura da Chefe da Casa Civil. Não considero normal a tese de apresentá-la como vítima dessa questão, nem como ré. Se eu pudesse orientar a Ministra Dilma, diria a ela que deveria vir ao Congresso, pois ela nada tem a temer. Divulguem-se os dados do Fernando Henrique, e divulguem-se os dados do Lula. Se depender de mim.

Então, não vejo que contas de presidente sejam um caso de segurança nacional. Isso fica mal. Principalmente para o Lula e para o PT, isso fica ridículo. Aliás, nas contas da Rainha da Inglaterra, acontece isto: só não aparecem as contas de segurança, para os terroristas não ficarem sabendo dos gastos e da estratégia da segurança.

Não estou preocupado com os gastos da segurança da filha do Lula em Florianópolis, nem acho que mostrar as contas dela é uma questão que afete a nossa segurança.

A Pequenez de Todos

Senhor Presidente, é muita pequenez de todos. Sabe quando a gente participa de um fato onde todos saem menores do que entraram, onde todos se diminuíram? Já participei disso, participei de debates, de reuniões, de alguns acontecimentos em que todos saíram diminuídos – Oposição, Governo, partidos, todos. É o que está acontecendo agora.

Digam-me quem está somando nesse debate, nessa discussão. Ninguém pode ser contra a distribuição de alimento para os mais pobres, que iniciou lá no Governo do Itamar, que continuou no Governo Fernando Henrique, mas que teve competência mesmo no Governo Lula. No Governo Itamar, esse programa era feito pelo Betinho e pelo bispo de Duque de Caxias, com a sociedade participando, e tinha o nome. O PT oficializou o programa, que está organizado: milhões de famílias recebem um certo valor por mês. Não há mais aquela hipótese de o Governo usar a máquina do Governo,

às vésperas da eleição, para comprar a eleição. O que vai se usar, na hora da eleição, será o seguinte: se a Oposição ganha, perde-se isso; se nós ganhamos, continua.

De Barriga para Cima

O que estamos vendo agora, que é muito sério, são pessoas que não estão aceitando emprego, porque querem ganhar a bolsa. Pensam: Não vou deixar de ganhar R\$100, numa boa, de barriga para cima, para pegar um emprego duro, que não sei quanto tempo vai durar.

O problema é o Governo entender que a questão de alimentar o pobre e de dar dinheiro para o pobre é importante como passo intermediário. Vamos possibilitar maneiras para o cidadão sobreviver, mas não como regra final. A regra final é conseguir emprego para todo mundo. Que o cidadão tenha direito ao trabalho, para, com o fruto do trabalho, ter o necessário para viver com dignidade, mas gente neste Governo acha que o objetivo final é dar bolsa de alimento. E o cidadão está comendo e está votando no PT. Não é por aí! Não se pode admitir milhões de pessoas desempregadas, comendo bem, mas sem trabalhar, sem produzir, sem ter esperança no futuro. Isso não vai resolver o problema deste País. A grande verdade, a grande verdade é que ninguém está ganhando com essa questão, nem os partidos nem as lideranças.

Amanhã, a Mesa vai decidir se cria ou não a CPI do Senado. Eu não queria estar no lugar do Senador Garibaldi! Não sei o que vai acontecer nesta Casa com a CPI do Congresso e com a CPI do Senado. É claro que a CPI do Congresso está fazendo um papel muito triste. Nem fingiram! Podiam fingir, mas foi uma maioria fechada, um rolo compressor. Derrubou tudo o que era pedido, derrubou toda a solicitação apresentado pela Oposição! É triste? É, é muito triste. Mas, se houver duas CPI, no que vai resultar?

O Presidente Garibaldi está tentando fazer um entendimento entre Governo e Oposição, para encontrar uma saída. Que bom se encontrasse uma saída! Qualquer saída de entendimento seria melhor do que a guerra das CPI.

Falta de Respeito

Entendo a Oposição, que está vendo o bloco da maioria se transformar numa máquina de guerra. E o Governo manda um caminhão – acho isto uma humilhação! – de dados, de números, e o entrega à Comissão. O Relator o recebe com a maior imponência. O banco de dados que ele fez está na mão dele, mas, para o Congresso, ele mandou uma montanha de pacotes, para a gente fazer a triagem. É uma humilhação! Essa falta de respeitabilidade recíproca é muito. Se fosse membro da CPI, que não sou, eu me recusava a aceitar isso.

Ouvi uma afirmativa atribuída à Ministra, que em Curitiba, numa reunião com empresários, S. Ex^a teria dito: “Não compareço à CPI, porque tenho mais coisas para fazer”. Não acredito nisso. S. Ex^a é uma pessoa responsável. Até pode ser que pense isso – realmente, comparecer a uma CPI que nada vai apurar é perda de tempo –, mas daí a fazer uma afirmativa dessa é muito grave.

Os jornais atribuem ao Senhor Lula a diabólica capacidade de preparar sua sucessão. Lula declara: “O Governador Aécio, de Minas Gerais, é uma pessoa muito competente. Ele deve sair do PSDB, ir para o PMDB e ser o candidato. E o PT deve apoiá-lo”. Até falei com o Governador Aécio uma vez e não o senti muito empolgado. Estranhei; achei que ele devia se empolgar. Hoje, acho que ele tem muito do sangue do Dr. Tancredo e entendeu a malícia da jogada do Lula. Outra hora, o Presidente Lula declara: “O Jobim é uma pessoa muito competente. O Jobim tem condições e estrutura para ser o Presidente”. E o Jobim começou a falar todo o dia na imprensa. Aí ele diz: “O Ministro Patrus Ananias é muito bom; foi um bom prefeito, homem sério, homem íntegro”. Em outra hora, ele diz: “Acho que a Ministra é a grande candidata e tem grandes condições”.

Por que o Presidente Lula foi chamar a D. Dilma de mãe do PAC? Foi elogio? Pode ser. Foi espontâneo? Pode ser. Foi de boa fé? Pode ser. O resultado é o que se esperava.

Conflitos Permanentes

No âmbito interno do PT, todo mundo sabe que o PT é uma coligação de grupos que se entendem, mas que têm conflitos permanentes. No momento em que Lula dá aquela declaração e vai ao

Rio, à Bahia e ao Rio Grande e em que a figura da Ministra está acima da dele, as manchetes dos jornais focaram a Ministra, não a ele. Internamente, o PT convulsionou: os que acham que deve ser o Tarso e os que acham que deve ser o Ananias começaram a aparecer. E existe uma coincidência muito interessante: na medida em que o Lula endeusa a Ministra e a coloca no ápice, como candidata, mãe do PAC, começa a esquentar o ambiente.

Que coisa estranha! Reparem: por que o Presidente Lula vai chamar a D. Dilma de mãe do PAC? Podia deixar para fazer isso daqui a um ano, daqui a dois anos, quando o PAC fosse uma realidade. O Lula fez isso para elevar ou para derrubar?

Essa é uma questão muito delicada. Há um ano, eu diria: Lula foi ingênuo. Hoje, o ingênuo sou eu. Lula está agindo com uma malícia política que deixa lá para trás o velho Getúlio, até porque, na época do Dr. Getúlio, a coisa era muito mais simples. Era o PTB aqui, a UDN lá e o PSD ali adiante. Agora não, agora é um jogo de xadrez, com cada peça representando uma equipe, e ele brincando com todas elas.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Obrigado, Senador. Fico feliz com sua análise, com sua lucidez e com a quantidade de detalhes que o senhor coloca na formulação da sua ideia.

O Presidente Lula, temos de reconhecer, talvez, seja o maior gênio da política que o Brasil já viu. Então, ou esse é um instinto natural que ele carrega, ou é alguma racionalidade muito fina que ele sabe usar muito bem na busca por duas coisas: estar no poder e manter popularidade. Ele não põe uma terceira coisa, que seria deixar sua marca permanente na história, o grande traço do estadismo.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o profundo e responsável aparte de Vossa Excelência.

Realmente, quando a gente era oposição à ditadura, era fácil fazer o trabalho. Sabia o que tinha de fazer. O adversário estava lá. Era lutar por democracia, liberdade, justiça e derrubar a ditadura. Hoje, é mais complicado. Onde é que está o adversário? De que maneira eu faço aquilo que devo fazer?

O Lula fala, com uma profundidade de paixão, que ele é o deus do povo: nunca o povo comeu como está comendo hoje.

Irresponsabilidade

A Oposição fala e a imprensa mostra que, de certa maneira, nós vivemos uma época de irresponsabilidade. Não há mais a preocupação com o que é justo, com o que não é justo.

O problema da dengue no Rio. Nós não fizemos nada, a não ser assistir. No início, o Ministro, que é uma pessoa por quem tenho o maior carinho e respeito, se equivocou ao dizer, meses atrás, que não havia perigo lá, e há. E nós, a assistirmos ao Prefeito debochar do Ministro; ao Ministro, do Prefeito, e ao Governador tentando fazer o que pode. Mil e tantos casos por dia. Não aconteceu da noite para o dia. Foi previsto. O que é preciso, que não é mais problema no mundo inteiro, é matar o mosquito. Agora, o mosquito virou uma praga, e estamos correndo atrás.

Debatemos situações como essa?

Há a tese de que o Governo está lançando um plano espetacular, que está fazendo com que milhões de pessoas deixem a miséria e estejam hoje na classe C. Mas até que ponto está se fazendo disso uma solução final? E até que ponto está se fazendo isso para o cidadão ter capacidade de obter um emprego?

Lá, nos Estados Unidos, uma eleição fantástica! Nunca na história dos Estados Unidos aconteceu isto: uma disputa entre uma mulher e um homem de cor.

Alguém pensou em mandar uma equipe de senadores para fazer uma visita, para acompanhar essa eleição? Estamos fora. Estamos nesse dia-a-dia mesquinho. Por isso que eu digo que me sinto completamente impotente.

Tenho muita alegria em ver o Presidente da Câmara dos Deputados em choque contra o Presidente da República, dizendo que algo deve ser feito com respeito às medidas provisórias. Espero que a medida não seja apenas terminar com a medida provisória trancando a pauta do Senado. Lembrem que isso foi feito no sentido de facilitar a questão: vamos trancar a pauta do Senado, e, aí, o Governo

vai ver que tem de diminuir o número de medidas provisórias. Nada aconteceu.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a, com a autoridade de decano de todos nós, faz um pronunciamento, em uma segunda-feira de plenário vazio, da maior importância.

Vossa Excelência coloca, com muita propriedade, o que é a nossa luta, a luta de uma oposição que é importante em qualquer regime democrático: o Governo governa, a Oposição fiscaliza, e parte da sociedade se sente interpretada e estimulada pela voz da Oposição.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a V. Ex^a

Com relação à Ministra Dilma Rousseff, digo que Sua Excelência vive um momento muito difícil. Já vi chefes da Casa Civil viverem esse tipo de momento. No Governo do Itamar, o Chefe da Casa Civil foi convocado em uma CPI e até denunciado de que, no Governo anterior, teria levado vantagem aos parlamentares na Câmara. Ele saiu da Casa Civil e veio depor. Depôs, saiu-se muito bem e voltou para o Governo.

O Chefe da Casa Civil do Lula era o prepotente, o dono da verdade, o chefe do Governo, como dizia o Lula, e terminou sendo deposto por ele mesmo. Lula o demitiu.

Acho que a nossa Ministra não é um gênio político. Aliás, a política nunca foi o forte dela. Ela é uma mulher extraordinariamente competente. Competente como secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, competente como secretária de Minas e Energia do Governo do Rio Grande do Sul, competente como ministra de Minas e Energia e competente como chefe da Casa Civil.

As artimanhas políticas vão muito além disso.

Creio que estão querendo fazer da Ministra uma vítima em torno do nada, porque sinto que há uma caminhada cerrada em torno de uma terceira candidatura do Presidente Lula. Acho que o Presidente Lula, indo como está, terá um bom fim de governo, será um nome que marcará a história e poderá até voltar; mas, indo no sentido de forçar um terceiro mandato, vamos viver momentos muito difíceis. O desgaste será muito grande.

Muito obrigado pela tolerância, Senhor Presidente.

É Preciso Fiscalizar as Organizações Não-Governamentais

(O Senador, em pronunciamento no dia 9 de abril, analisa em profundidade o descomunal crescimento das organizações não governamentais no Brasil, menciona as cifras milionárias que recebem de órgãos públicos, alinha as denúncias de corrupção que pesam sobre elas e pede aos congressistas que prestem atenção ao assunto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ultimamente, eu prefiro escrever meus discursos a falar livremente, como gosto, porque eu posso sair do meu tema e posso entrar por um assunto que eu não gostaria de abordar.

Eu venho a esta tribuna para debater sobre um tema que se inseriu como de grande importância para a sociedade, que são as ONG – organizações não-governamentais. Hoje é impossível, em qualquer lugar do planeta, haver um debate ou manifestação sobre qualquer tema sem a participação dessas entidades, que, muitas vezes, agem como principais motivadores ou protagonistas nessas mobilizações.

Em uma análise profunda, os primeiros registros de entidades sociais que poderiam ser equiparadas ao que hoje chamamos de ONG seriam as diversas associações comunitárias que efetivamente trabalharam na aplicação do Plano Marshall na reconstrução europeia depois da Segunda Grande Guerra. Sem a atuação dessas as-

sociações, seria difícil imaginar uma correta utilização dos recursos para recuperação daquelas nações, notadamente da Alemanha.

Hoje, quiçá, imprescindível como a organização, os Médicos sem Fronteiras, incansáveis executores de ações de saúde nos mais desamparados rincões do planeta, surgiram também, apesar de ideologia e comportamentos polêmicos, as ONG ligadas às questões ambientais, que, quer gostemos ou não, exercem no mínimo uma função de alertar a sociedade e de forçar o debate sobre os problemas ecológicos, tendo em vista nossa realidade.

As pessoas se auto-organizavam e coletavam alimentos, criavam centrais de triagem e uma rede muito dinâmica de distribuição. Isso mexeu com todo o Brasil. Parecia que estava nascendo outro país, feito de gente mais humana, onde a ideologia era o compartilhamento, a burocracia era a boa vontade e a política era o exercício do mais desprendido altruísmo.

Um grande detalhe de suma importância: não havia o Estado, não se precisava do Estado. Chegou até mais longe: não se queria o Estado. A beleza do movimento aliou-se a um brado do desmonte para a cidadania.

Liberdade de Ação

Esse movimento repetiu o espírito inicial das ONG: independência, liberdade de ação, desvinculação desse ou daquele poder ou desse ou daquele partido político. Infelizmente, essa trajetória de virtudes não está tendo bom prosseguimento em alguns setores hoje.

A partir de um dado momento, estas duas entidades – Poder Público e sociedade organizada – se aproximaram. Agia-se em nome do setor público em face das suas carências e imobilidade para atender a tempo as necessidades de uma sociedade problemática.

Surgiram ONG para todas as finalidades: educação, incluindo a profissionalizante; assistência às minorias, como homossexuais, índios, remanescentes de escravos; escolas de artesanato; lutas marciais, executar ações de saúde. Enfim, formaram-se organizações para todos os fins. O Estado impregnava essas funções, que justamente são a razão da sua existência.

Era óbvio que, com os nossos precários instrumentos de controle e de fiscalização, haveria logo o avanço dos espertos nesse novo campo. A corrupção, que entre nós jamais é punida, moveu-se também na direção das ONG. Não de todas, é claro. Muitas são íntegras, muitas merecem respeito, mas algumas estão no índice.

O que chamamos Estado-Nação deteriorou-se rapidamente, e, com ele, foram as entidades paraestatais.

Senhores Senadores, só para se ter uma ideia, uma estimativa preliminar sugere que, entre 1998 e 2006, foi repassado às organizações não-governamentais algo em torno de R\$32 bilhões – praticamente uma CPMF. Trinta e dois bilhões de reais! Grande parte desse dinheiro, que deveria ter sido utilizado em ações sociais, simplesmente evaporou-se. Foi pilhado por incontáveis organizações de fachada.

O caso mais aviltante parece ser o do pseudotreinamento de mão de obra. Bilhões de reais foram gastos destinados a preparar melhor os trabalhadores. Aliás, são tantos bilhões que, se no aprimoramento da mão de obra tivessem sido gastos adequadamente, os trabalhadores de nosso País seriam os mais bem qualificados do mundo!

O que aconteceu, em muitos casos, é que as listas de cidadãos que teriam sido preparadas para o mercado de trabalho eram falsas. Houve denúncia até de entidades que simplesmente buscaram na lista telefônica os nomes de seus “treinandos”.

Também chegaram denúncias sobre certas creches e asilos. Muitas delas, que deveriam assegurar o bem-estar de idosos e crianças abandonadas, na verdade só existem para promover o bem-estar dos seus organizadores.

Ligação com Grupos Políticos

E o que é mais trágico em tudo isso é que, muitas vezes, os diretores dessas ONG são pessoas ligadas a entidades classistas ou políticas, que, por sua vez, são ligadas a grupos políticos.

Aliás, são os grupos políticos que dominam os órgãos públicos que têm o poder de conceder recursos a essas entidades.

Considero lamentável que o Estado delegue totalmente a função de prestação de serviços a entidades privadas que não são auditadas e que não são punidas quando se constata alguma irregularidade.

O conjunto de denúncias de ilegalidades vai desde o descumprimento da Lei de Licitações, da Lei de Improbidade Administrativa, da Lei nº 4.320, da Lei de Crime de Responsabilidade e muitas outras.

Como já disse: avaliações preliminares, conforme divulgado pela imprensa, dão que o total de tais desvios e uso indevido de recursos públicos remontaria à ordem, repito, de mais de 30 bilhões de reais.

Hoje, quero falar de uma comissão que está em andamento e cujo assunto muito mais interessa a nós. Trata-se da importante CPI das ONG, cujos trabalhos estão sendo observados com muita atenção.

O que se observa hoje no Congresso é que as investigações em curso sobre as ONG – assim como na comissão que investiga os cartões corporativos – estariam marcadas pela contaminação de conteúdo político, por haver confronto e desconfiança de gestões antípodas.

Acredito que, tendo em vista esse quadro e fora desse debate conflituoso, algumas ações, mínimas, urgentes e imprescindíveis, poderiam ser tomadas.

Fiscalização

Inicialmente, é fundamental que todos os mecanismos de fiscalização e controle – o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas, a Controladoria-Geral da União, os controles internos dos ministérios e do Ministério Público – façam a triagem em todos os contratos entre Poder Público e entidades que se apresentam como de interesse público.

Creio que é preciso fazer a triagem, em especial dos contratos feitos pelo Poder Executivo, realizados com ou sem processo licitatório.

Devem ser investigadas todas as entidades sem fins lucrativos, como ONG, OSCIP e fundações, inclusive aquelas que têm como objetivo a tutela, a manutenção e a proteção do bem da vida. Mas essas seriam apartadas na triagem e lhes seria dado o benefício da continuidade de suas ações, para que não prejudiquemos os realmente

assistidos, já que como muitas o são, e muitas respeitáveis. Sua inspeção, igualmente rigorosa, ficaria para um momento posterior.

Num segundo momento, meu Presidente, feita essa triagem, em regime de mutirão, todos os contratos e pagamentos firmados pelos governos com entidades, exceto as citadas anteriormente, que apresentem problema seriam imediatamente suspensos.

A seguir, deve ser realizada uma rigorosa inspeção com procedimentos de investigação *in loco*, colheita de depoimentos e prestação de contas de contratantes e contratados.

Também é indispensável que seja feita essa inspeção nos casos em que há subcontratação. Há casos graves, gravíssimos.

Os órgãos de controle estatal devem fazer uma devassa especial nos tão badalados contratos para capacitação profissional, repito. É preciso fazer um controle, seja por amostragem ou por entrevistas com os beneficiados desses cursos.

Após essa auditoria, os Poderes Públicos responsáveis devem dar um curso legal à denúncia dos contratos, com o devido processo administrativo ou até judicial, se for o caso, contra os contratantes.

No Brasil, o que deve chamar mais a atenção é o fato de que grande número de nossas ONG – talvez a maioria! – depende do Governo. Em outras palavras, dependem de verbas públicas.

Nos meus longos anos de vida pública, meu Presidente, em particular os meus 25 anos aqui nesta Casa, sempre dei grande valor ao mandamento que nos exige uma dura atuação para fiscalizar os atos de governo.

Comissões Parlamentares de Inquérito

Nessa tarefa, nada fácil, de fiscalização e controle, um eficaz instrumento é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Fui um apaixonado defensor das comissões parlamentares de inquérito. Tenho a honra de ter participado de várias CPI acerca dos mais diversos assuntos e, sobretudo, de ter agido como coordenador e articulador de algumas das mais importantes.

Numa breve digressão, não posso me esquecer da gravidade de alguns temas que enfrentamos: Orçamento, caso PC Farias, precatórios, bancos, a do Banestado e tantas outras.

Mas devo destacar que duas comissões parlamentares de inquérito me afetaram de modo especial.

A primeira delas foi a CPI dos Corruptores, dos Empreiteiros, que tive a iniciativa de sugerir, que lutei anos a fio para que fosse criada, mas que acabou não sendo instalada. Nunca, nunca o foi, nem nos oito anos de Governo Fernando Henrique, nem no atual Governo. Ela seria a consequência lógica do desenvolvimento da CPI do PC Farias e dos Anões do Orçamento. Ela estava com os elementos prontos, provados para se fazer uma revolução na ética e na dignidade neste País. Não deixaram ser criada.

Parafraseando o nosso atual Presidente da República, nunca na história deste País ocorreu uma junção do oportuno, do viável e do necessário como aquela. A CPI dos Corruptores tinha tudo para que se fizesse uma verdadeira limpeza na administração pública. Seria nossa operação “mãos limpas”.

A segunda CPI na qual me vi envolvido de maneira irresistível foi a do caso Waldomiro Diniz, assessor do então todo-poderoso Chefe da Casa Civil José Dirceu, que foi flagrado filmado, de maneira ostensiva e escandalosa, pedindo propina a um bicheiro – e isso foi exibido ao vivo na televisão.

Essa segunda comissão, mais conhecida como CPI dos Bingos, só foi concretizada depois de uma questão judicial em que o Senador Jefferson Péres e eu próprio nos vimos envolvidos. Fomos buscar apoio no Supremo Tribunal Federal para que a Presidência do Senado obrigasse os Líderes Partidários a indicar membros para a Comissão. Um ano e meio depois, a decisão foi a nosso favor.

Em raros momentos da vida deste Parlamento, meu Presidente, houve a cooperação de tantos órgãos dos Poderes Públicos, interessados em investigar o arraigado processo de corrupção e de desrespeito à coisa pública quanto na época em que nós pedimos a CPI dos Corruptores.

A rigor, aquela CPI ainda paira pelos tortuosos caminhos legislativos. Sua pendência era a falta de indicação de seus membros pelas Lideranças da Situação e da Oposição, já que os dois lados mudaram de rumo: o que era Governo foi para a Oposição, e o que era Oposição foi para o Governo. Seus fatos específicos e determinados podem

estar prejudicados pela extemporaneidade. Porém, sua motivação e temática ainda são atuais, porque a corrupção devasta o País.

Quanto ao fato que gerou a CPI dos Bingos, a obviedade daquele ilícito, filmado, foi tão ostensiva quanto o flagrante do funcionário dos Correios embolsando seus 30 dinheiros. Apesar disso, não quis o Governo autorizar o processo de Inquérito Parlamentar. Ficou decidido, e escancaradamente divulgado em nota pública, que CPI – um direito constitucional da minoria – só iria acontecer se o Governo quisesse. Isso foi dito em nota oficial assinada pelos Líderes do Bloco, do PMDB e do PT. Aqui no Senado só sai CPI se os Líderes quiserem.

Rasga-se a Constituição.

A História Seria Outra

Sempre vi, nesse imbróglio da CPI do Waldomiro, um divisor de águas do Governo atual. Tenho a plena convicção de que, se o Governo tivesse agido imediatamente na apuração do fato e apoiado as investigações do Legislativo, a história do Governo Lula seria outra com relação à ética e com relação à dignidade.

A inação, o bloqueio, as manobras para dissuadir e desacreditar o gritante escândalo, com certeza foram os propulsores de uma infundável sequência de denúncias, de escândalos envolvendo titulares da mais alta administração, que culminaram no episódio do Mensalão.

O chamado “núcleo duro” do poder foi pulverizado. Penso que, mais por uma somatória de conjunturas favoráveis do que por atuais atos da gestão, o Governo sobreviveu e o País felizmente não entrou em colapso.

Nessas transições de posicionamento por que passou o meu Partido, o PMDB, sempre a reboque do Governo da época, meu nome foi gradualmente jogado para fora dos centros de decisão. As lideranças consecutivas adotaram um padrão em relação a minha atuação parlamentar: Nunca mais indique Pedro Simon para nenhuma CPI, nunca mais o indique para o Conselho de Ética. Como membro titular, minha última gestão foi na CPI dos Precatórios, em 1996. Como suplente, minha indicação foi para a CPMI do Banestado em 2003!

Claro que isso é uma situação muito desconfortável, mas, ao contrário do que pretendiam os que queriam e querem inibir o meu

trabalho, mesmo não sendo membro, participei, inquiri e investiguei em todas as comissões de inquérito que aqui ocorreram.

Varei madrugadas, pois sempre acabava sendo o último inscrito e, aí sim, apto a falar. Mas isso eu não questiono: é o procedimento regimental.

Agora o que me traz a esta tribuna não é desfiar um rosário de queixas e reclamações. De forma alguma. Considero que o que me tem acontecido é inerente à vida parlamentar e ao jogo político. Não diria que os procedimentos dos meus adversários são éticos, mas que são previsíveis.

O meu comportamento em relação às últimas CPI tem sido mais restrito. Tenho acompanhado mais à distância, pela televisão do Senado, os debates. E a razão disso vai além da óbvia constatação que o embate político central hoje é o enfrentamento entre o Governo atual e o anterior, e, mais precisamente ainda, entre PT e PSDB.

Então, quero fazer uma avaliação mais objetiva do que, a meu ver, está ocorrendo particularmente nestas duas CPI: a das ONG e a dos cartões. Essas investigações, por seu suposto volume de informações, são, em si, uma das mais complexas já realizadas nesta Casa, seja pelo número expressivo de contratos, do descontrole dos gastos, seja pela natureza e vínculo dos mesmos com os contratantes da administração pública. Isso, como já disse, está gerando uma polarização que está imobilizando seus trabalhos.

Talvez essa relação só foi assimétrica na CPI que gerou o *impeachment*. Nas outras houve razoável proporcionalidade na correlação de forças. Só que existe um aspecto que tem que ser respeitado preliminarmente quando se atua numa CPI. Esse aspecto é a transformação excepcional do Parlamentar em Magistrado. Essas atribuições e prerrogativas dadas em caráter extraordinário têm que se constituir no primeiro norte da atuação parlamentar numa CPI. Ele é magistrado. Na hora de decidir ele é um juiz e a CPI se transforma num verdadeiro tribunal.

É imprescindível que haja uma troca: a paixão pelo exercício político pela obstinação da imparcialidade judicante, tanto quando possível. Sem essa premissa, acontece o que está acontecendo agora nas CPI. Apesar de serem contempladas com felizes escolhas

de seus membros e dirigentes, não está ocorrendo a prevalência do espírito do exercício da magistratura. Por isso, a função investigatória – que se revela na CPI – não está ocorrendo. O que se observa é que nada avança, nada se aprofunda e a sociedade fica mais uma vez atônita com a inércia desse grande poder que possui uma CPI no combate à ilegalidade e que está se transformando num nada multiplicado por nada.

Faço um apelo para que esse comportamento de magistrado se incorpore na atuação de membros dessas comissões.

Muito obrigado.

O Resgate dos Valores Perdidos

(Pronunciamento em 11 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o balanço parcial dos últimos dias mostra: bandidos trancam família inteira no interior da residência e ateiam fogo em Minas Gerais; menina de cinco anos é jogada do 6º andar de um edifício da classe média em São Paulo; menino de nove anos é marcado a ferro em brasa, como gado, numa fazenda de Goiás, bem próximo de onde outra menina é amarrada diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Eu já não digo mais: para aonde nós vamos? Eu digo: para onde nós viemos? Não é mais aonde vamos chegar, mas onde fomos parar. Ou, quem sabe, será que de fato viemos? Em que tempo nós estamos?

A ciência colocou o mundo a nossos dedos. Um toque e vejo o Museu do Louvre, a Biblioteca do Pentágono. Com um toque, eu vejo em casa o Museu do Louvre e a Biblioteca do Pentágono, sem sair de Brasília. A tecnologia nos lança ao futuro, cada vez mais antecipado. Mas também, a um único toque, eu viajo dos campos minados do Iraque à favela onde o Estado paralelo instala um tribunal, julga e condena à morte, quem sabe, vítimas da falta do Estado legal. Pois é, a tecnologia parece teimar e nos mostrar também que ainda estamos no passado cada vez mais remoto.

A tecnologia que nos mostra um futuro fantástico é a tecnologia que nos mostra que estamos amarrados a um triste passado, em tempo real. Muitas vezes eu não sei se já estou vivendo uma realidade do final do século XXI ou se a humanidade ainda não saiu dos tempos da caverna. Visitar, mesmo que virtualmente, outros planetas me encanta. Ser visitado pela barbárie, que nada tem de virtual, me espanta.

No ano passado, nesse mesmo período, foi o menor do Rio, lá no Rio de Janeiro. Terror que causou arrepio. Arrastado pelas ruas, ante os olhos aflitos e impotentes da mãe e dos circunstantes que estavam lá. A comoção tomou conta de todas as outras ruas de todo o País. Sim, o menor do Rio de Janeiro causou passeatas e discursos inflamados, rios de tinta! Comoções vieram, como quando se descobriu uma menina presa numa cela, com duas dezenas de homens, no Pará. E a juíza, absolvida pelo Tribunal de Justiça do Pará. Ou um bebê boiando nas águas da Lagoa da Pampulha. Novas passeatas, novos discursos, velhas tintas... Mas a comoção dobrou as esquinas.

De tão repetitivos, meus irmãos, de tão repetitivos, indo e voltando, como um pêndulo de uma tela dos monitores de TV, a ida e vinda desses fatos brutais parece ter criado em nós um efeito hipnotizante, principalmente em quem é responsável por entender que a emoção e a ação constituem muito mais do que uma rima.

Eu não sei que sentimento move um ser dito humano ao cometer uma barbárie, ao puxar um gatilho, ao acender um rastilho, à queima-roupa, a esmo ou teleguiado. Como são as noites de quem vê antes de dormir cenas cruéis de choro de inocente sobre o corpo dilacerado pelas bombas que ele mesmo mandou detonar?

Algumas vezes tamanha barbárie me assola a ideia de inverter o dito popular: parece que a justiça divina não falta, mas tarda. Aí me deparo com a realidade de que a justiça dos homens tarda e falta; realmente é a que tarda e que falta.

Parece que cada vez mais o coração humano de muito se restringe a um mero músculo e suas aurículas e ventrículos já não são mais, já não se constituem na sede de sentimentos, das emoções e da consciência, como ainda teimam em definir melhores dicionários. Um músculo como os outros demais, sinônimo de força, cada vez mais bruta, longe de qualquer significado que indique afeto, amor, índole, caráter!

A comoção tem o tamanho da barbárie, mas infelizmente ela tem durado somente o tempo da audiência na televisão. Parece mesmo que os apresentadores do noticiário tornam-se uma espécie de regentes da nossa indignação. E, nessa orquestra de sentimentos

cada vez mais desafinados, nós nos tocamos; sim, nós nos tocamos, mas quase nunca tocamos.

Sociedade do Espetáculo

Já disse alguém que pertencemos a uma sociedade do espetáculo. Fazemos cada vez mais apresentações como se fossem únicas, mas andamos de palco em palco, verdadeiros mambembes, ligando e desligando holofotes, ligando e desligando microfones para os nossos instrumentos que são apenas instrumentos de sopro.

Estamos criando um Estado paralelo, para uma sociedade igualmente paralela. A impunidade do Estado legal está levando cada vez mais à justiça pelas próprias mãos. Pior, a certeza de que as leis do Estado legal não são cumpridas está incentivando a bestialidade. A ausência do Estado joga por terra o coletivo, em nome do individual. A Lei de Gerson, o levar vantagem em tudo, a qualquer preço, a qualquer custo. O cumprimento da lei já não depende mais da culpa. Não. O cumprimento da lei, repito, já não depende mais da culpa, mas da performance do advogado, da atuação do advogado, ou do seu preço, da capacidade financeira do culpado em contratar o bom advogado. Pior ainda, depende da cor e da classe social de quem pratica o delito.

Não há, portanto, apenas um Estado paralelo. O Estado legal é também discriminador, segregacionista. E anda no passo da justiça dos homens. Tarda. Falta.

Por isso, meus irmãos, não vejo qualquer possibilidade de resgatarmos valores perdidos em tempos de barbárie, até mesmo para que possamos utilizá-los na luta contra essa mesma barbárie, sem recuperarmos o verdadeiro sentido do coletivo.

Fazer valer a isonomia também no sentido dos melhores dicionários, enquanto um estado daqueles que são governados pelas mesmas leis ou a igualdade de todos perante a lei, ou ainda, que as leis sejam cumpridas no seu sentido isonômico, sem discriminação de qualquer espécie. É preciso acabar imediatamente com a certeza da impunidade, sob pena da multiplicação dessa mesma barbárie.

Sr. Presidente, e agora, meu querido irmão do Rio Grande, Senador Paulo Paim, a quem felicito, vivemos uma noite histórica com a

aprovação da sua iniciativa de levarmos aos aposentados as vantagens dadas com o salário mínimo. Vitória espetacular. Eu me orgulho de ser seu irmão e companheiro nessa classe.

A lei que não se cumpre é, talvez, pior que a lei que não existe. Repito: a lei que não se cumpre talvez seja pior que a lei que não existe. Quem sabe a índole do povo fosse capaz, ela própria, de consolidar melhores costumes? Mas a lei que não se cumpre é o alimento da anomalia social. Quando a sociedade percebe que os freios sociais não funcionam, descarrila para a barbárie. O Estado paralelo não se estrutura onde há falta de leis, mas onde impera a certeza de que elas não são cumpridas. Repito: o Estado paralelo é mais formado em cima da falta do cumprimento das leis que existem do que das leis que ainda não existem. O Estado paralelo seria dizimado se o Estado legal cumprisse, efetivamente, as leis que já existem.

É por isso que o País tem, indispensavelmente, de fazer valer o seu Estado legal. Para isso, tem de recuperar a confiabilidade nas suas instituições públicas e de representação política. E aí não há de se criarem, necessariamente, novas leis, mas fazer crer à sociedade a certeza de que elas são, de fato, cumpridas e serão cumpridas.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro amigo, Senador Pedro Simon, o seu discurso remeteu-me a um famoso pintor e a uma famosa tela que Vossa Excelência bem conhece. O pintor é Pablo Picasso, e a tela é Guernica. Com aquela tela, que, hoje, tem o caráter universal, ele pintou os horrores da guerra civil espanhola com o propósito de enaltecer a vida e a dignidade da vida. E Vossa Excelência, hoje, tomando às mãos o pincel de Pablo Picasso, mostra a todos nós os horrores de uma sociedade dita moderna.

O SR. PEDRO SIMON – Vossa Excelência não calcula com que emoção recebo seu aparte. Vossa Excelência traduz a resposta que esperava receber.

O povo brasileiro tem perdido, em escala preocupante, os seus canais de representação política, principalmente nos últimos

tempos. Os Partidos políticos e os Parlamentares nunca tiveram tão baixas margens de confiabilidade. O Congresso patina no lamaçal da corrupção. E, para não investigar a corrupção, termina por praticá-la.

As representações políticas não-governamentais foram cooptadas com dinheiro público e, não raras vezes, também mergulham nas águas turvas.

Quantos foram os momentos memoráveis deste Congresso? Quantos foram os grandes debates sobre assuntos dos mais significativos da vida nacional? Na Assembleia Nacional Constituinte, nas Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e a dos Anões do Orçamento? Mesmo quando não respondemos à altura aos anseios da população, como no caso da emenda que propunha as Diretas Já, ainda assim, o Parlamento manteve a devida confiabilidade popular. O Congresso sempre foi o principal pilar da democracia brasileira.

Quantos foram os momentos memoráveis das principais instituições representativas da sociedade civil na luta pela democracia, pelos direitos humanos, pela ética na política? As organizações estudantis, a antiga UNE, os movimentos populares pela educação, pela saúde, pela justiça social, os sindicatos de todas as categorias dos trabalhadores, as centrais sindicais, a CUT, os caras-pintadas.

Cargos no Governo

Hoje, perdoem-me, essas mesmas representações muitas vezes se transformaram em satélites da representação oficial, movidas por dinheiro público, por cargos nas instituições de governo, para serem os seus principais dirigentes.

Ontem, tinha a CUT lutando pela independência sindical; ontem, esse imposto sindical era considerado um escândalo. Hoje, totalmente a favor. E, numa festa com o Congresso, com uísque de 12 anos, festejaram o veto do Lula para que o Tribunal de Contas pudesse investigar as suas contas. Quando é que se imaginava isso possível, meus irmãos da CUT?

Hoje, a UNE vibra colhendo lucros fantásticos para o Governo construir a sua sede, que vai ter projeto do Niemeyer, espetacular,

lá na Praia do Flamengo. Mas, por mais belo que seja, conforme a força com que for construído, não terá a grandeza e a força do velho prédio da UNE, que representava a luta contra a liberdade, contra a ditadura e a favor da democracia e da liberdade.

A população perdeu, portanto, suas principais representações por convicção, por cooptação ou por corrupção. Enquanto essa mesma situação não for revertida, não serão encontrados os nossos melhores valores de referência.

Na época da ditadura, dizia-se: Olhe para a UNE, para a OAB, para a CNBB, para a CUT. Para quem vamos olhar hoje?

Novas comoções sociais, novas turbulências políticas virão, e o que restará será a indignação popular, até que tal anomalia social se transforme, individual ou coletivamente, em desobediência civil. Aí, não haverá indignação que resista.

É verdade que a desobediência civil levou à independência da Índia, quando, sem ódio, sem violência, sem radicalização, conseguimos ver o fantástico milagre da Índia independente.

É verdade que a desobediência civil e a resistência levaram o Brasil a lutar contra a ditadura – o povo, na rua, conseguiu a democracia. Mas, ali, nós tínhamos as referências: nós tínhamos Dom Helder, a Igreja, nós tínhamos a UNE, os jovens, nós tínhamos a OAB e a ABI, nós tínhamos tanta gente que hoje não sei onde se encontra.

Nós não podemos generalizar a população brasileira a partir do indivíduo que ateou fogo na casa da família. Não podemos generalizar a população brasileira nem naquele que teria lançado a menina do alto do edifício, nem naquele que cunhou a ferro a sua marca macabra no corpo da criança, nem naquela que manteve em regime de escravidão a adolescente sintomaticamente na área de serviço. Não podemos também generalizar a representação política no cooptação e na corrupção. Existem muitas, muitas, muitas vozes que permanecem timbradas pelos melhores valores: lá, na sociedade; lá, nos estudantes; lá, na Igreja; lá, na OAB; aqui, no Senado; ali, na Câmara dos Deputados. Muitas vozes continuam sendo dignas, firmes e bravas.

O Efeito Devastador da Má Conduta

Mas, cá entre nós, não podemos negar o efeito devastador das más condutas, principalmente quando adquirem repercussão nacional, sob os holofotes da mídia e as luzes da audiência. Provocam efeitos multiplicadores pela inegável glamourização, já detectada pelos principais editores de jornais e pelos autores da novela de maior audiência. Já disseram os nossos mais famosos romancistas, repito pela quinta vez: valores bons não propiciam retornos de audiência, retornos financeiros, obviamente. A publicidade paga e depois inclui no preço do produto a encenação: quanto pior, melhor.

Quem deve dar a devida resposta à proliferação da barbárie e à conseqüente comoção e indignação tem que ser o Estado legal. O Estado legal, caso contrário, o vácuo da legitimidade, o vácuo da confiabilidade pode ser o culpado ainda mais pelo Estado paralelo. E aí sairemos também ainda mais do necessário equilíbrio: mais barbárie, mais comoção, mais indignidade.

Eu repito: de nada vão adiantar novas leis se elas continuarem não sendo cumpridas. E por que não são colocadas em prática? Porque a população sabe que não haverá qualquer punição para quem não as cumprir. O Brasil é o País da impunidade: com quem não cumpre as normas legais, não acontece nada, ninguém vai para a cadeia.

A população sabe, cada vez com maior detalhe, que os pecados dessas mesmas leis não são, apenas, mortais, mas originais, porque a corrupção se fez desde a sua concepção. A população sabe que houve desvios desde que as leis foram geradas, antes, portanto, de sua prática.

Como decorrência desse estado de anomia social há que se fortalecer a representação política, há que se restabelecer a confiança da população nas suas instituições, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais; há que se reconstruir um Estado legal legítimo e representativo das aspirações maiores da população.

É preciso ocupar o vácuo que o próprio Estado legal deixou construir e que foi ocupado pelo Estado paralelo do narcotráfico, da pirataria, da sonegação e da barbárie.

Não há que se colocar microscópio de alta definição sobre nosso corpo social para se detectar a bactéria que corrói a legitimidade do Estado, representado por suas principais instituições públicas. É a corrupção! Pior: tudo indica que a bactéria da corrupção está desenvolvendo anticorpos cada vez mais fortes, e poderá não haver, daqui a algum tempo, antibiótico com poder de cura suficiente para barrar uma possível septicemia nas nossas representações políticas. Aí, nem a ciência, nem a política. Quem sabe, reste a fé e a confiança em Deus.

Alguns especialistas tentaram quantificar a corrupção no Brasil. Cada método leva a um resultado diferente. Nenhum, porém, abaixo da casa dos bilhões, todos suficientes para sanar nossos principais problemas. Evitando a corrupção, poderíamos resolver a dor nos hospitais, a escuridão do analfabetismo, a violência, a fome, a miséria, a falta do Estado legal, enfim.

O Sono do Corruptor

Eu também não consigo imaginar as noites de sono do corruptor, que vê, no último noticiário da noite, o choro da mãe, filho desfalecido no colo, pela falta do hospital que seria construído com o dinheiro roubado e escondido sob o seu colchão, um colchão com etiquetas de paraísos fiscais.

Que sonhos ilustram esse mesmo sono quando ele sabe que, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil, muitas delas arrancadas do ambiente familiar pelo tentáculo da fome e da miséria; que milhares morrem, anualmente, por causas plenamente ao alcance da medicina e do conhecimento médico que, nestes nossos tempos, são considerados elementares?

O que imaginar de doenças que pareciam erradicadas, como a dengue, a febre amarela e tantas outras que voltam a assombrar populações inteiras e que viajaram até nós, neste trem da história, com passagens pagas pela corrupção?

Eu não conheço cena mais triste que a de uma mãe, choro convulsivo, a implorar pela vida do filho no colo, muitas vezes em vão, porque lhe resta, tão-somente, a extrema-unção. Que aurículas

e que ventrículos podem continuar insensíveis a essas lágrimas de desespero?

Por isso, eu não vejo diferença entre a atitude de quem ateou fogo na casa, de quem atirou a criança pela janela, de quem marcou a ferro a criança ou de quem amarrou a jovem na sua área de serviço e a de quem roubou dinheiro público cuja falta provocou a morte da criança nos braços da mãe aflita. São, todos, igualmente, bárbaros; não haverá sono tranquilo que os conforte.

Mas não há que se esperar, apenas, a justiça divina, muito menos a justiça pelas próprias mãos: a justiça dos homens, além de necessária, é suficiente, basta colocá-la em prática.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, o pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã, quase tarde de sexta-feira, é uma verdadeira aula de civilidade, de bons costumes.

Complementando aquilo que falei ao ler o artigo do jornalista Augusto Nunes, que disse que houve uma banalização da safadeza no País, eu diria que a corrupção maior é justamente a corrupção estatal, patrocinada pelo Governo Federal, seja por meio dessas emendas, seja pelas formas as mais sofisticadas possíveis, inclusive por meio de mensalões, cartões corporativos e tudo mais.

Vossa Excelência pergunta sobre os remédios a serem utilizados para combater esse mal. Acho que Vossa Excelência poderia coordenar um grupo de parlamentares aqui no Senado para trabalhar nesse sentido. Temos de agir realmente, não a reboque dos interesses partidários e fisiológicos, mas trabalhar uma agenda para mudar a face dessa realidade cruel.

O SR. PEDRO SIMON – Recebo com muita seriedade o seu aparte, porque Vossa Excelência vem debatendo essa matéria há muito tempo e lança uma ideia que tem significado. Estou de acordo em participar como mais um desse movimento que teria um grande significado.

Não há que se esperar, também, pela comoção do corrupto, ou do corruptor. Nem se preocupar com as suas noites de sono. Eles

parecem insensíveis, porque foram eles que desenvolveram os tais anticorpos da nossa septicemia social e política. Então, que se preserve o antibiótico da lei! Que não é somente de última geração, mas de todas. Principalmente as que ainda virão!

É evidente que não haverá mudança de cima para baixo, de dentro para fora. A população, meus irmãos que me assistem neste momento pela TV Senado, a imensa maioria não cooptada pelos holofotes e pelas luzes do poder, terá que desenvolver mecanismos de pressão no sentido de que se cumpram as leis. Não há o cidadão municipal, estadual ou federal. Cidadania e plenitude não se dividem.

Mas a corrupção atua nesses três níveis, não necessariamente com os mesmos métodos e os mesmos agentes. Então, o primeiro passo é a comunidade atuar no nível local, afinal, onde a maioria dos recursos é ou deveria ser alocada. Formar novas representações livres de cooptação, para acompanhar os gastos públicos, independentemente de onde eles surgirem. Cobrar a execução da ação governamental e investigar os recursos gastos na sua implementação.

Experiências Bem-Sucedidas

Já existem experiências bem-sucedidas nesse sentido, meus irmãos. A população já se reuniu várias vezes, por intermédio de suas representações municipais de empresários, trabalhadores e de categorias profissionais, e passou a exercer a cidadania no seu significado único, pleno. Não se montou um Estado paralelo. Ao contrário, cobrou-se o exercício devido ao Estado legal.

Essa mesma população não se propunha a criar novas leis apenas, nem era o seu desejo impor novos costumes. Fez cumprir as leis já existentes. Esses exemplos têm, necessariamente, de ser multiplicados.

É preciso que os órgãos encarregados de controle dos gastos públicos, em todos os níveis, trabalhem de forma coordenada.

A Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Conta da União, dos Estados e dos Municípios, onde eles existam, devem desenvolver mecanismos de auditoria das contas públicas que permitam maior integração na troca de informações, não só em relação aos

métodos de investigação, mas também nos preços das obras das demais compras governamentais de bens e serviços.

É necessário resgatar os mecanismos já existentes de investigação e de acompanhamento dos gastos públicos. Também aí não há necessidade de criar novos instrumentos investigativos. Eu não vejo melhor instrumento, melhor fórmula, do que as comissões parlamentares de inquérito em todos os níveis. Mas as CPI, infelizmente, estão se humilhando, se desmoralizando, principalmente, nos últimos tempos. Transformaram-se em celeiros de não-investigação, em cartórios distribuidores de atestado de idoneidade. Recuperar o verdadeiro sentido das CPI é, também, um passo significativo para o aumento da legitimidade dos parlamentos, principalmente o federal, para o fortalecimento das representações políticas nos três níveis.

As instituições políticas têm de fortalecer os seus órgãos próprios de investigação e de controle de riscos. Instituir ouvidorias, para que o cidadão possa contribuir com informações e sugestões sobre o financiamento da máquina pública, nos diferentes segmentos.

O cidadão passa a ser, efetivamente, um soldado na luta contra a corrupção, contra o mau uso do recurso coletivo. Um verdadeiro exercício de controle social.

A Comissão Especial de Investigação, criada pelo então Presidente Itamar Franco, lamentavelmente extinta pelo Presidente Fernando Henrique, foi uma grande experiência, bem-sucedida, de combate à corrupção. Formada por representantes notáveis de diferentes segmentos da população, com reputação absolutamente ilibada e respaldo político para investigar, independente de qualquer segmento político do Governo Federal, a CEI cumpriu efetivamente um grande papel, que deve ser repetido nas atribuições do Estado legal. Era uma comissão diretamente ligada ao Presidente Itamar, e que investigava todos os sindicatos, todos os ministérios. Todos os ministros deveriam lá comparecer e prestar informações. Era realmente um controle que impunha respeito a todo o Governo. O Sr. Fernando Henrique a extinguiu, terminou com ela.

Trajatória Desvirtuada pela Corrupção

As organizações não-governamentais também podem exercer uma influência no melhor uso dos recursos públicos. Infelizmente, o noticiário tem sido farto, dando conta de que as ONG, em parcela significativa, também tiveram a sua trajetória desvirtuada pela corrupção.

Acabaram por chegar longe de serem não-governamentais. Ao contrário, tornaram-se verdadeiros apêndices das instituições públicas. E, o que é pior: além de contaminadas pela corrupção dos corretores públicos, contribuíram, em muito, para o desmantelamento do Estado legal. Nesse caso, não se caracterizam como Estado paralelo, e não ocuparam um vácuo deixado pelo Estado legal. Foi exatamente esse mesmo Estado legal que abriu caminho para as organizações não-governamentais. Que, a propósito, pouco têm de não-governamentais. Importou os recursos do Governo e, de cambulhada, o mau uso desses recursos. Se mudadas, entretanto, podem ser vínculo importante de bom sucesso do Estado e entidade particular.

Tudo isso corrobora a ideia de que não há necessidade de uma sofisticada engenharia política para se atacar a corrupção no Brasil. Os sistemas existentes, já utilizados com sucesso, podem levar-nos a melhores cenários sociais, econômicos, políticos e morais.

Volto a repetir, para ser enfático: a sociedade brasileira não pode continuar, apenas, sob os efeitos de comoções repetitivas. Que geram indignação, como agora o caso de São Paulo, mas que, pelo próprio efeito repetitivo e pela falta de ações que permitam acionar novos e melhores valores, produzem, também, efeitos hipnotizantes. Não podemos, a cada dobrar da esquina que se repete, nos acostumar com as comoções e com as indignações.

Enquanto isso, milhares de crianças continuarão morrendo, nos braços de igualmente milhares de mães aflitas. De fome, de miséria, de doenças plenamente controláveis. Muitas delas que, imaginávamos, estavam completamente desaparecidas em nosso País.

Enquanto isso, milhares de outros indivíduos, na falta de perspectiva de vida e de melhores valores de referência, continuarão praticamente à margem. No Brasil, repito, uma criança é morta, as-

sassinada, a cada 10 horas. E os números da violência infantil estão muito além das estatísticas oficiais.

Enquanto isso, o dinheiro, o mesmo que falta à cidadania na sua plenitude e ao Estado legal inspirador de valores mais nobres, foge pelos desvãos da corrupção. E os números da corrupção, apesar de tamanhos, escondem-se nas estatísticas oficiais.

A população escolhe um canal de televisão e assiste – quem sabe, mais indignada do que comovida – ao grande debate sobre quem teria jogado a criança inocente pela janela.

A população muda de canal e vê – agora sim, mais indignada ainda – outro grande debate sobre quem vazou para a imprensa os gastos feitos com os cartões corporativos.

O que quero dizer, afinal, meus irmãos, é que há umnexo, uma forte correlação entre um e outro assunto, independentemente do canal. Ambos dão conta do desvio de conduta e de que não haverá nenhuma necessidade de uma nova escola de detetives para se saber quem são os verdadeiros culpados. Basta que se investigue e se cumpram evidentemente as leis.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a apresentar, no sentido de buscar, como disse o Senador Mozarildo, uma perspectiva de que esta Casa faça alguma coisa e não apenas assista. Nós somos um poder! Temos de dar uma resposta.

Muito obrigado.

Homenagem a Humberto Lucena nos Dez Anos de sua Morte

(Em pronunciamento em 22 de abril, o Senador elogia a atuação do ex-Parlamentar paraibano na luta pela reconquista da democracia)

Senhor Presidente, exatamente há 13 dias, nós votamos o voto de pesar pelos dez anos de falecimento de Humberto Lucena. Uma grande figura neste Parlamento. Foi nosso líder do velho MDB, nas horas mais difíceis e mais dramáticas que o País atravessou, um líder com autoridade, com autenticidade. Foi duas vezes presidente desta Casa e nosso líder do PMDB aqui nesta Casa.

Humberto Lucena se impôs ao respeito e à admiração do povo brasileiro. Humberto Lucena reunia as grandes lideranças do MDB para buscar o entendimento para sairmos das crises em o partido se encontrava.

Tenho o maior respeito pela sua querida esposa, Dona Ruth Maria, uma senhora de luta e de garra. Lembro-me de Lucena, um homem humilde, um homem simples. A sua esposa tinha uma venda de animais domésticos. Esse negócio cresceu, se desenvolveu, ela fez uma atividade tão intensa que, com as suas economias, comprou uma casa. Lucena dizia para nós: "Pois é, a minha casa é fruto do trabalho da minha mulher".

Vivi o drama de Lucena lá em São Paulo, as várias cirurgias que ele sofreu. Candidato certo, nomeação certa para governador da Paraíba, não pode se candidatar porque sua saúde não permitiu. Mes-

mo doente, mesmo sem campanha, reelegeu-se pela terceira vez senador por seu Estado.

Eu me lembro da falta que o Lucena fez à bancada do PMDB. Na própria Paraíba, com a sua morte, o partido, que era poderoso, forte – tinha governador e três senadores –, se viu numa posição de disputa interna, e as pessoas, pela falta da competência de alguém como Lucena, não tiveram condições de levar adiante o seu trabalho.

Um abraço aos seus filhos, à querida Deputada lá na sua capital, e à Lisle, sua filha que trabalha aqui conosco.

Aliás, a sua filha Lisle realiza um trabalho em um apartamento não utilizado pelo Senado. Ela e uma equipe realizam um dos trabalhos mais extraordinários, a Oficina do Papai Noel: mais de 1,5 mil crianças recebem, para o ano inteiro, o necessário para alimentação, roupa, higiene, material escolar. Um trabalho fantástico que merece o respeito e a admiração de todos nós.

Muito obrigado.

O Papel Histórico da Associação Brasileira de Imprensa

(Em pronunciamento em 24 de abril, o Senador exalta a importância da Associação Brasileira de Imprensa para a vida democrática do País, mostra o engajamento da entidade em vários momentos importantes da história e destaca a atuação de alguns de seus presidentes)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estamos, hoje, reunidos nesta sessão especial. O Congresso, a Câmara e o Senado realizam muitas sessões especiais, importantes, mas esta é uma sessão ultra-especial, daquelas que marcam a história desta Casa, porque estamos aqui, neste momento, fazendo história.

Estamos aqui homenageando uma entidade que escreveu seu nome na história brasileira em letras maiúsculas: a Associação Brasileira de Imprensa. Em todos os momentos importantes da vida pública brasileira, da história deste País, nos últimos cem anos, a Associação Brasileira de Imprensa atuou de forma decisiva e corajosa. Com a sua postura ética, as ações, muitas vezes, próximas do heroísmo, sofrendo perseguições e até mesmo sendo alvo de atentados, atentados terroristas, a ABI merece a admiração do povo brasileiro e se impôs ao respeito de todos os poderosos.

Hoje, homenageamos uma instituição histórica da imprensa brasileira e, no dia 3 de junho próximo, em nova sessão especial do

Senado, vamos comemorar os 200 anos da fundação do primeiro jornal brasileiro e o Dia da Imprensa.

Na ocasião, será homenageado o Patrono da Imprensa, Hipólito José da Costa, o primeiro jornalista brasileiro. Em 1º de junho de 1808, em Londres, onde estava exilado, fugindo da Inquisição portuguesa, fundou o *Correio Braziliense*. Foi o nosso primeiro jornal, com distribuição mensal no Brasil e em Portugal. Pioneiro na profissão, Hipólito foi também o primeiro jornalista perseguido por suas opiniões, críticas e ideias.

Meus irmãos, a imprensa e os jornalistas brasileiros conhecem então, desde sua origem, a intolerância dos governos autoritários. A imprensa livre não foi uma dádiva, mas uma conquista dos povos que anseiam por liberdade.

O jornada da ABL começou em 7 de abril de 1908, no Rio de Janeiro, quando foi criada pelo repórter catarinense Gustavo de Lacerda. A entidade, a princípio, foi pensada nos moldes de um sindicato, com a finalidade de defender interesses específicos da categoria nas relações de trabalho.

Durante sua trajetória, porém, a ABL ganhou uma estatura diferente, ultrapassou as fronteiras da atuação meramente corporativa, chegando aos dias de hoje como uma instituição que participou de forma destacada da história política brasileira, defendendo as bandeiras da liberdade de imprensa, os direitos humanos e a democracia.

Foi na sede da ABL, por exemplo, que nasceu a emocionante e memorável campanha nacionalista “o petróleo é nosso”, movimento que culminou com a confecção da lei que criou a Petrobras, a grande empresa brasileira e uma das grandes do mundo, emblema de nossa soberania.

Patrimônio Público

A instituição também abrigou, em tempos mais recentes, manifestações nacionalistas contrárias à privatização do patrimônio público. A ABL atuou sempre com equilíbrio e de forma democrática em cenário de disputas políticas e ideológicas acirradas. Foi assim na campanha pelo monopólio do petróleo, quando o mundo atravessava uma era de extrema polarização e antagonismo. O Brasil tam-

bém sofreu influência do espírito de intolerância vigente no quadro da Guerra Fria, o conflito permanente não declarado que sucedeu à Segunda Guerra Mundial e colocava em campos opostos os Estados Unidos e a União Soviética, envolvendo as nações de suas respectivas áreas de influência. Duas lideranças mundiais representativas dessa época estiveram na ABI, que democraticamente abriu as portas para Fidel Castro e Robert Kennedy.

A intolerância contra a diversidade de opiniões e ao papel crítico e fiscalizador da imprensa, na realidade, foi uma constante na maior parte da nossa história. A instauração da República, em 1889, veio acompanhada de fortes restrições à liberdade de imprensa. Jornais foram depredados, jornalistas e tipógrafos, perseguidos e, alguns, até assassinados. Uma história que ainda vai-se desfazer.

Eu cada vez tenho mais carinho e respeito pela figura de Dom Pedro II e cada vez tenho mais restrições às fórmulas com que a República, com um golpe de estado, foi implantada. Sofreram os jornais, apedrejados. Jornalistas e tipógrafos, perseguidos e alguns até assassinados. Nada parecido com os ventos de liberdade de opinião que a introdução do sistema republicano de governo gerou em outros países.

Hipólito José da Costa confessou em seu livro *Diário de Minha Viagem para Filadélfia* (1789-1799) sua admiração pela liberdade de imprensa que encontrou lá nos Estados Unidos, país que conheceu quando a ex-colônia ainda dava seus primeiros passos como uma nação independente.

Tenho repetido que o Brasil vive uma hora de falta de referências da sua vida republicana. Pois é aí que o papel da ABI na história brasileira deve ser compreendido e analisado inclusive nas escolas, para que as futuras gerações tenham referência nas quais possam inspirar-se para a condução dos destinos deste País.

Educação Deficiente

A educação deficiente de nosso povo é um problema grave, com profundas consequências para o desenvolvimento do Brasil e sua posição no cenário mundial no momento atual e nos próximos séculos.

Sim, essa falta de referência é importante. E a ABI tem um papel histórico. Entendo que a imprensa tem um importante papel a cumprir na educação do povo brasileiro, principalmente a televisão e o rádio. Aqui abro um parêntese para citar Roquette Pinto, pioneiro no uso do rádio na educação. Considerava ele, com propriedade, que o rádio era o jornal de quem não sabia ler; o mestre de quem não pode ir à escola; e o divertimento gratuito do pobre. Hoje, podemos estender para a televisão esse pensamento. O rádio e a televisão constituem, juntamente com o jornal, veículos fundamentais para a educação e a cultura de um povo. Ainda mais num país com a imensidão territorial do Brasil.

A televisão, comprometida com a sociedade e o País, devia reservar bom espaço, em horários adequados, para estimular e participar da gigantesca obra que é a educação. Há muitos projetos nesta Casa nesse sentido. No entanto, é difícil que sejam cumpridos.

Tem a televisão a responsabilidade de preservar e difundir a cultura regional, cujos elementos, em sua riqueza e diversidade, formam a alma de uma nação.

Também nesse aspecto, foi importante o papel histórico da Associação Brasileira de Imprensa, que funcionou desde muito cedo como polo aglutinador da cultura nacional. Em sua sede, reuniam-se para debates e manifestações grandes nomes representativos da cultura nacional. Alguns deles: da música, o grande maestro Villa-Lobos; do teatro, a encantadora figura de Tônia Carrero; da literatura, escritores como Graciliano Ramos e Rubem Braga; sem falar no cinema, pois o primeiro cine-clubes do Brasil projetava suas seleções de filmes exatamente na sede da ABI.

A luta pela anistia a presos e exilados políticos; o fim da censura prévia, que mantinha o povo na ignorância dos fatos relevantes para a sociedade; e a campanha pelas Diretas Já, a luta pelo voto direto, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, marco fundamental da Nova República. Essas foram as bandeiras que unificaram a Oposição, fortaleceram, junto com a ABI, a luta popular e acabaram por derrubar a ditadura. Esse movimento, que se constituiu no eixo da resistência democrática, teve a participação sagrada e sacrossan-

ta, ativa e permanente da Associação Brasileira de Imprensa, que, em consequência, sofreu muito pela sua corajosa posição.

Atentados Terroristas

Em 1976, uma onda de atentados terroristas atinge instituições democráticas: jornais, editoras e opositores do regime, vitimando jornalistas, políticos e religiosos. Entre eles, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho, torturados e assassinados nos porões da ditadura.

Um dos alvos foi a ABI. Um atentado a bomba destruiu o sétimo andar do seu edifício-sede, no centro do Rio de Janeiro, onde funcionava a administração e se reunia o Conselho da entidade. Os executores e mentores da empreitada ainda permanecem desconhecidos, mas a investida foi considerada uma represália pelo fato de a ABI ter realizado em seu auditório um ato cívico-ecumênico em memória da história do jornalista Vladimir Herzog.

Eram tempos de luta, tempos difíceis que, no entanto, também ofereciam exemplos de extrema coragem cívica e destemor. Realmente, era preciso coragem pessoal, idealismo e sólida convicção democrática para se opor ao regime que, enquanto perseguia opositores, por outro lado também tratava de cooptar consciências, tendo benesses como moeda principal.

Apesar da truculência, o regime não dispunha de força suficiente para simplesmente impedir totalmente a manifestação da oposição. Pressionado pela forte resistência democrática, o governo autoritário foi obrigado a permitir a existência de uma oposição organizada.

Assim, admitiu o funcionamento de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que abrigava os beneficiados pelo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia as oposições.

A história da resistência, a consolidação das oposições, o voto em branco, a luta armada, a proposta de extinção, a Carta de Porto Alegre, a vitória nas urnas do Colégio Eleitoral, a consolidação da democracia: bandeira do povo, bandeira das oposições, bandeira da ABI.

Senhoras e Senhores, até aqui eu falei da instituição, mas devo reverenciar homens que a dirigiram, entre os quais pessoas como o grande jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que esteve à frente da instituição como presidente em duas ocasiões, mas pertenceu aos seus quadros de dirigente durante muito tempo e deixou sua marca para a história brasileira.

Barbosa Lima

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho assume a presidência da ABI em 1926, ainda antes de completar 30 anos. Voltou duas vezes ao cargo, de 1930 a 1931, quando fortaleceu a ABI com a fusão com outras entidades; e de 1978 a 2000, quando, já octogenário, estava consagrado como jornalista e escritor, com mais de 70 livros, além de político competente e habilidoso (foi governador de Pernambuco, entre outros cargos). Poderia recolher-se ao convívio dos seus livros e levar uma aposentadoria tranquila, mas não se acomodou, permaneceu à frente da entidade, resistindo ao arbítrio e à violência de uma ditadura que parecia não ter fim.

Barbosa Lima Sobrinho foi o primeiro brasileiro a assinar o inédito pedido de *impeachment* constitucional de um presidente da República. Pela primeira vez na história mundial, um governante é afastado do poder por meio de um processo absolutamente democrático conduzido pelo Congresso.

Foi Barbosa Lima Sobrinho quem melhor encarnou e traduziu o espírito democrático e lutador da ABI, ao lado de personalidades como Herbert Moses, o presidente que consolidou materialmente a entidade e construiu seu edifício-sede, marco na arquitetura moderna brasileira; o Senador Danton Jobim, que tentou evitar a criação da famigerada Lei de Imprensa, ainda vigente; Prudente de Moraes, neto, jornalista e poeta, que com sua coragem e determinação não hesitou em comparecer a quartéis para defender jornalistas presos e processados.

Foi na sua gestão que a ABI realizou o ato cívico em memória a Vladimir Herzog. Prudente de Moraes viajou a São Paulo para hipotecar solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas, presidido por

Audálio Dantas, outra figura destacada na luta democrática, atual vice-presidente da ABI.

Em sua existência, a ABI teve vinte presidentes, homens que, dentro de suas limitações, estilo e convicções, mantiveram a instituição atuante durante todo esse centenário. Alguns chegaram a assumir posições temerárias, com risco da própria vida, para defender a entidade. É o caso do maranhense João Dunshee de Abranches, seguidor de Gustavo de Lacerda, terceiro dirigente da ABI. Diante de ameaças de depredação do prédio por seguidores de Hermes da Fonseca, Presidente da recém-proclamada República, Dunshee não hesitou em permanecer em vigília por dias seguidos, de arma na mão, num gesto heróico e surpreendente.

Atualmente, a instituição é dirigida pelo jornalista Maurício Azêdo, que é o grande responsável pelo processo de revitalização que vive a entidade. Foi editor do *Boletim da ABI*, nos temerosos anos 70, quando transformou o veículo num órgão de denúncia dos desmandos da ditadura.

Ao Maurício, seus companheiros de diretoria, funcionários e tantos outros que gostaria de citar, rendo minhas homenagens sinceras e profunda admiração.

Essa é a Associação Brasileira de Imprensa, instituição que completa cem anos e permanece aberta, modernizando-se, do ponto de vista tecnológico, com uma página na internet e com o Cine ABI em pleno funcionamento e um serviço de assistência médica invejável.

Um problema, entretanto, preocupa a ABI e a nós todos. A entidade teve cassado, pelo Governo, o seu registro de entidade beneficente de assistência social, obtido há décadas. Esse ato, obtido em 1917, um excesso de zelo do atual Governo, gerou uma dívida impagável.

O mesmo Governo que já repassou – sem licitação pública – R\$12,6 bilhões às organizações não-governamentais está cobrando da ABI uma dívida de cerca de R\$3 milhões.

Fica aqui o meu apelo ao Governo, ao Presidente Lula, para que seja devolvido o registro da ABI, de forma a garantir a permanência dessa instituição – esta, sim, não-governamental –, que tantos benefícios trouxe à democracia no País.

Aqui no Senado já tramita projeto de lei que isenta não só a ABI, mas também a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do pagamento desse tributo. Ao mesmo tempo, essa proposta, de autoria do Senador José Sarney, cancela os débitos fiscais e previdenciários dessas instituições.

A ABI, de fato, nunca se afastou dos princípios definidos em seu primeiro estatuto, redigido em 1908, mas sempre atual. A instituição nasceu para defender os jornalistas e zelar pelo patrimônio material e espiritual da Pátria.

Atendendo ao imperativo da defesa do patrimônio material da Pátria, a ABI defendeu o monopólio do petróleo e das riquezas nacionais, protestando contra a privatização do patrimônio público e repudiando a entrega de empresas como a Vale do Rio Doce, a segunda maior mineradora do mundo, vendida praticamente de graça.

Quanto ao segundo mandamento, o educador e escritor Fernando Segismundo, recente presidente da instituição, definiu o que deve ser entendido – como patrimônio espiritual da pátria –, sempre defendido pela ABI: o civismo é a cidadania! Assim, diz tudo. Assim é a ABI.

Por isso, neste momento em que o Congresso vive uma hora tão difícil, quando nos interrogamos sobre o que fazer e como fazer, estamos aqui, meu bravo Presidente, para agradecer à ABI, que, nas horas mais dramáticas, esteve conosco. Foi o Presidente da ABI e o Presidente da OAB que assinaram o requerimento e que vieram a esta Casa nos apontar o caminho.

Agradecemos a V. Ex^a, agradecemos à Associação Brasileira de Imprensa e voltamos a dizer que, numa hora em que o Brasil vive sem referências, numa hora em que o Brasil fica a se perguntar realmente o que é, o que somos e o que queremos, prestamos uma homenagem cívica às nossas referências mais queridas, mais puras e mais proféticas: a Associação Brasileira de Imprensa, orgulho do Brasil, orgulho do nosso povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Contra a Concessão de Florestas Públicas

(O Senador denuncia, em pronunciamento no dia 25 de abril, que, enquanto o Congresso Nacional se via envolvido pelo debate sobre a Máfia das Ambulâncias, o Governo conseguia aprovar, sem debates, uma lei de concessão de florestas públicas, alerta para a gravidade do fato e fala da cobiça internacional em relação à floresta amazônica)

Senhor Presidente, muitas vezes, quando estamos no trânsito, principalmente no trânsito urbano das grandes cidades, somos obrigados por lei a dar passagem prioritária a veículos especiais, como as unidades do Corpo de Bombeiros, ambulâncias, e viaturas policiais em serviço. E até quando uma autoridade vem com batedores à frente temos de sair fora para deixar os batedores e as autoridades andarem na frente.

No caso, tempo pode não ser dinheiro, nem, quem sabe, uma vida a mais, ou um meliante a menos. Pode ser até mesmo uma mera demonstração pública de autoridade ou até de vaidade. Mas, ao contrário de outros veículos, a sirene da autoridade fica no carro batedor. É o carro batedor que faz barulho, é o batedor que abre alas e pede passagem. Por mais louvável que seja o trabalho, o importante é o que vem atrás, não raramente escondido pelas películas escuras que os carros de autoridades hoje estão usando.

É assim que eu vejo determinados momentos na nossa trajetória pública, no trânsito turbulento das tramitações de matérias legislativas no Congresso Nacional. No caso, as sirenes são substituídas pelos

holofotes. Também para demonstrar autoridade. Mas aqui também existem os batedores. E existem as películas escuras, para que as autoridades possam transitar, sem serem notadas. Ainda que respeitem os sinais de trânsito regimental. Vai de acordo com o Regimento.

Vem daí a minha afirmação, diga-se de passagem, reiterada, de que temos de nos preocupar não somente com os desvios ilegais dos recursos públicos. Claro que temos de olhar com muita profundidade os desvios ilegais do serviço público que, a cada dia, são maiores em número e em quantidade de dinheiro.

Mas é necessário, igualmente, que não nos fixemos apenas nos que fazem barulho, mas também nas autoridades que desejam passar quase incólumes. Olha-se para o batedor, para o veículo, e não se olha para o veículo de trás. Quem está? Quem é a autoridade? Para onde vai? E o que quer?

É preciso, portanto, nos preocuparmos também com as eventuais perdas causadas por atos legais. Não estou falando em transtorno, não estou falando em vigarice, não estou falando em mensalão. Estou falando em atos que foram votados, praticados pelo Presidente ou pelas autoridades, mas que são escandalosamente absurdos.

Assim como não tiro a importância do batedor, não quero dizer que tenhamos de desconhecer os atos ilegais. Se há desvios, que se investiguem, que se apontem os culpados e que se tente, de uma vez por todas, no Brasil, punir quem erra, para o Brasil deixar de ser o país da impunidade. Mas as investigações não podem empanar ou desviar a atenção sobre os projetos que tramitam regimentalmente nesta Casa.

Novela das Ambulâncias

O Congresso Nacional, por exemplo, se ocupou meses a fio sobre o caso das ambulâncias montadas para desviar recursos públicos, não raras vezes para as contas de parlamentares. Uma verdadeira novela diária, com atores principais e co-protagonistas como vilões e como mocinhos. Luzes, câmaras, ação!

Milhares de páginas, rios de tintas, vozes empostadas, frases decoradas. De repente, não mais que de repente, o pequeno empre-

sário, pouco conhecido além do bairro, torna-se culpado de todas as nossas mazelas.

Manchete dos principais jornais da noite, reprisando à meia-noite assuntos do café da manhã, da mesa do almoço, do lanche da tarde. Personagem de pesadelos de muitos.

Louve-se o trabalho do batedor. Que se prendam os culpados, está na hora! Que se cassem os parlamentares envolvidos, está na hora! Que se punam os responsáveis pela corrupção! Mas que não se esqueçam de avaliar se, ao mesmo tempo, logo atrás, abriu-se passagem para legalizar atos que poderiam ser iguais ou muito mais lesivos à coisa pública brasileira.

Pois as tais ambulâncias parecem ter sido exatamente as batedoras. Enquanto elas chamavam a atenção do trânsito regimental, passou batido por todos os canais deste Congresso um dos projetos – agora lei, Mão Santa –, em minha opinião, mais lesivos aos interesses da Nação brasileira, que almeja independência e soberania. É um projeto do Governo Lula. Quem diria? Eu sei que a querida Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, teve de engolir a concessão de florestas públicas. Ou, numa tradução menos camuflada da realidade, a concessão da Amazônia.

Enquanto os jornais estampavam, em primeira página, a passagem de mais uma ambulância superfaturada, transitava, quase sem limite de velocidade, a legalização de concessão externa de áreas da Amazônia por quatro décadas. Por 40 anos! Por uma geração! Isso foi o que o Presidente Lula fez com a nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Uma geração corresponde a 25 anos, aí já são quase duas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso mesmo. Quase duas gerações.

E isso ocorre depois que outros eventuais batedores abriram passagem para a mudança do conceito de empresa nacional, a propriedade do subsolo, o patenteamento das descobertas minerais e vegetais, e tudo que se refere à nossa biodiversidade.

Ao batedor, a manchete de primeira página; à autoridade, uma ou duas linhas escondidas em uma coluna qualquer. Repito: não tiro o mérito de todas as investigações que forem objeto das comissões parlamentares de inquérito do Congresso, mas elas não podem ofuscar outras questões que não passam ao largo de uma discussão mais aprofundada pelos representantes do povo brasileiro.

Também, na minha opinião, a concessão de florestas públicas são películas contraditórias de preservação ambiental e, ofuscada pelos holofotes daquele momento, é uma das propostas, no mínimo, mas discutíveis que transitaram pelo Congresso Nacional e que foi aprovada sem o necessário aprofundamento do merecido debate. Portanto, discutível e sem a devida discussão.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, Vossa Excelência aborda um assunto que aflige a Amazônia e, portanto, compromete o futuro do Brasil naquela região: essa chamada Lei de Gestão das Florestas, que veio para o Congresso Nacional, Câmara e Senado, com urgência constitucional, e que fizeram uma verdadeira tratoragem para aprovar na Câmara, passou no vapt-vupt no Senado.

Fui relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e levantei inúmeras inconstitucionalidades na lei. Houve um debate que foi amordaçado; o Governo não deixou que ele se processasse.

Na verdade é uma doação das florestas. Nenhuma pessoa brasileira pode ter mais floresta na Amazônia, mas essa lei permite que ela possa ser arrendada para outras pessoas. O Governo não fiscaliza nada, nem nos grandes centros. Imagine se vai fiscalizar a atividade dessas instituições lá na floresta.

O SR. PEDRO SIMON – Obrigado, Senador.

Quando eu percebi que a caravana, travestida com roupagem preservacionista, passaria por todos os sinais, mesmo que fechados, a uma velocidade incompatível com a via do bom senso, tentei pela via do bom senso corrigir pelo menos o trajeto da lei.

Eu próprio apresentei uma emenda, Senador Mozarildo, que, por óbvia, não deveria ser necessária. Algo assim como: que se cum-

pra a Constituição. Está na Constituição: “É da competência do Congresso Nacional aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares”.

Foi aprovada por unanimidade. Ninguém mais do que o PT defendeu este item.

Ora, uma lei não pode mudar um ditame constitucional. Mas, sabendo que poderia ser atropelado por toda a comitiva, apresentei a emenda, acrescentando dispositivos à lei que criou o Plano Anual de Outorga Florestal, ou PAOF, como foi chamada nossa lei de concessões de florestas públicas.

O texto que apresentei e que foi votado diz o seguinte: O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de floresta pública com área superior a 2.500 hectares, nos termos do art. 49 da Constituição Federal.

Eu apenas repeti a Constituição. Mas como está sendo votada concessão de floresta pública e não dizia isso, eu acrescentei: para doar área igual ou superior a 2.500 hectares, passar pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Repito a tradução da minha emenda que foi aprovada: Cumprase a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, legitimamente escolhida pelos brasileiros em eleições livres e democratas.

Interesses Particulares

Mas essas autoridades também definem os caminhos que melhor respondem aos seus interesses, não aos da Nação, aos seus interesses. Daí as diferentes leituras, as diferentes interpretações. Incluída na lei a emenda que apresentei, votada aqui, Senador, votada na Câmara, aprovada, foi para a sanção do Presidente. Juro que nunca me passou pela cabeça que o Presidente Lula a vetaria.

Está aqui o artigo aprovado pelo Congresso Nacional. Está aqui a Lei nº 11.284, de 2 de março. Aqui está: art. 10, § 4º, vetado. O que foi vetado? O que dizia o § 4º do art. 10? Dizia: O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 hectares, nos termos do inciso XVII do art. 10 da Constituição Federal.

Agora, em decisão recente, a Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Doutora Selene Maria de Almeida, proferiu decisão relativa ao primeiro processo de concessão de nossas florestas, no âmbito da Lei nº 11.284, que é a lei a que me refiro, com o veto do Presidente Lula. Essa concessão foi realizada em Itapoã do Oeste, Estado de Rondônia. Uma licitação de 95 mil hectares, da chamada Floresta Nacional do Jamari, ou Flona Jamari.

Entrei, Senador, com um projeto que está tramitando aqui no Senado, cuja íntegra lerei a seguir:

“Projeto de Lei nº 254, de 2006. Senador Pedro Simon.

O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir concessão de floresta pública com área superior a 2.500 hectares, nos termos da Constituição Federal, inciso XVII, do art. 49”

Vou pedir urgência para esse projeto.

As justificativas incluídas na decisão da desembargadora e o Projeto de Lei do Senado nº 254/2006, a que me referi agora, de minha autoria, que restabelece a inclusão, na Lei nº 11.284/2006, da necessidade da análise de concessão de terras públicas em áreas superiores a 2.500 mil hectares, têm forte correlação.

A decisão da Desembargadora diz o seguinte:

“O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está presente, com a previsão da abertura de envelope para o dia 10 de janeiro passado e o procedimento licitatório deverá estar em vias de conclusão. O bem objeto da ação popular faz parte do patrimônio e da soberania nacionais, sendo certo que a utilização do domínio público deverá ser feita na forma da Constituição e é premente a necessidade de se assegurar a competência do Congresso Nacional para participar desse complexo processo de concessão do domínio público, visando proteger os bens ambientais e o território brasileiro”

Continua a Desembargadora mostrando ao Lula aquilo que ele sempre soube e que se esqueceu na Presidência:

“Por uma questão de defesa dos interesses nacionais e de fidelidade do País e dada a urgência da decisão, reconheço a verossimilhança do direito invocado e defiro a antecipação da tutela recursal, para sustar o processo de licitação da Floresta Nacional de Jamari, até que o Serviço Florestal Brasileiro obtenha autorização prévia do Congresso Nacional, conforme determina o art. 49, inciso XVII, da Constituição da República”.

Aplauso e Apelo

Meus aplausos, meu carinho, meu respeito, minha admiração à ilustre desembargadora, Doutora Selene Maria de Almeida.

Que coisa linda a sua decisão! Trancou o primeiro processo de concessão que o Lula deu. Está parado! E agora nós vamos ver para onde vai caminhar.

Em outras palavras, o Poder Judiciário também entende que a Constituição tem de ser cumprida e o Congresso tem de ser ouvido. É preciso ouvir o Congresso em concessão maior do que 2.500 hectares. E a concessão que o Lula deu é de 95 mil hectares!

Gostaria que saber se em algum lugar do mundo houve uma concessão de terras públicas de 95 mil hectares, assim, por licitação.

É evidente que cabe recurso da decisão da desembargadora. Por isso estou aqui, dirigindo-me pessoalmente ao Presidente Lula e ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que analisem essa questão.

É evidente que ainda cabe recurso da decisão da desembargadora e que novos batedores certamente vão tentar abrir velhos caminhos, mas, quem sabe, essa decisão possa ser emblemática para mudança de rumo. Quem sabe o Lula não tenha vaidade e reconheça o equívoco e eu tenha de voltar a esta tribuna dizendo: “O Governo tomou uma decisão, reconhece e deixa que vá para o Congresso Nacional”.

A palavra está com o Lula neste momento. O Lula pode recorrer. Mas o Lula poderá ter a grandeza de reunir a sua equipe e, concluindo que errou, admitir o erro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, a defesa do objeto em si do seu discurso, Vossa Excelência já a fez de maneira perfeita. Quero olhar esse ponto final, o comportamento de um chefe de Estado capaz de reconhecer um erro. Essa grandeza só faz com que os estadistas cresçam.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, o que Vossa Excelência está expondo é muito simples: cumprir a Constituição.

O SR. PEDRO SIMON – Acrescento a este debate as últimas manifestações do General Augusto Heleno Ribeiro, Comandante Militar da Amazônia sobre a política indigenista brasileira. O normal não era o General falar da maneira que falou, mas estou totalmente de acordo com o que ele disse. Sou favorável à proposta do Senador Arthur Virgílio de ouvi-lo na Comissão de Relações Exteriores.

Dou nota 10 ao Ministro Jobim. Ele já resolveu o assunto. Não vamos querer criar uma questão militar. Independente disso, temos de discutir sobre o que ele falou. Pretendo analisá-lo no devido momento.

É preciso chamar o General para conversar com ele. Não com o General, mas com o cidadão. Não entro no mérito das opiniões dele, mas não se pode negar que ele trouxe a público um condimento sobre a questão amazônica e a nossa soberania enquanto nação independente e soberana.

Não se trata de uma questão isolada, como não o é, a da concessão de grandes extensões de florestas públicas, notadamente na Amazônia.

Cobiça Internacional

Então, julgo ser essa a melhor hora para que possamos trazer para o devido local as discussões sobre uma região que, todos

nós sabemos, é cobiça de interesses que estão longe de nossa soberania.

Apresentei, neste Senado, no passado, um mapa, que andava pelas escolas dos Estados Unidos da América, onde o Brasil perdia a floresta, e a floresta amazônica passava a ser um território independente, sob o controle da ONU. Isso foi distribuído, foi espalhado. O Governo não reconheceu como coisa oficial, mas andou, andou e já se tem vários mapas da América do Sul com o Brasil com menos de metade, 40% do seu atual território e a floresta amazônica com uma enorme região sob o controle internacional.

Afirmações nesse sentido não faltam. Autoridades acostumadas a barulhentos batedores já se manifestaram a respeito de nossa soberania sobre a Amazônia. Muitos, igualmente travestidos de defensores do meio ambiente.

Como Al Gore, hoje Prêmio Nobel da Paz, exatamente pela defesa do meio ambiente quando ainda era candidato democrata a presidente dos Estados Unidos: “Ao contrário do que os brasileiros acham, a Amazônia não é deles, mas de todos nós, dizia o norte-americano”.

Ou Mikhail Gorbachev, ex-chefe do Estado soviético, em 1992: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

Ou John Major, ex-Primeiro Ministro britânico: “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão abandonando a tese propagandista para iniciar uma fase operativa, que pode, definitivamente, ocasionar intervenções militares diretas sobre a região”.

Ou Henry Kissinger, em 1994: “Os países industrializados não poderão viver da mesma maneira como viveram até hoje, se não puderem ter à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Necessitarão montar um sistema de pressões e constrangimentos que assegure o alcance de suas intenções”.

Ou, ainda, uma passagem extraída de um documento que se atribui a um tal de Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, reunido em

Genebra: “A Amazônia é um patrimônio da humanidade. O domínio dessa imensa área pelo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial”.

Mas ninguém foi mais direto e apropriado à nossa questão, objeto deste discurso, relativa à concessão de florestas públicas, como a ex-Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar seus débitos, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”.

Autoridades ou Batedores

É preciso, portanto, decidir se queremos ser, em termos de nossa soberania, autoridades ou batedores. Daí a importância do debate neste plenário ou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E que esse mesmo debate seja ampliado com a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira diretamente ligados ao assunto: a comunidade acadêmica, as representações indígenas e de defesa do meio ambiente, as Forças Armadas e os ministérios afins, a Igreja, a OAB e outras entidades.

Quando abrimos mão do que nos dita a Constituição, de nada adiantará nosso pseudoabrigo das placas oficiais ou das películas protetoras. Espero que, com esse debate, possamos voltar à correta e verdadeira mão da história. E, no caso de nossas florestas públicas e da Amazônia, também de nossa geografia.

Volto a repetir, quando Frei Betto, numa reunião do nosso grupo católico na CNBB, ao longo de uma missa, disse que estava se afastando da assessoria do Presidente da República, eu, de uma maneira até deselegante, disse que achava que ele estava errado, porque se as pessoas como ele, que orientavam para o bem, saíssem, só ficavam os outros. Ele respondeu, com muita grandeza, dizendo que sabia que o que ele podia fazer já estava fazendo e que estava-se criando uma situação de constrangimento, que não ficava bem para ele, que, então, passaria a atrapalhar em vez de ajudar o Presidente Lula, do qual ele continuaria amigo.

Eu estou mais ou menos nessa situação. Eu olhei o Presidente Lula com empolgação no seu primeiro mandato. Eu pensei: “Chegou a vez do Brasil!”. As coisas aconteceram e estão aí. Pretendo fa-

zer um discurso frio sobre o Governo Lula, porque ele tem também coisas positivas. É verdade que as circunstâncias que o mundo está vivendo facilitaram, mas o Governo soube aproveitar. Não enfrentou crises como a do México, da Rússia, da China e da Argentina, que Fernando Henrique enfrentou.

Acho que os Programas Fome Zero e Bolsa Família têm um aspecto que deve ser analisado: parece que o Governo tem isso como plano definitivo. Aí é loucura! Nós não podemos ter um plano definitivo em que milhões de brasileiros recebam uma bolsa alimentar e não precisem trabalhar, fiquem parados.

Muita gente pensa isso. Até nos Estados Unidos, depois da grande queda de 1929, quando Roosevelt lançou o plano de auxílio, de socorro, ele teve de fazer uma revisão porque muita gente lá não queria mais trabalhar.

Então, é preciso aumentar o emprego e orientar essas pessoas no sentido de que estão vivendo de caridade por algum tempo, mas que têm de querer um trabalho para viver com dignidade. No entanto, como um primeiro passo, é preciso reconhecer que está correto.

Tem coisas positivas? Tem, mas tem muitas coisas negativas, principalmente as concessões que o Presidente Lula está fazendo no campo da ética e da seriedade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, é uma pena que a corrupção esteja tomando tanto o nosso tempo, o que nos faz transformar o Senado na Casa das CPI. Todas elas são necessárias, não estou contra nenhuma delas, mas não nos estão deixando tempo para pensar, para refletir sobre os grandes problemas que a Nação brasileira enfrenta. E um desses problemas o senhor trouxe hoje de manhã aqui: a sentença da desembargadora.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço muito seu aparte e acho que ele, como o do Senador Mozarildo, vem para abrilhantar o fecho do meu pronunciamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Perda de Referências e o Avanço da Barbárie Nas Cidades

(Ao examinar as causas do crescimento da violência nas cidades brasileiras, em pronunciamento no dia 30 de abril, o Senador aponta a falta de referências éticas, o avanço do consumismo desenfreado e o egoísmo como fatores que agravam a indiferença de muitos diante de acontecimentos bárbaros)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, a sociedade brasileira nunca, em outro tempo, envolveu-se tanto em sentimentos de comoção, em sentimentos de indignação, como nos dias de hoje. De repente, parece que todos nós fomos chamados a participar de uma minissérie da vida real, como protagonistas de uma história de barbárie, no capítulo de maior audiência, aquele no qual, infelizmente, tudo indica, atingimos o tão temido fundo do poço.

É por isso que, meus irmãos, eu me dirijo especialmente aos jovens, e falo dos jovens não mais como a geração do futuro, mas como pivôs da história, a mesma história que será vivida intensamente por eles e pelas gerações que haverão de vir.

Eu não diria, evidentemente, que perdi a esperança na minha geração, Presidente. Acho, entretanto, que nós, maduros pelo tempo, já demonstramos algum sinal de fadiga. Quem sabe, fadiga do imaterial.

Continuamos na luta, é claro, porque a nossa experiência se abastece da energia da juventude. Bem que gostaríamos de deixar, para as gerações que virão após nós, um país menos desigual, mais rico e mais honrado!

Mas, pelo menos, justiça seja feita, a nossa luta, inclusive com a própria vida dos que tombaram nessa travessia de suor, lágrimas, sangue, chumbo e espinhos, devolveu a essa geração que engatinha a liberdade que nos foi roubada numa noite escura, na qual a maioria de nós semeava os mesmos sonhos de liberdade que, hoje, todos nós, de qualquer idade, estamos colhendo: a liberdade que conquistamos na luta contra a ditadura.

Tenho certeza de que, em nenhum outro momento da nossa história, mostrou-se tão necessário unir a experiência ao vigor, a experiência de quem construiu os alicerces e o vigor de quem erguerá as paredes da nossa construção histórica.

Na verdade, meus irmãos, eu acho que não perdemos, na intensidade que parece, os melhores valores. Tenho provas disso quando encontro e converso com os jovens de hoje, Presidente, pelos caminhos de todo o Brasil. O que eu sinto? O que eu sinto é que esses mesmos valores não têm sido disseminados, nem acatados como deveriam ser. Acho que passamos muito bem pela fase de diagnóstico. Diagnosticamos. A realidade já nos é conhecida, o que é necessário também. Mas ainda não conseguimos alcançar a melhor estratégia de multiplicar esses mesmos valores o suficiente e o necessário.

Silêncio e Barbárie

Eu temo, como já disse tantas vezes, pela glamorização da barbárie. A família, a escola, a Igreja, até ontem fontes inspiradoras dos valores mais fundamentais para a formação do caráter, perderam, conjuntamente, lugar para a televisão e para o monitor.

O grande círculo de discussão, capitaneado pelos pais, mestres, pastores de todos os credos, transformou-se num semicírculo de silêncio, quebrado apenas pela voz do locutor ou do ator na televisão, numa valorização absoluta da audição no lugar do diálogo, que muito informa, mas muito pouco forma a verdade brasileira.

Hoje, a criança passa mais tempo em frente à televisão do que na escola. O jovem se encanta muito mais pelas salas da internet do que pelas salas de aula. O ser humano, no seu melhor período de formação, tornou-se plugado no mundo, ao mesmo tempo em que se autoencarcera entre quatro paredes. Desenvolveu linguagens novas e frias, confia suas emoções ou a falta delas a quem não conhece nem o corpo nem a alma. Tornou-se um solitário na multidão.

Eu passei muito tempo sem conseguir a melhor explicação do porquê da glamorização da barbárie. Entre o noticiário e a novela, não sabia o que é causa, o que é consequência. Será a realidade que influencia a ficção, ou o contrário, a ficção que influencia a realidade?

Aguinaldo Silva, o autor da novela do momento, por sinal chamada *Duas Caras*, disse textualmente: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos que bons sentimentos não dão audiência.” Bons sentimentos, diz Aginaldo Silva, não dão audiência. Sílvio de Abreu, outro dramaturgo global, já havia afirmado: “Entre o mocinho e o bandido, a população fica com o vilão”.

Eu, sinceramente, não acredito nessa tese, apesar dessas afirmações baseadas em supostas pesquisas qualitativas. Mas, se eu sair perguntando para a população, em todos os lugares, a sua opção entre o bem e o mal, acho que vai ser daquelas pesquisas esdrúxulas, das quais se sabe o resultado *a priori* e que não admitimos seja diferente da unanimidade.

Mas acontece, meu Presidente, que, em muitas situações, embora acredite e mesmo pregue o contrário, a população percebe que, nessa verdadeira selva em que se transformaram as relações, os bons estão perdendo espaço. Nessas relações de hoje, os bons estão perdendo espaço. A competição sadia deu lugar à concorrência fratricida. O meu próximo já não é necessariamente um semelhante, mas um concorrente, pela fila do hospital, pela vaga na escola, pela vaga no trabalho, pela vida, enfim.

O que vale – já disse e repito nesta tribuna, Sr. Presidente – é a lei de Gerson, segundo a qual se tem de levar vantagem em tudo. O ser humano é cada vez menos um cidadão e cada vez mais um consumidor. O verbo ser perdeu com rapidez deplorável lugar para o ter; ou, quem sabe, o verbo ser tenha modificado o seu significado.

Consumo e Aparência

Agora, eu não sou pelo que eu sou, pelo que represento como cidadão, mas pelo que eu tenho como consumidor. Sou, na verdade, não o que sou, mas o que eu aparento ser. E, aí, ergue-se uma barreira que separa quem tem e quem não tem condição de comprar e de consumir. Mas também, aí, não se trata de adquirir o alimento, o básico, o necessário, que é importante para alguns, mas o supérfluo, tão necessário para tanta gente.

Há um apelo mordaz pelo uso do tênis da moda, Presidente, pela roupa da grife, pelo carro mais possante, pela jóia mais cintilante, pelo *status*. Até a moda deixou de ser um estilo para se tornar uma manipulação. Quem vê a propaganda nos jornais e na televisão, páginas e páginas, para condomínios fechados e carros em 80 prestações, com prestações de R\$300,00, R\$400,00, fica a se imaginar que estamos num país das maravilhas.

Os que ficam de fora, do outro lado da barreira, tentam, de qualquer maneira, obter o seu passaporte, nem que seja por meio do crime. Não importa.

Se não há os melhores valores, por que o suor, de sol a sol, se é possível conseguir pelo cano de um revólver, num pequeno lapso de tempo? Se morrer, de que vale a vida? Se matar, nada lhe valia aquela vida roubada. Aprende-se, no real, que os meios justificam os fins e que, na ficção, o herói pode ser aquele que mais rouba, que mais fere, que mais mata.

De repente, o discurso sobre valores outrora moldados na família, na escola e na Igreja, que parecia ultrapassado e folclorizado, infelizmente ganha força, depois de tragédias humanas, de comoções e de indignações.

Mártires como o menino João Hélio e a menina Isabella, tudo indica, apesar da tamanha dor, não tiveram suas vidas ceifadas em vão. É nesses momentos que a emoção aguça a razão.

Retomar o Caminho

O que deu errado, meus irmãos, no projeto humano? Para onde viemos, muito mais do que aonde vamos chegar?

Como voltar e retomar o melhor caminho?

Nunca, como agora, os especialistas de comportamento humano revisaram tanto pontos de vista que pareciam longe no tempo, ultrapassados, jurássicos.

Na *Veja* da semana passada, por exemplo, um psicanalista francês, considerado um dos melhores do nosso tempo, é enfático ao dizer: “Assistimos, hoje, a um acontecimento que talvez não tenha precedentes na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez”, diz ele, “a instituição familiar está desaparecendo, e as consequências são imprevisíveis”, conclui.

Quem sabe não previsível, ainda, ou por enquanto, na França! Aqui, basta ligar a televisão, em qualquer hora, em qualquer canal, e vamos verificar. Ano passado, nesta mesma época, o personagem principal do nosso semicírculo era o menino João Hélio. Ali, tínhamos dois lados muito bem definidos: o filho, os pais, impotentes frente à barbárie; e os bandidos, insensíveis a ela. Nunca se viu tamanha comoção.

Mas, agora, temos Isabella. Só que, embora semelhantes na tragédia humana, parece que, nesse último caso, os dois lados se confundem. A mãe de João Hélio lutou para proteger o filho das garras do bandido. Não conseguiu. Tudo indica, se as perícias não estiverem falhas, que a Isabella teria lutado para se livrar exatamente de quem deveria dar-lhe proteção. Não teria conseguido. À emoção se somou a indignação.

O pior é que os casos de João Hélio e de Isabella são apenas emblemáticos para os nossos sentimentos de comoção e indignação.

A cada dez horas, Sr. Presidente, uma criança é assassinada neste País. Uma parcela significativa é assassinada, segundo as pesquisas, vítima de alguém da própria família. Nunca tantos como agora preferiram que tudo fosse ficção. Mas, não. A realidade invadiu as nossas salas, e nós preferíamos que o mocinho não fosse o vilão.

Cotidiano

Nesses casos citados – João Hélio, Isabella –, a polícia agiu prontamente. Havia um apelo popular, turbinado por estes sentimentos, o de comoção e o de indignação, que são muito mais do que uma rima. Mas o que se dirá, por exemplo, do menino Jefferson, quase es-

condido numa página de um caderno, sintomaticamente chamado “Cotidiano”, de um jornal do interior?

Ele tinha 11 anos, muito pouco para o tamanho dos seus sonhos, abortados por tiros certos na porta do barraco onde morava, um barraco num beco qualquer, quem sabe sem, nem mesmo, janelas e redes de proteção. Jefferson, ou Tartaruga, como ele era conhecido pelos amiguinhos, era preto e pobre.

Ele e tantos outros que nem viraram notícia de jornal tomara que façam parte pelo menos da nossa comoção e da nossa indignação, sentimentos que, agora ampliados pelo caso da menina Isabella, creio que terão resposta.

Volto a perguntar: o que deu errado no projeto do homem?

Em primeiro lugar, se mantivemos, embora tamanhas pressões contrárias, os nossos mais dignos valores, não posso dizer o mesmo sobre as nossas melhores referências. Em todos os segmentos da nossa realidade, quebraram-se os espelhos que refletiam nossa melhor imagem. Não se construíram outros personagens pelos quais referenciávamos os nossos projetos de vida.

Não conheço momento na história sem que houvesse uma referência a ser seguida, alguém que, em meio ao povo judeu escravizado no Egito, abriu as águas turbulentas, como Moisés e seu cajado, ou que espalhou esperança e transformou sal em mel, como Teotônio e sua bengala.

Na Igreja, houve Dom Helder, Dom Aloísio, Dom Ivo; na política, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas; na Academia, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes; nas demais representações civis, Barbosa Lima Sobrinho, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Raymundo Faoro, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E houve muitos outros, em todos os campos, como Sobral Pinto e como Betinho.

Também posso incluir aqui aqueles que permanecem, felizmente, no nosso plano de vida, mas que, igualmente, não perderam a esperança, embora demonstrem, até mesmo no silêncio, no silêncio obsequioso, sinais de fadiga.

Procuró, em tão diferentes campos, algo que seja comum em todos esses nomes que construíram e ainda constroem nossos so-

nhos e nossas utopias e que não se contentaram em viver a história, nem em contá-la, mas que decidiram construí-la. Construíram a história. Aí não tenho qualquer dúvida, meus irmãos: todos eles, em todos os segmentos, alinhavaram suas condutas pela coerência, pela dignidade, pela moral e pela ética.

Na nossa história mais recente, podemos acrescentar outro sentimento à nossa comoção e à nossa indignação: a frustração. Quem sabe, em muitos casos, a frustração seria a causa das duas primeiras? Ou seria a consequência?

Novas Referências

Depositamos nossas melhores expectativas nas novas referências que se construíram nesses últimos tempos, mas elas, infelizmente, não pautaram suas condutas pela coerência e, muito menos, pela ética. Portanto, meus irmãos, se desejarmos outra realidade, a do ser, e se quisermos manter nossos valores mais preciosos, será preciso, urgentemente, que recuperemos dois princípios básicos e fundamentais, a coerência e a ética, principalmente daqueles que são escolhidos para dirigir nossos destinos ou que são pagos para projetar nossa Pátria.

Como formar o caráter das gerações do futuro se a família, que deveria proteger, mata; se a escola não educa; se a Igreja vende indulgências; se o resultado do suor não é repartido, mas, pelo contrário, espoliado?

Como construir um verdadeiro cidadão, se, desde muito cedo, ele percebe que aqueles escolhidos para prover coletivamente a proteção, a educação, a saúde e a própria soberania subtraem o que é de todos para proveito próprio e individual? Ao contrário do que deveria ser, ele também percebe que a vida hoje não se constrói com a contribuição de cada um para o proveito de todos, mas que acontece exatamente o oposto.

Franca e infelizmente, aquela dúvida que eu alimentava até há pouco tempo – se era o noticiário que municiaava a novela ou se era o contrário –, hoje essa dúvida já quase não tenho. Cada vez mais, formo a convicção de que, no caso, é a realidade que está alimentando a ficção. Teria sido mais fácil qualquer mudança se fosse o contrário.

Se são tão poucos os dramaturgos em relação aos tantos personagens da vida real, bastaria mudar o enredo das novelas. Mas a realidade não se muda trocando ou escamoteando a notícia. E o noticiário, nos últimos tempos, se o assunto diz respeito às nossas referências, não tem sido alvissareiro. O que mais se vê são desvios de coerência e desvios de ética, maus exemplos, pobres valores, péssimas referências.

Por isso, para que os jovens de hoje e os que ainda virão vivam na plenitude de sua cidadania, não há de se criarem novas leis. Uma lei pode ser a legalização de um costume, mas, se os costumes de quem elabora as leis, de quem as executa e de quem tem a função de fazê-las executar são maus, o que se esperar da lei que já existe?

Tenho chamado a atenção para o fato de que ainda desconhecemos o tamanho da corrupção legalizada que tramita incólume pelos canais regimentais do Congresso, do Executivo e, desgraçadamente, também do Judiciário, e que legitima interesses nem sempre meritórios, que igualmente transitam, também incólumes, pelos corredores e pelos gabinetes de todos os poderes, repito, de quem faz a lei, de quem a executa, de quem a faz executar ou de quem deveria fazê-lo!

Os Costumes e as Leis

Enquanto não se mudarem esses maus costumes, de nada adiantarão as leis e as novas leis. Pior ainda: elas poderão acobertar o que queremos eliminar. Enquanto isso, as boas leis não são cumpridas. Ao contrário, elas nascem quase como letras mortas, com traços bem definidos de impunidade.

O cumprimento da lei também tem preço, depende da capacidade de pagamento de quem a transgride, depende da grife do advogado, depende de que lado estamos da tal barreira. As leis punitivas de desvios de conduta são feitas para alcançar quem conhece apenas a polícia, nunca quem tem condições de interpretar, a seu favor e segundo a sua conveniência, a justiça na hora própria.

Enquanto isso não mudar, minha esperança corre risco de inanição. Ainda bem que ainda me alimento de sonhos, mesmo que o tempo não permita que eu viva para vê-los se tornarem realidade.

Afinal, o que seria de nós, meus irmãos, independentemente do tempo, não fossem nossos sonhos e nossas utopias?

Portanto, não há apenas de se mudarem os valores do povo. Eles são bons. Há de se mudarem os costumes daqueles de quem se imaginavam as melhores referências. Eles são maus. Daí a comoção, a indignação e a frustração.

Temo que este mesmo povo, ainda que não perca totalmente a esperança, também demonstre sinais de fadiga. Aí não importa a idade. Sinais nesse sentido também não faltam.

Indignação e Justiça

Quando a comoção, a indignação e a frustração transbordam, o perigo é a justiça pelas próprias mãos. A sociedade percebe que não há freios necessários e suficientes para limitar a ação das pessoas e que há um enfraquecimento das regras sociais e se sente desestimulada em respeitar as leis. Então, o único remédio seria a justiça pelas próprias mãos.

No caso da menina Isabella, um grupo de pessoas, num pequeno lapso de tempo, na imaginação e, em alguns momentos, na tentativa concreta, investigou, julgou, condenou e deu sinais evidentes de que teria a coragem de cumprir a pena. Quer dizer, essas pessoas chamaram para si todos os poderes. Será que esse mesmo grupo é representativo da sociedade brasileira, nos nossos dias? Tomara que não!

Se a justiça, nesse caso, fosse feita pelas próprias mãos, não haveria diferença com a barbárie em si nem com as atitudes do Estado paralelo, que, segundo a imprensa, também julga, condena e executa. É a barbárie alimentando ainda mais a barbárie. Precisamos, meu Presidente, do fortalecimento do Estado legal, que elabora as leis e que, principalmente, as faz cumprir.

Como eu disse, os maus costumes de quem deveria se pautar pela virtude não mudarão com novas leis punitivas de desvios éticos. Na certeza da impunidade, essas novas leis nascerão mortas.

Mais ainda, como também já disse outras vezes, o pior para o sentimento de frustração de um povo não é a falta de leis – o povo pode substituir a falta de leis pelos seus bons costumes –, mas o

não-cumprimento das leis existentes, o que ele não deve substituir pela força.

Então, o primeiro passo é, necessariamente, fazer com que as leis sejam cumpridas, redirecionar as energias, que, hoje, estão propensas a turbinar a justiça pelas próprias mãos ou algo parecido com a pena de Talião, para a obrigatoriedade de se cumprir o aparato legal que já existe. Ou seja, que se faça cumprir o cumpra-se.

Mecanismos de Perpetuação

Essa mudança não virá de fora para dentro nem de cima para baixo. O poder não combina com autoimolações. Ao contrário, o poder constrói mecanismos de autossustentação e de perpetuação. São fins que justificam meios. Poder e pudor não rimam; apenas coincidem nas iniciais.

Nos últimos tempos, por exemplo, a Justiça Eleitoral brasileira tem-se preocupado, com sucesso, com a identificação do eleitor. Novas tecnologias, novos métodos, urnas eletrônicas nos colocaram como exemplos a seguir em todo o planeta na eliminação de fraudes, antes costume eleitoral, como os eleitores fantasmas, porque fabricavam eleitores e tiravam a legitimidade do processo eleitoral. Mas poucos se preocuparam até aqui com a identificação dos candidatos.

Além disso, essa mesma legitimidade política é arranhada pelas próprias regras eleitorais, com legendas, com coligações, com um mecanismo eleitoral que, com mil subterfúgios, impede a busca da verdade.

Mas será que é necessário fazer uma lei determinando que os partidos não aceitem candidatos que não possuam probidade, honradez ou qualquer outro sinônimo que possa significar, no popular, folha corrida, limpa e respeitosa? Os partidos não podem fazer isso? A experiência mostra que, nesse caso, sim. Inclusive, já apresentei projeto nesse sentido. Mas quem sabe os partidos, se tomassem, eles próprios, essa bandeira e coibissem representar-se por quem tem maus costumes, certamente não seriam acompanhados, já na posse, por princípios éticos?

Com a palavra os jovens do País, novos menestréis do nosso Brasil! Quem é esse? São todos aqueles que têm ira santa, saúde ci-

vil. É a todos eles que me dirijo neste momento. Sintam-se todos emancipados politicamente. Não se contentem com essa conversa de que vocês são o país do futuro. Esse discurso, neste momento, é uma forma sutil e, talvez, mal-intencionada, embora os discursos em contrário, de manietá-los, para que nada mude. Forcem as portas, forcem as portas dessa mudança de fora para dentro! Tomem as rédeas da história! Transformem realmente o sal em mel!

Se não colocarmos em prática nossos bons valores, perpetuar-se-ão os maus costumes, por vezes transformados em lei, e aí nem mesmo as futuras gerações terão as melhores referências.

Muito obrigado.

Falecimento do Deputado Ricardo Izar

(O Senador exalta, em pronunciamento de 5 de maio, a figura de homem público do Deputado Ricardo Izar, seu amigo, recentemente falecido)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: quero aqui trazer meu abraço à família do falecido Deputado Ricardo Izar. Fui seu amigo. Somos descendentes de libaneses, e ele era o presidente da entidade dos parlamentares ligados ao mundo árabe. Nessas condições, convivi muito com ele em São Paulo, em várias reuniões, inclusive quando o Primeiro Ministro do Líbano esteve aqui – nós o homenageamos pouco tempo antes do seu assassinato.

Eu tinha no Izar um grande amigo e era dele um grande admirador. Principalmente sendo ele presidente do Conselho de Ética, falamos por várias vezes. Por várias vezes, ele me procurou, e conversamos. Ele tinha a preocupação de acertar, de levar a contento o trabalho no Conselho de Ética, para que não caísse no ridículo.

Isenção e Seriedade

No início, parecia difícil, parecia quase impossível. Havia um movimento, muito mais do que agora, no sentido de não se permitir que as coisas viessem à tona, pois havia o envolvimento de uma série enorme de parlamentares e de ministros de Estado. Ele, com isenção, com seriedade, sem paixão, mas com alta responsabilidade e competência, conseguiu levar adiante seu trabalho, conseguiu fazer com que aquele Conselho de Ética, tão dividido – como, agora, as

comissões parlamentares de inquérito –, chegasse a um ponto comum em que resultados surpreendentemente importantes foram conseguidos.

À frente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, ele virou uma das páginas mais importantes e mais respeitáveis do Parlamento brasileiro. Conduzindo-a com isenção, atingiu ministros como o Chefe da Casa Civil, parlamentares, líderes de vários partidos, dirigentes dos mais importantes, mas que tinham o que dever. Ele a levou adiante e, realmente, conseguiu um feito importante.

O Izar era um homem de alma boa, de espírito bom. Era um homem que buscava o bem e, com as pessoas, buscava o entendimento. Por isso, eu via nele uma pessoa realmente preocupada com a busca do bem comum.

Levo à sua família, à sua memória, uma homenagem muito profunda, muito séria. Ele viveu, honrou seu mandato. Deus o chamou exatamente logo após ele prestar, talvez, o serviço mais bonito e a página mais significativa da história dele e da história do Congresso Nacional.

Análise dos Pontos Obscuros na Venda da Vale

(Em pronunciamento no dia 9 de maio, o Senador examina detalhadamente o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, apontando os muitos pontos obscuros dessa transação)

Senhor Presidente, hoje quero falar num assunto muito importante que, de certa forma, está esquecido. Trata-se da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que é hoje uma empresa vitoriosa, da qual temos muito orgulho.

Não passa pela minha cabeça mexer na Vale ou na sua privatização. Ela vai muito bem, mas tenho de voltar a analisar aqui o que aconteceu lá na privatização, quando estivemos nesta tribuna, quando debatemos, quando até, no nosso debate, um ministro caiu, renunciou, mas este assunto merece ser analisado, porque, num momento, a história vai julgá-lo.

Lembro-me, Senhor Presidente, de todas as insinuações, de todas as evidências e as dúvidas que foram levantadas à época sobre a avaliação e a modelagem para o leilão daquela que foi chamada a jóia da coroa: a Vale do Rio Doce.

Todos os jornais, todas as revistas semanais noticiaram a possível participação do Governo na montagem do Consórcio Brasil, por intermédio do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, então diretor do Banco do Brasil.

Olhem a *Veja* da época:
Propina na privatização

Ricardo Sérgio de Oliveira, o homem dos fundos de pensão, ex-caixa da campanha do tucanato, e a história dos R\$15 milhões pedidos ao consórcio que comprou a estatal Vale do Rio Doce. Dois ministros confirmam a história: R\$15 milhões na Vale.

A *Veja* é de 8 de maio de 2002. Essa revista eu trouxe a esta tribuna, debati, analisei, pedi informações ao Governo, fiz o que podia fazer. Não adiantou.

Limite da Irresponsabilidade

Quem não se lembra do tal limite da irresponsabilidade, expressão utilizada pelo mesmo Executivo na montagem de um dos leilões afinal confirmados pelo martelo do leiloeiro?

Estamos chegando ao limite da irresponsabilidade, e mesmo assim foram até o fim.

O jornalista Elio Gaspari falava, não em privatização, chamava privatária. Privatária! E o Sr. Joseph Stiglitz, ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, insuspeito, portanto, foi ainda mais longe. Chamou o processo, Presidente, de propinização. Propinização: estatizar a propina, e não privatização.

Portanto, num cenário como este, não se pode dizer que os preços mínimos são apenas uma referência para o mercado cuja competitividade cuidaria de estabelecer os preços reais. Ou seja, o tamanho dos ágios com privatária e propinização, não há competição.

Como eu disse, o preço mínimo e o modelo formal de privatização da Vale foram elaborados pela Merrill Lynch, empresa norte-americana sem uma investigação mais apurada, qualquer tipo de suspeição.

Acontece que o método de avaliação utilizado em todas as privatizações envolve aspectos puramente subjetivos nas montagens do cenário. E, como se sabe, o subjetivismo é contraditório.

Fluxo de Caixa Descontado

O método utilizado para avaliação da Vale e das demais empresas estatais privatizadas dentro do Programa Nacional de

Privatização do Governo passado foi chamado de fluxo de caixa descontado.

Em termos bastante simplificados, são definidos cenários possíveis para a atividade desenvolvida pela empresa por um número de anos e antecipado o possível fluxo de caixa a partir da projeção das receitas e das despesas. Ou seja, meus irmãos, mostra-se um cenário que leva em conta diversos componentes como projeções macroeconômicas: taxa de juros, mercado de matéria-prima, mercado dos produtos acabados, entre outros, projeta-se ano a ano o que se espera acontecer no futuro e antecipa-se para o presente a diferença entre as receitas e as despesas da empresa.

Esse é, na nossa vista, *grosso modo*, o valor atual da mesma empresa. É diferente da avaliação através das quantificações materiais e financeiras do patrimônio atual da empresa.

Ora, cenários futuros podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, ou, quem sabe ainda, que pode buscar elementos mais ou menos pessimistas, dependendo de eventuais interesses.

Ora, cenários futuros, repito – e repito porque é importante –, podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, quem sabe buscando elementos mais ou menos pessimistas, dependendo dos interesses. Volto a repetir: por exemplo, o cenário mundial para um determinado produto não é dos melhores, assim, serão utilizados indicadores de avaliação que pressionarão para baixo as receitas da empresa, ou podem-se gerar cenários que potencializem as despesas dessa mesma empresa, que as matérias-primas que ela utiliza, por exemplo, tenham preços ascendentes no futuro.

Para cada empresa privatizada foram realizadas duas avaliações independentes. Se as avaliações apresentassem uma diferença acima de um percentual determinado, contratava-se um terceiro avaliador.

Ora, para empresas estatais de tamanho tão significativo poderia se esperar que esse percentual fosse ultrapassado em muitos casos. Não foi o que aconteceu. Foram poucos os eventos em que se necessitou contratar uma terceira avaliação.

Essa análise deve ser feita com profundo levantamento do que aconteceu. Por que em tão poucas, quase nenhuma, privatizações foi necessária uma terceira avaliação?

Dizem muitos que os economistas são especialistas em projetar passado. Há, inclusive, uma brincadeira que dá conta de que o camelo é um cavalo projetado por uma equipe de economistas. E deu no que deu.

Desvirtuamento do Preço Mínimo

Tenho dúvida se um possível e aparente desvirtuamento no valor do preço mínimo da Vale tenha ocorrido por erro de avaliação econômica. Tudo indica que os economistas da Merrill Lynch seguiram orientações eminentemente políticas. A construção de cenários parece ter-se encaminhado por decisões que fogem à ciência econômica, que se aproximaram dos interesses envolvidos no resultado do leilão.

É impossível que os economistas da Merrill Lynch sejam tão incompetentes a ponto de desconhecerem situações óbvias de projeção de mercados. Como eles calcularam os fluxos de caixa, descontados ou antecipados, relativos a um número significativo de anos e chegaram a um valor menor que o lucro atual da empresa em apenas três meses? Eles chegaram a um valor de quanto custaria a privatização da Vale a um custo menor que o faturamento de apenas três meses, meu querido Paim.

Erro de cálculo? Uso de indicadores inadequados? Problema do método de avaliação? Montagens incorretas de cenários? Orientação política direcionada? Má-fé? A pergunta está no ar.

Por problemas na montagem de cenários, não se considerou devidamente a emergência do mercado chinês para o consumo do aço, por exemplo. E olhem que, àquela altura, os dados de que aconteceria uma explosão de desenvolvimento na China já estavam indicados. Não que se chegaria ao milagre fantástico que está aí, mas estavam indicados.

Por problemas de método de avaliação, não se levaram em consideração reservas de minérios que, mantido o consumo da época, dariam para mais quatrocentos anos – quatro séculos! – de ativida-

des da Vale! Repito: um estoque de minério que entrou no negócio por valor zero! Pelo mesmo motivo, não se deram conta de minerais os mais estratégicos para o futuro da humanidade. Futuro, e não passado. Dariam para quatrocentos anos as reservas.

Repito: eu não estou discutindo, neste discurso, a privatização da Vale, que já foi feita. Nem os seus lucros atuais e futuros que, por todos os motivos possíveis, espero sejam cada vez maiores. A Vale é, hoje, a nossa grande empresa multinacional. Tínhamos a Varig, que o Governo ajudou a enterrar. Temos a Vale.

Desejo, inclusive, que as aquisições de outras empresas de mineração do mundo pela Vale sirvam para engrandecer ainda mais a nossa empresa, mas que não se corra o risco, com isso – e quero chamar atenção para isto aqui, meus queridos senadores –, de transferência futura das decisões para outros países. A Vale é brasileira e assim tem de continuar, brasileira, apesar de todos os interesses internacionais que ainda pairam sobre as suas atividades.

Reforço: o que me traz à tribuna neste momento não é analisar a privatização no sentido de tentar qualquer coisa em contrário, mas tenho reiterado a minha preocupação, quando se noticia, com o devido louvor aos novos lançamentos da Vale.

O controle acionário da mineradora foi vendido, ainda assim com ágio, por pouco mais de R\$123,3 bilhões. Isso também sem contar os incentivos dados aos compradores para aquisição da empresa, por esse preço.

Para se ter uma ideia, somente nos últimos cinco anos, os lucros líquidos da Vale chegaram a R\$55 bilhões. Repito: os lucros dos últimos cinco anos da Vale chegaram a R\$55 bilhões! Ela foi vendida por R\$123,3 bilhões, dinheiro dado pelo BNDES.

Como explicar ao povo brasileiro, verdadeiro proprietário da Vale, essa diferença entre os cenários projetados e a realidade observada? Profissionais do setor diziam, naquele final de década, que o patrimônio da Vale estaria próximo dos R\$100 bilhões. Naquela época, na época em que ela foi privatizada, os técnicos diziam que o patrimônio valeria R\$100 bilhões. Foi vendida por R\$123,3 bilhões. Nos últimos cinco anos, o lucro foi de R\$55 bilhões.

Se as decisões que levaram ao preço mínimo não se orientaram apenas por critérios econômicos; se decisões políticas determinaram a construção dos cenários, no sentido de subestimar o preço mínimo para o leilão, então, nada mais lógico que submeter o preço mínimo da Vale a uma investigação política.

Como se trata de recursos públicos, de todos os brasileiros, cabe ao Congresso Nacional a missão constitucional de proceder à reta investigação sobre as decisões que orientaram a avaliação da então Companhia Vale do Rio Doce.

Como se deu a avaliação? Sob que orientação? De quem? Segundo quais interesses? Foi uma privatização nos melhores moldes, ou foi uma privatária, como definido pelo jornalista Élio Gaspari? A venda do controle acionário da Vale foi orientada segundo critérios moldados pela ética, ou, como na definição de Stiglitz, o que ocorreu foi uma propinização? Caso afirmativo, quem foram os responsáveis? Como ressarcir o povo brasileiro pelas possíveis perdas na subestimação do preço da empresa?

Repito pela milésima vez: não estou propondo a reestatização da Vale. Não estou propondo que se faça qualquer questão que complique o futuro da Vale! O que estou afirmando é que o Congresso Nacional não pode permanecer omissos sobre um assunto que já motivou inúmeras ações ao Judiciário, no sentido de que se investigue, com maior clareza, como se deu o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Incompetência

Não se pode atribuir a tamanha diferença entre o lucro projetado e o real objetivado apenas a uma possível incompetência – eles foram incompetentes! – política e administrativa da empresa nos seus tempos de estatal. Afinal, vamos esclarecer aqui porque é muito importante, a Companhia Vale do Rio Doce foi administrada durante longo tempo pelo Sr. Eliezer Batista, respeitado pelo próprio mercado como dos mais competentes profissionais do setor, a quem se atribuía a honraria de ser chamado o engenheiro ferroviário que ligou a Vale ao resto do mundo. Então, a Vale não estava

sendo orientada por pessoas incompetentes e incapazes; o grande líder empresarial Eliezer Batista estava no seu comando.

O melhor instrumento de investigação para que o Congresso cumpra o seu dever é talvez criar até uma comissão parlamentar de inquérito. O lucro da Vale do último ano demonstra muito bem a importância da empresa para o País e para o povo brasileiro. Não há como passar ao largo de todo o processo que levou à sua privatização.

Esse é um papel que cabe constitucionalmente ao Congresso Nacional. Não há outra instituição mais legítima do que o próprio Congresso. Somos eleitos democraticamente para representá-lo no que tange ao que lhe pertence por lei, lei que foi concebida e votada neste mesmo Congresso Nacional.

Que os lucros da Vale sejam cada vez maiores nos anos que ainda virão. O nosso orgulho será também crescente na mesma ou em melhores propostas que serão feitas. Mas, com base no método utilizado para cálculo de seu preço mínimo para leilão, quanto maior esse lucro, maior a desconfiança de que foram desvirtuados os cenários que abrigaram a sua avaliação.

Essa mesma desconfiança será dissipada somente quando todas as dúvidas que ainda pairam sobre o processo de alienação da Vale forem devidamente esclarecidas.

Ora, Presidente, digo-lhe com toda sinceridade, eu poderia lembrar aqui a manifestação do Senador Wellington Salgado, por Minas Gerais, no caso do recebimento de *royalties* pelos locais onde se encontram as matérias-primas. Locais que dormem sobre sagradas riquezas e acordam, muitas vezes, com profundas crateras e montanhas decepadas. Vão-se lucros bilionários e ficam retribuições relativamente diminutas.

Os números falam por si. Referem-se ao percentual que cada empresa paga para poder retirar as riquezas minerais do solo. Diamantina é exemplo dos mais ilustrativos, a começar pelo nome. Quanto a população local recebe pela extração? Apenas 0,2% do faturamento líquido das empresas que exploram os seus minérios. Diamantina, em Minas Gerais, fica com apenas 0,2% do faturamento das empresas que exploram a riqueza mineral.

No caso do minério de ferro, enquanto a Austrália cobra das empresas 5 a 7,5% do valor da mina, no Brasil, o percentual é de 2% do faturamento líquido. Mas, como eu disse, esse não é o tema central do meu discurso. O que me move neste dia é o questionamento do valor estimado pela empresa americana de avaliação para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

O Movimento das Personagens

É interessante observar que os personagens principais que advogaram essa ideia de que os preços mínimos são apenas referência, muitos deles se deslocaram para importantes diretorias das empresas privatizadas ou para as empresas compradoras, principalmente bancos e financeiras, após os longos leilões.

Agora mesmo, os jornais mostram que o BNDES, gestor de nosso programa de privatização, acaba de conceder um limite de crédito no valor de R\$7,3 bilhões – o maior financiamento já concedido pelo BNDES: R\$7,3 bilhões! – para a Vale do Rio Doce.

Ora, poderia constituir uma decisão normal para uma empresa do porte da Vale. Mas o que chamou a atenção, e isso tem causado constrangimento ao próprio corpo técnico do BNDES, é que exatamente o negociador pelo banco desse empréstimo de R\$7,3 bilhões, o diretor que negociou o empréstimo, tomou posse como diretor de planejamento estratégico da Vale logo após assinar o contrato. Quer dizer, esse mesmo funcionário trabalhou pela liberação do empréstimo de R\$7,3 bilhões, como diretor do banco, e pulou para o outro lado da administração para administrar o dinheiro na Vale.

Eu sou um admirador e acho que o Lula acertou nas duas vezes: os dois presidentes da Vale, o anterior e o atual, são duas pessoas por quem eu tenho muito carinho, respeito. Eram do grande grupo dos economistas que acompanharam a luta sempre com denodo, paixão, amor. O Lessa e o Coutinho, um melhor que o outro, na competência e na dignidade. E acho que o Presidente do BNDES deve tomar algumas providências.

Acordos Prévios

Essa história, por exemplo, que está acontecendo agora com um deputado. Dizem que um funcionário que saiu do gabinete do deputado lá da Força Sindical para ir para a direção do banco, e foi ele que deu o dinheiro. Claro que não passa pela cabeça de ninguém que o presidente do banco tenha alguma coisa com isso. Mas está na hora de tomar algumas providências.

Pois bem, durante o programa da privatização da Vale, corria a versão de que havia acordos prévios entre as empresas avaliadoras, o BNDES, que era o gestor do programa, e os pretendentes na aquisição das empresas. Que os leilões, em muitos casos, nada mais eram do que formalizações, de combinações costuradas antes de os leiloeiros baterem o martelo.

A CPI do Congresso Nacional, em 1993, que procurou investigar as primeiras privatizações detectou um ajuste prévio entre compradores, vendedores, gestores e avaliadores.

O leilão da Vale parece que não fugiu à regra. Era voz corrente no Brasil, à época, que a empresa de mineração seria arrematada pelo consórcio Valecon, liderado pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, com a participação dos principais Fundos de Pensão, como a Previ, do Banco do Brasil, a Funcef, da Caixa Econômica Federal e a Petros, da Petrobras. Isto era voz corrente: “Quem ia ganhar a Vale é o Sr. Antônio Ermírio de Moraes; um dos maiores empresários brasileiros, e os Fundos já estavam acertados. Esta era a voz corrente”. Peguem os jornais da época, e as manchetes todas diziam que o Grupo Votorantim ganharia.

Pouco tempo antes do leilão, os mesmos Fundos de Pensão mudaram de lado e se juntaram ao Consórcio Brasil, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, que arrematou, enfim, a Vale. A imprensa deu conta na época de que o consórcio vencedor, embora tamanho envolvimento, foi criado em cinco semanas, e concluído um mês antes da eleição. Estava resolvido. A Votorantim e o grupo fechado, um mês antes, criaram uma empresa, criaram um consórcio, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, criado cinco semanas e concluído um mês antes da eleição. E ele ganhou.

Resolvida com Antecedência

Insistiu-se muito para ter uma palavra, inclusive eu, do Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Ele não falou. À época, não entendi; depois, entendi. O grupo do Sr. Antônio Ermírio de Moraes é líder de um grupo enorme. Ele não podia entrar numa briga dessa, porque já estava resolvida. Ele tinha outras expectativas e outras questões a serem analisadas.

Na direção, um ministro chamou os representantes, que estavam lá, dos Fundos de Pensão, e foi aí que saíram as célebres palavras: "Nós estamos no limite da irresponsabilidade". E os Fundos de Pensão, que estavam fechados com a Votorantim, criaram esse grupo do Sr. Benjamin Steinbruch.

Lembro-me de que, na época, quando privatizaram a Vale, vim a esta tribuna e debati muito. O argumento era um: Nós temos as maiores reservas de minério, das maiores ou a segunda no mundo inteiro, mas não temos capacidade para explorá-las. Então, o que tem acontecido, no Brasil, é que não há momento em que não se descubra uma nova reserva de minério, disso, daquilo; descobre-se, coloca-se uma laje; reconhece-se a propriedade; faz-se o alvará, mas, fica-se esperando.

E há dezenas ou centenas de reservas que já foram localizadas, já foram reconhecidas, já foram registradas, que já estão ali, com a inscrição em cima, registrada no nome da Vale. E o argumento que se tinha era: Mas a Vale não tem dinheiro! O que adianta dormirmos em cima do minério e não acontecer nada?

Então, privatizaram a Vale.

Eu dizia o seguinte: Vão privatizar a Vale, eu concordo, mas desde que as jazidas fiquem na propriedade do Governo. O Governo, agora, está querendo criar uma nova empresa estatal para explorar a reserva de pré-sal. Eu queria o mesmo no caso da Vale.

À época, eu dizia o seguinte: Vão privatizar a Vale, tudo bem. Mas vamos criar uma empresa. A Vale não está fazendo nada em relação a essas reservas. Estão ali registradas, com uma placa. E essa empresa que vamos criar ficaria com os alvarás. E poderia negociar com a Vale e com quem quisesse, alvará por alvará, e não entregaria todo esse capital, todo o subsolo do Brasil de presente para a Vale.

Eu acho que tinha mais do que lógica, tinha mais do que lógica. A Vale privatizaria. As empresas que estavam cuidando da mineração continuariam, tudo bem! Mas as reservas, que não tinham nada, seriam de propriedade da nova empresa que a União criaria. Olha que houve um debate bonito! Recebi apoio de jornalistas, comentaristas, economistas, mas o Governo não quis nem tomar conhecimento.

Orgulho-me da posição que a Vale tem, hoje, no Brasil e no mundo. Sou um solitário torcedor para que vá cada vez melhor. E não me passa pela cabeça voltar atrás. Acho que a essa empresa temos de, cada vez mais, dar mais força, mais capacidade e mais poder para que vá adiante mundo afora.

É claro que temos de ter o cuidado de o Brasil não perder o controle do capital nacional e a empresa se transformar numa multinacional, em que o controle não seja isso. Afora isso, tudo o que eu puder fazer para ajudá-la, eu faço.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Falecimento do Ex-Senador Artur da Távola

(O Senador exalta, em pronunciamento em 12 de maio, os laços de amizade que o uniam ao jornalista e político carioca)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, sobre o falecimento do ex-Senador e jornalista Artur da Távola, ocorrido no dia 9, tenho a dizer que tinha uma amizade muito íntima e muito fraterna com ele. Éramos amigos de longa data. Ainda do tempo do velho MDB, acompanhei sua trajetória.

Os pais dele, como os meus, vieram do Líbano e, como os meus, se radicaram no Rio Grande do Sul. Meus pais, em Caxias, e os dele, em Garibaldi e Bento Gonçalves. Dali foram para o Rio e, lá, nasceu Artur da Távola. Carioca, sim, mas também com sentimento do Rio Grande do Sul e um sentimento místico da terra libanesa, de onde seus pais vieram.

Artur da Távola era uma das pessoas de grande pureza, bondade, meiguice. Eu ficava profundamente impressionado com os discursos de Artur da Távola. O Líder disse que, quando ele escrevia, ele trabalhava para que o texto ficasse perfeito. Eu vou além disso. Quando ele falava da tribuna, eu dizia a ele: Artur, você fala, e o que você fala da tribuna, de improviso, pode-se publicar porque é perfeito. Parece que você redigiu com perfeição aquilo que você fala absolutamente de improviso.

Música Clássica

Eu me lembro de quantas pessoas eu encontrei pelo Rio Grande do Sul que diziam: “Senador, que coisa impressionante. Eu nunca consegui ouvir uma música clássica. Achava horrível. Eu não entendia. Depois que aquele senador do Rio de Janeiro criou aquele programa na TV Senado, *Quem tem medo de música clássica?*, eu hoje sou um apaixonado por música clássica. Os textos em que aparece o que ele explica eu faço questão de comprar porque, depois de ele explicar, eu escuto e parece que sou um profissional, eu entendo tudo, compreendo e vibro com a beleza”

Eu fico pensando como é que o Artur da Távola conseguiu viver e sobreviver tanto tempo na política do Rio de Janeiro. Naquela política tão complicada, tão complexa, ele que era de uma pureza, de uma profundidade, de uma grandeza! Ele que estava num patamar muito acima da imensa maioria da classe política brasileira! Ele era um homem de palavra, era um homem de dignidade, era um homem de ver, em qualquer pessoa, o lado bom.

Sabemos que todos têm o seu lado bom. É que geralmente nós vemos nas pessoas o lado ruim, por menor que ele seja. Mas ele era o contrário. Ele valorizava tudo e todos.

Lembro-me dos conselhos de Artur da Távola; lembro-me das conversas com Artur da Távola. Recordo-me análise que ele fazia dos mais variados personagens da política do Rio de Janeiro, seus amigos ou seus adversários. Ele os via, como sempre, como pessoas que fizeram muito pelo Rio de Janeiro.

Artur foi um jovem brilhante e foi cassado; foi cassado pelo pensamento, pois dizia o que sentia. Naquela época, ele era da mocidade empolgada! Estávamos a caminho de um novo Brasil! Foi para o exterior, foi para o Chile; e voltou.

Mudança de Nome

Jornalista, homem de rádio, para poder sobreviver, quando retornou, criou o pseudônimo – Artur da Távola – porque os militares tinham o seu nome marcado, carimbado. De certa forma, o pseudônimo Artur da Távola ele manteve. Suas crônicas, suas poesias, seus

programas de rádio. Ele conseguiu vencer ainda mais chegando a esta Casa.

Artur da Távola morreu do coração. Interessante, quando ele, à época do primeiro infarto que teve, analisava: “Olha, Pedro, quando a gente teve um problema que nem eu, a gente passa a viver como que flutuando; é um tempo a mais que a gente sabe que tem e não sabe por quanto tempo tem. Então, deve-se aproveitá-lo. É o que eu faço”. É o que ele fazia.

Eu faço um apelo à direção da TV Senado no sentido de que continue repetindo os programas que ele produziu. Seus programas eram como aula. E muito mais pessoas, ainda mais agora que a TV Senado está chegando de forma aberta lá no meu Rio Grande do Sul, todos podem assistir, que se repita; é uma das formas pelas quais, para nós aqui no Senado, ele continuará a fazer um grande papel.

A coerência de Artur da Távola; a dignidade de Artur da Távola; a fidelidade aos seus princípios, às suas ideias dentro do MDB; não aceitou e saiu para criar o PSDB não por vantagens ou por qualquer outra tese, apenas por ele se sentir melhor. Mesmo no seu PSDB, ele tinha o seu debate pelas suas ideias e pelos seus princípios.

O Brasil perdeu Artur da Távola. O Brasil perdeu muito. E, na nossa galeria dos grandes homens, eu acrescento o querido nome de Artur da Távola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apelo ao Governo pelo Fim da Concessão de Florestas Públicas

(O Senador, em pronunciamento no dia 13 de maio, lamenta mais uma vez a concessão de florestas públicas, destaca importante decisão judicial contrária à concessão e apela ao Governo no sentido de que envie ao Congresso projeto de lei que regule o assunto)

Senhor Presidente, estive nesta tribuna falando sobre florestas públicas, sobre o projeto que foi enviado a esta Casa, sobre a emenda que foi aprovada nesta Casa e na Câmara dos Deputados, mas que foi vetada pelo Presidente. O Presidente fez uma concessão de floresta pública de 93 mil hectares; o promotor recorreu; o juiz local não aceitou; o promotor recorreu a Brasília; a desembargadora aceitou; e a matéria foi ao Supremo.

Antes da decisão do Supremo, vim a esta tribuna fazer um apelo para que o Governo, em vez de recorrer da decisão da desembargadora, enviasse a esta Casa um projeto no qual cumprisse a Constituição e voltasse atrás no veto.

O problema todo diz respeito à concessão de florestas públicas pelo prazo de até quarenta anos – leia-se floresta amazônica. Quem pode se habilitar? Empresas que tenham sede e administração no País.

Reparem: para se habilitar à concessão dessas florestas públicas, podem apresentar-se empresas que tenham sede no País. Por isso

é que votamos, no Governo passado, uma lei que estranhei muito, na qual a empresa nacional não tinha mais de ser empresa localizada no País. Não, a empresa nacional, hoje, não precisa ter capital nacional, basta estar localizada no Brasil. Então, qualquer empresa estrangeira monta uma filial no Brasil, institui essa filial no Brasil e é empresa nacional.

A lei que o Presidente mandou a esta Casa é para as empresas que se habilitarem à concessão de terras pelo prazo de quarenta anos, renováveis por mais quarenta anos. A empresa que obtém essa concessão pode dar como garantia para os empréstimos que conseguir, inclusive junto a entidades estrangeiras, a propriedade, a terra onde estão as florestas.

Reparem o que dispõe o art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.”

Isso está na Constituição. O Presidente da República mandou um projeto de lei de concessão de florestas. De certa forma, até nem precisaria haver esse artigo, porque já está na Constituição, mas nós o colocamos, acrescentamos uma emenda repetindo a Constituição, e o Presidente vetou. O Presidente vetou!

O que diz o Presidente? Diz que o texto aprovado pelo Congresso Nacional se contrapõe ao princípio apontado no inciso VIII do art. 2º, que diz: A garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas; uma vez que determina sistemática de submeter o Plano Anual de Outorga Florestal ao Congresso Nacional, o que vincula sua aprovação, inclusive, a contingências políticas de curto prazo, além de criar novos processos administrativos para a tramitação da matéria.

O Presidente vê no Congresso Nacional uma atuação, mesmo que, em matéria constitucional, de contingência política, de despreocupação com a tese da grande realidade brasileira.

Veto Presidencial

Repito: o Congresso votou, o Presidente vetou. O Presidente veta, e a matéria fica na gaveta. Há mais de 800 vetos que estão parados não sei há quanto tempo.

Votamos, pouquíssimas leis são aprovadas, e várias dessas leis aprovadas são vetadas. O Congresso, por incompetência e até por irresponsabilidade, não analisa esses vetos, que ficam na gaveta. De seis em seis meses, faz-se uma votação extraordinária no Congresso Nacional, em que se votam 20, 30, 40 vetos sem ler, sem discutir, sem falar.

Então, o Presidente vetou nossa emenda, que exige que, para florestas públicas, as concessões têm de passar pelo Congresso. Apelei, daqui, dramaticamente: Senhor Presidente, aceite a decisão da desembargadora. A desembargadora está dizendo que tem de passar pelo Congresso. Não fique, Senhor Presidente, com a responsabilidade de fazer a concessão! Agora, o Presidente fez a concessão de 82 mil hectares para uma empresa. Só o Presidente é o responsável.

Recorreu o Presidente da sábia decisão da desembargadora. É uma concessão, em Rondônia, de 95 mil hectares. O Ministério Público entrou com ação para suspender a licitação. O juiz de Rondônia negou. O Ministério Público recorreu ao Tribunal Federal da Primeira Região. A Desembargadora Selene Maria de Almeida sustou o processo de licitação em todos os termos, dizendo o seguinte:

“A exigência de apresentação da matéria *sub judice* é do Congresso Nacional, pois a norma constitucional não faz distinção da existência, seja para concessão ou alienação. Além disso, a concessão da floresta é também uma espécie de concessão dominial [exatamente como previsto na Constituição].”

Dano Irreparável

Por isso, esta é a decisão da Desembargadora, Dr^a Selene:

“O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está presente com a previsão da abertura de envelope para o dia 10 de janeiro passado, e o procedimento licitatório deverá estar em vias de conclusão. O bem objeto da ação popular faz parte do patrimônio e da soberania nacionais, sendo certo que a utilização do domínio público deverá ser feita na forma da Constituição. É premente a necessidade de se assegurar a competência do Congresso Nacional para participar desse complexo processo de concessão do domínio público, visando proteger os bens ambientais e territórios brasileiros.”

“Por uma questão de defesa dos interesses nacionais e de fidelidade ao País e, dada a urgência da decisão no caso, reconheço a verossimilhança do direito invocado e defiro a antecipação da tutela recursal para sustar o processo de licitação [sustar o processo de licitação da Floresta Nacional do Jamari] até que o Serviço Florestal Brasileiro obtenha autorização prévia do Congresso Nacional, conforme determina o art. 49, inciso XVII, da Constituição da República.”

Urgência Urgentíssima

Foi nesse momento que falei desta tribuna. Fiz um apelo, inclusive, ao ilustre Ministro da Justiça, Tarso Genro: Fale com o Presidente, aceite a decisão da Desembargadora. Aceite-a! Mande o projeto para esta Casa. Garanto que o aprovaremos, na Câmara e no Senado, com urgência urgentíssima. Em vez de recorrer ao Supremo, aceite a decisão! Não.

O Senhor Lula deveria ter aceitado o que a Desembargadora disse e deveria ter mandado para esta Casa o projeto, que seria aceito por unanimidade. São 93 mil hectares! Senador Tião Viana, diga-me de coração: V. Ex^a, como Presidente da República, faria uma entrega de 93 mil hectares?

A Constituição diz que tem de ser ouvido o Congresso Nacional. Não é muito melhor ouvir o Congresso Nacional, dividir essa responsabilidade com o Congresso Nacional?

Vamos ser claros: o Presidente da República, agora, age, no processo de concessões de florestas, sem a prévia autorização do Congresso Nacional. Está, assim, agindo como se não existisse o inciso XVII do art. 49 da Constituição, ou seja, como se não houvesse a Constituição. A tese do Governo é a de que concessão de floresta pública não é concessão de terra pública. Ou seja, em síntese, para o Governo, a floresta existiria mesmo sem a terra e o espaço.

A Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, que concedeu liminar para suspender o processo de licitação de 95 mil hectares de floresta em Rondônia, bem esclareceu a questão: São bens imóveis o solo e tudo quanto lhe foi incorporado, natural ou artificialmente. Por isso [ainda segundo ela], a concessão de floresta é uma espécie de concessão dominial – da terra, portanto. Mas isso me parece óbvio: afinal, existe alguma floresta sem solo correspondente? Existe, no Brasil ou em algum lugar do mundo, uma floresta que não está em cima do solo? Como é que se vai conceder floresta e não o solo?

Do Tronco para Cima

Aceitar a tese do Governo e da Advocacia-Geral da União de separar terra e floresta significaria aceitar o absurdo de que a floresta poderia ser concedida a uma pessoa física ou jurídica e de que a terra poderia ser concedida à outra. Assim, o primeiro concessionário poderia explorar do tronco das árvores para cima, enquanto o segundo poderia usar o solo para plantar, exercer atividades pecuárias, pesquisar as riquezas, inclusive as minerais.

Quando a Desembargadora menciona que o imóvel é o solo e tudo o que nele for incorporado, natural ou artificialmente, remete-nos, imediatamente, a outro instituto jurídico, a outro princípio jurídico aplicado desde os tempos do Direito do Império Romano: O acessório segue a sorte do principal. Ou seja: a floresta somente poderá ser concedida dentro das regras aplicáveis ao uso do solo.

O absurdo é óbvio. As maiores riquezas – subsolo, jazidas minerais, a biodiversidade, o que desperta a cobiça internacional –, tudo

isso não mereceria o exame do Congresso Nacional. O Executivo pode entregá-las a quem quiser, inclusive a empresas com capital externo.

Por isso, meus irmãos, temos de interferir nessa discussão.

É atribuição privativa do Congresso Nacional, conforme o inciso XI do art. 49 de nossa Constituição: Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes. Parece óbvio. Mas, nesses últimos tempos, nem mesmo o óbvio tem sido respeitado!

Não quero que o Presidente Lula entre para a história logo ali adiante como o iniciador efetivo da entrega da Amazônia aos interesses internacionais.

Que os Anais do Senado Federal deste dia sejam o testemunho para os historiadores do amanhã, que o Presidente Lula vai tomar a decisão: ou passa para a história como quem passou por cima do Congresso e iniciou a entrega da Amazônia, ou tenha a coragem de reconhecer que houve um equívoco, e que esse equívoco ele pode sanar.

Não sou daqueles que estou torcendo para que as coisas dêem errado. Como um bom cristão, tenho rezado, e muito, para que Deus aconselhe o Presidente Lula. Não sou daqueles que acham que o Governo tem errado em tudo; não, ele tem acertado, e muito. Tem acertado muito, reconheço isso, mas que não se deixe levar pela paixão de quem acha que tudo está certo, que tenha calma para reflexão e que faça as reflexões necessárias.

Independência

Sou da bancada do Governo, mas não me considero um homem de Governo; sou uma pessoa independente. Hoje, eu me considero um cidadão que busco, dentro da minha consciência, poder ajudar, mas com a independência de votar. O Senador Arruda é um homem da bancada do Governo e vai além do que eu disse, porque S. Ex^a conhece e participou mais do que eu. Aqui no Senado, votamos a emenda sem ouvir o Executivo. Mas, lá na Câmara, votou-se a emenda depois de ouvir o Executivo.

A Constituição está ali, abra-a: com mais de 2.500 hectares, tem-se de ouvir o Congresso Nacional. Agora, dizer que não se está con-

cedendo a terra, porque a terra é nossa, está-se concedendo a exploração da floresta, 40 anos mais 40 anos de prorrogação, e se pode pegar com essas terras um dinheiro externo, dando como garantia a terra, ora, Sr. Presidente! Presidente Lula, tenha a modéstia de dizer que é um equívoco.

Vossa Excelência, companheiro Arruda, poderá fazer um grande e importante papel. Leve ao Presidente o Acórdão, a decisão da Desembargadora. Leia com ele a interpretação do Presidente do Supremo, que, embora tenha sido a favor, entrou nessa medida, mas não dá a entender que, na conclusiva, diz a mesma coisa.

Pode parecer muito simples, mas essa é daquelas medidas que marcam. Tem um momento na nossa vida em que as questões marcam. Essa matéria com relação ao Presidente Lula marca...

Demissão da Ministra Marina

Minha assessoria me entregou agora. Está na Folha *on line*:

“Ministra Marina Silva entrega pedido de demissão a Lula”

“A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) entregou nesta terça-feira o seu pedido de demissão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.”

“A integrantes de sua equipe, que ela reuniu hoje de manhã, a Ministra disse que não existe a possibilidade de recuar e permanecer no cargo, que ocupa desde o primeiro dia do primeiro mandato de Lula.”

“Marina vinha entrando em conflitos com outros ministérios, como a Casa Civil e a Agricultura, em casos e questões que opõem proteção ambiental a interesses econômicos.”

Quero dizer que gosto muito da Ministra Marina. Esse caso das florestas é um caso que eu cobrei da Ministra Marina. Em várias votações aqui, cobrei da Ministra Marina. Mas uma vez vi uma manifestação e parei para pensar. A manifestação dizia que a Ministra Marina estava tendo uma luta muito dura no Ministério.

Eram posições antagônicas. De um lado, o meio ambiente – e cá entre nós, reconheço os exageros, principalmente de algumas ONG –, e de outro, os interesses do Governo. Dizia-se que ela estava em uma luta tremenda: algumas coisas ela ganhava, outras ela tinha de conceder. A última notícia que eu tinha é que a Marina só não saía do Ministério porque era candidata a Prêmio Nobel da Paz. Porque estava num crescendo a sua atuação para ser candidata a Prêmio Nobel da Paz. E não ficava bem para o Governo tirar uma ministra que estava sendo candidata ao Prêmio Nobel da Paz.

Eu não sei o que está acontecendo. A Ministra Marina tem muitas qualidades. E tem defeitos. O que me deixa assustado é que, se a Ministra sair, a mim parece que não é pelos defeitos. Não acredito que a Ministra Marina esteja saindo por algum de seus equívocos. Eu não sei. Mas recebo qualquer posição da Ministra Marina com muito carinho e com muito afeto.

Marina e Heloísa Helena são duas mulheres que eu considerava fantásticas, duas colegas aqui, e eu era apaixonado pelos seus desempenhos. Marina, mulher analfabeta até sua mocidade, criada nos confins, pegou a doença mercúrio no sangue, e essa doença a veio levando, entre a vida e a morte, durante um tempo enorme. E que depois de gente é que foi tirar o curso de alfabetização, foi se formar e ser essa líder que foi.

Heloísa Helena, que é uma das mulheres mais fantásticas que conheci ao longo de minha vida. Heloísa deveria estar aqui. Não está. E agora vem a Marina. Posso garantir, tomara que não seja verdade, mas, se ela vier, eu a recebo de braços abertos. Estaremos recebendo. E este Congresso estará crescendo. Se ela sair, que me perdoe o Presidente Lula, seu Governo estará perdendo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Sociedade se Movimenta Contra Candidatos com Ficha Suja

(Em pronunciamento em 14 de maio, o Senador menciona a movimentação da sociedade contra candidatos de ficha suja, diz que no Brasil nenhuma sentença transita em julgado e insiste na necessidade de a Justiça antecipar o julgamento de candidatos processados)

Senhor Presidente, hoje, o Senado aprovou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que visa a colocar na ordem dos debates a possibilidade de que, nos horários gratuitos de rádio e de televisão, em que os domingos são reservados para notícias e informações da Justiça Eleitoral.

No Senado, foi aprovada emenda do Senador Jefferson Péres para pessoas que já tenham sido julgadas em primeira instância – eu queria que fossem pessoas que estivessem sendo processadas –, tanto que aqueles que estiverem respondendo a processo na Justiça Eleitoral serão impedidos de concorrer.

O projeto diz que todos os que estão respondendo a processo na Justiça Eleitoral não podem ser candidatos. É claro que isso é ridículo, e, daqui a pouco, todo mundo vai gritar: Mas isso é um absurdo! Sozinho, esse processo é um absurdo, mas ele está junto a um terceiro projeto que determina que a Justiça Eleitoral tenha a obrigatoriedade de julgar esses casos antes da convenção que vai escolher os partidos.

Justiça não Julga

Estou querendo inverter o processo. Há políticos, que, há 40 anos, estão respondendo a processos. Isso se dá porque o cidadão que está sendo processado contrata um bom advogado e recorre. Mas também é verdade que a Justiça não julga. Desgraçadamente, só vai para a cadeia ladrão de galinha. Pegue um bom advogado, e a coisa não anda.

Então, a tese que defendo é: se a Justiça Eleitoral diz que o candidato está sendo processado, o cidadão pode pedir à Justiça Eleitoral para ser julgado de imediato, obrigatoriamente. O processo não pode ficar no fundo da gaveta.

A Justiça, trabalhando no sábado, no domingo e no feriado, terá de julgar: ou absolve ou condena. O que não pode é ficar-se no limbo! O que não pode é o nome de milhares de pessoas que o promotor denuncia e o processo não sai da gaveta: É preciso julgar. Aí, sim, o sujeito, se está sendo processado, não pode ser candidato. A Justiça julga. É absolvido? É candidato. É condenado? Não é candidato.

Relação dos Processados

Estou sentindo, com muita preocupação, o ambiente que se vem criando na sociedade brasileira. No domingo, um grande jornal publicou um artigo do Cardeal de São Paulo, em que ele diz que se está preparando uma longa lista, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e várias entidades estão colhendo milhões de assinaturas para entrar com um terceiro projeto no Congresso Nacional: querem que quem está sendo processado, quem não tem uma ficha policial limpa não possa ser candidato.

Nesse mesmo processo, os presidentes dos Tribunais Eleitorais de todo o Brasil, lá no Rio Grande do Norte, decidiram também isso. Quem não tem ficha limpa não é candidato, não pode ser candidato. Político que não tem ficha limpa não pode ser candidato. E isso está crescendo.

O Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro já tomou uma decisão: Parlamentar que não tem ficha limpa não é candidato. O Presidente que assumiu, do Tribunal Superior Eleitoral, disse que, no pensa-

mento dele, aquele que não tem ficha limpa não é candidato. E o Tribunal vai apelar.

O medo que tenho é de que comecemos a caminhar na contramão da realidade. A Constituição diz que não pode ser candidato quem for condenado e julgado em última instância. É verdade. É o que diz a Constituição. Quem não for condenado com sentença passada em julgado pode ser candidato.

Culpa de Quem?

Mas vamos falar com toda sinceridade: se nós nos pegarmos nesse artigo da Constituição e deixarmos as coisas continuarem como estão e se a vida inteira ninguém for condenado, a culpa será dos juízes, será dos promotores? A culpa será imputada à morosidade da Justiça? A culpa será nossa porque não apressamos o processo do Código

Temos que debater essa matéria. Discuti-la com tranquilidade é necessário. Sei que falar sobre essa matéria é muito delicado. Na minha vida política, nunca tive a preocupação de bancar o moralista ou de criticar quem quer que seja. Para mim, a questão da ética é obrigatória, necessária, indispensável. Ninguém faz mais do que a obrigação.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Pedro Simon, com relação ao seu discurso, manifesto meu apoio, que já externei no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje pela manhã. Vossa iniciativa é correta, é adequada. O momento exige isso. A imagem do Congresso Nacional é ruim, é péssima, e precisamos oferecer contribuições positivas para a sociedade.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço muito o pronunciamento de Vossa Excelência, que diz uma grande verdade: daqui a pouco a Justiça eleitoral vai tomar providência, e nós vamos caminhar atrás, como aconteceu com a fidelidade partidária.

Tenho a convicção de que se não fizermos alguma coisa nesta Casa, no momento em que três tribunais eleitorais já dizem que não

vão aceitar registro de candidatura que não esteja com a ficha limpa, nós vamos correr atrás da Justiça.

Neste momento também o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na hora de sua posse, disse o que ele pensa sobre isso. Precisamos tomar uma decisão dizendo o que achamos desse assunto. Caso contrário, o tribunal vai decidir e vamos ter que dizer amém.

Recentemente, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou por larga margem projeto de lei de um deputado que versa o seguinte: Se o promotor apresentar uma denúncia contra alguém e não provar, e esse alguém for absolvido, o promotor terá de pagar as custas do processo e indenizar a pessoa que denunciou. Dá para entender? Assim, o promotor não acusará mais ninguém.

Vejam que quando a gente não tem o mínimo de raciocínio, quando a gente perde a lógica da análise geral, acontece uma coisa dessas. Quando é que passaria pela cabeça de alguém que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovaria por imensa maioria um projeto dessa natureza? Pois aprovou.

Por isso, defender essa tese é nossa obrigação mínima. Creio que estarmos juntos e darmos a nossa contribuição nesse sentido é muito importante.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Silêncio do Congresso Diante das Medidas Provisórias

(Em pronunciamento no dia 15 de maio, o Senador lamenta que o Congresso não esteja cumprindo suas funções legislativas, sufocado pelas medidas provisórias; destaca o fato de o Supremo estar legislando em função da inatividade do Congresso; e defende a necessidade de o Presidente do Senado começar a devolver as medidas provisórias)

Senhor Presidente, saiu uma decisão muito importante do Supremo Tribunal Federal ontem. Estive nesta tribuna falando sobre aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, de um projeto de lei visando que se dê publicidade, durante a campanha eleitoral das pessoas que estão respondendo a processo e elas terão o direito de responderem dizendo do que estão sendo acusadas e se é justo ou injusto.

Os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, reunidos no Estado do Rio Grande do Norte, decidiram nesse sentido. O Tribunal Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro decretando que, naquele Estado, não registraria candidatura com ficha suja e eu dizendo que se não tomarmos uma providência seremos sobrepujados e o Supremo vai fazer aquilo que não fizemos.

Aconteceu isso com relação à fidelidade partidária. A Constituinte, em 1988, disse que a fidelidade partidária existe e vai ser regulamentada por lei. Essa lei nunca aconteceu. O Supremo deci-

diu que existe fidelidade partidária. Quem muda de partido perde o mandato.

O Senado, que durante vinte anos não tratou dessa matéria, numa noite fez oito sessões extraordinárias e votou, em 1º e 2º turno, a regulamentação da fidelidade partidária. Mesmo assim está lá na gaveta da Câmara. Mas ela existe hoje, porque o Superior Tribunal decidiu.

Agora, são as medidas provisórias. A medida provisória tranca a pauta, até ser votada. O Governo enviou cada vez mais medida provisória, e a Câmara e o Senado só votam medidas provisórias. Essa é a realidade.

Agora, vem o Supremo e decide: crédito extraordinário não pode ser criado por medida provisória.

O Supremo inventou? O Supremo tirou lugar do Congresso? Está na Constituição que não pode! É só ler a Constituição para ver que não pode. Mas nós nunca lemos a Constituição. Fingimos que não vemos: nem o Presidente nem a Câmara nem o Senado.

O Supremo fez o óbvio, depois de 20 anos. Fez o que o Congresso não fez.

Achei muito infeliz a declaração daquele jovem e brilhante Advogado-Geral da União. Querer que nós, a cada medida provisória, recorramos ao Supremo, sabendo que medida provisória entra imediatamente em vigor. Acredito que ele não fará isso. Não.

Há outra coisa. A Câmara acabou de votar um projeto aumentando uma série de impostos, por medida provisória. O Supremo decidiu que crédito extraordinário orçamentário não pode ser por medida provisória.

Há um artigo tradicional, em todos os orçamentos democráticos do mundo, que estabelece que o imposto, para valer, tem de ser votado em um ano para entrar em vigor no ano seguinte. Essa é uma tradição de Direito Tributário no mundo inteiro. Então, não podemos hoje votar um imposto e, na semana que vem, ele entrar em vigor.

Acho que aqui cabe ir ao Supremo como o PSDB fez, e fez bem. Meus cumprimentos à Presidência e à liderança do PSDB pela alta competência e pela vitória que obtiveram. E acho que essa outra é igual. Olhe, R\$ 7 bilhões de crédito por meio de medidas provisórias é algo absurdo, escandaloso.

Meu amigo e Presidente Garibaldi, Vossa Excelência está com a responsabilidade de tomar uma posição. Foi dito nesta tribuna que o Congresso Nacional está vivendo uma hora triste e que o Supremo Tribunal está vivendo uma hora gloriosa. É verdade! Em cima de nós, por nossa irresponsabilidade, o Poder Judiciário está vivendo uma hora de afirmação perante a sociedade brasileira. A rigor, o Supremo está fazendo aquilo que não é missão dele e que deveria ser nossa.

Devolva as Medidas Provisórias

Se a medida provisória não é urgente e não trata de matéria essencial, devolva-a, devolva-a! Então, vejo pronunciamentos aqui em que pedem: Por favor, Presidente Lula, não mande mais medida provisória. É uma piada, é a desgraça da medida provisória.

Será que o normal é ter medida provisória para valer no dia seguinte? Vamos mudar o Congresso Nacional. Vamos fazer como na Rússia comunista, onde o Congresso se reunia dois meses por ano. Lá, naquela época, cada um tinha a sua atividade: médico é médico, advogado é advogado, empresário é empresário. E, como lá, por dois meses, a gente se reúne, vem aqui, faz um orçamento e vai para casa.

O que nós estamos fazendo aqui? Antes do golpe de 64, o Congresso Nacional era horrível, de negativo, no que tange à votação das matérias. Havia um mar de projetos. Reforma agrária: o Governo não queria, os partidos não queriam, mas não queriam votar, porque, se votassem contra, o povo era a favor. Não votavam, ficava na gaveta. Remessa de lucros: ficava na gaveta. Cassação de um parlamentar: ficava na gaveta. Estava errado, tinha de mudar. Voltar para aquela época não pode. Hoje, o mundo é tão dinâmico, é tão importante, que deve haver um relacionamento – entre Executivo, Legislativo e Judiciário – em que as coisas funcionem.

Ditadura dos Líderes

Nós vivemos aqui, hoje, a ditadura dos líderes. Eles reúnem e decidem, e nós, aqui, homologamos. Já se votou projeto sem saber o que era, só por ser o último dia. Havia na Câmara um projeto da maior importância para acabar com os hospitais psiquiátricos. A

Câmara dos Deputados votou sem saber, sem um discurso, porque tinha feito um acordo de líderes. Aí, o Líder do PT, naquela época, mandou: “Então votem esse projeto”. Votaram. Aí veio para cá, para o Senado Federal.

Quando me perguntam: Senador, tem chance desse projeto passar até o fim do mês? Eu respondo: Fale com os líderes! Se eles quiserem, passa amanhã; se eles não quiserem não passa nem no ano que vem.

Pois podemos fazer um entendimento. Projetos que têm urgência, que são de importância da Nação, a gente vota, contra ou a favor, mas a gente vota na urgência urgentíssima, mas não medida provisória.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, Vossa Excelência é muito necessário a este País. Senador Pedro Simon, nós vivemos o momento mais triste da democracia.

Então, Vossa Excelência tem de ensinar ao Presidente da República esse valor, o sentimento da lei.

O SR. PEDRO SIMON – Mas eu lhe digo, Senador. Não adianta pedir: Lula, por favor, não mande mais medida provisória! Quando um líder vem aqui e faz um apelo ao Executivo, é piada. Eu acho que um partido político deve recorrer contra as medidas provisórias. Tenho certeza de que o Supremo vai derrubar.

Eu vi as faixas que estavam aqui na frente: Aumento dos funcionários. O Governo vai mandar uma medida provisória. E as faixas, aqui na frente, estão pedindo para o Congresso que, por favor, vote, porque é uma medida provisória do bem. Mas quando é do mal?

O Congresso não apita coisa nenhuma e tudo que é medida provisória que vem, passa.

O Ditador é o Presidente

Não culpo os funcionários públicos. Eles estão aí pedindo. Há anos que funcionário não tem aumento. Dizem que iam aumentar por medida provisória, e tem de ser no dia seguinte. Isso é a desmoralização da democracia! Isso é falta de seriedade! O ditador é

o Presidente, cercado de ministros coroinhas que baixam a cabeça, porque se levantam muito a cabeça, têm de cair fora. O Congresso é um estorvo; ou, então, para não ser um estorvo, aí vem o mensalão, e aconteceu o que aconteceu, em termos de corrupção. Pode ser que congressistas até entraram, mas o corruptor foi o Poder Executivo.

A primeira paulada do Supremo foi quando decidiu que o mandato é do partido, não é nem do deputado, nem do senador, nem do prefeito. O Supremo legislou. Agora, veio a segunda: não pode tratar de medida financeira. Vem aí a questão referente a quem pode ser candidato. Nós não legislamos. Até quando? Se depender do Poder Executivo, nós vamos nos agachar cada vez mais, infelizmente.

Meu amigo, Presidente Garibaldi. Confesso que Vossa Excelência tem tido uma atuação vertical, independente. O Presidente Garibaldi tem atuado como um presidente do Congresso. Ele, Garibaldi, é da base do Governo. Mas ele não é subalterno ao Governo. A posição do Presidente do Congresso Nacional não é de subserviência ao Presidente da República, é de respeito, é de diálogo.

E o Presidente Garibaldi, justiça seja feita, e o atual Presidente da Câmara têm procurado, insistentemente, dramaticamente, apelar para o Presidente, para que ele acalme as medidas provisórias. Não têm conseguido.

O Presidente Garibaldi teve uma atuação emocionante. No congresso dos prefeitos, quatro mil prefeitos, o Lula levou todo o Ministério dele, aplaudido espetacularmente. Ali, na frente de todos, o Presidente Garibaldi disse ao Presidente Lula: Senhor Presidente, o senhor está humilhando o Congresso. Nós não podemos trabalhar pelo exagero de medidas provisórias. Por favor, Presidente, pare com as medidas provisórias.

Ontem, quando o Líder do PSDB perguntou a ele o que ele iria fazer com relação às medidas provisórias que estão aí e que são contrárias à decisão do Supremo, ele disse: "Vou ler e vou tomar uma posição".

Penso que o momento é este. Não é um momento de crise. O Presidente Lula está com o seu prestígio na lua, está aclamado por todos os lados. Não há perigo de coisa nenhuma. Então vamos exi-

gir o cumprimento da Constituição. Vamos, no Congresso Nacional, tomar uma posição nesse sentido.

Há outro aspecto. A medida provisória é para ser baixada sobre um fato determinado, dentro do aspecto jurídico e da legalidade e da urgência necessária. O que tem feito o Governo? Pega quatro assuntos diversos. A imensa maioria das MP está cheia de contrabando. Em vez de fazer quatro medidas provisórias de assuntos diferentes, o Governo apresenta uma só medida.

É com muita alegria que vi a decisão do Supremo, mas é com muita mágoa que vejo o silêncio do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Falecimento do Senador Jefferson Péres

(Pronunciamento em 26 de maio, no qual o Senador destaca as qualidades políticas e morais do Senador amazonense, lembrando que juntos tiveram de recorrer ao STF para que fosse instalada a CPI dos Bingos)

Senhor Presidente e amigo Mão Santa, Senhoras e Senhores Senadores, o Senado Federal vive hoje um dia triste. Parece haver um vazio nos nossos corredores e nos plenários destas Casas. É o primeiro dia sem a presença física e sem os ensinamentos do nosso companheiro Jefferson Péres.

Hoje, portanto, eu quero me dirigir, de alma e de coração, ao nosso amigo Jefferson Péres; ele, que tratou como ninguém, desta mesma tribuna, de todas as questões mais importantes para a construção de um Brasil independente, democrático, soberano.

Não é fácil, porque, neste nosso plano de vida, eu estou forçado a falar hoje com os olhos voltados para uma cadeira vazia, para corredores e sala em silêncio. É por isso que, sem disfarçar a minha saudade, sem disfarçar a minha tristeza, mas, principalmente, para me dirigir aos arredores de Deus, eu quero falar para o meu irmão Jefferson Péres olhando para o alto.

Talvez não seja assim tão difícil, porque, para falar com esse nosso companheiro, amigo e irmão de todas as horas, era necessário olhar, normalmente, para cima, dada a grandeza do seu conhecimento, do seu espírito público, da honradez, da ética e do seu amor

ao nosso País. É que éramos nós que nos sentíamos diminutos, diante desse pequeno grande homem, gigante nas suas qualidades.

Agora, em outro plano, continuo olhando para o alto, porque seres humanos como Jefferson Péres são acolhidos de braços abertos pelo Criador, porque eles O honraram na Terra, e a Sua imagem e a Sua semelhança eles dignificaram.

Nestes momentos, entretanto, não nego que, às vezes, dá vontade de falar diretamente com Deus; colocar em xeque os Seus desígnios; duvidar até, quem sabe, da Sua infalibilidade. Afinal, por que chamar o Jefferson para a sua companhia, exatamente quando nós mais precisávamos dele? Sem a sua voz, sem o clamar da sua portentosa voz, parece que nos resta um imenso deserto.

Referência Humana

Será que Deus, ao nos levar mais uma referência humana maiúscula, chamou, na verdade, eu vos digo, chamou-nos todos à razão, para que parássemos para pensar?

De repente, eu me dou conta. Em tão pouco tempo, perdemos dois companheiros desiludidos com a política: em 9 de maio, Arthur da Távola; agora, o Jefferson. Dois homens de bem e a percepção comum de que a política já não é mais caminho para a coletividade, para a busca do bem comum e para, quem sabe, a busca da felicidade.

Eu fico imaginando sobre o que os dois estarão conversando agora no céu. O que eles estarão discutindo com Ulysses, Covas, Tancredo, Teotônio e tantos outros? Sobre a vida vivida? Gente sofrida? Política falida? Também, de repente, eu, do mesmo modo, me dou conta de que estamos perdendo cada vez mais as nossas melhores referências.

Eu me consolo, dada a minha fé profunda, porque sei que todos eles estão agora próximos de Deus. Perdemos companheiros que, como eram, nos davam proteção terrena, mas ganhamos muito mais agora, com sua proteção lá no alto. Então, fiel à vontade de Deus, que assim seja.

Meu caro irmão, companheiro e amigo Jefferson Péres, eu já vivi a dor pela perda de muitos entes queridos próximos de mim, inclusive um filho. São únicas, dores absolutas, incomparáveis, tão pro-

fundas que só o tempo é capaz de consolar-nos. Mas esse mesmo tempo que nos consola, à medida que avança, torna recorrente e repetitiva, cada vez mais, a dor pela perda do irmão, principalmente do irmão que escolhemos, gerado e desenvolvido no mesmo útero da ética, da dignidade, da solidariedade e do amor ao próximo.

Irmão, porque verdadeiramente éramos fraternos. Não importa a idade. Existem irmãos que parecem sempre ser mais velhos, não por eventuais rugas ou rugas, mas pela sabedoria, pelos bons conselhos, pela proteção intelectual, pelos bons ensinamentos, pela orientação, pelas referências. Aqueles que nós invocamos sempre nos nossos momentos de incerteza.

Sabedoria

Nessa vida passageira, meu caro Jefferson, irmão mais velho, não na idade, mas na sabedoria, viveste conosco quando a nossa estada, quando esta Casa, quando o Congresso Nacional estava vivendo horas muito difíceis. E nesta tua vida de passagem, tu te esforçaste, Jefferson Péres, como poucos, para ajudar as consciências móveis nos seus devidos lugares.

Não te deixaste cair em tentações. Livraste-nos de tantos males que ocupavam as prateleiras das mentes empoeiradas pela corrupção e pela falta de ética.

Eu nunca te vi adjetivar, quando o assunto era apenas substantivo. Foi assim, por exemplo, no Conselho de Ética, quando a pauta era a conduta do Presidente do Congresso.

Eu nunca te vi também embevecido ou hipnotizado pelas tentações dos holofotes. Bastava-te, unicamente, Jefferson, a luz dos fatos. Preferiste guiar-te tão-somente por ela e estendeste essa mesma luz sobre nós, embora, contra a tua vontade manifestada sem receios, a tenhamos apagado, muitas vezes, em votações secretas, movidas, aí sim, pela conduta merecedora dos piores adjetivos.

Juntos no STF

Nesse nosso time, perdemos muito com a tua partida, nosso grande companheiro de defesa. Foi assim, por exemplo, quando fo-

mos juntos ao Supremo Tribunal Federal para fazer valer o direito de instalar comissão parlamentar de inquérito, embora tantos fatos determinados e números de assinaturas regimentais.

Quem sabe, o time inteiro tenha perdido uma espécie de líbero. Sim, quem sabe, talvez o time inteiro tenha perdido o seu líbero, que preenchia as nossas lacunas quando íamos para o ataque, se pressionados pela barbárie, ou quando nos voltássemos para a defesa institucional, principalmente se o jogo de interesses nos colocava na zona de rebaixamento da credibilidade popular.

Repartíamos também muitas das manifestações recebidas. Quantas foram as mensagens enviadas por cidadãos brasileiros de todos os cantos e recantos deste País, que nos solicitaram dividir contigo as manifestações de carinho e reconhecimento!

Admiradores

Não deu tempo de repassar para ti, mas, a propósito e a título de exemplo, porque são muitas, às vésperas da última viagem, recebemos mensagem em que o remetente versa sobre a situação atual do País, mostra-se também desiludido com os rumores da política brasileira e termina dizendo: Mas sou seu admirador tal como sou de Jefferson Péres e desejo a Jefferson Péres muita força, muita saúde na sua longa caminhada. Quando recebi, Jefferson já tinha partido.

Pena que partiste tão cedo para as nossas necessidades, mas eu te rogo agora que continues a nos inspirar na continuidade dessa nossa caminhada.

Tu, Jefferson, não eras de muitas palavras: o suficiente para orientar as nossas ações. Teus apertes completavam as nossas ideias e aprimoravam os nossos pronunciamentos.

Algumas vezes, se necessário, desmontavam por completo o pensamento dos que pensavam diferente de ti, exatamente porque tu não eras de meias palavras.

Neste mesmo plenário e na Comissão de Constituição e Justiça representavas para todos nós uma verdadeira enciclopédia jurídica.

Em teu último discurso, Jefferson, neste plenário, sobre a Amazônia, quando nós manifestávamos preocupação com a cobiça interna-

cional sobre a nossa mata, sobre o nosso rio, sobre a nossa biodiversidade, tu foste taxativo: O meu maior temor é a cobiça nacional.

O suficiente para entendermos que as sequelas da sanha nacional sobre a Amazônia é que motivam e se transformam em mo-tes para os interesses internacionais. Que se não fizermos a lição de casa neste momento da nossa história, será diferente, no futuro, a nossa geografia.

Seguir os Exemplos

Senhor Presidente Mão Santa, Senhoras e Senhores Senadores, a maior homenagem que nós podemos prestar ao nosso compa-nheiro, amigo e irmão Jefferson Péres é seguir os seus exemplos, é não ficarmos apenas na lembrança formal e oficial, por maior que seja a emoção que ela nos provoque.

O Senador Jefferson Péres, para quem o conheceu tão bem como nós, não iria nos perdoar, não aceitaria. Não podemos permitir que sua passagem para um outro lado se transforme em regozijo para os que se locupletam com o dinheiro público. O mesmo recurso que falta nas filas dos hospitais e na escuridão do analfabetismo, como tão bem denunciado por Jefferson Péres desta mesma tribuna.

Bem fará o Presidente Garibaldi, ao cumprir sua promessa feita lá em Manaus, na frente de sua viúva, de editar as ideias e os projetos de lei do Senador Jefferson Péres. Pelo menos para os que contarão a história no futuro um registro de quem a fez. E que a viveu intensamente. Para que as prateleiras das bibliotecas deste País substituam esta tribuna, porque suas ideias não passarão. A defesa da ética e da democracia viverá para sempre.

Lembrança

Não sei se ele deverá ser lembrado também, com o seu nome, em alguma parede das nossas alas ou salas. Quem sabe o túnel do tempo, por onde ele desfilava, diariamente, do gabinete à tribuna, entre outros personagens imortalizados à nossa história.

Quem sabe pudéssemos colocar o seu nome junto ao Sena-dor Josaphat Marinho na sala da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, porque essa foi a trilogia que marcou a presença de ambos entre nós.

Quem sabe ele não queira o seu nome em nenhuma de nossas paredes. Em nenhuma de nossas paredes! Neste caso, talvez devamos invocar o seu perdão, para relevar a sua desilusão pela política, e reconhecer o seu respeito e o seu amor por esta Casa.

Quem sabe possamos, então, invocar o seu nome sempre que houver uma parede que, eventualmente, nos separe da Constituição, da justiça e da cidadania.

Quem sabe possamos dar-lhe a nossa melhor resposta ao seu desencanto com a política, mudando os mesmos procedimentos que ele tanto criticou desta tribuna. Ainda ecoa, Sr. Presidente, entre nós, um dos seus mais lembrados discursos:

Desencanto e Desalento

“O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos, pouco me importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela.”

E continuava:

“Há uma profunda crise do Estado brasileiro, e a classe política parece não se conscientizar disso. A crise do Brasil é muito grave, porque não é algo comum, não acontece em outros países mais pobres até do que nós. Se acontece aqui, alguma coisa está profundamente errada e tem de se corrigida.”

“Nós perdemos a visão de longo prazo. Não temos um projeto de nação, não temos um projeto estratégico. A classe política se digladia com coisas menores, pequenas, numa disputa simplesmente de poder.”

Essa foi a última lição de Jefferson Péres. Essa é a nossa missão.

Neste momento, eu não gostaria de estar pronunciando este discurso. Gostaria de estar discutindo com ele os grandes temas nacionais, aprendendo com ele.

A partida do Senador Jefferson Péres, não nego, também nos contamina com seu desalento. Eu também comungo da sua avaliação de que a crise no Brasil é muito grave. Como ele, eu não percebo a existência de um projeto de nação para o Brasil, nem mesmo de um projeto estratégico. Como ele, eu também sinto que a classe política se digladia com coisas muito pequenas, muito vulgares, meras disputas de poder.

Não era hora de ele partir. Ele poderia, pelo menos uma vez, ter perdido o trem da história. Que falta ele nos vai fazer! Que falta, sim, nos fará Jefferson Péres.

Entrevista de Madrugada

Eu estava em Porto Alegre, Sr. Presidente, para onde fui correndo por um problema delicado que a minha irmã Salem teve – graças a Deus, ela está fora de perigo –, chegava em casa de madrugada quando me telefonou a CBN.

Senador, o senhor pode falar conosco? Pois não. O que o senhor acha da morte de Jefferson Péres? Levei um susto, pois não tinha nem ideia. Tinha assistido, na quarta-feira, do hospital, o seu pronunciamento desta tribuna sobre a Amazônia, pronunciamento aliás excepcional, seu último pronunciamento.

Realmente foi um choque. O Jefferson, meu vizinho nesses doze anos em que ele está em Brasília – eu estou há 25 anos –, no mesmo edifício, na mesma entrada. Todas as manhãs, ele caminhava e, cada vez que me encontrava, me cobrava: “Ô Pedro, você tem de caminhar, você está errado”. Não fumava, não bebia, não comia carne nem de galinha, só peixe.

Serenidade

Era um homem que não se empolgava da tribuna, era sereno, tranqüilo, dizia o que tinha a dizer sem elevar a voz, não tinha proble-

ma nenhum de coração. V. Ex^a, Senador Mão Santa, que é médico, se fosse indicar a algum colega nosso o que fazer para não ter problema de coração, mandaria fazer tudo aquilo que o Jefferson Péres fazia.

Destino é destino, Sr. Presidente. Meus patrícios árabes dizem *Maktub* – está escrito. E estava escrito. Tranquilo, levantou-se, fez a barba, vestiu-se e disse para sua senhora: “Estou me sentindo mal, tenho uma dor no peito”. Quando ele falou em dor no peito, ela saiu correndo para chamar um médico. Foi uma morte instantânea.

Sempre ouvi dizer, Sr. Presidente, que o enfarte é perigoso e fatal em jovens com mais de 40 anos. Quando a pessoa tem mais de 60 anos é menos fatal o resultado. Pois nele foi fulminante.

Jefferson Péres é uma das figuras que temos de analisar com profundidade. Lembro-me daquele momento em que alguém se referiu a ele dizendo que sua esposa trabalhava em seu gabinete. E ele, na tribuna, não mais do que em dois minutos, disse: “Ora, alguém disse que foi feito referência a mim. Eu não entendi assim. Mas quero dizer que minha esposa trabalha no meu gabinete realmente durante um expediente, porque ela atende ao pessoal que vem me procurar, pois ela tem mais tranquilidade, mais serenidade, mais simpatia do que eu. Mas ela não é minha funcionária, ela não ganha nem um centavo, nem de mim nem do Senado”. Esse era Jefferson Péres.

Contra Nomeações

A última matéria dele publicada nos jornais de sexta-feira era uma declaração com relação ao fato de que íamos ter condições de nomear mais um assessor com R\$9.900,00 de salário por mês. E ele dizia no jornal: “Mas para quê? Já temos funcionários mais do que o normal”. Esse era Jefferson Péres.

Interessante no seu enterro, sua esposa com uma capacidade de resistência emocionante. Seus três filhos são três pequenos Jefferson Péres: mesma altura, mesma fisionomia, magrinhos e sisudos, os três. Que beleza ver ali; que beleza ver o outro lado, o pai, o Jefferson, o marido. Sua sogra, velhinha, de 95 anos, dizia com dor: “Ele era meu filho. Eu via ele igual à minha filha”.

Uma coisa interessante, Sr. Presidente: eu não me lembro de ter visto Jefferson Péres com uma fisionomia tão tranquila, tão se-

rena, tão calma como a que apresentava dentro do caixão. Parecia que ele estava dormindo. Era um homem que tinha ido tranquilamente para o outro lado, ainda que pego de surpresa, ainda que não tenha podido se despedir de quem quer que fosse. Mas sua serenidade, sua feição era a de um homem de paz; a de um homem que estava tranquilo, a de um homem que estava preparado para enfrentar a eternidade.

Depois de o arcebispo dar a bênção, o filho pediu, por favor, que todos se retirassem para que eles pudessem, por uns cinco minutos, se abraçar em torno do pai. Um dos filhos recebeu a notícia lá, recém-chegado nos Estados Unidos, e veio correndo. Deu para sentir que aquele era um lar feito na base da estatura moral: dele e de sua esposa.

O Carinho do Povo

E eu que vi o Jefferson Péres na sua dureza, na sua frieza, na sua forma de falar, eu me impressionei muito, Sr. Presidente. Andando pelas ruas de Manaus, vi o povo todo na rua, chorando, dando adeus e aplaudindo Jefferson Péres. Realmente, impressionou-me o carinho e o afeto que aquele povo tinha por ele.

Eu já havia falado para várias pessoas que, daqui a três anos, iríamos a Manaus exigir que o Péres fosse candidato, forçar a candidatura dele. Sinceramente, não sei se teríamos êxito. Personalidade forte e firme a de Jefferson Péres. Eu tinha muito carinho por ele, tinha muito respeito. Ele me impressionava por sua serenidade.

Eu tinha uma inveja, uma inveja cristã – acho até que não era pecado: olhava para ele, e ele, em cinco frases, dizia tudo o que queria dizer. Eu falava uma hora e dizia a metade do que achava que queria dizer. Em cinco frases, ele dava sua determinação, e o resto poderia ir atrás, porque era aquilo. Isso é genialidade! Isso é fora do comum.

Imagino como seria este Brasil com Cristovam como presidente e Jefferson Péres como vice-presidente. Seria realmente algo de muito importante.

Palavra e Exemplo

Muito obrigado, Jefferson Péres, pela tua presença, pela tua palavra, pelo teu carinho, pelo teu afeto, pelo que tu fizeste por nós. Infelizmente, mais uma vez, eu tenho de dizer: Parece que Deus está a seleccionar os melhores, tirando-os do nosso convívio. Tu foste demais, porque tu não eras apenas o melhor, mas tu tinhas a capacidade de apontar caminho. Tu falavas, na hora exata, no momento exato, para que muitos te seguissem, aceitando o teu conselho, a tua orientação. Outros, batessem no peito e reconhecessem que estavam errados.

Meu querido Jefferson, obrigado por teres existido. Como eu me arrependo, Jefferson, de não ter convivido ainda mais contigo. Homem sério, quieto, calado, passava sempre com seu espírito superior. Tu foste um grande homem, um grande espírito, um grande cidadão. Podemos dizer, tranquilamente, que tu praticamente tinhas a perfeição: não tinhas ódio, não tinhas inveja, não tinhas ambição, não tinhas vaidade; tu eras o que eras; tu punhas tudo o que és no mínimo que fazias, e esse tudo era honradez, era seriedade.

Foi muito grato para mim ter convivido contigo, Jefferson. Tu me fizeste muito bem. E, por isso, é imensa a saudade que eu sinto por ti.

Muito obrigado.

Em Defesa da Floresta Amazônica

(O Senador, em pronunciamento em 27 de maio, cobra das autoridades brasileiras maior controle da venda de terras na Amazônia a estrangeiros e diz que o País precisa mostrar que sabe cuidar da suas florestas do Norte e da gente que lá vive)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, as manchetes dos últimos dias nos jornais colocam a questão da Amazônia como prioridade absoluta.

O Presidente da República, ontem, num seminário realizado no Rio de Janeiro, disse: "O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono". Eu acho que ele tem razão, mas isso não tem impedido os avanços da cobiça internacional em cima da Amazônia.

Uma nota muito importante em *O Globo* de hoje diz que o Governo não tem absolutamente controle das terras com estrangeiros no Brasil.

"O Governo não tem hoje informação sobre o total de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros. Isso porque existem brechas na legislação e no cadastro do Incra que permitem a não-declaração da nacionalidade de compradores de terras, principalmente em casos de empresas brasileiras controladas por estrangeiros."

A lei anterior dizia que empresa brasileira era aquela composta de capital brasileiro e no Brasil. O Sr. Fernando Henrique mudou: empresa brasileira é uma empresa que tem sede no Brasil. Por exemplo, a Ford é uma empresa multinacional, mas a Ford do Brasil é uma empresa brasileira.

Então, o Governo não sabe quais são os estrangeiros que têm empresa no Brasil, e quais que têm propriedade de terras na Amazônia nos seus nomes. É o caso, repito, das empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

Além disso, no cadastro do Incra, o preenchimento do campo que identifica os estrangeiros não é obrigatório, nem a declaração da composição societária das empresas. Atualmente, estão registradas no Incra 25 mil fazendas em propriedade de estrangeiros na Amazônia.

Um empresário afirmou nos Estados Unidos que, com 50 bilhões de dólares – é um levantamento que deve ser feito entre eles –, eles compram toda a Amazônia.

Nós Somos os Donos

O Presidente diz que o mundo precisa saber que a Amazônia tem dono, mas acho que o Presidente Lula tem de saber que nós temos de mostrar ao mundo que somos os donos, porque já está claro: a imprensa mundial tem publicado permanentemente que lideranças do mundo inteiro acham que a soberania da Amazônia não é do Brasil. O Brasil está lá, mas a Amazônia é de interesse internacional, pelas suas reservas florestais, por ser o oxigênio do mundo.

A Ministra Marina caiu. Caiu de pé. Com elegância. O novo Ministro disse que vai seguir o caminho da Ministra Marina, mas, na verdade, está faltando firmeza ao Presidente Lula no que se trata de Amazônia. Estranhamente, o PT era apaixonado defensor da causa da Amazônia. Agora, a paixão é pela causa do desenvolvimento a qualquer preço.

Acho que, quando o novo Ministro disse que vai decidir sobre concessão de licença ou não... É importante que ele tenha dito isso, porque a imprensa publicou: O novo Ministro Minc... É um nome interessante! Minc: Ministério da Indústria e Comércio; M: Ministério, I: Indústria e C: Comércio. Ele disse que vai decidir com mais rapidez sobre licença ou não aos projetos ambientais, mas ele faz questão de dizer que o fato de ele decidir com mais rapidez não quer dizer que ele vá dar concessão de licença ambiental. Acho correto. O que não pode é levar dois anos para dar um parecer, embora eles digam

que o Incra não está aparelhado para essa montanha de projetos que está aparecendo.

A Polícia Federal, diz *O Globo*, pode investigar esse sueco que estaria recolhendo US\$ 50 bilhões para comprar a Amazônia. Acho que já devia ter investigado.

A Gente e as Madeireiras

O mundo está exagerando nas provocações ao nosso País. O querido orador que me antecedeu falou que nós, ao olharmos para a Amazônia, temos de olhar também para os milhões que moram lá. Claro que sim!

Claro que uma das fórmulas de se olhar pela Amazônia é ver o desenvolvimento, com preocupação com a gente que está lá. Mas não me parece que as grandes madeireiras que estão devastando a Amazônia tenham preocupação com a gente que está lá; não me parece que, das florestas que estão desaparecendo, sobre algum centavo para se investir na Amazônia.

Trago aqui uma palavra de profunda solidariedade à luta que se faz pela Amazônia. Lembro, mais uma vez, o último discurso do Senador Jefferson Péres nesta tribuna, exatamente há seis dias, quarta-feira passada.

Em seu último pronunciamento, dizia o Senador Jefferson: "Eu nunca olhei com medo essas provocações internacionais. Eu sempre achei que a Amazônia é nossa, e não há como tirá-la, mas tenho que reconhecer que temos de fazer por merecer a Amazônia. Temos que fazer um investimento na infraestrutura, na gente, na realidade da região e cuidar para que a devastação que está acontecendo não continue".

Felicito o Presidente pelo pronunciamento de ontem, mas espero que ele seja acompanhado de decisões positivas e concretas com relação à Amazônia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Os 200 Anos da Imprensa Brasileira

(Em pronunciamento em 3 de junho, o Senador relata o surgimento da imprensa brasileira; traça um perfil do seu criador, o jornalista Hipólito José da Costa, de família que se fixou no Rio Grande do Sul; e destaca a importância do jornalismo nas sociedades democráticas)

Senhoras e senhores, o Senado da República realiza hoje uma sessão especial para destacar os 200 anos da imprensa brasileira, transcorrido em 1º de junho, e para homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa, fundador do nosso primeiro jornal, o querido *Correio Braziliense*.

Criado em Lisboa, Hipólito da Costa, um cosmopolita, transitou entre dois continentes, mas nunca mais voltou ao seu País. A imprensa brasileira surge na história do mundo sob o signo da intolerância. Nosso jornalista pioneiro foi perseguido por suas ideias, e o primeiro jornal circulou de forma clandestina no nosso País desde o início até a última edição, em dezembro de 1822.

Hoje, com o País em plena democracia, o *Correio Braziliense* vive uma nova fase, uma brilhante fase, diga-se de passagem. O primeiro número desse renascimento, ditado por Assis Chateaubriand, foi lançado na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. O Brasil vivia uma época de ouro, um período de grande otimismo no futuro do País, e o *Correio*, renovado, registrava os acontecimentos com grande alegria.

Presto minhas homenagens ao *Correio Braziliense* na pessoa do seu presidente, Álvaro Teixeira da Costa; dirijo-me também à equipe de profissionais, trabalhadores, que tornam o jornal uma referência nacional. Sua criatividade surpreende quase diariamente os leitores.

Um exemplo é a revista em quadrinhos encartada na edição de domingo passado, sobre Hipólito da Costa. De forma didática, a revista ilustrada conta a história do Patrono da imprensa brasileira e da fundação do *Correio Braziliense*, um jornal que nasceu duas vezes: em 1808, em Londres; e, em 1960, em Brasília.

A iniciativa de abordar assuntos de interesse político e público em forma de revistas em quadrinhos é elogiável e poderia se tornar, dentro do possível do seu preço, permanente. Um tema que me ocorre é a questão da Amazônia, que desperta curiosidade, a cada momento, no Brasil e no mundo inteiro.

O nosso querido Cristovam chamou a atenção para a frase que está ali: Revelar a verdade é um dever sagrado para o jornalista. Ela resume a relação que Hipólito da Costa tinha com o jornalismo, visto também como um serviço público em benefício da sociedade e da cidadania.

Credibilidade e Relevância

De fato, nada pode ser mais importante para a imprensa quanto a obediência ao princípio de verdade. Mais ainda do que qualquer outra profissão, porque, no caso da comunicação social, sua credibilidade e relevância decorrem diretamente do grau de observância a esse princípio da liberdade.

A verdade tem relação estreita com a ética e com a liberdade, conceitos que implicam responsabilidade, respeito e compromisso com o próximo, pilares fundamentais da democracia e da civilização.

Tanto é assim que a referência à liberdade está presente nas constituições de praticamente todos os países do mundo. A Constituição do Brasil, em seu art. 5º, Dos Direitos e Garantias Fundamentais do Cidadão, assegura a todos essa informação.

A liberdade de imprensa está garantida amplamente no art. 220, Da Comunicação Social, que veda qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Diz ainda a nossa Carta Magna que não pode haver monopólio dos meios de comunicação de forma direta ou indireta. Está na Constituição. Mas a virtude de uma república, evidentemente, não se faz somente na Constituição e nas leis.

A liberdade de expressão também consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu preâmbulo, considera a liberdade de palavra e a liberdade de pensamento sob a proteção do Estado de direito.

Em Busca da Verdade

Numa dimensão poética, *Os Estatutos do Homem*, do nosso querido Thiago de Mello, estabelece, em seu art. 1º, simplesmente: Fica decretado que agora vale a verdade.

A verdade, meus amigos, era a pauta, a essência do trabalho do nosso primeiro jornalista. A busca da verdade permanece atual e necessária, principalmente num mundo globalizado, que vive a maior revolução na área da informática, das comunicações da história da humanidade.

Entretanto, em que pese esse avanço tecnológico, o advento da internet, dos *blogs* com notícias e opiniões instantâneas, continua a intolerância contra jornalistas e veículos que contrariam o Governo, a elite, os grupos dominantes.

O jornalismo de caráter investigativo, que tem no repórter Tim Lopes um verdadeiro mártir, sofreu nesses dias um novo golpe: a detenção e tortura de uma equipe de um jornal carioca por milicianos de uma favela.

Há poucos dias, aconteceu um atentado contra um repórter de uma emissora de TV em São Paulo.

Profissão de Risco

O jornalismo investigativo virou profissão de alto risco no Brasil, o País onde mais se processa jornalistas no mundo. São quatro mil ações contra jornalistas por ano.

Senhoras e senhores, que figura singular e admirável a do nosso Hipólito da Costa!

Num país quase sem referências na vida pública nacional, a coragem e a convicção de Hipólito da Costa na luta em defesa das suas ideias e em seu amor pela pátria merecem ser louvadas.

Hipólito nasceu em 1774, no povoado de Colônia de Sacramento, então território português, que mais tarde se incorporou ao Uruguai. Tinha quatro anos de idade e um irmão recém-nascido quando, com sua família, deixou a região, que passara ao controle espanhol.

Os pais, Félix da Costa, um militar brasileiro, e Ana Josefa, uma moça portuguesa, atravessaram a fronteira e fixaram-se como fazendeiros no meu Estado do Rio Grande do Sul.

Até os 18 anos de idade, o futuro patrono da imprensa brasileira e membro da Academia Brasileira de Letras viveu em solo gaúcho, entre Rio Grande e Pelotas. Posteriormente, formou-se na Universidade de Coimbra, em Portugal, em Direito, Ciências Naturais, Filosofia e Matemática. Sua inteligência, sua curiosidade, sua capacidade de observação, chamavam a atenção da Corte.

Hipólito foi enviado aos Estados Unidos, em missão oficial, com o objetivo de registrar o que acontecia no país que, então, dava seus primeiros passos como nação independente. Com base em suas observações, escreveu um livro primoroso: *Diário de Minha Viagem à Filadélfia*. Essa viagem mudou o pensamento e a vida de Hipólito José da Costa. A liberdade de imprensa de que desfrutava a jovem nação despertou o futuro jornalista.

Perseguição

Ligado à maçonaria desde então, organização considerada subversiva pela monarquia, acabou preso em Lisboa pela Inquisição. Permaneceu dois anos e meio no cárcere. A experiência traumática foi relatada no livro *Narrativa da Perseguição*, em que, pela primeira vez, se divulgavam publicamente autos e regimentos internos do Santo Ofício.

Socorrido por amigos influentes, Hipólito conseguiu fugir. Exilou-se na Inglaterra e nunca mais pode voltar a Lisboa ou ao Brasil.

Foi sepultado no estrangeiro, mas seus restos mortais foram transferidos para o Brasil e hoje estão no Museu da Imprensa Nacional aqui em Brasília.

O retorno de Hipólito ao Brasil é, de certa forma, o encontro do País consigo mesmo, conforme a feliz definição do Professor Jaques A. Wainberg, no artigo “As várias faces de Hipólito da Costa”.

Professor e Tradutor

Em Londres, Hipólito sobreviveu, inicialmente, como professor e tradutor, até lançar o primeiro jornal brasileiro, muito bem recebido por um público ávido por notícias e informações sobre a Colônia do Brasil.

Seus leitores formavam a elite de comerciantes, altos funcionários, políticos e intelectuais, nos dois continentes.

O *Correio Braziliense* recebeu esse nome – interessante salientar – porque na época o termo brasileiro se aplicava apenas ao português que vinha ao Brasil unicamente para enriquecer e depois voltar a Portugal. Ao passo que brazilienses eram aqueles que tinham o Brasil como pátria, mesmo se portugueses de nascimento. Os indígenas eram referidos como brasileiros.

Cada número do jornal tinha cerca de 100 páginas, era editado uma vez por mês. Os leitores encontravam de tudo, desde notícias sobre novidades tecnológicas e suas aplicações práticas, até análises e comentários sobre assuntos políticos, econômicos e culturais, especialmente literatura. O *Correio* também trazia na capa o título Armazém Literário.

A coleção dos 29 volumes do jornal está preservada na Biblioteca Nacional, com textos introdutórios de Barbosa Lima Sobrinho, José Mindlin e Paulo Cabral de Araújo entre outros. É uma excelente fonte para historiadores, uma ótima fonte para pesquisadores que podem analisar o jornal e os fatos históricos comentados por Hipólito da Costa.

Crença na Justiça

O jornalista não era agressivo. Suas críticas não eram radicais. O jornalista acreditava na justiça e não deixava de dizer o que pensava.

Escreveu certa vez que considerava triste para um jornalista que deseje o bem de sua pátria ser obrigado a revelar ao mundo verdades tão humilhantes para a sua nação. Assim, Hipólito da Costa deixa claro que considerava um dever do jornalista dizer a verdade e relatar os fatos, mesmo que isso contrariasse até o sentimento e condição de patriota.

Apesar das dificuldades, o *Correio Braziliense* exerceu grande influência e tinha muitos leitores também no Brasil, onde chegava de forma clandestina. Dizia-se à época que o próprio Dom João VI estava entre os seus leitores, pois, pelo jornal, ele podia tomar conhecimento até mesmo sobre o que andavam fazendo os seus ministros.

Em todos os acontecimentos importantes à época em que circulou, o *Correio* esteve presente através de seus comentários e suas notícias. As campanhas pela abolição da escravatura, as campanhas pela permanência no Brasil do Príncipe Dom Pedro I, as campanhas e a luta pela independência foram objeto da análise, das críticas e da opinião de Hipólito da Costa, um jornalista que honrou a profissão.

Na última edição do seu jornal, Hipólito despediu-se, alegando ser desnecessário manter a impressão de um jornal no exterior dedicado às coisas do Brasil, quando já existia liberdade de imprensa no País.

Cá entre nós, foi um otimismo exagerado de Hipólito da Costa, como ficou mais do que amplamente comprovado mais tarde, com a perseguição contra jornalistas que se arriscavam a contrariar o novo poder estabelecido, ainda que com a Independência.

Hipólito morreu em Londres, em 11 de setembro de 1823, oito meses depois da sua despedida no *Correio Braziliense*.

Em 1999, seu nome foi sugerido como símbolo da Imprensa Nacional pela Associação Rio-Grandense de Imprensa.

Sacrifício

É importante, senhoras e senhores, é muito importante que não esqueçamos aqueles que lutaram, até com o sacrifício da própria vida, para defender suas ideias e a liberdade de expressá-las.

Destaco o exemplo notável de profissionais que entraram para a história política do País, como Barbosa Lima Sobrinho, histórico

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa nas horas mais amargas da nossa história brasileira e exemplo de dignidade; Vladimir Herzog, vitimado pelo regime militar, no qual vejo representadas as centenas e centenas de jornalistas que lutaram pela causa da liberdade. É possível citar ainda muitos outros nomes que honraram a profissão, desde Cipriano Barata até Machado de Assis e José do Patrocínio, que publicavam desde manifestos e opiniões até contos literários nas páginas das folhas e gazetas da imprensa brasileira.

É nossa responsabilidade a construção da sociedade que queremos para viver. A imprensa deve cumprir seu papel, estimular o debate e o pluralismo de ideias, tão salutar para os regimes democráticos.

Com esta homenagem procuramos destacar o valor da liberdade de expressão e da imprensa independente para a construção e a manutenção da sociedade democrática.

A nossa querida imprensa no Brasil tem uma história rica e emocionante, que deve ser muito conhecida para que a nossa própria história tenha o devido valor e seja devidamente respeitada.

Agradeço a presença de todos. Foi uma honra muito grande tê-los aqui, nesta sessão que, apesar de singela, representou o pensamento do Senado Federal com relação ao grande jornalista Hipólito e com relação ao nosso querido *Correio Braziliense*.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Homenagem à Memória de Artur da Távola

(Em sessão especial, em memória do ex-Senador Artur da Távola, realizada no dia 10 de junho, o Senador exalta as virtudes intelectuais, políticas e pessoais do homenageado)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, se é possível medir o tamanho da consternação que sentimos, eu diria que, para muitos de nós, a partida de Artur da Távola foi a partida de um irmão, daqueles irmãos verdadeiros, companheiros de travessia na vida, daqueles com quem gostaríamos ainda de caminhar por muito tempo, embora a dureza da trilha.

Artur e eu temos a mesma origem. Os pais dele e os meus vieram lá do Líbano, lá do Oriente. Os pais dele e os meus foram lá para o Rio Grande do Sul: os meus pais, para Caxias do Sul; os pais dele, para Garibaldi e Bento Gonçalves. Somente depois, muito tempo depois, os pais de Artur da Távola mudaram-se para o Rio de Janeiro. E lá, no Rio, nasceu Artur da Távola. Portanto, ele era um carioca, mas que preservava os sentimentos mais verdadeiros do Brasil e – perdoem-me os cariocas – também do Rio Grande do Sul e da cultura libanesa, que cultuamos ao longo do tempo.

Eu não tenho qualquer dúvida de que, nesta homenagem, também se irmanam milhões de brasileiros de todos os recantos deste imenso País, amantes da política ética, amantes da música, amantes da arte, da solidariedade, da humanidade, do companheirismo e da sensibilidade que a vida dita moderna teima em nos subtrair, tenhamos ou não medo da música clássica.

O Artur era um conterrâneo de todos nós. Diria que, nesta Casa, ele representava todo o Brasil, o Brasil de todos os contrastes, unificado pela sua sensibilidade poética e política.

O Artur era uma espécie de lente, capaz de nos permitir a visão da alma, prova maior da existência de Deus.

Ele conseguia traduzir o que parecia intangível para todos nós, mortais. O clássico, na beleza de suas palavras, tornava-se popular. Com ele, o popular, enquanto alma do povo, transformava-se na mais bela poesia.

Ele trouxe, para a política, o seu canto. A política lhe retribuiu com o desencanto.

O Artur da Távola poeta é imortal. O Artur da Távola político, nós o perdemos. Sim, nós o perdemos quando transformamos a política em mera atividade de mortais sem alma e sem a sensibilidade dos poetas.

Que imensa beleza ele nos deixa como escritor, poeta, testemunha e porta-voz de Deus! Que falta nos faz como político!

Essa imensa contradição deveria servir como reflexão para todos nós.

Por que alguém que traduz, como ninguém, o sentimento do povo procura se afastar da política? Por que alguém consegue fazer da poesia a política, e muitos não alcançam fazer da política um sentimento do povo, uma poesia da vida?

Política e Poesia

O afastamento de Artur da Távola da política, e ele não está aqui, que era onde ele deveria morrer, nesta Casa e nesta tribuna, mantendo a sua mais bela inspiração política e poética, não faz sentido; pelo contrário, faz-nos sentir que, na verdade, somos nós que estamos nos afastando, cada vez mais, do povo, da sociedade. E o que é pior, cada vez mais nos afastando da imortalidade de Deus.

O Artur era muitos. Quem sabe ele era todos nós. Quem sabe ainda ele era o que todos nós gostaríamos de ser.

Como escritor, ele foi brilhante em todos os seus livros, nas mais de duas dezenas de publicações, sem contar os inúmeros artigos publicados em grandes jornais de todo o País. Toda sua obra tinha um traço co-

mum: o ser humano e os mais nobres sentimentos de humanidade, de solidariedade, de compaixão, de amizade e, principalmente, de amor.

Articulava, como ninguém, as palavras, embora dissesse que a palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real. Repito: A palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real.

Traduzir o Real

Dizia mais Artur da Távola: A palavra representa o esforço do homem para aprisionar, traduzir, decodificar e até reinventar a fluidez do real. E continuava: É instrumento precário e, ao mesmo tempo, único, original, deslumbrante.

Quando Artur falava desta tribuna de improviso, quando dizia seus discursos de última hora e subia sem nenhuma preocupação de como fazer, era impressionante. O seu discurso era perfeito; parecia que ele o tinha redigido com um mês de preparo e que o estava lendo frase por frase. E isso eu dizia para ele: que coisa fantástica! Tirei vários discursos dele da Taquigrafia feitos de improviso – eu e outros companheiros –, e não havia uma vírgula fora do lugar, não havia uma palavra fora do lugar; parece que ele havia preparado aquilo já pronto para ir para a gráfica.

Que falta ele vai nos fazer, principalmente neste instante que o Brasil mais precisa de todos os sentimentos que marcaram a sua existência entre nós; neste momento em que perdemos a sua palavra única, original e deslumbrante. Um momento em que, parece, perdemos os melhores talentos, os melhores valores, as maiores referências. Sem ele, sem a sua poesia, perdemos também mais uma de nossas mais ilustres referências. Ele parte exatamente num momento de comoção, de indignação nacional por acontecimentos na humanidade e no Brasil que exigem, cada vez mais, a nossa compreensão, a nossa solidariedade e, principalmente, o nosso respeito.

Desencanto e Indignação

Não sei até que ponto, portanto, chegou o desencanto de Artur, a sua indignação, a sua frustração. É que a humanidade também teima em caminhar na contramão da realidade.

A importância de Artur da Távola tem o tamanho de nossa saudade.

Em vida, ele uniu tantos, não importa se tão diferentes. Na despedida, lá estavam esses tantos a rodeá-lo e a reverenciá-lo e, mais uma vez, parece que não havia ali nenhuma diferença. Eram todos semelhantes como ele tanto queria. Estavam ali a música, o teatro, a política, a poesia, o jornalismo, o político, o suntuoso, o singelo, o modesto, o clássico, o erudito, o popular.

Eu costumo dizer que há homens que se contentam em viver bem a história. Vivem bem a história e se dão por satisfeitos. Há outros que são mestres em contar a história. Artur da Távola era daqueles que viveram a história, construíram a história e contaram a história. Mais do que isto: para modificá-la naquilo que fugisse do projeto original da Criação, a sua arma, a palavra certa em tom adequado, no momento certo, foi o seu grande poder.

Artur era muito mais do que um decodificador da arte. Ele teimava em ser o contraponto do noticiário.

Contra a Barbárie

Quando a barbárie invadia nossas salas, ele nos encantava com a sua mensagem de paz, com a sua palavra, com a sua música, com a sua poesia transformada de forma simples e direta. Perdíamos, então, não só o medo da música clássica, como no seu programa da TV Senado, mas igualmente deixávamos de lado o temor pela desesperança.

Lembro-me das muitas vezes que com ele conversei neste plenário. Nos momentos em que o bom senso parecia se transformar em um imenso deserto, ele era um oásis de frondosas e frutíferas ideias. Ele era um pacificador.

Plenitude da Palavra

Ele, de certa forma, não me parecia ser um ser humano normal, nem poeta de horas vagas, daqueles que se desvestem de sentimentos quando do interesse próprio, aliás, muito comum nesses nossos dias turbulentos. Ou daqueles que se vestem deles por conveniência de momento. Ele vivia na plenitude a sua palavra. Aquilo que ele

falava ele vivia em todos os momentos, em todas as horas, em todos os dias da sua vida.

Selecionei algumas de suas palavras para homenageá-lo neste momento de lembrança e de saudade.

Dizia Artur da Távola: Ser autêntico é a melhor e única forma de agradar.

Dizia Artur da Távola: Amigos de verdade nunca te abandonam.

Dizia Artur da Távola: O carinho é a melhor arma contra o ódio.

Dizia: As diferenças tornam a vida mais bonita e colorida.

Dizia: Há poesia em toda a criação divina. Deus é o maior poeta de todos os tempos. A música é a sobremesa da vida. Acreditar não faz de ninguém um tolo; tolo é quem mente. Filhos são presentes raros. De tudo, o que fica é o seu nome e as lembranças acerca de suas ações. Obrigado, desculpa e por favor são palavras mágicas, chaves que abrem porta para uma vida melhor.

Dizia ele: O amor... Ah, o amor...

O amor quebra barreiras, une facções,
destrói preconceitos, cura doenças...

não há vida decente sem amor!

E é certo que quem ama é muito amado
e vive a vida toda mais alegremente.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Gostaria, nobre Senador Pedro Simon, em rápidas palavras, associar-me à manifestação que ora Vossa Excelência faz em memória do querido amigo e ilustre Senador Artur da Távola. Eu diria que Artur da Távola tinha, entre muitas, três qualidades que, a meu ver, se destacavam. Em primeiro lugar, o seu senso de humanismo. Por outro lado, tinha um sólido caráter. Era verdadeiramente um cidadão republicano, isto é, buscava servir ao País e às suas instituições. Por fim, uma pessoa dotada de enorme visão.

O SR. PEDRO SIMON – Obrigado, Senador.

Eu não encontro mais meu amigo Artur caminhando pelo Túnel do Tempo, que nos traz a este plenário, onde sua palavra era sempre uma poesia que nos invadia a alma. Sábio, ele utilizou a poesia do desencanto para nos preparar, enfim, para a sua ausência.

Mas não há como deixar de sentir a sua presença, porque o encanto de sua poesia será sempre imortal.

Era impressionante falar com Artur da Távola. É interessante a análise espetacular que ele fazia, como ele contava a sua vida. Como ele contava, por exemplo, que ele, poeta, jornalista, homem de rádio, de repente teve de ir para o exterior, porque era homem de ideias. Tinha uma preocupação com o seu País e lutou por ela.

E foi para o exterior. Quando voltou, seu nome era tão marcado que ele inventou essa alcunha, Artur da Távola, para poder sobreviver, para poder publicar.

Olha, no Brasil, nós não temos muita gente que muda de nome, mas tem muita que muda de ideias, de lado! Ele mudou de nome para permanecer o mesmo, absolutamente o mesmo.

Eu me impressiono ao ver o número de pessoas que, ao longo da vida, acompanharam Artur da Távola nas suas crônicas, nos seus livros, nos seus programas de televisão, nos seus programas de rádio. É impressionante o número de pessoas que guiaram sua vida tendo como parâmetro Artur da Távola.

Nesse fim de semana estive no Rio. Participei dos 400 anos do Seminário Santo Antônio. Ali, pessoas ilustres, inclusive os freis franciscanos, falaram de Artur da Távola, das palestras que ele fazia naquela comunidade. E, quando citaram os nomes ilustres com que conviviam, citaram Artur da Távola.

Grandeza de Ideais

Eu me lembro da sua grandeza, quando, dentro do seu partido, lutou, sem, no entanto, conseguir que os seus ideais fossem como ele queria; mas foi adiante. E, quando deixou de estar na política, aqui, continuou seu mesmo trabalho.

Eu já pedi, Sr. Presidente, e repito desta tribuna: a Mesa do Senado tem obrigação de reproduzir uma, duas vezes todos os programas “Quem tem medo da Música Clássica”, de Artur da Távola. Acho que será um grande papel, e muito importante que os programas sejam reproduzidos, para ele continuar a nos ajudar.

O Artur era aquele homem que dava tudo o que ele era naquilo que ele fazia. Há pessoas que têm dedicação a alguma coisa, mas, se

saem dali, não são nada. O Artur deu tudo na política, deu tudo na arte, deu tudo à família, deu tudo à poesia.

Caminha por aqui a sua imagem, a sua história. Por esse nosso túnel, o Artur estará sempre presente.

Minha querida Mirian, meu querido Eduardo, ao longo da tristeza, da saudade, perdoem-me dizer, mas vocês devem ser muito felizes por poderem conviver, na memória, na história e no sofrimento, com a herança de Artur.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Falência da Varig e o Banqueiro dos Pobres

(Em pronunciamento em 12 de junho, o Senador lembra a omissão do Governo diante da falência da Varig e fala da venda da empresa a um grupo de testas-de-ferro; a seguir, registra a presença no Senado de Muhammad Yunus, de Bangladesh, conhecido como o Banqueiro dos Pobres)

Senhor Presidente, ontem, quando veio aqui a Senhora Denise Abreu, ex-diretora da Anac, para prestar esclarecimentos à Comissão de Infraestrutura, nós discutimos a questão da nossa Varig. Fizemos questão de salientar que a história ainda deve uma explicação sobre a Varig. A grande verdade é que uma das maiores empresas de transporte aéreo do mundo ficou reduzida a pó com os Governos Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva não tomando as providências.

A gente viu que o Governo usou uma lei que nós votamos, uma lei sobre falência, uma lei que permitia uma nova chance – nós achávamos que a Varig seria a primeira empresa em que ela seria empregada –, para vender a Varig a três brasileiros testas-de-ferro de um grupo internacional. E nós aqui rezamos para que o Governo encontrasse uma saída. Uma explicação ainda nos é devida.

O jornal *O Globo* publicou uma matéria dando a entender que o Senador Pedro Simon disse que a Chefe da Casa Civil só é culpada porque é candidata à presidência da República. Eu disse realmente que, se ela não fosse candidata, não se falaria no nome dela. Mas, para mim, a responsabilidade é do Governo, é do Presidente

da República. Não é problema de ser chefe da Casa Civil. Quem fez esse papel feio todo foi o Presidente Lula. Foi com ele que V. Ex^a, que eu, que nós todos falamos. Foi nele que nós depositávamos a confiança.

E, cá entre nós, é compadre dele o homem que parece que resolveu o problema da maneira como resolveu. Por isso, o Rio Grande do Sul está muito machucado. Vemos, agora, que o Presidente da República está dizendo que vai usar a lei especial que substituiu a Lei de Falências para resolver o problema de duas empresas importantes de São Paulo, empresas de televisão muito importantes, mas que ele não usou na hora da Varig. E olha que o Governo deve à Varig, já foi decidido em última instância no Supremo, R\$8 bilhões, fruto exatamente da diferença do custo da passagem pelo Plano Collor, quando as passagens eram oferecidas pela metade do preço que realmente custavam.

Se o Governo tivesse interferido na Varig, nomeando um interventor, transformando a Varig numa empresa, até colocando, por que não dizer, na mão do Governo para, depois, privatizá-la de uma maneira normal, teria sido positivo. Foi muito, muito feio o que aconteceu com a Varig.

O Banqueiro dos Pobres

Senhor Presidente, ontem estive aqui o senhor Muhammad Yunus, também conhecido como o Banqueiro dos Pobres, Prêmio Nobel da Paz de 2006. Penso que foi um dia importante para nós. O Prêmio Nobel da Paz para um banqueiro? Mas que banqueiro! Que demonstração ele fez lá em Bangladesh e que resposta ele teve!

Quando ele, preocupado com a distribuição de riqueza, olhando para os pobres, para os que não tinham chance nem vez, a resposta foi impressionantemente positiva. A gente já sabe disso até nos crediários. O pobre, o muito pobre deixa de comer, mas paga a sua prestação, o que, muitas vezes, não acontece com as pessoas que têm mais dinheiro. Ele mostrou que isso é viável, ele apresentou uma opção que o mundo inteiro está imitando. Nós também estamos.

É verdade que aqui se criou uma instituição, o Banco Popular, que gastou mais dinheiro em propaganda do que para emprésti-

mo e foi um rotundo fracasso. Mas a ideia dele permanece de pé. E eu dou a ele um voto profundo de respeito, pela sua simplicidade. Quem diria que é um homem de tanta importância, de tanto valor, de tanto peso, um Prêmio Nobel! Ele estava ali na tribuna, singelo, com uma roupa singela, simples, falando humildemente, talvez uma das pessoas que tem um dos exemplos mais espetaculares da história do mundo moderno.

Quando o mundo não sabe para onde vai, quando praticamente não há mais comunismo, quando o capitalismo ficou globalizado, e de global não se sabe para onde vai, quando a gente vê o reconhecimento de que tudo aquilo que o Bush usou para intervir no Iraque era mentira... Mentira! Não havia preparação de armas nucleares por parte do Iraque, e, deliberadamente, o sistema americano mentiu. Quando a gente vê o petróleo a US\$130, as pessoas gastando hoje três vezes mais em armamento do que gastavam há dez anos e os grandes se reunirem para dizer que estão preocupados com a produção de álcool através de produtos híbridos, porque é um problema para a fome, o exemplo do Nobre Prêmio Nobel é realmente um grande, um espetacular exemplo!

Não vejo, no mundo de hoje, Sr. Presidente, nenhum outro exemplo mais espetacular de que pode ser, de que o mundo social, justo e fraterno, de sermos irmãos e não lobos uns dos outros. Ele é a maior demonstração disso. E hoje esta Casa foi muito bem-aventurada com a sua presença.

A Inscrição dos Candidatos com Ficha Suja

(Em pronunciamento no dia 16 de junho, o Senador lamenta que os candidatos com ficha suja possam se candidatar, já que nenhum processo chega à sentença final no Brasil; e sugere uma saída: os candidatos que tenham pendência com a Justiça, caso eleitos, serão julgados antes da posse)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, uma decisão tomada pelo Superior Tribunal Eleitoral traz-me a esta tribuna. O Tribunal Superior Eleitoral decidiu permitir que candidato com ficha suja possa concorrer em 2008. É um debate realmente muito importante, uma discussão que vem de longe.

A questão é a seguinte: nossa Constituição diz, no seu art. 5º, inciso LVII: Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Isso é correto.

Eu me lembro de debate que tive aqui com o Presidente Lula, quando eu o criticava por ele escolher ministros que estavam sendo processados no Supremo, denunciados pelo Procurador-Geral – denúncia aceita pelo Supremo, e o cidadão estava sendo processado. Ele respondeu: “Mas não posso considerar criminoso alguém que está sendo processado, antes que ele seja julgado”. Eu diria depois: “Entre não julgar criminoso, não julgar réu e nomear para ministro alguém que está respondendo a processo há uma diferença muito grande”.

Mas concordo: ninguém pode ser considerado culpado antes que seja julgado por sentença condenatória definitiva.

Mas a mesma Constituição estabelece no art. 14, § 9º

“Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições.”

No capítulo destinado aos Direitos Políticos, a Constituição menciona que a vida pregressa do candidato deve ser analisada, para se verificar se ele pode ser ou não candidato, mesmo que ele não seja condenado em sentença definitiva.

Esse é o debate que temos pela frente.

Lei Complementar

O argumento de todos é a Lei de Inelegibilidade. Sim. A lei complementar estabelece o seguinte:

“Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”

Aí é que se faz a pergunta: o que diz a Lei Eleitoral? O que diz a Lei Complementar?

Na hora de se regulamentar esse artigo, o Parlamento diz o seguinte:

São inelegíveis:

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados [...].

O Congresso regulamentou o artigo que diz que quem for processado, e se o julgamento transitou em julgado, não pode ser candidato.

Faltou Cumprir a Obrigação

Mas nós não regulamentamos a parte que diz que lei complementar regulamentará a vida pregressa do candidato. Não cumprimos com uma obrigação nossa, que é tornar efetivo o artigo da Constituição Federal, que diz, repito:

Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato...

E, como não fizemos nada, o que se diz é que todo mundo pode ser candidato, se não foi condenado em sentença definitiva.

Aqui está toda a nossa discussão: só pode ser proibida a candidatura de político condenado em última instância, quando não há mais recursos.

Acontece que, no Brasil, ninguém que tenha um bom advogado é condenado em última instância. O processo, a burocracia, os recursos, o processo penal são de tal natureza que ninguém é condenado na vida política. Não há caso de um deputado federal, de um senador. Ninguém.

O Brasil é um país corrupto? Mais corrupto do que os outros?

Não creio e não aceito. Corrupção se encontra pelo mundo afora, mas há uma diferença: corrupção existe no mundo inteiro, sim, mas impunidade, não. Nisso o Brasil é campeão. É difícil encontrar outro país onde isso aconteça tanto como no Brasil.

Um bom Advogado Resolve

O Brasil é o país da impunidade. Paga-se um bom advogado e tudo se resolve. Há pessoas que há 40 anos são processadas, mas nunca foram condenadas em caráter definitivo.

Aí vem nossa reflexão: isso está crescendo no Brasil.

A Lei Orgânica da Magistratura, art. 78, § 2º, estabelece: Os candidatos serão submetidos a investigação relativa aos aspectos moral e social, e a exame de sanidade física e mental.

Um rapazinho jovem do estado mais humilde do Brasil, para ser juiz, é submetido a investigação relativa aos aspectos moral e social, e a exame de sanidade física e mental. Alguém que passe num exame, por mais singelo que seja, para o Banco do Brasil, por exemplo, a boa vida pregressa é exigida. Para ser senador, deputado, prefeito, governador, presidente da República, nada!

Há um movimento pesado nesse sentido. Há uma campanha que tem à frente a OAB; a Associação Juízes para a Democracia; a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, colhendo assinaturas, mais de um milhão, para entregar a esta Casa um projeto popular, em que eles querem apresentar exatamente a decisão de que quem tem ficha suja não pode ser candidato.

Os juízes eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais, reunidos em Natal, lançaram esta tese: Recomendar aos juízes eleitorais maior rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro.

Essa tese foi a julgamento. O Presidente Ayres Britto, que defende a tese de proibição, submeteu a voto. Entretanto, por quatro a três, não foi aceita a tese de que candidato com ficha suja não pode ser candidato. Por quatro a três, o tribunal decidiu permitir os registros nos tribunais regionais, que não são obrigados, todavia, a seguir essa orientação. O do Rio de Janeiro, o do Rio Grande do Norte, o do Espírito Santo e o do Ceará disseram que estão dispostos a seguir em sentido contrário.

Iniciativa Popular

Hoje, nesse momento, os presidentes da CNBB e de outras entidades estão entregando ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Ministro Ayres Britto, seu Presidente, projeto de lei de iniciativa popular com mais de um milhão de assinaturas em que se quer ver a vida pregressa do candidato.

“Candidatos condenados em primeira ou única instância ou tiverem contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado pela prática de crime. E também daqueles que renunciarem aos seus mandatos para não serem cassados, bem como proteger a Administração Pública.”

Esse é o projeto que está sendo entregue, neste momento, ao Tribunal Superior Eleitoral, por uma série de organizações sociais.

Quase Nocauteado

Tenho aqui uma entrevista concedida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto. O que diz o texto?

“Derrotado na tese de que a Justiça Eleitoral pode barrar a candidatura de políticos com a ficha suja, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, reclama do Congresso Nacional e apelou ontem a presidentes de partidos para que as próprias legendas impeçam eleição de alvos de processo. O Ministro reconheceu a decepção com a derrota:

Eu acusei o golpe, mas não fui a nocaute.

O Ministro lamenta que o Congresso, a quem compete regular este assunto, não tenha votado nenhuma proposta desde a promulgação da Constituição de 1988.”

Mas ele diz que este assunto deverá voltar à discussão. Os votos vencedores do Tribunal Superior Eleitoral, convém que se esclareça, dizem com todas as letras que caberia a esta Casa regulamentar.

Os juízes que votaram contra também votaram contra esta Casa, porque disseram que lamentavelmente esta Casa não fez a sua obrigação de regulamentar o artigo da Constituição.

Pode até ser uma posição um pouco antipática, mas venho insistindo nesta matéria. Apresentei um projeto de lei aprovado na Comissão de Constituição e Justiça terminativamente e que está lá na Câmara determinando a divulgação da lista dos candidatos que respondem a processos nos espaços eleitorais do rádio e da televi-

são gratuitos. O domingo já é reservado para a Justiça Eleitoral; pois que ela divulgue o nome dos candidatos que estão respondendo a processo para que a sociedade fique sabendo. Nos outros seis dias, o candidato terá como responder.

Julgamento Antecipado

Mas tenho dois outros projetos, Sr. Presidente. Um que proíbe registro para candidatos com ficha suja. E outro projeto que diz que candidato que está sendo processado deve ter o seu processo julgado pela Justiça em primeiríssimo lugar. O processo não poderá ficar na gaveta do tribunal, do procurador ou do juiz. Apareceu o nome do candidato? Está sendo processado? Antes da convenção o caso dele deve ser julgado.

Aí inverte-se: o Brasil deixará de ser o país da impunidade! O cidadão é processado, sabe que nunca será julgado! Então, ele vai empurrando, não deixa que o advogado permita o julgamento, e não acontece nada. Agora, queremos inverter: o candidato que está sendo processado terá preferência no julgamento do seu processo. Assim, colocamos na lei que o tribunal ou o juiz é obrigado a decidir em primeiríssima mão o caso de quem está sendo processado.

Aí inverte-se: se quero ser candidato a prefeito ou vereador, vou correr para resolver minha questão. E o tribunal tem obrigação de me atender e julgar em primeiro lugar.

A impunidade desaparece, senhores. Hoje o jornal diz que fulano é ladrão, sai uma manchete, sai uma denúncia e não acontece nada. E foi condenado. Para a opinião pública, foi condenado e não pode mais ser candidato. Mas, como não foi em última instância, ele recorre. Nada adiantou. Por isso, a opinião pública tem o pior conceito dos políticos, dos parlamentares.

Julgamento Obrigatório

Mas, e se mudarmos esse eixo? Se determinarmos que se tiver ficha suja não pode ser candidato; mas que o tribunal, o juiz não podem deixar o caso na gaveta, têm que julgar! Então, se eu tiver ficha suja, não poderei ser candidato; mas tenho o direito de ser julgado

antes da convenção! Meu advogado, em vez de brigar para o processo ficar na gaveta e não ir a julgamento, ele vai brigar para que seja julgado! A lei estará do lado dele para que seja julgado e seja definitivo. E no momento em que a imprensa publicar processo contra dez, vinte, trinta, cinquenta, mil políticos que estão sendo processados, e trinta ou cinquenta forem condenados e outros absolvidos, aí não vamos mais nivelar por baixo. Aí vai ser diferente.

Quero felicitar o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, quero felicitar os presidentes dos tribunais reunidos em Natal, quero felicitar a CNBB, a OAB, e as entidades que entraram com o projeto de lei de iniciativa popular hoje no tribunal.

Faltou Pouco

Quero respeitar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral: respeitar os três votos, tendo à frente o Presidente, decidindo que se deveria impedir a candidatura; mas respeitar os outros quatro porque a tese deles é apenas uma: compete ao Congresso fazer a lei. E o Congresso não está fazendo a lei. O resultado foi quatro a três; faltou um pouquinho.

Daqui a pouco o tribunal julga quem não pode ser candidato. Será uma bofetada no Congresso Nacional por falta de decisão nossa. Aconteceu isso na lei da fidelidade partidária, que até hoje não regulamentamos. A Constituição diz: Lei complementar regulamentará a fidelidade partidária. E o Congresso não fez nada. O tribunal regulamentou, o tribunal fez o que nós tínhamos que fazer, e não fizemos.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a presidiu os trabalhos; das oito horas da noite às três horas da madrugada, fizemos sete sessões especiais e votamos o primeiro e o segundo turno da lei da fidelidade partidária. Rasgamos tudo que é regimento, fizemos numa noite oito sessões, votando o que em 20 anos não votamos. Regulamentamos.

Agora, as medidas provisórias. Está na cara que medidas provisórias sobre créditos extraordinários no Orçamento não podem ser apresentadas! Todo mundo sabe que não pode, mas nós não fizemos nada. E o Supremo tomou uma decisão nesse caso.

Não seria bom para nenhum de nós que, de repente, o Tribunal decidisse que candidato com ficha suja não pode ser registrado. Muito melhor é nós decidirmos aqui. Não estou dizendo que quem tem ficha suja não pode ser candidato, que é a tese que está sendo discutida. Estou dizendo que quem tem ficha suja não pode ser candidato, mas tem o direito de ser julgado até a convenção. É diferente. Uma coisa é o que está sendo discutido hoje, quando o Tribunal, por 4 a 3, perdeu, mas quase ganhou: quem tem ficha suja não pode ser candidato.

O que eu estou dizendo no meu projeto? Quem tem ficha suja não pode ser candidato, mas o Judiciário tem a obrigação de julgar o caso dele até a convenção. É diferente. É por isso que eu acho que é muito melhor o Congresso aprovar a minha ideia do que esperar, amanhã, ser atropelado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Homenagem à Memória do Ex-Senador Jefferson Péres

(Na sessão em homenagem à memória do ex-Senador Jefferson Péres, no dia 17 de junho, o Senador exalta as virtudes humanas e políticas do político amazonense e recorda os laços de amizade que os uniam)

Senhor Presidente, distintas e honradas autoridades, Ministro Carlos Ayres Britto, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, querida Marlídice Péres, Roger, Rômulo e Ronald, o meu discurso comovido ao Jefferson eu fiz nesta tribuna no dia seguinte ao seu falecimento, mas o meu partido me indicou para falar em seu nome.

Jefferson Péres deixa saudade.

Jefferson Péres era uma pessoa excepcional, necessária numa hora excepcional que vive o Brasil.

Eu tenho dito desta tribuna que nosso País vive um momento difícil, e neste momento faltam as nossas referências, que sempre tivemos na vida pública brasileira. É só olhar para trás; tivemos grandes nomes, grandes orientadores: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Dom Helder... Mas, ultimamente, nesta Casa e fora dela, parece que vivemos um momento de transição. Onde estão as nossas referências? Jefferson Péres era uma delas. Uma referência diferente: ele não tinha a impetuosidade, o desejo de aparecer do Dr. Ulysses; ele não tinha a paixão do Teotônio; ele não tinha a frieza objetiva de um político profissional, do Tancredo.

Seus três irmãos estão aqui, três filhos também. Lá em Manaus, ao lado do pai, pareciam três imagens dele. Morreu um, mas ficaram três, na identidade, na altura e na seriedade. Não era para ser o homem padrão de orientação. Mas ele o foi, na sua maneira singela de falar.

Eu tinha uma inveja cristã do Jefferson; ele não dizia nos seus pronunciamentos uma palavra mais do que o necessário, quanto mais uma frase.

Talvez tenha sido um dos momentos mais tensos quando Jefferson ocupou aquela tribuna, dizendo: "Eu ouvi o pronunciamento do Presidente da Casa. Não ouvi nenhuma referência a mim, mas estão dizendo que teve. Quero dizer que minha esposa trabalha um expediente em meu gabinete; ela atende as pessoas que vêm do Amazonas. Eu sou muito seco, difícil, complicado; ela é simpática, recebe, orienta, dá as explicações. Ponto. Mas ela não é nem minha funcionária, nem funcionária do Senado".

Ele não falou mais que dois minutos. A imprensa toda especulando: Será que a mulher do Jefferson trabalha no gabinete dele? Se fosse outro, na certa falaria meia hora. Pegando o adversário num equívoco dessa gravidade, ele deveria sair por cima.

Consciência Limpa

Esse era o Jefferson. Acho que não dá para dar outra exemplificação de quem ele era do que essa. Foi um momento tenso, quando alguém ousou levantar uma insinuação com relação a ele. E ele estava com a consciência tão limpa, tão tranquila, que nem se apercebeu da malícia quando a imprensa colocou.

Tempos atrás, o então Presidente desta Casa se negou a designar os membros daquela CPI que iniciou a apuração de todos esses desmandos provados, do chamado Mensalão. Requerimento feito; assinaturas postas, o Presidente pediu aos líderes partidários que indicassem. O PSDB indicou, o PMDB indicou, mas os grandes partidos do Governo não indicaram. Deram uma nota trágica. Em suma, disseram: só terá CPI no Senado quando nós, líderes, acharmos que deve ter. Rasgou-se a Constituição. A Constituição diz que, mediante requerimento de um terço dos membros da Casa, é convocada e instalada a CPI. É claro que a ampla maioria tem poderes para dentro

da CPI fazer o que fez agora na dos cartões corporativos: não deixar fazer nada! Mas não criar a CPI, não instalar?

O Jefferson, com a maior singeleza, entrou no Supremo e teve ganho de causa. Foi um momento muito triste para o Senado quando o Supremo mandou fazer aquilo que sabíamos que tínhamos de fazer.

A CPI é um direito da Minoria. Se o Presidente quer e os líderes não indicam, cabe ao Presidente do Senado fazer a indicação e instalar. E o Presidente teve de fazer, depois que o Supremo, atendendo a requerimento de Jefferson Péres, pediu que se instalasse.

Esse era o Jefferson Péres.

A Paixão pela Amazônia

O mundo inteiro discute a Amazônia. Uns senadores da Amazônia, como o ilustre Senador Líder Arthur Virgílio, debatem com mais profundidade e interesse porque são da região. Todos aqui, inclusive eu, falam sobre a Amazônia. O Jefferson era seco. Ele não fazia nenhuma concessão. Ele não entrava na onda. A onda é dizer: Querem internacionalizar a Amazônia! Não. Ele era muito frio e objetivo na defesa da Amazônia.

Não sei se a senhora já se deu conta, querida Marlídice, de que no último discurso do Jefferson, da tribuna, ele falou sobre a Amazônia. Pela primeira vez, ele avançou o sinal, mantendo a desconfiança que ele estava tendo pelas coisas que estavam acontecendo, que o mundo inteiro estava falando na internacionalização da Amazônia, que ele não acreditava nisso, mas reconhecia que o Brasil tinha que olhar para a Amazônia, ele reconhecia que a fome, a miséria, a injustiça social, o esquecimento daquela região podiam fazer com que outros interesses, como o tráfico de drogas, o contrabando de armas, pudessem atingir a Amazônia. Que triste realidade! O último pronunciamento dele, quando avançou o sinal e reconheceu que havia perigo na Amazônia.

Esse era o Jefferson.

Vou confessar algo. A senhora sabe que o Jefferson e outras pessoas estavam querendo criar um grupo à margem de partido, à margem de política partidária, eleitoral, para discutir o Brasil. O grupo

contava com o apoio da sociedade, alguns parlamentares, alguns intelectuais, até ministros do Judiciário, OAB, para discutirmos essa matéria. A preocupação que ele tinha era essa. Pensava que a dignidade e a seriedade estavam caindo na rotina de que de não valem nada.

Lembro-me que ele me procurou uma manchete de jornal que dizia que o prestígio do Congresso tinha caído pela metade, de 1% para 0,5%. Ele dizia: “Nós temos que fazer alguma coisa”. E com que mágoa ele nos disse que estava largando a política, que não ia concorrer mais: “Olha, Pedro, acho que se tem de continuar, mas eu não vejo condições”. E comunicou da tribuna que estava renunciando à política, que cumpriria o seu mandato até o fim, mas que era o último.

Querida Dona Marlídice, nós estávamos formando um grupo porque iríamos a Manaus forçar a candidatura dele. Ele iria ser candidato na marra. Nós iríamos fazer um movimento de tal natureza que tentaríamos forçá-lo a ser candidato. O Brasil inteiro iria despejar manifestações em Manaus, exigindo a candidatura dele.

A senhora sabe melhor do que eu, mas eu não tinha certeza se a gente o convenceria, porque não era missão fácil o fazer sair do trâmite dele. Quando perguntei por que ele fora candidato a senador pelo PDT, ele disse: “Foi a legenda em que vi mais condições de ser candidato e ficar fiel à minha consciência; não tinha maior compromisso a não ser o de trabalhar pelo meu Estado”.

Esse era o Jefferson.

Nunca vi a fisionomia de Jefferson tão serena como no caixão. Fiquei muito tempo olhando para ele. As informações que temos são as de que ele se levantou, tomou banho, sentiu uma dor, disse a sua esposa: “Estou sentindo uma dor”. Quando mostrou que era no coração, sua senhora telefonou aos médicos. Aí, ele morreu!

Dever Cumprido

A serenidade do olhar dele era impressionante. Primeiro, parecia que ele estava dormindo. Era o exemplo de alguém que morreu na mais absoluta sensibilidade do dever cumprido.

Quando fui abraçar a mãe da sua esposa, ela me disse: “Eu não perdi um genro; eu perdi um filho!”

Eu vi agora o jovem relendo para nós o que disse na missa de sétimo dia. É realmente o pai. Porque a gente que vê o Jefferson não imagina o marido e o pai, a família e a organização. Ele tinha aquela beleza do horizonte. A maioria dos políticos, homens puros, a gente sabe, não veem além da paixão da vida pública e muitas vezes perdem o horizonte, perdem a beleza de ver o dia, as cores, o arco-íris, as flores, a mulher, os filhos, a doçura da família, a discussão de um filme, ouvir a música.

O Jefferson era esse homem raro. Quem diria que esse homem, com a frieza dele, com a seriedade dele, tinha dentro de si a beleza que o filho terminou de relatar. Esse era o Jefferson, era o homem completo. Eu me emocionei.

Tem razão o querido amigo Arthur Virgílio quando salienta a manifestação do povo de Manaus. O povo de Manaus estava todo na rua, caminhando o féretro e o povo acompanhando, abanando. Parecia que o Jefferson era um grande líder popular, porque a manifestação do povo era nesse sentido. E ali, aquela solenidade final, eu achei muito expressiva. Gostei de ver a música cantada, a dança, a manifestação do bispo de um lado e do homem do outro lado, o Jefferson assistindo. A mim parecia que o Jefferson, lá do outro lado, devia estar ironizando um pouco isso tudo: O pessoal sabe que não sou disso. Isso não faz o meu estilo.

Existem pessoas que marcam a sua presença pelo arroubo, mas existem pessoas que marcam a sua presença pelo exercício integral da sua vida toda. Conhecemos a grandeza do Jefferson ao ser candidato a vice-presidente da República só para marcar uma posição, junto com o Senador Cristovam. E marcaram!

A grande homenagem que se faria a Jefferson Péres é continuar o seu trabalho, é fazer o sonho que ele estava imaginando. Vamos tentar reunir um grupo que realmente inicie uma caminhada de retomadas. Para quem lê o dia-a-dia dos jornais parece que houve uma subversão geral. A ética, a dignidade, a honradez são termos em desuso; são coisas que não têm significado.

Presidente Ayres Britto, sou admirador muito grande de V. Ex^a, porque o trabalho que V. Ex^a está fazendo é muito importante. V. Ex^a está chocando a sociedade e – perdoe-me a sinceridade – está chocando esta Casa e nós do Congresso Nacional, que não estamos fazendo o que devemos fazer. Tenho certeza de que falo em nome de Jefferson.

Ministro Britto, veja que, atrás de V. Ex^a, ontem, já estavam lá a OAB e a CNBB, iniciando uma movimentação nesse sentido.

Talvez aqui seja o grande momento de começarmos a prestar homenagem a Jefferson Péres objetivamente, fazendo aquilo que ele sempre quis.

Minha querida companheira, a senhora sabe da amizade e do afeto que unia o Jefferson e eu. Disse aqui da tribuna que o Jefferson, 12 anos meu vizinho, todos os dias, passava por mim, de tênis, caminhando e dizia: “Ô Pedro, tu tens que caminhar!”, e eu não caminhava. Ele caminhava todos os dias, não fumava; não comia carne vermelha nem branca, só peixe; não se exaltava, era um homem tranquilo, era um homem sereno. E não é porque era um homem tranquilo e sereno que guardava raiva, guardava mágoa e, engolindo a raiva, fazia mal para o coração. Ele dizia o que tinha de dizer, só que tranquilamente. Ele não guardava nada dentro dele. O Jefferson não guardava nem mágoa, nem ressentimento; pelo contrário, ele dizia, só que o fazia com grandeza, com serenidade.

É para ver como Deus faz as coisas que quer fazer. Tinha chegado a hora! Diria até: por que Deus está levando homens que nem o Jefferson? Por quê? Talvez seja para a gente refletir! Vamos imitá-lo, vamos copiá-lo, vamos levar adiante o seu exemplo, vamos fazer com que realmente se inicie a caminhada Jefferson Péres: caminhada pela moral, pela dignidade, pela seriedade da coisa pública.

Muito obrigado!

A Sociedade se Mobiliza Contra os Candidatos de Ficha Suja

(Em pronunciamento no dia 17 de junho, o Senador faz um panorama da mobilização da sociedade brasileira contra a inscrição de candidatos com ficha suja e volta a sugerir que a Justiça apresse o julgamento de candidatos com pendências judiciais)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, manchetes em todos os jornais de ontem e hoje tratam dos candidatos de ficha suja. No nosso *Correio Braziliense*: "Guerra aos candidatos sujos. Lista do Tribunal ajudará os eleitores. Grupo propõe lei da ficha suja para tirar candidatos".

Volto ao tema de ontem. A Constituição brasileira diz que não pode ser candidato quem tenha sido condenado em caráter definitivo. E também diz que, a fim de proteger a probidade administrativa, lei complementar regulamentará essa parte.

Na lei complementar, o Congresso determinou realmente o que está na Constituição: quem tem condenação em caráter definitivo não pode ser candidato.

Mas, até hoje, 20 anos depois, o Congresso ainda não regulamentou a outra parte da Constituição que diz que lei complementar regulamentará casos de honra, de dignidade que determinam que a pessoa não pode ser candidata. É isso que faz com que, desde a promulgação da Constituição, em 1988, até hoje, essa discussão esteja no ar.

Lamentavelmente, a lentidão da Justiça brasileira, as nossas leis de processo e um bom advogado fazem com que ninguém seja condenado. Condenado em caráter definitivo, ninguém é condenado.

Ladrão de Galinha

No Brasil vai para cadeia ladrão de galinha. Ele nem passa pela Justiça. Vai da polícia para a cadeia. Lá no Pará, aquela mocinha de 14 anos foi direto para uma cela com 16 marginais.

Denúncias de corrupção aparecem diariamente, envolvendo Deus e todo mundo. Condenação? Nenhuma em caráter definitivo.

O que a opinião pública acha do Congresso Nacional? Meio por cento gosta. O restante ou desaprova ou é indiferente.

Várias vezes se tentou regularizar essa matéria. Vamos tomar uma providência no sentido de apressar a Justiça a fim de que as pessoas processadas sejam julgadas em caráter definitivo ou para determinar que haja o entremeio do que fazer com aqueles que, ainda que não tenham condenação definitiva, têm uma vida tão maculada que não servem para candidato.

Essa é a discussão.

Eu tenho entrado nela a longo prazo. Tenho tido algumas vitórias. Por exemplo, durante anos a fio, deputado federal e senador só podiam ser denunciados e processados se a Câmara ou o Senado dessem licença. Então, o que acontecia? Matava-se, sim! O senador matava, o deputado matava; o promotor denunciava; o Supremo pedia licença, e o Senado não dava licença, ou a Câmara não dava licença. E não era dar licença negando! Não se dava licença, deixando-se na gaveta. Porque, para negar, ficava feio, a opinião pública não iria aceitar!

Processos no Supremo

Depois de muito tempo, nós conseguimos mudar isso. O Congresso aprovou que, para processar deputado ou senador, não se precisa de licença nem da Câmara nem do Senado. O procurador denuncia e o Supremo inicia o processo. Foi o que aconteceu agora com os 40 mensaleiros, denunciados na CPI. Procurador enviou ao

Supremo e o Supremo acatou e está levando adiante. Essa foi uma vitória! Pequena, diga-se de passagem. Porque, entre processar e ser condenado em caráter definitivo, em última instância, há um longo caminho a ser percorrido.

Hoje, esse debate está no plenário do Tribunal Superior Eleitoral.

A discussão é a de que político que tem ficha suja não pode ser candidato.

Iniciativa Popular

Ontem entrou no Tribunal Superior Eleitoral, levado pela CNBB, pela OAB, pela Organização dos Juízes e por uma série de entidades, um projeto de iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas, para determinar exatamente essa questão de candidato com ficha suja.

O Tribunal Superior Eleitoral, por quatro a três, disse que tem de haver a lei complementar do Congresso. O Congresso tem de regulamentar. Não é missão do Tribunal. O voto do Ministro Presidente do Tribunal era de que o Tribunal deveria regulamentar.

Apresentei um projeto que diz: candidato com ficha suja não pode ser candidato. Mas, ao mesmo tempo, tenho outro projeto que diz: para candidato com ficha suja, a Justiça tem de ter seu caso julgado antes da convenção.

Reparem que eu inverte. Não sendo julgado, ele pode ser candidato a qualquer coisa. Aí, em vez de acontecer o que acontece hoje, quando os advogados trabalham para não deixar o processo ir adiante, os advogados cobrarão da Justiça uma decisão.

Hoje não há como o cidadão honesto, o cidadão digno, que não tem nada contra si, provar que é honesto. Do mesmo modo, não há como dizermos que é corrupto um cidadão que está sendo processado, que tem mil coisas contra si.

Acabar com Impunidade da Elite

Se nós começarmos a fazer isso, se começarmos a terminar com a impunidade na classe política, na elite, vamos baixar para outro degrau, para que realmente o Brasil deixe de ser o país da impunidade.

Há uma diferença muito importante entre o que eu estou propondo e o que está sendo proposto lá na Justiça Eleitoral. Eu estou propondo que se acrescente que a Justiça tem de julgar o candidato.

Lá não há uma corrida para o julgamento, não há a imposição de que o réu seja julgado antes da convenção; lá, se ele não é candidato porque tem a ficha suja, nada garante que ele terá sua decisão na Justiça até a eleição. Aqui não, aqui ele terá condições de ser julgado. Se for absolvido, está absolvido; se for condenado, está condenado.

Biografia Limpa

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Britto, disse, nos jornais de hoje, que faz um apelo e cobra que os partidos, nas suas convenções, na seleção dos seus candidatos, devem selecionar as pessoas que tiverem uma biografia limpa.

Tramita na Casa um projeto meu que diz o seguinte: os partidos, antes das convenções que escolhem candidatos, devem apresentar uma lista com os nomes. Estabeleço que um determinado percentual dos que vão votar na convenção pode fazer um memorial apresentando uma acusação contra um candidato. Aí, a comissão de ética do partido analisa e, se for o caso, pede que o candidato se defenda e o partido vai julgar se ele deve ou não ser candidato.

O que o Tribunal está sugerindo eu já apresentei como projeto de lei.

Acho que o partido pode fazer uma seleção, acho que os convencionais devem ter o direito de dizer se a pessoa deve ou não ser candidata. Claro que a convenção, soberanamente, deve decidir. Já é uma pré-seleção que eu acho favorável.

Sr. Presidente, está marcada para amanhã uma reunião de diversas entidades a favor de eleições limpas: OAB, CNBB, ABI etc. Elas vão se reunir para lançar o manifesto em favor de eleições limpas.

Acho essa matéria da maior importância e acho que não fica bem para nós esperarmos decisão da Justiça. Que triste fazermos o mínimo que o Congresso deve fazer. A Constituição diz que deveria haver uma lei regulamentando a fidelidade partidária. Não a fizemos. O Supremo a fez por nós. O Supremo decidiu que o mandato pertence ao partido e não ao candidato.

Não podemos protestar porque a Justiça está legislando. No vazio do Congresso, se o Congresso não faz a sua parte, há que se entender que a Justiça agiu corretamente.

Agora o Supremo decidiu que medida provisória em matéria financeira, orçamentária, não pode existir. Está na Constituição, mas até agora o Congresso não havia feito nada.

Estamos às vésperas de ter outra decisão que é esta de que estou falando. Volto a repetir que é excepcionalmente positivo que esta Casa imponha, em primeiro lugar, a determinação com relação às candidaturas, que regulamente e tenha a coragem de regulamentar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Urgente Necessidade de Moralizar as Eleições

(O Senador, em pronunciamento no dia 19 de junho, insiste na necessidade de medidas que livrem as eleições brasileiras de candidatos acusados de crime e denuncia movimento de parlamentares que deseja retaliar a Justiça por estar ela legislando em questões políticas e eleitorais)

Senhor Presidente, desde o dia 5 de maio, só se vota aqui medida provisória ou indicação de autoridade. Nenhum projeto importante consegue ser votado, porque as medidas provisórias trancam a pauta. Eu gostaria de saber qual é o outro Parlamento no mundo onde acontece isso.

É uma humilhação imposta pelo Governo Federal ao Congresso brasileiro. Esta Casa não tem a coragem de tomar a decisão de devolver medidas provisórias ao Governo Federal.

Quem legisla? O Congresso Nacional, mas, se o Congresso não legisla, vem o Judiciário e o faz, por omissão de quem deve desempenhar esse papel.

Ontem, uma importante reunião se realizou em Brasília. A Associação dos Magistrados do Brasil, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e entidades como a OAB e a CNBB realizaram um entendimento para, em conjunto, lançarem a campanha pela moralização das eleições, pelo esclarecimento desta matéria relativa aos candidatos de ficha suja.

Estamos debatendo vários projetos no Congresso Nacional. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ontem, discutiu essa

matéria, cujo relator é o Senador Demóstenes. Sob a presidência do Senador Marco Maciel, nós decidimos suspender aquela discussão e encarregar um pequeno grupo de debater as diversas propostas apresentadas, para tentar chegar a uma proposta única do Poder Legislativo.

Eu tenho várias. Uma delas foi apresentada pelo Democratas, o antigo PFL, e estabelece que as convenções têm o direito de decidir sobre a seleção de seus candidatos. Meu projeto diz o seguinte: cabe à convenção a escolha de candidato. Um percentual dos convencionais pode levantar dúvida com relação a determinado candidato no que diz respeito à sua honradez, e ele terá de se defender. Depois, a convenção decide se ele é ou não é candidato.

Então, a primeira medida é esta: permitir que, na convenção, o partido faça a seleção. A outra medida é determinar duas circunstâncias.

Uma seria fazer com que, realmente, aquele que tem ficha marcada não possa ser candidato, mas que se imponha que ele seja julgado antes da convenção. Não pode a Justiça estabelecer que ele não pode ser candidato porque está marcado por uma acusação, mas não o julgar. Deve-se impor a obrigação de ele ser julgado.

Movimento contra a Justiça

Agora vejo que há um grupo de parlamentares, nesta hora em que se dá esse choque entre Justiça e Congresso Nacional, apresentando uma tese: querem mudar a fórmula de escolha dos ministros do Supremo Tribunal e dos ministros dos tribunais superiores, os cargos não seriam mais vitalícios, mas por um prazo determinado. Além disso, não caberia mais ao presidente a indicação dos ministros. Os senadores poderão indicar alguns e a Câmara, outros.

O atual sistema vem funcionando ao longo da história e, graças a Deus, funcionando bem. Eu não creio, não creio mesmo, que seria uma boa resposta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Segundo foi publicado por um jornal, os incomodados querem reagir e mexer na vitaliciedade dos ministros do Supremo e dos tribunais superiores. Essa seria uma decisão muito infeliz.

Recusei-me a assinar ontem, aqui no Congresso Nacional, mais uma medida desta natureza: que não se indique mais, que não sejam mais vitalícios esses cargos e que a escolha seja feita nos moldes da escolha para o Tribunal de Contas da União, onde estão ex-senadores e ex-deputados federais.

Lá no Rio Grande do Sul, eu, como governador, me neguei a indicar, passei os meus anos como governador e não indiquei nenhum membro ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; não indiquei nenhum nome. A Assembleia me dizia que só indicava se eu indicasse um deputado, e eu disse que deputado eu não indicava. O Tribunal ficou sem dois membros. Quem veio depois de mim indicou, mas eu não indiquei, embora tenha sido deputado por muito tempo.

Agora vi uma situação estranha, uma estranha situação: Presidente do Tribunal de Contas está sendo processado numa CPI. Não, o próprio Tribunal de Contas, os membros do Tribunal de Contas estão processando o Presidente do Tribunal de Contas por uma série de fatos atribuídos a ele quando deputado.

Acho essa situação delicada e juridicamente é discutível.

Ninguém deixa de reconhecer a extraordinária competência, seriedade e credibilidade da Suprema Corte americana. O presidente da Suprema Corte não é eleito pela Suprema Corte. É o presidente da República quem o indica. E ele fica lá vários anos e pode ser reconduzido. O conceito de seriedade e de independência lá é de tal natureza que não se discute. Absolutamente, não se discute a seriedade, a credibilidade e a respeitabilidade da Suprema Corte americana.

Mexer agora, neste momento, eu acho muito grave.

Atitude Firme

Olhem o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral: ele está tendo uma atitude de coragem, está tendo uma atitude firme, que merece respeito. Foi indicado pelo Lula. Parece-me até que foi candidato a deputado pelo PT.

Mas, desde que assumiu como ministro do Supremo, desde a sua manifestação, o seu debate, a sua apresentação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado Federal, deu para ver que ele

se desvestiu daquela condição anterior para ir para o Supremo como alguém que representa a responsabilidade final da Justiça brasileira.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal é um homem de coragem. É um homem que está lá dizendo o que tem de ser dito. O que ele fala com relação às medidas provisórias é o que é absolutamente correto e exato.

Por isso, eu farei um apelo: vamos parar com este movimento de querer mexer no Supremo Tribunal e nos Tribunais Superiores, mexendo no tempo de duração do mandato dos ministros, que é vitalício, e mexendo na fórmula de indicação que hoje existe.

Hoje, compete ao presidente indicar, é verdade, mas compete a esta Casa decidir. Eu, que nunca morri de amores pelo Fernando Henrique e nem pelo Lula, reconheço que votei a favor de todos os indicados, porque eram nomes de seriedade, de credibilidade, de respeitabilidade. Antes de votar, busquei saber quem era a pessoa, de onde vinha, qual era a sua história.

Agora, dizer que nós, senadores, temos de mudar a indicação para o Tribunal de Contas? Nós, senadores, indicamos dois e a Câmara dos Deputados indica dois. Na última vez, quando aqui indicamos – e eu votei contra um ex-colega nosso, processado no Supremo –, a Câmara se recusou a votar e ficou na gaveta da Câmara, e depois tivemos de mudar, colocando o secretário da Mesa na vaga destinada ao Senado.

Sem Coragem

Onde nós estamos? Para onde nós vamos? Somos um Congresso que não tem coragem de devolver uma medida provisória absolutamente inconstitucional e ilegal.

O Presidente da República criou a TV Brasil, a televisão oficial por medida provisória, uma decisão espetacular. Eu estou há 15 anos brigando nesta Casa para criar uma televisão educativa, nossa, que orientasse, que desse formação a um país do tamanho deste. Mas criar por medida provisória?

Agora, querem criar novamente o imposto sobre cheque. A Câmara já aprovou, embora faltem algumas emendas. Como a Câmara já o aprovou, os senadores foram falar com os deputados: Não

votem até as eleições. E os deputados não vão votar, porque eles acham que, depois das eleições, será mais fácil passar aqui. Não vai passar, mas vem. O projeto que cria o novo imposto sobre cheque não vem para esta Casa antes da eleição.

E essas coisas acontecem com a maior naturalidade.

O Judiciário melhorou. A criação do Conselho da Magistratura, do Conselho dos Procuradores, foi uma decisão muito importante. Melhorou.

Eu me inquieto quando vejo que, aqui em Brasília, todos os prédios novos, dos últimos 15 anos, espetaculares, são do Judiciário. Procuradoria-Geral da República, anexo do Supremo, Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho. Será que é hora disso?

Anexo

Queriam construir mais um anexo para nós aqui no Senado. Eu disse: Não é hora de o Senado fazer mais um anexo. Defendem o anexo porque há senadores em condições muito inferiores a outros. Isso é verdade. Alguns senadores têm um andar inteiro num edifício de 22. Outros têm uma sala menor. Mas isso não muda. Não é isso que vai mudar o Congresso brasileiro.

Que o Judiciário podia parar com isso, podia. Prédios novos, excepcionais? Não é hora disso. Mas daí o Senado e a Câmara dos Deputados indicarem os futuros ministros por prazo de quinze anos para ir renovando? Não vamos brincar com coisa tão séria.

Há quem queira dar o troco para o Supremo e para os tribunais superiores, querendo ameaçá-los com o fim da vitaliciedade – uma cláusula pétrea que existe na Constituição brasileira desde todos os tempos – e querer tirar do Presidente da República o direito de indicar os candidatos para dar a nós, deputados e senadores, fica muito mal.

Espero que isso não vá adiante.

Obtenção de Autorização do Governo para Empréstimo de US\$1 bilhão para o Rio Grande do Sul

(Numa sessão que durou mais de seis horas, fato raro numa sexta-feira, o Senador ocupou a tribuna – no dia 20 de junho – por mais de três horas, em pronunciamentos intercalados com o Senador Heráclito Fortes, a fim de aguardar o envio, pelo Governo Federal, ao Senado, naquele dia mesmo, de uma autorização – solicitada pelo Governo gaúcho – para que o Estado pudesse contrair um empréstimo do Banco Mundial a fim de refinarçar sua dívida)

Senhor Presidente, aqui permanecerei pelo tempo necessário nesta tribuna por uma razão singela: o Rio Grande do Sul, há longo tempo, está buscando um empréstimo externo, US\$1,1 bilhão, no Banco Mundial para recompor sua dívida.

Há anos, houve a federalização da dívida dos estados. Quem primeiro sugeriu isso na época foi o Governador Alceu Collares, no Rio Grande do Sul. Ele argumentava que não podia cada estado, devendo para bancos estrangeiros ou nacionais, ter uma dívida com juros exorbitantes. Então, o Governo Federal federalizou todas as dívidas.

Quando o Rio Grande do Sul negociou a sua dívida com o Governo Federal, os juros que estavam sendo praticados eram 22%, 23%, 24%. Fizemos a negociação a juros de 17% ou 18%. Mas os ju-

ros praticados agora são de 12%! E o Brasil cobra do Rio Grande do Sul juros de 17% ou 18%. O Rio Grande do Sul está pagando para o Brasil US\$1 bilhão de sua dívida, a juros de 17%, 18%.

O Rio Grande do Sul negociou com o Banco Mundial um empréstimo de US\$1 bilhão, que daremos ao Tesouro Nacional para abater da nossa dívida. Em vez de pagar 18% dos juros da dívida que o Governo do Rio Grande do Sul paga ao Governo Federal, vamos pagar praticamente a metade desses juros para o Banco Mundial.

E, até agora, invocando as mais diferentes desculpas, o Governo não enviou ao Senado o seu de acordo com esse pedido de empréstimo.

Estou falando, Senhor Presidente, porque o Diretor do Tesouro garantiu que esse empréstimo chega à Casa hoje e precisa ser lido na sessão de hoje para que a Comissão de Economia o vote na semana que vem. Se ele não chegar hoje, não sei o que pode acontecer. Nós estamos acreditando, apesar de todas as evidências contrárias, que o Governo vai fazer isso.

Há meia hora, eu falava com o Diretor do Tesouro, conterrâneo nosso, que foi secretário da Fazenda do Governo do PT no Rio Grande do Sul, e ele me disse que não tem nenhum problema, que esse projeto chegará aqui na Casa daqui a pouco. Nossa querida Secretária Cláudia Lyra está esperando para recebê-lo e nós o lermos aqui.

Estamos Aguardando

Então, meu amigo, Diretor do Tesouro, nós o estamos aguardando. O Brasil – que, pela TV Senado, está vendo esta sessão – está na expectativa de que o projeto chegue, seja lido na sessão do plenário e seja votado na semana que vem.

Não é empréstimo para fazer obra ou pagar funcionário: é para melhorar as condições da dívida do Rio Grande do Sul.

Eu, com toda sinceridade, não consigo entender. Na minha opinião, se, quando foi feita a renovação da dívida do Rio Grande do Sul, o juro praticado era o dobro do que é hoje, naturalmente, o Tesouro devia baixar o juro. Não é banco agiota e um credor qualquer: é o crédito do Brasil a um governo de Estado, irmão federativo. Não é

justo que o Banco Mundial ofereça aquilo que o Brasil não oferece. Mas espero que hoje resolvamos essa questão.

A Chefe da Casa Civil está preocupada, o Ministro da Fazenda também. O ilustre Líder do PT, Henrique Fontana, deputado federal do Rio Grande do Sul, também. Zambiasi, Paim e eu, os três senadores, e toda a bancada federal do Rio Grande do Sul estamos aguardando que isso aconteça hoje.

Eu me envolvo em todas as questões em que tenho de falar para ajudar o Rio Grande do Sul. Fiz isso em todos os governos: Jair Soares, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto e Yeda Crusius.

Nós, do MDB do Rio Grande do Sul, sofremos muito no passado. Na época do regime militar, o Rio Grande do Sul, terra de Jango, Presidente deposto, terra de Brizola, líder opositor importante, pagou muito caro pela defesa da nossa liberdade e da democracia.

Mesmo no regime mais autoritário, na época mais brutal, quando os governadores não eram eleitos, mas nomeados, eu, deputado estadual ou senador da República, dizia: O que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB. E não deixávamos de votar a favor do Rio Grande em todas as teses que eram importantes para o nosso Estado.

Eu, líder da Oposição e presidente do partido da Oposição presidi uma comissão que levou o polo petroquímico para o Rio Grande do Sul. Muita gente não aceitava. O Geisel não estava interessado, preferia que fosse para a Bahia. E a Oposição e o Governo Guazzelli arregimentaram o Rio Grande do Sul, que se uniu numa mão só para defender o polo para o Rio Grande do Sul. E foi. O mesmo aconteceu com a Aços Finos Piratini: eu presidi a Comissão, e a Aços Finos Piratini foi para o Rio Grande do Sul.

Então, essa tese de que o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para nós, independentemente de ser politicamente ruim para o partido, nós sempre a defendemos.

Ainda não chegou o processo do Tesouro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Pensei que o Diretor do Tesouro já o tivesse enviado.

Estamos esperando, Diretor do Tesouro. Estamos esperando pelo senhor.

Pois bem, o Ministro da Justiça determinou levantamento sério em algumas ONG lá na Amazônia. Questões seriíssimas estão acontecendo, mas a CPI das ONG não apurou nada! A Polícia Federal, até agora, nada! A Procuradoria, até agora, nada! E a Justiça Federal, consequentemente, nada!

Veja a diferença. Como são diferentes as coisas no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, uma CPI trabalhou incessantemente. Presidida pelo PT, um relator do PSDB, debateram em sessões transmitidas ao vivo pela TV da Assembleia Legislativa e por rádios e televisões do Rio Grande do Sul. Todo mundo acompanhou. E os acontecimentos foram acompanhados pela Polícia Federal.

Anda por todo o Rio Grande do Sul uma série de gravações das quais a Polícia Federal entregou uma cópia para a CPI, e a imprensa toda teve conhecimento.

Lá, os nomes estão na rua, nas manchetes. A Governadora, por sua parte, procurou o Procurador-Geral e abriu as portas no sentido de o Procurador-Geral designar uma força-tarefa. E foi designada uma força-tarefa para os inquéritos, não apenas para o da CPI, mas para tantos outros quantos existirem, para apurar o que está acontecendo.

A Procuradoria determinou que esse levantamento fosse feito. A Governadora designou um gabinete de transição, composto de representantes dos partidos que estão no Governo, para acompanhar a crise. Os secretários cujos nomes foram citados foram afastados.

Quantas discussões semelhantes tivemos aqui?

O caso do Waldomiro, que apareceu na televisão recebendo dinheiro da propina, e não aconteceu nada. O Governo disse que ele só pode considerar culpado quem for julgado pela Justiça em caráter definitivo. Mas entre eu não poder considerar réu condenado e eu deixar no Governo pessoas que estão altamente envolvidas, há uma diferença muito grande.

Lá no Rio Grande do Sul, independentemente de envolvimento, pessoas envolvidas foram afastadas. Aqui, ficaram e continuam.

Tradição de Seriedade e Cobrança

A imprensa do Rio Grande do Sul tem uma tradição de seriedade e de cobrança dura em todos os setores.

Agora, convém que se diga: a Justiça está julgando, a Procuradoria está atuando, a Polícia Federal não para. Que bom quando a Polícia Federal puder ter essa competência de trabalhar, investigando tudo no Rio Grande do Sul, no Brasil inteiro!

Tenho certeza de que a experiência que estão fazendo no Rio Grande do Sul, indo às últimas consequências, um dia será feita também no resto do Brasil.

Eu estaria aqui, na tribuna, se a CPI não tivesse podido trabalhar, eu estaria aqui exigindo que ela trabalhasse.

Mas eu duvido que, na história de CPI, tenha havido um presidente de CPI que tenha tido uma ação tão intensa e uma movimentação tão intensa como o Presidente da CPI lá de Porto Alegre.

Estamos vivendo uma fase triste de CPI. No Congresso, praticamente houve uma decisão de que não se cria mais CPI, pois CPI aqui não dá em nada.

Quanto à Varig, paira essa dúvida tremenda sobre o que aconteceu. Veio a ex-Diretora da Anac, deu um depoimento e terminou por aí. Não se chegou a conclusão nenhuma.

Tanto na CPI das ONG como na CPI dos Cartões Corporativos, a negativa de convocação foi total, absolutamente total, pelos governistas, e não se chegou a nada.

No Rio Grande do Sul, não. No Rio Grande do Sul, a CPI viu corado o seu trabalho, com a colaboração bem maior da Polícia Federal, com a capacidade da Procuradoria e com a juíza que, em tempo recorde, aceitou praticamente o que a Polícia Federal iniciou, o que a Procuradoria denunciou.

As coisas estão andando por lá. Falei com a Governadora em mais de uma oportunidade e nunca vi, por parte da Governadora, senão o sentido de buscar a verdade.

O Caso do Mensalão

É claro que houve exageros, aqui em Brasília, no passado, no caso do mensalão, quando o Presidente Lula não deixou criar a CPI, e

o Presidente Sarney, Presidente do Congresso Nacional, não indicou os membros.

Conseguimos o documento com as assinaturas. Enviado o documento para os líderes indicarem os nomes, o PMDB, o PT e outros partidos não indicaram os nomes. O Presidente do Senado, de acordo com o Regimento, tinha a obrigação de indicar. Se os líderes não indicam, ele indica, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito não é um direito da minoria. Basta um terço de assinaturas da Casa para que a CPI tenha de ser concedida.

O Senador Jefferson Péres e eu tivemos de entrar no Supremo. E o Supremo mandou criar a CPI.

No Rio Grande do Sul, não só se criou como se entregou a Presidência para o PT. Em todas as conversas e manifestações que tive, na bancada do PMDB, o PMDB e a nossa participação no Governo da Governadora foram no sentido de apurar, claro.

Lembro aqui, na CPI do Mensalão, quando o Presidente Lula foi vaiado lá no Maracanã na abertura dos Jogos Pan-Americanos. Foi uma injustiça cruel que o povo fez. Naquela época, um ano e meio atrás, não podia andar pelo interior do Brasil, porque era vaiado.

Impeachment **de Lula**

A Oposição, aqui no Senado, se reuniu e trouxeram juristas para criar um pedido de *impeachment* do Presidente. Chamado, eu disse: vocês estão muito enganados, CPI de *impeachment* não precisa nem de advogado nem de jurista. O pedido é mais singelo, é mais simples; numa página, você bate o requerimento e pede. O problema é o embasamento político, a repercussão popular. E eu, sinceramente, não vejo que haja motivo para pedir o *impeachment* do Lula. Acho que ele está vivendo uma hora difícil. A credibilidade dele é muito difícil, o seu Governo vive uma hora dura, mas acho que é impatriótico pedir o *impeachment*. E não se pediu.

Lá no Rio Grande, pediram o *impeachment* da Governadora.

No Banco do Rio Grande do Sul, nós temos uma tradição e uma história de respeitabilidade que vem de longe. O rapaz que está lá, tenho muito carinho por ele, foi meu assessor direto quando gover-

nador. Quando renunciei, para ser candidato ao Senado, assumiu o Sinval Guazzelli e o indicou para presidente da Caixa. Depois, ele foi indicado para diretor do banco, e lá está no terceiro mandato, já dois como presidente.

Banrisul

Nunca, na minha vida, Senhor Presidente, tirei um empréstimo no banco para mim, para alguém da minha família ou pedi alguma coisa para quem quer que seja. Tenho a convicção absoluta de que o meu partido não teve nenhuma participação em qualquer ação no Banco do Rio Grande do Sul. Interpelei também o ex-Chefe da Casa Civil: que diga, que conte e que mostre o fato.

O Vice-Governador fala num processo que os jornais de ontem disseram que, por unanimidade, o Tribunal arquivou.

É uma pena que se queira inverter a forma de fazer política no Rio Grande do Sul.

Fiscalização das Candidaturas

Estou numa luta, aqui em Brasília, no sentido de maior fiscalização nas candidaturas. Não aceito que não aconteça nada com candidato com ficha suja. Até hoje, mais de vinte anos da Constituinte e da Constituição de 1988, não se regulamentou o artigo sobre casos de inelegibilidade de quem tem ficha suja.

Tenho sessenta anos de vida pública e falo aos jornalistas de Porto Alegre: não brinco com a honra de ninguém e tenho direito de exigir que não brinquem com a minha. Digam qual foi o momento em que eu atuei no sentido de evitar a apuração de qualquer fato?

Sou contra o sigilo. A imprensa tem de publicar tudo. O Governo Lula já tentou proibir promotores de divulgar casos que estão sendo apurados e que ele acha que têm de continuar em sigilo. Eu acho que devem ser públicos.

Por falar nisso, nada ainda, Sr. Presidente, de notícias do Tesouro? Não?

Vamos, pois, continuar.

Telefonema para o Diretor do Tesouro

Vossa Excelência poderia pedir para a nossa querida Secretária fazer um grande favor? Peça para ela telefonar para o Diretor do Tesouro, porque ele diz que está mandando o documento e nós estamos aqui esperando.

Ele, pelo menos, tenha a singeleza de dizer se vai mandar ou não vai mandar. Nós estamos aqui aguardando. Eu continuo esperando, Dr. Arno Augustin, Secretário da Fazenda do Governo Olívio Dutra, do PT, hoje Diretor do Tesouro Nacional, do PT.

Sempre com Mandatos

Repito: eu sou uma pessoa que estou há 55 anos na vida pública. Coisa interessante: nesse tempo, Senhor Presidente, eu não fiquei um dia sem mandato. Vereador, fui eleito deputado quatro vezes. Deputado, fui eleito senador. Quando terminei o mandato de senador, fui eleito governador. Quando terminei o mandato de governador, fui eleito senador.

A Recusa em Receber as Aposentadorias

E a minha vida é limpa, tranquila. Eu podia estar recebendo aposentadoria de governador, mas me recusei a receber. Acho natural que as pessoas recebam, mas eu...

Quando votaram a lei de aposentadoria para ex-governador, eu era deputado e tínhamos maioria. E votamos a lei no sentido de ajudar o Meneghetti e o Senhor Walter Jobim. Esses dois ex-governadores viviam uma situação muito difícil, e chegou-se à conclusão de que seria ridículo deixar ex-governadores numa situação difícil.

Quando votamos a lei e o MDB era maioria, tínhamos 32 deputados, mandaram um projeto de lei dizendo que, para ex-governador receber o benefício da aposentadoria tinha de estar no gozo dos direitos políticos. Eu virei bicho. O Brizola era ex-governador, estava no Uruguai, tinha sido cassado. Perguntei: Vem cá, vocês acham que vou votar uma lei para vocês e deixar o Brizola de fora?

Aí fizemos um entendimento: se o ex-governador não está no uso dos seus direitos políticos, a esposa recebe no lugar dele. Daí

votamos, e a Dona Neusa passou a receber a pensão em nome do Brizola, ex-governador, que estava cassado. Mas eu não recebo.

Eu, governador, não morei no Palácio, morei na minha residência. Aliás, residência, apartamento da minha família que tenho e moro nele há 55 anos.

O Rio Grande no Coração

A fotografia oficial de governador, no meu tempo, eu não espalhei por lugar nenhum. Mandeí colocar um quadro com um mapa do Rio Grande do Sul. O mapa do Rio Grande do Sul tem a configuração de um coração. Então, em todas as repartições públicas, determinei a obrigatoriedade desse mapa com os dizeres: Leve o Rio Grande no peito.

Não existe no Rio Grande do Sul uma só placa colocada no meu Governo. Não inaugurei nenhuma obra.

No meu Governo, sofri com a imprensa porque cortei verba de publicidade. O Governo estava em situação difícil. Não teve verba para publicidade.

Deputado durante 16 anos, vim para o Senado e continuei pagando até o final a contribuição para o Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais. Aposentei-me no tempo determinado. Não recebo a aposentadoria de deputado estadual, nem a de senador. Defendo que o parlamentar tenha um salário absolutamente justo com as necessidades que ele tem.

A Recusa em Receber a Verba Indenizatória

Criaram, aqui, a verba de representação. Eu respeito os que a recebem; eu não a recebo. Eu podia estar recebendo os meus R\$17 mil como senador; R\$16 mil de verba de representação; R\$17 mil como ex-governador; e R\$8 mil ou R\$9 mil como ex-deputado. Eu só recebo os R\$17 mil a que tenho direito.

Eu sou assim, esse é o meu estilo. Nunca tive parente nomeado para cargo público. Como governador do Estado podia indicar um ex-deputado para o Tribunal de Contas. Quando fui governador, as duas vagas que abriram no meu Governo ficaram sem titular, por-

que, se eu mandasse um que não era deputado, ele não passava na Assembleia. Eu não mandei outro. E não passou. E foi assim.

A lei mais importante que eu apresentei como governador, no Rio Grande do Sul – que também apresentei aqui, só que não sai da gaveta aqui do Senado –, era para que, no Rio Grande do Sul, o maior salário não fosse maior do que vinte vezes o menor salário. E a aprovei; por unanimidade, a Assembleia a aprovou. Está em vigor até hoje.

Mas a interpretação é a seguinte: quando se diz que o maior salário não pode ser vinte vezes maior do que o menor salário, está-se falando na parte fixa do salário. Então, realmente, o maior salário no Rio Grande do Sul não é mais do que vinte vezes maior do que o menor salário na parte fixa. Mas os penduricalhos aumentam muitas vezes a renda.

O Fim das Nomeações

Sofri quando governador, porque, até eu assumir, gerentes do Banco do Rio Grande do Sul e da Caixa estadual e diretores de colégio eram nomeados pelo Governo.

No meu Governo, os gerentes saíam dos quadros formados dentro das empresas.

Se um jornal apresentava na manchete dúvida com relação a alguém no meu Governo, eu afastava o apontado. Um grande amigo, uma pessoa excepcional, Wilson Vargas, digno, correto, decente, cassado injustamente, foi o meu presidente da Caixa Econômica. O jornal botou uma manchete de um carro da Caixa usado por ele em Santa Catarina, numa praia. Ele se afastou.

Problema que havia em setor do Estado eu me antecipava à criação da comissão e demitia. Eu disse várias vezes que, na dúvida, eu demitia. E dizia: estou fazendo uma tremenda injustiça, mas prefiro demitir a ter interrogação no meu Governo.

Em compensação, para elegerem Peracchi Barcellos governador, cassaram vários deputados do nosso partido. Numa assembleia de 55 membros, a eleição era indireta e ele foi eleito com 22 votos, e nós tínhamos 33. Cassaram tantos quantos necessários para que o nosso candidato não fosse eleito.

Foi feita uma CPI sobre a célebre fazenda Santa Rita, e o ânimo de todos era em cima do Coronel Peracchi Barcellos, Governador do Estado. As nossas conclusões foram de que a corrupção houve, o escândalo houve. Mas ele, governador, não era culpado. Eu fui para a tribuna para dizer isso: O Governador não é culpado.

A Única Assembleia Aberta

Essa é a minha maneira de ser. Em compensação, no auge da ditadura só ficou aberta uma Assembleia, a do Rio Grande do Sul. Fecharam todas as outras, no AI-5, e o Congresso. A nossa ficou aberta, pela dignidade, pela seriedade e pela respeitabilidade.

Caso das Mãos Amarradas

Criamos uma CPI para o célebre caso do Sargento Manoel Raimundo Soares, mais conhecido como Caso das Mãos Amarradas, que apareceu morto, torturado, nas águas do Guaíba. Fizemos uma CPI em plena ditadura, em meio às cassações. Denunciamos o comandante da Polícia Estadual e as pessoas que foram responsáveis pela tortura e pela morte do Sargento Manoel.

Eu viajei para o Rio. Fui a uma favela dali, com alguém ao meu lado que me apresentou à esposa do Sargento. Saímos com a esposa e compramos umas roupas para ela poder viajar condignamente, e a levamos para Porto Alegre, ao necrotério, para reconhecer o corpo. E ela o reconheceu.

Eu fui governador; o Antônio Britto foi governador; o Rigotto foi governador do Rio Grande do Sul, do MDB. Erros, equívocos, podemos ter praticado, mas nossa linha é uma linha de retidão. Nós não somos muito bem vistos pelo MDB nacional, desde a morte do Dr. Ulysses. Há uma diferença muito grande entre eles e nós.

O PMDB no Governo

O PMDB parou com a morte do Dr. Ulysses. No Governo, somos culpados de muitos fatos. Não temos coragem de apresentar candidatos à presidência da República. Aqui no Congresso, quando as comissões são formadas, o PT, que é o maior partido, abre mão da

relatoria, abre mão da presidência, mas designa pessoas a fim de não fazerem coisa nenhuma nas CPI.

Mas não nós, no Rio Grande do Sul, mantemos a nossa tradição de dignidade.

Pedro Simon está onde sempre esteve.

Se a CPI lá no Rio Grande do Sul não pudesse ter funcionado, se os fatos não tivessem ido adiante, se a Polícia Federal não tivesse tido uma atuação a mais do que se poderia esperar, os jornalistas poderiam perguntar onde está o Pedro Simon. Mas as coisas estão sendo feitas lá.

O Vice-Governador confunde as mágoas e os ressentimentos com o que está fazendo com a instituição que é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É um papel muito triste.

O Rio Grande do Sul está superando os seus problemas.

Germano Rigotto foi um grande governador. Com todas as dificuldades, ele foi adiante e abriu espaço para uma série de investimentos que estão indo para o Rio Grande do Sul. E a Governadora continua nesse rumo.

As Dívidas da União com o Rio Grande do Sul

É verdade que nossa dívida se deve em parte pelas estradas que o Governo do Rio Grande do Sul fez. Essas estradas, hoje federalizadas, foram construídas mediante contratos assinados, nos quais o Governo Federal se comprometia a devolver o dinheiro, coisa que até agora não aconteceu.

É também verdade que o Governo do Estado colocou US\$1 bilhão na Aços Finos Piratini, que o Governo privatizou e nada nos pagou.

E os milhões que o Governo do Estado gastou com a infraestrutura do polo petroquímico que o Governo Federal privatizou depois? Onde está o nosso dinheiro?

E o bilhão de reais que anualmente o Rio Grande do Sul, grande exportador, deveria receber da Lei Kandir, mas não recebe mais um centavo?

E a CEEE? Há uma causa que já ganhamos referente à diferença de tarifas, e que o Governo Federal tem a obrigação de pagar ao Rio Grande do Sul, mas não deu um centavo até aqui.

Não veio nada ainda, do Tesouro, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a nossa Secretária Executiva, Doutora Cláudia Lyra, está nos informando que recebeu uma ligação do Procurador-Geral da Fazenda, Doutor Luiz Inácio de Lucena, para comunicar que está faltando um documento chamado ROF, e que este documento chegaria às 13 horas. A nossa Secretária Executiva, Doutora Cláudia Lyra, solicitou a Sua Senhoria que mandasse um *e-mail*, mas, até agora, o *e-mail* não chegou. Então, estou passando essa informação a Vossa Excelência, para que fiquemos aguardando esse documento para as 13 horas.

Estou solidário a Vossa Excelência. A Mesa está à sua disposição. Em nome do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON – A que hora vai chegar?

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Previsão de chegada às 13 horas.

O SR. PEDRO SIMON – Eu faria um apelo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que pudéssemos suspender a sessão e reabrir às 13 horas. Nada impede.

O SR. PRESIDENTE – Vou consultar o nosso Regimento, para fazermos na forma regimental.

O SR. PEDRO SIMON – Nada impede de suspendermos a sessão, para eu não ficar uma hora e meia aqui. Posso até ficar, mas...

O Sr. *Heráclito Fortes* (DEM – PI) – Em solidariedade a Vossa Excelência, cancelo minha viagem, viajo à tarde e fico aqui aguardando tranquilamente para dar número.

O SR. PEDRO SIMON – Ótimo, Excelência.

Senhor Presidente, com a minha experiência de 25 anos, eu posso dizer que pode. Suspendemos a sessão agora e a reabrimos às 13h30min, para lermos o documento que vai chegar.

O SR. PRESIDENTE – Perfeito.

Não vou discutir com vossa vasta experiência...

O SR. PEDRO SIMON – Vossa Excelência quer dizer que acha que eu sou um otimista e que acho que o documento virá?

O SR. PRESIDENTE – Não. Sou solidário. Eu quero fazer na forma regimental. Eu confio, eu acredito que o Procurador-Geral da Fazenda, apesar de haver passado a informação por telefone, e ainda não ter chegado por *e-mail*, para ficar uma coisa oficial... Acho que ele não vai fazer isso com Vossa Excelência.

O SR. PEDRO SIMON – Presidente, eu estou me dirigindo ao Diretor do Tesouro. Quem falou comigo foi o Diretor do Tesouro. Quem garantiu que o documento chegaria aqui foi o Diretor do Tesouro, não o Procurador da Fazenda.

Então, peço a Vossa Excelência que suspendamos a sessão e fiquemos aqui, conversando, e, às 13h30min, voltaremos para reabri-la.

O SR. PRESIDENTE – Senador Pedro Simon, obtive informação da Mesa de que não é prudente suspender a sessão e reiniciá-la às 13h30min. Então, vamos mantê-la aberta. Estou à sua disposição.

O SR. PEDRO SIMON – A Secretária, a Doutora Cláudia, tem toda a razão: não é prudente.

O SR. PRESIDENTE – Não há previsão regimental.

O SR. PEDRO SIMON – Mas não há proibição.

O SR. PRESIDENTE – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Perdoe-me. Mas antes de a Doutora Cláudia Lyra ter nascido, eu já estava aqui. Então, tenho mais experiência que anos de vida dela.

O Sr. Heráclito Fortes – Quero congratular-me com a Doutora Cláudia por essa afirmação.

O SR. PRESIDENTE – A assessoria está-me informando que não há previsão regimental. Vamos continuar.

O SR. PEDRO SIMON – Então vamos revezar: o Senador Heráclito vem falar aqui e depois eu volto.

O Sr. Heráclito Fortes – Assunto é o que não nos falta.

O SR. PEDRO SIMON – Então, encerro por agora, Senhor Presidente, e virá o Senador Heráclito, e depois eu volto. Ficaremos aqui até as 13h30min. Está correto.

O SR. PRESIDENTE – Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Atenção, diretor Arno Augustin, o Rio Grande do Sul está olhando para Vossa Senhoria. O Rio Grande do Sul está olhando também para a Chefe da Casa Civil. Estamos olhando para eles, porque estamos aqui aguardando.

A Importância da TV Senado

Senhor Presidente, não há dúvida de que a TV Senado foi uma grande conquista do povo brasileiro. É impressionante como agora as realidades políticas são mostradas à sociedade.

Eu acho também que, desde que a TV Senado foi criada, nós não vivemos um momento tão singular como este que nós estamos vivendo hoje.

A informação que tenho é de que há uma imensidão de televisores no Rio Grande do Sul ligados na TV Senado neste momento. Se não fosse ao vivo, eu não poderia explicar essa questão.

Deboche Federal

O Governo Federal, de uma maneira triste, pequena, muito pequena, ridiculariza o Senado, ridiculariza o Rio Grande do Sul, ridiculariza a nossa inteligência, debochando de todos nós.

Se querem dar autorização deem; se não querem dar, não deem. Mas não debochem.

Senhor Presidente, Vossa Excelência foi informado, pela Secretária Executiva, Cláudia Lyra, de que até uma e meia da tarde chegaria o documento a esta Casa, para que pudéssemos ler e dar-lhe entrada. Essa foi a palavra do Diretor do Tesouro Nacional. Quando, ainda ontem, falei com o Diretor do Tesouro Nacional, ele disse que o problema da Procuradoria era com ele.

Há cerca de três horas, informaram a Vossa Excelência de que até uma e meia o documento chegaria aqui.

Agora não é mais o Diretor do Tesouro, não é mais o Procurador-Geral da Fazenda. É uma senhora, doutora Liana Veloso, adjunta substitutiva, que manda dizer eu não sei lá o quê.

Falta de Respeito

Vamos nos respeitar, Senhor Presidente, vamos nos respeitar. É uma matéria que se está esperando há longo período. O Banco Mundial está esperando há longo prazo. O Líder do Governo, Henrique Fontana, deputado do PT do Rio Grande do Sul lá na Câmara, recebeu a garantia absoluta de que hoje estaria aqui. Tão confiante estava que foi para o Rio Grande do Sul. O Senador Paim e o Senador Zambiasi receberam a confirmação absoluta de que estaria aqui e foram para o Rio Grande do Sul. Eu recebi a informação absoluta de que estaria aqui, mas não fui para o Rio Grande do Sul. Resolvi ficar aqui para ver se chegava.

Com todo carinho que tenho pela Secretária Cláudia Lyra e toda confiança que tenho nela, embora ela tenha me garantido ontem que se chegasse aqui seria lido, eu queria estar aqui para olhar. Não imaginava que não só o documento não chegaria, mas também que essa tal de Senhora Liana Veloso se prestasse a esse papel. A minha cópia, Senhor Presidente, a cópia que Vossa Excelência me deu de fax, eu a desconheço.

Eu a nego. Eu a rasgo. Dela não tomo conhecimento. Porque é debochar, é ridicularizar, é não ter, pelo menos, o respeito com as pessoas.

Vaidade Exagerada

Quando o Lula estava na cadeia, fui com o Teotônio visitá-lo no ABC. Quando o Lula estava sendo processado no Superior Tribunal Militar, com o Dr. Ulysses, fomos lá garantir a manifestação pela sua defesa. Hoje está na Presidência da República. A vida tem disso. Às vezes, estamos em cima; às vezes estamos embaixo. Não vivi momento tão triste como este; tão grosseiro, tão vulgar. O Lula está numa vaidade exagerada, e temo porque parece que Sua Excelência é homem além do bem e do mal. E a gente que o assessora vive momentos muito difíceis. Ah, prepotência e complexo de grandeza! Ah, vaidade, a vaidade!

A sorte tem sido favorável ao Brasil. A tese do petróleo nas águas profundas está convidando o Brasil a fazer parte da Opep. Os americanos dobraram a produção de milho e usaram a metade para tentar produzir álcool, e conseguiram, num processo muito inferior ao nosso, produzido por meio da cana-de-açúcar... Mas a produção brasileira é imensa.

Ah, mas se a vaidade tomar conta do Presidente, se o Presidente começar a pensar que é um predestinado e zombar e debochar dos outros como ele está fazendo com o Rio Grande do Sul, eu não sei. Mas não tenho um prognóstico favorável.

Publicidade Excessiva

Páginas e páginas dos jornais do Rio Grande do Sul e de todos os outros estados fazem propaganda dos investimentos do Governo. Ontem, no Rio Grande do Sul, a publicidade dizia que o Governo está investindo na educação lá.

Nem os militares, à época da ditadura, tiveram tanta publicidade como tem hoje o Governo com a TV Brasil, diga-se TV Lula.

Mais do que isso, muito mais do que isso: na vaidade do Presidente e do seu Governo, eles debocham dos adversários. Senhor

Lula, o Rio Grande do Sul não merece isso! O Rio Grande do Sul não merece isso! Temos uma história, temos uma tradição, temos uma biografia. Mas Vossa Excelência está sendo muito cruel com o Rio Grande! Tem realizado obras? Tem. Uma plataforma submarina no porto do Rio Grande? É verdade. Mas no polo petroquímico, retirou a Petrobras e entregou o controle para empresa da Bahia.

A Varig, o Governo Lula deixou esmagar. Ao invés de o Governo Lula usar a Lei de Falência para salvar a Varig, aconteceu algo tão vexatório que prefiro não tratar agora.

Fizeram-nos de Bobos

Nessa questão do empréstimo do Banco Mundial, durante um ano e meio nos fizeram de bobos. Ainda acredito, Senhor Presidente, com toda sinceridade, que eles podem encontrar alguma fórmula. Mas o Rio Grande do Sul não merecia ser tratado assim.

O Governo estimulou os deputados do Governo a criarem um novo imposto sobre o cheque e o Lula foi à imprensa e disse que não tem nada a ver com isso. Já o Ministro do Planejamento disse que era contra esse imposto, que era ridículo criar esse imposto.

O Supremo Tribunal disse que medida provisória não poderia tratar de questão orçamentária, de crédito especial, mas o Governo continua mandando.

Perseguição à Imprensa

A última agora é que o Governo vai ser mais rígido ao punir jornalistas. Quem diria! O PT, que teve os jornalistas ao seu lado nas horas mais difíceis, agora exige punição maior para os jornalistas.

Creio que o Governo vive um momento importante. É verdade que tenho medo porque a inflação é um perigo e uma interrogação no mundo inteiro, não é um problema apenas do Governo brasileiro. Os níveis absurdos de crescimento dos preços do petróleo e a influência desses preços nos produtos necessários para a produção agrícola estão fazendo os preços subirem.

Lembro-me do Governo Sarney, quando as pessoas se ajoelhavam para beijar as mãos do Ministro Funaro e endeusar o Presidente Sarney por causa do Plano Cruzado.

Foi um período fantástico. Creio até que foi a época em que vi o povo mais feliz na minha vida, porque o Plano Cruzado congelava todos os produtos e aumentava em 20% os salários. Era a primeira vez que isso acontecia. O cidadão acordava, tinha mais 20% no bolso e os produtos estavam congelados. Era uma alegria total. Um ano depois, a inflação chegou a 80% ao mês. Não creio que isso vai acontecer de novo no Brasil.

Por isso, acho que o Presidente Lula não devia viver essa euforia, principalmente tinha de ter um pouco mais de humildade e, principalmente, não debochar do Rio Grande e do seu povo.

Faltava Convicção

Eu dizia, numa reunião no meu gabinete, há três dias, que o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, falava sobre esse empréstimo, mas eu não acreditava. Não vi convicção na sua maneira de falar como as coisas aconteceriam.

O Diretor do Tesouro, o Dr. Arno, foi Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Como secretário, mandou um ofício ao Diretor do Tesouro pedindo que o Rio Grande do Sul tivesse direito de receber de volta o que tinha usado na construção de estradas federais. Quis o destino que ele, Diretor do Tesouro, tivesse de opinar sobre o ofício que ele mandou como secretário da Fazenda, e não decidiu a favor. Não honrou a sua assinatura.

E agora está lá: diretor do Tesouro, ex-secretário da Fazenda, gaúcho, que vai todo o fim de semana ao Rio Grande do Sul. Vem na segunda-feira e volta na sexta-feira. E que fez a gente passar por esse papel ridículo.

A Culpa no Caso Varig é do Presidente Lula

Outro dia, um jornalista publicou, no *Jornal do Brasil*, que Pedro Simon tinha defendido a Chefe da Casa Civil, dizendo que ela não tinha nada que ver com a questão da Varig. Não foi o que eu disse.

O que eu disse é que, quanto às denúncias sobre a venda da Varig, eu não concluí que a culpa vinha do fato de a Senhora Dilma ser candidata a presidente.

O Compadre

Para mim, a culpa é do Presidente Lula. Se houve uma determinação da venda da Varig nas condições em que foi vendida, eu culpo o Presidente. O Presidente, atendendo ao apelo de seu compadre...

Aliás, como o Presidente Lula, atualmente, tem compadre, tem amigos...

Ele mesmo disse, outro dia, que não sabe se, quando deixar a Presidência da República e voltar para sua casa em São Paulo, vai receber tantos convites para casa de praia e de veraneio quanto os que recebe como presidente.

Na verdade, o atual Presidente deve olhar para trás e ver que, antes de ser presidente, ele não tinha tanto amigo como tem agora – nem amigos influentes, como o seu compadre que tem um escritório de advocacia dos mais procurados no Brasil pela sua amizade com o Presidente da República.

Terceiro Mandato

Acredito que o Congresso não apoiará a tese da segunda reeleição. O Governo, se as pessoas não se enraizarem na firmeza de propósito, leva qualquer um de roldão pelas facilidades que apresenta.

É tão fácil criar uma medida provisória!

Acho que não passa a emenda da reeleição. Se passar, o Brasil entrará numa crise de consequências imprevisíveis.

Eu posso garantir que o Lula não chegaria ao final do seu terceiro Governo. Ele diz que não quer e lança candidatos. Hoje, é a Dilma; ontem, foi o Governador Aécio; antes, foi o Ministro Jobim. Muitos nomes foram lançados.

A época que vivemos é confusa. A credibilidade do Congresso está com os índices mais baixos de toda a sua história.

Brasil é sinônimo de impunidade. As organizações internacionais dizem que não há país onde a corrupção seja tão intensa, tão frequente e em todos os setores como no Brasil.

Falam até num percentual que encareceria qualquer empreendimento no Brasil, porque é o percentual desviado. Agora, uma empresa estrangeira diz e demonstra que, para comprar apoio para aprovação dos projetos de metrô, foi gasta uma importância enorme no Governo em São Paulo.

Os Valores da Respeitabilidade

Acho necessária uma grande cruzada de todos nós no sentido de retomarmos os valores da respeitabilidade. Defendo que esta Casa não seja levada de roldão.

Tenho a convicção de que, ao contrário do que muita gente pensa, o povo brasileiro é amante do bem. Não aceito a tese de que, no Brasil, vale só a Lei de Gerson: levar vantagem em tudo.

São tantos e tão extraordinários os exemplos de trabalho e de dedicação à sociedade, mas nós só olhamos para o caso do crime, do erro, do escândalo.

Acho que é importante avivarmos na sociedade os sentidos de dignidade e de seriedade.

Estou Esperando Ainda

Por isso, neste dia e nesta hora, triste, estou esperando ainda que o Governo – porque, querendo, ele faz – encontre a fórmula necessária para a questão do empréstimo.

Levo o meu abraço ao povo do Rio Grande do Sul, à nossa gente. Foram tantas as horas e as situações difíceis que atravessamos, e que vencemos, que eu digo: venceremos também esta, se Deus quiser!

Senhor Presidente, o documento ainda não chegou?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Até agora, não, Senador Pedro Simon. Ainda não.

O SR. PEDRO SIMON – São 12 horas e 31 minutos. Ficaram de enviar até às 12h30m. E, com uma manifestação feita pelo fax enviado pela suplente de Procuradora da Fazenda, eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Pedro Simon, fui avisado agora pelo Senador Geovani Borges que no fax diz o seguinte:

“Item 1 – A primeira versão das traduções do Acordo de Empréstimo e do Contrato de Garantia foi encaminhada pelo Estado do Rio do Sul a esta Procuradoria às 9h46m, por *e-mail*, com a informação de que até as 12h mandaria a versão definitiva”

“O Parecer Jurídico (nº 14.854) foi encaminhado às 10h35m, também por *e-mail*”;

“Segundo informações do Estado, o registro da operação no ROF (Registro de Operações Financeiras, do Banco Central) pelo Estado do Rio Grande do Sul somente poderá ocorrer a partir das 13 horas”

Portanto, estão faltando ainda 28 minutos do prazo que estão comunicando aqui. Também vamos acreditar...

O SR. PEDRO SIMON – Então nos pediram até as 13 horas, não foi até meio-dia e trinta. Senador Heráclito, o senhor acredita que até as 13 horas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, como faltam 28 minutos e Vossa Excelência tem muito ainda a falar do Rio Grande do Sul, eu estarei aqui ouvindo e solidário com Vossa Excelência porque tenho certeza de que essa causa que Vossa Excelência abraça é uma causa das mais justas. Acho que vale a pena esperar, sim. Eu estou aqui, às ordens.

O SR. PEDRO SIMON – Então, vamos esperar, Presidente.

Cinismo e Deboche

Ocorreu que esse fax que Vossa Excelência leu esgotou a minha paciência. Eu o achei tão cínico! Vossa Excelência leu com tranquilidade porque não está a par da situação. Agora, ele é tão cínico, tão irreal! É tão debochado que...

Eu acho que o Senado não merecia isso.

Ficha Suja

Mas, Senhor Presidente, há uma questão atual que considero muito importante: a imprensa, hoje, está a noticiar que se reuniram todos os presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, no Rio de Janeiro, para debater a questão relativa ao que eles chamam de candidaturas com biografias sujas. Essa questão vem sendo debatida durante muito tempo.

Quando cheguei aqui, 25 anos atrás, havia uma tradição triste e dolorosa no Congresso brasileiro: um parlamentar só podia ser processado pela Justiça com licença da Câmara ou do Senado. Acontece que nunca Senado e Câmara davam a licença. Até para crime de morte.

Depois de muito tempo, nós derrubamos essa lei.

O País da Impunidade

Mas onde estamos hoje? Hoje nós estamos vivendo um momento em que há uma conceituação universal sobre o Brasil: é o país da impunidade, porque, aqui, pessoa importante, político, empresário, ou quem tem dinheiro pode contratar um bom advogado, não conhece cadeia.

Cadeia é para pobre, para o homem da favela que nem conhece juiz; só conhece polícia, cassetete de polícia.

A credibilidade do Congresso Nacional, na opinião pública, é hoje de 0,5%. Parece mentira, mas é verdade: 0,5%.

Continuamos Esperando

As moças da Taquigrafia estão me olhando assim com cara meio amarrada, mas vou ficar aqui até uma hora. As senhoras me

perdoem, porque vamos ver se o Diretor do Tesouro manda o documento.

Dizia eu que hoje a impunidade é generalizada.

O Povo Torce pelo Vilão

Os diretores de telenovela dizem hoje que não tem mais aquela história do mocinho sair vencedor. O povo acha isso uma chatice, dizem as pesquisas. O povo torce pelo vilão. O malandro sai sempre ganhando. Quem bota a mão no dinheiro sai ganhando, porque trouxa é o que não aproveita a oportunidade!

Este é um conceito que tem de mudar. E como nós vamos fazer com que o Brasil deixe de ser o país da impunidade?

Corrupção existe no mundo inteiro. Mas há uma diferença: lá fora a corrupção, quando é descoberta, dá cadeia. No Brasil, nunca dá.

Eu trouxe ao Brasil, anos atrás, os mestres da Operação Mãos Limpas para tentar fazer isso aqui, no Brasil, mas não foi fácil. Porque não estamos acostumados a mexer com parlamentar, com gente do Poder Judiciário, nem com gente importante da imprensa, nem com quem tem muito dinheiro.

Dar o Exemplo

Para fazer uma operação como aquela, precisamos começar por nós. Nós temos de dar o nosso exemplo. No momento em que limparmos a nossa área e prestarmos conta do que nós, políticos, somos, poderemos entrar no empresariado, poderemos entrar no Judiciário, poderemos entrar no Executivo, poderemos entrar no conjunto geral da sociedade. E isto tem de ser feito, isto precisa ser feito: terminar com a impunidade, porque, se não fizermos isso, a sociedade vai passar por cima de nós.

Creio que devemos nos compenetrar em algumas atitudes positivas: a primeira é terminarmos com a impunidade, começando por selecionar as candidaturas às eleições políticas.

Este Congresso tem de se firmar. Não podemos exercer um papel de coisa íntima do Presidente, que ele usa, abusa, debocha. Não fica bem trocar apoio por uma emenda, e esse vexame de agora: está

aberta a lista das emendas parlamentares, porque é preciso aprovar o novo imposto sobre os cheques. Esse troca-troca é muito triste.

O Nunca antes... das Indicações Partidárias

O Governo já fez algo que nunca na história do Brasil tinha sido feito: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobrás, esses cargos eram ocupados por pessoas independentes de cores partidárias, na base da competência e da capacidade. O Governo mudou. O cidadão sai do gabinete do Deputado Paulinho para ser dirigente do BNDES. Consequência: uma série de escândalos envolvendo milhões em empréstimos fantasmas para as prefeituras, na responsabilidade desse homem que foi parar na cadeia.

Houve nomeação política de dirigentes da Petrobras, uma entidade que tem a consagração mundial. Se há um setor em que há uma demonstração da nossa capacidade é a Petrobras.

O mundo olhava com ceticismo quando a Petrobras resolveu buscar o petróleo nas águas profundas do mar. E foi, e conseguiu. E o mundo, boquiaberto, olha para esse trabalho espetacular.

Pois a Petrobras que conseguiu essa posição hoje tem suas diretorias distribuídas: aquela diretoria é do MDB, aquela diretoria é do PCdoB.

A Petrobras, o Banco do Brasil, o BNDES, a assessoria técnica do Ministério da Fazenda, o Itamaraty são exemplos do que pode vir a ser o Estado brasileiro quando a governança for feita com seriedade.

Qual é o grande mérito do Itamaraty? A hierarquia existe, o cidadão ingressa por concurso, começa como 1º secretário, sobe para 2º secretário, vai a ministro e chega a embaixador.

O País mudou da ditadura para a democracia, do Fernando Henrique para o Lula, mas o Itamaraty é o Itamaraty. E o Banco do Brasil foi sempre assim também. E a Petrobras era assim.

Estão fazendo na Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal locação no âmbito de partidos. Foi o Presidente do PTB, o ex-Deputado Roberto Jefferson, quando depôs na CPI, que colocou abertamente isso. Disse ele que havia um entendimento entre ele, o partido dele e o partido do Governo de que os cargos seriam distribuídos por partido. E as entidades, as representações de cada

ministério, as estatais eram distribuídas a cada um dos partidos, verticalmente, como forma de retribuir o apoio recebido.

O Pavor do Terceiro Mandato

Por isso me apavoro com a possibilidade de o Lula ficar mais quatro anos. Aí vai para 12 anos... No segundo ano do segundo mandato, o Presidente já pensa: o que é do povo é meu: os aviões da Força Aérea são meus, os cargos são meus, e eu sou dono de todas as coisas.

Por isso é importante a rotatividade no poder.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Pedro Simon, estou fazendo contato. Estou ligando para quem nos mandou este *e-mail*, o Dr. Luís Inácio Lucena Adams. Estou com ele ao telefone para saber se será cumprido o horário.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, o nosso companheiro Adelmir Santana encontra-se aqui e quer colaborar também com a vigília de Vossa Excelência. Acho que poderíamos ouvi-lo e depois continuar, se for o caso.

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

De qualquer maneira, eles tinham falado que seria até as 13 horas. São 13h01. Eu saio da tribuna, Sr. Presidente, mas ficarei aguardando.

Agora, quem telefonou foi o Procurador-Geral da Fazenda, não o substituto, o Doutor Luís Inácio Lucena Adams. E diz que providenciou o encaminhamento da documentação relativa à operação de crédito de interesse do Rio Grande do Sul à Casa Civil da Presidência da República para que seja remetida imediatamente ao Senado.

Falei agora com o Dr. Giles, Secretário Executivo da Ministra Dilma. A Ministra não pode atender porque está numa reunião da Petrobras, mas disse que está falando com ele permanentemente e que ele, Dr. Giles, está na expectativa de receber o documento do Procurador-Geral da Fazenda, que diz que já remeteu, para levar à Presidência da República, que está lá para enviar a esta Casa. Acho

que, se V. Ex^{as} permitirem, vamos continuar falando, esperando, porque agora é o Procurador-Geral da Fazenda quem fala e é o Secretário Executivo da Ministra Dilma, Dr. Giles, quem diz que está enviando a esta Casa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Acho que Vossa Excelência tem toda razão. Já é uma grande vitória de Vossa Excelência. O documento já está sendo encaminhado para a Presidência da República. A sugestão que dou, Senador Pedro Simon, é que Vossa Excelência sacrifique um pouco a sua fome e a fome de todos os colegas aqui, mas que permaneça aguardando a concretização. No meu modo de entender, é preciso que seja lido hoje para ser remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON – É isso que tem de ser feito. O Senador Mercadante já deixou até a relatora, que será a nossa colega do Mato Grosso, a Senadora Serys Slhessarenko. Chegando a esta Casa e lido pelo Presidente – e o Senador Mercadante já autorizou –, já pode ser entregue à Senadora Serys para ela fazer e votarmos aqui na segunda-feira.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Certo. Mas, de qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Heráclito, a Comissão vai se reunir na terça-feira. Temos um assunto importante também para ser aprovado lá, se Deus quiser, sobre Teresina, a capital do nosso querido Piauí. Acho que agora o comprometimento, o que tinha sido prometido pelo Procurador da Fazenda Nacional, Luis Inácio Lucena Adams, já foi cumprido: foi enviado para a Casa Civil. O Dr. Giles já comunicou, da Casa Civil, que está confeccionando a mensagem.

Vamos ler a mensagem na segunda-feira, quando estaremos todos nós aqui...

O SR. PEDRO SIMON – Não! Vamos ler agora!

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Mas até confeccionar a mensagem, Senador...

O SR. PEDRO SIMON – Não, Presidente, ele disse que está mandando para cá.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senhor Presidente, há um problema... No meu entender, o caso de Teresina é um pouco diferente. Já foi distribuída, e o Piauí (Teresina) tem a alegria de tê-lo como relator. Já está nomeado. A Senadora Serys tem a expectativa de relatoria. Mas ela só será relatora quando receber. E, para receber, é preciso que seja lida aqui.

O SR. PEDRO SIMON – Exatamente.

Então, nós temos de ler agora. Hoje, nós temos de ler. Tem de ser hoje!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O fato de Vossa Excelência fazer a leitura permite que a Mesa imediatamente encaminhe para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON – Exatamente. Para a Senadora Serys, que já está indicada relatora.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Que já está designada. Aí, é só um ato administrativo do Secretário da Comissão, que, por delegação já expressa do Senador Mercadante, incumbirá a Senadora Serys de proceder. Essa cautela é para que a matéria esteja pronta, em condições de ser votada a partir de segunda-feira, terça-feira. Eu acho que essa ira santa do Senador Simon tem de ir até o fim. E Vossa Excelência, diferentemente do Senador Pedro Simon, tem gordura a perder e pode esperar mais um pouquinho e presidir esta Casa. Tenho certeza de que estará prestando um serviço ao País.

A Doutora Cláudia, inclusive, chegou. Eu poderia até tirar uma dúvida quanto a se está certa minha interpretação: se é preciso ser feita a leitura hoje?

O SR. PEDRO SIMON – Essa foi a conclusão a que chegamos, todos nós, reunidos com o Senador Mercadante, o Líder do Governo. Ontem, em esforço, foi decidido que tinha de ser feita a leitura hoje e eles garantiram que seria aqui e faríamos a leitura hoje. Isso é convicção absoluta.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Pedro, Senador Heráclito Fortes, que é igual a mim e, como eu, está preparado para aguentar sem problema nenhum até mais tarde, eu gostaria de comunicar que a Doutora Cláudia concordou. O encaminhamento é este mesmo: chegando, a documentação vai ser examinada para ver se está correta, está perfeita; aí é encaminhada para ser feita a leitura; e logo em seguida encaminhada à Comissão.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pode ser hoje. Chegando esse documento hoje, estamos prontos para lê-lo hoje e para verificar se toda essa documentação está perfeita, para que possa ser feita a leitura.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Então, Senador, vamos aqui nos revezar.

O SR. PEDRO SIMON – Não, Vossa Excelência diz que eu fique tranquilo e me despreocupe de alimentação. A minha preocupação era Vossa Excelência, que é mais rechonchudo, está mais acostumado a bons pratos. Se Vossa Excelência concorda, muito mais eu. Se V. Ex^a fica e concorda em levar adiante... Se bem que hoje é o dia do almoço de sexta-feira, ao qual já fui algumas vezes com V. Ex^a Ele começa mais tarde na sexta-feira em Brasília. É às três horas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É, mas, às vezes, nem existe esse almoço. Podemos sacrificá-lo, não tem problema.

O SR. PEDRO SIMON – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a no futuro nos recompensará com aquele inigualável churrasco no sábado.

O SR. PEDRO SIMON – É verdade.

Eu tenho três opções: o quibe árabe, o churrasco gaúcho ou a massa com perdiz à italiana.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vossa Excelência é ingrato. Está esquecido do famoso capote do Piauí, a nossa galinha de angola que já saboreamos algumas vezes. Mas esse é um problema para depois. Agora temos de resolver essa questão, até para que sirva para casos futuros.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

Quero me dirigir à Taquigrafia, pedindo desculpa porque estava levando esta sessão tão longe. Já podia ter terminado.

Eu faço questão de salientar o carinho, o respeito e a admiração que eu tenho pela Taquigrafia do Senado Federal. Eu acho que não há nenhum senador que tenha mais respeito do que eu, porque reconheço que eu sou o que dá mais trabalho para a Taquigrafia do Senado Federal, porque eu falo depressa.

Eu estava me sentindo meio culpado, porque, às sextas-feiras, o normal é que a sessão termine às 10h ou 10h30min. Já são quase duas horas e estamos aqui.

Senhor Presidente, agora eu tenho de manifestar que fico satisfeito de não ser a Procuradora Adjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda: é exatamente o seu Procurador-Geral, Luís Inácio Lucena Adams, que informa à senhora Secretária:

“Informo que providenciei o encaminhamento do documento relativo à operação de crédito de interesse do Rio Grande do Sul à Casa Civil da Presidência da República, para que seja remetido a essa Casa mediante mensagem.”

Eu falei, então, com o Doutor Giles, que é o Secretário Executivo da Ministra Chefe da Casa Civil. Ele disse: a Doutora Dilma está numa reunião na Petrobras, mas está, permanentemente, telefonando a essa Casa, e eu tenho autorização de, recebendo a mensagem, levá-la ao Presidente da República e entregá-la na Secretaria do Senado Federal.

Então, deve estar chegando.

Eu agradeço ao Dr. Giles; por intermédio dele, à Ministra Dilma e também ao Procurador-Geral.

E acho que fizemos um movimento muito bom, importante para o Rio Grande do Sul.

O nosso Rio Grande é um estado diferente.

Entrosamento Gaúcho

Quando eu era governador do Rio Grande do Sul, o Prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares, veio me procurar dizendo que precisava terminar a obra da Casa de Cultura Usina do Gasômetro, e faltava uma certa importância. Em nome do Rio Grande do Sul, mandei entregar o dinheiro ao Collares. E ele recebeu e depois fez o pagamento. Depois, veio me procurar o Prefeito Olívio, eleito para suceder Collares: “Olha, a Casa de Cultura da Usina do Gasômetro foi inaugurada, mas não tem um bico de luz e não tem um ponto de água”.

Eu, governador, dei o dinheiro para que se fizesse isso. Chega o Prefeito Collares: “Olha, Simon, não posso entregar o Governo para o Olívio (o Olívio já tinha ganhado) sem pagar janeiro e o décimo terceiro dos funcionários”. Eu adiantei o dinheiro e o Collares pagou janeiro e o décimo terceiro.

Um mês depois veio Olívio Dutra, prefeito, que assumiu: “Olha, Simon, você pagou para o Collares janeiro e o décimo terceiro e eu não tenho dinheiro para pagar fevereiro e março”. Eu dei dinheiro para o Olívio pagar fevereiro e março.

Eu poderia ter feito um carnaval dizendo que o Collares saiu deixando a dívida de dezembro e janeiro e que o Olívio entrou devendo fevereiro. Pensei que, para a Prefeitura de Porto Alegre, seria muito importante que o Collares terminasse bem e que o Olívio começasse bem.

É uma maneira de ser. Eu governo assim. Por isso, quando vejo, agora, uma questão que nem essa lá no Rio Grande do Sul, custa-me acreditar que as picuinhas sejam colocadas em primeiro lugar. Eu não acredito!

Não é Empréstimo nem Caridade

Em primeiro lugar, dentro daquilo a que o Rio Grande tem direito, é o menos que se pode fazer. O Governo Federal não vai dar um tostão. O Governo Federal apenas vai autorizar a fazer o empréstimo.

E não é um empréstimo que o Governo do Estado vá usar para fazer obra, não. É para ajustar a dívida que o Estado tem com o Tesouro. O Rio Grande do Sul vai pegar dinheiro do Banco Mundial para pagar o Banco do Brasil, porque o juro do Banco Mundial é muito inferior ao do Tesouro Nacional.

Reparem que não é caridade. Se o Governo Federal fizer o que está fazendo, será uma dolorosa perseguição política. E porque eu sou mais velho, porque eu tenho mais história, porque eu conheço mais isso do que o Lula e a equipe dele... Eu já estava aqui quando o Lula ainda não estava no comando sindical...

Nós estamos evitando que o Governo Lula passe para a História como um governo mau, vingativo, cruel, que abafou o Estado do Rio Grande do Sul.

Eu sempre tive certeza da Ministra Dilma. Não me ocorreu que passasse pela cabeça dela essa artimanha. Não sei o que é. Pode ser até burocracia exagerada, pode ser até coisa dos inconformados.

Perda de Credibilidade

Esta Casa, numa certa época, tinha muita credibilidade por causa das comissões parlamentares de inquérito. Hoje, elas caíram em desuso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com o maior prazer.

O Sr. *Heráclito Fortes* (DEM – PI) – Senador Simon, evidentemente, estamos vivendo, nesta Casa, um período ruim com relação à ética. E, nesse bojo, as CPI estão recebendo uma blindagem que nunca vi na minha vida.

Agora, que estamos aqui nessa vigília, vemos em um *blog* que a Polícia Federal vasculha gabinetes de deputados na Câmara. Agora, neste exato momento, Senador Simon. Está vasculhando gabinetes de parlamentares sob a suspeita de desvio de recursos do PAC.

O SR. PEDRO SIMON – Mas como entrou nos gabinetes dos deputados?

O Sr. *Heráclito Fortes* (DEM – PI) – Vou ler aqui: “A Polícia Federal lançou nesta sexta-feira uma grande operação com cerca de mil agentes para combater fraudes em licitações de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, do Governo Federal”.

“Há suspeita de que teriam sido desviados cerca de R\$ 700 milhões da construção de casas populares e de estações de tratamento de esgoto em vários municípios. A organização criminosa envolveria políticos e empresários de sete estados e do Distrito Federal. Duas equipes da PF fazem diligência na Câmara dos Deputados cumprindo mandado de busca e apreensão de documentos e computadores.”

O SR. PEDRO SIMON – Eu duvido. Mandado de apreensão da Justiça para entrar em gabinetes de deputados?

O Sr. *Heráclito Fortes* – E há um pânico naquela Casa exatamente por isso. A operação está sendo realizada a essa hora.

Presidente, alguma informação nova sobre o empréstimo?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Ainda não, Senador Heráclito.

Sobre o problema da Câmara, o mandado de busca e apreensão foi expedido pelo Supremo Tribunal Federal. É o que está sendo dito na *Folha Online*, UOL.

O SR. PEDRO SIMON – O Supremo mandou vasculhar o gabinete de um parlamentar. Pediram autorização ao Presidente da Câmara dos Deputados? O Presidente deu essa autorização?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É o que me parece, porque a matéria diz inclusive que essa busca está sendo feita na companhia do Diretor-Geral e do Diretor do Departamento de Política.

O SR. PEDRO SIMON – Volto a dizer, se nós, Congresso Nacional, não tomarmos a iniciativa de colocar as coisas nos seus devidos lugares, vão passar por cima de nós. Quando digo que devemos esclarecer e colocar nossa vida a nu...

A maneira de tomarmos uma atitude é começarmos uma reação, pela autoafirmação. Vamos deixar claro a vida do Congresso e a vida da política brasileira. O povo gosta de saber que o político está sendo investigado, porque o povo acha que nunca acontece nada.

Poder Esvaziado

O Congresso, hoje, é um poder muito vazio porque o Governo Federal apropriou-se daquilo que compete ao Congresso Nacional.

A origem do projeto de lei deve ser do deputado e não do presidente da República.

Temos problemas na educação, não há justiça. Os ricos estão cada vez mais ricos, o Brasil é o país do mundo onde se criou maior número de novos milionários.

Falta Dignidade, Honradez

Chegado o Governo Lula, a gente imaginava que era o nosso grande momento... E não há dúvida nenhuma de que em muitas coisas o Governo Lula tem sido positivo. Mas o que não perdoo é que exatamente onde a gente mais esperava que desse certo, que seria na dignidade, na seriedade, na honradez, o Governo deixa tanto a desejar.

Quando Dom Evaristo transformou as comunidades de base da Igreja, aquele foi um movimento bonito: a Igreja se aproximando do povo, dos humildes. A missão da Igreja deixou de ser apenas uma

missão divina de encaminhar a Deus as criaturas, e passou a ser uma missão social e humana no sentido da igualdade e da diminuição das desigualdades.

A Igreja e o PT

Há uma discussão muito grande até hoje sobre o papel que a Igreja desempenhou no surgimento das grandes forças do PT. Da sacristia, o PT foi andando, foi crescendo e fez nascer o partido político que conhecemos.

O pessoal do PT era sofrido, simples, modesto. A não ser alguns setores da Igreja, eles não tinham mais ninguém do lado deles. Lula levou o PT ao poder, depois de perder três eleições seguidas para presidente.

PT e PSDB: Partidos Idênticos

O que a gente não imaginava é que o PT no Governo seria como o PSDB de Fernando Henrique no Governo. Não há nada mais igual ao PSDB do Fernando Henrique do que o PT do Lula no Governo.

São praticamente iguais, mas há uma diferença: a corrupção de Estado, o envolvimento de órgãos do Estado, como se viu na CPI do Mensalão, aumentou. Isso não se via no Governo do Fernando Henrique. No Governo de Fernando Henrique, um aristocrata, não se via a segurança atuar com tanta ênfase e força como agora. Não se via órgão do Governo ajudar filho do Presidente como agora. Isso é que não consigo entender.

Conhecendo como eu conhecia o Lula, sua história, sua biografia, a retidão de suas ações, eu não consigo entender o que vem ocorrendo.

Espanta a facilidade com que as coisas acontecem em seu Governo, a facilidade com que aparece o compadre advogado, e o compadre vai e vira, e a Varig segue o seu rumo; a facilidade com que os cartões de crédito corporativos, partindo do Governo de Fernando Henrique, continuam e se avolumam.

Dinheiro, Riqueza e Poder

No tempo em que o PT era um partido de oposição, as ONG eram organizações consideradas idealistas, de lutadores; os sem-terra eram gente que se atirava em aventura. Mas hoje, com o dinheiro, a riqueza, o poder, as coisas mudaram.

E não Acontece Nada!

O cidadão sai de uma ONG, vai para a Força Sindical; sai da Força Sindical, vai para o gabinete do Paulinho, o deputado; sai do gabinete do Paulinho e vai para a direção do BNDES. Mas como? Como se chega a isso? É a pergunta que eu faço! E não acontece nada. E não acontece nada!

O ex-Chefe da Casa Civil talvez seja hoje o lobista mais importante no mundo inteiro, de maior peso, de maior significado – dizem que o homem mais rico do México o tem como lobista.

Onde a gente vai chegar com isso? Onde Lula quer chegar com esse tipo de ação? Eu não sei, mas parece-me que hoje impera a ideia de que a gente tem de levar vantagem, a ideia que a sociedade não deve olhar mais para a questão da ética, da dignidade, da seriedade, o que importa são os resultados, os fins.

Agora, lá no Rio Grande do Sul, há o caso de um político importante que gravou sua conversa com outro político também importante – foi conversar numa boa e gravou –, e deu publicidade a essa gravação. A ideia que prevalece é a de que ele está certo, a de que está certo ele ter gravado, porque ele queria moralizar.

O fim justificaria os meios. Aliás, Hitler e Goebbels diziam muito isso. A tese de que os fins justificam os meios leva a consequências imprevisíveis, absolutamente imprevisíveis, mas o Governo do Lula é um governo em que os fins justificam os meios.

Haja Ministérios!

São, hoje, trinta e oito ministros!

Criaram o Ministério da Integração Social e Racial por medida provisória. Este é o Governo do Lula.

É o único país do mundo em que o Presidente do Banco Central tem o *status* de ministro: Ministro Presidente do Banco Central, para fugir dos processos que contra ele existem.

Agradecimentos

Presidente Senador Gim Argello, que nos honra com a sua dedicação, eu agradeço do fundo do coração.

O Senador Gim, o Senador Heráclito e eu estamos aqui, em um momento que sinto que vai ser positivo, porque o que importa é o resultado final. Se o Presidente Lula enviar a esta Casa a mensagem do empréstimo, será um grande momento, altamente positivo e altamente concreto para todos nós.

Defendo muito a tese de que o entendimento é necessário. A vida me tem ensinado que sempre é importante tentar o diálogo. Sempre! Mesmo nas horas mais difíceis.

Contribuição dos Gaúchos

O Rio Grande ajudou muito o Brasil. Gaúchos levaram e levam o progresso e o crescimento a todos os cantos. Os bandeirantes desempenharam um papel magnífico de desbravadores, mas foram em busca de ouro, de pedras preciosas, de esmeraldas. Os gaúchos, não. Os gaúchos saíram do Rio Grande, levando suas mulheres e seus filhos, para morar no lugar que desbravaram. Foram para o meio das selvas.

O Dr. Antonio Carlos Magalhães me dizia da sua emoção quando recebeu os gaúchos lá na Bahia. Os gaúchos transformaram o oeste da Bahia numa espetacular zona produtora de soja.

O Senador Sarney me falava lá no seu Maranhão, de uma região onde nunca teve absolutamente cultivo nenhum. E os gaúchos levaram o arroz, e o Maranhão passou a ser exportador de arroz. Lá em Rondônia, lá no Acre, lá em Roraima, lá na floresta amazônica, lá no Pará, gaúchos e mais gaúchos, milhares, foram com suas famílias, com seus filhos, levando o seu dinheiro, comprando terras e se estabelecendo ali. E plasmando uma civilização.

É interessante notar isso. Vemos aqui em Goiás, aqui em Brasília, na grande Brasília, Senhor Presidente, vemos o CTG, a reunião dos

gaúchos de bombachas, de cuia e chimarrão, com o seu linguajar guasca, particular, com o seu sentido de família, de sociedade cooperativa.

Há mais de dois mil Centros de Tradição Gaúcha no Brasil inteiro. E se nós notarmos o crescimento, a expansão, a explosão da produção agrícola e pastoril no Brasil, nós vamos notar que ela ocorreu onde a colônia gaúcha se estabeleceu. No Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Tocantins, aqui, eles foram para ficar.

Durante muitos anos os gaúchos estiveram na presidência da República, mas não se tem notícia de um gaúcho na presidência da República que tenha feito um favor especial ao Rio Grande do Sul.

O conceito de pátria, o conceito de credibilidade e de nação é tão grande que os gaúchos olham primeiro o Brasil, para depois olharem o Rio Grande.

Chegou o documento, Presidente?

Então, encerro aqui com a consciência do dever cumprido. Muito obrigado.

A Verdade sobre a Eleição de Tancredo

(Em pronunciamento em 26 de junho, o Senador mostra de que maneira, em 1984, saiu vencedora dentro do PMDB a tese de concorrer à sucessão presidencial mesmo pela eleição indireta; fala de como a Constituinte evitou os temas polêmicos e insiste na necessidade de julgamento antecipado dos candidatos com ficha suja)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Senador Marco Maciel, na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicou que faríamos um grande esforço, reunindo os quase trinta projetos que dizem respeito à questão das inelegibilidades, para tentar encontrar uma fórmula para levar a Casa a um entendimento. O Senador Demóstenes ficou encarregado de ser o nosso relator.

Fizemos duas reuniões muito importantes esta semana e pretendemos falar com os parlamentares, de modo especial com os da Comissão de Justiça, para ver se chegamos a um entendimento.

O primeiro fato a ser analisado é que essa é uma matéria que está parada no tempo desde a Constituição de 1988. Duvido que, pelo mundo afora, tenha sido elaborada uma Constituição de forma tão livre, democrática e participativa como aconteceu entre nós.

Ontem, um jornalista veio ao meu gabinete e disse o seguinte: “Andei pelo Túnel do Tempo, na parte referente ao Dr. Tancredo, estava escrito que ele foi candidato à Presidência da República porque houve um movimento da direita do MDB que o escolheu candidato”.

Não é verdade. Temos de retificar essa informação. É uma injustiça a nós todos. Todos sabemos que as oposições tinham um candidato a presidente da República, o Dr. Ulysses Guimarães, se as eleições fossem diretas. Ele era o Senhor Diretas.

Quando caiu a emenda das Diretas Já, se lançou uma grande tese do Dr. Tancredo: Vamos ao Colégio Eleitoral para destruí-lo.

O Senador Marco Maciel era o preferido do Dr. Tancredo para vice. Mas não aceitou. Havia uma interrogação naquela época, porque a lei dizia que perderia o mandato quem se candidatasse junto com um candidato eleito por partido diferente. E o Senador Marco Maciel tinha sido eleito senador pelo PDS, que era o partido que sucedera a Arena. O outro candidato do Governador Tancredo era o Deputado Nelson Marchezan, que também não aceitou.

Nunca passou pela cabeça do Dr. Ulysses ser o candidato em uma eleição do Colégio Eleitoral, até porque, pela sua biografia, seria difícil buscar esse entendimento. E Tancredo tinha grandeza, e foi ele que somou e teve uma grande vitória. Mas dizer que Dr. Tancredo foi um golpe de direita do MDB é um erro. A memória do Dr. Tancredo não merece isso.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, eu gostaria de lembrar que a candidatura do Presidente Tancredo Neves surgiu de um grande acordo político para viabilizar a transição do regime autoritário para o Estado democrático.

E diria mais: que esse acordo político foi sintetizado no chamado Compromisso com a Nação, que foi o Pacto Constitutivo da Aliança Democrática.

O SR. PEDRO SIMON – Anteontem, vi, em meu gabinete, o Compromisso com a Nação assinado, inclusive, por V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Exatamente. Foi um documento que balizou todo o processo que viabilizou a eleição de Tancredo...

O SR. PEDRO SIMON – Naquele documento não há uma vírgula que dê a entender que estávamos indo para a Direita...

O Sr. Marco Maciel – Exatamente. Veja que V. Ex^a, de forma muito oportuna, fere essa questão e acho que está na hora de ser feita a devida retificação. Mas devo lembrar também que esse acordo político foi, talvez, o mais importante que se firmou desde a Proclamação da República.

Nunca o País assistira um pacto tão amplo e com objetivos tão claros. E, se direta fosse a eleição, Tancredo seria eleito com mais de 80% dos votos.

O SR. PEDRO SIMON – Naquela altura, não tenho dúvida.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Mesmo porque os comícios eram grandes concentrações que mobilizavam todas as cidades aonde se chegava. E mais, se fala muito na Revolução de 30. V. Ex^a a conhece muito bem e Getúlio foi um dos seus líderes, que teve um caráter renovador, mas não foi capaz de gestar um acordo político das dimensões, da transcendência do Compromisso com a Nação.

Com isso, quero mais uma vez salientar a importância desse acordo político, e retomando ao que leva V. Ex^a à tribuna...

O SR. PEDRO SIMON – Foi mais do que um acordo político, foi um tratado político.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Exatamente. E que de alguma forma se buscou honrar o que foi pactuado. Meus cumprimentos a V. Ex^a porque precisamos estar atentos à preservação dos episódios da nossa história.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a V. Ex^a, por lembrar os fatos. Na verdade, foram momentos épicos. Vossa Excelência, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, o Vice-Presidente e depois Presidente do PDS, da Arena, Senador Bornhausen; o Dr. Ulysses, o Dr. Tancredo e, modestia à parte, eu. Muitas reuniões a gente fez lá no meu gabinete.

O Sr. Marco Maciel – Vossa Excelência participou de praticamente todas as reuniões, naquela época. Sobretudo naquele momento inicial, que foi o mais difícil.

O SR. PEDRO SIMON – É. Muitas vezes nos reunimos no gabinete do Vice-Presidente, no Jaburu, que depois Vossa Excelência ocupou por oito anos; muitas vezes no meu gabinete, porque eu morava sozinho. Inclusive, a célebre reunião definitiva foi lá na minha casa. Eu não estava, porque fazia uma convenção extraordinária do MDB no Rio Grande do Sul. Vossa Excelência estava, o Dr. Tancredo, o Dr. Ulysses, o Dr. Sarney, o Dr. Aureliano. E eu cheguei... O Rio Grande do Sul estava todo comprometido com as Diretas Já. E a decisão do MDB do Rio Grande do Sul era não ir para o Colégio. Então, fizemos uma convenção geral de todo o partido.

Eu dizia, naquela época: eu não vou para o Colégio por minha conta. Se o meu partido mandar, eu vou. E reuniram o partido. No início, foi uma guerra: as bases, os vereadores, os prefeitos, mais de cinco mil pessoas. Aclamaram por unanimidade a ida ao Colégio e o nome do Dr. Tancredo. Aceitaram a tese de que naquele momento era importante ganhar.

Rompimento com Brizola

Como morreu Tancredo, Sarney, como presidente, cumpriu a convocação da Constituinte e promoveu amplamente a abertura. Na Assembleia Nacional Constituinte o poder de decisão era muito complicado. Eu defendi uma tese, não sei se Vossa Excelência se lembra, com paixão. O meu rompimento com o Dr. Brizola foi nesse sentido. Eu também queria voltar ao PTB, só que eu achava que devíamos ficar todos unidos e ir para a eleição, tomar posse, convocar a Assembleia Nacional Constituinte e, na Constituinte, seriam dissolvidos os partidos. Abrir-se-ia ali a oportunidade de se criarem grupos de posição partidária.

A Assembleia Nacional Constituinte o Dr. Ulysses conduziu-a ao fim. Não fora ele, talvez não se tivesse concluído o lançamento da Constituição.

As grandes discussões, como reforma agrária, grandes fortunas e inelegibilidades, foram evitadas. Acrescentava-se: Parágrafo único. Lei complementar regulamentará essa matéria. Nossa Constituição não teve a coragem nem de deixar de fora, nem de decidir.

No caso das inelegibilidades, após 20 anos de promulgada a Constituição, não tivemos coragem de fazer até hoje a lei complementar.

Ficha Suja

A Constituição diz: não pode ser candidato quem for condenado por sentença passada em julgado. E diz mais adiante que lei complementar definirá os casos de inelegibilidades, no que tange à dignidade, correção, biografia do candidato. Esse item não foi decidido até hoje.

A exegese da lei quem faz são os juízes, e a tese deles é a seguinte: a Constituição diz que quem tem ficha suja não pode ser candidato e que lei complementar regulamentará essa parte. Mas os parlamentares, por corporativismo, não decidem; nem confirmam que não pode e nem dizem que pode.

É muito delicada essa questão.

Como diz o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, tem um cidadão lá que tem 30 processos a que está respondendo. Foi condenado várias vezes, mas nenhuma vez em caráter definitivo... Ele pode ser candidato a prefeito e a presidente da República...

Não vejo com simpatia a tese de dizer que quem tem ficha suja não pode ser candidato. Defendo uma tese diferente. Quem tem ficha suja não pode ser candidato, mas tem direito de exigir que os casos a que ele está respondendo sejam julgados até a convenção em que ele vai ser escolhido.

Essa questão não pode ser pretexto para que um mau-caráter, que inventa um processo, consiga que seu adversário não possa ser candidato. Isso é um absurdo. Mas não concordo que o processo fique na gaveta. Tem de ser julgado.

A Justiça tem a obrigação de julgar, de dizer se o candidato está absolvido ou condenado. Isso mudaria tudo. Vamos obrigar também a Justiça a julgar o caso dos empresários, dos banqueiros, desses vários casos de corrupção que também não saem da gaveta.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, tenho um carinho especial e um respeito muito grande pela trajetória de Vossa Excelência em nosso partido, mas sei que Vossa Excelência não perdoa nunca o Tancredo ter morrido.

O SR. PEDRO SIMON – Não podia.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Agora, nesse debate fico preocupado quando se fala em ficha suja. O que é ficha suja? Ficha suja, para mim, é uma condenação.

O SR. PEDRO SIMON – É verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vossa Excelência explicou: Ficha suja é condenação em primeira instância. Concordo com isso. Quanto à afirmação de que se tem de fazer o julgamento, concordo plenamente.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado. Vamos fazer um grande entendimento, o que será muito importante perante a Nação.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, este assunto, graças a seu discurso, recebeu uma luz. Temo muito o candidato com ficha suja, mas temo muito também dar a algumas pessoas o poder de dizer quem é sujo e quem não é.

O senhor trouxe a saída. A saída é exigir o julgamento imediato do processo de qualquer candidato. Agora, o juiz não pode impugnar porque está demorando o julgamento. Há duas formas de corrupção. Entre alguns políticos é tirar dinheiro da gaveta; entre os juízes e procuradores é colocar documentos na gaveta.

O SR. PEDRO SIMON – O juiz ou a imprensa. A imprensa, às vezes, tem um dossiê e fica na gaveta.

Concluo dizendo: temos de ter a capacidade de caminhar em cima de um fio de arame e de tomar uma decisão sobre os candidatos de ficha suja. Se seguirmos na rota em que estamos não sei onde vamos terminar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em Defesa do Presidente do Banrisul

(O Senador, em pronunciamento no dia 10 de julho, faz o elogio da atuação do Presidente do Banrisul, Fernando Lemos, examina os motivos que levaram o Vice-Governador do Estado a pedir a demissão de Lemos e mostra estranheza com o fato de o Banco do Brasil ter feito, por ocasião do conflito, uma oferta de compra pelo Banrisul)

Senhor Presidente, num longo debate que houve aqui no plenário, foi feita uma referência ao Presidente do Banco do Rio Grande do Sul.

Sou obrigado a falar, Senhor Presidente. O Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Senhor Fernando Lemos, é um jovem brilhante, de importante atuação na vida pública. Começou aqui, em Brasília, como Secretário do querido Deputado Siegfried Heuser, trabalhou no meu Governo e no Governo Sinal Guazzelli. Quando Guazzelli me substituiu, Lemos foi indicado presidente da Caixa Econômica Estadual. No Governo de Antônio Britto, foi diretor do Banrisul. No Governo Rigotto, assumiu a Presidência do Banco. E, no Governo da Senhora Governadora Yeda, ele continua na Presidência do Banrisul.

O desempenho dele na sua vida pública é absolutamente respeitável. E, na direção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, é digno de aplauso. O Banco do Rio Grande vem sendo considerado, inclusive pela Fundação Getúlio Vargas, o melhor banco público do Brasil. O Banrisul fez uma operação espetacular, na qual abriu parte

das suas ações, conservando o monopólio e adquirindo uma verba superior a R\$2 bilhões.

O Banco do Rio Grande do Sul se impõe ao respeito e admiração do Brasil inteiro na figura de Fernando Lemos, um homem digno, um homem correto, um homem que vem fazendo o Banco crescer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Gostaria de aproveitar a oportunidade porque tive a honra de presidir o BRDE. Em 2003, fui conduzido à Presidência daquele banco, que tem a sede em Porto Alegre, mas que atua nos três estados do Sul. E há uma parceria muito forte do BRDE com o Banrisul. Comecei a conhecer Fernando Lemos quando assumi a Presidência do BRDE e ele, a do Banrisul, em 2003. E até nos hospedávamos, nos primeiros dias, no mesmo hotel. Ele levantava cedo, eu me lembro da sua vontade de lutar. Nos nossos debates definimos projetos que o Banrisul liderava.

Eu não poderia deixar passar este momento sem trazer o testemunho dos catarinenses em relação ao Banrisul e, principalmente, em relação ao Presidente da instituição. Hoje, o Banrisul é uma liderança no campo econômico.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

Se há uma figura respeitável no Rio Grande do Sul é o Presidente Fernando Lemos.

O Vice-Governador vem tendo uma situação de discrepância com a Senhora Governadora, do PSDB, que apoiamos no segundo turno. A Governadora vem se mantendo com dignidade e com respeito, enfrentando um milhão de dificuldades, inclusive incompreensão por parte do Governo Federal. Mas vem vencendo, com muita galhardia. Desentendendo-se com a Governadora, o Vice-Governador entrou por um terreno delicado, confundindo a inimizade com a Governadora com uma espécie de inimizade com o Rio Grande do Sul.

Distribuição via PT

O PMDB entrou em juízo contra o Vice-Governador e contra o ex-Chefe da Casa Civil, porque, numa conversa, o Chefe da Casa Civil foi procurar o Vice-Governador, desafeto da Governadora, para ten-

tar fazer uma aproximação, e tiveram uma longa conversa. O Senhor Chefe da Casa Civil não sabia que o Vice-Governador estava gravando a conversa dos dois, de uma hora e meia. O Vice-Governador selecionou vinte minutos, desgravou o resto e distribuiu para a imprensa, via Partido dos Trabalhadores.

Com relação a essa palestra, o PMDB entrou em juízo, interpe-lando o Vice-Governador e o Sr. César Busatto, então Chefe da Casa Civil, para que digam quando, em que momento, com que pessoa, em que situação o Banco do Rio Grande do Sul deu qualquer tipo de favorecimento ao PMDB ou a alguma pessoa ligada ao partido. Mas, por causa disso, o Vice-Governador passou a exigir a renúncia do Presidente. E a Governadora não aceitou.

O Vice-Governador falou que o Presidente do Banrisul estava sendo processado e condenado, o que não é verdade. O processo já se extinguiu, porque, aqui em Brasília, o Superior Tribunal de Justiça declarou que a causa estava sem efeito, anulou o processo por falta de motivação.

Eu estranho uma insistência como essa com relação a uma figura da dignidade do Presidente, mas, de certa forma, querendo atingir o nosso Banco. E, no auge dessa bateria do Senhor Vice-Governador ao Banco e ao seu Presidente, o Presidente do Banco do Brasil faz uma oferta pública e diz que o Banco do Brasil tem interesse em comprar o Banco do Rio Grande do Sul. Imaginem qual foi a repercussão, no meio financeiro, de uma notícia como essa! O Banco do Rio Grande deve estar mal, e o Banco do Brasil está-se aproveitando para abocanhar o Banco do Rio Grande do Sul, como abocanhou tantos outros bancos por este Brasil afora.

Meu amigo Fernando Lemos já pensou várias vezes em sair; nós é que não deixamos; a Governadora é que não deixa. Ele acha que o mal que o Sr. Vice-Governador está fazendo ao Banco é muito grave, sério.

Agora, aproveito essa notícia que a imprensa publicou, com relação à manifestação do Presidente do Banco, primeiro para dizer que ele não está ilegal. Ele está absolutamente legal, na posição de presidente do Banco, com o respeito de todos e com a dignidade a toda a prova.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Políticas de Paz para o Brasil

(Em pronunciamento em 11 de julho, o Senador fala de sua participação – na qual discorreu sobre a busca de paz para os brasileiros – na comemoração dos 400 anos do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no último dia 2 de junho, tive a honra de fazer a homilia, numa das missas da comemoração e das homenagens aos quatrocentos anos do Convento e da Igreja de Santo Antonio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Foi, para mim, uma das mais belas emoções nesta minha vida, que já vai longe, e que caminha à luz dos desígnios de Deus. Quando entrei naquele belíssimo Convento, eu me senti mergulhando na história brasileira.

Caminhei, emocionado, por corredores por onde passaram a nossa independência, a nossa soberania e, principalmente, a construção da nossa cidadania.

Contemplei os mesmos lugares onde se encontraram o rei e o povo, o velho e o novo, a esperança, a mudança, a solidariedade, a compaixão, a graça, a fé.

Encontrei com frades franciscanos que não se contentam em contar e a preservar a história do Brasil. Mais do que isso, continuam a construí-la, com os mesmos princípios de vida e de oração, por exemplo, de Frei Sampaio, mentor religioso e político de D. Pedro. Princípios de todos os missionários, capelães e semeadores do Evangelho que por lá passaram, cujos ensinamentos floresceram e fru-

tificaram na santidade do nosso Frei Galvão, que, naquele mesmo lugar, formou-se teólogo e sagrou-se sacerdote.

O Homem do Milênio

São Francisco de Assis, considerado o homem do milênio, na sua peregrinação, em nome dos mais pobres e desvalidos, disse ter, um dia, ouvido uma voz: “Não vês que a minha igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim”. Pois eu, lá, parece que ouvi a voz de São Francisco: “Essa é a igreja restaurada, não somente a igreja de tijolos e argamassa, mas a igreja construída na fé, na humildade e no amor ao próximo, destes nossos irmãos que aqui habitam, e que aqui frequentam”.

Há oito séculos, numa das cerimônias daqueles tempos de barbárie em que viveu o nosso Mestre, o celebrante leu uma parte do Evangelho de São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos, para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio, como ovelhas no meio de lobos”.

São Francisco reconheceu, naquele instante, que as mensagens apostólicas, as mesmas que Cristo ordenara aos discípulos, para que espalhassem ao mundo, era o que ele tinha que viver, na plenitude. Ato contínuo, começou a pregar os princípios de humanidade, de solidariedade e de compaixão, por todos os lugares por onde passava.

Séculos Franciscanos

Pois bem, já se vão oito séculos desde a primeira pregação de São Francisco. Oito séculos de franciscanismo! Quis Deus que, no meio deste caminho do tempo, se erguesse uma igreja, no Rio de Janeiro, no maior país católico do mundo. Quatro séculos desde São Francisco, até a construção daquele convento franciscano, na Cidade Maravilhosa. Quatro séculos, desde esta mesma construção, até nós, franciscanos da nossa época!

Quem sabe Deus esteja, também, nesses nossos tempos, dizendo, novamente, por meio dos freis franciscanos do Convento Santo Antonio, herdeiros e seguidores dos princípios de São Francisco de Assis: “Não vês que a minha igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a,

para mim!” Agora, mais que em outros tempos, entendemos melhor que não é somente aquela igreja de lugares e corredores por onde passei, naquela manhã, mas uma igreja fincada na humanidade, na solidariedade, na compaixão e no amor ao próximo.

Mercantilização das Consciências

São Francisco viveu numa época de impetuosa mercantilização de bens materiais. Nós vivemos um momento de criminosa mercantilização de consciências. Muitas vezes, de pecaminosa mercantilização da fé.

Não sei se podemos nos considerar, agora, como as ovelhas dos textos bíblicos, mas estou certo, nesses nossos novos tempos de barbárie, que estamos, novamente, no meio de lobos. Onde se incluem, também, os lobos que estão dentro de nós.

Não é concebível, por exemplo, que, numa cidade que Deus fez tão maravilhosa, como o Rio de Janeiro, homens, criados à Sua semelhança, arrastem, pelas suas ruas, um menino inocente, ante a aflição dolorosa de sua mãe. Ou que um menino seja metralhado por quem, na verdade, deveria protegê-lo, mesmo que ele já estivesse no colo da mãe, aflita. Nem que uma menina, também inocente, tenha seus mais belos sonhos ceifados, supostamente, pelo próprio pai. Nem que se banalize, enfim, o sopro divino da vida, nas miras ou nas balas perdidas.

O resgate dos valores perdidos pela humanidade é a igreja a ser reconstruída.

Não-Violência é Oração

Uma igreja edificada nos princípios da paz. Como disse Mahatma Gandhi, a não-violência é a mais alta qualidade de oração. A riqueza não pode consegui-la, o orgulho devora-a, a gula e a luxúria ofuscam-na, a mentira a esvazia, toda pressão não justificada a compromete. Não há caminho para a paz, a paz é o caminho.

As políticas de paz para o Brasil, tema que me foi proposto para a homília, só se concretizarão se compreendermos, e viabilizarmos,

as verdadeiras necessidades do povo, enquanto seres verdadeiramente humanos, tal e qual foram concebidos pelo Criador.

Este caminho de paz já foi orientado, para todos nós, pelo Papa Bento XVI. Disse ele: “Somente através de um comum empenho de partilha, é possível responder ao grande desafio do nosso tempo, isto é, construir um mundo de paz e de justiça, no qual cada ser humano possa viver com dignidade”.

Martin Luther King, em um dos mais inesquecíveis momentos do século passado, que inspirou uma geração inteira, na luta de um povo pelos mesmos princípios franciscanos de liberdade, de dignidade, de humanidade, de solidariedade e de cidadania, bradou, ante milhares de pessoas: “Eu tenho um sonho”. Disse ele: “Eu tenho um sonho que, um dia, esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença. Nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais”.

Sonhos e Fé

Como Luther King, eu também tenho os meus sonhos. Aliás, eu tenho mais que sonhos: eu tenho fé.

Eu tenho fé em um Brasil onde todos, homens e mulheres, sejam, realmente, cidadãos na sua plenitude, sendo-lhes assegurados todos os direitos sociais, políticos e econômicos.

Eu tenho fé em um país onde os políticos sejam, realmente, representantes das aspirações do seu povo, e não seus usurpadores, e que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais.

Eu tenho fé em um país sem impunidades, onde a lei seja cumprida, em todos os segmentos da população, não importa se para o mais humilde dos cidadãos, ou se para aquele que a loteria biológica parece ter-lhe soprado, antecipadamente, todos os resultados da premiação.

Eu tenho fé em um país onde as crianças possam sonhar com um futuro mais digno, mais humano e mais cidadão.

Eu tenho fé em um País que, bonito por natureza, seja respeitado no seu meio ambiente, não importa se nas pequenas flores dos seus jardins, ou na imensidão da sua maior floresta.

Eu tenho fé em um país sem qualquer discriminação de raça, de cor, de gênero, de condições sociais, econômicas e geográficas.

Eu tenho fé em um país onde os idosos, detentores de experiências acumuladas, tenham direito a uma existência digna, e que sejam respeitados nas suas necessidades de políticas públicas.

Eu tenho fé em um país iluminado pelo saber, fora da escuridão do analfabetismo.

Eu tenho fé em um país onde as pessoas possam transitar, livres e seguras, por suas ruas e avenidas, sem o risco da bala perdida, ou mirada.

Eu tenho fé em um país sem tamanhas desigualdades pessoais e regionais de renda, e onde todos tenham direito ao trabalho dignificante.

Eu tenho fé em um país sem a dor da fome e da miséria, onde todas as mesas de refeições sejam, de fato, de comunhão.

Eu tenho fé em um país onde todos tenham direito à moradia, mesmo que singela, fora das pontes e dos viadutos que lhes servem de lar, e das sarjetas, que lhes restam como meio-fio.

Eu tenho fé em um país sem as dores das filas dos hospitais, na mesma loteria da vida, em que se decide quem pode viver, e quem lhe resta morrer.

Eu tenho fé em um país onde a contribuição de cada um, não importa o valor, seja, efetivamente, partilhada entre todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriadas por poucos, que se locupletam do poder.

Eu tenho fé, enfim, em Deus e, mesmo que tenham se distanciado, tanto, Dele, eu também tenho fé nos homens, exatamente porque foram feitos à Sua imagem e semelhança.

A Igreja tem de voltar a ser, juntamente com a família e a escola, fonte geradora e propagadora de políticas de paz para o Brasil e para o mundo.

Quantos foram os brasileiros que também passaram por aquele Convento de Santo Antonio, nestes quatro séculos de disseminação da obra de São Francisco? E que se inspiraram nos ensinamentos dos franciscanos que lá viveram, e dos que lá habitam, nestes nossos

dias? Quantos serão os que ainda virão? A paz para as novas gerações depende de nós, do tijolo e da argamassa das nossas almas.

Eu acho que todos os brasileiros deveriam passar, um dia, por aqueles corredores. Teriam, todos, a emoção que permanece comigo. Ainda bem que o franciscanismo tem o dom de construir caminhos, inspiradores como os do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro. Felizmente, são muitos os franciscanos que percorrem os corredores das nossas cidades, semeando, irrigando e colhendo emoções, na dedicação aos que pouco têm, além de fiapos de vida. Também eles constroem a nossa história. Uma história sedimentada nos princípios de solidariedade, de compaixão e de humanidade.

Vem daí a razão da minha fé.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A Polêmica sobre a dupla Libertação do Banqueiro Daniel Dantas

(Em pronunciamento em 15 de julho, o Senador analisa a polêmica em torno da libertação, por duas vezes, pelo Presidente do STF, do banqueiro Daniel Dantas, diz que o interesse da mídia pelo assunto surge do fato de ter a prisão atingido uma pessoa da elite, e conclui pedindo que seja respeitada a decisão do Presidente do STF)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, creio que devemos ter todos uma palavra serena e tranquila no momento que estamos vivemos.

Acho que é até um exemplo de prática da democracia o atual instante da vida brasileira. Imagine como estaríamos se fosse a época do regime militar, a época do Ato Institucional nº 5, quando o General Golbery, ou o Chefe do SNI, decidia o que fazer, como fazer, a hora de fazer.

Podemos dizer que, apesar das dificuldades, principalmente desta Casa, o Congresso Nacional, que tem muita dificuldade em funcionar, numa época e num momento em que praticamente quem dirige o Brasil é o Presidente da República com as suas medidas provisórias, a hora que estamos vivendo merece uma análise profunda.

Primeira pergunta: a Polícia Federal deve ou não deve investigar como o faz nas suas muitas operações de grande impacto?

Creio que sim.

A opinião pública examina o que está acontecendo nos inquéritos da Polícia Federal com expectativa. Aonde chegará? Até onde haverá de ir?

Tivemos um caso na semana passada: debateu-se muito a prisão de um grande banqueiro, proprietário do Opportunity. Discutiuse a primeira prisão, a forma da prisão; a segunda prisão e as suas duas solturas.

Venho do Rio Grande, e é impressionante como a nossa sociedade acompanha essa matéria.

Segunda questão. Acho que merece absoluto respeito a figura do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Sua Excelência é um homem que se impõe ao nosso respeito e à credibilidade desta Nação. Pode-se concordar, divergir, mas não se pode deixar de reconhecê-lo a credibilidade.

Critiquei aqui, na época do primeiro Governo do Presidente Lula, a maneira como algumas prisões foram feitas, inclusive a do ex-Presidente do Senado, atualmente Deputado Federal, Jader Barbalho. As prisões de inúmeras pessoas viraram manchetes enormes e foram noticiadas pela televisão também. Quando o atual Ministro da Justiça assumiu, a fórmula da prisão passou a ser diferente: sem as manchetes e sem as notícias.

Justiça para Todos

Talvez o que chame a atenção neste caso é a sua raridade. Por que quando um morador de favela é algemado ou quando um menino de rua é algemado e preso isso não vira manchete de jornal? Porque isso é a rotina. Por que o dono do banco apareceu na manchete? O fato é muito raro, nunca tinha acontecido.

Está na hora de este País avançar no sentido de dar justiça para todos e não apenas para alguns.

Acho que vivemos um momento em que os fatos nos chamam a nos reunirmos para analisar o que está acontecendo.

Com todo respeito que tenho pelo Ministro do Supremo, quero fazer uma observação. A imprensa noticia hoje que Sua Excelência iria falar com o Presidente Lula para discutir os abusos de autoridade.

de da Polícia Federal. Eu acho que é pouco! Se Sua Excelência vai falar com o Presidente Lula, como presidente do Supremo, que venha falar também com o Presidente do Senado e com o Presidente da Câmara sobre as mudanças que temos de fazer. Excesso de autoritarismo? Sim, mas no contexto geral da aplicação da justiça, das penalidades e da impunidade, que é algo que realmente existe no Brasil.

Aqui temos de mudar muita coisa.

Há um ambiente de pavor. O cidadão que se apresentou como o braço direito do proprietário do Banco Opportunity falou que, se ele tiver de falar, ele falará. Isso foi motivo de manchete: muita gente vai ficar devendo, gente do Governo anterior e do atual. Eu acho que é hora de cobrar desse cidadão! Ele que diga, ele que fale! É impressionante, no Brasil, como as pessoas falam quando querem, voltam atrás quando querem, e fica tudo por isso mesmo.

Realmente é muito sério, mas creio que o medo não é um fator que nos ajude, Senhor Presidente. Assustar-se com o braço direito do Sr. Dantas porque ele diz que tem o nome de muita gente e conhece a história de muita gente...

Diz a imprensa que é por isto que gente ligada ao atual Governo e ao Governo passado se cala: é melhor deixar assim.

Respeito o juiz que tomou a decisão de mandar prender o Presidente do Opportunity, respeito a mágoa daqueles que achavam que ele deveria ficar preso, mas respeito também a decisão do Presidente do Supremo, porque acho que ele tem autoridade, a maior credibilidade no âmbito da Justiça brasileira, e a ele cabe a última palavra. Se bem que, acima da palavra dele está a palavra do Pleno, que haverá de se reunir no próximo mês.

Burburinho

Creio que não fica bem para nós criarmos esse burburinho no sentido de ir contra ou a favor do Presidente do Supremo, não é bom para ninguém, não é bom para o Brasil.

O Presidente do Supremo vai falar com o Presidente da República, pedindo alterações na lei, nas autoridades, com relação ao poder de polícia. Não sei se é hora de falar apenas nisso ou abordar todo o contexto. Vamos topa a parada. Vamos imitar a Itália com

a Operação Mãos Limpas. Vamos fazer uma análise profunda e real das coisas que aconteceram. Vamos fazer uma reformulação na legislação brasileira que existe de mentirinha, porque, na verdade, nós sabemos que punir em definitivo nunca acontece com relação a muitas pessoas.

É hora de fazermos alguma coisa. A primeira é serenar o ambiente no Judiciário. Não é bom querer contestar a autoridade do Presidente do Supremo, mas também não é bom que não tenhamos o direito de dizer o que pensamos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Crítica à Criação da Quarta Frota Norte-Americana

(O Senador, em pronunciamento em 16 de junho, lamenta a criação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos justamente no momento em que se fala da descoberta de importantes jazidas de petróleo no mar territorial brasileiro; e comenta sua missão de convidar, na Europa, a ex-senadora colombiana Ingrid Bettancourt a visitar o Brasil)

Senhor Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Segurança do Senado, tendo à frente o Senador Heráclito Fortes, realizou duas reuniões da maior importância hoje, com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro Jobim, da Defesa.

Creio que foram muito importantes as análises que nós recebemos do Ministério das Relações Exteriores com relação à posição do Sr. Chanceler. Recebeu ele, anteontem, um telefonema da Senhora Condoleezza Rice, chanceler dos Estados Unidos, em que, a rigor, ela pedia escusas ao Governo brasileiro pelo fato de não ter falado antes acerca da criação da Quarta Frota.

A Quarta Frota já foi lançada na Flórida, em Miami, e o Brasil não tinha tido nenhum conhecimento. Ela pediu desculpas, e o Chanceler disse que ela deveria falar com o Embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Hoje ela recebeu o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O conteúdo da conversa, o Chanceler ainda não sabia.

O Ministro da Defesa nos impressionou pela profundidade do estudo que foi feito pelo seu Ministério junto com a Petrobras e com outras instituições brasileiras no sentido da análise de todas

as questões, quer com referência à Amazônia, quer com referência à Petrobras. Disse Sua Excelência que realmente há um estudo muito profundo com relação ao mar territorial do Brasil e com relação aos poços, como, por exemplo, o Poço de Tupi, lá no Rio de Janeiro, que está, praticamente, no limite do mar territorial do Brasil, a 170 milhas da costa brasileira.

Aí nós verificamos a criação da Quarta Frota americana nesta hora e neste momento. Primeiro, é um presidente americano, o Presidente Bush, em final de mandato e não é como o Lula, que está no início de seu segundo mandato e com credibilidade. Uma pesquisa lhe deu 80% de popularidade. O Presidente americano está no final de seu mandato e nunca, na história dos Estados Unidos, um presidente em final de mandato teve um percentual tão baixo de credibilidade e um percentual tão alto de rejeição do eleitorado americano.

Por que esse presidente em final de mandato vai tomar uma decisão como essa? O normal seria que essa decisão fosse deixada para o futuro presidente.

Por outro lado, foi criada aqui, em Brasília, a União dos Países da América do Sul, que analisou e lançou um documento. Discute-se até a possibilidade de se criar o Conselho de Segurança da América do Sul.

Pacífica e Humanitária?

Por que, de repente, os americanos vêm com a Quarta Frota? Qual é a razão? Dizem que ela é pacífica, ela é de paz, ela é até humanitária, tem serviços de médicos para ajudar, para auxiliar, mas há interrogações muito grandes.

Hoje, tanto na reunião com o chanceler, como, de um modo especial, com o Ministro Jobim, foram tomadas algumas decisões. Uma delas é que, muito provavelmente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional enviará uma carta aos dois candidatos americanos estranhando que uma decisão como essa seja tomada por um governo que está no fim.

Segundo, uma exposição que o Ministro da Defesa fará a nós, logo que ele vier da viagem que começará a fazer agora, primeiro com o Presidente Lula, à Colômbia, e depois aos Estados Unidos.

Acho que o embaixador americano foi muito cordial, mas muito longe de nos dar uma resposta que fosse praticamente pacífica e aceita por unanimidade. É importante que se faça, no Senado, essa discussão sobre a criação da Quarta Frota numa hora exatamente como esta, em que o clima é de tranquilidade.

Por outro lado, Sr. Presidente, amanhã eu faço, depois de muito tempo, uma viagem ao exterior. É uma viagem pessoal, mas trabalharei.

O Senador Suplicy tinha feito a proposta de convidar para uma sessão solene a ex-Senadora Ingrid, da Colômbia, que foi libertada. Pensou-se em ir à Colômbia para visitá-la. Acontece que ela está em Paris, na França, e eu me ofereci para fazer esse convite. Vossa Excelência formulou um convite, o Embaixador do Brasil em Paris está fazendo a intermediação e está marcada uma reunião para nós conversarmos e levarmos – o Embaixador brasileiro e eu – um convite para que ela venha ao Brasil e ao Senado brasileiro, porque nós gostaríamos, realmente, de lhe prestar homenagem e de ver a manifestação importante de quem passou pela dor, pelo sofrimento e pela luta que ela passou.

Estou indo, ainda que por conta própria, mas é uma honra, nessa homenagem à Senadora Ingrid, levar o convite de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Debate sobre o Abuso de Poder

(O Senador lamenta, em pronunciamento do dia 17 de junho, que o debate público sobre abuso de poder no Brasil só tenha começado depois da prisão de um destacado banqueiro; e lembra que, entre nós, os constantes abusos contra os cidadãos pobres são tolerados)

Senhor Presidente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal reuniu-se, no gabinete do Presidente Lula, com o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa. A reunião teria sido a melhor possível. Posteriormente a essa conversa, o Presidente da República falou à opinião pública, à sociedade brasileira que o delegado Protógenes, que se teria afastado, não poderia ser afastado, pois deveria, moralmente, conduzir a operação até o fim. E o Presidente determinou que o delegado ficasse até o fim ou diga publicamente ao País por que vai sair.

Em primeiro lugar, eu acho que determinação do Presidente da República não é sugestão, é ordem. Portanto, o delegado não deve sair.

Gostei do pronunciamento do Presidente, mas não gostei da interpretação dos jornais hoje, dizendo que ele teria falado para a plateia, dizendo que foi uma jogada política de mentirinha, mas que, na verdade, nada vai acontecer.

Também não gostei quando o Presidente do Supremo e o Presidente do Senado disseram que chegaram a um entendimento e que haverão de promover uma modificação da lei no sentido de re-

visar a legislação sobre abuso de autoridade. Não gostei porque não creio nem que o Presidente do Supremo tenha pedido, nem que o Presidente Lula tenha sugerido que isso seja feito por medida provisória. O normal seria um debate como esse ser solicitado ao Congresso Nacional.

No meio do Governo Fernando Henrique, Sua Excelência chegou a mandar a esta Casa a chamada Lei da Mordaza: promotores, delegados e a própria imprensa não podiam publicar nada de um processo que estivesse tramitando em segredo de Justiça. E o promotor e o próprio delegado podiam ser punidos, inclusive. Passou na Câmara, caiu no Senado. Eu fui um dos que se manifestaram contra.

Agora, querem discutir de novo essa matéria, abuso de autoridade.

Nós que viemos da época da ditadura sabemos o que é abuso de autoridade. No regime democrático, o abuso de autoridade ocorre em geral nas vilas, nas favelas, nos bairros pobres. Mas estamos agora discutindo o abuso de autoridade quando se prendeu um banqueiro e quando esse banqueiro apareceu na televisão de mãos algemadas.

E o Presidente da República diz que ficou muito preocupado com o abuso de autoridade ocorrido na prisão do banqueiro.

Eu cometi um pecado grave. Quando vi na televisão o banqueiro ser algemado, eu gostei. Isso é feio de ser dito, mas estou confessando.

Via há tanto tempo, desde as privatizações, as coisas acontecendo, e não se fazia nada, e, de repente, vi o homem algemado.

Publicidade e Mídia

Essa publicidade dada pela mídia é um problema que o Presidente do Supremo e o Presidente Lula devem discutir, sim, mas não devido à prisão do banqueiro.

Andando por aí, fiquei impressionado porque os pais me diziam que as crianças estavam assustadas, não queriam dormir sozinhas, com medo de que o pai as atirasse pela janela, de tanto ver e se repetir na televisão aquela cena da menina sendo jogada pelo pai.

Como disse Malatesta, a diferença entre a loucura de alguém que comete um crime emotivo, levado pela revolta, e a loucura de alguém que está num hospício por vinte anos é o tempo – um, vinte anos; o outro, cinco minutos, mas a qualidade e a quantidade são iguais.

Como nunca no Brasil banqueiro foi preso, como nunca no Brasil banqueiro foi algemado, era um fato inusitado. Era notícia, era importante.

Dizem que o Presidente do Supremo está muito preocupado em ver o limite da ação da Procuradoria, com o limite da ação dos policiais federais.

Não seria este o momento de criarmos uma Operação Mãos Limpas?

Não passa pela cabeça de ninguém que o Sr. Salvatore Cacciola tinha de ser algemado quando chegasse. Mas um *habeas corpus* determinar que ele não poderia ser algemado... Não vamos nos esquecer que o Sr. Cacciola saiu do Brasil condenado e fugido. Fugiu! Foi concedido um *habeas corpus* que até agora não se entende direito; ele saiu, o Presidente do Supremo veio correndo para anular o *habeas corpus* e, no dia seguinte, ele já tinha pegado um avião, um jatinho aqui em Brasília; de Brasília tinha ido para o Uruguai e do Uruguai para Europa. Esse é o homem que ganhou um *habeas corpus* rapidamente, para não ser algemado.

O Sr. Casildo Maldaner (PDMB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem uma maneira de expor o que pensa que é extraordinária. O caso do banqueiro é excepcional porque não se viu ele ser algemado. E agora vem o Cacciola, que, em pleno voo, consegue uma liminar para não ser algemado. Senador Pedro Simon, quero cumprimentá-lo porque a maioria esmagadora da Nação brasileira pensa como V. Ex^a, que representa o sentimento generalizado do povo brasileiro.

O SR. PEDRO SIMON – Obrigado, Senador. Quero ler um artigo que saiu no jornal *Zero Hora*, um artigo do Mauro Henrique Renner, Procurador-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul; é uma pessoa da mais alta seriedade e credibilidade. Eu o conheço e por

saber que é uma pessoa isenta, reputo importante o que ele está dizendo aqui:

“O Ministério Público quer manifestar à sociedade gaúcha e brasileira preocupação com a eficácia do sistema de justiça no combate à corrupção e às organizações criminosas, emblemático o prende–solta do banqueiro Daniel Dantas.”

Corroendo a Confiança

Boa governança significa instituições transparentes, processos decisórios claros, respeito às regras do jogo e prevenção/combate à corrupção. Aplica-se a todos os poderes. A corrupção, para além do prejuízo que causa, corrói nossa confiança e auto-imagem. Movimenta um oceano de riquezas e atalhos que só pode ser explorado mediante sólida ponte entre o Poder Público e, no outro pilar, os corruptores – águas profundas que abrigam um complexo político-financeiro.

Pois estamos decididos a enfrentá-los, com ações de inteligência e integradas com os setores republicanos das polícias e de outros órgãos de controle. Às vezes, chegamos perto. Todavia, e bem por isso, as reações avultam e reforçam a blindagem. Vivemos claro retrocesso institucional na possibilidade de investigar e processar os “esquemas de poder”: a investigação direta pelo MP está *sub judice* no STF; o mesmo STF inclina-se a excluir da ação de improbidade administrativa os agentes políticos; o foro privilegiado é carapaça quase intransponível para efeitos sancionatórios práticos; os sigilos, especialmente bancário, obscurecem ainda mais os emaranhados atos criminosos e prevalecem inclusive entre os vários órgãos de Estado; a presunção de inocência é lida como regra absoluta (sem qualquer ponderação) e, conjugada com um trânsito em julgado labiríntico, confirma que a privação de liberdade é pena inconcebível para a elite político-financeira acaso processada.

E as últimas decisões do Presidente do STF, Gilmar Mendes, reforçam a percepção de uma Justiça com duas velocidades. Majestosa e inacessível para o andar de baixo. Ágil e proativa com o andar

de cima. O devido processo legal é arranhado quando se suprimem instâncias e consagra-se, de fato, foro privilegiado para o banqueiro. A discussão sobre espetáculo é séria, mas o debate não foi proposto pelo STF no caso Isabella.

Algemas são ponto secundário e, se mal utilizadas, devem gerar punição. Mas tentar subornar um delegado da PF com mais de R\$1 milhão em dinheiro vivo não deveria causar viva e igual indignação?

Satyagraha significa insistência pela verdade. É de se prosseguir, então, para vencer os *dalits* (parias/intocáveis), o que é dizer para tratar de forma igualitária e aplicar as mesmas regras do jogo a todos os brasileiros. O papel do STF é insubstituível. Mas não é, numa democracia, incriticável.

Não estou de acordo com todo este artigo. Mas eu o leio para chamar a atenção para a delicadeza da situação. Foram centenas de procuradores e promotores que fizeram manifestações.

Tentativa Infeliz

Quero deixar claro que considero infeliz a tentativa de querer processar e pedir o *impeachment* do Presidente do Supremo. Eu nem sabia que isso existia! Quando li no jornal, fui ver na Constituição. Na verdade, juridicamente existe. Pode ser apresentado um pedido de *impeachment* ao Senado, e o Senado, assim como cassou o Presidente da República, pode fazer o mesmo com o Presidente do Supremo.

Mas não há lógica. O Presidente do Supremo é um homem de bem, é um homem sério. Gostei do Presidente do Supremo, porque quando emitiu a segunda decisão dele para soltar o banqueiro, ele disse que mandaria cópia daquela decisão para o Conselho Federal de Justiça.

Quero dizer que gosto do juiz que atuou nesse caso, Presidente. O que eu sei é que no Maluf, em quem nunca ninguém conseguiu botar o dedo, ele botou. É verdade que era um caso em que se falava que o Sr. Maluf estava envolvido com negócio de venda para o exterior que envolvia galinha. Quando li no jornal, eu disse: fez bobagem. Se meteu com galinha, dá cadeia, porque galinha é problema sério. No Brasil, é caso sério. O juiz foi o homem que decidiu essa questão.

Não venham dizer que o fato de a Globo ter filmado a prisão é culpa do Juiz. Acho que o Juiz agiu bem quando prendeu a primeira vez, agiu bem quando prendeu a segunda vez. Eu discordo do Presidente do Supremo. Havia um fato novo. O fato novo é que, entre a primeira prisão, que era genérica, e o segundo pedido de prisão, é que, na segunda prisão, a televisão mostrou o braço direito do Sr. Dantas, dando um milhão, em dinheiro vivo, para um delegado que tinha sido preparado para aquilo.

Só falta Prender a Polícia

Então, houve uma coisa fantástica: o advogado de defesa do Sr. Dantas disse que aquilo não vale, porque a polícia preparou aquele esquema. Só falta dizer que a polícia tem de ser presa porque preparou um delegado para mentir que ia aceitar.

O Sr. Dantas chegou à Polícia Federal e não respondeu às perguntas. Sr. Presidente, vou estimular de novo o meu projeto que termina com o inquérito policial. Nos Estados Unidos, na Europa, o inquérito é um só. A polícia está junto com o Promotor. Acho que está provado que uma maneira de solucionar essa questão é terminarmos com o inquérito policial e colocarmos polícia e procuradoria junto com o sistema judiciário para fazer um inquérito só. Gasta a metade do tempo e é dez vezes mais sério.

A polícia pediu licença ao Juiz para fazer as escutas; o Juiz autorizou. A polícia pediu licença ao Juiz para prender as pessoas; o Juiz autorizou. Isso foi o que aconteceu. E tanto o Lula como o Presidente do Supremo, como todo mundo, está dizendo que a Globo divulgou a imagem do homem algemado.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, anteontem, aprovou que se o promotor fizer uma denúncia e perder, paga as custas. Quer dizer, os promotores não vão apresentar mais denúncia nenhuma.

No País da impunidade, onde só ladrão de galinha vai para a cadeia, é impressionante ouvir os jornais e a televisão. São notícias sobre roubalheira, tiro, assalto, roubo na favela e acidente no trânsito. São essas notícias que comandam a televisão brasileira.

Agora, neste momento, não sei se os senhores leem as entrelinhas dos jornais. O que está acontecendo hoje é uma coisa muito singela. A imprensa está dizendo que o Sr. Dantas tem a cabeça de todos nós. E quando, com ordem judicial, foram à casa dele e derubaram uma parede fictícia, atrás encontraram todos os arquivos. Diz-se que está tudo lá. Então, o que tem de político com medo, o que tem de membro do Executivo com medo, o que tem de jornalista com medo, é uma realidade. Isso é o que diz a imprensa.

O Drama das CPI

Vim a esta tribuna muitas vezes, lamentando o que está acontecendo com as nossas CPI. Até na ditadura a CPI funcionou, e ela vinha funcionando bem.

O primeiro drama foi nesta Casa, quando pedimos a CPI, obtivemos assinaturas e os líderes do PMDB, do PT e de outros partidos asseclas se negaram a indicar os nomes.

De acordo com a Constituição, se eles não indicam os nomes, compete ao Presidente do Senado indicar. O Presidente do Senado não indicou e os líderes lançaram uma nota dizendo: só sai CPI se os líderes do Governo quiserem.

O falecido Senador Jefferson Péres e eu entramos no Supremo. O Supremo mandou criar. Só que levou um ano e três meses. Nesse ano e três meses, já não era só o caso do Waldomiro, que o Lula não demitiu. Era um caso atrás do outro, e deu no que deu. Inclusive a CPI dos Correios provou. Quarenta foram para o Supremo, denunciados.

Mas, este ano, a CPI das ONG e a CPI dos Cartões Corporativos foram uma vergonha. O Congresso Nacional ficou nu, porque a interpretação, no Brasil inteiro, é que houve um acerto. Não se mexe no Governo passado, não se mexe no Governo atual e não se fala nada.

Não há vácuo em política. O Congresso vinha desempenhando um papel importante na questão ética, com as CPI. No momento em que desmoralizaram a CPI, entrou a Polícia Federal.

Não há espaço vazio. A Polícia Federal está onde o Congresso Nacional não quis entrar.

Os Favelados têm Direitos Individuais?

Isso que está aí é um perigo, porque a Polícia Federal, da maneira como está agindo, atinge os direitos individuais. A presunção de inocência é fundamental. Enquanto não houver sentença passada em julgado o cidadão é inocente. Mas isso vale para a favela, para quem mora numa vila, para o povão?

Quantas pessoas têm condições de ter um bom advogado e entrar diretamente no Supremo com um mandado de segurança?

O que está na opinião pública são duas coisas. De um lado, a roubalheira, que envolve dois ângulos: as privatizações do Governo Fernando Henrique e o mensalão. Porque esse banqueiro é de grande força. Ele era homem forte do Governo do Sr. Fernando Henrique. Nas privatizações, nos fundos de pensão, ele estava presente. Entrou o PT e passou a ser o homem forte junto ao Chefe da Casa Civil e a tantas pessoas. E continua a agir.

Jogou para a Plateia

O Lula tem de responder sobre o que está nos jornais. Que ele jogou para a plateia. Que ele determine que o delegado Protógenes volte ao cargo.

Acho que as coisas estão indo por um caminho... Parece que ninguém quer aproveitar esse episódio para avançar, no que tange à impunidade.

Agora, o negócio desse banqueiro veio lá do Governo Fernando Henrique, vai para mais de dez anos. O Simonsen, um homem sério e honrado, tinha grande preferência pela capacidade desse jovem. Enquanto o Simonsen morreu com o mesmo dinheiro que tinha vinte anos antes, esse rapaz é a maior fortuna que está aí.

Votar uma lei sobre abuso de autoridade, sim, mas não em cima do Sr. Dantas.

É impressionante como os promotores, os juízes de primeira instância estão magoados. Eles já estão cansados de verem um esforço enorme da polícia, dos promotores, do juiz, numa penada, desaparecer.

O Lula e o Presidente do Supremo poderiam chamar o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara e partirem para um entendimento em termos dessa matéria.

O Supremo Tribunal Federal determinou que, dentro da fidelidade partidária, o mandato é do partido e não do deputado nem do senador, nem do prefeito. E isso está sendo cumprido. O que a Comissão de Justiça da Câmara fez? Mandato é do partido e não do candidato; agora, durante um mês, antes de cada eleição, o candidato pode mudar de partido. (*Risos.*)

Eu tenho dito isto: se o Lula tivesse levado a sério a questão da ética, a credibilidade dele hoje estaria no céu. Como não fez, ele tem um calcanhar de Aquiles.

E fica aquela história: como o Sr. Dantas tem a ficha de todo mundo, a pessoa se cala, porque calar é melhor do que falar.

Inviolabilidade dos Escritórios de Advocacia

(O Senador examina, em pronunciamento em 4 de agosto, a aprovação às pressas de um projeto que garante a inviolabilidade dos escritórios de advocacia e sugere ao Presidente da República que o veto)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, acompanhei pela imprensa a expectativa da sociedade com relação a um projeto votado nesta Casa determinando que os escritórios de advocacia fiquem invioláveis a qualquer ação policial.

Isso foi tomado com relação ao que aconteceu no célebre caso do banqueiro do Opportunity. O editorial da *Folha de S.Paulo* pede ao Presidente Lula que veto o projeto.

Respeito muito a OAB, mas nessa questão que estamos debatendo hoje, acho que devemos analisar com frieza as várias situações. Desde o momento em que apareceu na televisão a prisão do ilustre banqueiro, o debate está sendo travado permanentemente em cima dessa matéria. O delegado da Polícia é afastado; uma hora apresentado como herói, outra hora apresentado como vilão; o juiz federal que deu duas determinações de prisão ora aparece como uma pessoa com interrogações sobre sua conduta, ora como herói.

Eu acho que o Presidente da República deveria vetar esse projeto. Não houve a discussão que deveria haver nesta Casa. Uma matéria como esta não pode ser votada às escondidas. Tem de ser debatida. E não o foi. Absolutamente não o foi.

Apuração

Considero o editorial da *Folha de S.Paulo* muito sério. Que a OAB tenha preocupação com a inviolabilidade é importante, mas que nós temos de ter a responsabilidade em buscar a apuração também é importante.

Vejo o Brasil como um país onde nós não conseguimos chegar ao fim de praticamente nenhuma questão importante do ponto de vista penal. Dos processos policiais, os que chegam à conclusão definitiva representam um percentual insignificante.

Acho que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve vetar esse projeto. E acho que esta Casa poderá analisá-lo com a profundidade que merece.

E acho que a Polícia Federal teve um mérito muito importante no processo que investigou os banqueiros. É impressionante como algumas pessoas ficaram impressionadas em ver um banqueiro algemado na televisão. Algumas foram à revolta total.

Aquele banqueiro, desde as duas CPI nesta Casa, era a figura de que se falava, sobre a qual se debatia e não se conseguia aprofundar. Desde as privatizações não se conseguia chegar ao seu nome. Dizem que a sua bancada é muito grande. Dizem que há lideranças ligadas a ele por todos os setores, do anterior e do atual Governo.

De repente, ele é preso e aparece algemado.

Segundo a imprensa, na residência dele, a polícia derrubou uma parede falsa e encontrou um cofre com uma lista enorme. E que aí estariam envolvidas muitas pessoas.

Uma questão é a impunidade. A outra é a questão dos direitos individuais. Ninguém, mais do que eu, defende os direitos individuais. Mas, agora, vejo a invocação dos direitos individuais utilizados sempre a favor do acusado, acusado de roubo, acusado de falcatura.

Lei da Mordaça

Gabriel Wedy, Presidente da Associação dos Juizes Federais, hoje, no jornal *O Sul*, diz que um deputado está apresentando a lei da mordaça para o Poder Judiciário. Então, diz ele, por exemplo, que o juiz que decretou a audição das gravações do Sr. Dantas poderia

estar sujeito a oito anos de cadeia e perda do cargo se for considerado que atingiu os direitos do cidadão.

Vejo com preocupação que querem vedar a atuação da Polícia Federal, impedir que uma CPI possa investigar, e criar a lei da mordça para intimidar os promotores e os delegados. Agora, há um projeto de lei que diz que o promotor que fizer uma denúncia com relação a um político e se ele não for condenado, o promotor é quem vai pagar a verba que ele dizia que o cidadão deveria pagar. Assim, ninguém denuncia ninguém.

Amanhã, o Superior Tribunal Eleitoral vai votar de novo o problema da ficha suja. É um debate longo. Só não pode ser candidato quem for condenado em condenação definitiva. Logo, todo mundo é candidato, porque condenação definitiva praticamente ninguém tem.

Há também o caso da autorização de escutas telefônicas. Pode dar margem a exagero? Mas, por isso, não se pode estabelecer a lei da mordça. Um juiz que determina a escuta pode terminar inclusive perdendo o seu cargo em razão da escuta que ele determinou.

Por que nos assustamos quando apareceu um banqueiro algemado na televisão? Não acho necessário esse escândalo todo. Quando a polícia pratica violência com relação a favelados ou miseráveis, eu não vejo essa grita.

Acho que o Presidente Lula deve vetar esse projeto. Há um argumento sério: não houve a discussão na Casa! A votação, cá entre nós, incrivelmente não revê a seriedade que merecia.

Em um projeto como esse, sobre o qual há um editorial como o da *Folha de S. Paulo*, da maior respeitabilidade, e em que há divergência: inúmeros senadores foram à tribuna pedir para o Lula não vetar. E eu estou pedindo ao Lula para vetar. Um projeto dessa magnitude não pode ser fruto de um acordo de líderes.

Esta Casa tem um problema grave. Há projetos ótimos, que são debatidos, mas há outros que ficam na gaveta um tempo enorme e, de repente, vêm para o plenário e são votados ao calor de uma madrugada, juntamente com mais trinta ou vinte projetos. Isso não é aceitável.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Comentários sobre viagem à Europa

(Em pronunciamento no dia 6 de agosto, o Senador descreveu sua viagem à Europa, durante a qual convidou a ex-Senadora Ingrid Bettancourt a visitar o Brasil, manteve contato com autoridades e constatou a credibilidade que o Brasil goza da Europa)

Senhor Presidente, venho referir-me à missão que recebi da Mesa da Casa – proposta do Senador Suplicy – de fazer um convite, em nome do Senado Federal, à ex-Senadora colombiana que esteve, durante seis anos, sequestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e que teve uma soltura espetacular.

A proposta do Senador Suplicy foi levada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, por unanimidade, foi aprovada. E o Plenário desta Casa, por unanimidade, também a aprovou.

Tenho uma filha que criei, que mora, há dez anos, em Londres; ela casou-se com um britânico e lá se encontra. Como, numa viagem particular, ia a uma visita a ela e à França, por minha conta, ofereci-me para executar essa missão. Levei a carta do Presidente Garibaldi. E esta figura extraordinária que é o nosso Embaixador José Maurício Bustani, na França, fez o contato com a assessoria da Senadora, que está vivendo uma hora de apogeu, mas também de dificuldades no sentido de ameaças anônimas, tanto que estava mudando de casa de dois em dois dias.

A embaixada brasileira só conversou com seus assessores. Ela estava afastando-se de Paris para lugar incerto. Muito gentil, a ex-Senadora enviou uma carta de próprio punho, que faço questão de ler e cuja transcrição nos Anais da Casa peço.

Ela diz o seguinte na carta:

“Senhor Embaixador do Brasil, José Maurício Bustani,
Confirmo o recebimento de sua carta de 15 de julho último, assim como do convite do Senado Federal brasileiro para assistir a uma de suas sessões. É uma honra imensa para mim, que me toca sobremaneira, e é com respeito que aceito com muita alegria a distinção que me é acordada. Estarei ausente de Paris a partir de amanhã e só estarei de retorno em meados de agosto. Entretanto, se for de seu desejo, entrarei em contato com o senhor quando de meu regresso. Será um prazer conhecê-lo e trocar opiniões sobre o futuro de nossos dois países e desse continente sul-americano que nos é tão caro.

Na espera desse momento feliz, receba, Senhor Embaixador, a expressão de meus sentimentos mais sinceros.

Ingrid Betancourt

PS: Agradeço se puder transmitir meu pequeno cartão de agradecimento ao Senador Eduardo Suplicy, assim como meu desejo de aceitar seu convite.

Senador Eduardo Suplicy, obrigada por suas belas palavras, muito generosas e que não mereço.

Com afeto sincero.”

Eu agradei ao nosso Embaixador o esforço que ele fez de chegar à Senadora Ingrid a nossa alegria por ela ter aceitado o convite do Senado brasileiro. Por esses dias, ela deve estar regressando a Paris e marcará com o Embaixador a data que virá a esta Casa. Acho que será uma oportunidade muito importante ouvirmos essa mulher de garra, sete anos em poder de seus sequestradores com a dignidade que ela teve. Acho que ela terá uma lição muito grande a dar

a todos nós, e não apenas ao Senado brasileiro, à América do Sul, de quem ela fala com tanto carinho e com tanto apreço.

A preocupação dela é no sentido de que o que ela fez deve ajudar para que isto não se repita. Ela faz questão de ressaltar a preocupação dela com a América Latina, no sentido de que isto não se repita.

França-Brasil

Em Paris tive a oportunidade, na Assembleia Nacional da França, de assistir a uma palestra longa com o Deputado Michel Vauzelle, que foi ministro da Justiça do Governo Mitterrand, pessoa com uma biografia extraordinária. Esse homem é um amante do Brasil. Está criando no Parlamento francês a entidade França-Brasil.

Eu disse lá, ainda não falei com o Presidente Garibaldi, mas quase antecipei por minha conta que, em se criando essa entidade, fazemos questão de que ele venha ao Brasil e, no Brasil, faça a exposição das suas ideias, que faço questão de registrar para mostrar a esta Casa a profundidade do seu pensamento.

O Deputado francês defende a força e a manutenção do serviço público na França, que se encontra sob ameaça no atual governo. O serviço público, diz Michel, foi uma importante decorrência da Revolução Francesa, visando democratizar sobretudo o atendimento ao público nos hospitais (seguridade social), ensino gratuito em escolas do governo e meios de transporte dirigidos pelo Estado, entre outros.

Comentou ainda o Deputado Michel sobre a importância de manter as três regras de ouro que foram instituídas também pela Revolução Francesa: preservar a liberdade, a igualdade e uma solidariedade entre os franceses. Insistiu também sobre a obediência e o respeito à Convenção dos Direitos Humanos. As palavras respeito e preservação dos direitos adquiridos foram mencionadas mais de uma vez.

Efeitos da Globalização

Para o Deputado, o ideal democrático e republicano é sobretudo manter a noção da liberdade e do respeito à sociedade.

Para tentar evitar os efeitos negativos da globalização, a França e a América Latina em geral e a França e o Brasil em especial deveriam criar laços cada dia mais sólidos, pois possuem grandes afinidades culturais, linguísticas, éticas, estéticas, humanas e sobretudo pela latinidade comum entre esses países, fatores que deveriam ser valorizados e reforçados, visando fazer face à supremacia anglo-saxônica. Acho importante isto: visando fazer face à supremacia anglo-saxônica.

A França deposita uma grande esperança com relação ao Brasil, afirmando ainda que o Brasil é a esperança da França. Reconhece o crescimento econômico do Brasil.

É favorável à preservação do meio ambiente e defende uma posição de desenvolvimento sustentável, sendo contra a utilização de OGM na produção agrícola.

Acho que é muito importante esse grande relacionamento França-Brasil e essa posição de se criar na Assembleia francesa uma entidade nesse sentido.

Credibilidade Externa

Fiquei impressionado ao ver a credibilidade que o Brasil tem lá fora. Sinceramente, por onde eu andei, com quem eu conversei, o Brasil é visto de uma maneira diferente. Aquilo que a gente vê aqui, a gente vê lá fora. Parece que chegou a vez do Brasil. Os embaixadores e pessoas ligadas à Embaixada disseram para mim: Aquela de o Brasil só ser manchete de notícias de desgraça ou de futebol não é mais assim.

Vejo que se consolidou o conceito da Europa. De certa forma, hoje, o Parlamento europeu é mais forte do que, isoladamente, a Assembleia Nacional francesa ou a Câmara dos Comuns da Inglaterra.

Na Europa, fiquei impressionado pela maneira mais séria com que o Brasil está sendo encarado. E é impressionante o prestígio que o Presidente Lula tem.

É interessante salientar. Disseram-me os embaixadores e outras pessoas com quem conversei que para a pressão da corrupção e essas coisas que para nós são importantes eles não estão dando muita bola, até porque falam eles que por lá também há muita.

Gostei do que vi e assisti.

O Embaixador José Maurício Bustani, aquele célebre Embaixador que era presidente da Organização para a Extinção de Armas Químicas, OPAQ, e que foi destituído por uma operação vergonhosa dos Estados Unidos.

Mas o embaixador mostrou ao mundo que estava certo.

Hoje se sabe que os americanos destituíram o Embaixador Bustani, porque ele havia conseguido que ficasse a cargo da Opaq a fiscalização a ser feita no Iraque. O Iraque não queria uma fiscalização em que os americanos estariam infiltrados com segundas intenções.

Por isso, o Embaixador Bustani é um grande homem. O Governo anterior do Brasil, na hora em que Bustani sofreu o que sofreu, não teve a grandeza que deveria ter tido, mas o Presidente Lula – justiça seja feita – nomeou Bustani para, por cinco anos, chefiar a Embaixada do Brasil em Londres e, agora, para ser embaixador do Brasil em Paris.

É, por assim dizer, a coroação de um homem que muito sofreu e que não recebeu do Governo brasileiro da época o conforto que recebeu do mundo inteiro – muitas entidades esperaram o Governo brasileiro tomar posição para segui-lo, mas esperaram em vão, porque o Governo brasileiro nada fez.

Felizmente, o atual Governo, o Lula e o Chanceler tiveram grandeza, e hoje o Sr. Bustani é uma figura nacional e internacional.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Homenagem a Josué de Castro

(Durante sessão especial, em 7 de agosto, o Senador elogia a atuação do médico, antropólogo e político Josué de Castro, internacionalmente reconhecido pelos seus estudos sobre a fome no Brasil)

Senador Cristovam Buarque, Presidente desta sessão, e Senador Jarbas Vasconcelos, ilustres autores do requerimento de realização desta sessão; Senhora Socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado; Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; Prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva; Ministro do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, Patrus Ananias; ilustre Ministro amigo, Bispo Mauro Morelli, duas pessoas que nos ajudam a lembrar a figura do nosso homenageado, mostrando que se está fazendo coisa positiva.

O Bispo Mauro Morelli, junto com Betinho, pela primeira vez levantou a hipótese de se fazer algo concreto com relação ao combate à fome, um movimento extraordinário, que realmente teve início e não acabou. Foi grande aquele início em que Dom Morelli e Betinho, com o apoio do Presidente Itamar, lançaram o grande movimento de combate à fome.

Meus irmãos, a comemoração pelo centenário de nascimento de Josué de Castro nos dá, neste momento, uma das mais importantes oportunidades para discutir um tema que, para mim, deveria estar na ordem do dia de todos os parlamentos de todos os países do mundo, em todas as mídias, em todas as universidades, em todas as igrejas e em todas as organizações da sociedade mundial.

Eu não consigo imaginar o mundo em paz, mesmo que sem as barbáries dos senhores da guerra, enquanto milhões de pessoas ainda sofrem a dor da fome, embora tamanhas sejam as nossas possibilidades de produzir alimentos. Mais do que isso, tamanhos são os desperdícios, muitas vezes regados pela ganância e pela insensibilidade de quem a loteria biológica propiciou fartar-se em cima dos outros.

Misérias nos Mangues

Josué de Castro faria, no próximo dia 5 de setembro, cem anos. Desde menino, segundo ele próprio, viu a miséria nos mangues e alagados do Recife. Fez da medicina um sacerdócio.

Buscou, sempre, a cura da dor da fome.

Reuniu seus conhecimentos numa publicação traduzida em dezenas de idiomas, *A Geografia da Fome*, há pouco mais de seis décadas. Essa homenagem vem realmente em boa hora.

Isso significa que, passado um século, e mais de sessenta anos depois de ele publicar sua principal obra, ainda debatemos, com mais necessidade, o tema que o fez tão conhecido em tantos países.

Há poucos meses, cientistas de quarenta países, reunidos pela Organização das Nações Unidas, elaboraram um documento dos mais importantes sobre o futuro da humanidade, tendo em vista o chamado aquecimento global.

Se as projeções se confirmarem, haverá uma geografia da agricultura diferente da atual. A estrutura produtiva de imensas regiões será modificada. A produção de alimentos e a geografia da fome também serão profundamente modificadas.

Se nada ou pouco acontecer em sentido contrário, grandes ondas de migração modificarão, por completo, a demografia do planeta.

Será que é necessário um novo Josué de Castro para nos mostrar como será, daqui a sessenta ou cem anos, a nova geografia da fome?

Parece que não, porque, como ele, sabemos onde e como vivem os miseráveis de hoje, e, igualmente como ele, também sabemos que a fome não é um flagelo gerado por condições naturais, mas por falta de ação de todos os homens.

Um Bilhão de Famintos

Há um flagrante flagelo anunciado, agora fundamentado pelo estudo da ONU. Mas não podemos nos esquecer jamais de um flagelo vivenciado por todos nós, aqui e agora, que atinge mais de um bilhão de pessoas em todo o planeta: a mesma fome, tão bem denunciada e estudada por Josué de Castro, na metade do século passado.

Um em cada seis seres humanos, nossos irmãos, dormirá a próxima noite com fome. Fome crônica! Uma fome que mata um nosso contemporâneo, muitas vezes conterrâneo, a cada quatro segundos, mais do que o terrorismo, mais que qualquer doença, mais do que a nossa insensibilidade poderia imaginar.

Eu já disse, nesta mesma tribuna, que quase três bilhões de indivíduos, quase a metade da população mundial sobrevive com menos de dois dólares por dia, a metade deles com menos de um dólar por dia.

Neste exato instante, 130 milhões de crianças estão chorando, ou morrendo de fome. Como falar, então, em prosperidade, em crescimento, em progresso ou até em paz, se não seremos ouvidos, porque há um barulho ensurdecedor dos gemidos de tantas crianças? Gemidos de fome?

Quase um bilhão de pessoas, em todo o planeta, moram em favelas. Serão 1,4 bilhão em duas décadas, o equivalente a uma China inteira, apinhada na geografia dos morros e das mais perigosas encostas.

Eu tenho certeza, como Josué de Castro, que a fome não é um fenômeno natural, mas social e político. A solução do problema depende do homem, da vontade política de erradicar essa mácula que persiste nesse início de século e de milênio.

A sua obra mais importante deveria chamar-se, portanto, como já disse alguém, *Fome e Política*.

Desperdício

Quem sabe, então, a obra de Josué de Castro possa ser reeditada, novamente, nas consciências de quem tem o poder político de alterar significativamente a geografia da fome.

Se é possível extrapolar algumas pesquisas já realizadas, no Brasil e em outros países, com o que se desperdiça de alimentos, seria possível saciar quase a totalidade dos famintos do nosso planeta.

E não se trata de um novo milagre de multiplicação, é apenas um exercício de racionalização, de combate ao desperdício e, principalmente, de combate à especulação.

Quer dizer, em nome da ganância, da ostentação e do lucro, jogamos no lixo o que falta na mesa de nossos semelhantes. Risos que se sustentam de choros.

A obra de Josué de Castro está, mais do que nunca, está viva. É preciso que todos nós nos debrucemos sobre ela. Não importa se mudou a geografia, se não mudou a história, se essa mesma história se agravou ainda mais nesses 60 anos da sua principal obra, nesses 100 anos que ele completaria no próximo dia 5 de setembro.

O Presidente do Banco Mundial, numa recente reunião do chamado Grupo dos Oito, cobrou dos líderes dos países mais ricos do mundo uma posição mais firme ante o problema da fome no mundo.

Ele chamou de desastre as projeções de que, a curtíssimo prazo, mais 100 milhões de seres humanos se somarão aos famintos já existentes. Eu e agora ele dizemos – a curtíssimo prazo –, muito antes, portanto, da tragédia anunciada decorrente do aquecimento global, tão alardeada pela mídia dos últimos tempos.

Eu não sei se o Presidente do Banco Mundial leu ou se inspirou na obra de Josué de Castro. Acho que não, embora pareça que sim. Pelo menos isso mostra o quanto é atual a obra desse brasileiro do nosso querido Nordeste, nascido em Recife, médico aos 21 anos, embaixador junto aos mais importantes órgãos das Nações Unidas.

Gerações inteiras se formaram lendo seus livros, escritos numa época áurea de profundas reflexões sobre o Brasil.

A sua obra coincide com o lançamento de outros importantes estudos sobre o Brasil, como *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Uma das Maiores Referências

Eu vivi, nos meus longos 78 anos, intensamente os anos que se sucederam à publicação dessas obras. Josué de Castro sempre foi uma das referências maiores quando se desejava conhecer com profundidade as razões da fome no Brasil e no mundo.

Eu me indignei, com a mesma intensidade de quando era jovem, quando um brasileiro como ele, reconhecido mundialmente por combater a dor da fome, teve seus direitos políticos cassados por um regime político que se estendeu por mais de duas décadas. Embaixador na ONU, homem ligado às organizações internacionais de combate à fome, reconhecido mundialmente, quando houve o golpe de 64, ele imediatamente renunciou. Renunciou.

Precisava ser cassado? Precisava a revolução, no primeiro ato, cassar Josué de Castro, que não era parlamentar? Tinha renunciado num primeiro momento ao cargo de embaixador. Renunciado. E Josué de Castro viveu exilado na França, trabalhando, fazendo palestras, sendo um nome mundial.

Morreu exilado, em Paris. Sinceramente, não consigo entender como isso aconteceu. Alguém que sustenta a tese que a fome é uma questão política é cassado por um regime político. Essa é a realidade.

Que efeito tão devastador teria a verdadeira compreensão dos motivos da fome a ponto do seu maior estudioso ter seus direitos políticos interrompidos? Talvez tenha sido exatamente essa compreensão o que motiva hoje as preocupações com a fome no mundo.

Não me move a inocência de imaginar que o Banco Mundial, como instituição e por intermédio do seu presidente, tenha sido arrebataado por encantos humanitários.

Verdadeiras Causas

É que a fome, hoje, preocupa o poder mundial pelos seus efeitos de imobilização, e não é possível, hoje, os regimes, quaisquer que sejam, cassarem os direitos políticos de todos que, como Josué de Castro e seus seguidores, se aprofundam no conhecimento das verdadeiras causas da fome.

Quem sabe possa ser essa a grande oportunidade de se pensar com maior ênfase sobre esse flagelo vivenciado. O Presidente do Banco Mundial sugere uma mobilização de inteligências de igual ou maior abrangência que os cientistas da ONU, que anteciparam os possíveis efeitos do aquecimento global para buscar soluções para o problema da fome no planeta.

Neste caso, não seria premonição, seria a constatação. Os estudos desses mesmos cientistas serviriam, portanto, para fundamentar decisões políticas já conhecidas, ainda que tardias.

Para mim, a cidadania plena se concretiza com o trabalho do homem, com o seu suor, com o desenvolvimento de suas habilidades.

Vamos fazer com que o artigo da Constituição brasileira seja real. Todo cidadão tem direito ao trabalho, e todo cidadão que tem direito ao trabalho deve receber uma remuneração que lhe dê condições para viver com dignidade, ele e a sua família. Esse deve ser o nosso objetivo, não apenas distribuir alimentos. O ideal é que isso aconteça onde o cidadão tenha trabalho, e que, do seu trabalho, gane com dignidade o seu alimento.

Ainda há muito que caminhar, mas não há dúvida de que muitos passos já foram dados no Brasil. Basta que a gente percorra os grotões que antes eram motivo de consternação, tamanha a miséria. Ela continua, mas muita coisa mudou, é preciso reconhecer.

Os dados não são frios. Ao contrário, espelham uma realidade que, embora num ritmo menor do que desejávamos, mostra sinais de relativo avanço.

Quem sabe tenhamos de buscar novamente a orientação nas ideias de Josué de Castro. Construir a cidadania no lugar da dádiva – isso era de Josué de Castro. Construir a cidadania no lugar da dádiva. A fome erradicada pela melhor distribuição de renda – isso dizia Josué de Castro. Renda como fruto do trabalho digno – isso dizia Josué de Castro. O suor do trabalho dignifica.

Direitos Humanos

A obra de Josué de Castro é também contemporânea de um documento que deveria ser de cabeceira de todas as mesas de decisões políticas: a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

“Artigo XXV.

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perdas de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”

Quem sabe, também, um dia, e que seja muito próximo, *Geografia da Fome* possa ser consultada apenas como matéria de ensino da nossa História. Por enquanto, infelizmente, embora os avanços continuem, *Geografia da Fome* continua sendo matéria curricular da nossa Geografia. A fome ainda está não somente nas regiões pobres em recursos naturais; ela é tão e mais dolorida nas regiões ricas e mal distribuídas em todos os tipos de recursos. Daí a necessidade de vontade política, para que a fome, ainda geografia, torne-se apenas história.

Apenas não posso fugir: quero dizer que eu era um jovem deputado quando vi e conheci Josué de Castro. Quando lhe pedi que me autografasse – tenho na minha biblioteca *Geografia da Fome* –, ele disse: “Olha, meu jovem, você vai ver que, fruto deste trabalho, a tua geração vai ser diferente”. Eu me lembro da frase; não a coloquei no meu pronunciamento, porque achei que todos os oradores que me antecederam iriam usá-la.

Parece que eles não a usaram. Mas é uma frase que li, de Josué de Castro: “No Brasil há aqueles que não dormem, porque estão com fome, e aqueles que não dormem, porque têm medo daqueles que estão com fome”.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Conquista dos Cerrados pelos Gaúchos

(Em pronunciamento feito no dia 8 de agosto, o Senador fala da migração de agricultores gaúchos para o Distrito Federal e para os Estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Maranhão e Piauí, e destaca a importância desse êxodo para o desenvolvimento da produção agrícola no Brasil)

Senhor Presidente, volto ao tema da epopeia dos gaúchos na história recente do Brasil. Venho fazendo ao longo desses anos uma série de pronunciamentos sob a diáspora do povo gaúcho, a monumental dispersão dos sul-rio-grandenses pelo território nacional, processo que teve início já nas primeiras décadas do século passado, como quando começou a migração para o oeste de Santa Catarina e para o Paraná de descendentes de alemães e italianos instalados e nascidos no Rio Grande do Sul.

Hoje vou examinar, continuando a minha análise, a questão das novas fronteiras agrícolas, expandidas principalmente pelos migrantes gaúchos a partir de meados do ano 70. Como é sabido, os agricultores do Rio Grande do Sul, os catarinenses e paranaenses, por sua vez, descendentes de gaúchos, foram os protagonistas da monumental aventura, que foi a incorporação dos cerrados à produção da agropecuária brasileira.

Apresentarei aqui cerca de duas dezenas de depoimentos de migrantes gaúchos, espalhados por vários estados do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia. Acredito que a reprodução, nesta tribuna, desses depoimentos de certa forma mostrará um quadro

bastante aproximado do que foi essa fantástica aventura. E, quando falo em aventura, estou usando a palavra exata, porque a diáspora do povo gaúcho foi plena de episódios dramáticos de enormes dificuldades e de grandes sobressaltos.

Foram os migrantes sulistas que levaram adiante a colossal tarefa de transformar os cerrados – uma área tradicionalmente desprezada, considerada imprópria para a agricultura – num dos maiores celeiros do Brasil.

Ora, a incorporação desse ecossistema, por sua vez, determinou que o Brasil viesse assumir uma posição preponderante em termos globais que tem hoje a produção de alimentos. É bom levar em consideração que o Brasil atinge o *status* de potência produtora mundial de alimentos justamente na época em que o mundo enfrenta a primeira escassez de alimentos em nível planetário.

Concentrarei meu pronunciamento de hoje na migração maciça de agricultores gaúchos para seis estados: Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí e, oportunamente, falarei de Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e dos outros estados, como já falei de Santa Catarina e do Paraná.

Bandeirantes do Século XX

Assim, porém, quero aprofundar algo que mencionei ligeiramente no pronunciamento anterior: os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Da mesma forma que os desbravadores gaúchos e paulistas, a partir do século XVI, indo em busca de pedras preciosas e também para o apressamento de indígenas expandiram o território brasileiro até seus limites atuais. Os migrantes gaúchos ou seus descendentes nascidos em Santa Catarina, Paraná ou Mato Grosso mais do que desdobraram, mais do que dobraram a área agricultável deste País. Na sua busca de metais preciosos, em especial a prata e também as pedras preciosas, os aventureiros paulistas enfrentaram o clima inóspito dos sertões desconhecidos, sofreram ataque de animais selvagens e tiveram de lutar com índios que bravamente reagiram à invasão de suas terras.

Na mesma intensidade, os agricultores do Rio Grande do Sul e do Sul tiveram de afrontar ecossistemas bastante diversos daqueles

a que estavam habituados quando deixaram o clima temperado da terra natal. Nos primeiros tempos da migração, a maioria desses homens e mulheres teve de se instalar em habitações precárias, tendas de lona ou de plástico ou ainda toscos casebres de madeira. Sem sementes adequadas à nova terra e ao clima desconhecido, tiveram colheitas ruins, que levaram muitos à falência.

Como as pesquisas oficiais sobre os cerrados apenas engatinhavam, os agricultores gaúchos precisavam estudar por conta própria o solo e o regime das águas e foram obrigados a investir seus escassos recursos para tornar o solo produtivo.

Além disso, nas novas áreas de fronteiras agrícolas, esses pioneiros ergueram suas casas em regiões remotas, sem estradas, sem assistência médica e sem escolas para os seus filhos.

Como ensinam os nossos livros de História, a conquista dos nossos sertões se deve às bandeiras das expedições particulares e, em menor escala, às entradas e empreendimentos governamentais.

Tendo isso em mente, digo sem medo de errar que os agricultores gaúchos foram os nossos bandeirantes do século XX. A verdade é que as iniciativas oficiais de colonização do Brasil, especialmente durante o regime militar, foram poucas e quase sempre malsucedidas. O que garantiu o sucesso da nossa gente foi o espírito empreendedor, a coragem, a capacidade de superar os mais duros obstáculos.

Tanto os paulistas, do passado remoto, quanto os gaúchos, já no século XX, prestaram serviços dos mais relevantes à Nação. Sem os bandeirantes e os agricultores que migraram do Sul, o Brasil não seria o que é. No entanto, preciso fazer aqui uma ressalva. Os bandeirantes foram em busca da riqueza, mas, ao final de sua jornada, voltavam para o lugar de onde haviam partido. Fundaram, é verdade, muitas cidades, muitas vilas. Abriram rotas pelo interior do Brasil. Mas voltaram, depois, para São Paulo. Os gaúchos não.

Os meus conterrâneos foram aos lugares mais distantes e lá fincaram suas raízes. Fundaram cidades, abriram estradas e principalmente expandiram a produção de alimentos. Muitos deles

morreram nas novas terras sem poder retornar ao Sul nem para uma visita.

Nesse ponto, não posso deixar de mencionar que o Centro e o Oeste do Brasil só passaram a interessar ao País em meados do século passado, quando aquele que foi o nosso maior estadista republicano, o sul-rio-grandense Getúlio Vargas, iniciou a grande marcha para o Oeste. Antes disso, os brasileiros viviam presos ao litoral, como caranguejos. A grande maioria da nossa população vivia a menos de cem quilômetros do mar.

Passado pouco mais de meio século do nosso avanço para o Oeste, aquilo que se chamava de sertão, com um certo tom de desprezo e de angústia, transformou-se em uma das regiões mais produtivas do mundo. É disso que vou falar. Narrarei aqui, ainda que de forma breve e fragmentada, a trajetória de alguns dos homens e mulheres que deixaram o nosso torrão natal para, arriscando tudo, construir a grande nação agropecuária que o Brasil é hoje.

Não tenho pretensão de ser historiador, mas a minha já extensa carreira política me faz um observador atento da evolução das grandes questões nacionais, dentre as quais me interessa particularmente a diáspora do povo gaúcho.

Nesse ponto, quero formular uma pergunta aos estudiosos da História brasileira: não teria sido a expansão da nossa fronteira agrícola a grande epopeia brasileira do último quarto do século passado? É a pergunta que faço.

Melancolia e Orgulho

Vou dar aqui o testemunho de quem acompanhou com um misto de tristeza e orgulho a dispersão do povo rio-grandense pelo Brasil. Quando uso a palavra triste, refiro-me à melancolia de sentir e ver tanta gente de garra capaz de deixar a nossa terra. Mas é preciso contrabalançar esse sentimento com o imenso orgulho que sinto pelo que nossos conterrâneos fizeram pelo Brasil afora.

Iniciarei falando de um programa de assentamento realizado em Brasília, e, a seguir, mostrarei o que ocorreu nos demais estados que citei no começo do pronunciamento.

Distrito Federal

Para muitos estudiosos, o programa de assentamento dirigido no Distrito Federal, mais conhecido pela sigla Padef, de certo modo, acabou servindo de modelo para outras iniciativas oficiais da incorporação dos cerrados. Com a criação do Padef, o Governo do Distrito Federal pretendia formar um cinturão verde ao redor da recém-criada, fundada Capital da República. O então Secretário da Agricultura do Distrito Federal, o baiano Pedro Dantas, foi buscar no Rio Grande do Sul os agricultores que iriam concretizar aquilo que não passava de um projeto ousado. Do Rio Grande do Sul e Paraná, estados cujos agricultores em grande número descendem dos gaúchos, vieram para Brasília em 1977. As treze primeiras famílias que receberam lotes de chácaras, com 10, 12 ou 15 hectares, e de grandes áreas, de 280 hectares. Na maioria gaúchas, eram de Tapera, querido Senador Paim, de Passo Fundo, de Marechal Rondon, no Paraná, esses descendentes de gaúchos.

Todos os agricultores assinaram um termo de compromisso e obrigação pelo qual deveriam tornar produtivas as suas propriedades em apenas dois anos. Todos eles trouxeram do Sul máquinas e implementos para tocar suas plantações. Mas a verdade é que desconheciam totalmente o clima e a terra. Agricultores antigos da região acharam que os gaúchos estariam de volta ao Sul em muito pouco tempo, no final do prazo, desiludidos por não conseguirem dominar a produção do cerrado.

Ocorreu justamente o contrário. De uma produção de 30 sacos por hectare, por ano, nos primórdios, os gaúchos aqui do Planalto Central estão obtendo, em nossos dias, de 70 a 80 sacos. Trata-se de um extraordinário crescimento de 130%.

Com o sucesso do Padef, os gaúchos começaram a chegar em grandes levadas às cidades goianas que cercam Brasília, como Cristalina, Luziânia e Formosa. Logo em seguida, passaram também a comprar terras nas cidades mineiras próximas, como Unaí e Paracatu.

Quero transcrever aqui breve depoimento de um agricultor gaúcho que integrou a primeira leva dos migrantes para o Distrito Federal. Nascido em Tapera, Nei Schneider mudou-se ainda criança com os pais para Carazinho. Em 1976, estava em Balsas, no Mara-

nhão, em busca de novas terras. Foi numa viagem para o Maranhão que acabou sabendo do PadeF. Inscreveu-se para comprar um lote.

Morando a apenas 60 quilômetros da Estação Rodoviária do Plano Piloto, Nei Schneider considera-se hoje totalmente adaptado à região. Segundo ele, os gaúchos que vieram para o Centro-Oeste há mais de trinta anos não se adaptariam mais ao Sul, caso tivessem de retornar: "A gente não ia mais se acostumar a viver com uma propriedade colada na outra. Aqui as propriedades são muito maiores, a gente tem muito espaço".

Goiás

Falo agora da aventura dos gaúchos no Estado de Goiás, que começou pela migração para a cidade de Formosa, a apenas 75 quilômetros de Brasília.

A chegada dos migrantes rio-grandenses a Formosa deu-se a partir de 1985. Estima-se que, atualmente, os gaúchos e seus descendentes na cidade sejam cerca de 500. Quase todos vieram por conta própria, isoladamente, mas a seguir reuniram-se em uma cooperativa. Na sua grande maioria, os sulistas têm propriedades entre 300 e 1.000 hectares, embora alguns possuam áreas inclusive bem maiores.

Nos anos 80, o hectare de Goiás custava menos de 10% do que valia o hectare lá do Sul. Vendendo uma colônia no Rio Grande do Sul, que tem, em média, 21 a 28 hectares, o agricultor podia comprar de 200 a 300 hectares em Formosa, Goiás.

Como ocorreu em outros municípios para os quais se transferiram os gaúchos, logo em seguida à implantação das fazendas de Formosa, também passaram a trabalhar no comércio e nos serviços ligados à agropecuária. Hoje, a produção agrícola local está centrada na soja e no milho. Nas propriedades de terreno mais irregular, explora-se a pecuária; há também a criação de suínos.

Sérgio Jantsch, patrão do CTG Querência Formosa, é um típico migrante gaúcho do Centro-Oeste.

Nascido em Santa Rosa, foi levado pelos pais, ainda garoto, para a cidade catarinense de São Miguel do Oeste, onde estudou. Adulto, mudou-se para São Paulo, e, em 2000, abriu comércio em Formosa.

Entre as cidades goianas que cercam Brasília, as que reúnem mais migrantes gaúchos, segundo Sérgio Jantsch, são Cristalina, Alto Alegre, Formosa, Luziânia e Flores de Goiás.

Passo, agora, a falar da ida dos gaúchos para o sudoeste de Goiás, a partir da metade da década de 70. Esse movimento foi uma consequência natural do avanço das levas de migrantes sulistas que subiam pelo Mato Grosso do Sul, onde sempre foram em busca de terras, ainda baratas por aqui.

O Preço da Terra

As terras do sudoeste goiano, extremamente férteis, custavam, à época, cerca de 20 sacos de soja por hectare.

Hoje, uma propriedade bem posicionada pode ter o hectare avaliado em até 500 sacos de soja. Quando vieram os gaúchos, repito, um hectare valia vinte sacos de soja; hoje, um hectare vale 500 sacos de soja.

Não houve colonização planejada na região. As famílias vinham por livre iniciativa, embora, como é comum, muitos deles tratassem de arregimentar, a seguir, os seus parentes, formando-se logo uma comunidade e logo criando uma cooperativa.

As cinco cidades do sudoeste goiano que mais acolheram sul-rio-grandenses são Jataí, Rio Verde, Mineiros, Chapadão Gaúcho e Montividiu. Estima-se que Rio Verde e Jataí tenham entre 400 e 500 famílias de gaúchos. Em Mineiros, seriam 200 famílias.

Já em Chapadão Gaúcho pode haver um número muito, muito maior. O nome dessa última cidade deriva de um município de Mato Grosso do Sul, com o qual faz divisa, chamado Chapadão do Céu. Em Rio Verde, estima-se que os catarinenses vindos do oeste daquele Estado, portanto descendentes de gaúchos em grande maioria, também somem cerca de 400 famílias.

Ainda hoje continuam a chegar migrantes sulistas à região, mas num ritmo bem menos intenso, por causa do alto custo da terra, que agora aumentou muitíssimo mais. Os que desembarcam agora vêm para trabalhar com criação de aves, já que uma grande empresa avícola se instalou recentemente naquela região.

Embora grande parte dos gaúchos do sudoeste goiano esteja ligada à agricultura ou à pecuária, as famílias em geral residem nas cidades. O principal produto regional é a soja, seguida pelo milho.

Reparem Vossas Excelências que hoje são milhares de CTG espalhados pelo Brasil afora, porque, em cada município dessa região, há um CTG – Centro de Tradições Gaúchas.

O Presidente do CTG de Rio Verde é Luiz Zeni, gaúcho de Frederico Westphalen, que chegou a Goiás em 1982. Ele conheceu a região, quando veio a trabalho, de caminhão, para entregar um frete. Gostou do clima, com muita chuva e pouco frio, e decidiu ficar.

Segundo Zeni, os gaúchos de Rio Verde, na maioria, são originários das cidades de Colorado, Ibirubá e Tapera.

O tradicionalismo é forte na região. No final de julho, os integrantes dos CTG de todo o Planalto Central partiram em direção à cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, para o encontro dos tradicionalistas do Planalto Central.

Num final de semana de disputa, os gaúchos do Centro-Oeste participaram de provas de laço, bocha e bolão, para indicar seus representantes nas provas do certame nacional.

Também o patrão do Centro de Tradições Gaúchas da cidade de Mineiros, Paulo José Tavella, pode ser considerado um dos típicos migrantes do Sul. Filho de um casal de Sarandi, nasceu em Joaçaba, Santa Catarina, onde sua família, gaúcha, trabalhava com agricultura. No começo dos anos 60, quando começou a ocupação do oeste do Paraná pelos gaúchos, seus pais mudaram-se para Cascavel. E foi de lá que ele saiu, no ano de 1983, em direção a Mineiros.

Vejam que coisa fantástica deve ser analisada: primeiro, vieram os imigrantes da Itália e da Alemanha e se instalaram no Rio Grande do Sul; a segunda geração saiu do Rio Grande do Sul e foi para Santa Catarina e Paraná; e a terceira geração saiu de Santa Catarina e Paraná para o Oeste do Brasil. É algo fantástico o espírito empreendedor e a garra dessa gente!

Hoje dedicado à metalúrgica, Paulo José Tavella destaca a completa adaptação dos gaúchos a Mineiros, município que, além de ocupar a maior parte do Parque Nacional da Ema, foi uma espécie

de encruzilhada na diáspora gaúcha, já que fica a 80 quilômetros de Mato Grosso e a 150 quilômetros de Mato Grosso do Sul.

Minas Gerais

Senadores, quero, agora, falar um pouco sobre a presença de agricultores gaúchos no grande Estado de Minas Gerais.

Vou começar por um fato curioso. Existe em Minas Gerais uma cidade chamada Chapada Gaúcha. Isso mesmo: Chapada Gaúcha. Nela fica a entrada para o Parque Grande Sertão Veredas, que tem como um dos objetivos preservar aquelas terras e rios que serviram de cenário para o formidável romance de João Guimarães Rosa.

Hoje, com dez mil habitantes, Chapada Gaúcha teve origem num programa de assentamento criado em 1976 pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), que cuidava de colonização e titulação de terras. A escolha dos agricultores sulistas para ocupar essa extensão de terras devolutas no norte de Minas se deu por intermediação de um cidadão gaúcho que trabalhava no Incra. Foi ele quem sugeriu à empresa mineira que recorresse a agricultores pobres do Rio Grande do Sul.

Foi assim que, pelo Programa de Assentamento Dirigido da Serra das Araras (PADSA), foram instaladas no local, inicialmente, cerca de dez famílias. Ao final do programa, já havia 60 famílias, originárias principalmente das cidades de Espumoso, Ibirubá, Não-me-Toque e Passo Fundo.

A produção inicial foi restrita à soja. Hoje, além de grãos, Chapada Gaúcha é uma importante produtora de sementes de capim, vendidas para todo o País. O clima é agradável, porque a cidade fica 900 metros acima do nível do mar.

Ao falar de sua passagem por Chapada Gaúcha, Sérgio Abranches escreveu no sítio *RepórterBrasil*:

“No trajeto medi uma plantação de soja com 15 quilômetros de frente. Não dava para ver o fundo. Os retões de cinco quilômetros ou mais são comuns. Tudo plano, tudo grande e tudo coberto de soja. Tratores e colheitadeiras

novinhos alinhavam-se à espera da hora da colheita. São campos irrigados onde antes era cerrado.”

Segundo Narciso Elói Barão, um dos agricultores sulistas da Chapada Gaúcha e patrão do CTG Chama Crioula, as cidades mineiras que mais contam com agricultores gaúchos são: Unaí, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis e Paracatu. Com ele concorda Pedro Jari Taborda, agricultor natural de Santo Ângelo, que veio de Itaqui para Buritis em 1984.

Integrante do CTG Nova Querência de Buritis e ex-prefeito da cidade, Taborda conhece bem os gaúchos que se instalaram naquelas cidades mineiras, nas proximidades de Brasília. Ele acredita que entre 40 e 80 famílias vivem em cada um desses municípios: Unaí, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis, Arinos e Paracatu.

Arrendatário de 300 hectares de terras no Sul, Taborda resolveu comprar uma propriedade de 600 hectares em Buritis, Minas Gerais. Em 1982, pagou pela terra o mesmo que gastava, em um ano, com um arrendamento lá no Sul. Com o que gastava para arrendar no Sul comprou a sua terra, para plantar soja e arroz. Dois anos depois, quando se instalou em Minas Gerais, começou a incentivar os irmãos a se mudarem para o Estado. Em poucos anos, nove irmãos, Taborda e seus pais adquiriram propriedades na região, que tem a soja como principal produto, além do arroz e do milho.

Tocantins

Senhores Senadores, deixando Minas Gerais, vamos passar ao Estado de Tocantins. Criado em 1988, como desmembramento de Goiás, o novo Estado contou, a partir de então, com um grande número de migrantes gaúchos, não apenas na área rural, como é mais comum, mas também na nova capital que surgia, a cidade de Palmas.

Planejada e construída em pouco tempo, como Brasília, Palmas foi fundada em 1990. Por essa época, recebeu uma grande leva de profissionais liberais do Sul, como informa o advogado Carlos Vieczorek, atual patrão do CTG da capital tocantinense, que reúne mais de mil associados.

A entrada dos gaúchos em Tocantins começou pela cidade de Gurupi, em meados dos anos 70, quando as primeiras levas chegaram, para explorar a agricultura. Eram cerca de 50 as famílias pioneiras. Especulava-se à época que Gurupi seria escolhida para capital do novo Estado a ser criado. O maior grupo desses migrantes pioneiros era originário de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul. O sonho deles, porém, afundou, quando o Brasil praticamente quebrou nos anos do Governo Sarney.

Muitos desses pioneiros foram obrigados a mudar de ramo, transferindo-se para outra cidade.

Profissionais Urbanos

O segundo grande fluxo de migração sulina ocorreu durante a construção de Palmas, mas, naquela ocasião, a maioria dos que chegavam era formada por profissionais liberais. Os médicos, dentistas, advogados gaúchos são numerosos na capital tocantinense. Também é elevado o número de professores, em todos os graus, e de funcionários públicos.

Como as terras ao redor de Gurupi e de Palmas não eram as mais adequadas à agricultura, os gaúchos que se dedicavam às lides do campo começaram a abrir novas frentes de produção no Estado.

Entre as cidades com forte presença de agricultores vindos do Sul, destacam-se Pedro Afonso (perto da divisa com o Maranhão), Campos Lindos (centro do Estado), Lagoa da Confusão (Sul), Dianópolis e Taguatinga do Tocantins (divisa com a Bahia), Porto Nacional e Dueré.

Carlos Vieckzorek, um típico migrante gaúcho em Palmas, é natural de Seberí, mas formou-se em advocacia em Cruz Alta, quando ainda morava em Três Passos. Em 1989, mudou-se para o novo Estado e, nos anos seguintes, trouxe irmãos e cunhados. Hoje, na maioria, os Vieckzorek exercem funções públicas em Tocantins.

A presença dos gaúchos também é muito forte no campo.

Segundo Silvio Sandri, considerado o primeiro produtor de soja do Tocantins, que reside na cidade de Pedro Afonso, a sua região que engloba ainda os Municípios de Santa Maria (onde há forte pre-

sença de gaúchos), Bom Jesus e Guará é responsável por um terço da produção de soja, milho e sorgo do Estado.

A mudança de Silvio Sandri, natural de Colorado, para o interior tocantinense é bastante peculiar. Em 1980, ele comprou uma pequena propriedade em Tocantins. Passou a viajar entre os dois Estados. Durante nove anos, ele ficou procurando sementes de soja que se adaptassem ao clima da zona, que é quente e úmido, com chuvas intensas.

Em 1989, quando uma entidade japonesa financiou a aquisição de 40 propriedades de mil hectares na região de Pedro Afonso, Sandri foi contemplado. Diz ele: "O interessante é que já naquela época os japoneses estavam preocupados com a falta de alimentos no futuro".

É assim que Sílvio Sandri descreve sua luta para plantar na nova terra: "Pesquisei sozinho, sem financiamento de bancos, sem ajuda de técnicos, porque não havia agrônomos na região nem vendedores de adubos. Tive que comprar calcário no Maranhão, a 580 quilômetros daqui. O Banco do Estado de Tocantins mandou seus técnicos filmarem todo o meu processo de produção. Só depois que comecei a ter boas safras foi que o banco passou a financiar plantações de soja em Tocantins".

Os gaúchos que tentaram produzir na região com sementes trazidas do Sul, adequadas ao clima frio, não tiveram sucesso. Em 1992, Sandri já conseguia uma produtividade de 52 sacas por hectare, bem maior do que a produtividade à época no Rio Grande do Sul.

Hidrovia

As perspectivas agora são excelentes. A partir de 2010, a produção da região de Pedro Afonso será levada por trem ao porto de São Luís. Também em breve começará a ligação por hidrovia com a capital maranhense.

No sul de Tocantins fica Lagoa da Confusão, cidade de oito mil habitantes, que também conta com uma presença muito grande de gaúchos. Comerciante na cidade desde 1992, o gaúcho Moacir Ferri diz que a migração para a região foi feita de forma autônoma. Esti-

ma-se que o primeiro gaúcho a chegar à área – um senhor chamado Ari Mota, de Santiago – teria desembarcado ainda na década de 60, quando a região pertencia a Goiás.

Segundo o folclore local, o nome da cidade teria origem em uma luta terrível entre um jacaré e uma anta na margem da lagoa que banha a cidade.

A trajetória de Moacir Ferri é bastante encontrada entre os migrantes gaúchos. Nascido em Tapera, no Rio Grande do Sul, mudou-se para São Nicolau a fim de trabalhar na agricultura. De lá foi a Mato Grosso, de onde se transferiu, mais tarde, para a Bahia e, a seguir, para o interior de Tocantins, onde está há 18 anos.

Depois de ter tido grande prejuízo com a agricultura, Moacir Ferri dedica-se hoje ao comércio de produtos para agricultura e ao aluguel de máquinas agrícolas. “No Rio Grande do Sul, penei com geada e com seca. Aqui, não quero saber de agricultura”.

Quando chegou à Lagoa da Confusão, a cidade não contava com quase nenhuma infraestrutura. “Isso aqui era um poeirão só”, diz ele. Segundo o comerciante, que foi vereador por seis anos na cidade, os gaúchos de Lagoa da Confusão vieram, principalmente, da cidade de Ijuí, Santiago e São Francisco.

Lagoa da Confusão fica a 56 quilômetros da ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil, e a cerca de 200 quilômetros de Palmas, capital do Tocantins.

Bahia

Senhor Presidente, passo agora a falar da presença determinante que os gaúchos tiveram na inclusão do Estado da Bahia entre os maiores produtores de grãos do País.

Quando se fala em gaúchos da Bahia, temos de, obrigatoriamente, pensar em duas cidades. Uma delas é Barreiras, emancipada em 1891, que recebeu os primeiros migrantes sul-rio-grandenses. A segunda cidade tem hoje o nome de Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao nosso querido e ilustre líder político, também conhecida como LEM – Luís Eduardo Magalhães –, que tem menos de dez anos de criação, mas que apresenta hoje uma das mais elevadas

taxas de crescimento do Brasil, tanto no que se refere à produção agrícola quanto no quesito população.

Estima-se que a chegada dos gaúchos ao extremo oeste da Bahia se deu a partir do final dos anos 70. Instalaram-se inicialmente em Barreiras e mais tarde transferiram-se para LEM, cujas terras eram mais férteis. Pouco depois, o avanço dos sul-rio-grandenses atingiu todo o oeste da Bahia, transbordando para o sul do Piauí e do Maranhão.

Os agricultores gaúchos que se instalaram em Luís Eduardo Magalhães, em boa parte, vieram por meio de cooperativas agrícolas do Sul que compravam as terras. As cooperativas que mais enviaram gente para o oeste da Bahia foram as de Panambi, Ijuí e Erechim.

O motivo da viagem para a Bahia era o mesmo de sempre. Como no Rio Grande do Sul possuíam pequenas propriedades, esses agricultores não tinham perspectivas de crescimento. Partiram, então, em busca de terras mais baratas, onde poderiam construir e conseguir propriedades maiores e mais rentáveis.

Além dos agricultores, logo começaram a chegar à região também migrantes que vinham se estabelecer nas cidades com empresas de prestação de serviços à agricultura, vendas de insumo ou mesmo criando indústrias de apoio ao agronegócio.

Segundo a gaúcha Daniela Ponsoni, que participa do CTG de Luís Eduardo Magalhães, inicialmente a produção local era apenas de soja. Porém, depois, passou ao algodão, ao milho e ao café. Hoje, também é forte a produção de hortifrutigranjeiros.

Explosão Produtiva

Para se ter uma ideia do crescimento espantoso da cidade, basta citar que Luís Eduardo Magalhães, embora fundada no ano 2000, registrou mais de 45 mil habitantes, num levantamento em março de 2007. Embora os gaúchos sejam a colônia mais numerosa, há brasileiros de outros estados, com forte presença de nisseis vindos do norte do Paraná, e estrangeiros (na maioria, norte-americanos).

De acordo com Daniela Ponsoni, quando ainda estavam no Sul, os agricultores gaúchos tinham uma visão distorcida do que seria o cerrado. Achavam que o solo era pobre. Porém, quando chegaram

à Bahia, com o uso de tecnologia e boa adubação, obtiveram alta produtividade.

Muitos dos primeiros a chegar à região enfrentaram grandes dificuldades, mas a adaptação não foi difícil. Logo a seguir, muitos outros pecuaristas e agricultores do Sul do País passaram a chegar, atraídos não só pela topografia plana, mas também pela abundância de água.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães é hoje a décima economia do Estado da Bahia. A região a que pertence é responsável por 60% da produção de grãos do Estado. A renda *per capita* da cidade é uma das maiores do interior do Nordeste. Seu parque industrial é composto por grandes empresas, inclusive quase 20 multinacionais. Fica em LEM a sede da maior esmagadora de soja de toda a América Latina. Sua pecuária é de alta qualidade tanto na área genérica como na tecnologia.

Já na cidade de Barreiras, a geografia divide a produção. Na região de vale, prevaleceu a pecuária. Na parte mais alta e plana, concentrou-se a produção de grãos, algodão e café.

Segundo o jornalista Eduardo Lena, do jornal *Nova Fronteira*, os primeiros gaúchos sofreram um choque tanto cultural quanto em relação ao meio ambiente. A cidade de Barreiras, que não tinha uma boa infraestrutura, não soube enfrentar o crescimento acelerado, e os problemas se aprofundaram.

Para se ter uma ideia dos problemas gerados pelo crescimento acelerado, Eduardo Lena, gaúcho que há 22 anos mora em Barreiras, recorda que a cidade, que tinha 70 mil habitantes em 1985, reúne hoje cerca de 180 mil moradores. A população mais do que dobrou em apenas 20 anos.

Como em outras frentes de migração, os gaúchos pioneiros se instalaram precariamente – em barracões de lona ou de plástico – nos primeiros anos, até conseguirem construir boas residências. Outra grande dificuldade nos primeiros tempos era o escoamento da safra. Praticamente não havia estradas. Os sulistas tiveram de abrir picadas com os seus tratores.

Hoje a exportação do oeste da Bahia sai para o exterior pelos portos de Ilhéus e Aratu, Salvador. Espera-se que, em 2010, comece a construção de uma ferrovia de 1.200 quilômetros até o litoral.

Em Barreiras, muitos gaúchos compraram suas terras por meio de cooperativa.

Um fato curioso levantado por Eduardo Lena é o seguinte: enquanto os homens permaneciam nas propriedades, tocando as plantações, as esposas se instalavam na cidade e davam início a empresas comerciais ou de serviços e se profissionalizavam em outras áreas, a fim de fortalecer o orçamento familiar.

Editor do jornal *Nova Fronteira*, Eduardo Lena chegou à região em 1989. Sua família, que tinha propriedade em Javari, veio para a Bahia em busca de terras mais baratas para produzir. No entanto, um dos seus irmãos acabou fundando o jornal quinzenal que ele hoje edita. Eduardo Lena estima que 10% dos moradores de Barreiras sejam gaúchos ou seus descendentes.

Ainda no oeste da Bahia, há grande concentração de gaúchos no distrito de Roda Velha, na cidade de São Desidério, que fica a 90 quilômetros de Luís Eduardo Magalhães.

Maranhão

Senhor Presidente, eu passo agora ao Maranhão.

Segundo o agrônomo Dirceu Klepker, natural de Teutônia, que trabalha na unidade da Embrapa em Balsas, a chegada dos gaúchos ao sul do Maranhão começou há cerca de 30 anos. A meta comum dos agricultores que desembarcavam era a produção de soja. A maioria desses migrantes vinha do Planalto Médio, principalmente das cidades de Não-Me-Toque, Carazinho, Panambi, Sarandi, Chapada, Ijuí e Passo Fundo.

Passadas três décadas, ainda existe um fluxo de gaúchos para a região, mas bem menor do que o inicial. Os pioneiros do Maranhão vinham isoladamente e traziam depois seus familiares. Aberto o caminho, hoje, além das fazendas particulares, há um grande número de empresas que exploram imensas propriedades, com milhares de hectares.

A Embrapa, que já estava pesquisando na região desde o final da década de 70, apresentou, em 1986, a primeira variedade de semente de soja específica para a região, chamada "Tropical". As variedades produtivas, desenvolvidas pela estatal ao longo dos últimos vinte anos, passam agora de 25.

De acordo com Dirceu Klepker, a soja continua sendo a principal cultura da região, mas existem outras associadas a ela, como milho, feijão, algodão, e arroz. Atualmente, o sul do Maranhão responde por 80% da produção de soja no Estado.

Expansão

Em declaração publicada na página eletrônica da Embrapa, o pesquisador Milton Kaster, que era chefe de pesquisa na época de criação do Campo Experimental, em 1986, disse que o trabalho que se vê hoje em Balsas corresponde plenamente às melhores expectativas que foram geradas no princípio do projeto. Diz Milton Kaster:

"O fato de todo o trabalho realizado lá ter se expandido para outros estados como o Pará, Piauí, Roraima, Tocantins e Bahia mostra que foram desenvolvidas cultivares de soja produtivas e outras tecnologias que viabilizaram seu cultivo."

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Maranhão, Piauí e Tocantins cultivaram, na última safra, um milhão de hectares de soja, produzindo 2,4 milhões de toneladas de grãos.

Antídio Sandri, gaúcho de Iraí, foi um dos migrantes do Sul a desembarcar no Maranhão, em 1976, ano em que chegaram as oito primeiras famílias pioneiras. Como em outras frentes, os que se instalavam traziam depois os seus parentes. Todos os irmãos Sandri, em número de quatro, compraram propriedades em cercanias do Município de Balsas.

As áreas mais distantes da sede, mesmo sendo ótimas para a agricultura, como na serra dos Penitentes, à época eram vendidas ao custo de uma carteira de cigarros por hectare. As terras eram vendi-

das, Senador Paim, ao preço de uma carteira de cigarros por hectare, lembra Antídio Sandri.

No começo, as condições de vida para os pioneiros eram péssimas. Era comum a falta de energia elétrica. Havia um só posto de gasolina na cidade, e, certa vez, na falta de combustível, os moradores de Balsas tiveram de viajar 250 quilômetros para abastecerem seus veículos, porque não havia telefone.

Antídio Sandri conta que, no começo, os maranhenses procuravam os gaúchos para vender suas posses. Mas, logo depois, quando viram as boas colheitas, se animaram a plantar também. As fazendas adquiridas na época pioneira tinham, em média, de 300 a 1.000 hectares.

Antídio Sandri, que começou a plantar em 30 hectares, em 1980, não conhecia bem nem o clima e nem o solo. As variedades que eram trazidas do Sul não davam resultado. Mas a deficiência logo seria suprida pelas pesquisas da Embrapa, em busca de sementes próprias para a região.

A cidade de Balsas, que, em 1977, tinha 35 mil habitantes, hoje conta com 90 mil habitantes. O Município tem crescido nos últimos anos ao ritmo de 20% ao ano. Em outras palavras, Balsas cresce num ritmo que é o dobro do registrado na China.

Moram em Balsas muitos produtores gaúchos que têm propriedades em cidades próximas, como Riachão, Sambaíba e Manga-beiras. Principal cidade do extremo sul do Maranhão, distante 800 quilômetros da capital daquele Estado, Balsas tem uma boa rede de assistência à saúde, boas escolas e grandes lojas.

A soja produzida na região tem três destinos: é vendida às esmagadoras da região; é exportada pelo porto de São Luís; ou é vendida aos criadores de aves do Nordeste (especialmente Ceará e Pernambuco), sendo essa última venda a mais rentável para o produtor. "Essa é a melhor região do Brasil para plantar soja. E olha que eu conheço todo o Brasil", diz Antídio Sandri.

Piauí

Senhor Presidente, Senhores Senadores, para encerrar o pronunciamento de hoje, quero falar agora do Estado do Piauí. A mi-

gração dos gaúchos para o Piauí é a mais recente, e uma das mais bem-sucedidas.

Bom Jesus e Uruçuí, os dois municípios piauienses que contam com grande presença de produtores agrícolas originários do Rio Grande do Sul, são responsáveis por 80% da soja produzida naquele Estado.

Nova Santa Rosa, distrito da cidade de Uruçuí, tornou-se hoje um grande produtor de soja depois da instalação ali, a partir de 1999, de cerca de 50 famílias gaúchas, na sua maioria, originárias da região de Santa Rosa.

Essas famílias chegaram à região apoiadas pela Cotrirosa, que deu a eles assistência jurídica para verificar a validade das escrituras da terra e assistência técnica no plantio.

Atualmente, são mais de 100 famílias sulistas morando naquele distrito. As propriedades, que, no começo, variavam entre 150 hectares a 1.000 hectares, hoje chegam a milhares de hectares. Como em outras áreas da fronteira agrícola, os agricultores que chegavam ao Piauí adquiriam a terra com o dinheiro de venda das suas pequenas propriedades no Sul.

Para se ter uma ideia da valorização dessas terras, basta lembrar que um hectare em Nova Santa Rosa, há dez anos, valia dez sacas de soja. Hoje o preço chega a 40 sacos de soja, em se tratando de terra virgem, mato fechado. Mas os gaúchos pioneiros tiveram de investir muitos recursos para abrir suas propriedades para a plantação, bem como para a correção dos solos. No Rio Grande do Sul, na região de Santa Rosa, atualmente, um hectare pode valer 500 quilos.

Mutirão

Como ocorre desde o início do século passado, os primeiros a chegar a Nova Santa Rosa tiveram de morar em barracas de lona. As ruas da sede foram abertas em mutirão, com tratores dos cidadãos. O distrito dista 120 quilômetros de Bom Jesus e 165 quilômetros de Uruçuí.

Já na cidade de Bom Jesus, onde as propriedades em geral são maiores, os migrantes são majoritariamente gaúchos que pas-

saram por outros estados, como Goiás e Mato Grosso, e, depois, foram para o Piauí.

O gaúcho Evandro Tonel, que trabalha numa empresa processadora de soja, chegou a Nova Santa Rosa há quatro anos, vindo do Maranhão. Nascido em Horizontina, de uma família de pequenos proprietários rurais, mudou-se com os pais para a cidade goiana de Mineiros. De lá, foi ao Maranhão e, hoje, reside em Nova Santa Rosa com a esposa e os filhos. Gosta da região. Diz que o clima é bom: “Nas noites de frio, temos até que usar uma cobertinha”.

Senhor Presidente, ao encerrar este meu pronunciamento, quero estender o meu abraço aos milhares de agricultores gaúchos espalhados por todo este País.

Garantia de Superávit

Graças a essa gente trabalhadora e digna, o Brasil vem conseguindo manter no azul as suas contas externas. O superávit nacional dos últimos anos tem sido garantido pelo campo, pelas nossas exportações de grãos e de carne.

No ano passado, o País teve um superávit de US\$40 bilhões nas suas contas externas, sendo que o superávit agrícola foi de US\$49,7 bilhões. Ou seja, sozinho garantiu o saldo positivo.

Agora, em pronunciamento recente, o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, estimou que, em 2008, o superávit agrícola chegará a US\$60 bilhões.

O que eu disse aqui em alguns parágrafos pode ser resumido em poucas palavras: os nossos produtores rurais estão levando este País nas costas.

A essa gente eu mando a minha saudação. Entre os produtores rurais deste País, os gaúchos ocupam lugar de destaque, porque foram eles que estenderam a produção agrícola por todo o nosso território brasileiro.

Nos anos 20, os gaúchos foram para o oeste de Santa Catarina e o transformaram no celeiro que é hoje. Nos anos 40 e 50, começou a colonização do oeste do Paraná por gaúchos e por filhos de gaúchos nascidos em Santa Catarina.

Nos anos 70, os migrantes chegaram a Mato Grosso e Rondônia. Na maioria, eram gaúchos ou catarinenses e paranaenses filhos de gaúchos. A partir de meados dos anos 70, começou a anexação do cerrado, que hoje relatei, levada adiante pelos nossos novos bandeirantes.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Simon, Vossa Excelência mostra que não é apenas senador do Rio Grande do Sul: é senador dos gaúchos, além de ser hoje um senador querido em todo o Brasil. Felicito-o por vir aqui defender essa saga, essa diáspora, essa aventura de ocupação de todo o território nacional, nas mãos, na cabeça, nos pés dos gaúchos.

O Distrito Federal, que as pessoas veem apenas como a Capital da República, possui um setor agrícola dinâmico, o que as pessoas aí fora não sabem. Há o Padef, programa que trouxe os gaúchos, deu apoio aos gaúchos para que apresentassem uma considerável produção agrícola.

Como governador do Distrito Federal, frequentei constantemente os gaúchos que estão tão perto de onde estamos, dentro do quadrilátero do Distrito Federal, e que estão transformando Brasília em algo maior do que a Capital da República: além de capital, tem um setor agrícola e industrial ativos.

Nós temos uma grande dívida com esses gaúchos que estão fazendo o Distrito Federal maior do que a Capital da República. Circulo com eles, que me apoiaram muitas vezes, e fico feliz que V. Ex^a tenha trazido o nome deles.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a gentileza das referências que Vossa Excelência fez aos gaúchos de Brasília. Essas referências são importantes, porque Vossa Excelência foi um grande governador desta terra e, como governador, teve oportunidade de conhecer, ver, sentir e dar o seu testemunho, que eu considero da maior importância.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, já falei várias vezes que o considero verdadeiramente um senador da República. Especialmente com relação à Amazônia, poucas pessoas

do Sul, o chamado Sul Maravilha, conhecem tanto e se dedicam tanto à Amazônia como Vossa Excelência.

Embora tenha dito, no início do pronunciamento, que iria abordar a migração dos gaúchos para alguns estados e que, só no próximo, contemplaria Roraima, quero destacar o patriotismo de Vossa Excelência.

Em segundo lugar, quero dar um testemunho. A Amazônia, por exemplo, de Plácido de Castro, no Acre, que comandou – digamos assim – a grande revolução, juntamente com inúmeros nordestinos. Eu diria que os grandes migrantes do Brasil foram os nordestinos e os gaúchos. Lá no meu Estado devemos muito aos gaúchos no que tange à produção, à produtividade, especificamente; à tecnologia que levaram.

E quero até fazer um registro, aproveitando esse pronunciamento sobre a diáspora. Os gaúchos saíram do Rio Grande do Sul para levar a todo Brasil a sua experiência, o seu trabalho, o seu amor à produção. Em Roraima, na borda da famosa Reserva Raposa Serra do Sol, que não era reserva na época, os gaúchos que foram para lá compraram fazendas com dinheiro do seu bolso, não foi com financiamento público. E eles não foram levados para lá por nenhum tipo de ação governamental.

Hoje, produzem 25% do PIB de Roraima e estão ameaçados de serem expulsos de lá porque o Governo brasileiro acha que eles devem sair, uma vez que resolveu demarcar uma reserva indígena de 1,7 milhão de hectares. E o Governo alega que o problema deles seria resolvido com 21 mil hectares, apenas. E o problema de todas as 458 famílias de lá seria resolvido com 320 mil hectares.

Quero cumprimentar os gaúchos de Roraima e dizer que realmente me sinto feliz de ver que nós, de Roraima, somos frutos, em primeiro lugar, de uma migração nordestina, depois sulista; notadamente com uma grande colaboração dos gaúchos, inclusive dos CTG que lá estão.

O SR. PEDRO SIMON – Eu agradeço e quero dizer que realmente voltarei a esta tribuna para abordar temas sobre os estados nortistas.

Sei da presença dos gaúchos em Roraima, inclusive na política. Eles avançaram, desenvolveram, cresceram. E quero dizer uma coisa a V. Ex^a, que considero muito importante, muito importante: esses gaúchos que saíram do Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, Brasília, Goiás, Mato Grosso, Bahia e, agora, o Norte eram famílias que tinham suas terras no interior do Rio Grande do Sul, mas tinham 10, 12 filhos, e a distribuição da terra não lhes permitia permanecer ali.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul incentivou migração para todo o Brasil e os gaúchos fizeram milagres em todo o Brasil. Só não deixaram esses gaúchos irem para a fronteira do Brasil, para a Metade Sul do Rio Grande do Sul, que é a terra do grande latifúndio, a terra das grandes propriedades. Assim como esses gaúchos foram para as outras regiões, eles poderiam ter ido para o nosso Sul, poderiam ter ido para a região Sul, para a região Norte, porque nas cidades de onde eles saíram, hoje há um vazio enorme.

Formação Moral

O que é importante é que esses gaúchos que vieram do interior tinham uma formação espetacular. Viviam na terra, mãos calejadas, mas havia uma formação moral. Desde o primeiro imigrante alemão, o italiano, ao longo do tempo, eles tinham o sentido de família, eles tinham o sentido de fé, eles tinham o sentido da educação, de escola, de cultura.

Eles tinham o sentido de trabalho e, principalmente, de trabalho comunitário. As cooperativas do Brasil nasceram no Rio Grande do Sul, nessa zona de colonização. A primeira cooperativa que se formou no Brasil foi a Nova Petrópolis. Também foi uma epopeia fantástica a da nossa gente, minha e do Senador Paulo Paim, pois nós somos de Caxias, na ocupação daquela região. Era só morro.

O Rio Grande do Sul que cresceu e se desenvolveu, do Getúlio, do Jango, o grande Rio Grande da História era lá na fronteira, extensões de terras riquíssimas, planícies e mais planícies. O Rio Grande do Sul era um grande produtor de gado. As famílias eram milionárias. Os filhos de toda aquela gente estudavam na Europa, na França, nas universidades, uma cultura enorme.

Primeiro vieram os alemães. Tiveram sorte, pegaram o vale dos rios. Quando os italianos vieram, tiveram de subir a montanha. Mas eles fizeram isso. Fizeram com sangue, com suor, com luta, com garra! É uma coisa fantástica ver o que eles fizeram. Mas tinham o sentimento da seriedade e da dignidade.

E a primeira coisa que eles faziam era construir uma igreja. A família era algo sagrado, a organização familiar, o respeito pelo pai, pela mãe, pelos irmãos.

A escola era a coisa mais importante que eles tinham. A colonização alemã ia além, além da escola, havia o coro, a orquestra, a cultura e o trabalho cooperativo de organização.

Esse espírito de organização familiar, de carinho dos pais pelos filhos, de apego à religião, à cultura, o amor pelo trabalho foram essenciais nessa saga.

Cultura

Em Brasília, há vários Centros de Tradições Gaúchas, organização cultural que cultiva a dança, a música do Sul, o amor pela Pátria e que preserva a cultura da alimentação, do vestuário. Aqui em Brasília, o CTG, aos domingos, convida-nos para comer aquele costelão. E eles nos recebem de bombacha, de bota, de lenço vermelho, com o chimarrão e a cuia.

Eles estão preservando a nossa cultura.

Quando se vê um gaúcho no Paraná ou em Roraima, em primeiro lugar, ele é apaixonado pela terra dele, Paraná ou Roraima, por ela dedica-se de corpo e alma, mas o seu coração é um pouco maior, tem um lugarzinho para as saudades da terra onde nasceu, para a sua música, para a sua dança, para o churrasco, para a polenta, para as cantorias.

Com toda sinceridade, tenho uma mágoa lá do Rio Grande do Sul. Usei muito a tribuna do Rio Grande do Sul para pregar que os migrantes gaúchos deveriam ter ocupado a nossa zona de fronteira, onde há áreas enormes que poderiam ter sido usadas para acolhê-los.

Muito obrigado.

Os Grampos Telefônicos e a Impunidade

(Em pronunciamento no dia 10 de setembro, o Senador examina a questão da falta de controle sobre os grampos telefônicos, autorizados ou não, e os perigos que eles representam para a democracia)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votou, em caráter terminativo, um projeto com relação à nova Lei dos Grampos, matéria que está sendo debatida em nível nacional.

Acho que o Congresso age muito bem em preocupar-se com essa matéria. Acho que nós devemos discuti-la, aprofundá-la. Afinal, o fato que aconteceu de se grampear o telefone do Presidente do Supremo Tribunal Federal é algo muito sério.

Mas eu pergunto: será que, em meio a tudo isso, a tese referente à impunidade neste País não merece também ser analisada?

Grampo e Impunidade

E olha que quando eu falo em impunidade, eu não falo em impunidade generalizada. Eu falo na impunidade de um dos lados, o dos ricos. No lado de lá, entre os pobres, há tortura, violência e condenação sem qualquer tipo de sentença. Para quem tem um bom advogado, a impunidade continua.

Então, eu me pergunto se essa posição parlamentar e política contra o grampo tem alguma coisa a ver com relação ao combate à

impunidade. É verdade que esse debate veio à tona numa operação que botou na vitrine o Sr. Daniel Dantas.

Tenho muitas restrições ao Sr. Dantas, porque acompanhei sua atuação desde o Congresso passado, na CPI do Sistema Financeiro, onde S. Ex^a aparece com poderes absolutos.

Vi uma reportagem de tevê, na qual aparece um jornalista com uma página de classificados com nomes de arapongas, detetives. Ele telefona. O detetive se oferece para fazer escuta particular, qualquer tipo de escuta. Essa é uma das coisas que considero muito sérias e muito graves.

Cumprir a lei é o mais importante. Mas quero dizer que não podemos, a esta altura, nos despreocupar de que o Brasil não encontra a fórmula de combater a impunidade. E temos de ter uma fórmula, meu Presidente, onde realmente sigamos o caminho da austeridade, da respeitabilidade e da credibilidade.

A classe política tem essa obrigação. Existem vazios que, se não ocupamos, outro Poder acaba ocupando. É que é difícil o Congresso andar, principalmente em matéria tão complexa.

Podemos debater o problema do grampo, sim, mas e o problema da impunidade? Não estamos querendo fechar a porta do outro lado. Não estamos contra no sentido de que a Polícia Federal ou no sentido de que os promotores ou os juízes ajam e sejam duros no que tange à operação anticorrupção. Não. Que se cumpra a lei.

Hoje, o crime organizado tem muito mais capacidade de se organizar do que o Poder Público. Não veem lá no Rio de Janeiro? O poder da violência, da corrupção concentrada nas favelas é, algumas vezes, superior ao poder de polícia da Polícia e do Exército juntos. E não conseguem fazer frente.

Queremos terminar com o absurdo das escutas ilegais, mas sem nos descuidar com a questão da moral, da ética, da impunidade.

Prezo muito a luta contra a ilegalidade dos grampos, mas também prezo muito a questão da dignidade, da honradez, da moralidade da sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

São Francisco, o Homem do Segundo Milênio

(Em pronunciamento em 9 de outubro, o Senador examina a vida e obra de São Francisco, bem como a atuação dos franciscanos ao longo dos últimos oito séculos)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no último dia 4 deste mês, comemoramos o Dia de São Francisco de Assis. Mais do que isso: o universo celebra, neste ano, oito séculos do franciscanismo.

Eu digo universo porque este era o mundo de São Francisco: o céu e a terra, a luz e as trevas, os luzeiros, o Sol, a Lua e as estrelas, os frutos e os animais da terra, as criaturas do mar e as aves do ar, a relva, as ervas que produzem semente, o fruto. O homem, na sua plenitude. O mundo de Francisco tinha, portanto, a imagem e a semelhança de um universo criado por Deus.

Não é por acaso que, numa era de tantos acontecimentos e de tantas personagens construtores da história da humanidade, tenha sido São Francisco escolhido por 13 instituições mundiais, nenhuma religiosa. São Francisco foi escolhido o Homem do Segundo Milênio, pelo que ele foi, pela sua própria história e, principalmente, pelo seu legado – o seu legado semeador de humildade, de solidariedade e de amor ao próximo.

Esse legado continua lançando sementes no coração de muitos seres verdadeiramente humanos, para que cultivem, no corpo e na alma de muitos que ainda vivem, ou sobrevivem em condições

também verdadeiramente desumanas, os mesmos princípios que nortearam os caminhos de Francisco de Assis.

São muitos os exemplos, porque cada fruto da frondosa árvore do franciscanismo tem o condão de produzir novas sementes – sementes do bem, que continuam a se espalhar, mesmo que em lugares de terras áridas, onde os homens se arvoram em se transformar em novos deuses, criadores de universos de fome, de miséria, de violência, de guerra, de barbárie.

Exemplo de Vida

Um dia desses, Senhor Presidente, vi, em um programa de televisão, um belo exemplo de vida de alguém que, para mim, sintetiza os mais sublimes princípios éticos e morais.

Em 1989, o frio castigava São Paulo, cena de miséria na esquina de uma avenida. Não sei se era a São João, não importa. Podia ser uma qualquer, esquecida até mesmo pelos poetas que rondam a cidade. O carro, aquecido, vidros fechados pelo frio e pelo medo.

De repente, um rosto marcado pelo tempo ou pelo descaso. Cabelos longos, barba por fazer, pés descalços, maltrapilho, esfarrapado. Os calos nas mãos estendidas dando o testemunho, rude, mas digno, dos tempos de cidadania. Uma moeda. Uma moeda, um pedaço de pão ou, quem sabe, uma outra mão.

Diz a música: “Perdoe-me a pressa, é a alma dos nossos negócios. Eu vou indo em busca de um sono tranquilo”.

Mas aquela luz verde, refletida naquele rosto magro e ossudo, mais parecia um sinal de parada obrigatória. O funcionário do Ministério da Agricultura abre as portas do carro, que lhe aquece o corpo, e do coração, que lhe dá calor à alma, e doa ao andarilho o seu sobretudo.

Para o funcionário do Ministério da Agricultura, se era o sobretudo, era porque tudo ele tinha. E porque aquele sobretudo protegeria um quase-nada. Convidou-o para um chocolate quente, ouviu os seus lamentos, emocionou-se com sua história de vida. Sem o sobretudo e fora do seu carro, não mais sentiu frio. Aqueceu-se, apenas, das chamas do coração.

Na despedida, Sr. Presidente, ouviu a frase que lhe transformou a vida a partir daquele encontro, quem sabe consigo mesmo: "O senhor é o anjo da noite. O senhor é o anjo da noite".

Em casa, os sonhos lhes trouxeram, de volta, a mesma esquina e o mesmo maltrapilho. As mesmas histórias, a mesma frase, a mesma voz: "O senhor é um anjo da noite, um anjo da noite, um anjo da noite".

Voluntários

Foi assim o início dos "Anjos da Noite", grupo de voluntários que percorrem aquela e tantas outras esquinas de São Paulo, dividindo a cidadania e fazendo obra espetacular.

Quantas já foram, desde aquela madrugada fria de 1989, as alegrias somadas, a miséria diminuída e a esperança multiplicada? Hoje, são dezenas, centenas de voluntários, tantos outros Anjos da Noite que distribuem o seu sobretudo, mesmo que esse tudo seja quase nada em termos materiais, desde que as almas de centenas de semelhantes sejam aquecidas no inverno da fome, da miséria e do desdém.

Quem seria aquele homem maltrapilho que mudou a vida de tanta gente?

Carros aquecidos, vidros fechados.

Quem sabe, o mesmo esfarrapado que, um dia, adentrou a loja de sobretudos do pai do jovem Francisco de Assis, pedindo uma moeda, um pedaço de pão. Quem sabe, uma outra mão.

Quem sabe, seja ele o mesmo Cristo, que se corporifica entre nós, através de tantos maltrapilhos e esfarrapados, a nos estender a mão nas esquinas de Assis, ou de São Paulo, ou de qualquer outra cidade, em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus?

Muitas vezes, imagina-se que se pode encontrar Deus, apenas, nas catedrais. Mal se imagina que Ele pode estar, ali, bem ao alcance, mesmo que em um pequeno telheiro, como aquele que serviu de abrigo a São Francisco de Assis, a instigar sentimentos quase sempre ao descaso, como os da humanidade, da solidariedade e do amor ao próximo.

O Culto do Consumismo

Tudo isso em nome de uma nova religião, difundida, especialmente, nestes tempos de globalização: o consumismo. O culto ao sobretudo, em detrimento do sobrenada.

Quantas vezes somos chamamos a reconstruir a nossa igreja, assim como a voz que reorientou a vida de São Francisco de Assis, na Igreja de São Damião, e imaginamos como ele, de início, que se trata, apenas, de tijolos, telhas e cimento, quando a argamassa dessa mesma igreja é, na verdade, a mudança de nossos procedimentos, principalmente junto a tantos maltrapilhos e esfarrapados, que batem às nossas portas e tentam ultrapassar os muros de nossa retina?

Quantos serão os lobos que criamos dentro de nós mesmos?

O funcionário do Ministério da Agricultura e o maltrapilho são personagens atuais. Deus, nem tanto.

O culto ao ter afasta o ser humano, cada vez mais, da obra divina do ser, criado à Sua imagem e semelhança. É por isso que uma das histórias mais conhecidas de todos os tempos, a da vida e obra de São Francisco de Assis, tem de ser lembrada, principalmente em alguns momentos mais marcantes da história da humanidade. Como os tempos atuais.

É que a opulência tem ocupado corações e mentes, ao mesmo tempo em que bilhões de maltrapilhos e esfarrapados estendem suas mãos, quase sempre calejadas, nas esquinas do mundo criado por Deus, corporificado, quem sabe, nos esfarrapados das esquinas do nosso desdém.

Aquele funcionário da nossa história praticou um ato tipicamente franciscano. Ele tinha um sobretudo, quando o mendigo não tinha absolutamente coisa alguma. A sua história é um retrato fiel da vida de São Francisco de Assis.

Anonimato

Se forem bilhões de maltrapilhos a nos estender as mãos, há também muitos franciscanos que, na maioria das vezes, anonimamente, dividem seus sobretudos, não importa se os mais singelos.

Singeleza como a que marcou a vida de São Francisco.

Ele, que nasceu num mundo de catedrais, acatou a missão de reconstruir igrejas. Não a igreja material, como ele percebeu depois, mas a verdadeira igreja missionária que, para ele, deveria unir doutrina e prática religiosa. Amansou o lobo que se encontrava dentro dele próprio. Lobo, como tantos, que uivam neste nosso mundo de barbárie.

Produção de Novas Sementes

Resolvi trazer para os Anais do Senado Federal um pouco da vida de São Francisco de Assis. Não para que ela dormite, fria, nas prateleiras do Congresso. Não para que ela dormite, fria, na nossa vida parlamentar. Mas, quem sabe, para que ela nos inspire sempre nesta nossa caminhada, que também é de plantio, de colheita e de produção de novas sementes.

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas e instigantes passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado homem do segundo milênio sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria.

A essência de sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Cristo crucificado.

Bondade

Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação. Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o franciscanismo de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Certo dia, numa das suas cavalgadas solitárias, Francisco encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida, a mais discriminatória.

Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar os leprosos, foi ao local onde eles eram mantidos, segregados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os leprosos. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de Santo.

A sua pregação de humildade e de união entre a palavra e a ação cativou seguidores. Era um tempo em que a Igreja se preocupava muito em possuir bens materiais. Era contrária, portanto, à mensagem de São Francisco.

A Ameaça dos Sem-Posse

A Igreja temia, então, que aquele grupo de homens humildes, sem posses de qualquer natureza, pudesse ser ameaçador às suas pretensões materiais.

A Igreja ofertava postos de poder na sua hierarquia aos seguidores de Francisco, mas a sua resposta era sempre pronta: "Meus irmãos são chamados menores para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes". E não aceitava a nomeação para bispo ou coisa parecida.

Os cardeais procuravam instruir o Papa Inocêncio III a definir regras rígidas para os seguidores de Francisco, inclusive para que eles se ligassem a um outro grupo religioso já existente.

Mas o Papa também teve um sonho: a basílica parecia tombar, balançando de um lado para o outro. Não caía porque um homem maltrapilho a segurava. Esse mesmo homem, no sonho do Papa, tinha todas as características físicas do miserável São Francisco.

Esse fato tocou o coração do Pontífice, apesar das insistentes críticas do Conselho de Cardeais. Foi aí que o Cardeal João de São Paulo, que ouvia em silêncio a discussão, disse em tom incisivo:

“Se rejeitarmos a petição deste pobre homem como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a lei de vida do Evangelho seja nele confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo. Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumpri-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho.”

Possuir Nada

Os cardeais perguntavam como Francisco e aqueles miseráveis iam criar uma Ordem onde tinham de ir pelo mundo sem levar suas roupas, nem dinheiro, nem nada. Não deviam possuir absolutamente nada e correr o mundo sem posses materiais.

E o Papa ia dizer que não era possível quando o Cardeal João São Paulo, o mais velho, disse: “Cuidado, Papa. Se os senhores aqui tomarem a decisão de que não se pode autorizar a Ordem de São Francisco a ir adiante porque ela diz que seus seguidores irão pelo mundo sem bens materiais, estarão dizendo que Jesus Cristo, quando disse no Evangelho ‘Ide pelo mundo, não leveis uma túnica, não leveis bens, ide, entrai e abençoai’, os senhores estão dizendo que isso não pode ser, que Jesus pregou o impossível”. E foi isso que fez o Papa parar para pensar, parar para refletir e autorizar a Ordem de São Francisco.

O Papa, ainda com as imagens de seu sonho e com as palavras do Cardeal, afirmou: “Na verdade, esse é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”.

E, voltando-se para os frades, conclamou: “Ide com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltai de novo a mim, e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos mais poderes”.

O Papa curvou-se, abraçou, beijou e abençoou Francisco de Assis. Agora, com as bênçãos do Papa, ele passou a disseminar as suas palavras: “Amai-vos uns aos outros e esquecei-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus”.

Mas não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam concretamente o que diziam, num pequeno telheiro, num lugar chamado Rivo Torto.

Conversão

Esse mesmo Papa, Inocêncio III, considerado um dos personagens mais poderosos daqueles tempos, embora não se tendo convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma maneira inusitada.

Conta a história, meu Presidente, que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria a notícia de que a doença que o consumia era a peste, e todos temiam entrar no quarto do Pontífice.

Francisco, embora advertido desse fato, o fez. Entrou no quarto, tomou a sua mão e rezou com ele. O Papa morreu em paz, na presença de Francisco.

À noite, quando levado para uma igreja onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório do Papa continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do Papa morto, incluindo jóias e até mesmo a sua própria roupa.

Quando Francisco soube do ocorrido, voltou imediatamente, tirou o seu capote e cobriu carinhosamente o corpo do Papa. Esse fato é considerado pela história o momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

O Homem do Segundo Milênio

Nada de mais significativo a acrescentar sobre a vida de São Francisco de Assis. Além do que já foi escrito, são centenas de publicações. Também não há o que mudar na sua vida santificante.

Quem sabe nem mesmo o que acrescentar a sua biografia; ao contrário, é a vida dele que tem de mudar a conduta dos homens dos tempos atuais.

O homem do segundo milênio tem de permanecer imitado, quem sabe ainda com mais devoção neste milênio que se inicia, para que ele continue sendo fonte de inspiração, como o que aconteceu com o funcionário do Ministério da Agricultura.

Quantos poderão ser ainda os anjos neste imenso e mal dividido universo? Quantas vezes Deus necessitará travestir-se em maltrapilhos e esfarrapados para aguçar o espírito franciscano, muitas vezes adormecido, dos seres humanos?

Quem sabe não seja este o melhor momento para que possamos despertar o “franciscanismo” que existe dentro de nós, principalmente quando se comemoram os 800 anos da obra franciscana?

Generosidade, Solidariedade e Humildade

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não é difícil um coração servir de morada para São Francisco de Assis. Basta que ele seja arquitetado pela generosidade, construído pela solidariedade e mobiliado pela humildade. Não há como ficar imune a uma simples leitura da vida desse homem, que foi considerado o homem do segundo milênio.

Aliás, a vida de São Francisco já provocou, ao longo dos séculos, profundas mudanças no comportamento humano. Foram atribuídas a ele o sermão aos pássaros e o milagre das andorinhas, que produziram transformações nas artes, na literatura, nos sentimentos e no pensamento científico.

A representação de São Francisco falando ao Sol, às nuvens, às flores e aos animais causou uma reconciliação, um resgate do espírito do cristianismo com o amor à natureza.

Contraditório

São Francisco também suscita o contraditório que está em cada um de nós. Não é por acaso que, na história da humanidade, é nos tempos da barbárie que floresce com mais viço o chamado

espírito franciscano. Quem sabe exatamente o mesmo paradoxo da vida de Francisco: de uma vida mundana, marcada pela opulência, pela luxúria, a uma existência determinada pela pobreza e pela humildade.

Talvez o momento atual da nossa história seja um dos que mais reclama esse mesmo contraditório da vida de Francisco.

As guerras, em nome do poder, do dinheiro e do nada, às vezes, paradoxalmente, em nome de Deus; a violência, a fome, a miséria, o desdém, a discriminação, entre outras mazelas, invocam a busca de novos valores e referências, calcados nos sentimentos praticados por Francisco. Talvez, o resgate do verdadeiro conceito de humanidade.

Mas ele se rebelou contra o discurso vazio, sem a prática correspondente. Ele realizava, efetivamente, a sua pregação. Quem sabe, então, uma vida a ser imitada, com devoção, nos dias atuais.

Assistimos, hoje, a uma perversa divisão do mundo em duas partes, meu Presidente. Na fronteira, o mercado, a carimbar passaportes e distribuir vistos de entrada, simbolizados nos selos das melhores grifes e na vida marcada pela opulência.

Esse mesmo mundo tem uma nova constituição, chamada globalização, e uma nova religião, o consumismo. Há uma nova pregação, quase fundamentalista, disseminada pela mídia: há que se converter para essa nova religião para se transpor a fronteira da inclusão, delimitada pelo mercado.

Riqueza, Luxo e Poder

O mundo de hoje preocupa-se, novamente, com a construção não apenas de igrejinhas, como a de São Damião, mas de catedrais reluzentes e ornamentadas com os mais ricos bens materiais.

Os sentimentos que marcaram a vida de São Francisco de Assis correm o risco de ser, também novamente, desdenhados e ridicularizados.

A compaixão, a solidariedade, o amor ao próximo ficam longe do despudor do lucro e do poder a qualquer preço, mesmo que em nome de Deus.

Por exemplo, o mundo do lucro tem mais de um trilhão de dólares para socorrer seus sócios preferenciais. Ao mundo da fome, entretanto, não se quer dedicar menos de 3% desse mesmo valor para duplicar a produção de alimentos em todo o planeta. Os sócios preferenciais do mundo do lucro são uns poucos privilegiados. No mundo da fome, já passam de um bilhão de marginalizados.

Fico imaginando como será esse mesmo mundo nos tempos que estão por vir. Que futuro restará a mais de um bilhão de pessoas que padecem, hoje, da dor da fome e são considerados pesos mortos na contabilidade das preocupações do mundo moderno.

Isolamento e Compaixão

O homem transformou-se em um na multidão. Isolado, a tecnologia o coloca em contato com o mundo, mas ele vive entre quatro paredes. Perdeu a consciência do coletivo, perdeu o sentimento da compaixão. É um concorrente, no lugar de um semelhante. Os bens materiais lhe dão forma.

Preocupa-se em ter no lugar do ser.

Não consegue amansar os lobos que se criam e se desenvolvem dentro de si próprio. Vale-se, cada vez mais, da autoajuda, como se problemas e soluções se resumissem na sua própria individualidade.

Ainda assim, a minha esperança se move inspirada na vida de Francisco de Assis. Eu acho que a humanidade, embora tamanha barbárie, retratada na violência, nas guerras, na fome e na miséria, carrega, em si, no mais interior do seu íntimo, o dom do sentimento de amor.

Eu ainda acredito nos ideais de Francisco. Acredito que eles não morreram. Eu acredito que serão cada vez mais caudalosos os seus seguidores. O funcionário do Ministério da Agricultura não está só. Cada um de nós tem, no seu mais íntimo, algo de anjo da noite.

Talvez o maltrapilho e esfarrapado, numa esquina qualquer da nossa maior cidade, repleta de luzes, seja a encarnação viva de São Francisco. Ele pode estar reconstruindo uma nova igreja na consciência de cada um de nós.

Franciscanos da América Latina

Senhor Presidente e Senhores Senadores, nos próximos dias 17, 18 e 19, agora, na semana que vem, como parte das comemorações do oitavo centenário de São Francisco de Assis, haverá, em Brasília, uma grande celebração latino-americana e caribenha. O lema será “Reviver o sonho de Francisco e Clara de Assis no chão da América Latina e do Caribe”.

Para se ter uma ideia, só no Brasil, estima-se que sejam dois milhões os franciscanos, membros das diversas ordens religiosas. Embora passados tantos anos da travessia terrena de São Francisco, nada mais atual do que as reflexões sobre o seu exemplo.

Além disso, os franciscanos participaram, diretamente, da construção da nossa história. Por exemplo, Frei Henrique de Coimbra, que rezou a primeira missa em solo brasileiro, em 26 de abril de 1500, era franciscano. Frei Galvão, o nosso primeiro santo, também era franciscano. A Fazenda da Esperança, visitada pelo Papa quando veio ao Brasil, uma referência mundial na recuperação de viciados, é fruto de trabalho franciscano.

Sementes

Tenho certeza de que, a cada momento, brotam novas sementes da ação franciscana em todos os cantos e recantos do planeta.

Nunca é demais lembrar a vida e a obra de Francisco. Por isso, solicito ao Sr. Presidente que autorize transcrever, nos Anais do Senado, uma síntese da trajetória deste santo que, passados oitocentos anos, ainda ilumina o caminho de tantas pessoas.

Espero que essa transcrição, sob o título de “São Francisco de Assis: uma vida inspiradora” não se transforme em letra morta nos Anais do Senado. Afinal, o que desejamos hoje é o que São Francisco pregou, e viveu, há oito séculos: um mundo mais fraterno, mais solidário e, sobretudo, mais humano.

Que o exemplo de São Francisco nos ilumine, portanto.

Sr. Presidente, essa reunião dos franciscanos culminará no domingo, dia 19, quando será feita uma caminhada da Igreja Nossa Senhora de Fátima até o palácio sede do Governo, onde o Presidente Lula e o Presidente Garibaldi, Presidente da República e Presidente

do Congresso Nacional, receberão uma carta: carta aos governantes do mundo de hoje. Trata-se de uma reprodução atualizada da carta que São Francisco dirigiu aos governantes daquela época. Oitocentos anos depois, numa atualização para a qual contribuiu o Frei Boff, uma atualização para o mundo de hoje, os franciscanos entregarão no domingo, dia 19, às 10 horas da manhã, ao Presidente Lula e ao Presidente Garibaldi, a versão moderna da carta de São Francisco aos governantes deste mundo.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, estou muito feliz com o pronunciamento que tive oportunidade de presenciar neste início de noite aqui no Senado. Não posso deixar de externar hoje as palavras que ouvi de V. Ex^a quando coloca todos os ensinamentos e os exemplos de São Francisco de Assis. Eu estava aqui refletindo sobre como podemos aproveitar esses ensinamentos e esses exemplos nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço-lhe o aparte. Fico muito feliz de ver a interpretação que V. Ex^a dá ao meu discurso. É exatamente isso: cada um de nós pode fazer a sua parte. Nesta Casa, podemos realmente, com mais denodo, cumprir a nossa missão, se formos mais rígidos ao olhar as questões, se na hora de distribuir olharmos para os mais humildes, para os mais necessitados. Como é fácil nós aprovarmos os créditos destinados aos grandes, destinados aos bancos, destinados às grandes instituições, e como é difícil a gente votar algo destinado aos humildes.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Tenho dito, Senador Pedro Simon, em alguns momentos, principalmente no meu Estado, no Sul do Brasil, que Cristo disse a Pedro: “Sobre esta pedra, edificarei minha igreja”. Isso está na Bíblia. Eu, várias vezes, usei essa expressão. Nós, do PMDB, temos dito que, para nós, Pedro também é uma rocha e que sobre essa rocha edificaremos nosso partido. Tenho dito isso em várias ocasiões. Esse Pedro dentro do nosso partido é Pedro Simon, que é símbolo da resistência. Senador Pedro Simon, não havia outra pessoa mais indicada do que Vossa Excelência.

O SR. PEDRO SIMON – Meu irmão Maldaner, não calcula o bem que me fazem as palavras de V. Ex^a Somos irmãos há muito tempo, das horas difíceis e amargas, quando Rio Grande do Sul e Santa Catarina faziam a resistência. Fico muito feliz com as palavras de V. Ex^a

Não nego que tive angústia ao fazer este pronunciamento. Fiquei a me perguntar: será que estou agindo corretamente? Afinal, o Brasil é um país que não tem religião oficial; é um país laico. Será que estou avançando o sinal? Mas não é esse o sentido. Pensei e tomei essa decisão. Não estou falando aqui na Igreja Católica, nem no santo Francisco; estou falando no homem que foi considerado por quatro instituições mundiais o homem do segundo milênio.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, apenas queria registrar também o orgulho que tenho ao vê-lo na tribuna. Vossa Excelência, que é uma referência de vida e uma referência moral da Casa, além de uma referência no campo político e intelectual, aborda um tema de valor humano. A história de Francisco é uma história que envolve, em termos de amor, todos nós. E o conceito de Deus que penso ser o mais atual e universal é sinônimo de amor, e Francisco foi, sobretudo, isso. Francisco foi exemplo de amor junto aos leprosos, junto aos pobres, junto a todos os que necessitavam.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a sabe, Senador Tião Viana, o carinho que tenho por V. Ex^a e o bem que suas palavras fazem, pois vejo que há esse sentimento de que eu, de certa forma, pelo menos não cometi um equívoco ao tratar desse assunto com a seriedade que eu quis tratar.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, a tolerância e a gentileza.

Despedida de Dom Pedro Casaldáliga

(O Senador lê, no dia 9 de outubro, carta escrita pelo Bispo Dom Pedro Casaldáliga e divulgada no momento em que, aos 80 anos, o prelado deixa a função religiosa)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, julgamos ser da maior justiça que esta Casa inscreva em seus Anais a mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios,” em que Dom Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Xingu, despede-se de “seus irmãos e irmãs,” no momento em que dela se afasta, aos 80 anos de idade.

A mensagem traduz todo o amor e zelo com os quais o Bispo se dedicou aos índios, posseiros e às pessoas mais humildes da terra que tanto amou e aos quais dedicou os melhores anos de sua vida.

Dom Pedro foi um dos mais ardorosos combatentes das injustiças devidas à ditadura militar e prosseguiu na sua luta contra o desmatamento da Amazônia, a corrupção e os desmandos de toda ordem.

Aos 80 anos de idade, com a saúde fragilizada, Dom Pedro vale-se de sua mensagem para advertir a Nação e toda a Terra sobre o mau uso dos seus recursos, em benefício de uns poucos privilegiados, relegando à miséria os menos favorecidos. Assim, transcrevo aqui, *ipsis literis*, a mensagem:

“Parar a roda bloqueando seus raios

Estava eu pensando a circular de 2008, quando me invade, como um rio bíblico de leite e mel, uma autêntica

enchente de mensagens de solidariedade e carinho por ocasião dos meus 80 anos. Não podendo responder a cada um e a cada uma em particular, inclusive porque o irmão Parkinson tem os seus caprichos, peço a vocês que recebam esta circular como um abraço pessoal, entranhável, de gratidão e de comunhão renovadas.

Estou lendo uma biografia de Dietrich Bonhoeffer, intitulada, muito significativamente, "Deveríamos ter gritado". Bonhoeffer, teólogo e pastor luterano, profeta e mártir, foi assassinado pelo nazismo, no dia 9 de abril de 1945, no campo de concentração de Flossenburg. Ele denunciava a Graça barata à qual reduzimos muitas vezes nossa fé cristã. Advertia também que quem não tenha gritado contra o nazismo não tem direito a cantar gregoriano. E chegava finalmente, já nas vésperas do seu martírio, a esta conclusão militante: tem que se parar a roda bloqueando seus raios. Não bastava então socorrer pontualmente as vítimas trituradas pelo sistema nazista, que para Bonhoeffer era a roda; e não nos podem bastar hoje o assistencialismo e as reformas-remendo frente a essa roda que para nos é o capitalismo neoliberal com os seus raios do mercado total, do lucro omnímodo, da macroditadura econômica e cultural, dos terrorismos do estado, do armamentismo de novo crescente, do fundamentalismo religioso, da devastação ecocida da terra, da água, da floresta e do ar.

Não podemos ficar estupefatos diante da iniquidade estruturada, aceitando como fatalidade a desigualdade injusta entre pessoas e povos, a existência de um Primeiro Mundo que tem tudo e um Terceiro Mundo que morre de inanição. As estatísticas se multiplicam e vamos conhecendo mais números dramáticos, mais situações infra-humanas. Jean Ziegler, relator das Nações Unidas para a Alimentação, afirma, carregado de experiência, que "a ordem mundial é assassina, pois hoje a fome não é mais uma fatalidade". E afirma também que destinar milhões de hectares para a produção de biocarburantes é um crime

contra a humanidade. O biocombustível não pode ser um festival de lucros irresponsáveis. A ONU vem alertando que o aquecimento global do planeta avança mais rapidamente do que se pensava e, a menos que se adotem medidas urgentes, provocará a desaparecimento de 30% das espécies animais e vegetais, milhões de pessoas serão privadas de água e proliferarão as secas, os incêndios, as enchentes. A gente se pergunta angustiado quem irá adotar essas medidas urgentes.

O grande capital agrícola, com o agronegócio e cada vez mais o hidronegócio, avança sobre o campo, concentrando terra e renda, expulsando as famílias camponesas e jogando-as errantes, sem terra, acampadas, engrossando as periferias violentas das cidades. Dom Erwin Kräutler, bispo de Xingu e presidente do CIMI, denuncia que “o desenvolvimento na Amazônia tornou-se sinônimo de desmatar, queimar, arrasar, matar”. Segundo Roberto Smeraldi, de Amigos da Terra, as políticas contraditórias do Banco Mundial por um lado prometem salvar as árvores e, por outro lado, ajudam a derrubar a Amazônia.

Mas a utopia continua. Como diria Bloch, somos criaturas esperanças (e esperançadoras). A esperança segue, como uma sede e como um manancial. Contra toda esperança esperamos. Da esperança fala, precisamente, a recente encíclica de Bento XVI (Pena que o Papa, nesta encíclica, não cita nem uma vez o Concílio Vaticano II, que nos deu a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – Alegria e Esperança. Seja dito de passagem, o Concílio Vaticano II continua amado, acusado, silenciado, preterido... Quem tem medo do Vaticano II?). Frente ao descrédito da política, em quase todo o mundo, nossa Agenda Latino-Americana 2008 aposta por uma nova política; até pedimos, sonhando alto, que a política seja um exercício de amor. Um amor muito realista, militante, que subverta estruturas e instituições reacionárias, construídas com a fome e o sangue das

maiorias pobres, ao serviço do condomínio mundial de uma minoria plutocrata.

Por sua parte as entidades e os projetos alternativos reagem tentando criar consciência, provocar uma santa rebeldia. O FSM 2009 vai-se realizar, precisamente, na Amazônia brasileira e terá a Amazônia como um dos seus temas centrais. E o XII Encontro Intereclesial das CEB, em 2009, se celebrará também na Amazônia, em Porto Velho, Rondônia. Nossa militância política e nossa pastoral libertadora devem assumir cada vez mais estes desafios maiores, que ameaçam nosso planeta. Escolhemos, pois, a vida, como reza o lema da Campanha da Fraternidade 2008. O apóstolo Paulo, em sua Carta aos Romanos, nos lembra que “toda a criação geme e está com dores de parto” (Rom.8,22). Os gritos de morte cruzam-se com os gritos de vida, neste parto universal.

É tempo de paradigmas. Creio que hoje se devem citar, como paradigmas maiores e mais urgentes, os direitos humanos básicos, a ecologia, o diálogo intercultural e inter-religioso e a convivência plural entre pessoas e povos. Estes quatro paradigmas nos afetam a todos, porque saem ao encontro das convulsões, objetivos e programas que está vivendo a humanidade maltratada, mas esperançada ainda sempre.

Com tropeços e ambiguidades, nossa América se move para a esquerda; novos ventos sopram no continente; estamos passando “da resistência à ofensiva”. Os povos indígenas de Abya Yala têm saudado com alegria a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que afeta a mais de 370 milhões de pessoas em 70 países do mundo; e reivindicarão a execução real dessa Declaração.

Nossa Igreja da América Latina e o Caribe, em Aparecida, se não foi aquele pentecostes que queríamos sonhar, foi uma profunda experiência de encontro entre bispos e povo; e confirmou os traços mais característicos da Igreja da Libertação: o seguimento de Jesus, a Bíblia na vida, a

opção pelos pobres, o testemunho dos mártires, as comunidades, a missão inculturada, o compromisso político.

Irmãos e irmãs, que raios vamos quebrar em nossa vida diária, como ajudaremos a bloquear a roda fatal, teremos direito a cantar gregoriano, saberemos incorporar em nossas vidas esses quatro paradigmas maiores traduzindo-os em prática diária?

Recebam um abraço entranhável na esperança subversiva e na comunhão fraterna do Evangelho do Reino. Vamos sempre para a Vida.

Pedro Casaldáliga”

Senhor Presidente, espero que as palavras de Dom Pedro não fiquem apenas registradas nos Anais do Senado Federal, mas que sejam profundamente por nós refletidas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O Franciscanismo Latino-Americano

(Pronunciamento em 22 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no período de 17 a 19 de outubro último, Brasília teve a honra de receber centenas de irmãos e irmãs franciscanos, para a Celebração Latino-Americana e Caribenha do Oitavo Centenário do Carisma Franciscano.

Foi um dos mais belos e participativos eventos, dos que já participei, na minha vida política e religiosa.

Durante o encontro, diversos temas foram discutidos, com o relato e o debate de situações e de experiências nos países da América Latina e do Caribe, culminando com uma grande caminhada, até o Palácio do Planalto, onde tivemos a oportunidade entregar, ao Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, a “Carta de Brasília”, uma reedição, a partir da realidade atual, da “Carta aos Governantes”, escrita por São Francisco de Assis.

Peço ao Senhor Presidente a transcrição deste documento, para que fiquem registrados nos Anais do Senado Federal a visão de mundo e os anseios dos irmãos franciscanos, por um desenvolvimento que respeite a dignidade das criaturas, por uma economia solidária que valorize e promova a pessoa humana, e por um autêntico processo democrático que assegure a autodeterminação dos povos e a efetiva integração continental.

Tive a satisfação do convite para falar aos irmãos franciscanos presentes sobre o tema “O franciscano no mundo da política”. A partir dessa mesma perspectiva de vida política e religiosa, inseparável por princípio, é que eu também trago, para registro, as minhas pala-

vras pronunciadas naquela oportunidade, que tem, como se observará, os mesmos anseios contidos na Carta de Brasília.

Ser franciscano no mundo da política, nos dias atuais, é marchar contra a corrente. Pelo menos da prática política. Nada mais coerente para um político que procura seguir o carisma franciscano: São Francisco, igualmente, optou, através da confissão e da prática religiosa, pela contramão da política, no seu tempo. Mais do que isso: ele tinha a opção, garantida, de viver na opulência, de usufruir da política daquela época, mas preferiu a humildade religiosa, que continuou, felizmente, tempos afora.

O Valor da Prática

Eu não consigo imaginar, hoje, um mundo sem o legado de São Francisco de Assis. Mas eu não vejo, também, na história, um momento em que fosse tão necessária a prática franciscana, como agora. Principalmente a prática franciscana no mundo da política.

Não há dúvida de que, no Brasil e na imensa maioria dos países, o discurso político tem fortes correlações com o franciscanismo. A ação, nem sempre. Na palavra, a opção preferencial pelos pobres. Na prática, a ação preferencial pelos “nobres”. Está aí, quem sabe, espelhando-se no exemplo de vida de São Francisco, a chave mestra para a disseminação do carisma franciscano no mundo da política: fazer aproximar o discurso da prática.

A principal característica de um franciscano, fora ou dentro da política, é a sensibilidade. Ser capaz de compartilhar a dor do semelhante. Incluir-se no projeto divino da criação, não apenas como um indivíduo, isolado, como se este mesmo projeto se resumisse, apenas, ao sexto dia. Ou, pior ainda, ao sétimo. A dedicação de São Francisco de Assis às plantas, aos animais, ao sol, à lua e às estrelas é o melhor ensinamento de que o homem tem de se imaginar integrado na natureza idealizada pelo Criador.

Eu entendo que é possível, mantidas as devidas proporções, fazer um paralelo entre o mundo atual e o momento histórico vivido por São Francisco de Assis. Isso é importante para que a gente possa refletir como é possível ser franciscano no mundo da política, nos dias atuais. Como uma história que aconteceu há oitocentos anos

pode se constituir, ainda, passado tanto tempo, de referência para explicar e, sobretudo, para orientar a ação verdadeiramente política, em favor de toda a população, principalmente dos mais pobres.

Mudança no Poder

A época de São Francisco foi um momento de grandes mudanças no que podemos chamar, agora, de economia. Foi o tempo em que a moeda adquiriu a função nos moldes que conhecemos hoje. Essa mudança também refletiu na política da época. Houve uma profunda alteração no perfil do poder vigente naqueles tempos. Os senhores feudais deram lugar a uma nova classe dominante, ligada ao mundo dos negócios, ao mercado, ao domínio das cidades sobre a nobreza do campo.

A Igreja da época também não fugia a essas transformações. Ela demarcava o seu poder exatamente pela posse de bens materiais. Para isso, os representantes da Igreja eram, muitas vezes, mais guerreiros do que missionários. Havia, inclusive, uma supremacia dos papas sobre os reis. Imagine-se, então, São Francisco de Assis, com sua pregação de humildade, de solidariedade e de pobreza, neste mundo material, de opulência.

É bastante evidente que, em proporções maiores, o nosso momento também é de grandes turbulências no cenário econômico, que vem de muito antes da atual crise. Isso tem mudado, também, o perfil da política, do poder. Hoje, não há dúvida, por exemplo, da supremacia do capital financeiro nos destinos da economia, da sociedade e, conseqüentemente, da política.

Como, então, ser franciscano, neste mundo da política? Como pregar e, sobretudo, exercitar, a humildade, a solidariedade e o amor ao próximo, em um mundo que se constroi, cada vez mais, a partir de interesses materiais e, sobretudo, financeiros? Como, onde e o que ouviríamos de São Francisco, se ele vivesse nos nossos dias?

Ter para ser

Hoje, assiste-se a uma total mercantilização da vida, em todos os aspectos, inclusive na religião. O ter tomou, numa escala preocu-

pante, o lugar do ser. Até algum tempo atrás, era preciso ser, para ter. Hoje, a sociedade, mercantilizada, inverteu estes papéis: é necessário ter, para ser.

Isso dividiu o mundo em dois, separados por um muro de paredes virtuais, mas de alicerces bastante concretos, construído pelo mercado. De um lado, os que conseguem ultrapassar este muro, com o passaporte das melhores grifes; de outro, os excluídos, nossos semelhantes, mas que são considerados, pelo mercado, o lado escuro. Os primeiros têm. Os segundos nem chegam a ser, do ponto de vista dos que têm. Muitas vezes, são considerados como um fardo, algo pesado e custoso, contabilizados na conta do passivo. O mundo do mercado pratica, portanto, um franciscanismo às avessas.

São Francisco experimentou, também na sua época, os dois lados deste muro.

Ele, que tinha vivido no lado da opulência, mudou, a partir de sua conversão, para uma vida marcada pela humildade e pelo total despojamento. Seu pai era um representante daquela mesma burguesia emergente, como grande comerciante de tecidos. Mas Francisco optou por uma vida contrária a tudo o que estava acontecendo no seu tempo e, como decorrência, contra todos os representantes dessas classes, até então dominantes, ou emergentes. A história mostra que mesmo contra o seu próprio pai.

As suas ações o colocavam contra os antigos burgueses, contra a nova classe dominante e contra a Igreja ávida por posses. Em suma, ele se colocou contra o poder. Não é à toa que ele era considerado um intruso para todas essas classes civis e religiosas.

Burocratização

Como contraponto, a nova classe dominante tentava ridicularizá-lo. O povo, influenciado, deixou de lhe doar, inclusive, os restos de comida. A Igreja, observando que o número de seus seguidores aumentava, cada vez mais, tentou burocratizá-lo, através de regras, ou enquadrá-lo numa ordem já existente.

É mais ou menos isso o que acontece quando alguém, hoje, se propõe a cultivar, e difundir, princípios franciscanos no mundo da política. Há de se ter coragem, inclusive sabendo que se pode ser

ridicularizado, tal e qual aconteceu com São Francisco. No mínimo, o que pode ocorrer é uma pregação no deserto. O discurso franciscano não combina com os interesses do mundo dos negócios. O lucro não tem pudor.

Na política, o que vemos, nos dias atuais, é algo bem parecido. O pudor não tem orientado as melhores ações, neste campo. Entretanto, tanto na economia como na política, estamos vivendo uma época de grandes transformações, no Brasil e no mundo. Nos países mais desenvolvidos, a vitória de correntes que poderiam ser consideradas menos tradicionais.

Mudança das Elites

A possível eleição de Barack Obama é um dos exemplos mais significativos desta mudança de perfil político. A América Latina também passou, nos últimos anos, por modificações profundas, em termos de representação política. O Brasil não fugiu à regra.

Houve uma significativa alteração no perfil das nossas elites. Ela se renovou, e um novo segmento ocupou o lugar dos antigos coronéis da política.

Neste cenário, no Brasil, também como exemplo, elegeu-se um presidente que saiu das classes menos favorecidas da população. Houve, então, uma grande expectativa de que, a partir daquele momento, teríamos uma mudança de postura política, no Brasil.

Mas isso aconteceu, também, em um momento de, poderia dizer, total mercantilização da vida. Derrubou-se um muro e fortaleceu-se outro, agora com a argamassa do mercado. Diria mais ainda: instituiu-se uma espécie de novo-deus, o deus-mercado. É ele que dita as normas de procedimento, os valores, os costumes, os modos de vida. E a política foi atrás. Quem sabe, na frente.

Esse deus-mercado criou, também, uma nova espécie de religião: o consumismo. Idem, uma nova bíblia: a globalização. Ai de quem não seguir os dogmas do consumismo: são excomungados pelos novos sacerdotes do deus-mercado. Ridicularizados, excluídos, considerados, também, o lado escuro do mundo.

Isso provocou, igualmente, uma mudança radical de valores. O individualismo tomou o lugar do coletivismo. O homem passou a

ser um, na multidão. Ele se conecta com o mundo, mas vive entre quatro paredes, como que um eremita por penitência ao consumismo.

O espaço público, onde as pessoas se integravam, deu lugar aos corredores dos *shoppings centers*, onde as pessoas buscam prazeres individuais, hipnotizadas pelo apelo ao consumo, sob pena de exclusão.

O próximo deixou de ser um semelhante, e se transformou em um concorrente. Pela vaga no emprego, na escola, no estacionamento e, até mesmo, na fila do hospital. É um no lugar do outro, e não mais a soma dos dois.

Afastamento da Família

Os pilares que sustentavam a formação das pessoas também se corroeram, em todo esse processo de mudança. A família, a escola e a igreja deram lugar, principalmente, para a televisão. Hoje, as crianças e os adolescentes passam mais tempo na frente da TV do que nas salas de aula e das moradias e nas catequeses.

O diálogo deu lugar ao monólogo. Os pais, professores e pastores já não são os principais educadores. A informação ocupou o lugar da formação.

Mas o que chama mais a atenção é que a TV se transformou, também, em instrumento de doutrinação do deus-mercado, com pressões, diretas e subliminares, pelo consumismo.

Para que se transponha para o seu lado do muro, mesmo que seja por meio da violência. Não há dúvida de que a barbárie é, na sua formação, fruto da perda de valores antes disseminados por aquelas três instâncias de formação e de educação.

Neste mundo de individualização, a política seguiu, também, os mesmos passos. Ela deixou de se constituir numa atividade com finalidades coletivas, para ser, cada vez mais, individual, ou de interesse de grupos.

Financiamento

O político não pensa mais no povo enquanto coletividade, mas naquele que financiou a sua campanha, ou que poderá, ainda, fazê-

lo. Pior, pensa em si próprio. Embora, ainda, com uma propaganda de obra para o povo, o seu esforço se dá no sentido no maior retorno para si, ou para os seus seguidores mais próximos. Há, portanto, um discurso e uma prática, transitando em mãos diferentes de direção.

É interessante, para ilustrar essa mudança, a própria orientação ditada na chamada Oração de São Francisco. Até um determinado momento, é dando que se recebe significava uma espécie de indulgência, para quem se doava pelo povo, principalmente os mais necessitados. O importante, neste ensinamento, era o doar.

Hoje, a mesma frase passou a significar o contrário: o que vale, na mesma lição, é, muito mais, o receber. Não há que se doar. Tem-se que receber. Ou se doa no discurso, e se recebe na prática. A ação não é mais aquela que beneficia um número maior de cidadãos que dela necessita, mas a que propicia maior retorno, financeiro inclusive, para o político que por ela decidiu.

Então, ser franciscano no mundo da política, nos nossos tempos, é, como São Francisco na sua época: marchar contra o poder, agora em novos moldes. Um poder que se preocupa, individualmente, com bens materiais. Não mais com o bem coletivo, como se fazia política, há algumas décadas.

Quem faz política hoje, nos moldes franciscanos, corre o risco de ser, no mínimo, folclorizado, recebe a pecha de ultrapassado, de jurássico, extemporâneo. A política também criou, portanto, a sua grife. Quem não a usa está fora de moda. É ilustrativa a experiência, quando se aborda, na tribuna do Senado, temas como humildade e solidariedade, princípios típicos do franciscanismo, portanto. Não há a devida repercussão interna.

Entretanto, são os temas que mais instigam o recebimento de mensagens de todos os cantos e recantos deste País. Isso quer dizer que o discurso político se distanciou dos princípios franciscanos. Imagine-se, então, a prática.

O Exercício do Evangelho

Aí, então, vem à tona outro preceito vivido por São Francisco: a prática, e não apenas o discurso, a fala, a palavra. Ele dizia, inclusive, que a Igreja do seu tempo apenas pregava o Evangelho. Mas não o

exercitava. Não há diferença, portanto, da política, nos nossos tempos. Uma distância maiúscula entre o discurso e a prática. Promete-se muito, para se atrair, cada vez mais, fiéis, denominados eleitores, mas pouco se faz, depois de eleitos. O discurso é coletivo, e a prática, individual.

São Francisco tinha o contraponto dos cardeais. Eram eles que alertavam o Papa sobre o perigo do crescimento de uma congregação, que pregava o desapego às coisas materiais. Isso ia contra os interesses da Igreja da época. É, também, algo parecido com o mundo da política, nos nossos dias.

O discurso franciscano da humildade, da solidariedade, do bem coletivo e do amor ao próximo afronta a prática do compadrio, do interesse individual e de grupos. Portanto, na política, também existem os cardeais, que se travestem de líderes, de lobistas, de financiadores de campanhas, entre outros representantes.

Novos Cardeais

São eles os novos cardeais da política. Eles, igualmente, temem que um discurso de sacerdócio na política também estimule um grande número de seguidores, capaz de lhes empanar a prática do dando que se recebe, agora num sentido antifranciscano.

O que fazer, então?

Talvez não haja referência melhor, para o mundo da política, que o franciscanismo. Aliás, São Francisco de Assis deveria ser o patrono da classe política, em todo o mundo. O político deveria abrir mão, ao contrário do que acontece hoje, de toda e qualquer idiosincrasia individual. Ele deveria ser, como concepção de vida, um ser eminentemente coletivo. A política como um verdadeiro sacerdócio, e não como realização pessoal, como *status* ou, pior, como instrumento de locupletação com dinheiro público.

São Francisco também teve a opção, até mesmo a tentação de se isolar numa montanha, num lugar que lhe seria doado. Mas ele preferiu continuar na sua pregação, junto ao povo.

É por isso que eventos como a Celebração Latino-Americana e Caribenha do Oitavo Centenário do Carisma Franciscano deveria incluir propostas de conversão. Não do povo aos preceitos de São

Francisco de Assis, porque ele já sobrevive, aos milhões, na miséria vivida por ele. A conversão ao franciscanismo, no caso, tem de ser dos seus representantes políticos, exatamente para que o povo não continue a viver na miséria, como São Francisco.

Hoje, o mundo tem mais de um bilhão de pessoas passando fome. É de uma profunda consternação as imagens veiculadas pela imprensa nos campos de miséria da África, do Haiti e de tantos outros cantos do planeta, principalmente nas periferias das grandes cidades. Não é para estes irmãos que temos de pregar o franciscanismo. É por eles.

O mundo da política tem de se converter a princípios como os pregados por São Francisco, para que esses irmãos sejam incluídos na nossa mesa de comunhão.

Acho que não cabe, nos dias atuais, uma pregação, pura e simples, contra o supérfluo. Não há que se blasfemar contra o deus-mercado. Seria algo assim como se insurgir contra moinhos de vento. Seria confundir personagens da literatura e da história. Nada contra se praticar, na política, além do franciscanismo, o quixotismo.

Mas eu creio que o melhor caminho seja, hoje, lutar pela melhor distribuição do necessário. Não há como conviver, ainda, com tamanha disparidade de distribuição de renda, nos nossos países da América Latina e do Caribe, ou da África.

Fome Versus Opulência

Não há como conviver com tantas crianças morrendo de fome, enquanto impera a opulência em, apenas, um dos lados do mundo. No Brasil, quase a metade das famílias com crianças na primeira infância possui rendimento médio *per capita* de até meio salário-mínimo.

No mundo, duzentos milhões de crianças dormem, todos os dias, na rua. A fome já atinge, como disse, um bilhão de pessoas.

Numa visão otimista, como sempre foi a minha, é desta forma que eu vi, inicialmente, o Programa Fome Zero, no Brasil. Não só uma necessária distribuição de alimentos para quem passa fome. Para quem não tem absolutamente nada para comer. Mas eu também vejo a experiência como uma enorme oportunidade de despertar

os mais nobres sentimentos de solidariedade, muitas vezes existentes, mas adormecidos.

De repente, parece que a população percebeu que havia uma multidão do outro lado do mundo do mercado.

Cidadania

Foi assim que eu entendi a proposta do Betinho. Não só uma coisa imediatista e, muito menos, populista. Menos ainda para angariar eleitores e votos. Ao contrário, eu vi na ideia do Betinho um patamar inicial de construção da verdadeira cidadania. Que, numa etapa posterior, o tal muro, para essas populações, seria transposto, pelo menos quanto aos bens de primeira necessidade, adquiridos através do trabalho e do suor.

Mas, tal e qual em outros grandes problemas brasileiros, esses sentimentos afloram, quase que somente, nos momentos de comoção e de indignação. Uma grande catástrofe é a radicalização da violência, por exemplo. Além disso, o querer ter, cada vez mais, no lugar do ser, somado à necessária, e árdua, luta pela sobrevivência, imposta pelo mundo atual, ocupa, também cada vez mais, a energia das pessoas.

Sobra, portanto, muito menos tempo para a prática da solidariedade. Menos tempo, inclusive, para o convívio familiar. É o mundo moderno dificultando a prática franciscana da solidariedade.

Portanto, não haverá melhores resultados de programas que incitem os sentimentos franciscanos, se eles forem concebidos, apenas, em momentos de solução. É por isso que o carisma franciscano é tão importante nos dias de hoje.

É preciso, portanto, incutir, na sociedade como um todo, os princípios que fundamentam o franciscanismo, enquanto modo de vida, na sua essência, e não, apenas, como resposta a acontecimentos eventuais, passageiros, que se vão nas dobras das esquinas dos nossos esquecimentos.

O Difícil Retorno

Não há, também, que se esperar que o mundo político se converta aos princípios franciscanos. A mercantilização da política pa-

rece ser, igualmente, um caminho de difícil retorno. A permanecer a situação atual, as decisões políticas maiores sempre se voltarão, prioritariamente, para um lado do muro.

Para o outro lado, quando muito, políticas compensatórias. Exemplo mais evidente, e atual, é a liberação de recursos para estancar a recente quebra dos mercados financeiros de todo o mundo. Foram trilhões de dólares, tomados de imediato. Pois bem, para se dobrar a produção de alimentos no planeta, e matar a fome de mais de um bilhão, seriam necessários menos de trinta bilhões de dólares, valor relativamente tão menor, que vem sendo reclamado há muitos anos, sem o merecido sucesso.

Desta forma, o carisma franciscano somente se disseminará de fora para dentro do mundo da política. E ele deve ser resgatado a partir dos mesmos pilares que se corroeram nestes tempos de mercantilização, inclusive da própria política: a família, a escola e a igreja. Nenhum destes pilares se sustenta sozinho.

Há que se resgatar, no diálogo familiar, na educação escolar e na evangelização, os valores que se perderam nestes tempos em que o mercado e o lucro ditaram as normas de conduta da população e dos seus representantes políticos.

Burocratizar o Discurso

Com certeza, haverá, aí, também, tentativas de ridicularizar esse discurso e essa prática. Haverá, como nos tempos de São Francisco, uma forte corrente contrária, ora para, aos moldes daqueles tempos, tentar burocratizar esse mesmo discurso, ora para seduzir os seguidores do carisma franciscano de hoje com adaptações que não impliquem em mudanças significativas na prática.

Que este encontro, nesta melhor hora, se transforme, portanto, em um passo seguro para uma maior aproximação do carisma franciscano ao mundo da política. Este evento será, com certeza, coroado de êxito nos seus discursos e nas suas propostas. Mas, como nos ensinamentos de São Francisco de Assis, é preciso partir para a prática. Despertar a solidariedade que mora no coração do ser humano, desde a sua concepção, e que se encontra hipnotizado pelos pêndulos do mercado.

O franciscanismo é o contraponto do consumismo. É preciso resgatar o verdadeiro sentido do ser humano. Um ser criado por Deus, à Sua imagem e semelhança. Cumprir os destinos traçados por Este mesmo Criador: o trabalho, com o suor do próprio rosto. Não como castigo por eventuais pecados originais, mas como um exercício pleno de cidadania. Quem sabe possamos, então, inverter o enunciado: não mais o carisma franciscano no mundo da política, mas a política no mundo do carisma franciscano.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Vitória do PMDB nas Eleições Municipais

(O Senador, em pronunciamento em 30 de outubro, analisa a ampla vitória do PMDB nas eleições, critica o fato de o partido não ter candidato à Presidência e comenta a candidatura do Deputado Michel Temer à Presidência da Câmara)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a imprensa toda noticia que o resultado das últimas eleições foi muito positivo para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que fez o maior número de prefeitos, o maior número de vereadores e, o que é importante, foi o partido que teve o maior número de eleitores que votaram em sua legenda.

Isso confirma o que dois anos atrás já tinha acontecido: na eleição em que ganhou o Presidente Lula, o PMDB foi o partido que fez o maior número de deputados estaduais, maior número de deputados federais, maior número de senadores e maior número de governadores.

E aí vem uma série de perguntas e uma série de interrogações feitas na imprensa com relação à conduta futura do PMDB. O primeiro comentário é de que o PMDB é a noiva que o PSDB e o PT querem levar ao altar. De outro lado, há uma série de afirmativas no sentido de que isso estaria levando o PMDB a aumentar o seu cacife. A eleição presidencial passa pelo PMDB. Logo, ele tem mais condições de exigir vantagens.

Acho que seria muito importante que o nosso partido fizesse uma análise profunda da situação em que se encontra. O PMDB já foi

um grande partido sob o ponto de vista político. Na hora da resistência e da redemocratização foi o PMDB o partido que fez a transição.

Os historiadores dizem que não há nenhum acontecimento político, social e institucional na história do Brasil em que algum partido político tenha feito alguma coisa. Na República, na Abolição da Escravatura e na criação das leis sociais não se fala em partido político. Porém, na queda da ditadura e na volta à democracia neste País, há a história de um partido, que é o PMDB. Isso é uma unanimidade.

Lideranças

Será que não seria a hora de nós, do PMDB, pararmos para pensar? Diz-se que o PMDB perdeu as suas grandes lideranças nacionais: Dr. Ulysses, Dr. Tancredo, Dr. Teotônio, nomes que refletiam dentro do PMDB o pensamento nacional. Hoje, não há isso. Na verdade, há um sentimento de mágoa com relação ao comando nacional.

O comando nacional é indecifrável. Durante oito anos, no Governo Fernando Henrique, pessoas do PMDB fizeram parte do Governo. Perdeu o PSDB, ganhou o Lula, e as mesmas pessoas fazem parte do atual Governo.

Acho que agora é um momento novo. Em primeiro lugar, há a realidade brasileira. Há que se reconhecer que o PMDB não teve competência para oferecer candidato na sucessão de Itamar Franco. O próprio Fernando Henrique, ministro da Fazenda, concordava com isso. O Presidente do PMDB, o Quércia, queria ser candidato. Quatro anos antes, na eleição em que ganhou o Collor, o nosso querido Dr. Ulysses quis se candidatar. Quatro anos depois, Quércia candidatou-se à Presidência, mas o desgaste era muito grande.

E, de lá para cá, o PMDB nem candidato à Presidência da República tem.

Mas hoje estamos num quadro muito interessante. O Lula tem 80% de prestígio. Se fosse candidato à Presidência da República, ganharia. Seria uma desgraça, porque, com 12 anos no poder, haveria um desgaste. Felizmente, o Lula está tendo a sabedoria de entender que não é esse o caminho.

Lula concorreu em cinco eleições seguidas: a que perdeu para o Collor, a que perdeu para o Fernando Henrique, a segunda que perdeu para o Fernando Henrique, a que ganhou e a segunda que ganhou. Há 20 anos que o cidadão que vai votar encontra o nome do Lula na chapa.

Na próxima isso não vai ocorrer.

São Paulo no Poder

O Lula primeiro falou na vinda do Aécio para o PMDB, e vindo o Aécio para o PMDB ele poderia ser o candidato numa união entre PMDB e PT. O Lula falou na candidatura do Nelson Jobim, é uma hipótese. O Lula está falando agora na candidatura da Ministra da Casa Civil.

O PSDB está numa luta fratricida, primeiro em São Paulo, entre o ex-Governador Alckmin, o atual Governador Serra; a segunda é entre São Paulo e Minas Gerais, entre Aécio e Serra. Acho, Sr. Presidente, delicada a situação do Serra. Primeiro, porque ele foi prefeito dois anos, se elegeu governador; agora vai ficar governador dois anos e vai para a Presidência da República? Não sei. E outra coisa que acho importante: São Paulo está com 16 anos na Presidência da República: oito anos do Fernando Henrique e oito anos do Lula. São Paulo está de tal maneira instalado na Presidência da República como nunca ocorreu.

Lula tem um gabinete da Presidência da República em São Paulo. Há quanto tempo que os homens importantes de São Paulo não vêm a Brasília? Dezesseis anos de São Paulo, são 16 anos; mais oito anos de Serra serão 24.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Excelência, é a prova de que, quando Roma não vai ao Papa, o Papa vai a Roma.

O SR. PEDRO SIMON – É o que está acontecendo, só que Roma é São Paulo, porque Lula vai a São Paulo e não São Paulo vem ao Lula.

O Brasil fez uma revolução em 30. Antes havia a política do café-com-leite: quatro anos São Paulo e quatro anos Minas. O Brasil não aguentou.

Não estou lançando candidato à Presidência da República do PMDB até por que tenho de pensar dez vezes. Das outras vezes, lancei candidato, porque o PMDB tinha de ter candidatura própria. Usaram-me para pegar cargo e dividir vantagem, e não quero ser usado de novo. Apenas digo o seguinte: essa foi uma eleição em que o PMDB foi muito cortejado pelo PSDB e pelo PT.

Então, vamos discutir quem vai ser o candidato do nosso partido. Qual será a nossa aliança? Cada um apresenta um nome e fazemos uma grande pesquisa para escolher quem será o candidato. Isso é democrático.

São Paulo

Vejam a posição do Presidente Nacional do nosso PMDB, que é um homem de respeito. O PMDB de São Paulo tinha 42 deputados federais; hoje tem três. Dois foram eleitos por igrejas evangélicas: um com 300 mil votos, outro recebeu 200 mil votos. O terceiro é o presidente do partido.

Foi eleito na sobra. Esse é o presidente do partido, que é deputado federal e candidato à Presidência da Câmara. E tem todas as condições para ser presidente da Câmara. É muito competente, é capaz, tem o apoio do PT e do Presidente da República, mas age no jornal como se estivesse mendigando a Presidência.

O nosso partido, a começar pelo Presidente Temer, tinha de ter mais grandeza. A imprensa vem ridicularizando o PMDB, e o partido não merece isso. A última eleição foi importante. Lá em São Paulo, ganhou o PFL, mas seu vice é do PMDB. Alda Marco Antônio, aliás, é um dos grandes quadros do PMDB paulista, estudiosa do problema do menor e da infância desamparada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história do PMDB é a história de Pedro Simon. Ortega y Gasset diz que o que vale mesmo não é o passado, e sim o porvir; é o vir a ser. Quantitativamente, está aí: o PMDB é maior, há os números. E nós somos qualitativamente também. Até o último momento defendi a candidatura do partido para a Presidência da República. E eu tenho um

sonho: para Presidente da República do meu partido Pedro Simon, que aí está.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Hoje, eu não falo em candidatura própria do PMDB porque não quero fazer o jogo daqueles que terminam usando isso para negociar. Acho que o PMDB podia fazer uma grande reunião. Nós podíamos convocar as lideranças. Vamos debater ideias, essa crise toda. Vamos dar outro sentido para o nosso partido; vamos ser justos com esse eleitorado fantástico de muitos milhões que nos escolheu, de novo, o grande partido.

Quando Lula lançou a candidatura do Aécio, chamando-o para o PMDB, dizendo: venha e seja candidato, eu falei com o Aécio. Ele me disse: “Eu não vou, porque quem me garante que eu saio candidato no PMDB?” Qual a convenção que garante ao Aécio que ele sai candidato no PMDB? Nós sabemos que essa é a verdade.

Debate e Entendimento

Mas, no momento em que nós sentarmos para discutir, vamos fazer um grande entendimento, lançar uma grande plataforma.

A Chefe da Casa Civil é uma grande candidata. Eu veria com a maior simpatia sua candidatura, mas, por que não termos o nosso candidato? Por que não lançamos o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral?

Digamos que o caminho nos leve para outro lado, e aí vamos discutir com o PSDB: por que o Serra? Eu não sei, numa pesquisa nacional entre o Serra e o Governador do Rio de Janeiro, quem vai ganhar. O que estou propondo é sentar numa mesa com igualdade de condições, com respeito recíproco, e não na base de quem paga mais para o PMDB.

Peço grandeza às lideranças do PMDB! Vamos fazer jus a um partido que tem história. Apesar dos nossos erros, o povo está conosco. Imaginem os senhores: o Presidente Lula tem 80% de credibilidade, e quem faz os votos é o PMDB. É uma coisa digna de ser analisada.

Quem tem o apoio de toda a bancada, de todo o partido, quem tem o apoio do PT, quem tem o apoio do Presidente da República não precisa mendigar a Presidência da Câmara! Ele vai ser eleito presidente da Câmara pelos seus méritos, que são muitos, e pelas forças políticas que o apoiam, que também são muitas. Então, que assuma uma posição de verticalidade, que é o que eu acho que o PMDB deve fazer.

Obrigado, Senhor Presidente.

Ataque à Janela Aberta para Parlamentares Infiéis

(O Senador critica, em pronunciamento feito em 13 de novembro, a abertura de um prazo para que parlamentares infiéis possam mudar de partido, sem perder o mandato; lamenta a inexistência de cláusula de barreira; reivindica verba pública para campanhas eleitorais; e diz que os partidos brasileiros não têm tradição)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, esta Casa, ao longo do tempo, não regulamentou um artigo da Constituição que fala sobre fidelidade partidária. Não o regulamentando, o Tribunal Superior Eleitoral houve por bem tomar uma decisão. O mandato pertence ao partido e não ao político. Não há dúvida de que é uma decisão em que o Tribunal avançou, entrando na orla do Congresso Nacional.

O Congresso não legisla. No vácuo veio o Supremo e agiu.

Passou-se a discutir a decisão do Tribunal. Ontem o Supremo tomou uma decisão em cima de recursos à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, definindo que, realmente, diz o Supremo que o mandato pertence ao partido e a fidelidade partidária existe.

Surrealismo

Agora, está-se votando uma lei na Câmara dos Deputados em que o Congresso legisla. Existe a fidelidade partidária, se cria uma janela. Durante um mês antes da eleição, tempo que será determi-

nado, abrem-se as comportas. O político pode sair de um partido para outro.

Acho isso uma coisa surreal.

O Governo disse que está mandando para esta Casa uma proposta de reforma política, que se identifica com o pensamento dos parlamentares do Congresso que defendem a janela política. Em outras palavras, os políticos pulam para o partido que bem entenderem.

Alguns parlamentares disseram o seguinte: No Brasil, nada é eterno. O casamento não é. O time de futebol não é. A religião não é. Como é que o cidadão não pode sair do partido?

Eu diria a esses intelectuais que o político pode mudar de partido, diariamente, se quiser. Ninguém está impedindo-o de mudar de partido. O mandato é do partido. O mandato, que ele foi buscar na eleição, pertence ao partido. Ele pode mudar de partido, mas não o seu mandato.

Se votarmos uma lei deixando essa tal janela de um mês, alguém pode dizer: como vão obrigar um deputado a pertencer a partidos que não valem muita coisa? É verdade, mas, para os partidos começarem a ter valor, isso começa com a fidelidade partidária.

Um Sistema Eleitoral Escandaloso

Nós temos de terminar com a maneira se eleger alguém hoje. O voto proporcional, da maneira como é feito no Brasil, é um foco de guerra, de inimizade, de escândalo. O seu adversário não é o adversário de partido: é o seu companheiro do próprio partido, pois você tem de fazer mais votos do que ele para ser eleito.

Fala-se do voto de lista. Eu vejo com respeito o voto de lista, mas, se adotarmos no Brasil o voto de lista, vai ter estado em que vão aparecer o João, o pai do João, a mãe do João, a namorada do João, o neto do João, a sogra do João, o genro do João. É o que tem acontecido por aí.

Veja, lá na Alemanha, se alguém fura lista partidária. O Primeiro-Ministro quis fazer isso para ganhar a eleição e introduziu cinco cupinchas dele na prioridade da lista, e foi cassado, porque provaram que ele tinha feito isso e telefonado para meia dúzia de empresários para dar dinheiro para ajudar essa gente.

Voto distrital ou até voto em lista, cláusula de barreira...

O Brasil tem partido de aluguel que não acaba mais. E é triste, mas não há, no mundo, país onde os partidos tenham menos prestígio do que no Brasil. Vá ali ao Uruguai: Blancos e Colorados existem há mais de duzentos anos, desde a proclamação da República. Na Argentina, o Partido Radical e o Partido Justicialista existem desde o século passado. No Paraguai, existiu uma ditadura de 35 anos, mas lá estava o Partido Colorado.

No Brasil, partido político não tem história nem tradição. O único partido que tem lugar na história do Brasil é o MDB, porque derrubou a ditadura com a participação popular, sem luta. Agora, o pobre PMDB de hoje não é digno nem da sua história nem do seu passado.

Cláusula de Barreira

No Brasil não há tradição partidária. O que temos de fazer é muito singelo: é a cláusula de barreira. Para ter direito à televisão, à verba do fundo partidário é indispensável, é necessário que o partido cumpra certo percentual de eleitores. Se não cumprir o percentual, não é extinto o partido; ele continua existindo, mas não elege.

Hoje, partido político vale pela legenda de aluguel. Hoje, a força de um partidozinho desses se deve ao fato de que ele tem um tempo na televisão.

Então, todo mundo corre atrás do partidozinho para pegar o tempo dele na televisão, que pode ser decisivo.

Podemos ter oitenta partidos, mas os partidos com representação no Congresso devem ser cinco ou seis. Aí o partido passa a ter seriedade. Isso continua na fidelidade partidária. Se um partido elegeu dez, são dez; se elegeu cinquenta, são cinquenta. E não tem mais o pula pra lá e pula pra cá.

Vários líderes estão propondo que, em ano eleitoral, o fundo partidário aumente por cem e possa ser usado na campanha. A fórmula? Gasta-se tanto em campanha, é uma fortuna o que se gasta em campanha de verba particular porque o fundo é pequeno. Então, vamos aumentar o fundo. Mas será que alguém acha que, aumentando o fundo de dez para cem, o pessoal vai deixar de tirar verba das empreiteiras, de bancos e de companhias? Claro que não!

Multas

No Rio Grande do Sul, nesta eleição municipal, a Justiça Eleitoral multou muita gente. A Justiça Eleitoral agiu para valer. A campanha foi diferente, porque foi uma campanha limpa.

Dessa vez não houve gastos exagerados, em nenhum partido, porque a Justiça funcionou.

Meus amigos, eu fico magoado com o Governo Lula, quando vejo a proposta que ele vai mandar para cá. A cláusula da janela termina com a fidelidade partidária. É pena!

Quando vejo o Presidente do PMDB fazer a proposta de que se deve multiplicar por dez o fundo partidário em ano eleitoral e permitir que o fundo partidário possa ser usado na campanha, em vez de se criarem verbas públicas de campanha e proibir as outras, acho uma pena. Quando vejo que não se cria a cláusula de barreira, fico com pena.

Quando vejo o Supremo Tribunal dizendo que a fidelidade é real e que é o partido que tem o mandato, acho que é por aí. Não se pode mudar de partido? Não, mas, um mês antes de uma eleição, abrem-se as comportas e pode-se tudo. Assim não é possível, Sr. Presidente, termos uma vida política séria e responsável.

Homenagem ao Banqueiro Injustiçado

De outro lado, é o Brasil, o país da impunidade. Temos agora a operação Satiagraha. Daqui a pouco, é capaz de ir para a cadeia o juiz, o promotor e o delegado. E para o banqueiro é capaz de ter uma sessão solene especial em homenagem à vítima injusta que sofreu tantas injustiças.

Ninguém vai me ensinar o que é cobrar da polícia e dos órgãos de segurança respeito aos direitos individuais. Eu vivi isso. Eu sei quando tudo isso funcionava não apenas no sentido pessoal, mas no sentido físico da tortura, da morte e de tudo o mais. Durante 20 anos, acompanhei essa situação e lutei para que não houvesse isso.

Direitos individuais, sim. Garantia de defesa? Sim. Ninguém pode ser considerado culpado antes de ser julgado, em caráter definitivo. Exigir cobrança, respeito aos exageros cometidos por qual-

quer tipo de setor de segurança? Sim. Mas, criar esse ambiente? Uma sessão do Supremo em que o juiz se transformou num réu?

Eu, por exemplo, quero dizer, com todo o respeito: eu não acho que a segunda decisão do juiz (soltando o banqueiro) foi um processo contra o Presidente do Supremo. Eu não acho. Porque o que eu vi e senti é que o Presidente do Supremo soltou o banqueiro; ele foi solto. Depois disso, apareceu um fato novo. Qual foi o fato novo? Apareceu um representante do banqueiro, com uma montanha de dinheiro, oferecendo para um delegado tirar o nome do banqueiro fora. Isso apareceu na televisão, isso todo mundo viu, disso ninguém duvida. Esse é o fato novo. Diante desse fato, o juiz mandou prender de novo.

Então, em minha opinião, não foi uma desautorização, um ato de provocação à decisão do Presidente do Supremo. Não. Mas entre a decisão do Supremo, que mandou soltar, e o fato novo, ele mandou prender de novo.

Liberdade para Investigar

Aí há uma questão muito interessante que agora está em discussão: promotor, delegado e juiz não podem se falar, não podem dialogar. Também acho. Por amor de Deus! Delegado é delegado; ele vai buscar as provas. O promotor tem de ter independência; o promotor, perante as provas do delegado, vai analisar se denuncia ou não denuncia; ele tem de ter independência absoluta. Não pode haver nenhuma relação entre o delegado e o promotor no sentido de o promotor estar ligado ao delegado. Mas daí a dizer que o promotor não pode conhecer e não pode tomar conhecimento das coisas que estão sendo efetuadas para buscar a verdade...

Com promotor e juiz ocorre a mesma coisa. O juiz tem de ter a mais absoluta independência com relação ao promotor para dar o seu veredicto. Agora se diz que a prova não vale, porque o delegado fingiu e se ofereceu para ser comprado. E daí? Ele se ofereceu, sim, mas se ofereceu, e o homem do banqueiro comprou.

Conheci aquele banqueiro aqui, durante a CPI do Sistema Financeiro. Eu o vi no auge da sua vaidade, quando o seu poder parecia ser absoluto. As informações que temos é que ele se mantém

numa área de penetração nos comandos superiores deste País, desde o Governo anterior e que continua no Governo atual.

O Brasil continua a ser o país da impunidade, mas a grande verdade é que o Brasil vibrou quando viu esse banqueiro na cadeia.

O juiz, o delegado e o promotor estão em véspera de sofrer punições. A imprensa já fala em número de anos da pena: de dois a 18 anos, quer para o promotor, quer para o juiz, quer para o delegado. O advogado de defesa do banqueiro já entrou em juízo pedindo a destituição do juiz. Já se fala nas homenagens que se prestarão ao banqueiro para reparar a tremenda injustiça de que ele foi alvo.

O Presidente do Supremo fala da importância de se criar uma câmara especial para acompanhar os exageros da polícia, no que tange ao exagero de autorização para essas gravações.

Acho isso importante, mas pergunto ao Presidente do Supremo o que ele acha de se criar uma câmara especial que tenha por atribuição julgar o cidadão antes das eleições, e se não for julgado antes da eleição, e se ele se eleger tem de ser julgado antes da posse.

Falta de Sensibilidade

Está faltando sensibilidade à nossa gente. Eu me atrevo a dizer que até ao Presidente do Supremo está faltando essa sensibilidade. Com todo o respeito e o carinho que tenho por ele, está faltando essa sensibilidade.

Ao longo da nossa história, no Brasil, a Justiça continua não funcionando.

Três dias atrás, o Procurador mandou arquivar um processo contra um senador. Por quê? Porque o prazo passou, caiu o prazo em que ele poderia ser processado. No caso do Presidente do Banco Central, o Procurador-Geral da República fez a denúncia, pediu para abrir as contas. Não abriram, passou o prazo, prescreveu, pediram para arquivar.

Aí o que eu quero dizer, meu querido Senador, é que, de um lado, há a injustiça tremenda como a que cometeram com o querido Líder do Piauí, mas do outro há muita gente que roubou, mas o tempo passa, prescreve e ninguém é condenado. Esse é o Brasil.

A classe política está com a sua credibilidade lá embaixo, como demonstrou a última pesquisa três meses atrás: a credibilidade do Senado Federal é de 2%.

O clima de hoje, na imprensa, é no sentido de que nós temos três réus: juiz, promotor e delegado. E temos uma vítima, coitadinho: é o banqueiro.

Acrescento aqui um item que acho muito importante e que eu me esqueci de citar. Quem decide as eleições nos Estados Unidos? Em minha opinião pessoal, quem decide eleição nos Estados Unidos são os quatro debates que os dois candidatos têm um contra o outro. Durante duas horas um fala e o outro responde. Aquilo ali é decisivo.

Agora, o Obama ganhou na televisão.

Na eleição anterior para a nossa Presidência, quem ganhou não foi o Lula; quem ganhou foi a figura mais badalada daquela eleição: Duda Mendonça.

A imprensa publicava sobre Duda Mendonça. O Duda tinha mudado o Lula; o Duda tinha dito que agora a barba do Lula... Ninguém reparou? Pega uma fotografia. Estou vendo agora, ali na exposição da Constituinte, quem era o Lula e quem é o Lula agora. Aquela barba enorme que ele tinha, e aquela barba bonitinha, direitinha, que ele tem agora; aquelas roupas todas anarquizadas que ele usava e os modelos que usa, não digo agora, que ele é Presidente, mas de algum tempo atrás. Aquilo foi o Duda Mendonça que fez. Lulinha Paz e Amor!

Em minha opinião, o programa de debate de televisão tem de ser ao vivo, e não feito pela propaganda.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, pois eram questões políticas que estavam me amargurando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Realização de Eleições Primárias no Brasil

(Em pronunciamento no dia 17 de novembro, o Senador sugere que os candidatos às eleições presidenciais brasileiras se submetam a debates nos estados, a exemplo do que ocorre nas eleições primárias dos Estados Unidos)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vou tratar de um assunto que considero da maior importância, a eleição do próximo presidente. Quero propor a realização em nosso País de eleições semelhantes às primárias dos Estados Unidos.

Não há candidatura nata nem no PT nem em qualquer outro partido. Em relação ao próprio PT, o Presidente Lula diz que sua candidata é a Ministra Dilma. O Governo Lula se divide em antes e depois da Ministra Dilma.

O PSDB está lá com o Serra, Governador de São Paulo; com o Governador Aécio, de Minas Gerais.

O PDT está com este nome extraordinário, que é o de Cristovam Buarque, por quem tenho o maior apreço.

O PSB tem o nome de Ciro Gomes, que já teve uma belíssima votação para Presidente da República.

O Sr. Mão Santa (PMDB) – Um aparte: o PMDB tem o nome de Pedro Simon!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Mão Santa é meu grande e único cabo eleitoral.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Mas Vossa Excelência tem meu voto também, Senador Pedro Simon. Indiscutivelmente, o seu nome traria orgulho para todo o militante do Partido.

O SR. PEDRO SIMON – Vejo com muito carinho Vossa Excelência que está aqui em uma curva ascendente de credibilidade e de respeito.

O PMDB teria candidatos. O Governador do Rio de Janeiro é um belo candidato. O Jarbas Vasconcelos seria um belo candidato. O meu querido amigo Requião, do Paraná, é um Governador excepcional, de obras e realizações. O Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, seria um excepcional candidato.

A imprensa diz que o PMDB é um grande partido, mas é um partido para ser acessório, e não para ser principal. É um bom partido para dar o vice para o Partido do Lula, ou para dar o vice para o PSDB, ou para dar o vice até para uma organização de partidos nanicos. Mas não falo mais em candidatura própria do PMDB.

A Candidatura de Fernando Henrique

Volto à história. O então Presidente Itamar Franco lançou três candidatos dele: Fernando Henrique, Antônio Britto e Pedro Simon. Costurei a candidatura do Antônio Britto, um Ministro da Previdência que estava com um prestígio espetacular. O Sr. Antônio Britto ficou com receio de enfrentar o Quércio na Convenção. Ganharia brincando, candidato do Itamar, que estava no auge com o Plano Real. Ele preferiu um passarinho na mão do que dois voando. Era candidato a governador do Rio Grande do Sul, e não aceitou.

Fernando Henrique, reunido com Itamar, Britto e eu, disse: O candidato é o Britto. Eu sou Ministro da Fazenda e Ministro da Fazenda é bom cabo eleitoral e não bom candidato.

Mas o Britto caiu fora. Eu me queimei, porque estava colocando todas as fichas no Britto, e saiu candidato o Fernando Henrique. Eu apoiei o Fernando Henrique, bom candidato que era.

Lamentei quando ele fez um acordo com o PFL, que era à época representado por aquele grupo que representava a Direita. Fernando Hen-

rique riu e me disse: Então, Simon, você acha que, sendo eu o Presidente da República, o PFL vai influenciar ideologicamente o meu Governo?

Respondi: Acho. Essa turma está no Governo há cem anos. Eles vão de um governo para o outro, democracia ou ditadura. Eles vão te absorver. E absorveram.

Comecei o mandato do Governo Fernando Henrique como o seu Líder nesta Casa. Mas depois eu não aceitei quando ele vetou criar a CPI das Empreiteiras.

Mas o PMDB estava firme com ele. O PMDB ficou o tempo todo com ele. Oito anos depois, ganhou o Lula. O PMDB fechou com o Lula.

Quer dizer, os que estavam com Fernando Henrique hoje estão com Lula, apaixonados. Tudo bem, mas como é que vamos para essa eleição para presidente?

No Brasil uma eleição, cá entre nós, mesmo as mais democráticas, são de mentirinha.

Um Grande Debate Nacional

Qual é a proposta que eu faço? Que os candidatos a Presidência do Brasil iniciem um grande debate, uma espécie de eleição primária, percorrendo o Brasil, para escolher a forma pela qual um deles será o escolhido. Pode ser uma prévia, pode ser uma grande manifestação, um grande plebiscito em que os filiados de todos partidos possam votar. A fórmula eu não sei. Seja qual for, vocês já imaginaram que coisa espetacular?

Em primeiro lugar, esses candidatos iriam aos estados para debater, apresentar suas propostas. E o povo, assistindo. Então, em vez de ser uma eleição de conchavo, seria um momento espetacular. Em vez de ser uma eleição de troca-troca, seria um grande debate em torno de grandes teses.

Não podemos fazer aqui no Brasil uma coisa semelhante ao que acontece nos Estados Unidos?

O melhor local para debater as grandes teses é a universidade, que é o lugar da intelectualidade. Não se trata de ver quem bota mais povo na rua. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, no segundo, no terceiro debate, haverá muita gente, e talvez até dê certo.

Essa era a sugestão que eu queria apresentar, Senhor Presidente.

Comentários sobre a Eleição de Barack Obama

(Pronunciamento em 18 de novembro)

Senhor Presidente, a coincidência entre a crise econômica mundial e a posse, agora em janeiro, do Presidente eleito dos Estados Unidos, Obama, nos leva a fazer algumas considerações.

O mundo todo pergunta: onde foi que se originou esta crise? Foi lá, nos Estados Unidos. Porque lá os bancos de investimento não têm controle. Houve uma farra de gastos na construção civil. E, para cada dólar que o banco tinha, ele aplicava US\$30,00, US\$40,00, US\$50,00. Foi assim que se iniciou a crise.

O Presidente francês fala que o mundo deve ter uma nova es-
quematização da questão financeira e que não deve ficar apenas na
mão dos Estados Unidos. Hoje, a China tem uma grande economia; a
Índia tem uma grande economia; o Mercado Comum Europeu hoje
é uma estrutura cuja moeda, o euro, é uma realidade.

A vitória de Obama significa um fato novo muito importante. Acho que nunca a prepotência americana foi tão forte no mundo quanto na era do Presidente Bush. Foi o supassumo da vaidade, da pretensão. Vejo agora, há dez dias, as Nações Unidas se pronunciaram, todos os votos menos dois, dos Estados Unidos e de Israel, a favor do término do bloqueio a Cuba. Lá se vão 50 anos! Não há mais razão para isso! O Fidel, politicamente, não existe. A exportação de doutrina de Cuba para o exterior não existe! É um país que está lá, pacato, mas que sofre o esmagamento de um boicote cruel, incompreensível e injustificável.

Mentiras de Bush

À revelia do Conselho das Nações Unidas, à revelia do pensamento mundial, o Presidente Bush, mentindo à sua Nação e mentindo ao mundo, dizendo que o Iraque estava fabricando armas nucleares, armas de destruição da humanidade, fez a invasão. E hoje se sabe que os órgãos técnicos americanos sabiam que não era verdade!

O Obama mostrou, em sua caminhada, ser uma figura extraordinariamente profunda em questões como ética e a dignidade. Confiamos, e demais, em que ele terá condições de fazer o que se espera.

Obama tem dito que um dos primeiros atos dele é terminar com o escândalo da penitenciária de Guantánamo, em Cuba. É um terror aquele presídio onde confinam pessoas que eles pinçam do mundo inteiro, sem denúncia, sem defesa, debaixo da tortura.

Não vai ser fácil para Obama. E não vamos imaginar que ele assumirá e, no dia seguinte, as coisas mudarão. Vai levar tempo. Mas há algumas posições que dependem só dele e que são simbólicas. Se ele terminar com essa penitenciária, o mundo vai aplaudir de pé. Se suspender o bloqueio a Cuba, o mundo vai aplaudir.

Nós, da América Latina, temos uma mágoa profunda: o americano não olha para nós senão como quintal. Quando a Argentina entrou nas Ilhas Malvinas, os americanos ficaram com a Inglaterra.

O Obama pode ter uma palavra decisiva sobre a Quarta Frota, que eles querem ressuscitar, de triste memória. É essa quarta frota que o Presidente Bush, em um dos últimos atos do seu governo, quer recriar. Por que criar a quarta frota para o Atlântico Sul? Qual é o motivo? O petróleo na faixa marítima?

No caso do bloqueio de Cuba, há quase unanimidade a favor de Cuba, tirando Estados Unidos e Israel – este último porque deve sua existência aos americanos. O voto de Israel veio porque o americano lhe dá sustentação permanentemente.

Nunca vi alguém chegar a um governo com uma expectativa tão fantástica de otimismo que nem essa. O mundo inteiro Obama. A campanha do Obama foi a de alguém que tem uma grandeza de sentimento que emociona a gente. Alguém com um pai estrangeiro que casou com uma americana; de alguém que foi criado pela mãe, pela

avó; que veio do nada e que se formou em Harvard, a universidade mais importante e elitizada dos Estados Unidos. Formado em Harvard, foi para Chicago trabalhar na advocacia com gente humilde.

Tive mais conhecimento do que foi a violência contra o negro nos Estados Unidos do que Obama. Sou muito mais velho do que ele. Ele nasceu quando Kennedy e Johnson terminaram com aquele arbítrio. Eu vi lá colégio de branco e colégio de negro. Eu assisti a esse triste espetáculo lá no sul dos Estados Unidos. Obama não assistiu. Então, Obama não sente ressentimento. Ele tem grandeza espiritual.

Debates na Tevê

Quem dá a palavra final, à eleição dos Estados Unidos, são os debates de tevê. Um fala e outro responde. Foi ali que Obama revelou o pensamento dele com relação aos Estados Unidos e ao mundo.

Que bom será o dia em que, no Brasil, tivermos uma eleição assim, em que não votaremos no Duda Mendonça nem na criatura inventada pelo Duda Mendonça.

Estive nos Estados Unidos na vitória do Kennedy. Era o Presidente primeiro católico. Os evangélicos americanos são mais rígidos do que os católicos.

Lá ficou provado que se pode mudar.

Cá entre nós, no Brasil, tivemos isso um pouco. Ninguém pode deixar de reconhecer que o Lula na Presidência da República é um fato novo na História do Brasil.

Getúlio Vargas era um filho da elite, de uma família de grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul. Fernando Henrique, um grande brasileiro, é filho de um general importante.

Agora, um baixinho, sem um dedo, sem o curso primário, cuja família o pai abandonou e a mãe criou os nove filhos... Vieram em um pau-de-arara de Pernambuco para São Paulo e foram jogados naquela floresta de cimento, bárbara e cruel. Ali, fez um curso técnico de mecânico e conseguiu um emprego, no qual fez vida sindical, numa época das mais difíceis.

Há uma diferença entre Lula e Obama. Nos Estados Unidos quem manda no governo é o Presidente da República. Quem no-

meia ou não nomeia é o Presidente da República. E aqui não era o Lula. Era o PT.

PT não sabe Governar

Isso eu cobrei de Dom Evaristo Arns: Dom Evaristo, o senhor transformou as comunidades de base da Igreja em núcleos para fazer o PT. E fez. E o senhor ensinou o PT a fazer greve, a atirar pedras, a fazer oposição. Isso o senhor ensinou.

Mas por que o senhor não ensinou o PT a governar? Por que o senhor não ensinou o PT o que fazer depois de estar no Governo? A resposta dele nunca vou me esquecer na minha vida: É, Senador, o senhor pode até ter razão, mas quem via aqueles jovens do PT, o sentimento deles..

Fazer oposição no PT, na época, a pessoa que era líder sindical ganhava um empreguinho, trabalhava de graça. Não era a mesma coisa que estar no Governo, assumir um cargo de confiança, ser diretor do Banco do Brasil ou da Petrobras, receber salários de mais de R\$15 mil.

Esse PT é que fez mal para o Lula. Na época do José Dirceu, a corrupção toda saía da Casa Civil.

Como é triste a participação dos partidos no Brasil! Nos Estados Unidos, mas não dá para dizer que quem levou Bush a essa radicalização foi o Partido Republicano. Não! Ele foi muito mais radical do que o Partido Republicano!

Reparem que o Ministro de Estado, Colin Powell, o grande homem que, durante muito tempo, foi o segundo homem americano, apoiou Obama, dizendo, com todas as letras, que não concordava com o que Bush tinha feito no seu segundo governo.

Agora, aqui, no Brasil, infelizmente, é diferente. Os partidos políticos atrapalham. O PT atrapalhou muito o primeiro Governo do Lula.

Lá nos Estados Unidos, Obama representa, realmente, o que de melhor podemos esperar: dignidade, seriedade e honradez.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Aprovação do Reajuste para os Aposentados do INSS

(O Senador destaca, em pronunciamento de 19 de novembro, a aprovação de reajuste para os aposentados do INSS, mas lamenta que o Congresso Nacional não esteja legislando)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, foram uma noite e uma madrugada diferentes que vivemos nesta Casa das seis horas da tarde de ontem às seis horas da manhã de hoje.

Um grupo de parlamentares, em torno da defesa de um projeto do Senador Paim, referente ao reajuste dos aposentados, vinha mantendo um longo debate com o Ministro da Previdência no sentido de encontrar uma fórmula intermediária, se fosse o caso.

Depois de meses de discussão, o Ministro suspendeu a conversa dizendo que o Governo era contra.

Esse projeto foi aprovado nesta Casa por unanimidade. Com encaminhamento do Líder do Governo, do Líder do PT, do Líder do PMDB, favoráveis à sua aprovação.

Estamos assistindo, dia a dia, hora a hora, ao desmonte do Poder Legislativo.

Escândalo

As medidas provisórias são o maior escândalo da política brasileira. Parece mentira que lutamos, que conseguimos restabelecer a democracia, que convocamos uma Assembléia Nacional Constituin-

te, que fizemos uma nova Constituição, livre, soberana e democrática, e, ao mesmo tempo, aprovamos aqui a medida provisória, que é um escândalo maior do que o decreto-lei do tempo da ditadura. No tempo da ditadura, o decreto-lei era apresentado uma vez e acabou. Temos medidas provisórias que foram reapresentadas dezenas e dezenas de vezes.

Aqui no Brasil, uma medida provisória dá ao Presidente do Banco Central e ao Banco do Brasil condições de comprar qualquer empresa de construção civil que esteja mal, pelo preço que acharem que devam pagar, sem uma avaliação.

Aqui, o nosso pacote foi aprovado por medida provisória, como se criou uma TV pública por medida provisória, como se transformou o Presidente do Banco Central em Ministro.

Então, o Congresso é um faz-de-conta. A omissão do Congresso tem sido tão intensa que o Judiciário tem nos empurrado contra a parede.

O Congresso não tem coragem de regulamentar a fidelidade partidária. O Supremo teve que dizer que o mandato pertence ao partido político.

O Governo de Lula, o PMDB, pelo seu Presidente, o PT, o PSDB estão unidos. Fidelidade partidária, sim, mas com uma janela: um mês antes da eleição todo mundo pode fazer o pula-pula para onde quiser. É uma vergonha!

Esta Casa não legisla. Por isso, a reunião de ontem foi importante. Ela mostrou que, querendo, se pode. Das seis horas da tarde às seis horas da manhã, senadores e senadoras se revezaram nesta tribuna, debatendo e analisando as propostas dos aposentados, notadamente do querido Senador Paim. Aprovamos por unanimidade.

Na verdade, na verdade, Presidente, foi uma solidariedade à Câmara dos Deputados, que está sendo pressionada para não votar.

Então, eu ressalto a reunião desta madrugada, felicito os senadores pelo gesto. Solidariedade aos aposentados, sim! Apoio a uma classe sofrida, dolorosamente sofrida, sim!

O Congresso não Legisla

Ah se, de repente, não mais que de repente, esta Casa começasse a agir! Mais de metade das medidas provisórias que vêm a esta Casa, de acordo com a Constituição, deveria ser devolvidas ao Presidente da República, porque ou não têm o crivo da urgência ou não são matérias constitucionais.

Então, esta é uma Casa que não legisla e não decide. Meu amigo Paim, ontem, ao lado do brilho de V. Ex^a e dos líderes que aqui estavam como V. Ex^a pela luta de uma grande causa, faço questão de salientar um gesto desta Casa, que mostrou que, querendo, pode.

Sou um entusiasta da TV Senado. Ontem foi emocionante. Às quatro da madrugada, o Senador Mesquita começou a ler a série de mensagens que havia recebido do Brasil inteiro, de pessoas que, às quatro horas da madrugada, estavam reunidos em torno da televisão assistindo e felicitando esta Casa.

Acho muito difícil ter tido outra ocasião em que o povo acompanhou tão de perto o trabalho desta Casa como ontem, das seis da tarde às seis da manhã, votando a proposta do Senador Paim.

A grande verdade é uma só: o Governo está governando por medida provisória por causa da nossa omissão, porque não temos coragem de tomar posição.

Faço justiça ao atual Presidente do Senado, que tem sido duro, até às vezes demais, sobre esse assunto. Ao Presidente Lula ele disse: Governar com medida provisória é governar como governava a ditadura.

A Ditadura dos Líderes

Temos hoje um quinto poder: temos o Executivo, temos o Legislativo, temos o Judiciário, temos a Imprensa e temos os líderes. Os líderes é que mandam!

Os líderes se reúnem e decidem se vai ter votação ou não. Decidem se votam contra ou a favor, se rejeitam ou aprovam.

Por que os líderes, que têm toda essa força, não o usam para que se respeite este poder com relação às medidas provisórias, que são indecorosas?

Eu era a favor da criação de uma TV pública. Mas por medida provisória? Seria uma criação espetacular. Poderia ser uma espécie

de BBC brasileira para revolucionar um país como uma extensão continental, que está subjugado pelas novelas. Eu era totalmente favorável. Mas o que aconteceu?

Por que os Líderes, que proibiram a criação de uma CPI, não agem com relação ao escândalo do exagero das medidas provisórias?

Isso ocorre porque o Governo sabe que faz o que quer, porque sabe que não enfrentará dificuldades no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Valorização da Pessoa com Deficiência

(O Senador agradece, em pronunciamento feito no dia 2 de dezembro, o trabalho louvável das entidades que trabalham no Brasil pelas pessoas com deficiências, e cita vários exemplos de superação)

Senhor Presidente, distintas autoridades representativas que nos honram com suas presenças, senhoras e senhores, hoje é um desses momentos em que esta Casa interpreta um grande sentimento da sociedade brasileira.

Hoje, não somos nós que estamos homenageando os ilustres representantes das organizações, que tratam das pessoas com deficiência, são os senhores vindo aqui que nos dão a honra de recebê-los, que nos dão uma aula, uma demonstração de civismo, de grandeza, de beleza, que mostram que este nosso País tem histórias magníficas.

Lamentavelmente, nós temos uma fobia no Brasil pela notícia negativa. Nós não publicamos as realizações de entidades extraordinárias, com seus exemplos monumentais de grandeza e de superação dos obstáculos da vida.

Hoje, aqui no Senado, e por meio da TV Senado, as pessoas que nos assistem no Brasil inteiro, estão a entender e a compreender que neste País nós temos uma infinidade de pessoas que, atingidas pela fatalidade, dão uma magnífica demonstração de resistência, de luta e de superação.

E a história da humanidade está a demonstrar que muitas vezes, assim como Beethoven, surdo, compôs sua sinfonia mais espetacular. Exemplos como este nós temos pelo Brasil e pelo mundo.

Foi dito aqui e foi muito bem dito: o Presidente Roosevelt, reeleito várias vezes Presidente da República, inválido, numa cadeira de rodas, derrotou quem parecia impossível, Hitler, e comandou os aliados na sua resistência e na conquista da sua vitória, começando na hora mais trágica dos Estados Unidos, a recessão de 1929, e transformando aquela nação que praticamente caía no abismo.

Os jogos paraolímpicos mostraram que, exatamente, esses deficientes mostram que o Brasil é uma nação importante, disputando os primeiros lugares.

Exemplo de Superação

Eu me formei no ginásio e, depois, na faculdade de Direito com meu colega Valquírio Bertoldo, o primeiro advogado cego do Brasil. Era impressionante a capacidade da sua memória que captava tudo. Formado advogado, meu colega de escritório, a primeira causa que ele pegou, em 1959 ou 1960, foi a das vítimas da talidomida. Um grande número de crianças, cujas mães usaram o pseudorremédio, nasceram com uma deficiências. Ele obteve uma vitória espetacular lutando contra um laboratório de uma multinacional que tinha certeza que jamais perderia a ação.

Não entendo por que a imprensa nacional tem uma paixão pela má notícia e não mostra, ao lado disso, tantas e tantas histórias fantásticas que podem servir de exemplo de grandeza para o Brasil e para o mundo.

Quando o Papa esteve no Brasil, ele foi a uma cidade do interior de São Paulo conhecer uma colônia da igreja voltada para dependentes de drogas. Foi com sua ida que a imprensa falou, pela primeira vez, daquela colônia em que milhares de jovens já foram salvos pela abnegação e pela dedicação de grande número de brasileiros.

Meus irmãos, a História do mundo nos mostra que grandes e fantásticos avanços são conseguidos, exatamente, por pessoas que podem ter uma deficiência, mas se superam e, se superando, vão adiante.

Sim, eu creio que os senhores, meus irmãos, estão fazendo esta convocação. Primeiro a nós, que, às vezes, temos olhos, mas não enxergamos o que é, e sim o que queremos ver; que temos ouvidos, mas não escutamos o sentimento da amargura nas ruas, mas o que queremos ouvir; que temos boca, mas não falamos uma palavra de carinho e de conselho ao nosso irmão que precisa.

Por isso, meus irmãos, venho aqui trazer um agradecimento. Para mim, todos os anos, quando compareço a esta reunião, é uma aula que recebo. É um choque no meu sentimento, na minha vaidade, que me diz: Olhe e veja o que você pode fazer. Olhe para as pessoas que estão aí, com exemplos fantásticos de superação, e olhe para o que falta e para aquilo que você podia fazer e não faz!

Leio e repito isto dezenas de vezes ao longo da minha vida. É anônimo e diz o seguinte:

Ninguém é tão forte que nunca tenha chorado.
Ninguém é tão fraco que nunca tenha vencido.
Ninguém é tão autossuficiente que nunca tenha sido ajudado.
Ninguém é tão inválido que nunca tenha contribuído.
Ninguém é tão sábio que nunca tenha errado.
Ninguém é tão errado que nunca tenha acertado.
Ninguém é tão corajoso que nunca teve medo.
Ninguém é tão medroso que nunca teve coragem.

Conclusão: ninguém é tão alguém que nunca precisou de ninguém.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Formação do Governo Barack Obama

(Num pronunciamento feito no dia 5 de dezembro, o Senador analisa a formação do gabinete de Obama, sugere a realização de primárias no Brasil e recorda fatos sobre a fundação do PMDB)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, estamos vivendo um momento de definição do novo Governo dos Estados Unidos. Acho que o Presidente Obama está demonstrando uma capacidade extraordinária de liderança ao montar seu gabinete. Não tem medo de buscar os melhores nomes para qualquer posição, temendo que alguns deles possam ofuscar sua liderança.

Pessoas acham que, por ter trazido a ex-Primeira-Dama, Hillary Clinton, para tratar das relações exteriores, ele está abrindo mão do poder. E que, como ela é muito conhecida e fez grandes relacionamentos, nos oito anos do seu marido no governo e nos seus quatro anos de Senado, no mundo inteiro, o que não acontece com Obama, ele vai se sentir diminuído.

Penso o contrário. A Senhora Hillary Clinton, que foi crítica do seu programa de governo nas primárias, está ali, num cargo mais importante.

Por que o Brasil não copia isso? Antes de indicar a mulher do ex-Presidente para o cargo, foi feita uma auditoria na fundação que o ex-Presidente tem, no dinheiro que ele arrecada no mundo inteiro, nas viagens que ele faz para o exterior, inclusive a convite de entidades e governos estrangeiros. E o Presidente Clinton assumiu uma série de responsabilidades sobre o que ele vai fazer enquanto

a mulher dele for secretária de Estado. Ele vai se comprometer a não viajar mais para o exterior em viagem paga por nenhuma entidade estrangeira.

Aliás, a imprensa publica que o Sr. Obama determinou uma triagem em todas as pessoas que vão ocupar cargos em seu governo. Será feita uma triagem completa de todos os que estão sendo convidados. Isso o Brasil poderia copiar.

Quero dizer que isso que o presidente americano está fazendo é espetacular e podíamos adotar aqui. Escolheu grandes nomes, inclusive, para terminar com a guerra no Iraque, manteve um homem do próprio governo Bush. Ao reunir pessoas de pensamentos divergentes Obama mostra competência. Não é todo mundo pensando igual. A decisão final vai ser dele. Obama tem razão quando diz: Não esperem milagre. Numa crise estrambólica como essa, não esperem milagre.

Confio no presidente americano, não em milagre.

Lembro da vitória de Kennedy e do seu discurso: não perguntes o que o país pode fazer por ti, mas o que tu podes fazer pelo teu país.

Estive nos Estados Unidos e assisti o drama racial. Vi em Dallas e em todo o Sul, o que era a discriminação racial. Vi ônibus de brancos e ônibus de negros; colégio de brancos e colégio de negros.

Voltei lá depois e vi aprovada a lei, os ônibus escolares de negros, cercados de tropas militares, irem lá no colégio de branco para eles estudarem lá.

Os americanos inteligentes, espertamente, criaram uma elite afro-americana nas suas universidades. Os Estados Unidos deram oportunidade a muitos jovens da África estudarem nos Estados Unidos e se prepararem para voltar. O pai de Obama foi um desses.

Obama não tem aquela mágoa que tinha Luther King, a amargura da discriminação. Ele tem a grandeza de dirigir um país sem racismo.

Uma frase da Senhora Hillary Clinton é chocante: "O mundo precisa dos Estados Unidos e os Estados Unidos precisam do mundo". A verdade é que nós vivemos uma hora em que o mundo pode precisar dos Estados Unidos, mas o mundo não se resume aos Esta-

dos Unidos. A Comunidade Européia é uma realidade. A decisão política mais espetacular do século passado talvez seja a Comunidade Européia.

Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, países que passaram séculos se odiando, têm uma moeda única, um Parlamento único. E vejam como estão enfrentando a crise.

China, Índia, Rússia e Brasil são importantes agora, como países emergentes.

Cuba, Iraque e Palestina

Espero do Presidente Obama algumas decisões. A primeira: o fim do bloqueio a Cuba, decisão dele, que não depende de ninguém.

Obama está tomando algumas decisões positivas. Primeira: ele deu ao Embaixador dos Estados Unidos na ONU o *status* de Ministro. Disse com toda clareza: A ONU é que decide as grandes questões internacionais e nós queremos estar junto com ela. Age ao contrário do Bush.

Agora vem o Bush pedir desculpa ao mundo. Se há um ato, nos meus oito anos de governo, pelo qual eu gostaria de pedir desculpa, disse Bush, é pela guerra do Iraque, porque eu fui mal informado.

Mentira do Bush, porque a imprensa já explicou que, quando ele determinou o bombardeio ao Iraque, ele já sabia que não havia lá fabricação de armamentos químicos.

Não aceitaram a decisão do Conselho da ONU contra a intervenção. Veio a guerra, que eles pensavam que dominariam em meses. Mas está lá mais um grande fiasco do governo americano.

Obama tem de encontrar uma fórmula no sentido de terminar com essa guerra do Iraque. Fará um grande favor à nação e ao povo americano.

Com a escolha da Hillary para Secretária de Estado das Relações Internacionais, Obama pode determinar o entendimento no Oriente Médio. Foi o marido dela, Clinton, que promoveu o grande entendimento entre Israel e a Palestina.

Quando Bush entrou, estava praticamente a caminho o desentendimento. Bush fez questão de humilhar. Dá para entender que não foi Israel que começou o conflito depois do grande entendimento de Clinton. Foi Bush que instigou para que tudo acabasse e resultasse no que resultou.

Candidato, Obama esteve lá em Israel e na Palestina e fez uma reunião espetacular. Reuniu judeus, palestinos e representantes católicos, cristãos, maometanos, muçulmanos, e todos ali prestaram homenagem a ele.

Tenho certeza de que os israelitas, os palestinos, o mundo inteiro estão nesta expectativa: cumprir uma decisão ocorrida lá no início, quando Oswaldo Aranha, o gaúcho brasileiro, presidente da ONU, criou o Estado de Israel. Mas o que a gente não diz é que ele criou o Estado de Israel e criou o Estado palestino. Só que o Estado de Israel foi instituído, e o palestino até hoje não.

Fim do bloqueio a Cuba, fechamento de Guantánamo, o término da Guerra do Iraque e busca de diálogo no Oriente Médio. Seria um grande início.

Para resolver os problemas mais cruéis da humanidade são necessários US\$600 milhões. Um trilhão e seiscentos bilhões de dólares é o que os Estados Unidos vão gastar para resolver a crise do sistema financeiro, que o chantageou. Onde estava o governo americano, onde estavam os economistas e os intelectuais? Por que não chamaram a atenção para o fato de que a crise estava crescendo?

Com uma quantia como essa, os americanos poderiam resolver o problema de 50 milhões de americanos que não têm seguro saúde. Lá é pior do que no Brasil! O Brasil tem um SUS com defeitos, mas é universal o direito à saúde e à assistência.

Quarta Frota

Uma outra atitude do novo presidente americano refere-se à Quarta Frota que Bush quer recriar. A troca de quê? Nem digo que o Presidente Obama suspenda, mas que pare com ela. Há tempo para a gente analisar isso.

O embaixador americano, na época do golpe que derrubou Jango, escreveu que a Quarta Frota entraria aqui se Jango tivesse resistido.

Fui contra a guerrilha, contra a guerra civil, fui a favor de lutar democraticamente para restabelecer a democracia mesmo vendo um general substituindo outro no nosso governo, vendo a Igreja, a grande imprensa e o empresariado fechados com o governo; vendo a força americana fechada com os governos do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai.

Quando me criticavam, eu respondia: vocês acham que o Brasil pode copiar o exemplo de Cuba? O Brasil é um continente!

Hoje, os americanos têm a segunda frota, que é para a América toda, mas está baseada lá em cima, no México. Para que querem criar uma tropa naval só na nossa região? Qual é o inimigo?

Já se fala que é por causa do pré-sal, que está ali pelas trezentas e cinquenta milhas, tanto que o governo já entrou na ONU com um estudo no sentido de que as duzentas milhas podem se prorrogar até trezentas e cinquenta.

Lição de Democracia

Sou um homem espiritualizado, confio na força das idéias e vejo nesse Presidente Obama um homem com uma determinada predestinação. Negro; o nome dele soa subversivo; o pai dele era muçulmano. Que lição de democracia os Estados Unidos nos deram!

Ah, se nós pudéssemos copiar as coisas boas, como as primárias americanas!

Se não houvesse primárias, não haveria Obama. A Senhora Hillary Clinton tinha a unanimidade do partido Democrata. A elite, a intelectualidade do Partido Democrata estava fechado com ela. Obama se lançou para fazer nome. A vida pública dele resumia-se a quatro anos de senador.

Mais espetacular ainda foi a disputa entre Obama e o candidato do Partido Republicado. A decisão não foi no dinheiro. Saiu dos quatro debates entre os dois em cadeia de televisão, de costa a costa.

Obama deu um *show* na televisão. A primeira eleição que Lula ganhou foi vencida pelo homem de sua publicidade, que criou Luli-

nha Paz e Amor; barbinha bem aparada, roupa moderna, os melhores alfaiates.

Assim é a eleição no Brasil. Vocês estão vendo o cidadão falando no programa de televisão, mas ele está apenas lendo o que parece no *teleprompter* que está na frente dele.

Primárias no Brasil

Acho que no Brasil, depois de cinco eleições em que o Lula figurou na chapa, seria muito positivo se fizéssemos as primárias.

Concordo quando se diz que a governabilidade, hoje, neste País, passa pelo PMDB. Se o PMDB aqui no Congresso fosse oposição, o *impeachment* já tinha acontecido.

Quando o PFL estava estudando com seus advogados o pedido de *impeachment*, eu fui lá na reunião deles e disse: Vocês estão enganados. *Impeachment* não é questão de jurista. Bato o requerimento aqui, mas precisa ter embasamento. Como é que vocês vão agora, pura e simplesmente, pedir o *impeachment* do Lula. Baseado em quê? Eles concordaram e retiraram.

Se o MDB tivesse entrado na tese do *impeachment*, o *impeachment* teria passado, e o Lula não seria mais Presidente. E não sei aonde nós iríamos terminar.

O PMDB é um partido que tem essa credibilidade. Assim como foi o PMDB que deu força para o *impeachment* do Collor. Foi o PMDB que deu sustentabilidade para entrar o Itamar e o Itamar poder governar. Imagina se o MDB não tivesse dado apoio para o Itamar, o que o Itamar ia fazer?

O PSDB já entrou no Supremo com um pedido para saber se pode fazer primária. Pode. O PMDB já fez. Na última eleição, fizemos a primária entre o Garotinho e o Rigotto. Saiu a primária. É verdade que depois não saiu convenção, mas a primária saiu. Sem problema nenhum. Andaram pelo Brasil inteiro.

Agora, o que se defende é um pouco diferente. Ainda não há candidato natural à Presidência. Mas, quando existirem, a gente faz a primária. Vamos estudar a fórmula de chegar a um entendimento.

Para o PMDB, seria ótimo se todos os filiados pudessem votar.

Vamos fazer uma grande pesquisa. Quem ganhar, ganhou. Nós poderemos percorrer o País num grande debate. Imaginem no Brasil, duas, três frentes... Vamos para um grande debate. É muito melhor do que conchavo.

O PMDB tem de se reunir. Na quarta-feira, fizemos uma reunião muito bonita. Estavam os senadores, deputados, prefeitos e ministros. Bonita reunião, mas ninguém falou nada. Nós temos todas as condições de ser um partido. É verdade que, desde as mortes do Dr. Ulysses e do Dr. Tancredo, o MDB perdeu o comando nacional. Isso tem um lado positivo: todos os estados têm grande força, têm grandes lideranças, mas falta uma coordenação nacional.

Convém reparar que a coordenação nacional que falta não é fruto da guerra interna, porque a imprensa dá a entender que é uma briga de estado com estado. Não é verdade. Nós não temos briga.

Briga tem o Governador de São Paulo com o Governador de Minas Gerais.

A Criação do PMDB

Eu me lembro de que, como agora, nesta hora que estamos vivendo, estávamos nos aproximando do recesso, quando se votou, no Congresso, a extinção da Arena e do MDB. O Senador Sarney foi para a tribuna defender a extinção da Arena, e eu fui falar em nome do MDB, contra. Eu me lembro da frase que disse ao líder, nunca me esqueço: Até nas flores se nota a diferença de sorte. Umas significam a glória, outras significam a morte. V. Ex^a vem a esta tribuna defender a extinção do seu partido, o maior partido do Ocidente. E venho eu a esta tribuna defender a permanência do meu partido.

Quando extinguímos os partidos, íamos entrar em recesso. Para o Dr. Ulysses, não se tinha mais o que fazer. O Teotônio veio ao meu gabinete: Temos que fazer alguma coisa, nós não podemos ir para casa agora, porque quando nós voltarmos, em março, não sobrar nada.

Decidimos lançar o sucedâneo. O novo partido não tinha nome era apenas o sucedâneo. Marcamos uma reunião para o fim de janeiro. O apelo era que ninguém do MDB tomasse posição antes dessa reunião. O PDT e o PT estavam correndo feito doidos para pegar a

nossa gente. E a nossa gente estava no ar, dispersa, sem saber o que fazer. Decidimos lançar o sucedâneo.

Convocamos a imprensa. Aí, quando fomos lá, eu disse: Vamos buscar Ulysses, Teotônio.

Havia uma implicância entre os dois. O Dr. Ulysses tinha implicância com todo mundo que podia ser candidato a Presidente da República junto com ele: com Brizola, com Tancredo, com Montoro, com Covas, com Arraes, com o Teotônio!

Aí o Teotônio disse: Simon, deixa o velho lá, ele não quer mais nada, lança tu! Lança tu! Eu digo: Não, Teotônio! E ele: Ele não vai vir!. Eu disse: Bom, se ele não vier, é outra coisa. Agora vamos lá convidá-lo ele para vir. Fomos lá. O Dr. Ulysses aceitou. O Dr. Ulysses se reanimava quando via o povo. Quando ele viu aquele salão lotado de gente, de repente, virou outro Ulysses, rejuvenesceu quarenta anos e lançou o sucedâneo. E aquilo nos salvou.

Vimos aqui em janeiro, decidimos fundar o partido, demos o nome de PMDB e fundamos o maior partido que existe. Vamos marcar uma reunião para janeiro ou fevereiro, convidar todo mundo para vir aqui e vamos conversar. Acho que seria uma grande coisa. O eleitorado tem o direito de esperar isso de nós, porque as pessoas dizem: vocês tiveram uma vitória espetacular, mas ninguém fala nada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Dúvidas sobre a Morte de Jango

(Em pronunciamento feito no dia 8 de dezembro, o Senador das dúvidas que pairam 33 anos após a morte do ex-Presidente João Goulart e lamenta a falta de consistência ideológica dos partidos políticos brasileiros)

O ex-Presidente João Goulart faleceu em 6 de dezembro de 1976, na Argentina. As notícias iniciais foram de enfarte, mas, surpreendentemente, naquele país, não fizeram uma autópsia. Nós, no Brasil, pedimos ao Governo brasileiro que fizesse, mas ele também não a fez.

Havia uma notícia muito grave falando de assassinato do ex-Presidente. Um cidadão uruguaio, preso numa penitenciária do Rio Grande do Sul, contou que teria participado de um esquema para assassinar o Presidente João Goulart.

Uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul está fazendo esse estudo para se descobrir o que na verdade aconteceu.

Hoje está provado que o gesto do Presidente João Goulart de não resistir ao golpe foi de uma responsabilidade extraordinária. Porque se ele tivesse resistido, conforme diz livro do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, a Quarta Frota – que querem recriar agora – estava no mar brasileiro pronta para intervir.

Eu ainda espero que se faça o devido estudo do que teria sido o assassinato do Presidente.

O enterro do Presidente Jango foi difícil. O Governo brasileiro não queria deixar vir o corpo. Depois, com o nosso esforço, liberou a vinda, mas o carro que trouxe o corpo passou pela ponte Uruguaiana/ Paso de los Libres em alta velocidade, chegando a São Borja com a determinação de que o corpo, em dez minutos, teria de ser enterrado.

Todos os agrupamentos do Exército, naquela região – Uruguaiana, Alegrete, Santiago, São Borja, Quaraí, Itaqui – foram deslocados para São Borja.

Quando o cortejo passou pelo centro da cidade, o povo fez parar o carro, pegou o caixão, as portas da igreja se abriram, e colocaram na igreja o corpo de João Goulart.

Nas Mãos do Povo

A multidão era incalculável. O povo pegou o caixão e fomos caminhando da catedral até o cemitério. Lá, também à revelia, eu fiz um pronunciamento. Quando terminei de falar, passei a palavra ao Dr. Tancredo Neves, que fora ex-Primeiro Ministro de Jango. Só depois, nós o enterramos.

A missa de sétimo dia, na catedral de Porto Alegre, foi cercada por tropas do Exército. A quantidade de gente era imensa. De repente, o Exército começou a bater no povo. Jovens apanharam dentro da catedral de Porto Alegre, em uma missa pela morte do ex-Presidente, rezada pelo Cardeal Dom Vicente.

Por isso, quando vejo os Estados Unidos falarem novamente na criação da Quarta Frota, eu pergunto: para quê?

Naquela época, realmente, o Cone Sul era uma mancha terrível no mapa da humanidade: Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, viviam sob ditaduras brutais. Os Estados Unidos tinham no Panamá uma escola que treinava torturadores. Os oficiais iam do Cone Sul para aprender o que mais brutal existia de violência e tortura.

Há de se conferir uma expectativa na posse do Sr. Obama. Ao longo do tempo, não vi nenhum grande gesto dos Estados Unidos em prol da humanidade. Nem para resolver o problema da fome no mundo. Ao contrário: algumas das grandes crises do mundo foram insufladas pelos Estados Unidos. No Oriente Médio, por exemplo.

Repito aqui: é o caso de terminar com o bloqueio de Cuba.

Volto a esta matéria porque os jornais de domingo dos Estados Unidos publicaram que há lá uma maioria a favor de se terminar com o bloqueio. O interessante é que a imensa maioria dos pesquisados está na Flórida. Está aí uma decisão que o Presidente Obama pode tomar com a mais absoluta tranquilidade.

O fim do PT

Hoje, o *Jornal do Commercio* publica entrevista do Senador Paulo Brossard, um homem extraordinário. Brossard é um prosador espetacular e tem uma memória invejável. O Brossard, falando, ensina. Hoje, ele diz no *Jornal do Commercio* que, no Brasil, os partidos políticos não existem. É uma triste realidade!

Quando o Ato Institucional nº 2 terminou com os partidos políticos, Arena e MDB passaram a fazer as vezes de partidos políticos!

O MDB chegou a ser um grande partido político! E quando estava atingindo o seu auge, uma lei o extinguiu. E estão aí esses partidos.

O grande escritor português Saramago diz a mesma coisa: no Brasil, os partidos políticos não existem. Havia um: o PT. Na oposição, era um grande Partido. Com alguns exageros. Não votaram em Tancredo para Presidente da República. Se todos seguissem o que queria o PT, estariam votando no Maluf. Não votaram a Constituição. Mas o que é que eles queriam? Que ficássemos sem Constituição? Que a Constituinte não desse em nada?

Aí, o PT chegou ao Governo e desmoronou. Como Partido, como história, não existe!

A gente olha para o mundo e pergunta: não há mais Esquerda, não há mais Direita?

Sim, mas há princípios.

O PT ficou isolado.

Há uma diferença entre o Governo Lula com a Dilma e o Governo Lula com o antigo Chefe da Casa Civil, que era um homem da direção partidária. O PT estava na Casa Civil. A Sr^a Dilma não é do comando partidário. O Ministro anterior quase levou o Presidente Lula ao *impeachment*.

Repito: o PT desapareceu. Não há um ato, uma ação, uma política do PT. O que há no PT hoje é o Senador Paulo Paim defendendo

as idéias históricas do PT. E o Senador Paulo Paim é uma figura olhada com restrições por parte do Governo.

Onde está o Partido, onde é que está a bancada do PT, onde está o diretório do PT?

Não existe mais aquele PT de oposição que eu olhava com admiração e respeito.

Ah, se o Presidente Lula não tivesse deixado os princípios da ética do lado de fora antes de ir para o Governo! Ah, se o pragmatismo não tivesse dominado o espírito do Presidente Lula e ele fosse um pouco mais fiel ao seu passado! Como seria diferente a situação hoje!

O grande erro do MDB foi não ter a coragem nem de ter ficado no governo, nem de ter saído do governo. Ficou com um pé dentro e um pé fora, mas nunca fomos governo. Parte do PMDB esteve no governo, mas todo aquele espírito de luta implodiu. Tivemos um grande mérito no Governo do Dr. Sarney. O Dr. Sarney fez um grande trabalho, mas ele não era o Dr. Tancredo, e pagamos o preço daquele tempo.

O Senhor Quércia, com os seus equívocos no governo e suas divergências fez nascer o PSDB.

O PT é igual ao PSDB

Olho para o Governo do Fernando Henrique e olho para o Governo do Lula e não vejo grande diferença. Ambos merecem o Líder que tiveram, o Senador Jucá. Ele foi Líder do Fernando Henrique, e é Líder do Lula. E o que é mais interessante: não dá nem para dizer que o Senador Jucá mudou as posições dele. Se vocês olharem os discursos do Senador Jucá como Líder do Fernando Henrique e os discursos do Senador Jucá como Líder do Lula, vão ver que é a mesma coisa. Ele não mudou! Na verdade, ele não mudou, porque não há nada mais parecido com o Governo Fernando Henrique que o Governo do Lula. Essa é a verdade.

Então, o Brossard tem razão quando diz que os partidos não existem. E eu acho que, se nós conseguíssemos realmente fazer uma eleição primária a situação mudaria.

Fora das Páginas Policiais

No PT há a Ministra Dilma. Desde que ela chegou à Casa Civil, o Governo saiu das páginas policiais. Mas acho que uma coisa é a Ministra Dilma ser imposta ao PT porque o Lula quer e outra é se houver uma primária e ocorrer um grande debate. Acho que ela ganha.

O Senador Cristovam, praticamente candidato do PDT à Presidência da República, já disse que concorda com as prévias. A informação que tenho é que o Deputado Ciro Gomes, praticamente candidato do Partido Socialista, já disse que concorda. A nossa querida Senadora Presidente do PSOL já disse que concorda. Então, podemos caminhar para isso.

Se a gente percorrer o Brasil e começar a debater, vai ser muito difícil acontecer como aconteceu no MDB na última eleição. O MDB chegou a fazer uma prévia, com Rigotto e o Garotinho, mas depois não fez convenção porque se sabia ia ganhar.

Que bom seria se a gente conseguisse fazer umas prévias a valer no Brasil! Mudava este País. Se não houvesse primárias, como ganharia da Clinton? Todo o comando do Partido Democrata estava com a Srª Clinton.

Eu gostaria de ver no Brasil o Serra, o Aécio, o Cristovam, os homens que representam os grandes partidos, envolvidos num grande debate empolgando este País, debatendo com profundidade a realidade brasileira.

Vou encerrar, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

Homenagem à Rede Sarah de Hospitais

(O Senador destaca, em pronunciamento em 11 de dezembro, a excelência do atendimento prestado pelos hospitais da Rede Sarah)

Senhores e Senhores, a Rede Sarah de hospitais é um exemplo de que nós, no Brasil, podemos ter um serviço de primeiríssima qualidade em saúde.

Em um outro pronunciamento que fiz, disse que o Brasil mostra exemplos excepcionais em certos setores da atividade. A Petrobras é um deles. A Petrobras, ao buscar petróleo em águas profundas, a sete mil metros de profundidade, realiza um feito fantástico.

A Rede Sarah de Hospitais faz isso no campo da saúde. Na primeira vez em que cheguei lá, fiquei impressionado com aquele tapete branco, para evitar infecção, que é colocado na porta, e que de vez em quando era trocado.

É impressionante vermos o amor que os funcionários têm pelo Sarah. Primeiro, para trabalhar no Sarah tem que ser trabalho exclusivo. Não tem médico que trabalha quatro horas no Sarah e cinco horas no seu consultório, não.

É impressionante vermos que, lá, a pessoa mais humilde tem o mesmo tratamento da pessoa mais importante. Ali, o companheiro que vai ficar ajudando tem que botar a roupa do Sarah; se vai ao restaurante não se sabe quem é rico, quem é pobre, quem é branco, quem tem dinheiro, quem não tem dinheiro. É todo mundo com a mesma roupa e comendo a mesma comida. Esse é o Sarah!

Com toda sinceridade, acho que o senhor, Dr. Aloysio, é uma pessoa realmente notável! Vejo o seu trabalho nesses anos todos, ali. Sua dedicação de uma vida em busca da perfeição no tratamento da pessoa que chega ali, de repente, deitada, sem poder ter nenhum movimento.

Quando vejo a diferença entre a pessoa que chega, pensando no fim da vida, e a pessoa que sai, nem sempre curada, mas com a esperança, aumenta a minha admiração pelo Sarah.

Se fizerem um levantamento dos custos do Sarah, vamos ver que custa menos que qualquer outro hospital, porque sua eficiência é real. Enquanto se vêem casos de contaminação tão graves em alguns hospitais, no Sarah é índice praticamente zero.

Hoje é um dia que vale a pena olharmos para o nosso País e analisar aonde chegaremos. E chegaremos muito longe! Estamos às vésperas de sermos a oitava economia do mundo, passando a Espanha, passando Canadá e rumo, com a China e a Índia, às grandes potências do futuro. O Sarah é o exemplo do que faremos antes de chegar lá.

Assim, é com muita alegria que me encontro aqui na condição de orador nesta solenidade que em homenageamos uma das mais destacadas instituições brasileiras. A Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação é uma instituição de primeiríssima linha, que enche de orgulho o povo brasileiro e vem obtendo para o nosso país pleno reconhecimento internacional.

Muito obrigado.

A Participação dos Gaúchos no Desenvolvimento de Mato Grosso

*(Em pronunciamento feito no dia 11 de dezembro,
o Senado enaltece a participação dos migrantes
gaúchos no acelerado processo de desenvolvi-
mento vivido pelo Estado de Mato-Grosso a partir
dos anos 70)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, dou sequência a uma série de pronunciamentos que comecei. E pretendo ir adiante, mostrando a história do Rio Grande do Sul e dos milhões de rio-grandenses que saíram do Rio Grande do Sul, primeiro, para Santa Catarina e Paraná; depois, para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins; depois, para Bahia, Piauí, Maranhão, Rondônia, Roraima, e que escreveram uma nova história para este País.

Não há na história do mundo caso semelhante ao que está acontecendo no Brasil com os migrantes gaúchos que formaram uma nova civilização pelo interior do País e que, com seus CTG, mostram realmente algo que é digno de respeito e de admiração.

Já fiz extensos pronunciamentos sobre o que venho chamando de diáspora do povo gaúcho, o monumental processo de migração que, desde o início do século passado, fez com que centenas de milhares de famílias de agricultores gaúchos fossem buscar terra em outras Unidades da Federação.

Estima-se hoje que são dois milhões de gaúchos vivendo fora do Estado. Um em cada dez gaúchos saiu do Rio Grande e foi viver nos mais remotos rincões do território brasileiro.

Nos meus pronunciamentos anteriores, fiz questão de realçar a importância desses nossos conterrâneos que, com seu trabalho árduo e amplo conhecimento de agricultura, transformaram em celeiros todos os Estados para os quais se transferiram. Aliás, não só para os outros Estados brasileiros. O mesmo fizeram as dezenas de milhares de gaúchos e seus descendentes de Santa Catarina ou do Paraná que migraram para o norte da Argentina, oeste da Bolívia e para o Paraguai.

No primeiro pronunciamento, esbocei em traços largos a migração dos sul-rio-grandenses para todo o País; no segundo, tratei especificamente de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Distrito Federal.

Quando me preparava para elaborar um estudo sobre a presença dos gaúchos na chamada Amazônia Legal, deparei-me com um fato que me surpreendeu: a participação maciça dos meus conterrâneos no extraordinário progresso de desenvolvimento vivido pelo Estado de Mato Grosso nas três últimas décadas.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT/AM) – Senador Pedro Simon, eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse um aparte.

Senador Pedro Simon, já que Vossa Excelência está falando da história, da cultura e da coragem, da audácia dos brasileiros gaúchos, quero fazer o registro da existência de um centro de cultura que há no sul do Estado do Amazonas, no Município de Apuí.

Apuí é resultado da migração, desse deslocamento ocorrido no final dos anos 70, início dos anos 80, de um número expressivo de gaúchos que formaram esse município. É um município rico na produção de grãos, está ali colado com o sul do Pará e com o norte de Mato Grosso, compõe-se de brasileiros que desbravaram pelo Inca, e é uma cidade muito importante hoje.

Lá existe um centro, um CTG atuante, e eles têm uma dança expressiva no município. O município faz a sua festa principal com a presença do grupo, da dança desse povo que hoje tem uma produ-

ção de grãos significativa no Estado do Amazonas. Lá não vivem só gaúchos, mas predominou o deslocamento dos gaúchos. A cidade começou com um pequeno projeto de assentamento que se transformou em importante município no sul do Estado do Amazonas.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço muito o aparte. Digo a Vossa Excelência que também estou fazendo um estudo especificamente sobre o Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, onde os gaúchos também exerceram uma presença muito impressionante.

Quero dizer que a história da diáspora gaúcha, eu já tinha noção do seu papel em Mato Grosso, mas fiquei surpreendido com a grandeza dos números a que tive acesso. Para começo de conversa, basta dizer que moram hoje naquele Estado cerca de cem mil rio-grandenses. Repito: cem mil sul-rio-grandenses.

No dia de hoje, concentrar-me-ei em Mato Grosso e na migração dos gaúchos que para lá foram, gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul e gaúchos e filhos que primeiro foram para Santa Catarina e Paraná e, de Santa Catarina e Paraná, foram para Mato Grosso.

Segundo o IBGE, no ano de 2000, 340 mil gaúchos moravam em Santa Catarina e 310 mil gaúchos moravam no Paraná.

Os sulistas, os gaúchos catarinenses e paranaenses, por sua vez descendentes de sul-rio-grandenses, formam uma comunidade numerosa bem sucedida em Mato Grosso.

A Família do Governador

A força política dessa gente está provada pela eleição de vários Senadores, Deputados Federais e Estaduais nascidos num destes três Estados do Brasil: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Um dos maiores exemplos do que estou afirmando aqui é justamente o Governador de lá, Blairo Maggi. Ele saiu do Paraná e a família dele saiu do Rio Grande do Sul, inclusive lá da minha cidade de Caxias do Sul e de Torres. A família Maggi é do Rio Grande do Sul, com ramificações em Caxias e Torres.

O pai do Governador, André Antônio Maggi, e sua esposa, D. Lúcia Borges Maggi, agricultores pobres, migraram do Rio Grande do Sul para o Paraná. Lá, na cidade de São Miguel do Iguçu, nasceu

em 1956 o atual Governador. No começo da década de 70, os Maggi partiram e, mais uma vez, deixaram o Paraná e se dirigiram a uma região inóspita e pouco ocupada no Mato Grosso.

Em 1973, fundaram uma empresa de produção de sementes de soja. O negócio prosperou, dando origem ao atual Grupo Amaggi, grande produtor e exportador de soja do País, com atuação em diversas atividades.

Blairo Maggi, que herdou a vocação empresarial e política do pai, é hoje um grande plantador de soja, um dos maiores do mundo, e foi eleito Governador em 2002. Formado em Agronomia pela universidade federal, na década de 70, chegou a Mato Grosso acompanhado dos pais, que haviam decidido investir no potencial agrícola do cerrado brasileiro.

No comando do Governo de Mato Grosso do Sul, Maggi colocou em prática uma nova filosofia de gestão pública, inspirada em sua experiência. Foi reeleito em 1º de outubro de 2006.

Dois Senadores Nascidos no Sul

Já que estamos falando em líderes políticos de Mato Grosso, quero destacar que, aqui mesmo, no Senado, neste exato momento, temos dois representantes de Mato Grosso que são naturais do Rio Grande do Sul. Estou me referindo à querida Senadora Serys Slhessarenko, que nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, e ao Senador Gilberto Goellner, natural de Não-Me-Toque.

Mas a verdade é que há ainda outros integrantes da diáspora do povo gaúcho que têm assento nesta Casa: Casildo Maldaner, que nasceu em Selbach; Neuto de Conto, Senador natural de Encantado.

Senador Goellner

O Senador Gilberto Goellner teve participação efetiva no processo que levou centenas de milhares de gaúchos a deixarem o Sul, porque tem sua vida ligada ao início da cultura da soja no Rio Grande do Sul. Em 1967, quando estudava Agronomia na URGS, ele assistiu aos primeiros testes de uso de calcário em plantações de

soja, executados por professores americanos que vinham através de convênios.

Diante do uso de calcário, havia dois grupos antagônicos de estudantes: os que eram de esquerda, porque não gostavam de americanos, eram contra o uso de calcário; o atual Senador Gilberto, como conhecia os resultados da pesquisa, era a favor. Ele já havia trabalhado com soja na Cotrijal (Cooperativa de Não-Me-Toque). Por essa época, acabou sendo eleito vice-prefeito do diretório central de estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul; um ano e meio depois, assumia a presidência.

Formado em 1970, ele trabalhou, depois, por sete anos, para pequenos agricultores da região de Não-Me-Toque, cidade que foi um dos maiores pólos de exportação de gente gaúcha para o Centro-Oeste. O Senador disseminava conhecimento sobre plantio de soja em lavoura mecanizada. Com esse trabalho, ele acredita que retribuiu ao Governo Federal por lhe ter dado, de graça, o curso de Agronomia. Depois de trabalhar, inicialmente, por um ano, como assistente técnico da Cooperativa, abriu um escritório particular de assistência técnica, no qual atuou por seis anos.

Em 1972, começou a fazer incursões pelo Mato Grosso do Sul, na região de Dourados e Ponta Porã. Trabalhava com um caminhão preparado para distribuir calcário pelas lavouras. Chegou a ter cinco desses veículos. Também orientava os agricultores no uso do fosfato natural junto com o calcário.

E 1975, participou, efetivamente, do processo de migração dos gaúchos para Mato Grosso do Sul, orientando empresários gaúchos da área de calçados que estavam interessados em adquirir grandes propriedades na região de Chapadão do Sul.

Em 1977, o Senador Gilberto resolveu plantar por conta própria. Como muitos gaúchos, decidiu investir em Minas Gerais. Comprou 50 hectares em Patrocínio. Nessa época, muita gente de Não-Me-Toque foi para a região de Patos de Minas. Por lá, o Senador plantou soja e café por cinco anos. Quando perdeu a plantação de café, por causa da geada, decidiu ir para Mato Grosso.

Em 1981, ele se mudou para a região de Rondonópolis, onde passou a plantar em 1,2 mil hectares, em terra adquirida com a ajuda

de parentes. Cultivava 900 hectares com soja, o restante com trigo. Mais adiante, passou a produzir sementes também. Foi o primeiro Presidente da Associação dos Produtores de Sementes, sucedido no cargo por Blairo Maggi, o atual Governador.

Senadora Serys

Sempre envolvido com questões agrícolas, em especial com a transferência de tecnologia de produção, o nosso Senador nunca exerceu cargo eletivo até ser convidado para ser suplente do Senador Jonas Pinheiro. Agora ocupa o lugar daquele grande Senador de Mato Grosso, um dos líderes da luta em defesa da nossa agricultura.

Também a nossa querida Senadora Serys Silhessarenko conhece bem a diáspora do povo gaúcho, porque fez parte dela, como personagem. A Senadora deixou o Rio Grande do Sul, partindo de sua cidade natal, Cruz Alta, em 1966. Sua motivação foi o casamento com um Oficial do Exército que havia sido transferido para Mato Grosso.

Naquela época, lembra a Senadora Serys, o preço da terra era muito elevado no Rio Grande do Sul, de modo que era difícil comprar até mesmo uma pequena propriedade no Rio Grande do Sul. Assim, os produtores gaúchos perceberam que o Mato Grosso poderia ser uma saída, uma vez que poderiam adquirir propriedades muito maiores por um valor significativamente menor. Em propriedades maiores, naquele Estado, poderiam mecanizar suas lavouras e, conseqüentemente, alcançar rendimentos melhores.

No entanto, disse a nossa Senadora Serys, que, naquele tempo, o Estado de Mato Grosso não tinha uma boa infraestrutura e muitos dos pioneiros gaúchos passaram por grandes dificuldades. As estradas eram precárias. E muitos morreram em função de doenças, especialmente a malária, pois não havia um bom sistema estadual de saúde.

Em Mato Grosso, a nossa estimada Senadora Serys construiu sua vida profissional e familiar. Lá criou os quatro filhos, todos mato-grossenses, e hoje possui quatro netos, embora não pareça. A gente olha para ela, parece uma menina. E quando diz que tem os netos, é difícil acreditar. Construiu também a sua vida profissional, lá se for-

mando em Direito e Pedagogia, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Diferente dos colonos que buscaram vastas extensões de terras do novo eldorado, a Senadora Serys enveredou pela vastidão do conhecimento e da cultura. Por mérito, tornou-se professora na Universidade Federal de Mato Grosso, onde começou sua militância política como estudiosa da questão agrícola e da questão agrária: lutando contra o trabalho escravo em favor da reforma agrária, e também exigindo a reforma urbana. Nas suas diversas eleições, sempre teve como centro de apoio, na cidade, os sindicatos. No campo, tinha simpatia pelos militantes do MST.

A Senadora entrou para a vida pública quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, em 1986, onde desenvolveu profícua gestão. Em 1988, passou à Secretaria Estadual de Educação. Foi eleita pela primeira vez em 1990 como Deputada Estadual para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde exerceu dois mandatos consecutivos. Em 2002, foi eleita Senadora da República, pelo PT, de Mato Grosso.

Na opinião da Senadora Serys, os imigrantes gaúchos foram os responsáveis pela atual conformação econômica do Estado de Mato Grosso, principalmente na área agrícola, onde contribuíram e foram grandes colaboradores de forma incisiva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB/PI) – Senador Pedro Simon, quanto à Serys quero dizer que a sua batalha foi mais dura que a de Bento Gonçalves. Ela venceu um ícone, um mito na política, Dante de Oliveira, das Diretas Já.

O SR. PEDRO SIMON – É verdade.

O SR. PRESIDENTE – Isso mostra o prestígio e a inteligência da professora Serys Shessarenko.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM/MT) – Senador Pedro Simon, felizmente ou não, eu fiz parte desse grupo de produtores do Rio Grande do Sul, que o senhor tem, incansavelmente, citado em plenário, fazendo registro da epopéia da contribuição da colonização gaúcha

em todos os recantos do nosso País. O senhor falou de pessoas que realmente fizeram parte desse grupo, mas a passagem dos gaúchos também se deu inicialmente passando por Santa Catarina e, depois, pelo Paraná, ficando lá, criando gerações, seus filhos, às vezes, que migraram para outros Estados fronteiriços.

Agradeço a análise que o senhor tem feito de toda a agricultura brasileira, de toda essa epopéia, que é a contribuição de nossos companheiros, assim como da minha cidade Não-Me-Toque; diversos, centenas de produtores daquela região, fizeram parte da colonização de todo País.

Cito também que, durante o período em que estivemos trabalhando na extensão rural, na Cidade Não-Me-Toque, também participamos da colonização do ex-Deputado Federal Norberto Schwantes, que foi a colonização do vale do Araguaia. Cidades como Canarana, Água Boa, e muitas outras daquela região foram colonizadas já em 1972, muito antes da minha saída do Estado do Rio Grande do Sul. Então, é dentro dessa epopéia que hoje nós vemos a pujança de cidades de todo o Estado do Mato Grosso.

Todas elas têm a contribuição de um gaúcho, e não é apenas uma; são centenas, milhares de famílias que migraram para o Estado do Mato Grosso, para o Estado do Tocantins, para o Piauí, para o Maranhão, para a Bahia, para Goiás, para o Mato Grosso do Sul, entre outros. Então, meus parabéns, Senador, pelo excelente trabalho que o senhor tem feito registrando toda essa epopéia do povo gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado mesmo a Vossa Excelência.

A *Sra Serys Shessarenko* (Bloco/PT – MT) – Um aparte, Senador.

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, dou a palavra a nossa querida conterrânea.

A *Sra Serys Shessarenko* (Bloco/PT–MT) – Senador, em primeiro lugar, quero dizer da alegria por essa epopéia, como disse o nosso Senador Goellner, que o senhor está fazendo aos gaúchos, aos sulistas de um modo geral, mas especialmente dos gaúchos. Ela feita, contada, é importante, mas feita e contada pelo senhor, essa figura

ímpar no nosso País – não apenas no Congresso Nacional; o senhor é uma figura ímpar do Brasil, é uma figura que não é do Rio Grande; Pedro Simon é do Brasil.

Por onde andamos, recebemos elogios por esta personalidade: Pedro Simon. Realmente, Senador, eu costumava brincar que, em Mato Grosso, encontrávamos mais gaúchos do que brasileiros de outras terras. Agora, claro, lá temos muitos sulistas: do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná. Mas muita, muita gente mesmo do Rio Grande do Sul, muita gente contribuiu muito para Mato Grosso.

Essa contribuição, meu Senador, ela se deu também mais lá do que em outros Estados, e o senhor já disse isso inclusive, pela necessidade da desconcentração da terra no Rio Grande, onde era já muito pequena. Alguns queriam desconcentrar. Torná-las um pouco maior. E, valorizando a terra, muitos foram para outros Estados e lá encontraram esse espaço gigantesco no nosso Mato Grosso, um Estado de extensão territorial gigantesca, de terras maravilhosas e de um povo espetacular.

O povo mato-grossense, a hospitalidade, a seriedade, a generosidade com que recebe as pessoas, com que nos recebeu é impressionante. Sei que o senhor conhece Mato Grosso, mas realmente queremos que o senhor vá lá para ser homenageado, porque lá há muitos gaúchos, mas há também muitos mato-grossenses que amam o senhor, com certeza.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado. Nós todos temos um carinho muito especial pela Senadora Serys. Ela é de uma simpatia; ela é de um carinho. Acho que é a mistura, modéstia à parte. Ela já saiu formada do Rio Grande do Sul: doutora, casada. Mas, no Mato Grosso, naquela mescla... Se digo que o povo gaúcho está-se formando, que o povo brasileiro está-se formando e a raça brasileira está aparecendo, Mato Grosso está ainda mais, porque Mato Grosso não é apenas o que Darcy Ribeiro falava do Brasil, que são o negro, o índio, o europeu e o asiático que estão formando o povo brasileiro.

Mato Grosso era isso, mas, além disso, é o que veio do Rio Grande, o que veio de Santa Catarina, o que veio do Paraná, o que veio de Minas Gerais, o que veio do Nordeste, o que veio da Amazônia e que ali se formaram. Então, o povo de Mato Grosso, essa espetacular de-

sevoltura de Mato Grosso fazem com que realmente a gente esteja vendo uma criação especial. E a Serys tem isso. Realmente, ela é uma pessoa que tem o carinho absolutamente de nós todos.

Está aqui o Chico Sartori, que hoje está em Rondônia. Também sulista. Está aqui nos honrando. Foi Senador conosco, desempenhou mandato aqui. Receba o meu abraço muito carinhoso.

Reparem que estamos aqui o bravo gaúcho de Mato Grosso; a brava gaúcha de Mato Grosso; o bravo companheiro Chico, lá de Rondônia, também do Sul; eu; o Senador Neuto de Conto, o Zambiasi e o Paim, que também são gaúchos...

Eu não posso me esquecer de quando se criou Mato Grosso do Sul. Achava-se que, com a criação de Mato Grosso do Sul, o Norte iria parar no tempo. Mas a verdade é que, hoje, Mato Grosso está crescendo ainda mais do que Mato Grosso do Sul. O povo de Mato Grosso arregaçou as mangas e lutou, cresceu, progrediu. E, hoje, o maior rebanho bovino está em Mato Grosso. E, modéstia à parte, os gaúchos contribuíram muito para que isso acontecesse.

A Participação na Vida Política

Para mostrar a força da presença dos gaúchos na política não só de Mato Grosso, mas de todo o País, eu me socorro de uma reportagem do *Zero Hora*, jornal de Porto Alegre.

A reportagem é de 28 de setembro do corrente ano. Aquele importante jornal gaúcho publicou uma reportagem na qual informa que 458 cidadãos nascidos no Rio Grande do Sul concorreram, na última eleição, a cargos de prefeito e de vice-prefeito em 22 dos Estados brasileiros. Em apenas quatro Estados – Espírito Santo, Acre, Amapá e Sergipe – não havia gaúchos postulando cargos de prefeitos municipais.

Esse número mostra a força eloquente não apenas da grande dispersão do povo sul-rio-grandense pelo solo brasileiro, mas especialmente a sua impressionante incorporação à vida política das terras que escolheram para viver.

A candidatura dos gaúchos reproduz o movimento da nossa migração. Nos Estados onde a presença gaúcha é mais marcante, o número de candidatos é mais expressivo.

Assim, no Paraná, concorreram às eleições municipais 145 gaúchos. Em Santa Catarina, 132 gaúchos disputaram as eleições municipais. Em terceiro lugar, está Mato Grosso: 62 candidatos gaúchos concorreram às eleições, o que corresponde a 8% dos postulantes aos governos municipais naquele Estado.

A reportagem do *Zero Hora* percorreu 800km do território de Mato Grosso e entrevistou muitos dos candidatos nascidos no Rio Grande do Sul, mostrando a sua rápida assimilação na nova comunidade e o papel de liderança que lá exercem.

Nessa reportagem, somos informados ainda de que os candidatos a prefeito e vice no Sudeste eram: 11 em São Paulo, 7 em Minas Gerais e 3 no Rio de Janeiro. No Centro-Oeste, eram 24 em Mato Grosso do Sul e 13 em Goiás. Na região Norte, eram 15 no Pará, 15 no Tocantins, 13 em Rondônia, 2 em Roraima, e 1 no Amazonas. Por fim, no Nordeste, eram 5 na Bahia, 2 no Rio Grande do Norte, 2 em Alagoas, 2 no Ceará, 1 em Pernambuco, 1 no Maranhão, 1 na Paraíba e 1 no Piauí. Dois que concorreram a prefeito em sua terra, Sr. Presidente, são gaúchos.

Eu gostaria de emendar mais sobre este assunto, mas preciso fixar-me no tema de Mato de Grosso.

Crescimento Impressionante

O progresso, em ritmo acelerado, de Mato Grosso começou há pouco mais de três décadas, quando se intensificou a migração para lá de brasileiros vindos de vários Estados do Sul. Hoje, aquele Estado é uma potência no que se refere à produção de grãos e de carne. Aquele Estado tem hoje o maior rebanho do Brasil: mais de 27 milhões de cabeça de gado. Segundo dados da Conab, a produção de grãos de Mato Grosso, na safra 1976/1977, foi de três milhões de toneladas. Na safra 2005 e 2006, o total ultrapassou 22 milhões de toneladas, em um crescimento de 740%! Não há nenhuma dúvida de que os gaúchos contribuíram muito para esses números.

Recentemente, para homenagear a grande colônia gaúcha naquele Estado, o Presidente da Assembléia, Deputado Sérgio Ricardo, que nasceu em Herval do Oeste, Santa Catarina, numa família vinda do Rio Grande do Sul, apresentou projeto que institui a Semana Far-

roupilha naquele Estado, em homenagem aos gaúchos que colonizaram dezenas de municípios mato-grossenses.

Na defesa de seu projeto, ressalva o Deputado que a trajetória dos gaúchos de Mato Grosso foi marcada por muitas dificuldades, como o desconhecimento quase absoluto da nova realidade a ser enfrentada, o isolamento geográfico, as doenças, a inexistência de qualquer infraestrutura de apoio e a saudade, que, sem dúvida, engrandecem a aventura desses guerreiros.

É verdade. São impressionantes os depoimentos dos meus conterrâneos que migraram para as regiões mais afastadas e enfrentaram todo tipo de dificuldades. Mas o certo é que o sacrifício dessa gente rendeu frutos para a Nação brasileira.

Superávit Agrícola

O superávit que o Brasil vem obtendo nas suas contas com o exterior deve-se, em grande parte, ao trabalho dos agricultores gaúchos espalhados pelo País. No ano passado, o superávit dos produtos agropecuários representou 80% do superávit total das contas externas. Em outras palavras, o País só registra superávits porque a nossa agropecuária é altamente eficiente e competitiva.

Srs. Senadores, depois da ocupação do meio-oeste e do oeste de Santa Catarina a partir dos anos 20, e do oeste e do sudoeste do Paraná, depois de 1940, os gaúchos continuaram subindo pelo mapa do Brasil. A partir de meados dos anos 70, começou a mudança para as terras virgens de Mato Grosso.

Em poucos anos, milhares de pessoas venderam suas terras no Sul e compraram propriedades maiores em remotas regiões daquele Estado. Atravancaram velhos caminhões com suas posses e partiram pelas estradas poeirentas. Levaram no peito esperanças de um futuro melhor, mas já sentiam saudades da querência que deixavam para trás.

Uma Bela Epopéia

Essa história renderia um filme épico, Sr. Presidente.

É impossível traçar um painel cronológico exato da migração dos gaúchos para Mato Grosso, porque várias regiões daquele Estado foram desbravadas simultaneamente. Mesmo assim, vou esboçar aqui uma pálida idéia do que foi essa bela epopéia. Para isso, decidi fazer um trajeto que nos levará pelas cidades mato-grossenses que são consideradas como as que têm maior presença de sul-rio-grandense na sua população.

A respeito desse tema, disse Anélio Mazzoco, morador de Cuiabá, que trabalha na Assembléia Legislativa de Mato Grosso: O difícil aqui é saber qual é a cidade que não tem gaúchos!

O senhor Anélio Mazzoco, como tantos outros habitantes de Mato Grosso, faz parte da segunda geração dos gaúchos no exílio. Ou seja, ele já nasceu em Concórdia, no meio-oeste de Santa Catarina, de uma família oriunda de Encantado, no Rio Grande do Sul. Chegou há 30 anos àquele Estado como comprador de gado de um grande frigorífico catarinense. Hoje, totalmente adaptado ao clima, dificilmente voltaria ao Sul.

Pois bem, no nosso passeio, começaremos pelo sul do Estado. As três cidades daquela região com as maiores colônias gaúchas são: Primavera do Leste, Campo Verde e Rondonópolis.

Rondonópolis

Vamos iniciar nossa viagem por Rondonópolis, cidade-polo da zona meridional do Estado que tem uma população estimada em mais de 180 mil pessoas. O município começou a desenvolver-se a partir do final dos anos 40, com a instalação de colônias agrícolas incentivadas pelo governo do estado. Recebeu então grande fluxo de migrantes, sendo a maioria dos estados do Sul: gaúchos ou seus descendentes, nascidos em Santa Catarina e Paraná.

O processo de expansão se acelera nos anos 80 e Rondonópolis passa por um dos mais impressionantes ciclos de desenvolvimento do Centro-Oeste. Fica conhecida como "Capital Nacional do Agrogócio". Sua economia passa a ser ancorada nas lavouras de soja e algodão e na pecuária de leite. Sua indústria é ligada ao campo: esmagadoras de soja, indústrias têxteis, químicas e de fertilizantes, curtumes.

Primavera do Leste

Viajando 200 quilômetros chegaremos a Primavera do Leste. Fundada há pouco mais de vinte anos, em 1986, a cidade conta hoje com cerca de 65 mil habitantes. É a quinta economia de Mato Grosso, devido a sua produção agrícola, que tem como destaque soja, algodão, milho, sorgo, arroz, feijão e uva. Lá se produz até mesmo vinho, embora o clima seja muito quente quando em comparação ao da serra gaúcha. Distanto apenas 240 km de Cuiabá, é um município muito bem estruturado e de bela aparência, que lembra bastante as cidades da zona de colonização italiana ou alemã no Rio Grande do Sul.

Campo Verde

Dali nos transferimos para Campo Verde, hoje com cerca de 23.000 habitantes. Na década de 70, com a chegada de migrantes vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o município passou a crescer num ritmo acelerado. Inicialmente, o produto mais cultivado era o arroz, que depois cedeu lugar à soja. Emancipado como município em 1988, Campo Verde já figura em sétimo lugar no *ranking* econômico do Estado. É o maior produtor do País de um algodão em pluma cuja qualidade atrai compradores de todo o mundo. Atualmente conta com 17 indústrias algodoeiras de médio e grande porte. A criação de frangos de corte é feita por um sistema de integração dos produtores. Anualmente são abatidas 36 milhões de aves, com um abate diário de 136 mil frangos. Esses números garantem a Campo Verde o título de Capital Estadual do Frango.

Deixando o sul, marcharemos para o oeste do Estado.

No oeste de Mato Grosso as cidades que têm mais migrantes vindos da região Sul são Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Sapezal. Esses três municípios estão situados no chamado Chapadão do Parecis.

Tangará da Serra

Naquela região, tentando refazer o trajeto dos gaúchos pioneiros, começaremos nossa viagem por Tangará da Serra, município

criado em 1976 e que hoje tem cerca de 80 mil habitantes, sendo que cerca da metade deles tem origem nos estados do Sul.

Tudo começou em 1959, quando foi aberto um loteamento. Nos anos 60, aos poucos passaram a chegar os primeiros moradores, que eram obrigados a abrir picadas na mata para chegar ao núcleo inicial. A partir dos anos 70, crescimento foi acelerado. Tangará é um exemplo do estrondoso crescimento do Estado de Mato Grosso. Em pouco mais de 30 anos a cidade chegou a 80 mil habitantes!

Henrique Alves Ballejo, morador de Tangará da Serra desde 1978, é o presidente do Movimento Tradicionalista gaúcho do Estado de Mato Grosso. Como centenas de outros filhos da diáspora gaúcha, Henrique nasceu em Francisco Beltrão, no Paraná, filho de agricultores que haviam saído de Santa Rosa. Bisneto de uruguaios, que, por sua vez, tinham ascendentes espanhóis, Henrique não se interessava pelo movimento tradicionalista quando residia no Sul.

No entanto, quando migrou para Mato Grosso sentiu necessidade de compartilhar suas lembranças do Sul, de dividir com alguém a saudade que sentia da terra. Ingressou no CTG de sua cidade que, em julho último, reuniu 1.500 tradicionalistas de todo o Estado.

Campo Novo

Deixando Tangará da Serra, cuja riqueza vem da soja, cultivada há mais tempo, e da cana-de-açúcar, seguiremos para Campo Novo do Parecis, município criado em 1988, mas que já tem cerca de 25.000 habitantes. A cidade formou-se em torno de um núcleo onde foram assentadas diversas famílias. A ocupação efetiva da região deu-se a partir da década de setenta, com abertura de fazendas e a instalação de migrantes vindos dos estados sulistas.

Sapezal

A seguir, passaremos por Sapezal, cujo núcleo urbano desenvolveu-se a partir de uma proposta de colonização de André Antonio Maggi, pai do Governador Blairo Maggi. No início, as distâncias entre as fazendas da região variavam de 40 a até 100 Km. As estradas

que ligavam as fazendas eram, na verdade, picadas abertas no cerrado pelos próprios colonos.

Os pioneiros eram sulistas, na sua maior parte vindos do norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná. A atual zona urbana começou a ser povoada com a abertura da estrada em meados de 1987. Seu primeiro prefeito foi André Antonio Maggi.

Sorriso

Agora nos locomoveremos ao norte do Estado. Nessa região, as cidades com mais forte presença de gaúchos são Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum.

Como outras cidades fundadas na mesma época em Mato Grosso, Sorriso também nasceu em decorrência de incentivos do Governo para colonização e ocupação da chamada Amazônia Legal no final dos anos 70. A colonização da área teve forte presença de gaúchos, paranaenses e catarinenses, atraídos para lá pela Colonizadora Feliz.

Estima-se que 80 por cento dos moradores sejam sulistas, sendo os gaúchos os mais numerosos, correspondendo a 35 por cento dos habitantes. Mas, sempre é bom lembrar que os migrantes catarinenses e paranaenses com os quais tive contato eram sempre descendentes de gente que saiu da nossa terra.

Pois bem, elevada à condição de município em 1986, Sorriso tem hoje oficialmente 45 mil habitantes. Mas, estudos da prefeitura apontam a existência de 65 mil moradores. Sua explosão demográfica deu-se a partir da pavimentação da BR-163, que barateou o escoamento da produção. Atualmente, o município é considerado o maior produtor de soja do País. Também se destaca pela produção de algodão e milho. É o município que, individualmente, mais produz grãos no Brasil: 3% da produção nacional e 17% da produção estadual.

Rio Verde

A seguir, viajaremos para Lucas do Rio Verde. Hoje, com 35 mil habitantes, é um município modelo, que ocupa um lugar de desta-

que no *ranking* dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. No entanto, foi somente a partir 1981, quando o Incra começou a implantação do projeto de assentamento de 203 famílias de agricultores sem terra oriundas de Encruzilhada Natalino, interior do Município de Ronda Alta (RS), que se formou a comunidade que deu origem a Lucas do Rio Verde.

Quando, em julho de 1988, conquistou sua emancipação político-administrativa, a cidade já contava com 5.500 habitantes. Poucas famílias dos assentados de Ronda Alta ainda continuam de posse de suas terras. Pressionadas pelas dificuldades do período inicial, muitas delas perderam terreno para a agricultura extensiva que começava a ocupar o cerrado.

Nova Mutum

Passaremos, depois, pelo Município de Nova Mutum que, com 24.000 habitantes, é um dos maiores produtores de soja de Mato Grosso e do Brasil, contando com muitas indústrias ligadas ao agro-negócio.

A cidade nasceu de um projeto privado de colonização, levado adiante por uma empresa de Porto Alegre. Os cem mil hectares do projeto foram vendidos para agricultores do Sul em lotes que variavam de 150 a 400 hectares. A colonizadora construiu no início dez casas na vila aberta provisoriamente por trator de esteira. Em seguida, vieram escola, centro comunitário, posto de saúde e alojamento para abrigar os compradores de terra. Quem adquirisse um lote rural, recebia de bonificação dois terrenos no núcleo urbano, que media 551 hectares. Nem todos os compradores ocupavam os lotes de imediato. Iam chegando de acordo com a venda de suas posses no sul do País.

Canarana e Água Boa

Por fim, iremos até a divisa de Goiás para visitar duas cidades: Canarana e Água Boa.

Hoje com 30 mil habitantes, Canarana surgiu quando por lá se instalaram os primeiros agricultores recrutados em Tenente Portela, pela Cooperativa Colonizadora 31 de Março.

Água Boa, com cerca de 18.000 habitantes, tem sua economia baseada na agropecuária, sendo que na agricultura destacam-se a soja e o arroz. É referência em comercialização de bovinos, sediando um dos maiores leilões de gado do mundo.

Chegando ao final dessa larga viagem, eu não poderia deixar de mencionar ainda três cidades cujos nomes deixam patente a presença da nossa gente em Mato Grosso: Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos e Gaúcha do Norte.

Cartas dos Gaúchos

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em função de pronunciamentos anteriores sobre este assunto, venho recebendo correspondências de gaúchos que hoje moram nos estados mais distantes do torrão natal. São cartas comoventes de gente que deixou o Rio Grande do Sul nas condições mais dramáticas.

Quero destacar aqui, hoje, uma carta me foi enviada pela senhora Gertrudes Schwantes, atualmente residente em Brasília. No documento, ela me agradece a menção do nome de seu falecido esposo, Norberto Schwantes, como líder de um movimento de colonização que, nos anos 70 e 80, levou milhares de agricultores pobres do Rio Grande do Sul para o Estado de Mato Grosso.

Junto com a carta, a senhora Gertrudes enviou-me um livro, intitulado *Uma Cruz em Terranova*, escrito por seu esposo pouco antes de falecer aos 53 anos, em 1998.

A leitura desse livro é importante para que se conheça melhor o formidável êxodo de gaúchos para aquele Estado, certamente um dos capítulos mais importantes da diáspora do povo gaúcho.

Norberto Schwantes fundou dezenas de projetos de colonização e três grandes cidades de Mato Grosso: Canarana, Água Boa e Terranova do Norte.

Norberto Schwantes

Nascido numa família de agricultores pobres de Lagoa dos Três Cantos, localidade no interior do Município de Carazinho, Norberto Schwantes sonhava em ser mecânico. Certo dia, porém, seu pai lhe perguntou se não gostaria estudar no seminário luterano em São Leopoldo. Havia a possibilidade de obter uma bolsa. O garoto gostava mesmo era de caçar, mas, mesmo sem sentir inclinação pela vida religiosa, aceitou a sugestão do pai.

Para grande parte dos filhos de agricultores do Sul, de origem alemã ou italiana, os seminários eram um dos poucos caminhos para escapar da miséria. Posso lembrar aqui o caso de inúmeros grandes prelados sul-rio-grandenses de origem alemã que alcançaram os mais altos cargos da Igreja Católica, como Dom Vicente Scherer e os primos Dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheiter, filhos de gente humilde do nosso interior.

Para manter-se enquanto trabalhava, Norberto trabalhou inicialmente como barbeiro dos colegas de seminário. Depois, passou a tirar fotografias. Desde jovem já mostrava os traços do empreendedor que seria mais tarde.

Antes mesmo de ser ordenado, foi enviado ao interior de Santa Catarina, para auxiliar o pastor da cidade de Mondaí, que atendia os colonos gaúchos que haviam fundado cidades como São Miguel do Oeste e Cedro. Foi lá que conheceu sua esposa, dona Gertrudes, filha de migrantes gaúchos.

Ordenado, Norberto Schwantes foi enviado para uma das mais pobres paróquias luteranas do Rio Grande do Sul: Tenente Portela, a última região a ser colonizada em nosso Estado, já nos anos 40. Começa então o primeiro de seus empreendimentos: uma escola para atender aos filhos de colonos de origem alemã, que não tinham acesso ao ensino público na cidade.

Professores Índios

Mais adiante, Norberto conseguirá no exterior os recursos para a construção de uma Escola Normal para a preparação de professores – caingangues e guaranis – para as reservas indígenas da região.

Foram esses professores índios que lideraram, mais tarde, seu povo na luta para recuperar as terras de seus ancestrais.

Nesse trecho do livro, Norberto assume que o fato de ter criado a escola para os índios, na qual eles adquiriam uma consciência política, acabaria por ser o estopim da grande crise de 1978, quando milhares de agricultores foram expulsos de todas as reservas indígenas do Estado.

Em sua primeira viagem à Alemanha, em 1969, o pastor luterano descobre o alto grau de sofisticação a que havia chegado a agricultura daquele país. Na volta, instala uma estação de rádio para transmitir, aos agricultores de Tenente Portela, informações sobre avanços técnicos no cultivo de produtos agrícolas e no gerenciamento de propriedades rurais.

Mais adiante, em outra estada na Europa, num acampamento de voluntários, conhece jovens de toda América Latina e, por meio deles, fica sabendo dos problemas políticos que desconhecia: perseguições, torturas e assassinatos. Entra então em crise política e religiosa. Na sua volta, começa a ajudar pessoas perseguidas politicamente no Brasil, levando-as à Argentina.

A Idéia da Migração

Certo dia, na emissora de rádio de Tenente Portela, quando eram debatidos os graves problemas dos agricultores pobres da região, um jovem agrônomo levanta uma idéia: por que não emigrar?

A migração, como se sabe hoje, foi a maneira que os países europeus encontraram de diminuir seu problemas sociais. Cidadãos da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal recorreram a esse amargo remédio por décadas durante os séculos XIX e XX. A verdade é que, com o envio de seus pobres para a América e Austrália, essas nações conseguiram evitar a convulsão social e política.

Lançada a idéia da migração entre as pessoas de Tenente Portela, Mato Grosso surgiu como o destino ideal. Imaginava-se que, naquele Estado, os colonos poderiam, mais uma vez, voltar a ter lotes maiores de terra. Naquele época, pelo fracionamento sucessivo, as propriedades da região tinham em média sete hectares. Não proporcionavam ganho suficiente para a manutenção de uma família.

Norberto Schwantes avaliou inicialmente que mais de duas mil famílias poderiam emigrar. Com dois amigos, um que estudaria os solos e outro que verificaria o custo das terras, voou para Mato Grosso no início de 1970. Lá, decidiram-se os três pela região próxima a Barra do Garças.

A Fundação da Cooperativa

Na volta a Tenente Portela, criaram uma cooperativa de colonização, Coopercol. Deram a ela o nome de Cooperativa 31 de Março para afastar a desconfiança do regime militar. Na época de sua fundação, a cooperativa contava com 400 associados.

Escreve Norberto em seu livro: A fundação da cooperativa foi um enorme sucesso e assustou muita gente. Principalmente os políticos, ao perceberem que seus votos emigrariam. Assustou também os comerciantes, temeroso de perderem seus clientes. E, não menos, assustou os religiosos, que logo constataram que boa parte de suas almas estavam dispostas a ir para os confins dos Inferno Verde, como era chamada a Amazônia.

Logo em seguida, Moura Cavalcanti, Presidente do Inkra, em visita ao Rio Grande do Sul, empolga-se com a Cooperativa de Colonização e se propõe a levar agricultores para Altamira, na Amazônia paraense.

Norberto Schwantes ficou tão fascinado pelo projeto da Transamazônica que não percebeu que a abertura de mais de 3.500 quilômetros de estradas no meio da selva, em grande parte através de terras de baixíssima fertilidade, era um absurdo. E comenta: Quem visita a Transamazônica hoje – intransitável pelo menos seis meses por ano, no período das chuvas mais intensas e sem condições de ser asfaltada pelos grandes aclives – constata que o projeto teve por pais demagogos e irresponsáveis.

A Máfia dos Picaretas

Depois de alguns percalços, foram enviadas para Altamira e Itaituba cerca de 480 famílias de colonos totalmente pobres. Para os agricultores que tivessem algum recurso, a Cooperativa tinha seu

próprio projeto em Mato Grosso. O maior perigo era os compradores serem enganados pela máfia dos corretores picaretas de terras.

A cooperativa comprou então os primeiros 40 mil hectares de terras a 300 quilômetros de Barra do Garças, perto da divisa com Goiás. O nome dado ao loteamento é Canarana, nome do capim mais conhecido da Amazônia.

Gostei do nome porque lembrava Canaã, a Terra Prometida, escreve Norberto Schwantes.

Os pioneiros chegaram ao local em setembro de 1972. Os problemas eram muitos. As pessoas padeciam com doenças que desconheciam totalmente. Os pioneiros ficaram isolados por longo tempo em função de estradas intransitáveis. Numa região sem agências bancárias, faltava até mesmo dinheiro. Antes das primeiras colheitas, não havia onde comprar comida. Os acampamentos iniciais eram extremamente rústicos. Pela junção de tantos fatores adversos, muitos agricultores queriam voltar atrás.

Para que o projeto desse certo era preciso atrair mais gente, de forma a adensar a população na área. Assim, surge o projeto Canarana 2, com dez mil hectares. Em 1974, é criado o projeto Garapu 2 – com 10 mil hectares, vendidos rapidamente – que os agricultores pagariam com a safra de soja do Sul. Porém, o preço do produto cai vertiginosamente no mercado internacional. A cooperativa fica à beira da falência, mas é salva por um fato extraordinário: agricultores alemães, que estavam dispostos a investir no Brasil, colocam o dinheiro necessário e a terra é paga. Três anos depois a cooperativa devolveria o dinheiro aos alemães.

Em 1975, Canarana torna-se o primeiro projeto de colonização particular aprovado pelo Inbra. Como a Cooperativa já conhecia o quase invencível cipoal da burocracia estatal, os projetos seguintes ganharam velocidade. Ainda em 1975, surge Água Boa, cujos compradores na sua quase totalidade eram do Município de Não-Me-Toque.

Novos Projetos

Escreve Norberto Schwantes: Assim rápida e sucessivamente fomos adquirindo terra e elaborando novos projetos de colonização. Sempre tínhamos um bom cadastro de possíveis compradores de

lotes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Logo que abríamos as primeiras estradas vicinais, os compradores vinham, olhavam os lotes, voltavam ao Sul, vendiam suas terras – quando as tinham – e aguardavam o nosso aviso para virem receber as escrituras e passarem pelo Banco do Brasil, para fazer o financiamento não só dos lotes, como também das máquinas e custeio.

Em 1976, com os projetos de colonização andando a todo vapor, a cooperativa de colonização dispunha de aviões para transportar os interessados em adquirir terras em Mato Grosso.

Em maio de 1978, a imprensa brasileira informava que os índios guaranis e caingangues estavam expulsando os agricultores de todas as reservas do Sul do País. Mais de duas mil famílias de trabalhadores rurais estavam à beira das estradas, esperando uma solução.

O então Ministro do Interior, Rangel Reis, convocou Norberto Schwantes ao seu gabinete e pediu-lhe ajuda. Argumentou o Ministro que só sua cooperativa teria estrutura para transferir para áreas de colonização os expulsos das reservas indígenas.

Norberto aceita o desafio e envolve-se de corpo e alma no empreendimento que o levaria à falência. No livro ele conta, detalhadamente, como preparou o núcleo de colonização solicitado pelo governo numa reserva do Exército em Mato Grosso, quase na divisa com o Pará. E fala do imenso trabalho que teve para convencer os colonos gaúchos a irem para lá. No final, o Governo não cumpriria a palavra, apesar da assinatura do Presidente Geisel nos documentos. O trato seria descumprido no Governo Figueiredo.

O livro *Uma Cruz em Terranova* nos ajuda a entender os delicados meandros da epopéia que é retirar seres humanos de seu *habitat* e levá-los para um meio totalmente diverso.

Vida Nova

O impacto negativo dessa tentativa frustrada levou o colonizador a abrir mão da empresa que havia criado. Aos quarenta e cinco anos, teve que começar uma vida nova, como agricultor. Com a esposa e os filhos deixou Brasília e voltou para uma fazenda em Mato Grosso.

Por esta época, começa o envolvimento de Norberto Schwantes com a política partidária, algo de que nunca havia cogitado. A

aproximação começa através de seu conterrâneo Leonel Brizola que, em visita a Canarana, mostra interesse em conhecer o ex-pastor luterano que lhe enviava perseguidos políticos pelo regime militar. Na ocasião, Brizola convida Norberto a integrar-se ao partido que estava fundando, o PDT.

Foi amarga essa primeira experiência política. Boicotado pelos dirigentes do PDT em Mato Grosso, Norberto Schwantes acabaria se filiando ao nosso PMDB.

Há um fato curioso relatado no livro. Norberto nos conta que foi ele quem apresentou a Leonel Brizola aquele que seria um dos maiores fenômenos eleitorais nas eleições de 1982, pelo PDT do Rio de Janeiro: o cacique xavante Mário Juruna.

A incorporação de Mário Juruna só fez aumentar a hostilidade dos caciques do PDT em Cuiabá contra Norberto Schwantes.

Escreve ele: Fui me desgostando... Levava a política a sério, queria mesmo era ajudar a mudar as coisas. Não tinha maiores pretensões. Mas não é possível militar na política sem mandato... Comecei a estudar o assunto...

Filia-se ao PMDB e enfrenta a primeira eleição, quando sua esposa concorre à prefeitura de Canarana e perde por apenas 120 votos.

Por esta época, um exame clínico mostra que ele estava com câncer. A origem da doença estava na exposição permanente ao sol forte durante sua vida de colonizador. Decidiu vender sua fazenda, já que não poderia mais trabalhar ao ar livre.

Trabalharia ainda numa tentativa fracassada de colonização levada adiante por uma grande empreiteira. Foi um vultoso investimento, que consumiu fartos recursos, mas não foi adiante por erros básicos de planejamento. Pela primeira vez, Norberto trabalhou com dinheiro farto, mas o projeto Tucumã, de 400 mil hectares, no Pará, acabou com uma invasão de sem terra.

A Paixão pela Política

Nos últimos capítulos de *Uma Cruz em Terranova*, Norberto Schwantes nos conta como, na eleição de 1986, conseguiu ficar como primeiro suplente de deputado federal pela bancada do PMDB de Mato Grosso.

Para fazer sua campanha, vendeu sua fazenda. Visitou todo o Estado e filmou seus principais problemas. Depois comprou um caminhão e nele montou uma espécie de cinema, no qual passava para os cidadãos do interior os filmes que havia feito sobre as grandes questões estaduais.

Em 1988, ele acaba assumindo o mandato de deputado federal, quando um colega elege-se prefeito. Participa então com interesse dos debates sobre agricultura, embora já estivesse doente. Morre em 1988, dez dias antes de cumprir seu último sonho: assinar a constituinte.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, perdoem-me a extensão desse pronunciamento. Mas a verdade é que tudo que eu disser sempre será pouco para descrever a grandeza da migração dos gaúchos para Mato Grosso.

Muito obrigado.

60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

(Pronunciamento em 12 de dezembro)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, peço licença, mas tenho a obrigação moral de falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Haverá uma sessão, na semana que vem, mas será tão intensa, com tanta gente, que eu, com um pouco de serenidade e com a tolerância de V. Ex^a, faço questão de valorizar o que considero, talvez, um dos momentos mais importantes da história da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou agora, na última quarta-feira, anteontem, 60 anos. Nascida no imediato pós-guerra, ainda no calor sufocante das bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ela deu ao mundo que saía de um dos conflitos mais odiosos da história um olhar de esperança.

Três anos antes, parecia que a humanidade havia sucumbido ao ódio, tamanha a barbárie dos corpos mutilados sob escombros, último ato de uma história da vida real que não quer ser esquecida, para não ser repetida.

Havia, então, um sentimento de reconstrução não apenas das cidades e dos campos destruídos pela guerra, mas de todos os melhores valores igualmente feridos de morte nos corações e mentes de quem mandou acionar os gatilhos, os rastilhos e as válvulas de gás letal, em nome do poder. Não importavam os milhões de vítimas inocentes.

O Florescer da Esperança

Era preciso fazer brotar de novo a semente do verdadeiro sentido de humanidade. A propósito, lembro-me das palavras de Flores sobre Ruínas, na obra *Hiroshima*, de John Hersey:

Por toda parte – sobre os destroços, nas sarjetas, nas margens do rio, entre as telhas e as chapas de zinco dos telhados, nos troncos carbonizados das árvores – estendia-se um tapete verde, viçoso, otimista, que brotava até mesmo dos alicerces das casas em ruínas. O capim já escondia as cinzas, e flores silvestres despontavam em meio ao esqueleto da cidade. A bomba não só deixara intactos os órgãos subterrâneos das plantas, como os estimulara.

Por toda parte, havia centáureas, iúcas, quenopódios, ipoméias, hemerocales, beldroegas, carrapichos, gergelim, capim e camomila. Principalmente num círculo do centro, o sene vicejava numa extraordinária regeneração, não só entre os restos crestados da mesma planta, como em outros pontos, em meio aos tijolos e através das fendas do asfalto. Parecia que o mesmo avião que jogara a bomba atômica, também soltara uma carga de sementes de sene.

É assim que eu imagino o que inspirou os mentores da Declaração Universal dos Direitos Humanos: fazer florescer a esperança nos campos minados pela barbárie.

Acreditar que sempre haverá sementes de sene que, teimosas, brotarão entre as cinzas, em meio aos tijolos e ao concreto e nas fendas do asfalto. Que haverá, igualmente sempre, uma semente de humanidade, que, a exemplo do mesmo sene, brotará no terreno arenoso do desdém.

É bem verdade que vieram, depois, tantas outras guerras: Vietnã, Coréia, Kosovo, Bósnia, Afeganistão, Iraque... Novos conflitos étnicos geraram milhões de refugiados. Vieram, anos a fio, todos os tipos de segregação: racial, social, política, de gênero. Vieram as guerras civis não declaradas, com milhões de vítimas de violência, urbana e rural. Veio a fome que mutila, hoje, um bilhão de seres em todo o planeta.

Vieram tantos muros, reais e virtuais, a separar dois mundos, um além dos limites do supérfluo, outro muito aquém do necessário.

Vieram os condomínios com todo o aparato de segurança, a demarcar até onde podem chegar os excluídos, muitas vezes pela loteria da própria vida.

Vieram, enfim, quem sabe, os limites entre os que têm e os que não têm, de fato, direitos humanos na sua plenitude.

Àrdua Caminhada

Apesar da aridez da travessia, não se pode negar que muito se caminhou nessas seis décadas, nesses 60 anos de vida plena da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É bom lembrar, por exemplo, que, no início dessa mesma caminhada, os negros americanos eram obrigados a ceder seus lugares, nos coletivos, para os considerados, então, cidadãos brancos.

Imagino que, naquele tempo, a tal Declaração Universal, mesmo que ainda engatinhando, tenha inspirado Rosa Parks a se rebelar contra esse verdadeiro desatino. Imagino, também, que tenha inspirado, 60 anos depois, a eleição de um negro para comandar os destinos do mesmo povo americano.

Senhor Presidente, mas o que motiva a mim hoje, nessas minhas reflexões no plenário do Senado Federal, é que a realidade de todo o planeta mostra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora com 60 anos, ainda está muito longe de uma possível e desejada aposentadoria.

Bom seria se ela pudesse descansar, merecidamente, nas prateleiras da História.

Infelizmente, as nossas janelas, também as reais e as virtuais, ainda mostram que são muitos, em alguns casos bilhões, os que, quanto aos direitos humanos e as liberdades, sofrem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou outras.

Isso para ficar apenas em um dos seus 30 artigos. O noticiário mostra, também, que populações inteiras são dizimadas, verdadeiros genocídios em pleno século XXI, gerados pela fome, por doenças plenamente erradicáveis, por lutas tribais, pela corrupção, pelo poder a qualquer custo e por um sem-número de mazelas que persistem em todos os cantos e recantos do planeta.

Não são raras as cenas de xenofobia, de perseguições étnicas, de segregação de povos e de territórios, entre outras. São os casos, por exemplo, da repressão explícita aos imigrantes na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália; da fome em Zimbábue; das lutas entre tribos em tantos países africanos.

Uma mera pesquisa sobre alguns povos específicos é o suficiente para fortalecer a necessidade do cumprimento, imediato, de todos os artigos da Declaração Universal. Também, a título de exemplo, a perseguição ao povo cigano, na Itália, uma verdadeira xenofobia, que muitos chegam a comparar com as perseguições do regime nazista, reproduzindo agora o que aconteceu nos tempos em que a mesma Declaração dos Direitos Humanos foi concebida.

Portanto, a realidade demonstra a necessidade de um passo além de tudo que foi feito e que foi declarado na Assembléia Geral das Nações Unidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos naquele dia 10 de dezembro de 1948.

O documento continua sendo, passados tantos anos, atual. Sendo assim, é porque a realidade também mostra que os seus artigos ainda persistem necessários, certamente longe do que desejavam os seus idealizadores. Mostra que a travessia tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

Imagem e Semelhança

O ser humano idealizado na Declaração Universal tem fortes correlações com o homem projetado à imagem e semelhança do Criador.

Reparem o que diz o art. 1º da Declaração dos Direitos Humanos:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Reparem o que declara o primeiro capítulo de Gênesis da Bíblia:

Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês.

Quem sabe, então, o Criador queria nos dizer que os dispositivos da Declaração são sementes de sene, a serem lançadas nos campos devastados pela falta de cumprimento dos direitos humanos em nossos tempos. Flores sobre ruínas.

Quem sabe queira Deus lembrar que nos criou dotados de razão e de consciência e que nos falta, enfim, o tal espírito da fraternidade.

Naquele 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), então composta por apenas 58 Estados-membros, ao dar à luz à Declaração Universal dos Direitos Humanos, construiu na verdade a baliza que nas últimas seis décadas, nos últimos 60 anos, orientou o tão almejado encontro da humanidade consigo mesma.

Àquela época, a necessidade desse encontro havia se evidenciado de forma dramática e inequívoca durante a Segunda Guerra Mundial, conflito de inédita amplitude destrutiva que deu ensejo à criação da ONU.

De fato, a humanidade buscava uma forma de reconhecer-se como tal depois do terror dos campos de concentração nazista, onde milhões de seres humanos foram cruelmente assassinados em nome da intolerância racial. Procurava reconciliar-se depois de conhecer a força sufocante da bomba atômica que, em um átimo, silenciou, destruiu as cidades de Hiroshima e Nagasaki, reduzindo a nada o valor da vida.

Indivíduo e Coletivo

Até chegar ao texto que hoje se conhece, houve muito esforço e longos debates. Não foi fácil! Eles foram conduzidos, com doçura e firmeza, por Eleanor Roosevelt, a ex-Primeira-Dama dos Estados Unidos, eleita por votação direta para coordenar os trabalhos da elaboração do documento.

Ela presidiu o Comitê dos Direitos Humanos, grupo incumbido de elaborar o rascunho da Declaração Universal, composto por dezoito pessoas de diversas formações políticas, culturais e religiosas, provenientes de oito países selecionados com base em sua distri-

buição geográfica. Desse grupo também participou o Brasil, representado pelo imortal jornalista Austregésilo de Athayde.

Devo dizer que não foi sem discordâncias que se elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pelo contrário, eram permanentes as polêmicas e os embates travados pelos membros de blocos opostos em função de suas distintas visões do mundo.

De um lado, o bloco capitalista ocidental buscava a reafirmação das liberdades clássicas do indivíduo, centrando sua atenção na defesa dos direitos civis e políticos. Do outro lado, o bloco socialista oriental tentava estabelecer o privilégio do coletivo sobre o indivíduo, fosse em prol da harmonia social, fosse em defesa da ordem e da autoridade religiosa ou secular, mediante a defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Dessa disputa, emergiu o texto que foi submetido ao exame da Assembleia Geral da ONU e aperfeiçoado com sugestões de mais de 50 países que participaram da redação final do documento.

Por representar o maior consenso possível no campo dos direitos humanos naquele momento, a Declaração Universal recebeu o aval unânime de 48 países num processo de votação que ainda registrou duas ausências e oito abstenções.

Não por acaso, Austregésilo de Athayde encerraria o discurso solene da sessão que adotou o documento, reportando-se à alegria do Brasil por ter levado um pouco de sua experiência e de seu idealismo a essa obra comum das Nações Unidas, convencido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abriria à humanidade nova era de liberdade e de justiça.

Como fruto do dilema entre preservar a civilização ou sucumbir à barbárie, pouco antes corporificada no nazifascismo, a Declaração Universal realmente acenava com o descortinar de novos e melhores tempos. Isso porque constituía a mais perfeita síntese de avanços éticos da humanidade, seja por abranger o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos econômicos, sociais e culturais (de cunho coletivo), seja por afirmar a indivisibilidade e a universalidade do conjunto desses direitos.

Além disso, ao posicionar o ser humano no palco das relações internacionais e a dignidade humana como fio condutor de toda

ação do Estado, a Declaração Universal humanizou o direito internacional e tornou-se referência para a elaboração dos diversos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição brasileira de 1988.

Também deu origem a uma rede de proteção atualmente formada por mais ou menos 80 pactos, protocolos, tratados, convenções internacionais que reverberam pelo mundo o respeito devido aos direitos de todos nós, sinalizando o aumento da busca pela concretização do ideal de justiça, caminho certo da paz.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a promessa de melhores tempos lançada com a adoção da Declaração Universal até hoje não se cumpriu plenamente, como teima em provar a triste realidade de contínuas violações dos direitos humanos nas últimas décadas.

A Lista das Violações

Para que se tenha uma idéia da gravidade do quadro, basta recordar alguns casos de violação mais notórios na atualidade: o abandono de milhões de pequenos órfãos na África em decorrência das mortes causadas pela Aids; as torturas praticadas pelos soldados norte-americanos nas prisões iraquianas e na de Guantánamo; o genocídio em curso no Sudão; a sucessão de mortes de crianças indígenas no Brasil por desnutrição; a sequência de abusos sofridos por mulheres, crianças e bebês no Congo; as execuções judiciais de prisioneiros nos Estados Unidos; o longo bloqueio econômico a Cuba; a exploração sexual de crianças e adolescentes em quase todos os cantos do planeta; o analfabetismo no Haiti e na Guatemala; os assassinatos promovidos pela máfia no Japão e na Itália; o trabalho em condições análogas à escravidão na China; a violência endêmica nas grandes metrópoles; a violação sexual de mulheres por soldados russos na Chechênia; o desemprego estrutural nos países da América do Sul; os atentados terroristas na Espanha e na Índia; a xenofobia na França; o crescente mapa da miséria em todo o mundo.

Em resumo, uma lista vergonhosa e infindável de atrocidades.

Do advento da guerra fria, que deu margem ao recrudescimento da ditadura em vários países, passou-se ao fenômeno da globali-

zação econômica, que tem beneficiado pouco mais de 1/3 dos habitantes do planeta em detrimento dos outros 2/3 da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias.

Com efeito, a busca obsessiva da eficiência e da máxima competitividade, lastreada no avanço tecnológico e na informatização, tem provocado o aumento da pobreza e da miséria mundo afora, por meio do desemprego estrutural, da exploração de mão de obra barata, do desmonte da previdência pública e do enxugamento do Estado.

Nesse contexto, responsabiliza-se o pobre por sua própria pobreza e por tudo o que há de mais negativo: superpopulação, epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, fanatismo, terrorismo, violência urbana, criminalidade. Enquanto isso, o rico constrói grades protetoras ao redor de si e, para exercer livremente os seus direitos, cobra medidas enérgicas do Estado, exacerbando a intolerância contra os diferentes.

O Estado, por seu turno, com os olhos voltados ao mercado e centrados, especialmente, no resultado da Bolsa de Valores, convive com a corrupção e faz pouco caso do valor humano, levando as pessoas à indiferença com a direção do seu destino coletivo e à adoção de um comportamento cada vez mais egocêntrico e inconseqüente.

Ausente no mundo dos diferentes, o Estado legal, à sua revelia, é substituído pelo Estado paralelo, notoriamente comandado pelo narcotráfico. Vem daí, por exemplo, a milícia, que avoca para si o direito de prender, julgar e condenar alguns seres humanos, na grande maioria das vezes, à pena capital.

Aos diferentes, a milícia, travestida de polícia. Aos iguais, a justiça, moldada pela impunidade.

Os meios de comunicação de massa, com raras e honrosas exceções, reforçam essa tendência, ao privilegiar o sensacionalismo, a futilidade e a violência.

Para vender mais, não costumam se importar com o conteúdo do seu produto, usualmente divorciado de qualquer relação com a carência que o desamparo na educação, na saúde e no trabalho vem

gerando na humanidade. São meros agentes do mercado, do mundo dos iguais, numa apologia ao ter no lugar do ser.

O esgarçamento do tecido social assim produzido oferece o meio propício para a ocorrência de todo tipo de violação dos direitos humanos ou, na melhor das hipóteses, para a permanente ameaça que paira sobre eles, colocando em xeque o avanço civilizatório representado pela Declaração Universal e seus corolários.

Contudo, esses fatos não conseguiram soterrar a promessa de melhores tempos nela veiculada. Paralelamente à sequência de violações a que deram ensejo, verificou-se o crescimento e a consolidação da idéia de cidadania planetária, animada pelo arraigar da tese de interdependência, da indivisibilidade e da universalidade dos direitos humanos.

Nesse movimento de globalização em prol do ser humano, tem sido central o debate sobre a questão das diferenças.

Repelida nos instrumentos internacionais que oferecem proteção geral, genérica e abstrata, por ter sido usada como justificativa para exterminar e destruir, a diferença começou a ser invocada para evidenciar a necessidade de conferir respostas específicas à proteção de determinadas pessoas, grupos ou situações mais vulneráveis às violações.

O Tratamento dos Desiguais

Converteu-se, assim, em critério básico de inclusão social, posto que os desiguais merecem receber tratamento especial.

De fato, é com base na valorização da diferença para o alcance da efetiva igualdade que vieram a lume os demais instrumentos formadores da espinha dorsal da normativa mundial de proteção dos direitos humanos: a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, de 1984; a Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Convenção Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, de 2006.

Com o aporte desses diplomas, que reiteram, atualizam e ampliam os termos da Declaração da ONU de 1948, o cabedal de proteção internacional de direitos humanos vai além das garantias de natureza civil, política, econômica, social e cultural para incluir, também, o direito à solidariedade. Este se desdobra em direito à diferença, direito ao desenvolvimento, direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz.

Portanto, no plano da legislação, da idéia do que deve ser um mundo, caminhamos, quem sabe, para um ambiente de fraternidade universal.

No plano dos fatos, porém, vivenciamos, no século XXI, uma realidade que mais se parece com o obscurantismo medieval e o estado mais primitivo de predação do homem pelo homem.

Para preservar a espécie que foi criada à imagem e à semelhança de Deus, precisamos resolver esse impasse e realizar, juntos, a utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no decorrer do século XX, o ser humano viveu um ritmo absolutamente frenético em um número sem fim de experiências, cada uma mais intensa que a outra. As sucessivas descobertas tecnológicas permitiram-lhe fabricar armas superpotentes, instrumentos de precisão inimaginável, veículos maciços de difusão de informações e meios de transporte ultravelozes.

Tudo isso provocou alterações substanciais no conhecimento que ele tinha de seu espaço, de sua história e de si mesmo.

Nesse processo de desconstrução, todos os grandes discursos que guiavam o homem foram postos sob suspeita, quando não definitivamente aniquilados, deixando-o sem rumo. Para garantir a sua sobrevivência, julgou ser necessário, então, tomar o caminho da intolerância: passou a investir contra tudo o que lhe parecesse diferente, buscando na violência resposta para os seus problemas.

O triste saldo da última Guerra Mundial mostrou o equívoco dessa escolha, colocando o ser humano de frente com o imperativo de eleger o caminho da solidariedade em nome de sua autopreservação.

Cultura de Tolerância

Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, germe da cultura de respeito e tolerância a ser instalada em todo o planeta.

Há quem hoje despreze o conteúdo da Declaração, nele apontando falhas que seriam responsáveis pelas crescentes violações dos direitos humanos, sobretudo a generalidade no trato das pessoas, sem considerar as profundas diferenças que as isolam no mundo real.

Nessa linha de raciocínio, o surgimento de diplomas internacionais voltados à proteção de determinados segmentos ou situações seria a prova definitiva da declaração da decrepitude do texto da Declaração.

Talvez essa atitude seja reflexo de uma era de mudanças velozes e de uma cultura de menosprezo ao passado, que se revela no desrespeito generalizado aos idosos, grupo a que a sexagenária Declaração Universal passou a pertencer a partir de 2008.

Todavia, não se pode desconsiderar a força e a atualidade desse documento, que resistiu incólume a alterações de toda ordem no cenário mundial nas últimas seis décadas, com adesão sempre crescente. Convém lembrar, a propósito, que surgiram mais de cem novos Estados nacionais, novos cem países, desde o nascimento da Declaração e que a maioria absoluta das nações do planeta não teve dificuldades para aceitar seus dispositivos e incorporá-los à legislação doméstica.

Convém lembrar, ainda, que esse documento tem inspirado as lutas reivindicatórias de todos os oprimidos, cujas conquistas se expressam no significativo conjunto de tratados e mecanismos internacionais a que os Estados aderem voluntariamente, cientes de que sua postura denuncia o avanço civilizatório de seus povos.

Convém lembrar, por fim, que a Declaração Universal deu ensejo à inclusão do ser humano no palco das relações internacionais, antes monopólio absoluto dos Estados, que tinham o poder não contestado de vida e morte sobre seus nacionais.

Deflagrou, assim, um processo irreversível e contagioso de democratização dentro e fora dos Estados, um processo que hoje chega a questionar a própria estrutura da ONU, anacrônica no poder

de veto conferida aos países-membros do Conselho de Segurança num contexto histórico muito distinto do contemporâneo.

Cuida-se, em suma, da cidadania planetária, única forma de fazer frente aos problemas igualmente planetários com que nos deparamos neste momento.

Portanto, é inadmissível o argumento da caducidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Horizonte da Utopia

Esse documento talvez constitua a única grande narrativa que sobreviveu ao século XX, marcado pela velocidade e pela fragmentação em todos os sentidos. Isso porque ela inseriu, na agenda política nacional, a questão dos direitos humanos, que, na sua complexidade, aponta para um plano de utopia, uma idéia reguladora, um horizonte que nunca poderá ser alcançado porque está sempre mais além, mas sem o qual não saberíamos sequer para onde ir.

A observação efetiva dos direitos humanos nas políticas e práticas das nações e na experiência das pessoas, no entanto, constitui outra questão.

O desrespeito aos direitos humanos faz parte do cotidiano mundial e, para citar o caso apenas do Brasil, atinge um número cada vez maior de pessoas, privadas do mínimo necessário a sua existência: meninos e meninas perambulam pelas ruas das metrópoles; desempregados são forçados a morar ao relento; idosos morrem aos poucos, à míngua de assistência médica; crianças e adolescentes são mantidos no trabalho precoce, longe da escola, e acabam mutilados pelos equipamentos de serviço; meninas são submetidas à violência e à exploração sexual, fantasma que perturba também a vida dos meninos de forma crescente; trabalhadoras deixam seus filhos trancados em casa por falta de creches; presidiários, jovens da periferia e trabalhadores sem terra são executados.

Esse quadro de horror mostra a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos.

No Brasil, a questão do orçamento é bastante elucidativa: embora a lei orçamentária contemple a área social com recursos consideráveis todos os anos, o contingenciamento de boa parte desses

recursos também é regra, impedindo sua liberação e aplicação, sem falar nos desvios e ralos abertos pela corrupção.

O Necessário Engajamento

Os fatos listados denunciam a necessidade de um maior engajamento de todos em defesa dos direitos humanos, sobretudo os econômicos, sociais e culturais, cotidianamente violados ou, na melhor das hipóteses, ameaçados.

Denunciam, ainda, a necessidade de romper o processo circular e vicioso sustentador de um Estado que se mostra autoritário e violento para com a grande maioria da população, enquanto se revela dócil e transigente aos interesses da elite.

Apesar do quadro desolador, o aumento do número de pessoas, entidades e governos sensíveis à causa dos direitos humanos levam a crer que há muita esperança. O movimento em prol dos direitos humanos é o único a ter uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras das nações.

Além disso, verifica-se o contínuo fortalecimento da Declaração Universal protagonizado pelos instrumentos internacionais obrigatórios de proteção aos direitos humanos e pelas Conferências Mundiais da ONU.

Assim, possivelmente se vislumbra o começo de uma verdadeira cultura dos direitos humanos, uma cultura de paz.

Importa enfatizar que a Declaração Universal traz o alerta de que a violação de um direito coloca todos em perigo. Se nos omitimos diante de uma violação, permitindo que um direito seja desrespeitado, deixamos implícito nosso aval a todas as demais violações.

Daí por que não há espaço para meio comprometimento com a causa dos direitos humanos. A sociedade de inteiros por ela desenhada clama pela defesa integral de cada um de nós: indivíduos, sociedade e Estado somos todos solidariamente responsáveis por assegurar ao ser humano a condição de portador de direitos e por repelir a idéia de que haja uma casta de cidadãos com mais direitos do que os outros; uma casta que defina que direitos ignorar, de quem e quando.

Justiça e Democracia

Por isso, precisamos logo assumir a responsabilidade que nos cabe na construção de uma sociedade justa e democrática, que garanta efetivamente os direitos proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como fazer isso? Podemos – e devemos – estimular a reflexão e a formação do espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade. Podemos formar grupos a fim de debater e procurar as soluções mais justas para os problemas que nos afligem. Podemos buscar conhecer nossos direitos e nossos deveres, pesquisando e divulgando a legislação nacional, os documentos internacionais para levar adiante a tarefa de consolidação da democracia pelo efetivo respeito aos direitos humanos como direitos de todos.

Também podemos – e devemos – aplicar os postulados da Declaração em nosso cotidiano, respeitando o outro com todas as suas diferenças e reconhecendo nele o nosso irmão, o nosso igual.

Para isso, basta termos em mente que os direitos humanos são indivisíveis, indissociáveis e interdependentes e que podemos ser a próxima vítima da violação hoje aceita, porque cometida contra alguém tão diferente de nós.

Em suma, podemos – e devemos – participar do processo de educação para os direitos humanos, caminho necessário para a construção de uma cultura de paz. Assim, selaremos nosso compromisso com um mundo melhor para a humanidade, mostrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um texto vivo, escrito diariamente por todos e por cada um de nós.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, na obrigação que eu tinha de abordar este assunto.

Muito obrigado.

A Ocupação da Amazônia pelos Gaúchos

(O Senador destaca, em pronunciamento no dia 15 de dezembro, a participação decisiva dos migrantes gaúchos tanto na incorporação de terras dos Estados do Norte à produção agropecuária quanto em funções essenciais nas cidades)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, continuo a minha tarefa, Sr. Presidente, porque pretendo escrever um livro sobre a história dos gaúchos na vida brasileira. O meu pronunciamento anterior foi sobre os gaúchos no Mato Grosso. E hoje eu quero falar dos que foram para a Amazônia em virtude da diáspora do povo gaúcho.

Segundo os dicionários, diáspora é a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No nosso caso, o motivo que levou os agricultores gaúchos à dispersão forçada foi econômico. O excessivo fracionamento das pequenas propriedades, nas colônias pioneiras no Rio Grande do Sul, fazia com que os filhos dos produtores saíssem em busca de terra. Os descendentes dos imigrantes alemães e italianos, já no início do século passado, chegaram ao norte e ao nordeste do Rio Grande do Sul e, pouco depois, sempre pelo mesmo motivo, começaram a cruzar o Rio Grande, primeiro para se instalar em Santa Catarina.

Nas primeiras três décadas do Século XX, os gaúchos criaram aquelas cidades que viriam a ser as maiores do Oeste e do Meio-Oeste catarinense. Nos anos 50 e 60, a migração concentra-se no Oeste do Paraná. A partir dos anos 70, milhares de produtores, em

um êxodo maciço, deixam a nossa terra para ampliar as fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas nos cerrados e na Amazônia.

Por tudo isso, creio que não exagero quando chamo de diáspora a essa movimentação de grandes proporções do povo sul-rio-grandense pelas terras brasileiras, mais exatamente pelas novas fronteiras agrícolas que foram sendo abertas por nós, sucessivamente, desde o início do século passado.

No primeiro dos meus pronunciamentos, esbocei um quadro dessa migração por terras brasileiras. Num segundo discurso, descrevi a verdadeira proeza que foi a ocupação dos cerrados, o que transformou o Brasil, efetivamente, num celeiro, com grande produção de grãos e carne. Em outro pronunciamento, falei da transformação, em poucos anos, do Estado de Mato Grosso, que virou uma potência agropecuária.

Hoje eu quero falar da presença dos gaúchos na Amazônia. Pela definição de Amazônia Legal, eu teria de incluir obrigatoriamente neste pronunciamento o Estado de Mato Grosso. Ocorre, porém, que os números da mudança em massa de agricultores gaúchos para aquele Estado são tão impressionantes que me senti obrigado a fazer um pronunciamento à parte.

Para mostrar o impacto da migração gaúcha para o Mato Grosso, citei o fato de, no momento, dois dos Senadores eleitos por aquele Estado terem nascido no Rio Grande do Sul. Estima-se que hoje já vivem em Mato Grosso cerca de 100 mil gaúchos.

Amor à Terra

O que se nota quando se estuda a diáspora do povo gaúcho é que o migrante, embora continue apegado à cultura gaúcha, ama com igual intensidade sua nova terra. Ninguém quer regressar.

Esse migrante ingressa num CTG, canta e dança nossas músicas, escuta programas de rádio do Sul, torce pelo Grêmio e pelo Inter, mas se fixa fortemente em sua nova terra. Isso se explica porque os agricultores são gente apegada ao chão que lhes dá o sustento.

Mais do que o hábito do chimarrão diário e do churrasco no final de semana, a nossa gente carrega consigo a vontade de se entregar totalmente ao trabalho. Viram os seus pais e seus avós tra-

balharem do nascer ao pôr do sol e é por isso que fazem também a mesma coisa. Solidários com os seus familiares e vizinhos, mal se instalam na nova terra chamam os pais e irmãos. Também convocam seus vizinhos para ocupar aquela região. E logo a cidadezinha nascente toma os ares de uma cidade grande. O trabalho é menos penoso quando se ampara no núcleo familiar. As famílias já instaladas vão ajudando as outras que vêm depois.

E, assim que possível, formam uma cooperativa. O cooperativismo nasceu no Rio Grande do Sul, entre os imigrantes italianos. Nas nossas cidades do interior, as pessoas se associam para tudo, para vender e para comprar. Em todas as novas terras que ocuparam, os gaúchos fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, da forte coesão comunitária. A Igreja tem um papel determinante na união das comunidades do interior.

E é isso que eles constroem, de saída, nas novas fronteiras: escolas, igrejas, cooperativa e CTG. Por falar nisso, é bom ter em mente que, hoje em dia, milhares de Centros de Tradição Gaúcha espalham-se hoje de Sul a Norte do País.

A Incorporação do Acre

Hoje, eu quero falar da presença dos gaúchos nos Estados Amazônicos: Acre, Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá.

Decidi começar pelo Acre por um motivo bastante simples: se há um Estado da Amazônia que tem forte ligação com o Rio Grande do Sul, esse Estado é o Acre. Isso ocorre porque a incorporação daquelas terras ao território brasileiro foi obra de um jovem idealista gaúcho, nascido na cidade de São Gabriel.

Idolatrado no Acre como um grande herói local, Plácido de Castro comandou uma revolução que saiu vitoriosa contra as forças bolivianas, muito mais numerosas.

Plácido de Castro nasceu numa família de militares. Era filho do Capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai. Recebeu o mesmo nome de seu avô, José Plácido de Castro, um major paulista que, após combater na Campanha Cisplatina, trocou São Paulo pelo Rio Grande do Sul. Um de seus bisavós, Joaquim José Domingues, participou da conquista das

Missões em 1801, quando aquele território foi incorporado ao território brasileiro.

Revolução

Um dos melhores alunos da Escola Militar da então província do Rio Grande do Sul quando eclodiu a Revolução Federalista, Plácido aderiu à Revolução, alcançando o posto de Major. Em 1899, aos 22 anos, resolve tentar futuro melhor no Norte do País, trabalhando como seringalista. Estava demarcando o seringal quando ficou sabendo pelos jornais, em 1901, que a Bolívia havia arrendado o Acre – cuja posse era disputada pelo Brasil desde 1750 – a uma companhia norte-americana. Plácido viu na notícia uma ameaça à integridade do Brasil.

Enquanto arregimentava combatentes, o Governo do Brasil reconheceu os direitos bolivianos sobre o Acre. Mesmo assim, Plácido de Castro iniciou um movimento armado para garantir a posse da região.

O governo boliviano enviou um contingente de 400 homens, que foram derrotados por 60 seringueiros comandados por Plácido de Castro. A seguir, suas tropas venceram outras guarnições bolivianas em Empresa e Porto Alonso. O próprio Presidente da Bolívia, General José Manuel Pando, no comando de suas tropas, vai ao ataque, mas sem sucesso. Plácido tinha 27 anos de idade quando liderou os brasileiros em combate que envolveram mais de 30 mil homens. Sua vitória definiu a fronteira oeste do Brasil. Em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, a luta foi encerrada.

Nomeado Governador do Acre, em 1906, Plácido de Castro viajou para o Rio de Janeiro, onde lhe ofereceram os galões de Coronel da Guarda Nacional, que rejeitou. Quando de seu retorno ao Acre, foi nomeado Prefeito. Dois anos depois, em agosto de 1908, caiu ferido numa emboscada que lhe prepararam mais de uma dezena de jagunços.

No dia 11, ardendo em febre, implorou ao irmão Genesco, na presença de vários companheiros: Logo que puderes, retira daqui os meus ossos. Direi como aquele general africano: Esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los. Ah,

meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre... Tanta ocasião gloriosa para eu morrer...

Plácido de Castro foi sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, num túmulo em cuja lápide a família mandou gravar o nome e sobrenome dos seus 14 carrascos.

Um Herói Nacional

Em 17 de novembro de 2004, o nome de Plácido de Castro foi incluído no Livro de Aço dos Heróis Nacionais, localizado no Panteão da Pátria, em Brasília.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, para a redação deste pronunciamento, tive a ajuda fundamental de dois dos mais destacados líderes da colônia gaúcha no Acre: o Deputado Estadual José Luís Schafer, mais conhecido como Tchê, e o desembargador Pedro Ranzi.

O Deputado Tchê nasceu em 1960, em Humaitá, no noroeste do Rio Grande do Sul. Em 1985, em busca de oportunidades, ele chegou ao Acre, então um Estado novo e com carência de mão de obra qualificada. Empreendedor, começou no ramo de transportes e passou, em seguida, ao comércio.

José Luís Tchê entrou para a vida pública impulsionado pelo desejo de enfrentar o desafio que era mudar a realidade política do Acre daquela época, marcada pela violência e pela impunidade. Em seu primeiro mandato, foi considerado como um dos cinco deputados estaduais mais atuantes. Entre seus projetos, destacou-se a lei que dispõe sobre o Acompanhamento na Hora do Parto, que garante à parturiente o direito a um acompanhante, iniciativa que, depois, tornou-se lei federal.

Concentração Gaúcha

A concentração no Acre de pessoas que nasceram no Rio Grande do Sul impressiona, diz o Deputado Tchê. São inúmeros os ocupantes de altos cargos políticos e administrativos, empresários, políticos, médicos e cidadãos comuns vindos do Sul que adotaram o Acre como uma nova terra. Estimo que hoje vivam no Acre entre

30 a 40 mil sulistas, sendo que a maior concentração de gaúchos é na capital, Rio Branco. Pela ordem de chegada, acredita-se que a colônia dos sulistas tenha sido a terceira a chegar ao Acre, logo após os nordestinos e nortistas.

De acordo com o Desembargador Pedro Ranzi, os gaúchos que vivem no Acre estão concentrados nos Municípios de Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Brasiléia e Epitaciolândia. Assentamentos de colonos gaúchos ocorreram na década de 70, em Brasiléia e Epitaciolândia, cidade que fica na fronteira com a Bolívia.

União

Segundo José Luiz Tchê, além de numerosos, os gaúchos se destacam pela união. Para maior conagraçamento, os sul-rio-grandenses criaram, em 1974, na capital, um Centro de Tradições Gaúchas que recebeu o nome de José Plácido de Castro.

O Centro nasceu da vontade de um grande grupo de cidadãos que têm o Acre no coração, mas que sentem saudades das tradições de sua terra natal, diz o Deputado Tchê. Como o amor que nos une é mais forte que a distância e as diferenças que os separam, a meta do CTG é zelar pelas tradições gaúchas, suas histórias, lendas e costumes. Assim, o Centro não desenvolve quaisquer atividades político-partidárias, filosóficas ou religiosas. Trabalha-se lá pela elevação moral.

O Desembargador Pedro Ranzi foi um dos fundadores do CTG, junto com seu irmão Alceu, professor da área de Paleontologia da Universidade Federal do Acre. O primeiro patrão e incentivador, Osório Rodrigues, reside na cidade de Plácido de Castro. A sede própria foi inaugurada em setembro de 2006, com a presença do cantor e compositor Rui Biriva. Também Gaúcho da Fronteira, Renato Borghetti e os Gaudérios, de Caxias do Sul, tocaram por lá. Para os bailes, são contratados grupos musicais gauchescos de Rondônia.

– No nosso CTG, todas as sextas-feiras à noite temos jantar dançante e boia campeira, muitas vezes um costelão assado à moda – explica o Desembargador.

Pedro Ranzi nasceu em 1947 no Município de Soledade, na localidade de Pontão do Butiá, hoje pertencente a Espumoso, no Rio Grande do Sul. Sua família era originária de Bento Gonçalves, onde seu bisavô, Carlos Jerolimo, recebeu o lote 200 da colônia Santo Antônio, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

Chegando ao Acre em 1969, foi residir em Cruzeiro do Sul, onde fundou um colégio. Na Prefeitura daquela cidade, exerceu as funções de Secretário, Contador e foi nomeado Prefeito em 1971. No ano seguinte, mudou-se para a capital do Estado, onde estudou Direito, formando-se em 1977. Ingressou na Magistratura em 1980. Passou a Desembargador em 2005.

Magistrado e Radialista

Um fato peculiar na vida de Pedro Ranzi é que, além do trabalho pesado no Tribunal de Justiça, onde ocupa a Vice-Presidência, ele é um dos apresentadores do Programa de Gaúcho, que vai ao ar todos os sábados, das 9 às 11 horas, na FM Gazeta de Rio Branco, a principal emissora do Estado.

A ideia de um programa de rádio nasceu de uma visita que fiz a Passo Fundo, onde residem meus familiares. Escutei lá a Rádio Planalto 105 FM, que toca 24 horas música gaúcha. De volta ao Acre, iniciei o programa em 2001, com meia hora de duração. Fui o criador e sou o programador, mas considero que o programa é do nosso CTG. Em geral, somos quatro apresentadores. Soubemos que o programa já foi ouvido nos Estados Unidos, Itália, Bolívia e Peru – disse Pedro Ranzi.

E acrescentou: Eu não era envolvido no movimento tradicionalista lá no Rio Grande do Sul, mas frequentava o CTG em Passo Fundo. A gente é mais gaúcho quando está longe do pago e da que-rência amada.

A Presença em Rondônia

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, passo agora a falar da presença dos meus conterrâneos no Estado de Rondônia.

Um dos melhores conhecedores do acelerado processo de ocupação de Rondônia é o do advogado Amir Lando, ex-Senador por aquele Estado, que ficou nacionalmente conhecido quando foi o Relator da CPI que investigou Paulo César Farias.

Entre 1970 e 1982, Amir Lando foi advogado do Incra e ocupou a Presidência da Comissão de Discriminação de Terras, que comandava a ocupação tanto em Rondônia quanto no Acre. De acordo com o ex-Senador, foi instalada cerca de uma dezena de grandes assentamentos ao longo da BR-364, que resultaram depois em importantes cidades de Rondônia, como Cacoal, Rolim de Moura e Ariquemes. Os lotes concedidos inicialmente aos colonos eram de 100 hectares, depois caíram para 50. Os assentamentos variavam entre dois mil e seis mil lotes.

Foi assim que Rondônia, em pouco mais de uma década, recebeu 100 mil famílias de agricultores. A grande maioria de assentados veio do Oeste do Paraná: Cascavel, Pato Branco e Toledo, cidades criadas pelos gaúchos que para lá haviam migrado a partir de 50 e, de lá, partiram para Rondônia.

“Gaúchos Cansados”

Amir Lando, que por duas vezes ocupou uma cadeira de Senador por Rondônia, se diz um “gaúcho cansado”, que é uma expressão entre brincalhona e carinhosa usada para designar os filhos da gente do Rio Grande do Sul que nasceram em Santa Catarina ou no Paraná. São chamados de “gaúchos cansados” porque nasceram quando seus pais faziam uma parada para descanso na sua viagem em busca de novas terras no Norte.

Amir Lando é um dos mais destacados integrantes da diáspora do povo gaúcho. Nasceu na Vila Uruguai, distrito do Município de Concórdia, em Santa Catarina, numa família de gaúchos migrantes. Seu pai era natural de Bento Gonçalves e sua mãe, de Garibaldi. Depois de estudar Direito e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 1965 e 1969, partiu do Rio Grande do Sul para Rondônia em 1970, como funcionário do Incra.

As centenas de milhares de lotes distribuídos a agricultores de Rondônia apresentaram duas tendências ao longo dos últimos 30

anos, diz Amir Lando. Muitas dessas propriedades foram subdivididas em função de heranças, enquanto outras sofreram um processo de concentração em mãos de pessoas com mais dinheiro.

Há hoje uma numerosa colônia de gaúchos em Rondônia. No interior, a maioria está nas cidades de Vilhena e Ji-Paraná, quase sempre plantando soja. A cidade de Ji-Paraná evoluiu ao redor de uma casa usada pelo Marechal Rondon quando de sua passagem por lá. As terras planas da região propiciam a mecanização da lavoura.

Gaúcho é aquele que, montado num pingo de aço, o trator, domina terras bravias – diz Amir Lando. – O gaúcho tem a alma ousada. É otimista e alegre.

Na capital, Porto Velho, há um grande número de profissionais liberais e funcionários públicos federais e estaduais vindos do Sul. Notável também é a presença de gaúchos na exploração de madeira ou na busca de ouro no Rio Madeira.

A Febre do Ouro

No Livro *O Brasil de Bombachas*, escreve o jornalista Carlos Wagner:

A doença que mais matou gaúchos na selva amazônica foi a febre do ouro. De uma hora para outra, pacatos agricultores venderam tudo o que tinham e se embrenharam mata adentro em busca de riquezas.

“Depois que um homem vira garimpeiro, ele jamais volta a ser uma pessoa normal”, descreve Gilberto Leal de Lima, 38 anos, conhecido como “Gaúcho” no garimpo de Arará, em Vila Nova Mamoré, Estado de Rondônia.

Há cinco anos era empreiteiro de obras em Canoas, no Rio Grande do Sul, e resolveu arriscar a sorte como agricultor no Norte do Brasil. Gaúcho não chegou nem perto da lavoura em Rondônia.

“Fui direto para o garimpo”, recorda. Pegou todas as suas economias e comprou uma velha draga que operava no Rio Madeira. “Nunca tinha visto tanto dinheiro junto”, lembra. No primeiro ano, houve uma transformação no seu comportamento. Comprou um imenso chapéu de caubói, mandou fazer grossos correntões de ouro para o pescoço e pediu para um ourives gravar numa medalha seu retrato e de uma draga.

A Chegada ao Pará

Senhor Presidente, passo agora ao Estado do Pará.

Um dos mais destacados cidadãos da diáspora gaúcha no Pará é o atual Secretário de Transportes daquele Estado, Valdir Ganzer, Deputado Estadual licenciado, e que já ocupou uma cadeira de Deputado Federal por aquela unidade da Federação.

Em 1972, com apenas 16 anos, ele desembarcou com seus pais e nove irmãos em uma agrovila formada pelo Incra às margens da Transamazônica, na altura de onde fica hoje o Município de Rurópolis. Os Ganzer vinham de Iraí, onde haviam ficado os dois filhos mais velhos. O início da vida no Pará foi duríssimo para eles.

“O nosso maior problema era a falta de assistência médica. Se uma pessoa da nossa agrovila quebrasse a perna numa segunda-feira teria que esperar até sexta-feira, quando passava o caminhão do Incra, para ser levada a uma das cidades mais próximas: Santarém (250 km), Itaituba (170 km) ou Altamira (300 km). Educação também era um grande problema: nas agrovilas. A gente só tinha o ensino primário. Eu, que era guri, queria jogar bola, mas não tinha campo de futebol. Era tudo mato”, conta Valdir Ganzer.

A situação começou a melhorar nos anos seguintes, quando as comunidades começaram a se organizar. “Quando chegamos, a gente não sabia nada do clima e da terra. Tivemos que aprender, na marra”, diz o político gaúcho-paraense.

Da família Ganzer, apenas um dos irmãos voltou ao Sul por problemas de saúde. Os demais permanecem na região. No entanto, Valdir Ganzer acredita que cerca da metade dos agricultores gaúchos, levados ao Pará durante o governo militar, deve ter permanecido na região. O retorno ao Sul também foi grande.

Nos últimos 10 anos, de acordo com o Deputado, surgiu uma nova corrente migratória gaúcha, mas de agricultores que vieram para plantar grãos.

Segundo o pesquisador Pedro Celestino Filho, supervisor do Núcleo de Pesquisas da Embrapa na Transamazônica, com sede na cidade de Altamira, ainda hoje existe na região uma quantidade grande de famílias de colonos gaúchos, que chegaram por lá no

início da década de 70. “Vários deles foram bem-sucedidos e hoje plantam café ou cacau. Seus filhos se casaram por aqui, com gente da terra”, diz o Dr. Celestino.

Café com Leite

Segundo ele, os sul-rio-grandenses estão concentrados em Medicilândia, Município a uns 90 quilômetros de Altamira. Além de cacau e café, há quem plante cana-de-açúcar na região, porque o solo é parecido com o do Paraná. Também a pecuária é forte. O café é vendido pela Bahia, de onde sai para o Espírito Santo. Altamira fica a 800 quilômetros de Belém em linha reta. Já a viagem por terra para a capital, de 1.200 quilômetros, não é feita em menos de 18 horas.

Altamira é considerada como sendo a cidade que tem maior concentração de gaúchos no Pará, porque foi por lá que começou a colonização da transamazônica, no início da década de 1970. Acontece que Altamira, Ituitaba e Santarém, os Municípios às margens da rodovia que na época estava sendo aberta, a partir da década de 80 subdividiram-se em num grande número de novas cidades: Brasil Novo, Medicilândia, Novo Progresso, Uruará, Placas, Novo Repartimento, Anapu e Pacajás.

“Os gaúchos estão espalhados por esses Municípios, mas principalmente em torno de Medicilândia. Se considerarmos que Altamira é uma cidade-polo, porque tem hospital, aeroporto e comércio de produção agropecuária, então podemos garantir que a concentração é em Altamira”, diz o pesquisador da Embrapa.

Também na região de Paragominas, que fica a menos de 300 quilômetros de Belém, há muitos agricultores gaúchos, segundo José Carminati, Presidente do Sindicato de Produtores Rurais daquela cidade. A produção de grãos do Estado do Pará, que ainda é pequena, nasceu, em boa parte, graças às migrações gaúchas. O cultivo de soja, por exemplo, começou em 1996, quando José Carminati e o gaúcho João Zanchetto começaram a plantar naquela região. Hoje, o polo de produção de grãos do Pará está concentrado em quatro cidades: Paragominas, Pixuna, Dom Eliseu e Ulianó-

polis. Na região de Paragominas, a área plantada de soja passa de 23 mil hectares.

João Zanchetto é gaúcho. José Carminati, que tem parentes distantes no Rio Grande do Sul, nasceu no Espírito Santo. Aliás, ele é natural de Castelo, terra do nosso companheiro Senador Gerson Camata. Segundo Carminati, os gaúchos que plantam na sua região chegaram, na maioria, depois de 2000, vindos de Mato Grosso.

Nos anos 80, Paragominas já havia recebido muitos migrantes sul-rio-grandenses, que chegavam para explorar madeira. A exemplo dos produtores de soja do Maranhão e do Piauí, os do Pará exportam sua produção pelo porto de São Luís, no Maranhão. A produção de milho é vendida em Belém.

Inovação e Pesquisa

O pesquisador Olinto Gomes de Rocha Neto, da Embrapa em Paragominas, tem sua história pessoal ligada à migração dos gaúchos para o Pará, seu Estado de origem. Recém-formado, em 1972, ele foi trabalhar pela Embrapa com os agricultores gaúchos que estavam sendo instalados às margens da transamazônica. Foi lá, na agrovila do Quilômetro 90, que conheceu sua esposa, Nely Batista, gaúcha de Tenente Portela.

De acordo com aquele pesquisador, também há um bom número de gaúchos na região de Paragominas e de Santarém, locais de migração mais recente. Em torno de Santarém, estabeleceram-se plantadores que já haviam sido bem-sucedidos em Mato Grosso. Compraram grandes propriedades.

Os gaúchos estão mais concentrados na cidade de Belterra. No planalto de Belterra e no planalto de Santarém, plantam hoje soja, arroz e milho. Os gaúchos também estão espalhados ao longo da BR-163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém. Nos últimos dez anos, tomaram a direção de Curuaúna.

Segundo fontes da Embrapa, em Belterra, os plantadores do Sul estão inovando, plantando com foco na recuperação do solo fazendo rodízio de culturas e diversificando para girassol e milheto.

Na Floresta Amazônica

Senhoras e Senhores Senadores, passo agora ao Estado do Amazonas.

Todos são unânimes em afirmar que a cidade mais gaúcha do Estado do Amazonas é Apuí, no extremo sul daquele Estado, quase na divisa com o Mato Grosso. Trata-se de um Município, hoje com cerca de 20 mil habitantes, que nasceu da migração gaúcha, nos anos 70, quando avançava o processo de ocupação da Amazônia.

Em Apuí, como na maioria dos polos de migração, são numerosos também os agricultores catarinenses e paranaenses descendem de gaúchos. Esse é o caso do atual Prefeito da cidade, Antonio Roque Longo, nascido em União da Vitória, Paraná. Sua família, originária de Bento Gonçalves, já havia feito uma escala em Videira, Santa Catarina.

Atualmente, concluindo seu segundo mandato, Longo chegou a Apuí pela primeira vez em 1980. Veio por sua livre vontade. Tivera informações da região por outros paranaenses que ali já se haviam instalado. Queria comprar terras baratas para iniciar-se na produção de gado. Achava que a cidade, pelo fato de estar às margens da transamazônica, logo entraria num surto de progresso acelerado.

Instalou-se na cidade em 1981 com uma serraria e, com o dinheiro amealhado, conseguiu começar sua fazenda de gado.

Em 1982, o Incra começou na região o Projeto de Assentamento do rio Juma, um dos maiores que já desenvolveu, com a concessão de cerca de 5.000 lotes. Inicialmente eram concedidos lotes de 100 hectares, mas como a procura de agricultores sulistas foi muito intensa, a área de concessão caiu logo para 60 hectares.

“Ao lado de um grande número de colonos, que veio para trabalhar a terra, também apareceram alguns aventureiros, que desistiram da terra, quando descobriram que teriam de trabalhar pesado”, diz Antonio Roque Longo.

Erguida à condição de Município, em 1988, Apuí hoje enfrenta o problema mais comum da Amazônia: o desmatamento. Mas, como atualmente há mais controle na exigência de preservação de parte das propriedades como reserva, a renda dos produtores caiu bastante. Como as propriedades são pequenas para os padrões do Norte e

do Centro-Oeste, só vigora por lá a agricultora familiar. A produção local está concentrada em café, guaraná, cacau, arroz e milho.

A principal atividade econômica da cidade é a criação de gado. O rebanho é de 150 mil cabeças, sendo que os maiores fazendeiros têm entre 5.000 e 7.000 cabeças. O café e o gado são vendidos para Manaus. Já o cacau é comercializado na cidade de Maués para uma empresa de refrigerantes ali instalada. O arroz e o milho são consumidos no Município.

Embora a cidade esteja a pouco mais de 400 quilômetros de Manaus em linha reta, a viagem até a capital do Estado é demorada. O trecho inicial, de 300 quilômetros por terra até Novo Aripuanã, é feito de carro em 7 horas. A parte final do trajeto é feita pelo rio Madeira. Em lancha rápida, são 11 horas de navegação. Já nos barcos tradicionais, a viagem leva 36 horas.

A transamazônica não foi asfaltada até hoje. Para viajar à cidade mais próxima ao sul, Jacareacanga, no Pará, num trajeto de 260 quilômetros de estrada apenas cascalhada, levam-se cinco horas.

Os Produtores de Roraima

Senhor Presidente, do Amazonas passo agora ao Estado de Roraima.

Antes de mais nada devo dizer que o meu prezado companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti, mesmo nascido em Roraima, é um homem que tem forte ligação com a comunidade gaúcha do seu estado. É frequentador emérito do Centro de Tradições Gaúchas Nova Quêrência, que é um dos principais locais de eventos da capital Boa Vista.

Nos seus pronunciamentos, o senador Mozarildo faz questão de ressaltar que a classe produtora de Roraima é basicamente formada por gaúchos. Estima-se que os nossos conterrâneos por lá representem 90 por cento dos agricultores e pecuaristas, quase todos pequenos e médios produtores. O senador Mozarildo sempre elogia a coragem desta gente que foi investir seu capital num Estado que então se formara.

“Não podemos esquecer que produtores de arroz que no momento estão lutando para poder produzir arroz no Estado de Roraima, na borda da polêmica Reserva Indígena Raposa Serra do Sol são

gaúchos,” diz o Senador Mozarildo Cavalcanti. “Não podemos jamais esquecer que o trabalho desses homens e mulheres, que deixaram para trás o seu querido Rio Grande do Sul há décadas, representa 25% do PIB do Estado de Roraima.”

Terceira Maior Colônia

Estima-se que os sul-rio-grandenses formem a terceira maior colônia em Roraima, depois dos maranhenses e dos cearenses. Seriam entre 10 mil e 15 mil pessoas num Estado cuja população está em torno de 400 mil habitantes.

Se há um típico migrante gaúcho em Roraima, ele é o Deputado estadual Erci de Moraes. Nascido em Cachoeira do Sul, ele é filho de um antigo companheiro meu de MDB, Astrogildo de Moraes. Ainda universitário, estudando na Universidade Federal de Santa Maria, Erci conheceu Roraima, onde sua universidade mantinha um *campus*. Gostou muito do lugar. Em 1974, formou-se em Zootecnia. Oito anos depois, já na condição de pesquisador da Embrapa, ele mudou-se para Roraima a fim de trabalhar lá numa estação da empresa.

Desenvolveu sua carreira profissional naquele Estado até aposentar-se, quando ingressou na vida política. Exerce agora o seu segundo mandato como deputado estadual, depois ter atuado como vice-governador entre 2004 e 2006.

Santa Maria

Segundo Erci de Moraes, a migração gaúcha para Roraima deriva, em sua maior parte, do *campus* da Universidade Federal de Santa Maria. Muitos dos que passaram por lá, tanto como professores quanto como estudantes, voltaram já formados, tendo em vista que o Estado oferece amplas possibilidades de crescimento profissional.

Segundo Erci de Moraes, os gaúchos transformaram a economia do Estado com o cultivo de arroz irrigado, nos moldes do Sul. Hoje o Estado é um dos maiores produtores nacionais. Por isso, os gaúchos querem que a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol seja descontinuada, de modo a não prejudicar quem desbravou

aquela região. Também há um grande número de pequenos produtores sul-rio-grandenses que trabalham com agricultura familiar em projetos de assentamento estabelecidos pelo Incra. Mas a ampla maioria dos gaúchos reside na capital, Boa Vista.

Domiciliado há quase trinta em Roraima o Deputado Erci de Moraes já se considera um makuxi, que é como os roraimenses são chamados. Makuxis eram os índios que habitavam a região antes da chegada dos brancos.

Num livro muito interessante, intitulado *Gaúchos em Roraima*, a professora Carla Monteiro de Souza, da Universidade Federal de Roraima, traça um painel da presença de sul-rio-grandenses na região.

Depoimento de Gente Humilde

Na sua obra ela reproduz depoimentos de pequenos agricultores que se fixaram em Roraima. Um desses migrantes, senhor Filipin, assim se refere ao Brigadeiro Otomar Pinto, a figura política mais popular de Roraima e grande incentivador da colonização:

“Era ele que ia às lavouras, ia para as roças, lá pelo mato. Ele chegava de tardezinha lá no interior e dizia: “onde é que eu boto a minha rede?” A gente ficava pensando: será que ele vai pousar aqui? E olha, em certos pontos ainda, a gente pode dar graças a Deus por ele aqui em Roraima. Ele só fez um erro, trazer muita gente. Agora o resto, ter feito alguma coisa que aparece aqui foi ele. Tanto na cidade como no interior. Isso daí por incrível que pareça não se pode negar.

Um outro gaúcho, senhor Ernesto, afirma: “Aí, no fim, juntou todo o grupo e viemos na caminhonete, na qual viemos do Paraná. A terra foi dada pelo governo, por que quem deu, quem chamou nós foi o Brigadeiro, o Ottomar. Deu um lote para cada família. Uns compraram, outros não.”

Segundo a professora Carla Monteiro de Souza, o processo de ocupação humana de Roraima embora dependente da iniciativa oficial, por outro, apresenta alto grau de espontaneidade. Levantamento feito entre 1981 e 1984, num centro de triagem naquele Estado,

foram registrados 11.921 migrantes, dos quais 6,2 por cento vinham dos Estados do Sul do País. Porém, quando se perguntava o lugar do nascimento, constatava-se que os sulistas eram 12,2 por cento. Isso mostra que boa parte dessa gente tinha passado pelo Centro-Oeste antes de chegar a Roraima,

É sabido que alguns Estados que, nos anos 60 e 70, foram receptores de migrantes, como Rondônia, Pará e Mato Grosso, passaram a expulsar os pequenos agricultores por causa da crescente concentração fundiária, da especulação imobiliária e da falta de infraestrutura e de apoio.

Dos naturais da região Sul, domiciliados em Roraima, os mais numerosos são os paranaenses. No entanto, todos os estudos de migração mostram que em geral os migrantes paranaenses são filhos dos gaúchos que se mudaram para aquele Estado entre os anos 40 e 60.

Vejamos alguns números: em 1960, apenas 18 gaúchos estavam em Roraima. Em 1970, já eram 1132. No Censo de 1991, somavam 1526 os nossos conterrâneos por lá.

Outro levantamento apontou que 46% dos agricultores inscritos em dois grandes projetos de colonização da Perimetral Norte – Jaupery e Jatapu – haviam nascido nas regiões Sul e Sudeste.

Sete dos gaúchos entrevistados pela professora Carla viveram em outras áreas de expansão agrícola antes de se radicar em Roraima. Ou seja, realizaram uma migração por etapas. Escreve a professora: “Cinco viveram no Paraná antes de virem para Roraima, sendo que um deles passou também pela Transamazônica (Pará); dos outros dois, um saiu do Rio Grande do Sul direto para Altamira, no Pará, e o outro para Ji-Paraná, em Rondônia”.

Nos seus depoimentos os gaúchos falam de como chegaram a Roraima.

Diz o senhor Ernesto: “Soubemos (no Paraná) por intermédio do Tarcísio que eles tinham comprado área grande em Roraima, através de um padre também que deu rolo”.

Fala dona Elza: “Como é que nós soubemos do Pará? Por causa de um primo que morava lá, Por causa do primo dele fomos para lá e por causa do filho do primo dele viemos para cá”.

O senhor Filippin depõe: “Aí foi a história que eu cheguei a Roraima, né. Eu vi em uns jornais de Cruz Alta, eu vi uns jornais que governo aqui dava terra de graça. Aí eu enfiei na cabeça que queria terra”

Segundo a professora Carla, os migrantes são movidos por dois fatores: impecoais, como os ligados à vida econômica do país, e pessoais, que seriam insatisfação, inadequação, falta de perspectiva e divergência em relação à sociedade de origem.

E apresenta o depoimento dona Catarina sobre a trajetória da família Filippin: “A gente namorou cinco anos, depois foi que a gente casou. Daí a gente foi morar na terra do sogro... Trabalhando na lavoura na terra do sogro, que ele tinha só meia colônia de terra. Quando eu me casei moramos um ano na lavoura depois fomos para o Paraná tentar trabalhar, Colocamos um mercadinho, também a gente não foi bem, né, que a gente foi criando os filhos. Aí voltamos de novo para o sul e aí fomos para a cidade tentar a vida. Ele trabalhava de empregado, para dar estudo para os filhos. Moramos dez anos em Ijuí e de lá que nós viemos para cá.”

Outro depoimento importante é o de dona Goretti Dresch: “Todo mundo aqui, com terra. Realizado, meu pai morreu feliz. Primeiro que todos os filhos quase tinham terra, quem não tinha terra, estava como eu e o Plínio, mas nós já temos o nosso pedacinho de chão feito. Eu acho que ele passou longe dos sonhos, ele deslumbrou. Ver os filhos dele trabalhando nessa terra aqui, ele deslumbrou. E feliz, porque meu pai, ele conseguiu uma área de terra muito grande, né que o meu irmão que é solteiro cuida até hoje. Terra, gado... que ele comprou, ele investiu”

Amapá

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Para concluir o pronunciamento de hoje, falarei da presença de sul-rio-grandenses no Amapá.

Quero começar falando da ligação com o Amapá de um magistrado e líder político gaúcho: Germano Bonow Filho. Um dos fundadores do Partido Socialista no Rio Grande do Sul, ele dirigiu a agremiação na década de 60. Pois bem, em meados dos anos 60, no

Governo de JK ou de Jango, Germano Bonow Filho prestou concurso público para a magistratura dos territórios.

Como era costumeiro na época, o processo de admissão arrastou-se por anos. Assim, só em setembro de 1964, Germano Bonow Filho viajou para o Amapá a fim de tomar posse no cargo.

Um dos seus filhos, o atual Deputado Federal Germano Mostardeiro Bonow, então estudante de Medicina, com apenas 22 anos, escondeu do pai que – um dia depois da partida dele – teria que depor num inquérito policial-militar na Sexta Região Militar.

À época, o rapaz participava ativamente do Grupo dos Onze, núcleos de um futuro Exército Popular de Libertação, proposto por Leonel Brizola. “Não contei da convocação porque não quis causar preocupação ao velho. Queria que ele viajasse tranquilo”, conta o Deputado Bonow. Só quase um ano depois, em julho de 1965 o atual deputado viajaria ao Amapá para passar o mês de férias com seus pais onde relataria o episódio.

Durante os anos em que foi, serviu como magistrado no Amapá, Germano Bonow Filho teve a companhia da esposa, dona Dora Mostardeiro Bonow. Os três filhos, já universitários, permaneceram em Porto Alegre, estudando. Depois, já de volta ao sul, dona Dora diria aos filhos que os melhores anos de sua vida foram aqueles que passaram ao lado do marido no Amapá.

Violência nas Eleições

O Deputado Germano Bonow guarda com carinho muitas das histórias que lhe foram contadas pelo pai a respeito da sua passagem pelo Amapá. Uma delas se refere à política. Naquela época, só havia um partido no Território, a Arena. Mas as brigas internas eram tão violentas que o partido ia para as eleições dividido em até três sublegendas.

Para restabelecer o clima de paz na época de uma eleição muito acirrada, o juiz pediu reforço militar. Dias depois chegou à cidade um destacamento de 30 homens, comandado por um tenente, que foi diretamente à casa do Juiz apresentar-se. Lá, perguntou ao doutor Bonow em que unidade militar deveria instalar seus homens. Aqui mesmo, disse o magistrado, e apontou para o fundo do pátio

de sua casa. As barracas dos soldados foram montadas ali e, daquele dia em diante, os bagunceiros, que costumavam passar diante da residência do juiz para xingá-lo, desapareceram.

A ligação dos Bonow com a Amazônia teria sequência em janeiro de 1969, quando, já formado em Medicina, Germano Bonow foi trabalhar como médico na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas. Passou dois anos numa cidade que, na época, só contava com três automóveis.

Gaúchos Amazônicos

Gil Marra, meu conterrâneo de Caxias do Sul, onde nasceu em 1960, é hoje o proprietário de uma das mais famosas churrascarias de Macapá. Como todo migrante gaúcho, queria melhorar de vida. Assim, aos 18 anos, mudou-se para Belém do Pará. Trabalhou inicialmente num restaurante e depois numa mineradora. Como funcionário dessa última empresa, seguiu em 1989 para o Amapá, onde, um ano depois, abriu sua churrascaria.

Conhecedor daquela cidade, Gil assim define a presença dos gaúchos naquele estado. “Temos por aqui muitos militares que vieram servir e acabaram ficando, depois de reformados. Há também um grande número de engenheiros que vieram para trabalhar na mineração, que aqui é uma atividade muito forte. O número de advogados gaúchos também é grande. Essas pessoas criam vínculo com a terra e acabam ficando. É o meu caso, que já me sinto um amazônico”.

Segundo Gil Marra, ser amazônico significa estar acostumado com uma temperatura que chega aos 40 graus com uma umidade relativa do ar permanentemente alta.

Quanto aos gaúchos ligados às atividades rurais, especialmente criação de gado e de produção de soja, segundo Gil Marra houve um refluxo nos últimos em função de restrições do governo do estado a essas atividades. Assim, alguns produtores sul-rio-grandenses preferiram seguir para o Pará ou para Tocantins. De acordo com Gil Marra, com o desestímulo à criação de gado e, no sentido inverso, o avanço da produção de cana, a carne vai acabar se tornando “produto de rico” no Amapá.

Um Casal de Arqueólogos

Ainda nessa minha pesquisa procurando a presença de gaúchos nos estados do Norte, descobri um casal de conterrâneos nossos – Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha, ambos arqueólogos – que atua no setor de Arqueologia no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

Segundo João Darcy, os gaúchos não são muito numerosos no Amapá, apesar do número estar aumentando a cada dia. “Existe, apesar da nossa pouca presença, um programa de rádio só com músicas gauchescas. Inclusive este programa promove uma festa no dia 20 de setembro, que junta a gauchada pra comer um churrasco”.

Segundo o arqueólogo, as áreas de atuação dos gaúchos são variadas, mas ele cita especialmente o setor de mineração, na indústria ainda incipiente e também “uma lenta migração em busca de terras que aqui são baratas, porém não muito férteis”.

No que se refere ao trabalho de arqueologia, os gaúchos Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha estão estudando o interessantíssimo sítio de Calçoene, a 390 quilômetros da capital. O achado arqueológico consiste em 127 pedras escuras, fincadas no solo num círculo de 30 metros de diâmetro. Para os leigos, o local lembra Stonehenge, o famoso monumento megalítico localizado na Inglaterra. Para os arqueólogos, o sítio de Calçoene, a 390 quilômetros ao norte de Macapá, é uma excelente oportunidade para se desvendar segredos dos índios pré-colombianos e principalmente da ocupação humana da Amazônia. Os blocos de granito chegam a mais de quatro metros de altura. Certamente talhados para este fim, foram levados para o alto de uma colina – as possíveis fontes rochosas ficam de 300 a 400 metros dali, pelo menos.

“Quanto à Calçoene, são realmente sítios muito interessantes”, diz João Darcy. “Os menires foram intencionalmente colocados naquela posição, comprovamos isto com as escavações. O material de lá é datado de 1000 anos atrás”.

Desafios num Meio Estranho

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, encerro este pronunciamento dizendo que, de fato, eu me orgulho da capacidade que os gaúchos têm de enfrentar os maiores desafios. Como acabei de mostrar, é grande o número dos nossos conterrâneos que moram nos distantes estados do extremo Norte.

Temos aqui o relato de pessoas que vivem a cinco, seis, sete mil quilômetros de distância do Rio Grande do Sul, onde, na maior parte dos casos, ainda têm parentes.

São pessoas que enfrentaram grandes desafios, que tiveram de se adaptar a um meio totalmente estranho e que, mesmo assim, alcançaram o sucesso. Amam sua nova terra, mas ainda guardam um cantinho do coração para o seu torrão natal. A essa brava gente brasileira quero deixar aqui a minha saudação.

Muito obrigado.

25 Anos de Atividade do DIAP

(O senador ressalta, em pronunciamento no dia 16 de dezembro, a importância do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar nas conquistas da classe trabalhadora no último quarto de século)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Senado realiza, hoje, sessão solene para comemorar uma data da maior importância tanto para os trabalhadores quanto para o Brasil e para este Parlamento. Estamos aqui para saudar os 25 anos de atividade do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Como diz o Senador Mão Santa, assim como a OAB é uma entidade que está acima da própria entidade de advogados, e é uma entidade nacional, o Diap é uma entidade que não é da CUT, não se confunde com a Central Única de Trabalhadores, mas é uma entidade superior que representa o pensamento, o sentimento e a vida dos trabalhadores.

Trata-se de uma entidade que ocupa um papel destacado no cenário brasileiro. Esse seu trabalho ligado ao Parlamento tem sido extremamente profícuo no processo de redemocratização do Brasil, de modo especial no que se refere aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Naquela ocasião, como sabemos todos, houve um grande avanço nos pleitos dos trabalhadores. Mal saído da ditadura, o País

tinha a obrigação moral de ressarcir os trabalhadores pelas perdas que haviam sofrido em mais de 20 anos de autoritarismo.

Cumprimento o meu amigo Paulo Paim, que solicitou esta sessão de homenagem. Político voltado para tudo que diz respeito aos trabalhadores, o Senador Paim quis, com esta sessão, elogiar o trabalho louvável que vem sendo desenvolvido por essa entidade que assessora a classe trabalhadora no que se refere às atividades com o Congresso, com a sociedade e com a legislação brasileira.

Antes de mais nada, quero elogiar a publicação do Diap que aponta todos os anos os parlamentares mais destacados.

Eu sou um parlamentar muito criticado, porque acham que eu sou uma espécie de ovelha má que aponta os erros, que diz as coisas que estão erradas, e que vive exigindo a sua modificação.

Críticas ao Poder Legislativo

Exijo a folha limpa; exijo que o Brasil deixe de ser o País da impunidade e sou contra o foro privilegiado. Por isso, tenho autoridade para dizer: acho um trabalho louvável esse do Diap, porque o que a maioria da sociedade, da imprensa, da academia faz é simplesmente criticar o Poder Legislativo. E eu entendo.

Embora tenham razões, porque aqui nós erramos muito, a verdade é que há um grande número de parlamentares que praticam a verdadeira política. Quero agradecer, enfaticamente, ao Diap por esse trabalho fundamental para a valorização da vida pública.

O Senador Paulo Paim é um exemplo clássico: figura em todas as listas, figura em todos os debates, está em todo noticiário; é trabalhador, é alguém que está à espera de que se lhe faça justiça. Esse seu trabalho tem o respeito da sociedade brasileira.

O Diap surgiu, em 1983, com o objetivo de atuar junto aos Poderes da República, em especial ao Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, no sentido da transformação em normas legais das reivindicações majoritárias da classe trabalhadora.

Para termos uma ideia da aceitação dessa proposta, basta citar que hoje o Diap é constituído por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando centrais, confederações, sindi-

catos e associações distribuídas em todos os estados e territórios do País.

Nesta ocasião, obrigatoriamente, temos de lembrar que esse grande instrumento dos trabalhadores foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual diretor-técnico da entidade.

Essencialmente democrático, o Diap tem seu comando político-sindical exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembléia Geral e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída de dirigentes sindicais.

Quero ressaltar que as decisões internas do Diap são tomadas de forma democrática, suprapartidária e calcada em conhecimento técnico. O Departamento atua com ênfase nas matérias que tenham obtido consenso no movimento sindical, representando o pensamento majoritário.

Reconhecimento

O Diap é conhecido nacionalmente graças a um excelente trabalho de divulgação. A grande imprensa do Brasil é pautada pelo Diap. Parlamentares e entidades que queiram subsídios sobre os projetos, as votações e o comportamento dos partidos e de parlamentares podem recorrer ao departamento que serão bem atendidos.

Igualmente importante é o livro *Quem é Quem*, editado desde 1986, que registra como foi a atuação e a votação dos parlamentares em relação a matérias de interesse dos trabalhadores. A sociedade acompanha. Cada um vota como quer, mas responde pelo seu voto, e a sociedade toma conhecimento do que está acontecendo.

Senhor Presidente, ao concluir este pronunciamento, quero destacar algo que me parece muito importante. O Diap não exerce qualquer tipo de patrulhamento ideológico. Em vez disso, assume postura de profundo respeito diante de todos, diante dos posicionamentos de cada parlamentar. Cumpre rigorosamente seu dever de informar os sindicatos, de informar os trabalhadores e a sociedade sobre os projetos em curso no Congresso Nacional, sobre sua tramitação e quem votou em quem.

Na minha opinião, o Diap exerce uma saudável pressão democrática, que contribui para a melhoria e o aperfeiçoamento das nossas instituições.

Credibilidade, justiça, engajamento e competência são qualidades que marcam a existência dos 25 anos do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar. Essa é uma história de luta que orgulha os trabalhadores brasileiros. Não creio que exista entidade semelhante em muitos países por aí fora.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Novos Tempos na América Latina

(Em pronunciamento no dia 19 de dezembro, o Senador elogia a realização, na Bahia, de uma cúpula de países americanos sem os Estados Unidos, destaca a política externa brasileira, mas lamenta que o governo do PT não tenha se mantido fiel às suas bandeiras anteriores à eleição de Lula)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, praticamente, estamos encerrando as nossas atividades deste ano, neste 19 de dezembro. Creio que tem muito a se falar sobre este ano, mas não sei se temos algo a comemorar.

Começo pelo evento realizado na Bahia, na Costa do Sauípe, que pela primeira vez reuniu todos os países da América Latina, sem os Estados Unidos. Ele foi muito importante. Parabéns ao Presidente Lula!

Considero a Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington, uma entidade sem nenhum significado. Quem manda nela são os Estados Unidos. Pois agora está-se consolidando a criação de uma Organização Latino-Americana, sem os Estados Unidos.

Raul Castro, irmão de Fidel Castro, marcou posição. Mostrou a que veio. Ele tem a oportunidade de que se abram as portas para pôr fim a uma tragédia que, há cinquenta anos inferniza a América: o bloqueio a Cuba.

Todas as nações americanas receberam de braços abertos a presença de Raul Castro, e, por unanimidade, defenderam a presença de Cuba na Organização, e, por unanimidade, defenderam que temos de votar o fim do bloqueio econômico a Cuba.

Trinta e três países da América Latina e do Caribe, reunidos de forma inédita, cobraram ontem do Presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, uma mudança na política americana com relação à região.

Ainda mais: lançaram a ideia de um foro próprio de debates e soluções de controvérsias, a União Latino-americana e do Caribe. Uma espécie de Organização dos Estados Americanos, que até ontem os americanos lideravam, uma Organização dos Estados Americanos sem a América do Norte. A ideia foi apresentada pelo Presidente do México, Felipe Calderón, aliado dos Estados Unidos, que recebeu imediatamente o apoio de todos os presentes.

O Brasil ocupa um lugar muito importante nessa nova posição da América Latina. Acho que não há como deixar de reconhecer o importante significado da política externa brasileira. Quando o Brasil ajuda países pobres da América Latina, muitos parlamentares estranham.

Temos muita fome, temos miséria, mas o gesto político de estender a mão a nossos irmãos com mais fome e com mais miséria da América Latina é importante.

O Brasil não tem ambição de conquista. Os Estados Unidos dobraram seu território, roubando metade das terras do México. Lá está a Califórnia o mais rico Estado americano, lá está o Estado do Novo México, roubados do México.

A célebre política de Monroe dizia: "A América para os americanos". A gente entendia que a América para os americanos era para nós, mas não; era só para os norte-americanos.

A América Latina tem tudo: tem petróleo, tem minério, tem agricultura, tem pecuária, tem riqueza. No entanto, tem fome, tem miséria, tem atraso.

Se estabelecermos um diálogo na América, com um intercâmbio comercial e político, nós vamos crescer e muito.

O Presidente Sarney merece um elogio à parte. Foi ele, quando era o Presidente da República, que iniciou o entendimento, depois de cem anos, entre a Argentina e o Brasil. Os americanos do norte

instigaram, dizendo que uma luta entre o Brasil e a Argentina era inevitável.

Eu sou do Rio Grande do Sul e lá, na fronteira com a Argentina, a região que era mais próspera, mais rica do Rio Grande e para o Brasil foi proibida de crescer.

Do próprio Getúlio Vargas, gaúcho dali da região de São Borja, Presidente da República, veio a determinação de que na fronteira era proibido criar indústrias porque com a Argentina, mais cedo ou mais tarde, teríamos uma guerra.

O Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín iniciaram entendimento. Quando nos reunimos – e eu era Ministro indicado por Tancredo – para discutir o que faria a Nova República em termos diplomáticos a tese foi dar ênfase à América Latina. A seguir, veio o Mercosul e, agora, culmina com essa reunião extraordinária realizada na Bahia entre todos os Governos da América Latina e do Caribe.

Vejo com estranheza alguns fatos. O Paraguai quer alterar as regras da remuneração da energia da usina de Itaipu. O Equador, que recebeu verbas do BNDES, a pretexto de que a Odebrecht não estaria fazendo o trabalho como deveria, diz que não vai pagar a dívida. A Bolívia quer lembrar fatos do século retrasado com relação ao território do Acre, fruto de negociações e não de luta. Mas eu creio que isso deve fazer parte até de uma instigação que vem de fora, no sentido de criar animosidade para evitar essa união.

Mas há questões que vamos ter de analisar como a de ainda existirem colônias na América Latina.

No segundo milênio, as Ilhas Malvinas, são propriedade da Inglaterra a troco de quê? Acho que exigir a independência de todos os territórios da América Latina é algo absolutamente positivo e necessário.

Acho que não podíamos encerrar este ano de maneira mais positiva. Quero felicitar o Presidente Lula pelo esforço que ele está fazendo para nós enfrentarmos a crise que o mundo está vivendo. Eu acho que ele está tendo coragem e está fazendo um esforço que merece respeito.

Primeiro, é para notar a diferença entre essa crise e as anteriores no mundo. No Governo Fernando Henrique, crises do México, da

Rússia, da Coréia e da Argentina atingiram o mundo inteiro, inclusive o Brasil. Esta, que é dez vezes maior do que as outras, ainda não nos atingiu com força.

Qual é a diferença entre agora e antes?

Antes os Estados Unidos eram a única potência. Agora há alguns fatos novos. O primeiro é o Mercado Comum Europeu, a unidade européia. O segundo fato é a ascensão da China: há 15 anos crescendo a 10% ao ano, com uma população de 1 bilhão e 400 milhões! A Índia está crescendo 6%, 7% ao ano. O Brasil é visto como uma grande potência para o final deste século.

Então, nessa nova realidade, não há mais a ditadura absoluta da economia americana. E é aí que o Lula está jogando. E repito, nós temos de rezar para que dê certo.

Fico pensando hoje, Senhor Presidente se o Lula tivesse assumido o comando moral, ético, se o seu Governo fosse como era o PT antes do Governo, hoje o Lula seria um deus aqui no Brasil. Se com tudo isso ele tem 80% de popularidade, imagine se ele não tivesse a corrupção e a imoralidade dentro do seu Governo.

Mas eu acho que agora, nessa hora em que estamos vivendo, ele podia dar um norte ao seu Governo. Além de ser simpático, de dizer o que o povo gosta de ouvir, ele deveria ter um comportamento firme na ética e na seriedade.

Mas eu confio, Sr. Presidente, confio que estamos a caminho de um mundo melhor. Confio que nós estamos numa conscientização da sociedade em todos os cantos do mundo. Confio que nós haveremos de marchar rumo a uma sociedade de paz e de amor

Se Deus quiser, vamos chegar lá: mais paz, mais amor e mais justiça.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Proposições Legislativas

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2008

Altera o § 3º do art. 14 para incluir a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art.14

.....

§ 3º

.....

VII – idoneidade moral e reputação ilibada. (NR)”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, no *caput* do art. 37, impõe o dever de observância ao princípio da moralidade na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos três níveis de Governo. O art. 14, § 9º, da Carta Magna, também trata do tema ao determinar que lei complementar disciplinará outros casos de inelegibilidade e sua duração, com o fim de proteger, entre outros, a

moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato.

Ocorre que, ao tratar da vida pregressa dos candidatos, a Lei Complementar nº 64, de 1990, limitou-se a declarar inelegíveis os condenados definitivamente por determinados crimes. Não previu a inelegibilidade dos candidatos que não comprovem idoneidade moral e reputação ilibada. As disposições da referida lei viabilizaram, assim, a candidatura daqueles que lançam mão de inúmeros recursos, legais ou não, para postergar indefinidamente o trânsito em julgado de eventuais condenações criminais. E propiciou o aumento da corrupção e da irresponsabilidade nos Poderes Legislativo e Executivo.

Os conceitos de idoneidade moral e reputação ilibada possuem a propriedade de serem complementares e mutuamente inclusivos. Na lição de José Cretela Júnior, em seus Comentários à Constituição de 1988, vol. 5, assegura que “idoneidade moral é o atributo da pessoa que, no agir, não ofende os princípios éticos vigentes em dado lugar e época. É a qualidade da pessoa íntegra, imaculada, sem mancha, incorrupta, pura”. Para De Plácido e Silva, em seu Vocabulário Jurídico, vol. II, 12ª edição, Forense, idoneidade e boa reputação são termos que se completam e idoneidade moral “é a que se gera da honestidade ou dos modos de ação das pessoas no meio em que vivem, em virtude do que é apontada como pessoa de bem”.

Tais conceitos não se confundem com a exigência de trânsito em julgado de sentenças para a finalidade de se considerar uma pessoa primária ou reincidente.

No campo do direito penal a questão objetiva do reconhecimento de reputação ilibada e idoneidade moral é comparável aos antecedentes de um réu, para efeito do cálculo de “dosimetria” da pena, sendo certo afirmar que o STF considera suficiente para a caracterização de Maus Antecedentes a existência de distribuição criminal contra o réu ou inquéritos policiais em andamento em que se investigam condutas, em tese, ilícitas.

Ora, se tal compreensão do STF é utilizada como critério objetivo para agravar a pena de acusados em processos crimes, da

mesma forma deve ser utilizada para se avaliar os requisitos para a questão da elegibilidade, ou de sua denegação.

Não se pode conceber a ideia de que o requisito previsto no art. 73, § 1º, inciso II, da CF, membros do Tribunal de Contas da União, seja de avaliação subjetiva, já que a pessoa merecedora da indicação irá cuidar do dinheiro e das contas públicas, revestindo-se das mesmas garantias da magistratura, e, portanto, o indicado deve gozar dos mesmos predicados que se exigem de um magistrado, até porque, em determinadas situações, a Corte de Contas exara verdadeiros julgamentos das atividades administrativas.

Para corroborar a possibilidade de verificação objetiva dos requisitos de reputação ilibada e de idoneidade moral, traçada em paralelo com a posição do STF e adotada pelo STJ, trazem-se à colação os seguintes julgados:

A Turma, por maioria, indeferiu *habeas corpus* impetrado contra acórdão do STJ que mantivera o aumento da pena do paciente em dois meses, devido ao reconhecimento de maus antecedentes, em razão da existência de vários inquéritos policiais em curso, nos quais indiciado o paciente. Considerou-se que os maus antecedentes não resultam exclusivamente de decisões judiciais com trânsito em julgado, mas também das situações da vida pregressa do réu que, pela reiteração e desígnios, autorizem o magistrado a aumentar a pena imposta, sendo que, no caso concreto, o paciente possuía diversificada folha criminal, com inúmeros inquéritos em curso, na ocasião da prolação da sentença condenatória. Vencido o Min. Celso de Mello que concedia o *habeas corpus* para excluir da condenação o acréscimo relativo ao reconhecimento dos maus antecedentes, por entender que não podem ser considerados como elementos caracterizadores de maus antecedentes a existência de inquéritos policiais em curso contra o paciente. Precedentes citados: RE 211.207 SP (DJU de 6-3-98), HC 77.049 RS (DJU de 9-6-98) e HC 80.630 PB (DJU de 6-3-2001). HC 81.759 SP, rel. Min. Maurício Corrêa, 26-3-2002.

A consideração da reincidência como circunstância que sempre agrava a pena (CP, art. 61) não conflita com o princípio *ne bis in idem*. Por outro lado, a presunção de não culpabilidade (CF, art. 5º,

LVII) não impede que se tome como prova de maus antecedentes do acusado a pendência contra ele de inquéritos policiais e ações penais sem condenação transitada em julgado. Precedentes citados: HC 70871 RJ (DJ de 25-11-94); HC 72370 SP (DJ de 30-6-95). HC 73.394 SP, rel. Min. Moreira Alves, 19-3-96.

É elemento caracterizador de maus antecedentes o fato de o réu responder a diversos inquéritos policiais e ações penais sem trânsito em julgado, justificando-se, assim, a exacerbação da pena base (CP, art. 59). HC 73.297 SP, rel. Min., Maurício Corrêa, 6-2-96.

Analisando a jurisprudência majoritária da Suprema Corte, verifica-se que se avaliou de forma objetiva a existência de antecedentes criminais sem o trânsito em julgado para determinar a reputação ilibada de pessoas.

Outro não foi o entendimento do STJ, ao afirmar que primariedade não se confunde com bons antecedentes, alertando que tem bons antecedentes quem ostenta vida pregressa limpa, com bom conceito social.

Portanto, a conclusão a que se chega é que processos em andamento, investigações criminais e antecedentes judiciais não se confundem com condenações com trânsito em julgado; enquanto estas servem para determinar a reincidência, aquelas são utilizadas para determinar a reputação ilibada ou não de determinadas pessoas.

Essa situação não pode perdurar. A legislação eleitoral deve ser endurecida para adequar-se às condições e perspectivas atuais e alcançar o real objetivo das normas constitucionais relativas à moralidade administrativa.

Entendemos que o registro deve ser deferido somente aos candidatos com comprovada idoneidade moral e reputação ilibada. Afinal, a exigência de reputação ilibada, por exemplo, constitui requisito constitucional de acesso a inúmeros cargos públicos, como Advogado-Geral da União e Ministro do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (arts. 73, § 1º, II; 101; 104, parágrafo único; 131, § 1º, da Constituição Federal), e deve ser exigida também daqueles que pretendem ocupar cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo, representando o povo brasileiro e definindo os rumos da nação.

Desse modo, dá-se ao cidadão a oportunidade de escolher seu candidato entre aqueles com conduta moral compatível com as responsabilidades do cargo eletivo disputado. Cabe lembrar que significativa parcela da população, além de carente de direitos constitucionais fundamentais, não dispõe de meios de acesso às informações relativas à vida pregressa dos candidatos a cargos eletivos.

Portanto, apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição, que insere a idoneidade moral e a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade. Com o fim de integrar as normas eleitorais, apresentamos, simultaneamente, projeto de lei e projeto de lei complementar, que alteram, respectivamente, a Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições) e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), com idêntica finalidade.

A medida constituirá um grande avanço no sentido do aperfeiçoamento da representação política e da moralização dos Poderes Legislativo e Executivo de nosso País.

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2008

Altera dispositivos constitucionais relativos ao limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 93

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, exceto no que se refere ao limite de idade determinado pelo § 2º do art.101. (NR)

.....
“Art. 101

§ 1º

§ 2º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão aposentados compulsoriamente aos setenta e cinco anos. (NR)

Justificação

A expectativa de vida do brasileiro vem aumentando progressivamente, alterando de forma significativa o perfil etário da população. Esse fato ganha consistência com a ampliação da urbanização, a formação de uma classe média com melhores condições

educacionais, aliados aos inegáveis avanços das ciências de saúde que tornou mais longa parte de nossa sociedade.

A Constituição Federal, ainda não assimilou totalmente tais mudanças demográficas, pois proíbe que alguém com mais de setenta anos possa ser servidor público ou mesmo nomeado para cargos de magistrado e outros de semelhante relevância.

Há anos venho tentado trazer este debate ao mundo normativo. Entretanto, é notório que o assunto de se aumentar, no amplo espectro das funções públicas, a idade limite para 75 anos para a aposentadoria compulsória ainda não encontrou um consenso.

Esta proposta busca assim fazer essa atualização, ainda que restrita aos cargos de Ministros do Supremo Tribunal Federal –, haja vista a frequência com que nos chegam notícias de casos de pessoas, com alto preparo intelectual e largo tirocínio profissional, afastadas compulsoriamente de suas atividades.

As três últimas Constituições brasileiras fixaram em setenta anos esse afastamento compulsório, ampliando, assim, em dois anos, a situação das Cartas imediatamente anteriores, as de 1934 e 1937.

No entanto, onde a sociedade mais teria a ganhar se alargássemos o limite de idade objeto desta proposta seria exatamente na mais alta Magistratura, pois nada mais apropriado à atividade jurisdicional que esta seja exercida por julgadores calejados e experimentados, pois sabemos que a letra inerte da lei nem sempre é suficiente para estabelecer uma decisão ou sentença justas.

Devemos acrescentar que a nossa proposta não atinge aqueles que podem requerer sua aposentadoria com base em seu tempo de serviço. Constitui-se apenas numa faculdade para aqueles que querem permanecer nesta nobre função pública.

Para nós é estranho que renomados juristas com mais de setenta anos, que foram exemplares e eficientes servidores públicos, ou até mesmo ex-Ministros do Supremo Tribunal Federal, possam ser contratados para elaborar caríssimos pareceres jurídicos para a Administração Pública e sejam proibidos para atuar como integrante das instituições públicas.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta emenda constitucional.

Projeto de Lei do Senado nº , de 2008 Complementar

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts 1º e 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º

I –

e) os que forem condenados, em primeira ou única instância ou tiverem contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado, pela prática de crimes definidos como hediondos, de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, contra a administração pública, a economia popular, a fé pública, os costumes, o patrimônio público, o meio ambiente, a saúde pública, o sistema financeiro, dolosos contra a vida, de abuso de autoridade, eleitorais, de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, de exploração sexual de crianças e adolescentes, ou de redução a condição análoga à de escravo, desde a condenação até o integral cumprimento da pena;

.....

j) os condenados em qualquer instância por ato de improbidade administrativa, desde a condenação até a integral execução

das cominações impostas, a despeito do prazo de suspensão dos direitos políticos fixado pela sentença;

Art. 4º As apelações e recursos interpostos pelas pessoas a que se referem as alíneas *e* e *j* do inciso I deste artigo terão prioridade nos Tribunais, que deverão julgá-los até a data estabelecida pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para a escolha dos candidatos pelos partidos políticos. (NR)

Art. 15. Publicada a decisão que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado o registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido. (NR).

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei complementar realiza os propósitos que vimos perseguindo faz anos, juntamente com amplos segmentos da sociedade brasileira que lutam pela moralidade da Administração Pública.

Seu propósito é excluir do processo eleitoral aquelas pessoas que, conforme o Judiciário brasileiro, não têm os bons antecedentes necessários para o exercício de qualquer cargo público eletivo.

Quando a Constituição exige que a Lei Complementar contemple o exame da vida pregressa do candidato como condição de elegibilidade (§ 9º do art. 14, CF), confere o necessário fundamento de validade constitucional para o projeto que ora apresentamos, que simplesmente visa à realização do mesmo objetivo constitucional.

Quanto à sua forma, o projeto contempla uma parte que me parece significativa das exigências que constam da minuta elaborada pela sociedade civil no âmbito do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, de que participam instituições como a CNBB, a OAB, a CONTAG, além de inúmeras outras, importantes e representativas de segmentos da opinião pública. Sabemos que a proposição a ser apresentada por esse movimento, provavelmente, abordará o assunto de um modo mais amplo.

Em grande medida, trata-se do mesmo movimento da sociedade brasileira que apresentou e trouxe ao Congresso Nacional a aprovar a Lei nº 9.840, de 1999, que acresceu o art. 41-A à Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1995), para tipificar o ilícito da captação de sufrágio, ou compra de voto, e excluir da eleição os que o praticarem, mediante decisão em única instância da Justiça Eleitoral. Cabe assinalar que o Supremo Tribunal Federal, acionado, confirmou a constitucionalidade dessa medida, nos termos do entendimento já expresso pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Incumbe assinalar, ao final, que o Tribunal Superior Eleitoral, ao responder consulta quanto à elegibilidade de pessoas com maus antecedentes, decidiu, recentemente, por maioria (quatro votos a três) que a vigente ordem constitucional ainda não permitiria tal entendimento.

O Projeto que ora apresentamos, se convertido em Lei, contribuirá para o avanço da jurisprudência da Justiça Eleitoral a esse respeito, reforçando o papel dessa instituição, que tanto tem contribuído à democracia brasileira.

Nesse julgamento, destacou-se a afirmação do Presidente do Tribunal, Ministro Carlos Ayres Brito, ao questionar a situação presente, em que se admite a candidatura de pessoas notoriamente envolvidas com o mundo dos delitos. Sua Excelência destaca, nessa questão, o conflito entre os princípios constitucionais, para afirmar: “Aqui, o exercício de direitos não é para servir imediatamente a seus titulares, mas para servir imediatamente a valores de índole coletiva: os valores que se consubstanciam, justamente, nos proto-princípios da soberania popular e da democracia representativa”.

O Projeto de Lei Complementar que ora apresentamos não se limita a excluir do processo eleitoral os condenados pela prática dos crimes que especifica e também por improbidade administrativa –, ele também determina que os tribunais conferirão prioridade ao julgamento dos recursos respectivos, de modo a proteger os interesses daqueles efetivamente interessados na manifestação definitiva da Poder Judiciário.

Em face dessas razões de fato e de direito, solicito aos eminentes Pares o apoio e a participação imprescindíveis ao aperfeiçoamento e à aprovação do projeto que ora submetemos ao exame do Senado Federal.

Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008

*Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades – Regula-
lamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá
outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

§ 1º

.....

.....

§ 5º (VETADO)

§ 6º Dentro dos objetivos e metas das políticas contidas no Plano Diretor e gestão municipal deverão ser prioritárias as ações e diretrizes que visem:

I – estimular que as edificações públicas ou privadas possuam sistemas de captação, armazenagem e reciclagem dos recursos hídricos pluviais e os disponibilizados em rede de abastecimento;

II – promover política integrada de coleta e o tratamento dos resíduos sólidos e do sistema sanitário, observadas, as normas de educação e preservação ambiental; e

III – otimizar os sistemas públicos oferecidos em contrapartida de taxa ou contribuição de melhoria, visando a economia dos recursos naturais em uso ou ainda não disponibilizados.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apresento esta proposição à Casa com o objetivo de sensibilizar a classe dos dirigentes e homens públicos, para que estes, em suas respectivas gestões e esferas de atuação, possam levar, ao Município e ao cidadão, o debate e a mobilização da sociedade para uma conscientização sobre o que é urbanidade e civilidade.

Hoje, é inquestionável que o Homem, como espécie, passa por um momento de inflexão em sua trajetória. Tais movimentos, que a história registra e diagnostica como cíclicos ou quase-cíclicos, algumas vezes, nos fizeram acreditar que haveria um ponto de ruptura: a humanidade esticou demais a corda e viu chegada a degradação e o inevitável fim. Estas “certezas” fizeram parte de nossa concepção de mundo. Entretanto, apesar dos maus augúrios, a humanidade não acabou, ainda.

A situação de hoje nos remete aos desesperos passados. Contudo, agora, temos novos fatores que agravam o problema de nossa sobrevivência, em termos quantitativos.

Com mais de 6,5 bilhões de seres humanos, povoamos o planeta com o maior contingente de pessoas que já viveu em toda sua história. Se considerarmos que somente a metade da população – três e poucos bilhões – está “incluída” no conjunto das relações de consumo, e que esta porção está praticamente exaurindo os mais imprescindíveis recursos naturais, é apavorante refletirmos sobre o que acontecerá, num cenário otimista, com a inserção das outras três bilhões e tanto de pessoas, na vida de consumo.

Tendo por base o consumo de energia *per capita* atual, se China e Índia, por exemplo, alcançarem a inclusão de 70% de suas populações, não é difícil calcular que precisaríamos de quase 6 (seis) planetas Terra para suprir as demandas de água, comida, energia, metais e minerais, além do controle da poluição e do lixo produzidos.

O cenário último do capitalismo ultra-liberal do tipo *laissez faire*, em que o homem estaria “livre” para ser e, principalmente, ter, seria catastrófico. O tom, ora alarmista, ora conclamando à conscientização, se deve à necessidade urgente de remodelarmos nossa forma de viver, de sermos cidadãos.

Este preâmbulo foi necessário para que fique bem claro o que pretendemos e como justificamos nossos ideais.

Esta esfera de debate – a discussão no Senado – é o primeiro passo institucional e necessário. Quanto à forma, por disposições legais, temos que nos ater às normas gerais. Neste caso, propomos a alteração no Estatuto das Cidades, mais especificamente, no Capítulo que trata do Plano Diretor Municipal.

É nossa intenção que, dentro da Carta Maior para a gestão das cidades, seja colocado, entre as diretrizes fundamentais, o estímulo à criação, ao controle e ao comportamento civilizado em relação aos recursos naturais.

Inicialmente, quanto ao uso apropriado da água, postulamos, que nas edificações existam sistemas de captação e armazenagem de águas pluviais para o uso geral, pelo menos. Já existem muitos edifícios com esta concepção. Além disso, é muito importante a reciclagem da água – geralmente jogada fora – que poderia ter outros usos. Em diversos países já existem sistemas de aproveitamento da água da pia e do chuveiro para o sistema de esgotamento sanitário. Outra iniciativa que pode constar nos Planos Diretores seria a individualização dos hidrômetros, atribuindo a cada cidadão sua responsabilidade pelo uso correto deste vital elemento.

O segundo ponto prioritário diz respeito ao correto tratamento dos sistemas de esgotamento sanitário e coleta de resíduos. Claro que tudo que propomos e sugerimos será inócuo se não houver uma ampla conscientização e educação ambiental. Não é de hoje que assistimos ao trágico espetáculo das enchentes, das enxurradas, dos desmoronamentos de habitações precárias e inadequadamente construídas. Tudo isso advém da falta de educação e do respeito ambiental. São toneladas de lixo nas ruas, nos rios, nos lagos, inviabilizando o controle da poluição e do seu combate.

O problema do lixo é tão grave que, na gestão do Prefeito Bloomberg em Nova Iorque, ocorreu a completa exaustão dos aterros sanitários: mesmo com a ilegal queima dos resíduos, ainda não se sabia o que fazer com as 11 mil toneladas diárias de lixo. A “solução” foi utilizar de 550 reboques que, diariamente, despejavam esses resíduos em aterros, a mais de 500 quilômetros de distância. Isso, claro, gerou problemas acessórios: a poluição sonora e do ar devida aos engarrafamentos provocados pelos caminhões.

A situação de Nova Iorque é limítrofe, porém, é comum a todas as grandes metrópoles, e, o que é pior, atinge também as médias e pequenas cidades. O descaso e o despreparo, aliados a um consumismo desenfreado é doença que está atingindo a todos. Daí a necessidade imperiosa de se exigir que as políticas de combate aos agentes poluentes – falo também da educação do cidadão – ser premissa básica de um Plano Diretor. É fundamental incentivar a reciclagem, inclusive na sua melhor forma, que é retorno ao estado de *stand by* no mesmo segmento industrial e no tratamento dos líquidos antes de seu retorno aos componentes formadores do lençol freático.

Por último – mas de forma alguma menos relevante – o terceiro eixo de prioridades que deve constar de um Plano Diretor: o incentivo às melhorias e o consumo equilibrado dos bens oferecidos ao consumidor. Falo, por exemplo, na disponibilização de energia, como já disse antes: em breve, se tudo der “certo” – ou seja, se nós não nos auto-dizirmos – precisaremos de mais seis planetas iguais ao nosso para dar conta de oferecer todos elementos indispensáveis à nossa sobrevivência. Logo, a hora é agora.

A busca por fontes alternativas de energia tem que ser o nosso norte, e a economia desta, nosso objetivo de vida. É de conceitos científicos elementares que a base de tudo o que existe, tem um nome e 10 mil anos de civilização para tentarmos entendê-lo: energia. O grande físico russo George Gamov disse, em 1950: “no universo ou no não-universo não existe almoço de graça”. Isto é mais ou menos, o Princípio Quântico de Conservação de Energia pronto e acabado – pelo menos até agora – dito por um físico com o estilo de um estivador.

A essência dessa digressão é que a energia é exaurível, em relação a um microcosmo específico, e se ela acaba, tudo neste mundo – na nossa Terra – acaba. Temos uma fonte magnífica de energia, que vai ficar por aí mais ou menos uns 15 bilhões de anos. O problema é que, por enquanto estamos longe demais de aproveitar devidamente essa fonte. Usufruímos de maneira “direta” de uma parte ínfima de seu potencial. Físicos brasileiros renomados na área de energia, como o Dr. Bautista Vidal e o falecido Dr. José de Lima Acioli, estimaram que o Brasil poderia suprir suas necessidades energéticas apenas de conversões diretas da energia solar!

Além desta, nosso patrimônio energético é imenso, variado e bem distribuído. Podemos explorar fontes diversas como a eólica, hidráulica, solar (radiação e princípio Stirling entre outros), marémotriz, grau geotérmico, nuclear, fóssil e outras.

Bom, como e em que essa diretriz se insere no cotidiano da vida do cidadão do Município, via Plano Diretor? Em vários Países como Alemanha e Itália, por exemplo, o cidadão que implanta um sistema gerador de energia próprio, que lhe permita economizar luz e gás, tem a devida compensação por lidar bem com essa moderna *commoditie*. Isto também pode ser feito aqui.

Enfim, essa é a proposta, talvez um ponto de partida, para a qual espero a acolhida de meus pares.

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2008

Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

Art. 2º O art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 649

XI – as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, e salvo se forem objeto de penhor para fins de seu próprio financiamento ou quando responderem por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apresentei esta proposição em 1999 (PLS nº 141/99), que teve uma longa tramitação no Congresso. No Senado, a propos-

ta foi aprovada por unanimidade e com louvor. Na Câmara dos Deputados, ela foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação, onde teve uma tramitação no mínimo inusitada: o projeto recebeu dois relatórios, do mesmo Relator e em menos de um ano, e, o mais estranho, utilizando exatamente os mesmos argumentos, o primeiro parecer concluiu pela aprovação e o segundo, que foi por fim o acatado clamava pela rejeição.

O que me parece controverso, na análise feita na Câmara, foi o fato de entenderem que a alteração feita no inciso V do art. 649 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006, resolveria o problema. Assim é a nova redação:

“Art. 649. São absolutamente impenhoráveis:

.....
V – os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão;”

Não é preciso uma análise muito aprofundada para certificarmos, que face à precariedade e ao subdesenvolvimento de nosso País, ainda é notória a cisão, tantas das leis como do próprio Estado de Direito em si, entre as sociedades urbana e rural. Em nosso sistema legal é nítida e muito bem distinguida as diferenças entre os meios, daí, surge uma aplicabilidade diferenciada em vários espectros de atuação dos poderes públicos. Temos conceitos muito bem delimitados para a realidade do campo ou da cidade. Portanto, acredito que ainda pode remanescer interpretações contrários ao intento deste projeto.

Claro que não vou questionar as motivações e as decisões daquela Casa Legislativa. É sua competência deliberar com completa autonomia sobre seus temas. De qualquer forma, venho reapresentar a mesma proposição – na verdade trata-se da terceira apresentação – com os mesmos argumentos reproduzidos abaixo –, por ter a mesma plena e firme convicção que esta é uma matéria importante, necessária, diria até que urgente. Seu objetivo se alicerça no apoio ao importante setor de nossa economia. Nossa agricultura e nossos produtores rurais precisam de uma atenção constante e pragmática.

Espero, de novo, contar com o apoio de meus ilustres pares que se sensibilizaram e se mobilizaram para aprovar este projeto. Muitos solidarizando com a íntegra de minhas ponderações, que se segue.

“O atual Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, já elenca os bens que, por razões diversas, não estão sujeitos à penhorabilidade. Assim, com a redação atual, dispõe o inciso VI do art. 649 que são absolutamente impenhoráveis os livros, as máquinas, os utensílios e os instrumentos, necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.”

Como consequência, em todo o país, uma infinidade de pessoas tem buscado no Judiciário a proteção a direitos que consideraram ofendidos. De profissionais liberais a vendedores autônomos, cada qual, ante a circunstância de penhora decretada ou iminente, tenta demonstrar a importância de livros, ferramentas, equipamentos diversos e máquinas dos mais variados tipos, para o desempenho de sua atividade profissional ou mesmo para o exercício de profissão já regulamentada em lei.

Desse modo, das varas de primeira instância aos tribunais estaduais e superiores, é farta a jurisprudência a assegurar o fiel cumprimento da lei. Todavia, até aqui, tais garantias só têm alcançado as atividades profissionais urbanas. Dir-se-á: a lei não chegou ao campo para resguardar os direitos do homem que ali trabalha.

Não são poucas as situações constrangedoras e a revelarem a falta de sensibilidade de alguns aplicadores do direito, que desconhecem ou fingem não entender o alcance do supra citado dispositivo do Código de Processo Civil. A despeito de jurisprudência favorável no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a “impenhorabilidade do trator usado pelo produtor rural como ferramenta necessária para o seu mister profissional” (Processo nº 0046062/1994, Turma 4, Recurso Especial, relator Ministro Salvo Figueiredo Teixeira), continuam os bancos, credores do homem do campo, a promover execuções onde tratores, máquinas e demais

implementos agrícolas são penhorados, no mais das vezes com o uso de força policial.

Daí a reapresentação deste projeto de lei que, se aprovado como esperamos, poderá, de vez, colocar um ponto final nessa questão proporcionando ao produtor rural as condições de desenvolver sua atividade e, conseqüentemente, saldar os seus compromissos, cuja inadimplência, quase sempre, resulta da imprevisibilidade do clima ou da insensatez dos governos.”

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008 – Complementar

Acrescenta alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responde a processo judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido de alínea j, com a seguinte redação:

“Art. 1º
I –
.....

j) os que respondem a processo judicial de qualquer natureza...(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Quando a Constituição Federal afirma, no inciso LVII do art. 5º, que ninguém será considerado culpado enquanto não transitar em julgado a sentença penal condenatória, está proclamando o princípio da presunção de inocência, fundamental num Estado democrático de direito. Isto significa que o Estado só poderá aplicar uma sanção ao presumido violador da norma penal depois de comprovada a sua responsabilidade, por meio do processo, e mediante decisão do órgão jurisdicional, assegurada ao acusado a ampla defesa.

O princípio da presunção de inocência convive, no texto constitucional, em harmonia com o princípio da moralidade, proclamado no capítulo dos direitos políticos, no capítulo da administração pública e no capítulo do poder judiciário. Com efeito, ao tratar do exercício da soberania popular, no art. 14, a nossa Carta Magna determina, no § 9º, que casos de inelegibilidade não mencionados na Constituição Federal serão regulados em lei complementar, com a finalidade de proteger a probidade administrativa e a *moralidade para o exercício do mandato* (grifo nosso), verificada a vida pregressa do candidato, e para proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

O princípio da moralidade está inscrito também no art. 37, como um dos princípios norteadores da atividade pública (política ou administrativa), nos três níveis de governo e nos três poderes. A Constituição reafirma o princípio nos arts. 94, 101 e 104, quando exige, dos candidatos aos cargos da mais alta magistratura do País, que possuam reputação ilibada, além de outras qualificações.

Ao exigir moralidade, vida pregressa incólume, reputação ilibada, para o exercício de funções políticas e administrativas, no poder Executivo, no Legislativo e no Judiciário, a Constituição não está afrontando o princípio da presunção de inocência, mas o complementa, em razão de valores e princípios éticos que devem nortear toda a organização do Estado, guardião da coisa pública, do interesse de toda a sociedade.

Essa interpretação, que busca o equilíbrio e a complementação entre os princípios da Constituição, nos permite considerar possível exigir, de candidato a qualquer cargo eletivo, a comprovação da inexistência de processo judicial de qualquer natureza, conforme alteração que se propõe ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1991 (Lei de Inelegibilidade).

Estou certo de que esta medida, de significativa relevância para a prática democrática, não deixará de contar com o apoio dos meus ilustres pares para a sua concretização.

PARECERES

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2003, que altera e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para extinguir a figura processual do curador de menor de 21 anos, e dá outras providências.

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, nos termos dos arts. 91, I, e 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 514, de 2003, de autoria do ilustre Senador Demóstenes Torres.

O projeto pretende atualizar o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (CPP), em face da maioria civil estabelecida pelo art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O autor argumenta que, se a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica apta para praticar todos os atos da vida civil, não se justifica o tratamento dado pelo CPP aos menores de vinte e um e maiores de dezoito anos, antes classificados como relativamente capazes. Ressalta, oportunamente, que, embora compreendidos no bojo do processo penal, os dispositivos que pretende alterar tratam da prática de atos de natureza civil.

Não foram oferecidas emendas ao Projeto.

II – Análise

Preliminarmente, cabe mencionar que a matéria está adstrita ao campo da competência privativa da União para legislar sobre direito processual, conforme dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Além disso, não se observam vícios de constitucionalidade ou juridicidade na proposição.

No mérito, o PLS nº 514, de 2003, busca atualizar a legislação processual penal, para incorporar os avanços verificados na legislação civil. Os dispositivos que pretende alterar ou revogar referem-se aos relativamente incapazes, aqueles que, pela legislação velha, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, eram maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos. Observe-se, por oportuno, que a lei processual penal trata apenas dos maiores de dezoito e menores de vinte e um, pois são inimputáveis os menores de dezoito anos.

O novo Código Civil estabelece que a menoridade cessa aos dezoito anos (art. 5º) e define como relativamente incapazes as pessoas maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, que são, como já visto, inimputáveis no âmbito penal.

Em face da alteração havida na legislação, por força do novo Código Civil, não se justifica mais que os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos, que são plenamente capazes, não possam, por exemplo, atuar como peritos, servir ao tribunal do júri, apresentar queixa, oferecer ou aceitar perdão; tampouco necessitam de curador quando são indiciados ou acusados.

Percebe-se que, apesar do avanço na esfera civil, a lei processual penal mostra-se estagnada na sua literalidade. É bem verdade que, sendo o instituto da capacidade próprio do Direito Civil, é neste que se deve buscar o alcance das normas estabelecidas pelos dispositivos processuais penais que se pretende alterar ou revogar, aplicando o direito mediante interpretação sistemática da legislação.

Com a alteração proposta pelo PLS nº 514, de 2003, será dispensável esse esforço interpretativo por parte do aplicador da lei,

razão pela qual, inegavelmente, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da legislação processual penal.

III – Voto

Por todo o exposto, cumprimentando o autor pela louvável iniciativa, somos pela aprovação do PLS nº 514, de 2003.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2007, que institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social e dá outras providências.

Relator: Senador Pedro Simon

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos.

O art. 1º da proposição institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social, a ser concedido anualmente a cidadãos ou entidades brasileiras que se hajam destacado pela prestação notória de relevantes serviços comunitários e de responsabilidade social.

Pelo art. 2º, a proposição estabelece que o prêmio será concedido conforme critérios estabelecidos por comissão especial constituída no âmbito do gabinete civil da Presidência da República. A mencionada comissão, de acordo com o projeto sob exame, será composta paritariamente por integrantes do Governo e representantes da sociedade civil escolhidos conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

O art. 3º determina a entrada em vigor da nova Lei na data de sua publicação.

De acordo com a justificação, a iniciativa em questão reveste-se de especial importância nos tempos atuais, quando se faz necessário estimular a sociedade a desenvolver práticas relacionadas à inclusão social. Ao mesmo tempo, a proposição, segundo o autor, busca homenagear Frei Galvão, o primeiro santo nascido no Brasil, ao atribuir seu nome à premiação ora proposta. Ao exaltar esse exemplo de caridade e de devoção ao semelhante, conforme o autor, a proposição legislativa contribui para o engrandecimento de valores cívicos e éticos tão importantes para a vida nacional.

A proposição foi apresentada no dia 10 de maio de 2007 e foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O projeto ora sob exame aborda um dos mais importantes temas do debate atual no que concerne às iniciativas de assistência aos mais necessitados. Cada vez mais, em todo o mundo, consolida-se o entendimento de que as políticas de inclusão social não podem prescindir da contribuição da sociedade civil, seja na forma de ações de entidades organizadas, seja por iniciativas individuais que, embora de menor alcance, não são menos relevantes e louváveis.

Dessa forma, ao instituir um prêmio destinado a reconhecer a importância de iniciativas que tenham obtido destaque em virtude da prestação de relevantes serviços comunitários e de responsabilidade social, contribui-se inegavelmente para dar visibilidade e o devido reconhecimento àqueles que dedicam parte de seu tempo e de seus recursos à ajuda aos mais necessitados.

Julgamos, também, muito oportuna a escolha do nome do Frei Galvão para a denominação do prêmio, tendo em vista o exemplo de fé e dignidade que o religioso legou a todos os brasileiros.

Visualizamos, entretanto, um reparo a ser feito na proposição. Em seu art. 2º, o projeto atribui ao gabinete civil da Presidência

da República a responsabilidade pela organização de comissão destinada à concessão do prêmio e incumbe o Poder Executivo da edição de regulamento para o funcionamento da mencionada comissão.

Como sabemos, a bem do princípio da independência dos poderes, mandamentos dessa natureza não são aceitos em nosso ordenamento constitucional. Compete privativamente ao Presidente da República, de acordo com o art. 84, inciso VI, *a*, da Lei Maior, dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Em se tratando de prêmio instituído no âmbito do Poder Executivo, é importante observar, também, que o mencionado art. 84 estabelece, em seu inciso XXI, competir privativamente ao Presidente da República conferir condecorações e distinções honoríficas.

No formato atual, portanto, a proposição afigura-se claramente inconstitucional. Faz-se necessário, destarte, modificar, por meio de emenda, o teor do art. 2º do projeto.

Acreditamos que a inclusão de representantes das duas Casas do Poder Legislativo na comissão responsável pela concessão do prêmio e a determinação de que o regulamento do prêmio seja formulado pela própria comissão sanará o vício de inconstitucionalidade identificado e reforçará a legitimidade da premiação. Dessa forma, com a emenda que apresentamos a seguir, além da representação direta da sociedade civil, a comissão contará, também, com representantes indicados pelas duas Casas do Congresso Nacional e editará as normas que regerão seu funcionamento.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 249, de 2007, a seguinte redação:

Art. 2º A concessão do prêmio de que trata esta Lei será determinada conforme critérios estabelecidos por comissão constituída paritariamente por representantes da Presidência da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de entidades da sociedade civil, escolhidos conforme regulamento a ser editado pela comissão de que trata este artigo.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299, de 2006, na Casa de origem), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, visa a incluir novo trecho rodoviário na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. O trecho em questão corresponde ao trajeto da rodovia RS-630, que liga a BR-290, próximo à cidade de São Gabriel, à BR-293, junto à cidade de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul.

Na justificação que acompanha a matéria, o autor argumenta que a rodovia é importante artéria do sudoeste do Estado e que a ligação propiciará a redução de 100km no percurso entre dois pólos urbanos da região.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 1, de 2008, foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à apreciação desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

No que tange aos aspectos legais, o projeto em exame encontra respaldo no art. 22, XI, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União. Assim, cabe ao Congresso Nacional (art. 48, *caput*), bem como a qualquer de seus membros (art. 61, *caput*) a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias.

A proposição atende igualmente aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, ao possibilitar a ligação entre duas rodovias federais já existentes.

O projeto não apresenta vícios de iniciativa, inconstitucionalidade ou injuridicidade que o desabonem.

No que concerne aos aspectos de mérito, observa-se que a rodovia liga duas importantes cidades do sudoeste gaúcho, favorecendo o desenvolvimento da região, onde predominam as atividades pecuárias. A inclusão da rodovia pretendida na Relação Descritiva das Rodovias do PNV, ademais, justifica-se como uma das formas mais seguras de se obterem recursos federais para a execução das obras necessárias à sua manutenção e melhoramentos. Pelo exposto, consideramos meritória a proposição.

Tendo em vista que os projetos relativos ao PNV seguem formato já consagrado, julgamos necessário promover a adequação do texto da proposição a esse padrão, razão pela qual elaboramos emenda de redação.

III – Voto

À vista do exposto, votamos pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, com as emendas de redação que apresentamos.

EMENDA Nº – CI (Redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-290, na localidade de São Gabriel, e a BR-293, na cidade de Dom Pedrito.

EMENDA Nº – CI (Redação)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 2.2.2, subitem Ligação, constante do anexo ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida de trecho rodoviário com a seguinte descrição:

.....

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km BR
	<i>Entroncamento com BR-290 (São Gabriel) / entroncamento com BR-293 (Dom Pedrito)</i>	RS	100	--

.....”

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão Assuntos Sociais, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2006, que altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores.

I – Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a época de pagamento, ao empregado, do adiantamento do décimo terceiro salário.

Seu art. 1º acrescenta o art. 1º-A na Lei 4.090, de 23 de julho de 1962, determinando que o adiantamento de metade da gratificação natalina, também conhecida como décimo terceiro salário, deverá ser feito entre janeiro e junho de cada ano. O § 1º do art. 1º-A dispõe sobre o pagamento dos empregados que recebam unicamente salário variável. Seu § 2º desobriga o empregador de fazer tal pagamento a todos seus empregados no mesmo mês. O § 3º autoriza a dedução do valor adiantado do total da gratificação e o § 4º estabelece a regra do cálculo do adiantamento no caso de empregado admitido no curso do ano ou que não estejam à disposição do empregador durante todo o ano.

O art. 2º do PLS determina que a lei, caso aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi remetido a esta Comissão, em decisão terminativa, em 24 de agosto de 2006. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

A presente proposição busca favorecer o trabalhador, alterando a época em que se paga o adiantamento do décimo terceiro salário, devido a todos os trabalhadores empregados.

Atualmente, a matéria é regulada pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 (regulamentada pelo Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965) e pela Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

O art. 2º da Lei 4.749, de 1965, determina que o referido adiantamento deverá ser pago entre fevereiro e novembro de cada ano. O projeto, assim, visa a restringir o período temporal de pagamento, para simplificar o planejamento financeiro do trabalhador e reduzir a necessidade de recurso a empréstimos bancários garantidos pelo décimo terceiro salário.

Não há dúvida que o adiantamento da gratificação natalina é um instrumento essencial para que os trabalhadores possam fazer frente às despesas de maior monta que, inevitavelmente, podem surgir no decorrer do ano.

A permissão legal de pagamento entre fevereiro e novembro é elástica demais, dificultando a realização de planos e, muitas vezes, forçando o trabalhador a contrair empréstimo bancário tendo por garantia o décimo terceiro salário. Essa situação é desvantajosa ao trabalhador, vez que o leva a suportar juros e despesas de intermediação financeira, além do aborrecimento burocrático necessário para a concessão do empréstimo.

A proposição, portanto, contém inegável mérito, merecendo a aprovação. No entanto, alguns pontos carecem de reparos.

Como acima referido, o momento de pagar o adiantamento encontra-se definido não na Lei nº 4.090, de 1962, mas na Lei nº 4.749, de 1965. Ainda que, em princípio, fosse de melhor técnica legislativa introduzir as alterações diretamente no corpo da primeira norma, não foi essa a opção do legislador naquele momento.

Em decorrência, parece-nos mais adequada a introdução das alterações propostas diretamente no corpo da Lei nº 4.749, de 1965, para evitar qualquer possibilidade de interpretação incorreta advinda da discrepância entre essa lei e a Lei nº 4.090, de 1962.

Observamos também, uma redação inapropriada para o cálculo do adiantamento do décimo terceiro para os empregados que recebem remunerações variáveis. Em nosso entendimento, a redação dada ao § 1º do art. 2º da Lei nº 4.749/65, este adiantamento seria a soma linear das remunerações variáveis nos meses anteriores. Acreditamos que a pretensão justa do autor seria o adiantamento da metade do valor médio das remunerações.

Por último, outro aspecto que consideramos merecer reparo está na faculdade atribuída ao empregador – com a redação proposta para o § 2º do art. 2º da Lei nº 4.749/65 – de não ser obrigado a ser uma regra padrão e unívoca para o adiantamento da metade do décimo terceiro a todos os seus empregados. Acreditamos que a esta faculdade não se pode sobrepor, caso haja, o previsto em acordo ou convenção coletiva entre as partes.

Quanto à constitucionalidade e à adequação da matéria aos princípios do Direito do Trabalho, nada mais há a observar, sendo idôneo o projeto quanto a este aspecto.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 246, de 2006, com as emendas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 246, de 2006, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, para dispor sobre o adiantamento do pagamento de gratificação natalina aos trabalhadores.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 246, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Entre os meses de janeiro e junho de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação prevista no art. 1º, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

§ 1º Tratando-se de empregados que recebam apenas salário variável, a qualquer título, o adiantamento será calculado como a metade do valor médio das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até o anterior àquele em que se realizar o mesmo adiantamento.

§ 2º O empregador não está obrigado a pagar o adiantamento no mesmo mês a todos os empregados, ressalvado o disposto em acordo ou convenção coletiva.

§ 3º A importância que o empregado houver recebido a título de adiantamento será deduzida do valor da gratificação devida.

§ 4º Nos casos em que o empregado for admitido no curso do ano, ou, durante este, não permanecer à disposição do empregador durante todos os meses, o adiantamento corresponderá à metade de um doze avos da remuneração, por mês de serviço ou fração superior a quinze dias.

§ 5º O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano. (NR)”

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006, que altera o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até doze meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006, que altera o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até doze meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), é de autoria do eminente Senador Paulo Paim.

Trata-se de proposição destinada a modificar a legislação de regência do seguro-desemprego, possibilitando ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), prorrogar, temporariamente, pelo período de até doze meses, o pagamento do benefício do seguro-desemprego.

Para o autor, o presente projeto, ao prolongar em até doze meses, a concessão do seguro-desemprego, não compromete a saúde financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador, já que a concessão

do benefício está sujeita à deliberação do CODEFAT que, por sua vez, deverá se submeter à regra de que o gasto adicional representado por tal prolongamento não poderá ultrapassar, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas até a presente data.

É ainda oportuno ressaltar, que a matéria foi distribuída ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, o qual proferiu, em 2006, brilhante Relatório (anexado ao processado). Contudo, devido ao seu desligamento desta Comissão, a matéria me foi distribuída para emitir parecer, que não me suscitou divergência em relação ao trabalho do Senador Geraldo Mesquita, e sobre qual sirvo-me para embasar este meu trabalho.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A proposição em discussão pretende preencher um vazio jurídico verificado na legislação atual, que só possibilita a prorrogação, por dois meses, do benefício do seguro-desemprego.

Além disso, a legislação hoje oferece essa subvenção social por um período de três a cinco meses, conforme o caso. Não dando, portanto o devido amparo ao trabalhador nas situações excepcionais que ele discorre.

Assim, nas palavras do nobre autor, em situações de calamidade decorrentes, nos centros urbanos e principalmente no campo, de vendavais, incêndios, inundações, longas estiagens, chuvas de granizo, geadas, em suma, fatos imprevistos, o trabalhador acaba empurrado para a marginalização e a completa exclusão social.

Também nos episódios onde as epidemias podem eliminar postos de trabalho, a exemplo do que ocorreu com a febre aftosa

e pode vir a ocorrer com a ameaça da gripe aviária, o limite atual previsto em lei não será o suficiente.

Nesses períodos de crise econômica que restringem o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho ou o submetem a toda forma de subemprego, comprometendo sua dignidade e as garantias fundamentais é que a proteção social deve ser efetiva para evitar as consequências naturais, dentre elas o êxodo populacional, com graves repercussões para as cidades pólos e capitais.

É comum observarmos a movimentação de entidades sindicais e lideranças de associações de classe e mesmo do comércio e serviços, preocupadas com fatos dessa natureza.

Como a lei atual engessa o Codefat, qualquer prorrogação do seguro-desemprego por período superior a dois meses necessita, sempre, de alteração legislativa, seja por projeto de lei ou medida provisória, expondo esses trabalhadores a obstáculos políticos, como trancamento da pauta, recesso parlamentar e outros, que tornam tardia a ajuda de que tanto precisam.

Embora a prorrogação, por até doze meses, possa parecer exagerada, é bom lembrar que ela só poderá ser deferida a grupos específicos de segurados, o que limita o contingente de beneficiários.

Além disso, ficou mantida a restrição fixada pelo § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900/94, onde está previsto que o gasto adicional representado por tal prolongamento não poderá ultrapassar, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

Com esta medida estaremos permitindo ao Codefat adotar as medidas necessárias em casos extremos como os antes relatados, protegendo os trabalhadores e dando efetividade aos seus direitos.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2007, que regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz.

Relator: Senador Pedro Simon

I – Relatório

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 551, de 2007, de autoria do nobre Senador Leomar Quintanilha, que, em atenção ao disposto no art. 98, II, da Constituição Federal (CF), regulamenta a Justiça de Paz.

Disposta em dezessete artigos, a proposição, entre outras providências de incontestável relevo, cria e organiza a Justiça de Paz do Distrito Federal e Territórios (arts. 2º, 7º, 8º e 9º); reconhece aos Estados idêntica competência para fazê-lo (art. 2º, *caput* e parágrafo único), no âmbito de seu território; estabelece regras eleitorais de acesso ao encargo (art. 3º), bem como regula o seu exercício, requisitos e atribuições (art. 4º, 5º, 6º e 10); e determina a forma de remuneração dos juizes de paz do Distrito Federal e Territórios (art. 11), atribuindo ao Ministério Público local o dever de fiscalizar-lhes o desempenho e as atividades (art. 15).

Do título “Disposições Finais” da proposta em apreço, impende pôr em destaque o art. 13, que equipara ao de bacharel o diploma

expedido pelos tribunais de justiça em favor dos eleitos para o encargo de juiz de paz; e o art. 16, que confere aos magistrados das varas de registro público, no Distrito Federal, e aos juizes de direito, nos Estados-Membros, a competência para apreciar as questões suscitadas em decorrência da atuação dos juizes de paz.

Não foram oferecidas emendas.

Na justificação, o ilustre Senador Leomar Quintanilha, após discorrer sobre a importância histórica da Justiça de Paz, cujas origens remontam “ao Império, o que a torna uma das mais antigas instituições responsáveis pela celebração de casamentos e pacificação extrajudicial de conflitos de pequena expressão”, afirma que, a despeito dos importantes serviços por ela prestados à sociedade brasileira, passados “quase vinte anos desde a promulgação da Carta Federal de 1988, o tema ainda pende de regulamentação em lei federal”.

Diante da omissão legislativa, pondera, “os Estados e o Distrito Federal adicionaram os juizes de paz aos seus Tribunais de Justiça, na condição de não togados, com investidura temporária, exclusivamente para a celebração de casamentos, definindo, em cada caso [...], o número de juizes de paz e a forma de remunerá-los”. Pendem de disciplina, no entanto, não apenas o procedimento pertinente à forma de provimento dos cargos em referência, mas também temas como remuneração e competências dos juizes de paz não afeitas estritamente à celebração de matrimônio.

Por fim, argúi o nobre Senador que a proposição objetiva tornar a Justiça de Paz instrumento hábil a ser utilizado na solução antecipada de controvérsias, “dirimindo-as ainda na fase de formação”, para o que se revela essencial o esclarecimento de que funções podem por ela ser desempenhadas.

II – Análise

O PLS nº 551, de 2007, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d* e *f*, do Regimento Interno desta Casa (RISF), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe forem submetidos por despa-

cho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil e a órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios.

No que diz respeito à constitucionalidade, no entanto, o exame da matéria não pode ser realizado considerando-a em sua totalidade, sob pena de não se identificarem, no texto, dispositivos específicos que desafiam, sob os aspectos formal ou material, a Carta Magna.

Com efeito, embora não vislumbremos, *lato sensu*, óbice de caráter formal subjetivo – isto é, atinente à iniciativa – a opor-se à proposição, porquanto efetivamente podem os parlamentares de qualquer das Casas do Congresso Nacional inaugurar o processo legislativo destinado a regular, em caráter geral, o funcionamento da Justiça de Paz (art. 48, *caput*, da CF), é preciso atentar que, ao fazê-lo, devemos ter em vista, sempre, os lindes impostos pela repartição de competências legislativas existente entre as esferas federal e estadual de governo, de modo a evitar o incursão, pela União, em ingerência federativa, de que resulta, inevitavelmente, mácula constitucional.

Eis por que se impõe que declinemos que artigos, incisos ou parágrafos do PLS nº 551, de 2007, se afiguram, a nosso sentir, eivados de vícios de inconstitucionalidade.

O art. 1º da proposição, ao estabelecer que esta lei dispõe sobre a organização da justiça de paz, as atividades que lhe são relacionadas e a *respectiva remuneração* (destaques nossos), sem consignar restrição alguma ao alcance da norma, revela-se atentatória do texto constitucional, por usurpar a competência do Judiciário dos Estados-Membros e do Distrito Federal para, mediante projeto de lei, disciplinar a remuneração dos seus servidores, entre os quais se incluem os juízes de paz.

Não é outra a inteligência possível à vista dos termos da alínea *b* do inciso II do art. 96 constitucional, que prescreve competir privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores e aos tribunais de justiça a apresentação, ao Poder Legislativo respectivo,

de projeto de lei versando sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal (ADI nº 1.051/SC, de 1995):

A Constituição Federal preconiza que compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169, a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados (art. 96, II, *b*).

A remuneração dos Juízes de Paz somente pode ser fixada em lei de iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado.

A regra constitucional insculpida no art. 98 e inciso II, segundo a qual a União, no Distrito Federal e Territórios, e os Estados criarão a justiça de paz, remunerada, não prescinde do ditame relativo a competência exclusiva enunciada no mencionado art. 96, II, alínea *b*.

Da inconstitucionalidade inerente ao art. 1º decorre, por consectária, a do art. 12, *caput* e §§ 1º e 2º, da proposição, que estabelecem o quantum remuneratório dos juízes de paz (fixado à razão de cinquenta por cento da remuneração do juiz togado), a fonte provedora (consistente na lei orçamentária editada pelos entes políticos aos quais se subordinarão os juízes em referência) e as consequências vedadas pelo desempenho do encargo (direitos trabalhistas), todos esses temas que devem ser normatizados via lei de organização judiciária (cujas iniciativas compete, como se viu, aos tribunais de justiça), em atendimento ao disposto no citado art. 96, II, *b*, da Constituição.

Também não pode prosperar, por falta de acordo formal com a Constituição Federal, o art. 4º, *caput* da proposição sob análise. De fato, ao conferir função administrativa ao vice-presidente dos tribunais regionais eleitorais, em nítida e indevida imissão do Parlamento em atribuição interna *corporis* do Judiciário, tal dispositivo discipli-

na, novamente, matéria típica de organização judiciária, quando não de lei orgânica da magistratura nacional.

Os arts. 7º, 9º (organização da Justiça de Paz) e 16 (competência para resolver questões decorrentes da atuação dos juízes de paz), bem como os incisos do *caput* do art. 11 (locais onde exercerão suas atribuições os juízes de paz), veiculam, respectivamente, temas que se devem cingir ao âmbito da lei de organização judiciária dos Estados e do Distrito Federal e ao plano dos provimentos e portarias dos respectivos tribunais de justiça, incorrendo, pois, em vício de inconstitucionalidade formal.

Também há, na proposição, dispositivos materialmente inconstitucionais.

O art. 3º, no particular, ao desvincular o domicílio eleitoral do candidato ao múnus de juiz de paz do local onde desempenhará, se eleito, suas funções, vulnera frontalmente o art. 14, § 3º, inciso IV da Constituição, que reputa condição de elegibilidade o domicílio eleitoral na circunscrição. Foi essa a regra adotada no passado, destaque-se, pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), ao determinar que serão registrados [...] nos Juízos Eleitorais os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito e juiz de paz.

O art. 6º, por sua vez, ao permitir a candidatura ao posto de juiz de paz de pessoas com idade igual ou superior a dezoito anos, na data da posse, viola o disposto no art. 14, § 3º, VI, c, da Constituição, que fixa em vinte e um anos a idade para a ocupação do cargo.

Além disso, resolvemos incluir dentre as exigências prévias para o alistamento eleitoral para candidatar ao posto de juiz de paz, a idoneidade moral associada à reputação ilibada e, dada as ampliações propostas nas atribuições desta judicância, o diploma de bacharel em Direito. Por fim, dando curso ao esforço institucional dos Poderes Públicos para combater a corrupção, e, no esteio específico do Judiciário, acabar com a impunidade e as procrastinações processuais, sentimo-nos no dever de tornar inelegível, à semelhança do que estamos propondo para todos os cargos eletivos, aquele que responda como réu a processo de qualquer natureza. Pois, em nosso entendimento, tal incidente é incompatível com a qualificação de reputação ilibada e idoneidade moral.

Outra proposta, de mérito, que sugerimos, também a exemplo do que se debate agora neste Senado Federal, é sobre a polêmica questão da suplência, que a nosso ver, tem como a mais coerente proposição, a extinção da suplência, e que o cargo vacante seja ocupado pelo segundo colocado no processo eleitoral, ou, nova eleição, conforme o caso.

Outra questão que trazemos ao debate é sobre participação de pessoas jurídicas públicas ou privadas no seio dos que podem ser submetidos à judicatura de um juiz de paz, pelo menos nos conflitos menores de vizinhança a que alude o inciso VII, do art. 5º, que trata das competências destes juízes.

Igualmente inconstitucional se mostra o art. 15, que, à revelia do postulado da independência do Poder Judiciário – do qual são órgãos os juízes de paz –, atribui ao Ministério Público competência para fiscalizar-lhes a atuação, em apossamento de função que cabe à corregedoria dos tribunais de justiça.

Quanto à juridicidade, também há obstáculos à aprovação da proposição em tela, na forma como se apresenta.

Como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: i) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; ii) generalidade normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; iii) inovação ou originalidade da matéria, em face das normas jurídicas em vigor; iv) coercitividade potencial; e v) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Especificamente, o art. 8º, ao estipular que os juízes de paz poderão se organizar em associações esbarra no quesito originalidade, porquanto em nada inova o ordenamento jurídico positivo. Realmente, ninguém ignora que a Constituição da República, no art. 5º, inciso XVII, a todos garante plena liberdade de associação para fins lícitos, tornando inócua a norma alvitrada.

De outra parte, por sua assimetria com sistema do Direito Eleitoral brasileiro, afiguram-se injurídicos os §§ 2º, 3º e 4º do art. 6º, na medida em que subvertem o modelo estabelecido pela Lei nº 4.737, de

1965, cujo art. 89, III, estatui que serão registrados nos Juízos Eleitorais os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito e juiz de paz.

No que concerne à técnica legislativa, duas observações merecem ser feitas.

A primeira se refere a uma incoerência interna do art. 6º, que institui, no inciso I do *caput*, como condição de elegibilidade, a nacionalidade brasileira, para, no § 1º, vedar o acesso ao cargo de analfabetos e dos que não saibam exprimir-se em língua nacional. Por desnecessária, cumpre expurgar da proposição a derradeira exigência.

Igualmente em observância a preceitos de técnica legislativa, cumpre-nos reposicionar a norma encerrada no inciso IX do art. 10, que veicula *dever*, e não *competência* dos juízes de paz (em descompasso com o propósito do dispositivo).

No mérito, entendemos que merece aprovação, sanados os vícios apontados, o PLS nº 551, de 2007.

Cuida-se de dar corpo e forma à Justiça de Paz, instituição que participa, desde a Constituição de 1824, de nossa tradição jurídica. Sob o aspecto histórico, cumpre-nos destacar, a título de nota de sua importância, que, no regime estabelecido pela Carta Imperial, mesmo o processo judicial ficava condicionado à prévia tentativa de conciliação mediada pelos juízes de paz (art. 161), que, assim, resolviam, extrajudiciariamente, conflitos menores, que já à época incomodavam a rotina dos fóruns.

A primeira Constituição Republicana (1891), de outra parte, nada disse a respeito, remanescendo aos Estados competência para editar toda a legislação pertinente. Já a Lei Maior de 1934 previu que os estados poderiam manter Justiça de Paz eletiva, fixando-lhe a competência, com a ressalva do direito de recurso à Justiça comum (art. 104, § 4º), no que foi seguida pela Carta de 1937 (art. 104).

A Constituição Federal de 1946, por seu turno, ampliou as atribuições dos juízes de paz, tornando-os competentes para, inclusive, o exercício de funções judiciárias de substituição, excetuadas as hipóteses de julgamentos finais e irrecorríveis. Esse texto constitucional tornou, ainda, expressa a competência da Justiça de Paz para habilitar e celebrar casamentos.

Tais prerrogativas funcionais foram mantidas pelas Constituições de 1967 (art. 136, § 1º, c) e de 1969 (art. 144, § 1º, c).

A Emenda Constitucional nº 7, de 1977, todavia, editada pelo então Presidente Ernesto Geisel, que invocou os poderes de legislador plenipotenciário que lhe conferia o art. 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5 (na condição de Chefe do Executivo Federal), modificou substancialmente as atribuições dos juízes de paz, reduzindo-as à autoridade para habilitar e celebrar casamento.

Na esteira dessa Emenda, foi aprovada a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que, ao regulamentar a Justiça de Paz (arts. 112 e 113), restringiu sua atuação ao processo de habilitação e à celebração do casamento. Ademais, por essa lei, os juízes de paz passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, mediante escolha em lista tríplice organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o juiz de direito da respectiva comarca, devendo os indicados ser eleitores residentes no distrito e não podendo pertencer a órgão de direção ou ação de partido político.

A Constituição Federal de 1988, dispondo sobre o tema, alterou novamente o regime jurídico dos juízes de paz, prestigiando, acertadamente, a instituição a que pertencem:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

.....
II – justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Retornaram, como se vê, as regras da *remunerabilidade* e da *elegibilidade* dos juízes de paz, para cujo cargo foi fixado mandato de quatro anos. Foram-lhes atribuídas, além disso, competências não apenas para a habilitação e celebração do casamento, mas também

para o exercício de atribuições conciliatórias, desprovidas de caráter jurisdicional, sem prejuízo do que dispuser a legislação.

Conforme nos parece, entretanto, a inexistência de regulação do disposto no inciso II do art. 98 da Constituição Federal é a razão para, a despeito do retorno de atribuições conciliatórias aos juízes de paz, permanecer a Justiça que integram, na prática, com atribuições para as meras celebração e habilitação para o casamento. Isso ocorre, pelo menos em parte, em virtude do fato de a Constituição também haver previsto a criação de juizados especiais cíveis com competência para a conciliação de causas de menor complexidade, hoje em pleno funcionamento.

De todo modo, reputamos curioso que, num momento em que muito se discute a desregulamentação, desburocratização e agilização do Poder Judiciário, para o que necessária se faz, entendemos, a criação de instâncias prévias à judicialização do conflito, não se prestigie a Justiça de Paz.

Por esses motivos, alvissareira a iniciativa consistente no PLS nº 551, de 2007, por valorizar a Justiça de Paz, por um lado, e pela oportunidade que representa de desafogamento das instâncias ordinárias do Poder Judiciário, mediante outorga de competências extrajudiciais de caráter conciliatório aos seus integrantes.

No substitutivo que apresentamos com o objetivo de aprimorar a proposta, estabelecemos, entre outros temas:

I) que as normas relativas à eleição dos juízes de paz serão estabelecidas na lei de organização judiciária de cada Estado e na do Distrito Federal e Territórios;

II) que, além da competência para celebrar casamentos e verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo da respectiva habilitação, terão os juízes de paz atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, especialmente em questões concernentes ao direito de família e ao das sucessões, sem caráter patrimonial, bem como às relações de vizinhança;

III) que compete aos juízes de paz zelar pela efetivação dos direitos e garantias fundamentais, especialmente em relação aos menores, idosos e deficientes, bem como, quando necessário, diligen-

ciar no sentido da determinação da paternidade e da obtenção do registro de nascimento e de óbito;

IV) que ficam revogados os dispositivos da Lei Complementar nº 35, de 1979, (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que dispõem sobre a Justiça de Paz (embora se trate, formalmente, de lei complementar, no conteúdo versam, à luz da Constituição Federal de 1988, sobre tema de lei ordinária), e ripristinados os arts. 30, IV, 89, III, 178 e 186, § 1º, todos da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral).

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei do Senado nº 551 (Substitutivo), de 2007

Dispõe sobre a Justiça de Paz e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Do Objeto e do Alcance da Lei

Art. 1º A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão e manterão a Justiça de Paz, nos termos e com as atribuições previstos na Constituição Federal e nesta Lei.

Art. 2º A Justiça de Paz será exercida por juízes de paz remunerados, eleitos pelo voto direto, secreto, universal e periódico, segundo o princípio majoritário.

Parágrafo único. O mandato dos juízes de paz tem a duração de quatro anos, permitida a reeleição.

Da Eleição e dos Requisitos para o Cargo

Art. 3º A eleição dos juízes de paz será organizada e dirigida pela justiça eleitoral, observadas as normas estabelecidas na lei de organização judiciária de cada Estado e do Distrito Federal e Territórios, e ocorrerá juntamente com a de prefeito e vereadores.

§ 1º No Distrito Federal e nos Territórios não divididos em Municípios, a eleição dos juízes de paz ocorrerá juntamente com a eleição para a Câmara Legislativa e para a Câmara Territorial, respectivamente.

§ 2º As leis de organização judiciária a que se referem o *caput* deste artigo estabelecerão, se for o caso, a divisão da comarca em circunscrições eleitorais.

§ 3º A justiça eleitoral do Distrito Federal e Territórios e a dos Estados é competente para a declaração de inelegibilidade e incompatibilidade dos candidatos ao cargo de juiz de paz.

§ 4º Aplicam-se subsidiariamente ao processo de escolha dos juízes de paz as normas relativas às eleições municipais e, no Distrito Federal e nos Territórios não divididos em municípios, as normas pertinentes às eleições para a respectiva Casa Legislativa.

Art. 4º Qualquer cidadão pode candidatar-se ao cargo de juiz de paz, respeitadas as regras de elegibilidade e compatibilidade estabelecidas na Constituição Federal, na legislação eleitoral e preenchidos os seguintes requisitos:

- I – nacionalidade brasileira;
- II – pleno exercício dos direitos políticos;
- III – alistamento eleitoral;
- IV – domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – idade igual ou superior a vinte e um anos;
- VI – idoneidade moral e reputação ilibada;
- VII – ser bacharel em Direito.

§ 1º Não podem candidatar-se ao cargo de juiz de paz:

- I – os inalistáveis e os analfabetos;
- II – os militares, salvo se alistáveis, atendidas as seguintes condições:

a) se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

b) se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

III – os que pertencerem a órgão de direção ou de ação de partido político;

IV – os membros em exercício de qualquer esfera da magistratura e do Ministério Público;

V – aos que respondam como réu a processo judicial de qualquer natureza.

§ 2º O mandato dos juízes de paz poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 3º A ação de impugnação de mandato, que poderá ser intentada por qualquer cidadão, tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor por prejuízos, na forma da lei eleitoral, se temerária ou de manifesta má-fé.

Da Investidura, da Perda do Cargo e das Substituições

Art. 5º A Justiça Eleitoral diplomará e dará posse aos juízes de paz dez dias após a diplomação e posse dos prefeitos e vereadores, fixando-lhes o dia para início do exercício.

Art. 6º Perderá o direito ao cargo de juiz de paz aquele que:

I – injustificadamente, deixar de tomar posse na data fixada pela Justiça Eleitoral;

II – não entrar em exercício, ainda que justificadamente, em sessenta dias, contados da data da posse;

III – houver cometido abuso do poder econômico, corrupção ou fraude durante o processo eleitoral;

Parágrafo único. Declarado vago o cargo de juiz de paz em virtude do disposto nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo, assumirá o segundo mais votado nas eleições.

Art. 7º Nos casos de falta, ausência ou impedimento do juiz de paz em exercício, será nomeado juiz de paz *ad hoc*, que não exercerá o cargo por período superior a trinta dias, quando far-se-á nova elei-

ção no prazo máximo de trinta dias, salvo se a vacância ocorrer no último mês do mandato.

Parágrafo único. Ao juiz de paz nomeado *ad hoc* serão exigidos os mesmos requisitos dispostos no Art. 4º.

Das Atribuições e Prerrogativas dos Juízes de Paz

Art. 8º Os Juízes de Paz são auxiliares do Poder Judiciário e detêm competência para:

I – examinar, de ofício ou em face de impugnação, e decidir processos de habilitação para o casamento;

II – celebrar casamentos, conforme disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos);

III – dispensar, justificadamente, os editais de proclamas;

IV – exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, especialmente em questões relativas a direito de família e direito das sucessões que sejam desprovidas de caráter patrimonial;

V – zelar pela efetivação dos direitos e garantias fundamentais, especialmente em relação às crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

VI – diligenciar, quando necessário, no sentido da determinação da paternidade e da obtenção do registro de nascimento e de óbito;

VII – pacificar conflitos de vizinhança, em locais e datas previamente designados;

VIII – orientar pessoas a respeito da forma de exercício dos próprios direitos;

IX – representar junto ao Ministério Público a respeito de irregularidades de que tenham conhecimento em razão do exercício de suas atividades;

X – encaminhar ao Judiciário respectivo proposta de aperfeiçoamento dos serviços da Justiça de Paz;

XI – exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, desde que atribuídas por lei.

§ 1º Os atos e conclusões praticados e adotados pelos juízes de paz nos procedimentos de sua competência não têm caráter jurisdicional nem excluem a prerrogativa de apreciação do caso pelo Poder Judiciário, ressalvadas as conciliações realizadas nas hipóteses dos incisos I e II do § 4º deste artigo.

§ 2º Constatando a existência de irregularidade em matéria de casamento, o juiz de paz submeterá o processo ao juiz de direito competente.

§ 3º No desempenho das suas atribuições, o juízes de paz têm o direito de receber as informações necessárias dos órgãos públicos e de particulares.

§ 4º No exercício da competência que lhes confere o inciso IV do *caput* deste artigo, os juízes de paz:

I – poderão receber do juiz de direito atribuição para conduzir a audiência de ratificação de dissolução da sociedade conjugal a que se referem a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e a Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio);

II – intentarão a reconciliação das partes que pretendam separar-se ou divorciar-se administrativamente, nos termos do art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 5º Como consequência da atribuição prevista no inciso V do *caput* deste artigo, os juízes de paz darão ciência às autoridades competentes de quaisquer ofensas a direitos e garantias fundamentais de que venham a ter conhecimento, podendo acompanhar a subsequente tomada de providências pelos órgãos e entidades públicos, para informação aos interessados.

§ 6º Para a efetividade da competência definida no inciso VI do *caput* deste artigo, os juízes de paz desempenharão as tarefas administrativas de caráter auxiliar que lhe forem cometidas pela lei de organização judiciária.

§ 7º No exercício da competência estabelecida nos incisos IV e VII do *caput* deste artigo, o juízes de paz:

I – poderão expedir notificação para comparecimento das partes em dia, hora e local determinados, vedado ao ato qualquer efeito

relacionado à imposição de mora ou preclusão, ou à conservação ou perecimento de direitos;

II – não tendo obtido sucesso na composição do conflito, encaminharão as partes ao foro competente, advertindo-lhes das consequências do litígio judicial.

Art. 9º. O exercício efetivo da função de juiz de paz constitui serviço público relevante e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Das Vedações aos Juizes de Paz

Art. 10. Os juizes de paz, além de outras vedações estabelecidas na lei de organização judiciária do Distrito Federal e Territórios ou do Estado, não poderão, em nenhuma hipótese:

I – exercer atividade político-partidária;

II – recusar fé a documento público;

III – exercer o poder de polícia, salvo em caso de flagrante delito.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, havendo fundada suspeita da falsidade do documento, deverá o juiz de paz diligenciar junto às serventias extrajudiciais e, na forma da lei de organização judiciária, dar ciência do fato ao juiz de direito competente e ao Ministério Público.

Das Regras Procedimentais

Art. 11. O acesso aos serviços prestados pela Justiça de Paz depende do pagamento de custas, taxas ou emolumentos.

Art. 12. Somente as pessoas físicas capazes poderão requisitar os serviços da Justiça de Paz.

§ 1º O maior de dezesseis anos de idade poderá ser requisitante, independentemente de assistência, excetuados os serviços descritos nos incisos I a III do art. 8º desta lei.

§ 2º Não se beneficiam dos serviços prestados pela Justiça de Paz:

I – na condição de requisitantes:

a) o incapaz, ainda que representado ou assistido;

b) as pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive seus cessionários, ressalvados os serviços de dirimir os conflitos de que trata o inciso VII do Art. 8º.

II – na condição de requisitados, os incapazes, ainda que representados ou assistidos.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses dos incisos I e II do § 4º do art. 8º desta lei, não é necessário o assessoramento advocatício no âmbito da Justiça de Paz.

§ 4º O Ministério Público poderá acompanhar, como fiscal da lei, os casos submetidos à Justiça de Paz.

Art. 13. Os atos praticados no âmbito da Justiça de Paz serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

§ 1º Os atos praticados por requisitantes, requisitados e juízes de paz serão reputados válidos, sempre que preenchidas as finalidades para as quais foram realizados.

§ 2º Os atos essenciais praticados nos casos submetidos à Justiça de Paz poderão:

I – ser registrados, resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas;

II – ser gravados em fita magnética ou equivalente.

§ 3º As normas locais disporão sobre a conservação dos atos praticados no âmbito da Justiça de Paz.

Art. 14. Os interessados poderão submeter seus casos à Justiça de Paz mediante pedido escrito ou oral.

§ 1º Os pedidos pertinentes às competências previstas nos incisos I, II e III do art. 8º desta lei serão sempre apresentados por escrito.

§ 2º Do pedido, escrito ou oral, constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I – o nome, a qualificação e o endereço dos interessados;

II – os fatos, de forma sucinta;

III – o objeto.

§ 3º O pedido oral será, quando entender necessário o juiz de paz, reduzido a termo, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

Art. 15. Apresentado o pedido com base nas hipóteses dos incisos IV, VI, VII e VIII do art. 8º desta lei, será imediatamente realizada a audiência, sob a direção do juiz de paz, se presentes todos os interessados.

§ 1º Não sendo possível a pronta realização da audiência, será ela designada com prazo não superior a cinco dias, notificado, quando for o caso, o requisitado.

§ 2º Nos casos mencionados no *caput* deste artigo, não se realizará audiência nem se praticará ato no âmbito da Justiça de Paz se não comparecerem requisitante e requisitado.

Art. 16. Aberta a audiência nas hipóteses dos incisos IV, VI, VII e VIII do art. 8º desta Lei, o juiz de paz esclarecerá os interessados acerca das vantagens da conciliação, indicando-lhes os riscos e as consequências do litígio.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a termo e, assinada pelos interessados, na presença de duas testemunhas, terá força, quando for o caso, de título extrajudicial.

Art. 17. O juiz de paz, no desempenho de suas atribuições, terá liberdade para determinar e apreciar as provas necessárias à resolução dos casos que lhes forem submetidos, dando especial valor às regras de experiência comum ou, se dispuser de conhecimento, técnica.

Parágrafo único. Acerca do sistema probatório, devem ser observadas as seguintes regras:

I – todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, podem ser considerados para demonstração da veracidade dos fatos alegados pelos interessados;

II – nenhuma prova será considerada excessiva, impertinente ou protelatória;

III – as provas de que não dispuserem os interessados poderão ser produzidas na audiência de conciliação.

Art. 18. Especialmente no desempenho das competências previstas nos incisos IV e VII do art. 8º desta lei, o juiz de paz adotará a solução mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 19. Os juízes de paz poderão expedir notificação exclusivamente para comparecimento dos interessados, pelos seguintes modos:

I – por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

II – tratando-se de pessoa jurídica pública ou privada, mediante entrega ao administrador, gerente ou seu representante legal.

Parágrafo único. A notificação, sujeita ao disposto no inciso I do § 7º do art. 8º desta lei, conterà cópia do pedido inicial, dia, hora e local para comparecimento dos interessados.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 20. Os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados disciplinarão:

I – os locais de atuação dos juízes de paz;

II – as substituições temporárias ou definitivas;

III – as licenças e as férias anuais;

IV – as datas e prazos para diplomação, posse e exercício, atendendo sempre que possível os referenciais dispostos no art. 5º.

Art. 21. Os arts. 40 e 83 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. Compete à Junta Eleitoral:

IV – expedir diploma aos eleitos para cargos municipais e aos juízes de paz. (NR)”

“Art. 83. Na eleição direta para o Senado Federal, para Prefeito e Vice-Prefeito, bem como para juiz de paz, adotar-se-á o princípio majoritário. (NR)”

Art. 22. As primeiras eleições para o cargo de juiz de paz de que trata esta lei ocorrerão no primeiro domingo de outubro de 2012, exceto no caso do Distrito Federal, onde essas eleições ocorrerão no primeiro domingo de outubro de 2010.

Art. 23. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogados o § 5º do art. 17 e o Capítulo IV do Título VIII da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

Art. 25. Ficam integralmente ripristinados o inciso IV do art. 30, o inciso III do art. 89, o art. 178, o inciso VIII do § 1º do art. 186, todos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura E Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne – CETC, no Município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

I – Relatório

Em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 92, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim.

Pelo art. 1º do projeto, o Poder Executivo é autorizado a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne, situado no Município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

O art. 2º do PLS estabelece que o centro será uma instituição de ensino médio profissionalizante, que terá por função formar técnicos para atender necessidades socioeconômicas locais do setor da carne e derivados.

Os arts. 3º e 4º tratam de questões orçamentárias vinculadas ao estabelecimento da instituição. O art. 5º estabelece que a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a medida, o autor ressalta a importância da geração de empregos de qualidade para a juventude, a partir da boa formação profissional. Igualmente decisiva para a concretização do projeto é a relevância do setor da carne para toda a região de

São Gabriel, município que, além de se encontrar numa distância máxima de 300 quilômetros das cidades gaúchas com maior produção agropecuária, apresenta grande capacidade de frigorificação de carnes.

Encaminhada a esta Comissão, para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – Análise

A proposição em análise beneficia a comunidade gaúcha de São Gabriel com o primeiro passo para a criação de um centro de especialização em tecnologia da carne naquele município.

O PLS em exame representa, nesses termos, importante antecipação do Poder Legislativo, consentânea com a disposição do Governo Federal de expandir a educação tecnológica em nível médio, manifesta, sobretudo, a partir da Lei nº 11.195, de 2005, marco na revigoração do ensino técnico e profissional em nosso País.

Tanto na experiência dos países industrializados quanto no esforço de modernização de muitos daqueles que, a exemplo do Brasil, estão em desenvolvimento, a preparação de grande contingente de profissionais especializados tem constituído importante fator de competitividade para os setores que usam tecnologia sofisticada, como o setor da carne.

Além desses aspectos, vale destacar a importância de uma instituição de ensino médio para o desenvolvimento econômico e social da região de São Gabriel, com reflexos na melhoria das condições de vida de toda a população. Trata-se, ademais, de iniciativa de expansão e democratização do ensino público de qualidade.

Por fim, no que diz respeito à conformação jurídica, malgrado o entendimento, firmado na Câmara dos Deputados, de que as leis autorizativas não têm poder coercitivo que obrigue o Executivo a cumpri-las, guiamo-nos pela convicção, predominante nesta Casa, de que tais leis abreviam a atuação do Executivo, ao indicar, como forma de colaboração, a prática de ato de competência desse Poder.

Superado esse óbice afeito à iniciativa, a medida não reclama reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, encontrando-se elaborada segundo os ditames da boa técnica legislativa.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2008.

PARECER Nº 383, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 a 5–PLEN, ao Substitutivo do Senado sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645, de 2006, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

I – Relatório

Ao final do ano passado, o supracitado projeto foi a Plenário, onde recebeu emendas e retornou a este Colegiado para o exame das mesmas. Em 19 de dezembro de 2007, devolvi a essa Comissão meu Relatório sobre as Emendas nºs 1 a 5 – PLEN, apresentadas por ocasião da discussão, já em turno suplementar, do Substitutivo que fora oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Entretanto, pelos motivos expostos nesta nova análise, decidi reformular meu Relatório, submetendo-o a novo exame dessa Comissão.

As Emendas nºs 1 e 2–PLEN e 3 e 4–PLEN têm os mesmos objetivos, sendo as de nºs 1 e 3 de autoria do Senador Alvaro Dias, e as de nºs 2 e 4, do Senador José Maranhão. Todas têm o propósito de ressalvar o cumprimento de medidas de urgência por ocasião do recesso forense, a ser implementado entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro de cada ano. Porém, as duas primeiras emendas incidem sobre o art. 62 da Lei nº 5.010, de 1966, de que trata o art. 2º do Substitutivo, abrangendo as atividades forenses da Justiça Federal, inclusive Tribunais Superiores, e as duas últimas emendas recaem sobre o art. 175 do Código de Processo Civil, de que trata o art. 3º do Substitutivo, incidindo sobre as atividades judiciais como um todo.

Por sua vez, a Emenda nº 5–PLEN, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, objetiva estender o recesso judicial (que, no Substitutivo, vai de 20 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano) até o dia 20 de janeiro, em consonância com o que defende o Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de forma a “viabilizar ao advogado, por um período de aproximadamente um mês, o merecido descanso a que faz jus o trabalhador”.

II – Análise

As emendas de Plenário ora em análise foram apresentadas de conformidade com o disposto no § 2º do art. 282 do Regimento Interno, que assegura o oferecimento de emendas a substitutivo, no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

No mérito, observa-se que, no tocante às Emendas nºs 1 a 4–PLEN, como já salientado, objetiva-se unicamente permitir que as medidas de urgência possam ser cumpridas normalmente, sem que o recesso proposto possa causar qualquer prejuízo às partes.

A proposta é relevante e louvável no mérito. No entanto, entendemos que, no tocante a sua forma, pode ser aperfeiçoada, pois, em vez de ressalvar as medidas de urgência, poderia ressalvar as mesmas situações previstas nos incisos I e II do art. 173 (“I – a produção antecipada de provas (art. 846); II – a citação, a fim de evitar o perecimento de direito; e bem assim o arresto, o sequestro, a penhora,

a arrecadação, a busca e apreensão, o depósito, a prisão, a separação de corpos, a abertura de testamento, os embargos de terceiro, a nunciação de obra nova e outros atos análogos”); e nos incisos I a III do art. 174, que estabelecem ressalvas de ações que se processam durante as férias forenses (“I – os atos de jurisdição voluntária, bem como os necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento; II – as causas de alimentos provisionais, de dação ou remoção de tutores e curadores, bem como as mencionadas no art. 275 [rito sumário]; III – todas as causas que a lei federal determinar”).

Dessa maneira, acreditamos que seria dado um tratamento uniforme às matérias que não têm o seu curso suspenso, seja nas férias, seja no recesso forense, em prol da segurança jurídica e preservando a sistematização do Código.

Quanto à Emenda nº 5–PLEN, que estende o recesso forense até o dia 20 de janeiro de cada ano, somos da opinião de que a propositura atende a antiga demanda da Ordem dos Advogados do Brasil (documento anexado ao processado), que assim como motivou o autor da proposta na Câmara dos Deputados – que atendeu em parte a solicitação –, nos levou a ponderar e a refletir sobre a propriedade e a legitimidade da reivindicação, e, por fim, atendê-la de forma integral.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 5–PLEN e aprovação das Emendas nºs 1 a 4–PLEN, na forma das seguintes subemendas:

SUBEMENDA ÀS EMENDAS NºS 1 E 2–PLEN

Dê-se ao parágrafo único do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a seguinte redação:

Art. 62

.....

Parágrafo único. Ficam suspensos todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências judiciais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano, ressalvado o disposto nos incisos I e II do art. 173 e I a III do art. 174, todos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (NR)

SUBEMENDA ÀS EMENDAS Nºs 3 E 4–PLEN

Dê-se ao parágrafo único do art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a seguinte redação:

Art. 175

Parágrafo único. Ficam suspensos todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano, ressalvado o disposto nos incisos I e II do art. 173 e I a III do art. 174, todos desta lei. (NR)

RELATÓRIO Nº , DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 72, de 2008 (Mensagem nº 205, de 16/04/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e a República do Uzbequistão.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para além de exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, que hoje também é cumulativo perante à República Belarus, adicionar em suas funções de representante diplomático brasileiro, as funções de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e República do Uzbequistão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro – RJ, filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e de Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1971. No ano seguinte, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1988.

Nomeado Terceiro Secretário, em 1973, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário, em 1976; a Primeiro Secretário, em 1979; a Conselheiro, em 1985; a Ministro de Segunda Classe, em 1992; e a Ministro de Primeira Classe, em 1999, sempre por merecimento.

Dentre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Chefe-substituto da Divisão de Política Comercial; Chefe da Divisão da Europa II; Secretário Executivo da Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE); Chefe-substituto do Departamento da Europa; Presidente do Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); Ministro-Conselheiro e Embaixador, Representante Alterno do Brasil, na Delegação Permanente em Genebra; e Chefe da Delegação na 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Consta do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados referentes às relações bilaterais do Brasil com a República da Geórgia e com a República do Uzbequistão, além de dados gerais sobre esta última.

Brasil e Geórgia mantêm relações binacionais recentes, iniciadas em dezembro de 1991, quando o Governo Brasileiro reconheceu a independência da República da Geórgia. Oficialmente, foi em 28 de abril de 1993 que foram formalizadas as relações diplomáticas.

A representação dos interesses brasileiros junto à esta República foram exercidas, desde 1996, pela Embaixada Brasileira em Moscou.

De 1996 para cá, apesar do caráter amistoso no relacionamento entre Brasil e Geórgia, devido a circunstâncias de alternância de ciclos de estabilidade e instabilidade naquela República, não ocorreu a oportunidade para o aprofundamento nessas relações.

Em termos de comércio entre as Repúblicas, ressalte-se que este fluxo teve um ápice de US\$87 milhões em 2006, resultado de uma progressão constante e sempre superavitária para o Brasil. De 2006 para cá houve um resfriamento nas relações comerciais, mas elas não perderam a continuidade, mesmo que em quantidades mais modestas.

Hoje é difícil fazer um prognóstico sobre o futuro dessas relações bilaterais. De fato, há um quadro de incertezas em toda a situação geopolítica que envolve as Repúblicas e unidades federativas da antiga União Soviética. Paira uma tensão permanente entre estas e a atual República Russa. As manifestações de caráter de independência étnica e cultural. O desejo de um novo modelo de desenvolvimento e de realinhamento político – a adesão de algumas repúblicas à OTAN, por exemplo – tem contribuído para aumentar a insegurança e a instabilidade da região.

Entretanto, como já foi ressaltado, no que se refere ao relacionamento Brasil- Geórgia, se mantida a continuidade do fluxo corrente, a perspectiva natural é de ampliação e aprofundamento nestas relações, que, com certeza, trarão benefícios a ambos.

A República do Uzbequistão vive um momento de instabilidade política decorrente de ações de grupos religiosos extremistas radicais que, em resposta a atitudes de força do Estado, promoveram, em 2004, uma série de ataques terroristas. Desde então há um forte controle dos meios de comunicação.

O Uzbequistão ocupa uma posição estratégica na Ásia Central. Com a maior população da região, 26,5 milhões de pessoas, e um aparato militar que se sobressai localmente, tornando-o um atraente parceiro para as potências regionais e mundiais.

Nessa situação, o Uzbequistão conquistou o apoio dos EUA, para fazer parte da frente mundial de combate ao terrorismo capitanea-

da pelos norte-americanos. Em troca passaram a usufruir de fontes de recursos internacionais, além do apoio do FMI a um conjunto de reformas visando a modernização e o desenvolvimento Uzbeque.

Essas mudanças ainda ocorrem de forma muito lenta. Nas relações bilaterais Brasil-Uzbequistão, que tiveram início em 1993, vislumbravam-se um quadro positivo de oportunidades de cooperação nas áreas de energia e agricultura. Estes prévios contatos diplomáticos avançaram até o ano de 2007, quando foi assinado o Protocolo de Entendimento Político entre as chancelarias.

No relacionamento comercial Brasil-Uzbequistão, há que se reconhecer que, além de ainda ser incipiente, é parco o volume de transações, com o registro máximo da ordem de US\$10 milhões em exportações Brasileiras em 2004, e de US\$ 1,3 milhões em importações em 2005. Ressalte-se além do constante estado superavitário para o Brasil nestas relações, o fato de envolverem, basicamente, pouca diversidade de produtos neste comércio: o Brasil exporta carnes, máquinas e café solúvel, e importa, do Uzbequistão, algodão, ferro e aço. Claro, que a intenção e dinamizar é ampliar este quadro comercial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, que inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 107, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno, a proposição encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Em boa hora ocorre ao legislador a iniciativa de incluir na ilustre galeria dos Heróis da Pátria – que já abriga, entre outros, os nomes de D. Pedro II, Zumbi dos Palmares e Tiradentes – o nome de um dos nossos mais importantes estadistas, lembrado em particular por seu legado de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, empenho que o fez receber o epíteto de “Pai dos Pobres”.

Getúlio Dornelles Vargas, filho de tradicional família gaúcha, natural de São Borja, transitou pelos mais importantes cargos da República, trajetória que culminou com o exercício da presidência pelo longo período que passou a ser designado como Era Vargas.

Esse marcante momento histórico teve início com a chamada Revolução de 1930, quando, deposto o então presidente Washington Luís, Getúlio Vargas assumiu, com amplos poderes, a liderança do Governo Provisório, episódio que marcou o término da “República Velha”.

Em 1937, sob sua liderança, foi instaurado o Estado Novo, que se estendeu até 1945, marcado, principalmente, pela reestruturação geral do Estado.

Entre o primeiro período no exercício da presidência da República e o seguinte, para o qual seria eleito em 1950, Vargas foi também eleito senador para a Assembléia Constituinte de 1946 – da qual participou de maneira fugaz – e, posteriormente, senador pelo Rio Grande do Sul, mandato cumprido entre 1946 e 1949, ocasião em que fortaleceu o perfil do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em seu mandato à frente do Executivo, entre 1951 e 1954, Getúlio Vargas esteve no centro de continuada polêmica, que culminou com uma crise política de grandes proporções, quando foi pressionado, inclusive, a renunciar à presidência da República. O conturbado período teve o seu desfecho no trágico episódio de seu suicídio, página que marcou a história recente do País.

A influência de Vargas na vida política brasileira não se encerrou com sua morte. Ao contrário, ela foi de tal ordem que alterou profundamente os quadros partidários e a própria maneira de conduzir a ação política. Essa dinâmica afetou decisivamente a feição do País, com significativos efeitos ao longo da segunda metade do século XX, como a adoção do modelo que alçou o Brasil à condição de nação industrializada, para citar um dos mais notáveis.

Nesse sentido, pela oportunidade de fazer figurar o nome de um dos maiores líderes que o Brasil conheceu no Livro dos Heróis da Pátria, o projeto em exame se reveste de inegável pertinência.

Ressalte-se, ademais, que a proposição encontra inteiro amparo na Lei nº 11.597, de 2007, que dispõe sobre os critérios para a referida inscrição do nome de vultos históricos.

III – Voto

Pelo exposto, examinado o mérito, e por não encontrar óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”.

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”, de autoria do Senador Romeu Tuma.

A proposição em comento objetiva dotar a Polícia Federal de instrumento ágil para a prisão de pessoas procuradas pela Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC – INTERPOL), o que é feito através de alterações no texto do Estatuto do Estrangeiro.

O autor, em sua Justificação, esclarece:

O § 4º acrescentado ao artigo 82 da Lei nº 6.815, de 1980, tem a finalidade de instruir a difusão internacional, também conhecida como “difusão vermelha”, para permitir a representação da autoridade policial brasileira perante o STF, por meio da Interpol. Trata-se de

documento aceito em vários países como mandado de prisão internacional, como a Argentina e os integrantes da União Europeia.

Não foram oferecidas emendas até o momento.

II – Análise

Uma das mais importantes funções da Organização Internacional de Polícia Criminal, a INTERPOL, é exatamente a de auxiliar cada um de seus 186 países-membros no compartilhamento de informações criminais, com vistas à prisão e extradição de fugitivos internacionais.

Para tanto, a organização criou um sistema de comunicação através de “difusões” às quais são atribuídas cores em razão do tipo de informação disseminada. Assim, para alertar os seus membros quanto ao risco de ameaça à segurança pública emite-se uma “difusão laranja”, para buscar informações sobre um cadáver não identificado, uma “difusão preta”, e assim sucessivamente.

Para efeito da presente proposição, merece destaque a chamada “difusão vermelha”, ou no inglês de origem *red notice*, que é a notícia da existência de um mandado de prisão devidamente expedido pelas autoridades judiciais de um país-membro da Interpol com vistas à extradição da pessoa procurada. Utiliza-se a “difusão vermelha” indistintamente tanto para as ordens de prisão de natureza processual, ou preventiva, bem como para aquelas decorrentes de condenação criminal.

É importante não confundir a “difusão vermelha” com um mandado de prisão internacional, até porque nossa Constituição Federal prescreve que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judicial competente”, nos termos do art. 5º, LXI.

O Supremo Tribunal Federal, aliás, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 80.923/SC, relatado pelo Min. Néri da Silveira, reconheceu a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão de haver sido solicitada a cooperação do escritório brasileiro da Interpol para a execução de mandado de prisão através da “difusão vermelha”.

Restou expressamente consignado, naquela oportunidade, ante a inexistência de pedido de extradição, que: “em se tratando de pessoa residente no Brasil, não há de sofrer constrangimento em sua liberdade de locomoção, em virtude de mandado de prisão expedido por justiça estrangeira, o qual, por si só, não pode lograr qualquer eficácia no país” (STF, HC nº 80.923/SC, rel. min. Néri da Silveira, v.u., D.J.U 21-6-2002, Tribunal Pleno, j. 15-8-2001).

Anotamos, então, uma primeira baliza para o projeto de lei: a prisão de extraditando será sempre precedida de autorização da justiça brasileira, no caso, o próprio Supremo Tribunal Federal.

Sucedede que, é importante ter em mente que a “difusão vermelha” da Interpol é um instrumento para a prisão de foragidos internacionais com fins à sua extradição para outro país-membro da Organização.

Os mais recentes acordos internacionais firmados pelo Brasil sobre o tema já reconhecem inclusive a utilização da Organização Internacional de Polícia Criminal como canal adequado para a comunicação de um pedido de prisão preventiva, como por exemplo os Tratados de Extradição com a Itália, Peru, Ucrânia e Rússia.

O PLS nº 118, de 2008, no entanto, pretende ir além e acaba por legitimar a polícia judiciária da União para – em substituição ao Estado requerente – representar pela a prisão preventiva do estrangeiro.

Não vemos como possa ser possível tal construção legislativa, já que a prisão para extradição constitui requisito de procedibilidade do respectivo processo extradicional, que só pode ser instaurado por iniciativa do Estado requerente.

Ousamos, no entanto, propor uma solução alternativa, inspirada em parte no anteprojeto da Nova Lei do Estrangeiro preparado pelo Ministério da Justiça, cujo texto foi publicado no *Diário Oficial da União*, Seção I, de 1º de setembro de 2005, que prevê a necessidade de ratificação pela autoridade diplomática do pedido de prisão feito diretamente pela Interpol.

Assim, o escritório brasileiro da Interpol, operado pela Coordenação-Geral de Polícia Criminal Internacional da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal, poderá requerer ao Supremo Tribunal Federal, através do Ministério da Justiça, a prisão temporá-

ria de estrangeiro, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, com base nas informações constantes da “difusão vermelha” da Organização.

Caso ao fim desse prazo, o Estado requerente não tenha formalizado ao menos o pedido de prisão preventiva, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade. Acreditamos que a diferenciação de hipóteses é necessária em razão da demonstração do efetivo interesse do país requerente na extradição, bem delimitando a fase que a própria Interpol define como pré-extradicional.

De rigor, ainda, a atualização de outras disposições do Estatuto do Estrangeiro referentes à extradição passiva de forma a adequá-lo à Constituição promulgada em 1988.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, na forma do substitutivo em anexo:

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008 (Substitutivo)

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1985, para instituir a prisão temporária para fins de extradição com base em solicitação da Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC – INTERPOL).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 76, 81, 82, 83 e 84, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. A extradição poderá ser concedida se formalmente requerida por Estado soberano para fins instrutórios ou executórios de ação penal, quando se fundamentar em tratado ou mediante promessa de reciprocidade. (NR)”

“Art. 81. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministério da Justiça para análise dos requisitos formais de admissibilidade e providências junto ao Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. A decisão de arquivamento será fundamentada e de competência exclusiva do Ministro da Justiça, não havendo impedimento à formulação de novo pedido, superado o óbice apontado. (NR)”

“Art. 82. O Estado interessado na extradição poderá, antes da formalização do pedido de extradição, ou conjuntamente com esse, requerer a prisão preventiva do extraditando.

.....(NR)”

“Art. 83. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão.

Parágrafo único. Compete ao Ministro relator decretar a prisão preventiva ou temporária de estrangeiro para fins de extradição, desde que requerida através do Ministério da Justiça. (NR)”

“Art. 84. Efetivada a prisão do extraditando, o pedido de extradição será imediatamente encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. A prisão perdurará até a entrega do extraditando ao Estado requerente. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 82–A. O escritório brasileiro da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL poderá, com fundamento em difusão internacional vermelha, devidamente vertida para a língua portuguesa, requerer a prisão temporária de estrangeiro pelo prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Caso o Estado interessado na extradição não apresente pedido de prisão preventiva no prazo previsto no *caput*, o extraditando deverá ser posto em liberdade, não se admitindo novo pedido de prisão pelo mesmo fato sem que a extradição haja sido formalmente requerida.”

“Art. 85–A. Poderá ser sumariamente concedida a extradição se a pessoa reclamada, com a devida assistência jurídica, declarar perante o Relator do pedido de extradição no Supremo Tribunal Federal a anuência em se entregar ao Estado requerente, depois de haver sido informada de seu direito a um procedimento formal de extradição.

Parágrafo único. Antes de determinar a entrega, o relator abrirá vista ao Procurador-Geral da República para manifestação no prazo de cinco dias.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005, dos Senadores Cristovam Buarque e Outros, que acrescenta o § 12 ao art. 14 e os §§ 13 e 14 ao art. 37 da Constituição Federal, para restringir os sigilos bancário e fiscal, nas hipóteses mencionadas.

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005, que tem como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, acrescenta § 12 ao art. 14 e § 13 ao art. 37 da Constituição Federal, para determinar a quebra de sigilo bancário em duas hipóteses: de agentes políticos ocupantes de cargos eletivos, do Poder Executivo e do Legislativo, nos termos de lei complementar, e de servidores públicos ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança, das administrações direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os autores destacam a necessidade de esclarecer determinados institutos jurídicos constantes da Constituição, como os sigilos bancário e fiscal, para atender aos princípios da própria Carta Magna que dizem respeito à moralidade e transparência das ações estatais. E acrescentam:

“O direito ao sigilo bancário é uma das expressões do direito à privacidade, direito individual que se aplica, em princípio, a todos. Por outra parte, tem o Estado o direito de proteger o seu patrimônio, por exemplo, de toda sorte de corrupção, em benefício da sociedade. O conflito entre princípios constitucionais, ensina a boa doutrina, deve ser resolvido de modo que a afirmação de um (v.g., a moralidade administrativa) se dê sem que ocorra a eliminação de outro (v.g., o direito do cidadão à privacidade)”.

E prosseguem:

Nesses casos, o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, aliado ao pressuposto hermenêutico da unidade da Constituição, autorizaria a flexibilização de alguns direitos individuais, para que outros possam ser prestigiados.

Argumentam, finalmente, que a edição das leis complementares nºs 104 e 105, ambas de 10 de janeiro de 2001, que permitem a quebra de sigilo bancário por parte das receitas, indica uma evolução no sentido de considerar o sigilo bancário não apenas um direito individual, mas importante assunto de interesse público.

A proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Compete a esta Comissão examinar a matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, nos termos dos arts. 101, I, e 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 47 de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outras senhoras Senadoras e senhores Senadores, conforma-se aos requisitos de juridicidade e boa técnica legislativa e não incide em inconstitucionalidade, pois atende a todas as exigências estabelecidas no art. 60 da Constituição Federal, sobretudo, e não fere o princípio da intimidade e da vida privada, protegido pela garantia constitucional do inciso X do art. 5º.

A busca de efetivação dos princípios da moralidade e da publicidade na administração pública tem promovido, na jurisprudência,

na legislação e na doutrina, mudanças importantes que confirmam a tendência à flexibilização do sigilo, desde que fundamentada.

Alguns julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) indicam a possibilidade de quebra do sigilo bancário fora do âmbito exclusivamente jurisdicional, desde que, além do interesse público e da razoabilidade, tal procedimento esteja respaldado em previsão legal. É o que se observa, por exemplo, na ementa da decisão do Recurso Extraordinário nº 219.780:

Se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege no art. 5º, X não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade.

Assim, pode-se afirmar, com base na jurisprudência daquela Corte, que existem três requisitos para se permitir o rompimento do sigilo bancário: a existência de interesse público, social ou da Justiça; a previsão em lei; e a razoabilidade.

A Lei Complementar nº 105, de 2001, impôs várias exceções ao princípio do sigilo, das quais se destacam a revelação de informações sigilosas, com o consentimento expresso dos interessados (art. 1º, § 3º, V) e a decretação da quebra de sigilo, quando necessária para apuração de ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, nos crimes de terrorismo, tráfico de drogas, contrabando ou tráfico de armas e munições, extorsão mediante sequestro, crimes contra o sistema financeiro nacional, contra a administração pública, contra a ordem tributária e a previdência social, de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e praticados por organização criminosa (art. 1º, § 4º).

Haverá quebra de sigilo, também, para permitir que o Poder Legislativo Federal exerça suas competências constitucionais e legais, como nas investigações das comissões parlamentares de inquérito, desde que as solicitações de informações às instituições financeiras sejam previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou pelo plenário de comissões parlamentares de inquérito (art. 4º, §§ 1º e 2º).

Essas mudanças na legislação e na jurisprudência significaram um grande avanço na busca de transparência dos atos da administração pública, ao conferir, ao Estado, condições de exercer com maior eficiência e eficácia suas atribuições, em prol do bem comum, além de colocar à sua disposição novos instrumentos para tornar mais ágil a apuração de crimes contra a ordem pública, a administração pública e o sistema financeiro nacional, dentre outros, e de atos de ilegalidade, principalmente na utilização dos recursos públicos.

No âmbito do Poder Executivo, registram-se importantes decisões que reforçam os argumentos apontados, em defesa da PEC em exame. O Parecer nº 980, de 2004, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, relativo ao disciplinamento da troca de informações cadastrais e econômico-fiscais entre a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro da Fazenda (despacho publicado no *Diário Oficial da União*, na Edição nº 186, de 27/09/2004), significou grande avanço na relativização do princípio do sigilo. Além de medidas práticas de troca de informações entre órgãos da administração pública, o referido documento aponta alguns fundamentos para a quebra de sigilo que vale a pena ressaltar:

O sigilo fiscal refere-se à proteção dos dados econômico-fiscais dos contribuintes, o que não se confunde com as informações referentes à vida íntima, ou seja, dados sensíveis. No Brasil a tradição do sigilo ainda é muito forte, não sendo fácil tratar das suas exceções, visto que a regra é o segredo. A cultura jurídica brasileira tem insistido na manutenção do sigilo em relação às matérias fiscais e bancárias, tradição esta que sequer tem tido fundamentação jurídica razoável e que, há muito tempo, vem sendo seguida sem a investigação necessária.

Em outro trecho do mesmo parecer da PGFN pode-se ler que:

O acesso aos dados sigilosos em casos legalmente previstos e circunstâncias formalmente motivadas não significa a devassa da privacidade dos contribuintes, como insiste a opinião leiga. É preciso ter uma compreensão ampla deste tema, interpretando os dispositivos legais em consonância com todo o sistema jurídico. Esta

questão é de extrema importância e gera consequências das mais diversas quando mal interpretada, tanto no sentido do sigilo absoluto quanto da sua extinção sem limites.

Um dos estudiosos da matéria, Sérgio Carlos Covello, em artigo publicado sob o título “O sigilo bancário como proteção à intimidade” (Revista dos Tribunais, ano 78, nº 648, p. 29), afirma que o direito ao sigilo bancário não é um direito absoluto:

“(…) Ele possui limites legais e naturais que lhe estabelecem contornos. Em nosso ordenamento, o sigilo cede ante o Poder Judiciário, ante o fisco e ante as comissões parlamentares de inquérito. Trata-se de derrogações expressas do sigilo com escopo na ordem pública (art. 38, §§ 1º a 3º da Lei 4.595/64). Paralelamente, existem abrandamentos da obrigação fundados na vontade do titular do sigilo e na própria natureza da atividade bancária.

Mas esses limites não o desnaturam como direito de personalidade, pois modernamente todos os direitos comportam limitações, em vista das exigências sociais e em atenção ao bem comum.”

Na lição de Gilmar Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gonet Branco,

“O sigilo haverá de ser quebrado em havendo necessidade de preservar um outro valor com *status* constitucional, que se sobreponha ao interesse na manutenção do sigilo. Além disso, deve estar caracterizada a adequação da medida ao fim pretendido, bem assim à sua efetiva necessidade – i. é, não se antever outro meio menos construtivo para alcançar o mesmo fim. O pedido de quebra de sigilo bancário ou fiscal deve estar acompanhado de prova de sua utilidade. Cumpre, portanto, que se demonstre que “a providência requerida é indispensável, que ela conduz a alguma coisa”; vale dizer, que a incursão na privacidade do investigado vence os testes da proporcionalidade por ser adequada e necessária.” (MENDES, Gilmar. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 376. 2)

Todos esses argumentos realçam a importância, a necessidade e a oportunidade das mudanças propostas pela PEC nº 47, de 2005.

Ademais, é imprescindível frisar que a proposta em comento vai além da questão das quebras de sigilo bancário e fiscal, para instituir a não-aplicação do direito e da reserva das informações de natureza supracitada aos agentes públicos, servidores e ocupantes de cargo eletivo, além dos contratantes com a administração pública, durante a vigência contratual e restrita e específica as relações e transações financeiras do referido contrato .

Esse avanço vem na direção exata da exigência de transparência na administração pública. Com efeito, as lições já citadas neste Relatório pelos ilustres juristas nos permitem induzir uma progressão no tratamento destas questões. É naturalmente lógico que as decisões e os encadeamentos jurisprudenciais nos conduzem ao caminho de não apenas legitimar na Lei Maior a supressão desses sigilos, mas propor sua completa aplicabilidade para os casos referidos.

Numa analogia com o direito tributário, temos que a jurisprudência determina com a “quebra” de sigilo uma situação similar e excepcional de “isenção” de um direito. Entretanto, ao não contemplar com o benefício do sigilo, como esta PEC propõe, criamos uma situação de imunidade em relação a uma prerrogativa legal.

Contudo, e data vênua meu ilustre colega e amigo autor da proposição, Senador Cristóvam Buarque, acreditamos que podemos progredir mais na intenção legislativa.

É de nosso entendimento, e por isso sugerimos um substitutivo à PEC, que não apenas os que exercem cargos comissionados ou funções de confiança devem ser excluídos da manutenção dos sigilos bancário e fiscal, mas que esta exclusão tenha sua aplicação ampliada para todos os servidores e agentes públicos, assim como nas transações financeiras efetuadas por obrigação de contratos feitos com a administração pública.

Ponderamos também que é absolutamente necessária uma legislação complementar, tal como consta da redação do § 12 do art. 14. Contudo, optamos por dar uma nova redação ao texto da PEC, de forma a inserir a exigência da Lei Complementar como um parágrafo

fo adicional ao art. 37 para abranger todas as situações que se referem a guarda, ao acesso, transferência e manuseio das informações bancárias e fiscais de todos agentes e contratos públicos.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005 e, no mérito, pela sua aprovação na forma do seguinte substitutivo:

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005

Acrescenta o § 12 ao art. 14 e os §§ 13 e 14 ao art. 37 da Constituição Federal, para restringir os sigilos bancário e fiscal, nas hipóteses mencionadas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal de 1988 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 14
.....

§ 12. Durante o período de investidura em cargo público de caráter eletivo, ficam suspensos os sigilos bancário e fiscal do agente político.

Art. 2º O art. 37 da Constituição Federal de 1988 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 37
.....

§ 13. A suspensão dos sigilos bancário e fiscal aplica-se aos contratantes com a administração pública, bem como aos ocupantes de funções, cargos e empregos públicos, de qualquer natureza,

durante a vigência da respectiva e específica relação contratual ou do vínculo empregatício.

§ 14. Lei complementar disporá sobre a guarda e o acesso às informações e dados a que se refere o § 13 deste artigo e o § 12 do art. 14.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008, que acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que, na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado.

I – Relatório

Vem a exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008, de autoria parlamentar, que pretende atribuir à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para a obtenção de informações relativas às comunicações telefônicas e aos dados fiscais de parlamentar federal investigado sob acusação de quebra de decoro parlamentar.

Na justificção é alegada a necessidade de o Congresso Nacional enfrentar, com mais eficiência, acusações graves que são feitas contras seus membros.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

A proposição se apresenta redigida com boa técnica legislativa, e a subscrição atende ao prescrito no art. 60, I, da Constituição Federal.

Não divisamos, quanto a isso, inconstitucionalidade formal a opor.

Quanto ao mérito, há que se ressaltar, inicialmente, que a Constituição Federal prevê, à altura do art. 55, II, a possibilidade de perda do mandato de Deputado Federal ou Senador por quebra de decoro parlamentar. No § 1º desse dispositivo consta que, além de outros casos indicados nos respectivos Regimentos Internos, é incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas atribuídas ao legislador e o recebimento de vantagem indevida.

É visível que, em ambas as hipóteses, e quase que literalmente na segunda delas, a quebra do decoro parlamentar pode envolver o recebimento espúrio, ilegal, fraudulento, de vantagens financeiras.

Igualmente, é bastante claro que a reação do Congresso Nacional diante dessa alegação exige uma investigação criteriosa e técnica sobre o efetivo recebimento de quantias clandestinas e criminosas em troca da ação, ou da omissão, do legislador em atos sob sua competência. E, para guiar uma resposta adequada, a investigação terá que ser a mais completa possível, com dados efetivos e não apenas ilações ou alegações vazias de parte a parte.

Nessa moldura, a proposição em exame tem o mérito de vir oferecer a ambas as Casas do Congresso um instrumento indispensável para a efetivação da apuração da quebra de decoro parlamentar, qual seja a possibilidade de quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do parlamentar investigado.

Não há inconstitucionalidade material na proposição, já que se cuida, aqui, de instrumentalizar uma função essencialmente legislativa, a fiscalizatória, e, mais, relativa a seus próprios membros.

III – Voto

Por todo o exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008, nesta Comissão.

Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários – Informe nº de 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, sobre a Recomendação nº de 2007, que recomenda criação do “Salário Educativo Familiar” nas zonas de fronteiras dos países-membros do Mercosul

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre a Recomendação nº, de 2007, de autoria dos ilustres Parlamentares Argentinos Senador Ing. Fabian Rios e Senadora Elida M. Vigo.

O projeto em questão recomenda ao Parlamento do Mercado Comum que se estabeleça a introdução do Salário Educativo Familiar (semelhante ao Bolsa Escola, instituído no Brasil).

Os autores ressaltam que são grandes as desigualdades sociais existentes na América Latina, especialmente nas Zonas de Fronteiras dos Estados-membros do Mercosul. Nessas zonas têm-se um índice alto de desemprego, empregos precários, pobreza, abandono escolar e trabalho infantil. Tal situação tem como consequência direta a exclusão social. Eles levam em consideração a família, sendo esta o agente mais importante na sociedade. E, de maneira análoga a percepção brasileira, consideram que as mulheres, donas-de-casa, são

os pilares do núcleo familiar, na medida em que são elas que cuidam dos filhos, mantêm a integridade familiar com o amparo sentimental e físico.

Na busca de uma tentativa em minorar a situação ora apresentada, os autores propõem a criação de um Salário Educativo Familiar, pois entendem que a educação, especialmente o ensino regular, são fundamentais para a redução da pobreza e para a igualdade social.

O benefício é destinado às famílias de baixa renda, com necessidades básicas inatendidas e que vivem na zona de fronteira, e faria uma inclusão efetiva, construindo uma nova e sólida via de integração da sociedade em geral. Operaria também como um distribuidor equânime de capacidades e oportunidades.

O valor do benefício ainda será definido. Quanto ao seu pagamento, este se daria mensalmente às mulheres donas-de-casa, pelas qualidades e peculiaridades que lhes são inerentes, tornando-as, naturalmente, os agentes naturais e ideais de contenção interna e melhor uso e mobilização dos recursos e das capacidades de cada integrante familiar.

Para a obtenção do benefício serão levados em conta dois aspectos: lugar da residência e condição socioeconômica da família solicitante do benefício. O benefício poderá ser renovado com certa periodicidade, mediante a apresentação de documentos que comprovem, além dos aspectos acima elencado, os atestados de vacinação e de controle da saúde dos beneficiários e, também, da devida frequência escolar.

Impõe-se que seja o FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural e de Fortalecimento Institucional do Mercosul – o coordenador dos instrumentos operacionais e o financiador (mínimo que seja) do benefício intentado. Sem prejuízo, é claro, dos países-membros que poderão destinar verbas adicionais, bem como as doações voluntárias de verbas providas de Organismos Internacionais.

II – Análise

É com extremo regozijo que saúdo a iniciativa proposta pelos Parlamentares irmãos da Argentina. No Brasil, graças a iniciativas

de diversos governos estaduais e municipais, programas semelhantes foram e têm sido adotados. Nunca é demais lembrar o que para mim foi o pioneiro de todos, criado por um colega meu daqui e também do meu Senado Federal: refiro-me ao programa Bolsa Escola criado pelo então Governador de Brasília, o hoje Senador Cristóvam Buarque.

Foi uma revolução em termos de políticas públicas de nossa capital federal e que, felizmente, se propagou para vários outros entes da federação brasileira. Esta bandeira levantada pelo meu ilustre colega, e que constitui o cerne de sua vida pública, é o estandarte do futuro. Não de um futuro sombrio, mas um porvir iluminado para o nosso Bloco, e quiçá, para o nosso continente.

Contudo, tal como compete a este Colegiado a análise dos aspectos geoeconômicos, operacionais e financeiros, remanescem algumas dúvidas sobre a instituição do programa objeto da recomendação.

As dúvidas, de forma alguma vêm em oposição à proposta, abaixo consolidada no Voto. Estas são muito mais, uma necessidade de esclarecimento de como será operacionalizado o mais rápido possível o "Salário Educativo Familiar". Tenho a convicção de que este Fórum pode avançar nos conceitos que garantirão a devida aplicabilidade da Recomendação, tais como: de que maneira será fixado o montante mínimo? O benefício será concedido aos residentes nas localidades lindeiras ou em "área de fronteira"? Quem serão os gestores imediatos e locais do programa? Quem fará a fiscalização e controle dos recursos aplicados?

Enfim, são várias questões que devem ser debatidas por este Parlamento e pelos especialistas que acharmos necessário convidar. Sanadas essas dúvidas e instaurado o programa, tenho plena convicção de que será dada como definitiva a consolidação de nosso Mercosul.

Portanto, além do voto que com muito ânimo e perspectiva profiro, tomo a liberdade de sugerir a esta Comissão que se reúna da forma mais conveniente e oportuna que houver, atendidas as sugestões de meus ilustres pares, para que esta Recomendação tenha a devida continuidade em seu debate.

III – Voto

Por todo o exposto, consideramos ser adequada e conveniente a presente Proposta de Recomendação. Do ponto de vista da técnica legislativa, tendo em vista retomar a praxe, estabelecida pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, de numerar, por artigos, os diferentes itens de uma Recomendação, sugerimos que seja inserida essa ordenação, devendo a Proposta ser aprovada com a seguinte redação:

O Parlamento do Mercosul Recomenda:

Art. 1º Que seja instituído, nos Estados-Partes do Mercosul, o programa “Salário Educativo Familiar”, que é definido como um benefício mensal, de caráter não remuneratório de vínculo empregatício, consignado à mulher, mãe de família em estado de carência, que vive em regiões deprimidas, limítrofes dos Países-Membros, com o objetivo de garantir ao núcleo familiar um mínimo necessário para a manutenção e continuidade de seus dependentes no sistema de ensino e nos serviços assistenciais e de saúde.

§ 1º Para requerer o benefício de que trata esta Recomendação, a beneficiária deverá comprovar semestralmente sua residência e que esteja há mais de dez anos no local e sua condição socioeconômica de carente.

§ 2º Para fins de recebimento e de renovação semestral do benefício é imprescindível, sob pena de perda do mesmo, a apresentação de documentos que atestem o registro e a frequência escolar, bem como os documentos que comprovem o devido acompanhamento de saúde de seus dependentes.

Art. 2º Este programa será financiado, em seu montante mínimo, a ser definido, assim como os critérios de sua atualização, com os recursos do FOCEM, sem prejuízo de complementação dos Estados-Membros e de outras instituições.

Art. 3º Que a presente Recomendação seja amplamente divulgada nos Congressos Nacionais dos Estados-Partes do Parlamento do Mercosul.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2008 (PDC 1.325, de 2004, na origem), que aprova o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, celebrado no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionado: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2008 (PDC nº 1.325, de 2004, na origem).

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 21 de maio de 2008, tendo naquela Casa passada pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

A Mensagem nº 647, de 2003, do Poder Executivo, encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, acompanhada de exposi-

ção de motivos do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, do texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.

Na Exposição de Motivos, o Ministro Celso Amorim informa que os atos internacionais em comento foram formalizados no curso do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, realizado no Panamá, de 6 a 12 de setembro de 2000, que é a instância decisória máxima do organismo, reunindo plenipotenciários dos países-membros uma vez a cada cinco anos para revisão de normas internas, o estabelecimento de prioridades de ação para o próximo período e a eleição dos dois titulares de sua Secretaria-Geral, quais sejam, o Secretário-Geral e o Conselheiro.

O Chanceler Celso Amorim esclarece que a UPAEP constitui uma união postal restrita, “.....integrada por vinte e sete países que assumiram o compromisso de formar um único território postal para o intercâmbio de remessas em condições iguais ou mais favoráveis para seus clientes do que aquelas estabelecidas pela União Postal Universal (UPU)”.

Por fim, Sua Excelência informa que durante o citado Congresso foi aprovada a oferta brasileira de sediar o XIX Congresso da UPAEP, a se realizar na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2005, ocasião em que poderá ser apresentada a candidatura brasileira ao cargo de Secretário-Geral dessa organização intergovernamental, ao mesmo tempo em que observa os benefícios de uma célere ratificação dos presentes atos em prol dos pleitos brasileiros.

Quanto aos atos em apreço, temos primeiramente o Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, que introduz alterações em alguns de seus dispositivos, dando à norma maior da organização uma nova redação, que conta com 28 artigos, dispostos ao longo de dez capítulos.

Examina-se ainda o texto do novo Regulamento Geral da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, que conta com 34 artigos,

dispostos em oito capítulos. A norma fundamenta-se no artigo 17 da Constituição da UPAEP, o qual dispõe que o Regulamento Geral contém as disposições que garantem a aplicação da Constituição e o funcionamento da União, sendo obrigatório para todos os países membros.

À proposição não foram apresentadas emendas. É o relatório.

II – Análise

Estamos a apreciar atos formalizados no foro da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, organização intergovernamental que tem origens sulamericanas, que remontam ao Século XIX. A partir de 1911, a instituição ganhou a denominação de *Unión de los Correos Sudamericanos*, contando com a participação de nove países, dentre eles o Brasil, e foi estabelecida a sua sede em Montevideú, Uruguai.

A organização continuou a sua evolução ao longo dos anos, mudando a sua denominação e expandindo os seus objetivos até ganhar a denominação atual, com a adesão de Portugal em 1991, e o atual número de membros, com a adesão das Antilhas Holandesas e Aruba em 1992.

Trata-se de uma união postal restrita que tem por objetivo desenvolver e aprimorar os serviços postais dos países-membros em condições iguais ou mais favoráveis às estabelecidas pela União Postal Universal – UPU, da qual o Brasil também é membro.

O Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, objeto de nosso exame, introduz alterações no artigo primeiro, especificamente no rol de objetivos da organização, e no artigo oitavo, relativas a privilégios e imunidades de representante e pessoal da Secretária-Geral da UPAEP.

Quanto ao novo Regulamento Geral, ele passa a reger as atividades da organização, nos termos de seus 34 artigos, até a implementação das Atas do Congresso seguinte, que, como relatamos, está previsto para se realizar em nosso país em 2005.

Tanto o Sexto Protocolo Adicional, quanto o novo Regulamento Geral revelam a necessidade de se aprimorar constantemente as

normas internas da organização e estão de acordo com os seus fundamentos constitutivos.

Não encontramos, no presente Acordo, óbice algum que impeça sua aprovação pelo Congresso Nacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2008, que ratifica o presente acordo alinhado com os princípios que regem as nossas relações internacionais – notadamente o prescrito no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal – no qual se expõe o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.

PARECER Nº , DE 2008

Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sobre o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados-Partes do Mercosul e os Estados-Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

I – Relatório

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre a Mensagem nº 445, de 2008, originária do Poder Executivo.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

A Mensagem foi encaminhada, preliminarmente, a este Colegiado para que, sobre este texto de Acordo-Quadro emita Parecer e, sendo o caso, o respectivo Projeto de Decreto Legislativo que ratifique o ato internacional, nos termos do inciso I do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1997, que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.

A Mensagem nº 445, de 2005, do Poder Executivo, encaminha o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados-Partes do Mercosul e os Estados-Membros do Conselho de Co-

operação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005, acompanhada de exposição de motivos do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vista à aprovação legislativa que determina a Constituição Federal

Na Exposição de Motivos, o Ministro Celso Amorim informa que o ato internacional em comento foi formalizado, nesta Capital da República, em 10 de maio de 2005. Nessa data foi firmado o Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), com o propósito assim expresso: "Este acordo lança as bases para a negociação de acordo comercial (acordo de livre comércio ou acordo de preferências tarifárias). Registre-se que os Ministérios e Agências do Governo brasileiro que tratam de temas afetos ao Acordo foram devidamente consultados ao longo do processo negociador."

Na mesma exposição o ilustre Chanceler esclarece que: "O CCG é integrado pelos seguintes países: Reino da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Reino do Bareine, Sultanato de Omã, Estado do Catar e Estado do Coveite. O agrupamento é o segundo maior importador líquido de alimentos no mundo. Com base no Acordo-Quadro de 2005, o Mercosul e o CCG têm conduzido negociações com vistas à assinatura de Acordo de Livre Comércio."

Adiante, informa o Ministro: "O intercâmbio comercial entre o Brasil e os países-membros do CCG totalizou US\$5,4 bilhões em 2007. As exportações brasileiras para esse bloco aumentaram 9% com relação a 2006 e chegaram a US\$3,2 bilhões. O superávit comercial de mais de US\$1 bilhão nesse ano segue a tendência ascendente dos exercícios anteriores. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carne de frango (33% do total), açúcar (18%), minério de ferro (9,5%) e máquinas (4%). Os principais produtos provenientes do CCG são óleos brutos de petróleo e produtos petroquímicos."

O nosso Representante Internacional argumenta: "O Acordo-Quadro com o CCG é parte da estratégia nacional de promoção de entendimentos com parceiros do Oriente Médio e do Magrebe, a exemplo do Acordo de Livre Comércio recentemente concluído

com Israel e de outras negociações ou contatos em curso com o Marrocos, o Egito e a Jordânia.”

Ao final, nosso Chanceler enumera os benefícios de uma célere ratificação dos presentes atos em prol dos pleitos brasileiros.

Como parte integrante da Mensagem Presidencial segue o texto do Acordo-Quadro, que consiste de um termo de ajuste contendo 10 artigos, em que são estabelecidos os parâmetros, os objetivos e as ações em que se apoiarão os instrumentos de colaboração e cooperação econômica e tecnológica.

Além disso, o compromisso firmado entre os dois Blocos Supra-Nacionais explicita as metas para o aprofundamento das relações comerciais, com vista a aumentar o intercâmbio tecnológico e comercial e a regulação racional – e sua posterior supressão – das barreiras de natureza tarifária ou não tarifária.

Finaliza o Acordo-Quadro, com o estabelecimento da República do Paraguai como Depositário do mesmo e definição de vigência contínua, à exceção do questionamento ou denúncia de um de seus Membros, com uma antecedência mínima de seis meses para este ato de notificação.

É o relatório.

II – Análise

Mesmo já dispondo de laços sólidos que unem Brasil e diversas nações árabes, tal como já demonstrado pelos resultados de nossa balança comercial, este termo de Acordo-Quadro é oportuno por vários motivos, além do reforço de nossas relações.

Trata-se de um Ato Internacional que vincula relações econômicas e de colaboração tecno-científica e comercial entre dois importantes Blocos Econômicos: O Mercosul e o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG).

É inegável que, desde a recente e frustrada negociação de amplo espectro comercial inviabilizada na última Rodada de Doha, na Suíça, ficou claro que há uma explícita necessidade de, por ora, retornarmos ao processo de consolidação de nosso bloco – o Mercosul

– e daí partirmos também para buscar acordos de espectro restrito, acordos bilaterais ou entre blocos.

III – voto

Por todo o exposto, nossa opinião é favorável ao Acordo-Quadro em questão, por ser conveniente e oportuno para interesses nacionais. Portanto, voto pelo acolhimento da Mensagem nº 445, de 2005, na forma do seguinte Projeto de Decreto Legislativo nº , de 2008, que ratifica o presente acordo:

Projeto de Decreto Legislativo nº , de 2008 (Mensagem nº 445, de 2008, do Poder Executivo)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados-Partes do Mercosul e os Estados-Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados-Partes do Mercosul e os Estados-Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.

Parágrafo único. Ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 20, de 2008 (nº 558/GP, de 5-8-2008, na origem), em que o Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça comunica ao Senado Federal que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito por aquela Corte para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2008/2010.

O Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Cesar Asfor Rocha, comunicou ao Senado Federal, mediante o Ofício "S" nº 20, de 2008 (nº 558/GP, de 5-8-2008, na origem), que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito por aquela Corte, em Sessão Plenária realizada em 5 de agosto, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2008/2010, como Ministro-Corregedor, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a Reforma do Judiciário.

Conforme dispõe o § 2º do referido art. 103-B, os membros daquele Conselho, ao qual compete realizar o controle externo da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

No Senado Federal, o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno atribui a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecido o rito estabelecido no art. 383 e no Ato nº

1, de 2007–CCJ, de 17 de outubro de 2007, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em conformidade com esses diplomas legais, o Ministro Gilson Langaro Dipp encaminhou o seu *curriculum vitae* e outros documentos, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 1º de outubro de 1944, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968. Atuou como advogado no período de 1968 a 1989, em escritório particular, principalmente nos ramos do Direito Cível, do Trabalho, Comercial, Administrativo e Penal. É Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente licenciado.

Como Juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, desde 1989, Gilson Dipp foi Presidente da 3ª Turma do TRF da 4ª Região no período de abril/1989 a junho/1991, Membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral, nos períodos de 1991/1993, e Membro Titular no período de 1995 a 1997. Integrou o Conselho da Justiça Federal, a partir de 21-6-1993, data de sua posse como Presidente do TRF da 4ª Região, para o biênio 1993/1995.

O indicado também participou de importantes comissões no TRF, relacionadas com o anteprojeto de lei orgânica da justiça federal de primeiro e segundo grau e a realização de concursos públicos para provimento de cargos de magistrados. Foi Presidente da Comissão de Estudos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro, no Conselho da Justiça Federal, e Membro do Gabinete de Gestão Integrada da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no Ministério da Justiça.

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, desde 1998, Gilson Dipp foi Presidente da 5ª Turma do STJ, no biênio 2002/2004, e atualmente é Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Coordenação daquela Corte de Justiça, e Coordenador-Geral da Justiça Federal, para o biênio 2007/2009.

Recebeu, em 2004, o título de Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDCRIM), em São Paulo, SP.

Em palestras que proferiu em cursos e congressos, Gilson Dipp tratou de importantes temas que desafiam os agentes administrativos e políticos e os operadores do Direito no Brasil, como proteção do consumidor e do meio ambiente, crimes de sonegação fiscal, crimes contra a Administração Pública, eficácia da prestação jurisdicional, cooperação penal internacional, improbidade administrativa, interiorização da Justiça Federal e dos Tribunais, e, principalmente, mecanismos de combate à corrupção na Administração Pública, ao crime organizado e de lavagem de dinheiro.

O currículo do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Langaro Dipp, revela, portanto, que ele reúne os atributos constitucionais, em que se destaca notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, para o qual foi indicado pelo respectivo Tribunal.

Registre-se, por fim, que o indicado apresentou todos os documentos exigidos e as declarações previstas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, informando que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Superior Tribunal de Justiça; que não cumpre quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes; e que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato no Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término.

Neste parecer acerca da indicação do Ministro Gilson Dipp para a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, eu gostaria de destacar alguns méritos pessoais, intelectuais e cívicos deste meu conterrâneo.

Começo citando a papel de protagonista que o Ministro Gilson Dipp ocupa na luta que se trava neste país para a construção de mecanismos eficazes para o combate à lavagem de dinheiro.

Integrantes da Justiça brasileira – sejam advogados, juízes ou promotores – sabem que o Ministro Gilson Dipp foi o inspirador da criação, na Justiça Federal, das Varas Especializadas em Lavagem de Dinheiro e Crimes contra o Sistema Financeiro. Muitos desses operadores do Direito são unânimes também em afirmar que essa, felizmente, foi uma idéia inovadora que deu certo.

As conquistas do Brasil neste campo – ainda que nos falte, por exemplo, melhorar a repatriação do dinheiro retirado ilegalmente do país – tem sido tão importante que acabaram obtendo reconhecimento internacional para o que foi feito em nosso país. Num evento recente, o procurador antimáfia da Itália mostrou desejo de conhecer o sistema brasileiro.

No ano passado, quando lançaram “Lavagem de Dinheiro: Comentários à Lei pelos Juízes das Varas Especializadas”, seus autores dedicaram o livro ao Ministro Gilson Dipp.

Um dos maiores conhecedores do assunto no país, se não o maior, o Ministro Gilson Dipp é hoje conferencista nos fóruns internacionais em que se discute o branqueamento do dinheiro advindo da corrupção.

Numa entrevista de grande repercussão que concedeu à revista *Época*, o Ministro afirmou que a maior parte do dinheiro lavado no Brasil “vem dos crimes contra a administração pública”. E, a seguir, aponta outras origens desses recursos sujos: sonegação fiscal, caixa dois de grandes empresas e corporações, ONG, igrejas de fachada, bingos e transações imobiliárias.

Destaco ainda outro trecho da entrevista na qual o Ministro Gilson Dipp mostra a necessidade de nós, legisladores, aperfeiçoarmos o aparato legal que trata de dinheiro escuso. Diz o Ministro: “Hoje a pena de adulteração de um chassi de automóvel é mais grave do que a de lavagem de dinheiro. A pena para o crime de furto qualificado é maior do que a pena para o crime de sonegação fiscal. A lavagem de dinheiro é a espinha dorsal dos atos praticados por todas as facções criminosas”.

Advogado militante até 1989, Gilson Dipp ingressou na magistratura pelo quinto dos advogados, logo se destacando entre os juízes do Tribunal Regional Federal da Quarta Região. Presidiu aque-

le Tribunal num mandato cuja excelência, certamente, foi decisiva para que lhe fossem abertas as portas do Superior Tribunal de Justiça, onde, como antes, granjeou o respeito e a admiração de seus colegas.

Na definição de magistrados que o conhecem bem, trata-se de um juiz rigoroso, independente. Quando falei sobre o Ministro Gilson Dipp com um renomado jurista que atua junto ao Supremo Tribunal Federal, ele me disse o seguinte: “Esse homem é o nosso *Robespierre*: duro e incorruptível!”

Quero, por fim, mencionar dois fatos importantes.

O primeiro fato refere-se à formação acadêmica do Ministro Gilson Dipp. No simbólico ano de 1968, ele teve como colegas de formatura, no curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois destacados juristas gaúchos: o hoje Ministro da Defesa, Nelson Jobim; e o vice-presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Ari Pargendler, seu conterrâneo de Passo Fundo.

Ressalvo também que o nosso indicado faz parte de uma tradicional família de líderes políticos. Seu pai, Daniel Dipp, foi vice-prefeito e prefeito de Passo Fundo, além de ter exercido um mandato como deputado estadual e dois como deputado federal. Seu irmão, o engenheiro Airton Dipp – que já foi secretário estadual de Minas e Energia e deputado federal em duas legislaturas – é o atual prefeito de Passo Fundo, a cidade onde as pessoas mais leem no Brasil, fato comprovado por pesquisa recente.

Encerro afirmando que o Rio Grande do Sul se orgulha de ter como filho Gilson Dipp, que – por tudo que fez na sua exemplar carreira pública – já tem seu lugar assegurado entre os maiores juristas do nosso Estado. A história do Rio Grande do Sul mostra que nossa terra tem sido pródiga em gerar homens dedicados integralmente ao trabalho em favor dos interesses da Nação e do seu povo. O Ministro Gilson Dipp já tem assegurado seu lugar na linhagem dos grandes republicanos sul-rio-grandenses e brasileiros.

Diante do exposto, submeto a escolha do Doutor Gilson Langaro Dipp à apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre esta indicação.

PARECER Nº , 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007 – Complementar, que insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização de gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007 (Complementar), de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, presta-se a responsabilizar prefeitos municipais por atuação irregular ou negligente na oferta de serviços educacionais. Para tanto, a proposição acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Já em seu art. 1º, a proposição insere inciso no *caput* do art. 25 da LRF, para vedar o repasse de transferência voluntária aos entes federados que incorrerem em descumprimento de responsabilidade educacional.

O art. 2º, pelo qual se insere o art. 72-A na LRF, por sua vez, arrola uma série de ocorrências que sujeitam o gestor municipal à responsabilização penal e administrativa. Esses problemas incluem: a falta de vagas escolares para crianças com idade de 4 a 17 anos; a não-dotação das escolas de condições mínimas de recursos didático-pedagógicos, de higiene e conforto para os estudantes; o não-

atendimento de demanda por alfabetização de adultos ou jovens maiores de 15 anos; a permissão para que crianças em idade escolar estejam sozinhas nas ruas em horário escolar; o descumprimento de metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, e de compromissos firmados com os professores. Este artigo contempla, ainda, a obrigatoriedade de as autoridades educacionais informarem o Conselho Tutelar e o Ministério Público sobre negligência de pais quanto à frequência escolar dos filhos (parágrafo primeiro), e a previsão de avaliação de resultados pelos mecanismos específicos definidos no PDE.

Pelo art. 3º do projeto, as obrigações alcançariam os prefeitos eleitos a partir de 2008, a despeito de a nova Lei entrar em vigor na data de sua publicação (art. 4º).

Para o autor do projeto, as medidas propostas suprem lacuna, existente na legislação brasileira, concernente a instrumentos jurídicos que viabilizem a punição das autoridades omissas no cumprimento de deveres com a educação, fato que tem levado à inoperância das normas relativas à obrigatoriedade do ensino.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O projeto em exame envolve matéria de natureza educacional, sujeitando-se, portanto, à audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desta Casa, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Em essência, a proposição oferece à sociedade brasileira um dos instrumentos mais importantes para a efetiva implantação do Estado de Direito. Trata-se da *accountability*, um conceito muito comum nas economias desenvolvidas, mas que não tem tradução em português. A palavra mais próxima que temos para expressá-lo é responsabilização, de que se lança mão para punir o agente que deixe de dar cumprimento ao múnus público de que está incumbido.

De fato, a inexistência de qualquer tipo de sanção aos gestores, e não são poucos, que reservam papel secundário à educação, pode ser considerada uma das maiores razões para o atraso educacional

e um dos grandes entraves para o desenvolvimento econômico, social e humano do Brasil. A par disso, a medida constitui inovação relevante e oportuna no tratamento conferido à educação em nosso País, razão pela qual é meritória e merece acolhida do Poder Legislativo.

No que tange ao conteúdo e à técnica legislativa, entretanto, a medida enseja reparos. Particularmente, o teor do inciso I do art. 72-A afigura-se inconstitucional. Atribuir ao gestor responsabilidade por segmento educacional fora da esfera de competência dos municípios é medida desproporcional. Salvo juízo mais abalizado, a imputação de responsabilidade deve considerar, de acordo com a Constituição, apenas a etapa de oferta obrigatória, ainda adstrita ao ensino fundamental, que não alcança as crianças com menos de seis anos e os adolescentes com mais de quinze. O mesmo entendimento vale para o intento de punir os prefeitos que permitam às crianças estarem nas ruas em horário escolar, já que não precisam de tal permissão para ir à rua.

Igualmente inoportuna é a aplicação da lei aos prefeitos eleitos em 2008, consoante disposto no art. 3º do projeto. Independentemente de quando este seja transformado em lei, o que deve ficar claro é que esta só incidirá em relação a fatos ou ocorrências futuras. Trata-se de inconveniente resolvido na cláusula de vigência. Desse modo, a previsão do art. 3º pode ser suprimida sem qualquer prejuízo à aplicação da nova lei.

Por fim, as remissões ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal mostram-se oportunas no atual contexto, mas podem se mostrar pouco efetivas, dada a diversidade de medidas que conforma o referido plano, algumas insculpidas em normas de segurança jurídica variável, como portarias do Ministério da Educação. É o caso, também, de se propor uma redação que se aplique a qualquer plano que venha a ser adotado pela União e pelo Estado que o município integre.

As emendas oferecidas à guisa de correção podem conferir maior legitimidade à medida e mitigar eventuais arguições de inconstitucionalidade.

III – Voto

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007 – Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 72-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 72-A

I – deixar de oferecer vagas, a todas as crianças e adolescentes, nas instituições públicas de ensino fundamental e de educação infantil, conforme definidos no art. 208, incisos I e IV da Constituição Federal;

.....
III – deixar de oferecer a qualquer interessado, adulto ou jovem com mais de 15 anos, oportunidade de alfabetização;

IV – deixar de cumprir metas educacionais de planos ou programas de que o município seja signatário;

V – deixar de cumprir acordos ou compromissos formalmente celebrados com os professores municipais.

Parágrafo único. “Identificada a negligência dos pais ou responsáveis quanto à frequência escolar das crianças e adolescentes sob sua guarda, as autoridades municipais deverão comunicar o fato ao Conselho Tutelar, ao Juiz da Comarca e ao Ministério Público.”

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007 – Complementar, remunerando-se o dispositivo subsequente.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Educação, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Pedro Simon

I – Relatório

Em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim.

Pelo art. 1º do projeto, o Poder Executivo é autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a adotar as providências indispensáveis ao seu funcionamento, a exemplo da criação de cargos de direção e funções, da edição de normas de organização e funcionamento da instituição.

De acordo com o art. 2º do PLS, a instituição ministrará ensino médio e de educação profissional, que serão definidos pelo Ministério da Educação. Estipula o projeto, em seu art. 4º, que a regulamentação deverá tratar dos recursos necessários e indispensáveis ao funcionamento desse estabelecimento de ensino.

O art. 5º, regra que a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Encaminhada a esta Comissão, para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – Análise

A proposição em análise premia a comunidade de Piratini (RS) com o primeiro passo para a criação de uma escola técnica federal naquele município.

O PLS nº 288/2008, configura, assim, importante antecipação do Poder Legislativo, consentânea com a disposição do Governo Federal de expandir a educação tecnológica em nível médio, manifesta, sobretudo, a partir da Lei nº 11.195, de 2005, marco na revigoração do ensino técnico e profissional em nosso País.

Até há pouco relegada a segundo plano, em face de diretrizes que privilegiaram a expansão da educação superior e a universalização do ensino fundamental, a educação tecnológica parece estar recuperando a sua condição de segmento estratégico para o desenvolvimento do País.

No esforço de modernização de muitos países em desenvolvimento, a disponibilidade de grande contingente de profissionais especializados tem constituído importante fator de competitividade e atração de investimentos para os setores que usam tecnologia intensiva.

Além desses aspectos, vale destacar a importância de uma escola técnica para o desenvolvimento econômico e social da região em que se instala, com reflexos na melhoria das condições de vida de toda a população. Trata-se, ademais, de iniciativa de expansão e democratização do ensino público de qualidade.

Quero ainda ressaltar alguns trechos em que o meu conterrâneo e ilustre autor da proposta, argumentam em sua justificação:

“O município de Piratini tem uma área de 3.561,48 km². Está inserido na região sudeste do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizando-se pela plantação de pinheiros de reflorestamento, pela exploração da pecuária e pela plantação de trigo. Nesta última atividade, obtém rendimento duas vezes superior ao resto do Estado... Piratini tem, além disso, mais de 20 mil habitantes, dos quais cerca de metade vivem em área urbana... Do ponto de vista histórico, Piratini ficou conhecida como centro de operações da Revolução Farroupilha, ocupada que foi pelos farrapos em 1835, e depois

como capital republicana do movimento. Em 1845, foi rebaixada à condição de vila. Cumpre lembrar que Piratini teve seus rebanhos dizimados, suas lavouras abandonadas, além de ter perdido grande número de seus filhos, nos conflitos que envolveram a Guerra dos Farrapos. Politicamente houve perseguição, discriminação e abandono a muito leal e patriótica cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim... Nesses termos, seria momento de a República Federativa do Brasil devolver a Piratini o que aí foi perdido, em defesa do movimento e dos ideais republicanos... O município ressentir-se da ausência de ensino técnico profissionalizante, que complementa a educação básica mediante a qualificação e especialização dos alunos, tanto de Piratini quanto de cidades menores do seu entorno.... Com a criação da Escola Técnica Federal de Piratini, os jovens não precisarão mais deslocar-se para outros centros, a fim de receberem a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.”

Por fim, no que respeita à conformação jurídica, a despeito do entendimento, firmado na Câmara dos Deputados, de que as leis autorizativas são despidas de poder coercitivo que obrigue o Executivo a cumpri-las, optamos por nos guiar pela convicção, predominante nesta Casa, de que tais leis abreviam a atuação do Executivo, ao indicar como forma de colaboração, a prática de ato de competência desse Poder.

Com efeito, afeito à iniciativa, a superado esse óbice a medida não reclama reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, encontrando-se elaborada segundo os ditames da boa técnica legislativa.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2008.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, que denomina “Ponte Luís Carlos Prestes” a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, km 270, nos municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

I – Relatório

Chega à Comissão de Educação (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, que denomina “Ponte Luís Carlos Prestes” a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, km 270, nos municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto dispõe-se em dois artigos, sendo que o primeiro dá nome à ponte no trecho da rodovia conforme expresso na ementa e o segundo é sua cláusula de vigência.

É indiscutível a importância de Luís Carlos Prestes na história brasileira. O “Cavaleiro da Esperança” foi o símbolo da persistente luta por suas convicções. Deu-nos a percepção que uma sociedade só se aprimora quando permite a pluralidade de idéias e de ideais. Prestes foi, e ainda é, o marco da busca incessante, mesmo que, às vezes, a ferro-e-fogo, por um mundo mais justo, mais igual, mais livre.

A propósito desta discussão sobre liberdade, tão confrontada atualmente, seja a da vida privada ou em setores da sociedade –

como nos Poderes Públicos e na imprensa, vem à memória um fato ocorrido em meados dos anos 40, época da redemocratização. Precisamente, em 11 de novembro de 1946, Prestes ocupa a tribuna, líder maior dos comunistas brasileiros, homem íntegro e grande patriota. Seu pronunciamento – em que tratava da União Soviética e do marxismo-leninismo – foi picotado por dezenas de apertes. Mas Prestes não perdeu a serenidade e a elegância diante de seus críticos. Para marcar aquele momento, escolhi o trecho em que Prestes trata da Imprensa. Reproduzo-o por julgar que ainda hoje as assertivas do líder da Coluna Prestes se mantêm.

Diz Luiz Carlos Prestes:

“Sabemos o que é liberdade de imprensa na sociedade capitalista. É cada vez mais a liberdade para os ricos possuírem bons jornais. O proletário luta com dificuldade. A liberdade é teórica. Consta da letra das constituições, mas, para terem seu jornal, só o conseguem depois de grandes dificuldades, cada vez maiores. A liberdade de imprensa, mesmo nos Estados Unidos, é monopólio dos grandes trustes, das grandes empresas jornalísticas, hoje, cada vez maiores, nas sociedades capitalistas.”

Um ano mais tarde, Prestes e os demais Parlamentares comunistas seriam cassados. No dia 25 de outubro de 1947, somente levanta-se para defendê-lo no Senado outro grande brasileiro, o paraibano José Américo de Almeida, autor de um clássico da nossa literatura.

– *A Bagaceira*.

Meu ilustre conterrâneo e autor desta proposição, o Senador Paulo Paim trouxe-nos um breve, porém instrutivo resumo da biografia de Prestes, do qual tomo a liberdade de pinçar alguns episódios.

“Luís Carlos Prestes (Porto Alegre, 3 de janeiro de 1898 – Rio de Janeiro, 7 de março de 1990) militar e político brasileiro, foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e companheiro de Olga Benário, morta na Alemanha pelos nazistas.

Prestes formou-se pela Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, em 1919 (...) Trabalhou como engenheiro ferroviário na Companhia Ferroviária de Deodoro até ser transferido para o Rio Grande do Sul.

Em outubro de 1924 (...) Luís Carlos Prestes liderou um grupo de rebeldes na região missioneira, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul (...). Na região sudoeste do estado do Paraná, o grupo se encontrou e juntou-se aos paulistas, formando o contingente rebelde chamado de Coluna Miguel Costa-Prestes, com 1500 homens, que percorreu, por dois anos e cinco meses, 25000 km. Em toda esta volta, as baixas foram em torno de 750 homens devido à cólera, à impossibilidade de prosseguir por causa do cansaço e dos poucos cavalos que tinham, e ainda poucos homens que morreram em combate.

Em 1997, foi lançado o documentário “Prestes, o cavaleiro da esperança” e, em 1998, no ano do centenário de seu nascimento, a escola de samba Acadêmicos do Grande Rio o homenageou, em seu desfile no grupo especial do carnaval do Rio de Janeiro, com o enredo Cavaleiro da Esperança (...) O cantor e compositor Taiguara (...) compôs a canção Cavaleiro da Esperança em sua homenagem (...) Jorge Amado, em prosa e verso, retrata a saga da coluna Prestes em seu livro “O Cavaleiro da Esperança”, publicado em 1944.”

II – Análise

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O projeto em análise encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e que, em seu art. 2º, estabelece que, “mediante lei especial” e observada o fato de que as estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte tenham o nome da localidade onde se encontrem, estas poderão “ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade”. Destaque-se que a obra de arte da homenagem não apresenta, no momento, nenhuma outra denominação.

Em relação à técnica legislativa, o PLS nº 341, de 2008, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Por último, quanto ao mérito, não restam dúvidas de que a personalidade escolhida é digna de receber tal homenagem.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 341, de 2008.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 850 de 2003, do Senador Arthur Virgílio, que requer Voto de Louvor a Dom Pedro Casaldáliga.

I – Relatório

Nesta oportunidade, nos é dado a relatar o Requerimento nº 850, de 22 de setembro de 2003, onde o Senador Arthur Virgílio propõe que a Casa preste homenagem, com um Voto de Louvor, a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil.

O Autor justifica seu Requerimento pelo significado da luta empreendida por Dom Pedro Casaldáliga, ao longo de sua atividade religiosa revelando-se intransigente na implantação de uma reforma agrária justa e pelos esforços despendidos em favor dos excluídos.

II – Análise

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal admite o voto de louvor, entre outros casos, quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. E esta é uma das hipóteses em que cabe tal homenagem.

Dom Pedro Casaldáliga ingressou na Congregação Claretiana, em 1943, sendo ordenado sacerdote, em 31 de maio de 1952. Em 1958, foi enviado à Amazônia brasileira, onde atuou como administrador apostólico da Prelazia de São Félix do Araguaia, cidade do Mato Grosso, situada às margens do Rio Araguaia, fronteira à Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins.

Em 27 de maio de 1971, foi consagrado Bispo. Seu lema, na atividade pastoral, é: "Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar".

Durante a ditadura militar, foi ameaçado de expulsão do País, por cinco vezes, tendo atuado como seu defensor o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Também, por diversas vezes, foi ameaçado de morte.

Sobre o capitalismo, seu pensamento não deixa de vir a propósito, nestes dias em que se recorre a recursos públicos para salvar as grandes instituições bancárias da bancarrota: O capitalismo é um pecado capital. O socialismo pode ser uma virtude cardeal: somos irmãos e irmãs, a terra é para todos e, como repetia **Jesus de Nazaré**: não se pode servir a dois senhores e o outro senhor é precisamente o capital. Quando o capital é neoliberal, de lucro onímodo, de mercado total, de exclusão de imensas maiorias, então o pecado capital é abertamente mortal.

Restabelecida a democracia, pela qual foi destacado lutador, persistiu na luta contra a corrupção, que, para ele, é fruto da concentração de renda. Coincidindo com o ponto de vista que sempre defendemos, ele declara que "se há corruptos roubando o dinheiro público, é porque há corruptores do outro lado e uma sensação de impunidade nas duas pontas".

A par de toda a sua luta contra as injustiças e em favor dos menos favorecidos, Dom Pedro Casaldáliga é também um grande poeta e prolífico escritor. Entre os livros por ele publicados, estão, entre outros: *Creio na Justiça e na Esperança*, *Na procura do Reino*, *Espiritualidade da Libertação*, *Tierra Nuestra Libertad*, *Antologia Retirante*. Dos poemas podemos destacar: *Palavra Ungida*, *Nuestra Soñora Del Siglo XX*, *Llena de Dios y de los Hombres*, além de sonetos neobíblicos.

Por coincidência, passados mais de cinco anos em que o Senador Arthur Virgílio teve a feliz idéia de seu Requerimento, finalmente, no dia 2 de outubro corrente, o Papa Bento XVI, acaba de nomear o substituto de Dom Pedro Casaldáliga.

O novo Bispo de São Félix do Araguaia será o Frei Ulrich Steiner, de 54 anos, natural de Nova Veneza, Santa Catarina, e primo do Cardeal Dom Paulo de Evaristo Arns. Fez mestrado e doutorado em Roma e, de volta ao Brasil foi nomeado Vigário da Paróquia do Senhor Bom Jesus, em Curitiba, onde, também, leciona Filosofia, na Faculdade de Filosofia São Boaventura.

Finalmente, por intermédio de importante mensagem intitulada "Parar a roda bloqueando seus raios" dirigida, aos seus "irmãos e irmãs", Dom Pedro Casaldáliga passou, ao seu sucessor, o anel episcopal... feito de tucum.

III – Voto

Diante do exposto, – lamentando que requerimento de natureza tão incontroversa tenha permanecido, durante mais de cinco anos sem votação e, por outro lado, feliz com a oportunidade de anunciar o substituto de Dom Pedro Casaldáliga, – manifestamos pelo acolhimento do Requerimento nº 850, de 2003, com meus cumprimentos ao seu autor.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação do Polo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Pedro Simon

I – Relatório

Apresenta-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 686, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem por intuito criar o Polo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O objetivo da criação do Polo de Desenvolvimento Integrado é, conforme o art. 1º do projeto, articular e harmonizar as ações administrativas da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios contemplados.

O parágrafo único do mesmo artigo relaciona os treze municípios localizados na sub-região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul que integrarão a área de abrangência e influência do Polo.

O art. 2º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as ações governamentais no

âmbito do Polo e cujas atribuições e composição serão definidas em regulamento, assegurada a participação de representantes dos governos estadual e municipal, bem como da sociedade civil.

O interesse comum do Polo de Desenvolvimento abrange, de acordo com o art. 3º, as ações da União e os serviços públicos comuns do Estado e dos municípios que o integram, em especial, os relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável, conservação do equilíbrio socioambiental, geração de emprego e renda e melhoria da infraestrutura.

O art. 4º autoriza a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O art. 5º prevê, como incentivos ao desenvolvimento regional a serem implantados pelo Polo, a igualdade de tarifas, fretes e seguros, a criação de linhas de créditos especiais para atividades prioritárias e de incentivos fiscais para o fomento de atividades produtivas.

Os programas e os projetos prioritários para a região, conforme disposto no art. 6º, serão financiados com recursos do orçamento da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios integrantes do Polo e com recursos de operações de crédito externas e internas.

O art. 7º dispõe que a União poderá firmar convênios com o Estado do Rio Grande do Sul e com os municípios do Polo para atender às finalidades previstas no projeto.

O art. 8º contém a cláusula de vigência da lei.

O autor argumenta, na justificção ao projeto, que o art. 43 da Constituição Federal atribui à União a função integradora para articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, com vistas à redução das desigualdades regionais. O mesmo dispositivo prevê a necessidade de lei complementar sobre as condições para a integração de regiões em desenvolvimento.

Diante da retração da economia da mesorregião metade sul gaúcha, o autor acredita que a criação de um Polo de Desenvolvimento, articulado com um Programa Especial de Desenvolvimento Integrado, representaria estímulo importante para o desenvolvimento da mesorregião e possibilitaria a instituição de política

local direcionada às mudanças estruturais necessárias para a sua economia.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – Análise

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A Constituição Federal, em seu art. 43, prevê que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. O art. 43, em seu § 1º, inciso II, também estabelece que lei complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento.

Com base no dispositivo constitucional, já foram criadas, mediante lei complementar, as regiões integradas de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno do Polo Petrolina – Juazeiro e da Grande Teresina. Com a criação de uma região administrativa visa-se, entre outros aspectos, coordenar as ações dos entes federados que a compõem integrar os serviços públicos comuns e executar, coordenadamente, programas e projetos de interesse da região.

A metade sul do Rio Grande do Sul é uma das treze mesorregiões diferenciadas inseridas no Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) e definidas como espaços sub-regionais prioritários para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e coordenada pelo Ministério da Integração Nacional.

A criação de uma região administrativa que congregue recursos e articule as ações das três esferas de governo surge como medida adequada para a superação da estagnação econômica que aflige, há várias décadas, os municípios da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo foi apresentada emenda ao PLS nº 686, de 2007, sugerindo a mudança da

expressão “Polo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” para “Região Integrada de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”. Essa mudança é oportuna, pois visa harmonizar a denominação com a tipologia adotada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

III – Voto

Em face do exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007 – Complementar, e o acolhimento da Emenda nº 1, aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

PARECER N.º , DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2008, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2008, de autoria do ilustre Senador Sérgio Zambiasi, visa incluir trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul, na “Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV)”; aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. O trecho em questão integra o trajeto da rodovia RS-126.

Na justificação do Projeto, o autor argumenta que a rodovia foi projetada para se tornar uma importante via de ligação entre as regiões norte e nordeste e o sul do Estado, passando pela capital, Porto Alegre.

Segue o autor, alegando que, conquanto tenha tido sua implantação iniciada ainda em princípios da década de 90 do milênio passado, a RS-126 teve apenas 10 quilômetros executados. Expõe, ainda

que aquilo que deveria ser um importante meio de escoamento da produção agrícola local tornou-se um problema de transporte, dado o seu péssimo estado de conservação.

Submetido à apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-estrutura, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, o projeto em exame encontra respaldo no art. 22, XI, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional (art. 48, *caput*), bem como a qualquer de seus membros (art. 61, *caput*) a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias.

A proposição atende, igualmente, aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, ao possibilitar a ligação entre duas rodovias federais já existentes.

O projeto em análise não apresenta, portanto, vícios de iniciativa, de inconstitucionalidade ou de injuridicidade que o desabonem.

No que concerne aos aspectos de mérito, observa-se que a rodovia RS-126 liga as regiões norte/nordeste ao centro/sul gaúcho, passando pela capital, favorecendo o desenvolvimento da região, beneficiando, mais especificamente, as localidades de Ibiraiaras, São Jorge, Guabiju e Nova Araçá, todas elas contidas no trecho objeto desta proposição.

Ademais, a inclusão pretendida do trecho da rodovia na “relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação (PNV)” justifica-se como uma das formas mais seguras de se obterem recursos federais para a execução das obras necessárias à sua implantação, manutenção e melhoramentos. Pelo exposto, consideramos meritória a proposição.

III – Voto

À vista do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2008.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2005, (PL nº 1.283, de 2003, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 578 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (torna obrigatória a comunicação aos órgãos de controle da atividade judiciária de recurso em que se alegue falta de fundamentação da decisão penal recorrida).

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2005, de autoria do Deputado Inaldo Leitão.

O intuito da proposição é tornar obrigatória a remessa, ao órgão de controle da atividade judiciária, de uma das vias do recurso interposto contra decisão que se tem por não fundamentada.

Na origem, o projeto tramitou na Câmara dos Deputados sob a numeração de PL nº 1.283, de 2003. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, houve manifestação unânime pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da proposição, com a emenda proposta pelo Relator, Deputado Marcelo Ortiz, consistente no art. 1º do PLC, que foi acrescentado ao texto original da proposição.

Primeiro relator da matéria, o saudoso Senador Jefferson Péres chegou a antecipar voto no sentido de rejeitar o projeto. Após a morte de Sua Excelência, a matéria foi redistribuída por despacho do Presidente da CCJ, que nos incumbiu a honra de relatar esta proposição.

Não foram oferecidas emendas até o momento.

II – Análise

A matéria versa sobre direito processual, cingindo-se, pois, à competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Com o objetivo de desestimular que juízes tomem decisões sem a devida fundamentação, o PLC determina que, sempre que interposto um recurso no qual se alegue a falta de fundamentação da decisão judicial recorrida, seja automaticamente enviada uma cópia da peça recursal ao órgão de controle da atividade judiciária, atividade hoje exercida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assim, o recorrente deverá interpor o recurso como de costume, dirigindo-o à instância competente. No entanto, quando uma das razões do recurso for nomeadamente a falta de fundamentação da decisão recorrida, dar-se-á conhecimento ao órgão de controle da atividade judiciária, para que tome providências no sentido de garantir a obediência ao art. 93, IX da Carta Política.

Indagamo-nos, todavia, se tal expediente alcançaria, de fato, os objetivos pretendidos.

Cabe resgatar, nesta oportunidade, as inteligentes ponderações feitas pelo nobre Senador Jefferson Péres, em seu voto que não chegou a ser apreciado.

O saudoso parlamentar destaca, inicialmente, que alguns proventos jurisdicionais demandam fundamentação extensa, exaustiva, como, por exemplo, a sentença penal condenatória. Diferentemente, a decisão interlocutória que decide sobre a realização de uma diligência ou a oitiva de uma testemunha demanda fundamentação mais breve, sucinta.

De qualquer forma, a falta de fundamentação de uma decisão judicial desafia a oposição de embargos declaratórios, espécie de recurso que objetiva sanar eventual ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão da decisão judicial, conforme disposto no art. 619 do Código de Processo Penal e no art. 535 do Código de Processo Civil. Os embargos declaratórios são julgados pelo próprio órgão prolator da decisão embargada. É de se esperar, portanto, que, diante da ausência de fundamentação, o órgão judicial supra a omissão apontada.

Observe-se, como bem alertou o Senador Jefferson Péres, que o PLC é silente em relação aos recursos no processo civil, cujas decisões igualmente devem ser fundamentadas. Com efeito, levar ao conhecimento do CNJ todo e qualquer recurso que alegue falta ou deficiência de fundamentação implica a inviabilidade desse órgão de controle.

O que se verifica, na prática, não é falta de fundamentação, mas decisão contrária à pretensão da parte, que, a pretexto de guerreá-la, alega até mesmo fundamentação inexistente ou deficiente. Como se disse, esse vício deve ser resolvido em sede de embargos de declaração.

Do nosso ponto de vista, a remessa automática da cópia do recurso ao órgão de controle da atividade judicial não se apresenta como a solução mais adequada para os problemas relacionados à falta de fundamentação das decisões judiciais, a despeito da justa preocupação do autor da proposição. Certamente, o procedimento que o PLC pretende instaurar não surtirá os efeitos desejados. É até provável que ocorra uma banalização de recursos apontando falta de fundamentação da decisão recorrida, como forma de intimidação do magistrado, o que se pode admitir.

Alinhados, portanto, com a opinião anteriormente externada pelo Senador Jefferson Péres, afigura-se-nos mais conveniente deixar para a parte a faculdade de oferecer representação ao CNJ, levando conhecimento daquele órgão eventual desvio de conduta por parte do órgão judicial.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2005.

PARECER Nº , DE 2008

da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2008, do Senador Marconi Perillo, que altera o art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “institui normas para licitações e contratos da Administração Pública”.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2008, da iniciativa do Senador Marconi Perillo, se encontra nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa, conforme previsto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição pretende acrescentar § 2º ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “institui normas para licitações e contratos da Administração Pública”, para estabelecer que o Tribunal de Contas da União determinará o bloqueio imediato dos recursos de contratos por prestação de serviços das empresas sobre as quais parem pendências, que deverão ser sanadas no prazo de noventa dias, sob pena de ficarem as entidades notificadas pelo Tribunal impedidas de participar de leilão ou licitação pública em todas as esferas de Governo.

Na Justificação está posto que a presente proposição tem o objetivo de coibir a prática de fraudes por empresas que contratam

com a Administração Pública, lesam o Erário e não são punidas, por falta de previsão legal.

Desse modo, a iniciativa pretende tornar mais rígidas as punições a serem aplicadas aos representantes das empresas faltosas e lembrar que a moralidade é bem maior a ser preservado por nossas instituições.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição em pauta devemos registrar o seguinte. O art. 22, XXVII, da Constituição Federal, confere competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de licitação para as administrações públicas de todos os entes federados.

Outrossim, a Lei Maior também preceitua que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias da competência da União, com a sanção do Presidente da República, com exceção das matérias que a Lei Maior declara serem da competência legislativa exclusiva da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional (arts. 49, 51 e 52).

Por outro lado, o art. 61, *caput*, do Texto Magno, estabelece a legitimidade de qualquer membro do Congresso Nacional para a iniciativa das leis complementares e ordinárias, ressalvadas as exceções consignadas, sendo que a matéria referente a licitações não se encontra entre elas.

Quanto ao mérito, a proposição em tela pretende penalizar aqueles que contratam com o Poder Público e não cumprem as suas obrigações contratuais, no caso em tela, restringe-se aos contratos para prestação de serviços.

Na verdade, é certo que a Lei nº 8.666, de 1993, já contém diversos dispositivos prevendo penalidades em caso de descumprimento dos respectivos contratos de fornecimento de bens e de prestação de serviços por parte das empresas contratadas.

Todavia, temos que levar em conta a nossa realidade, que possibilita que prestadores de serviços e fornecedores de bens que não

cumprem as suas obrigações escapem das punições previstas mediante toda uma sorte de artifícios e chicanas.

Por essa razão, entendemos que iniciativas como a que ora analisamos, que procura desestimular a incúria e a negligência por parte dos contratados pela administração pública, devem ser acolhidas.

Apenas estamos apresentando Substitutivo com o objetivo de aperfeiçoar o Projeto de Lei em pauta.

III – Voto

Como conclusão, em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2008, e, quanto ao mérito, votamos pela sua aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei do Senado nº 349 (Substitutivo), de 2008

Acresce § 5º ao art. 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instituindo penalidade pelo descumprimento de contrato administrativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

Art. 80

§ 5º Após a notificação, pelo tribunal de contas competente, de descumprimento de cláusula contratual, o Poder Público contratante suspenderá o respectivo pagamento, devendo a irregularidade constatada ser sanada no prazo de noventa dias, sob pena de a empresa contratada ficar impedida de participar de licitação pública em qualquer dos entes da Federação. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PARECER Nº , DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008 (PDC nº 398, de 2007 – na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo em apreço visa a aprovar o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

O artigo primeiro assenta no ordenamento pátrio o caráter impositivo que se pretende com a proposição em apreço, e seu parágrafo único reafirma que qualquer complementação que se queira fazer no presente acordo, esta terá que ser, também, submetida à apreciação do Congresso Nacional.

Por último, o artigo segundo dá vigência à norma, na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Este é o Relatório

II – Análise

Cabe, inicialmente, apontar que é competência do Poder Executivo assinar o acordo em exame, nos termos do art. 84, VIII, da Constituição Federal. Compete ainda ao Congresso Nacional sobre ela decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada, conforme o art. 49, I, da Carta Política.

Na Exposição de Motivos, constante na Mensagem (nº 712/2007) que propõe o acordo, o Ministro das Relações Exteriores informa que o presente instrumento “visa a dar prosseguimento às ações referentes à construção de uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o Rio Jaguarão, incluindo a infraestrutura complementar necessária e seus acessos, situada nas proximidades da cidade de Jaguarão, no Brasil, e de Rio Branco, no Uruguai”, ressaltando que, segundo os termos do acordo, será também examinada “a possibilidade de se estabelecer um sistema integrado de passo de fronteira, reservando a atual ponte Internacional Barão de Mauá para o trânsito de veículos leves, já que apresenta limitações para o tráfego internacional de passageiros e de carga”.

É de se destacar que o presente acordo visa ao desenvolvimento socioeconômico dos dois países na região, à consolidação do Mercosul e à integração física da América do Sul, coadunando-se com os dispositivos constitucionais que regem nossas relações internacionais, em particular, com o disposto no art. 4º, inciso IX e parágrafo único, da Constituição Federal.

O instrumento internacional em apreço conta com sete artigos em sua seção dispositiva, dentre os quais destacamos o artigo I, que dispõe sobre o citado compromisso das Partes em construir uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o Rio Jaguarão, com possibilidade de se estabelecer no local um sistema integrado de

passo de fronteira, reservando a atual Ponte Barão de Mauá para o trânsito de veículos leves.

Para tanto, as Partes concordam que seguirá vigente a Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia, criada em 2004, integrada por cinco membros de cada delegação, representantes dos Ministérios dos Transportes, das Relações Exteriores, dos Governos locais e da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (artigo II).

Nos termos dos artigos III e IV, a Comissão deverá considerar, em seus trabalhos, os dispositivos do "Tratado da Bacia da Lagoa Mirim", de 1977, e terá competência, dentre outras, para:

a) preparar documentação necessária a fim de elaborar os Termos de Referência relativos aos estudos técnicos, físicos, ambientais, econômicos, financeiros e legais do empreendimento, que será executado sob o regime de obra pública, e

b) validar o projeto básico e os editais de licitação referentes à supervisão dos estudos e da construção da ponte, bem como ao projeto executivo e à execução da obra.

O artigo V dispõe que os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da segunda ponte serão compartilhados entre Brasil e Uruguai, ficando cada Parte responsável pelas despesas referentes aos respectivos acessos à ponte, bem como às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional.

O Acordo entrará em vigor na data da recepção da segunda notificação, entre as Partes, de cumprimento das formalidades legais internas necessárias, substituindo o "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá", assinado em 21 de novembro de 2000 (Artigos VI e VII).

Cumprir registrar que, em fevereiro do ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou seu colega uruguaio Tabaré Vasquez, encontro do qual resultaram, dentre outros, um Acordo para

restauração da Ponte Barão de Mauá e um novo Acordo de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, ora em exame.

O debate sobre a questão das pontes que dão acesso ao território uruguaio pela cidade de Jaguarão não é um tema novo nas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Já se pode constatar a situação precária em que se encontra a Ponte Mauá, uma ponte de 340 metros de extensão, concluída em 1930, que se encontra sujeita a uma carga diária bem superior à sua capacidade.

O Acordo para restauração da Ponte Mauá foi assinado por simples troca de notas e se espera o início das obras para o final do primeiro semestre de 2008, fato que virá a afastar os temores de danos à economia local em decorrência de uma eventual interdição da ponte.

Por outro lado, a construção de uma segunda ponte não só preservará a Ponte Mauá, ao destiná-la ao trânsito de veículos leves, como também poderá trazer enormes benefícios socioeconômicos para aquela região, se considerarmos que a rota por Jaguarão pode se tornar prioritária para o intercâmbio comercial Brasil-Uruguai, por encurtar sensivelmente o trajeto Porto Alegre-Montevideú.

III – Voto

Nos termos acordados, a obra, tida pelas autoridades sul-americanas como prioritária para a integração física da América do Sul, terá seus custos compartilhados entre Brasil e Uruguai, ficando cada Parte responsável pelas obras de acesso em seus respectivos territórios, sendo mantida a Comissão Mista Brasileiro-Uruguia anterior, criada em 2004, que se encarregará dos trabalhos preparatórios para a sua execução.

Em suma, o presente Acordo visa ao desenvolvimento socioeconômico dos dois países na região, à consolidação do Mercosul e à integração física da América do Sul, coadunando-se com os dispositivos constitucionais que regem nossas relações internacionais, em particular, com o disposto no art. 4º, inciso IX e parágrafo único, da Constituição Federal.

Conforme determina o art. 103, inciso I do Regimento Interno desta Casa, compete a este Colegiado o exame do mérito desta proposição.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do acordo. Ambos encontram-se em consonância com as disposições constitucionais vigentes e com os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor no País.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição aos textos analisados.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 1434/2009